



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP. "G" AO Nº 207 SÁBADO, 19 DE DEZEMBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochael

Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Ata da 13ª Reunião, realizada em 27 de outubro de 2015.....	4
Ata da 14ª Reunião, realizada em 10 de novembro de 2015	28
Ata da 15ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2015	57
Ata da 16ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2015	74

1.2 – COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Ata da 15ª Reunião, realizada em 4 de novembro de 2015.....	95
Ata da 16ª Reunião, realizada em 12 de novembro de 2015	119
Ata da 17ª Reunião, realizada em 25 de novembro de 2015	127
Ata da 18ª Reunião, realizada em 9 de dezembro de 2015	147
Ata da 19ª Reunião, realizada em 16 de dezembro de 2015.....	169

1.3 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA

Ata da 2ª Reunião, realizada em 5 de maio de 2015.....	182
Ata da 6ª Reunião, realizada em 6 de outubro de 2015.....	191
Ata da 7ª Reunião, realizada em 13 e 15 de outubro de 2015.....	193

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 27 DE OUTUBRO DE 2015, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e nove minutos do dia vinte e sete de outubro de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra A Mulher – CMCVM, com a presença das Senadoras Sandra Braga, Marta Suplicy, Regina Sousa e Ana Amélia; e das Deputadas Conceição Sampaio, Josi Nunes, Rosângela Gomes, Soraya Santos, Christiane de Souza Yared, Erika Kokay, Benedita da Silva e Carmen Zanotto. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, o Senador Lasier Martins e o Senador Ronaldo Caiado. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à realização de Audiência Pública para discussão do tema “Prevenção, cura e reconstrução mamária: um direito que não pode ser violado”. Às quinze horas e três minutos, assume a Presidência a Deputada Moema Gramacho. A Presidência convida para assento à mesa e exposição as seguintes participantes: Maria Aparecida Pereira, Médica Mastologista; Luci Ishii, Médica Oncologista e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer; Marcelo Sampaio, Cirurgião Plástico do Hospital Sírio-Libanês; Vera Cristina Golik, Integrante do Projeto “De Peito Aberto”; Hugo Adolfo Lenzi, Integrante do Projeto “De Peito Aberto”; Stella Ribeiro da Matta Machado, Representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Lasier Martins, Senadora Marta Suplicy, Deputada Benedita da Silva, Senador Ronaldo Caiado, Deputada Carmen Zanotto e Deputada Soraya Santos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e vinte minutos, lavrando eu, Gabriella Macedo do Vale, Secretária-adjunta da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora SIMONE TEBET
Presidente**

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Boa tarde! Boa tarde a todos!

Havendo número legal, declaro aberta a 13ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública em homenagem ao Outubro Rosa para debater o tema “Prevenção, cura e reconstrução mamária: um direito que não pode ser violado”.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou com perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e por meio do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de convidar os ilustres expositores que nos presentearão com suas informações, eu gostaria de convidar a Deputada Federal Moema Gramacho a assumir a Presidência dos trabalhos, uma vez que o requerimento de audiência pública foi de autoria dela.

Antes disso, preciso fazer, com muita isenção, um agradecimento, porque aqui represento uma Comissão. Independentemente de questões partidárias, precisamos fazer, nesta Comissão, um agradecimento muito especial ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), porque tivemos um amplo debate a respeito da persistência da violência contra a mulher nas redes sociais. Foi batido um recorde, com 7 milhões de jovens conversando com suas famílias, com seus amigos, interagindo sobre esse tema. Independentemente do que pensa cada um, é importante debater isso.

O mais importante ainda é que tive a oportunidade, Deputada Benedita, de olhar a prova do Enem. Ali havia uma questão dita polêmica. Mas é importante que esclareçamos isso para quem está nos assistindo.

Havia uma pergunta no primeiro dia da prova, uma colocação, uma frase de Simone de Beauvoir, da década de 60 do século passado. Ela disse que a mulher não nasce mulher, mas se torna mulher. Aí não há nenhuma discussão de gênero.

Simplesmente ali, temos de analisar o contexto social, histórico e político do momento. O que ela estava dizendo era que, naquele momento, naquela década, as mulheres não tinham voz, não tinham vez e precisavam lutar pelos seus direitos. Há exemplos disso não só no mundo como também no Brasil.

Naquela época, o Código Civil que vigorava no Brasil dizia que a mulher, para trabalhar fora, precisava de autorização do marido. E que, se a mulher não fosse virgem no momento da consumação do casamento, ele poderia pedir a anulação do casamento. Muitas mulheres morriam pelas mãos de seus companheiros, que alegavam legítima defesa contra a honra.

Então, eram questões como essas que estavam sendo debatidas ali. Em nenhum momento, ela quis no seu livro *O Segundo Sexo* estabelecer questão de gênero, o homem que nasce homem, ou a mulher que nasce mulher, alguma coisa desse tipo. Simplesmente, ela estava dizendo que, naquele momento, nós mulheres precisávamos lutar, como ainda precisamos, mas, naquela época, com muito mais razão pelos direitos, pelo direito de ser mulher.

Acho que é importante colocarmos isso numa Comissão como esta, que é a única Comissão da grandeza, e numa Comissão do Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que nós temos que parabenizar o MEC pelo tema da redação, porque permite aí, e, se Deus quiser, há de permitir, que esses 7 milhões de jovens – e em tempo muito próximo serão os nossos futuros comandantes deste País – tenham menos discriminação, mais tolerância, mais amor com as mulheres.

Então, é nesse sentido que eu deixo o registro muito breve aqui sem nenhum comentário extra. E, no momento oportuno das discussões, acredito que essas questões vão ser levantadas.

Passo com muito prazer, neste momento, a Presidência desta audiência pública para a Deputada Moema Gramacho, como Autora do requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Inicialmente, eu gostaria de desejar uma boa tarde a todas e a todos!

Queria começar parabenizando a fala da nossa Presidenta Senadora Simone Tebet, e dizer que foi muito bem colocado, foi muito importante começar esta sessão de hoje, fazendo alusão a essa questão. E gostaria de dizer que todas nós estamos gratificadas também, Senadora, por efetivamente ver tantos jovens tendo essa oportunidade de fazer uma reflexão sobre um tema que esta Comissão trata tão bem.

E eu começo também parabenizando a Comissão e agradecendo por ter aprovado a realização desta sessão. E gostaria de dizer que muito me honra fazer parte desta Comissão Mista do Senado e da Câmara, que tem tratado com tanta maestria essa questão do combate à violência contra a mulher, de todas as formas de violência que a mulher ainda sofre na conjuntura atual.

Queria começar agradecendo às nobres Deputadas e Senadoras, por terem aprovado por unanimidade a realização desta audiência pública e agradecer aqueles que estão aqui presentes hoje, os convidados que farão a palestra e aqueles que vieram também para interagir conosco sobre este assunto tão importante que é um assunto que tem relação direta com a vida das mulheres, em especial as mulheres que estão marcadas, vitimadas ou, digamos assim, vulneráveis. E o Outubro Rosa tem cumprido este papel importantíssimo. E esta Casa, tanto a Casa Legislativa dos Deputados, quanto a dos Senadores, das Deputadas e das Senadoras, tratou desta questão neste mês quase que cotidianamente.

Mas é importante dizer que esse assunto não está na ordem do dia apenas durante o mês de outubro para as Deputadas e Senadoras. Têm sido um assunto frequente nas lutas das nossas Deputadas e Senadoras. Agora, é claro, Deputada Benedita, Senadora Regina, Senadora Ana Amélia, Senadora Simone Tebet, presentes, é claro que o mês de outubro tem servido para essa reflexão, para um momento de despertar, de fazer com que a sociedade, governos e técnicos, médicos, associações, ou seja, que todos estejam atentos ao que ainda precisamos fazer no tocante à prevenção, ao tratamento, à cura, à reconstrução mamária, à autoestima, à superação da doença e à superação de tudo mais o que as mulheres enfrentam com esta questão.

Eu queria começar compondo a Mesa. E tenho a honra de chamar para fazer parte da Mesa a Srª Maria Aparecida Pereira, Médica Mastologista aqui de Brasília. É uma honra tê-la conosco. (*Palmas.*)

Queria convidar também a Drª Luci Ishii, Médica Oncologista e Vice-Presidente da Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer. (*Palmas.*)

Quero convidar também o Dr. Marcelo Sampaio, Cirurgião Plástico do Hospital Sírio-Libanês, que também trabalha com mulheres carentes para reconstrução mamária. Por favor, Dr. Marcelo. (*Palmas.*)

Queria convidar a Drª Stella Ribeiro da Matta Machado, Representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, representando

aqui neste momento as duas, a nossa sempre eterna ex-Ministra e agora Vice-Ministra, Eleonora, e a nossa Ministra das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma. *(Palmas.)*

E queria convidar os dois que são responsáveis por um trabalho magnífico que é esse trabalho De Peito Aberto, que retrata a superação de mulheres vítimas de câncer de mama, e aqui estão, a Vera Cristina Golik e o Hugo Adolfo Lenzi, jornalista e fotógrafo que fazem esse trabalho brilhante sobre o qual vocês vão ter oportunidade de ver. *(Palmas.)*

Bom, eu queria que a nossa Presidenta da Comissão ficasse também na Mesa conosco. E também vai precisar se retirar de vez em quando, não é? *(Risos.)*

Aqui nós temos essa dinâmica de estarmos o tempo todo em várias comissões, debates, CPIs, eventos, ao mesmo tempo, e plenários. Por isso, a nossa Presidenta talvez precise também se deslocar para essas outras atividades.

Bom, eu queria registrar aqui, já falei me referindo a ela, sobre as nossas Senadoras Ana Amélia e Regina Sousa, e a nossa Deputada Federal que está com problema de saúde, vai precisar se retirar, mas fez questão de se fazer presente, a nossa Benedita, conhecida por todos como Bené. *(Palmas.)*

Bom, eu queria convidar para fazer a primeira fala... Gente, estamos com um problema concreto, que é o tempo, vamos correr contra o tempo, porque começamos um pouco atrasados e temos pouco tempo para os assuntos tão importantes como são esses assuntos que vão ser tratados aqui. Nós vamos trabalhar com prevenção, com diagnóstico precoce, tratamento, reconstrução mamária e depois superação. Então, são temas extremamente importantes, e vamos também ouvir o Governo, no tocante à questão da reconstrução pelo SUS.

Esses temas são muito importantes e mereceriam um aprofundamento maior. O que nós estamos trazendo aqui, Senadora, é na realidade uma introdução, porque nós sabemos que cada um dos temas daria um debate específico, mas nós temos a felicidade de poder contar, numa mesma Mesa, com essa versatilidade de temas tão intrinsecamente ligados, e também com especificidades que são muito importantes para as mulheres.

E eu queria começar já pedindo desculpa aos palestrantes, porque nós vamos ter que limitar o tempo. É claro que haverá tolerância, mas vamos começar inicialmente com 15 minutos, porque queremos também ver se alguma das pessoas que está presente no plenário vai querer fazer alguma pergunta e retornaria, e aí vocês complementaríamos. Pode ser?

Então, eu sei que 15 minutos é muito pouco para o que vocês têm de conteúdo para falar. Mas nós vamos tentar ganhar esse tempo.

Então, eu começo imediatamente passando a palavra à Dr^a Maria Aparecida Pereira, Médica Mastologista. *(Palmas.)*

A SR^a MARIA APARECIDA PEREIRA – Boa tarde a todos!

Eu queria inicialmente agradecer o convite. Para mim é muito interessante falar sobre câncer de mama, que é uma coisa com que eu trabalho há quase 30 anos.

Próximo.

Outubro Rosa tem como objetivo conscientizar o público em geral, em especial as mulheres com relação aos fatores de riscos, aos fatores de proteção e às medidas de detecção precoce.

Próximo.

Próximo.

Próximo.

No Brasil, no ano de 2014, nós tivemos 57,120 mil novos casos de câncer de mama, 14,388 mil óbitos, sendo 14,207 mil de mulheres e 181 de homens.

Próximo.

A estimativa 2014 para as mulheres é muito clara quando você vê nessa tabela o câncer de mama. O câncer de mama é a neoplasia mais comum que ocorre nas mulheres, perdendo só para as lesões de pele não melanoma. Mas é muito significativo o número: 57,120 mil; quanto ao colo de útero, 15; colo e reto, 17; quer dizer, é muito expressivo.

Próximo.

A distribuição dos novos casos de câncer de mama não é uma distribuição uniforme no País. As maiores taxas de diagnóstico, Região Sudeste e Região Sul. O padrão intermediário, Região Centro-Oeste; e menores taxas na Região Nordeste e Região Norte. E isso não é por acaso.

Próximo.

Internacionalmente, quanto ao câncer de mama, nos Estados Unidos, Reino Unido, Holanda, Dinamarca e Noruega, está ocorrendo um aumento da incidência com a diminuição de mortalidade.

Próximo.

Já no Brasil, a gente observa que a gente tem um aumento de incidência, com aumento de mortalidade. E, quanto à mortalidade, até o momento não se conseguiu uma redução.

Próximo.

O câncer de mama é uma patologia que pode acontecer em qualquer idade. É raro antes dos 35, mas há paciente de 20 com câncer de mama, como também é raro aos 94, mas a gente tem paciente com essa idade. Cresce progressivamente a incidência do câncer, atingindo o maior número de casos em torno dos 50 anos, e, depois, essa curva vai declinando, mas, ao longo da vida, a mulher tem risco do câncer de mama.

Próximo.

Outra coisa que é interessante citar, e que nunca é falada, é a associação entre câncer de mama e gravidez – é rara, porém, vem aumentando. E a gente chama atenção, porque, hoje em dia, as mulheres estão adiando o primeiro filho, e elas estão tendo filho por volta de 40 anos, hoje é comum, e esta corresponde à idade em que começa a aparecer com maior frequência o câncer de mama.

Então, esta associação existe, câncer de mama e gravidez. É rara, é muito perversa, porque normalmente os diagnósticos são feitos muito avançados, pelas dificuldades que a mama apresenta no ciclo gravídico-puerperal.

Próximo.

O câncer de mama é uma patologia em que os fatores de risco são multifatoriais. A história pessoal de um câncer de mama ou ovário, a história familiar, a idade do paciente, a menarca precoce, quer dizer, uma menstruação cedo, a menopausa tardia, a nuliparidade, que é não ter filho, uma primeira gestação após os 30 anos, o uso de terapia hormonal por tempo prolongado, ingestão regular de álcool, fumo, obesidade, exposição e radiações ionizantes, mutação de BRCA1 e BRCA2, e câncer de mama em homem na família.

Próximo.

Mas também a gente tem que falar que 80% dos cânceres não têm fator de risco, e a paciente apresenta um câncer. Só em 20% no universo você consegue relacionar à paciente, por ter um fator de risco.

Próximo.

Há fatores ambientais responsáveis pelo menos por 80% dos casos de câncer de mama, que são os cânceres esporádicos e os fatores hereditários. O papel menor do câncer de mama é de 5 a 10%, que ocorre mais em pacientes mais jovens e ocorre nessas pacientes, mas a mutação de BRCA1 e BRCA2.

Próximo.

Próximo.

Próximo.

Toda vez que a gente quer falar de detecção precoce de câncer de mama, a gente tem que colocar claro que isso só é possível com a mamografia. Detecção precoce é câncer diagnosticado com doença subclínica, achado de imagem, isso é detecção precoce. Mas infelizmente, no nosso meio, quando a paciente tem um tumor de 1,2cm, a gente ainda considera um caso bom, mas a mamografia é a maneira de se fazer a detecção precoce.

Próximo.

É complicada a prevenção do câncer de mama, porque tem essa multiplicidade de fatores relacionados ao aparecimento da doença. Há fatores que são modificáveis, como os hábitos de vida, ingestão de álcool, de fumo, atividade física, sedentarismo, obesidade, que são modificáveis, mas há situações em que não são modificáveis, como quanto à idade do primeiro filho. Você não pode determinar para a mulher, quando ela vai ter, quando ela menstruará, quando ocorrerá a menopausa.

Então, é muito complicada a prevenção, quer dizer, não existe essa prevenção. O que existe é a detecção precoce.

Próximo.

Os fatores protetores para o câncer seriam uma dieta saudável, uma atividade física regular. A gente sabe que esta associação reduz em 28% a probabilidade de um câncer: a mulher manter um peso adequado, amamentar, álcool com moderação e não fumar.

Próximo.

A detecção precoce é importante, porque aumenta a chance da paciente de obter a cura. A detecção precoce pela apalpação, e isso a gente fala no nosso meio, já que as nossas mulheres não têm acesso à mamografia fácil pelo serviço público de saúde. A mamografia é o melhor exame para detecção precoce, é o método com qual se faz o rastreamento.

A gente tem outros métodos de imagem, ultrassom e ressonância, mas não são os melhores métodos de imagem para o rastreamento. Eles são interessantes para, em muitos casos, complementar a mamografia, ou para pacientes mais jovens, mas o rastreamento é a mamografia.

É importante a detecção precoce, porque, com isso, reduz-se a mortalidade na essa população-alvo. Nas pacientes de risco, você tem que individualizar cada caso, como você vai proceder nessa detecção. No SUS,

a mamografia é permitida à mulher, entre mulheres que não tenham risco, entre 50 e 69 anos, para se fazer uma mamografia bianual. A Sociedade Brasileira de Mastologia orienta mamografia após os 40 anos, mas as pacientes de risco não podem estar enquadradas nesses critérios.

Próximo.

Próximo.

Quando se fala de detecção precoce, é necessário lembrar que o autoexame não reduziu a mortalidade por câncer de mama. O autoexame começou nos Estados Unidos na década de 50 e, por volta da década de 90, viram que não se conseguiu com o autoexame diminuir a taxa de mortalidade. É um procedimento que tem consequências negativas, porque temos que considerar que a paciente, muitas vezes, tem uma cancerofobia e, quando consegue fazer o autoexame, tem um sentimento de culpa, ela se culpa por não fazer, ela acha muita coisa e, com isso, há o aumento de biópsias pelo estresse da paciente.

O importante para detecção precoce é uma estratégia de estar alerta para o câncer de mama, é a mulher conhecer o seu corpo, conhecer a sua mama, sem essa coisa do autoexame mensal, após a menstruação, com data fixa, não. A gente orienta que a mulher examine as suas mamas durante o banho, quando for trocar de roupa, para que ela se conheça. E a gente sabe que 65% dos cânceres no nosso meio são achados casualmente pela mulher.

Próximo.

Próximo.

Para o diagnóstico do câncer de mama, a gente tem o exame físico. Infelizmente é como a gente faz a maioria dos diagnósticos no nosso meio: a imagem; a citologia; e a biópsia.

Próximo.

O câncer de mama pode se manifestar por diversas maneiras. A forma mais comum de ele se manifestar é como um nódulo, uma massa endurecida, irregular; ou você pode ter um câncer de mama, quando o paciente apresenta um derrame sanguinolento, água de rocha e, nesse caso 4%, será câncer; quando apresenta um nódulo na axila endurecido – e é necessário prestar atenção, porque as mulheres, muitas vezes, aumentam os gânglios, podem fazer uma adenomegalia axilar, porque vão fazer a unha traumatizada, e o membro superior todo drena para a axila, e o gânglio é a nossa defesa, é a famosa íngua e, então, muitas vezes, é um gânglio inflamatório, não é tumoral, mas a gente reforça esse nódulo em axilas –; quando a mama apresenta retração, abaulamento, alteração do mamilo e da aréola, é aquele mamilo que está invertido, ele fica como se estivesse entrando para a mama; quando o paciente já apresenta nódulos cutâneos; dor como queixa de câncer de mama, a única queixa é dor, isso não é frequente; aumento de temperatura na mama, hiperemia, e a gente tem um câncer que é uma forma de manifestação gravíssima, que é o câncer inflamatório, que aparece só com vermelhidão generalizada na mama; e o achado de imagem, feito nos centros de maior desenvolvimento, nos países desenvolvidos, é dessa maneira que se faz o diagnóstico, por achado de imagem, achado da mamografia.

Próximo.

Próximo.

Aqui as formas de manifestação.

Próximo.

O estudo de imagem. A mamografia é o melhor exame, mas é um exame que não tem uma resolução 100%; tem 90% de resolução. E ela pode nos mostrar, no diagnóstico de câncer de mama, uma assimetria de densidade, microcalcificações agrupadas; lesões de intervalo. É aquilo, a paciente fez uma mamografia, e não havia nada, e agora está aparecendo alguma coisa diferente, e a gente chama de lesão de intervalo.

E, pelo SUS, para as pacientes de baixo risco, está indicada entre 50 e 69 anos, bianual, mas, pela Sociedade Brasileira de Mastologia, é após os 40 anos. Para pacientes de risco, individualiza-se cada caso, quando se deve pedir a mamografia.

O ultrassom mamário é importante na paciente jovem e complementa a mamografia naquelas mamas densas.

A ressonância magnética é importante tanto na prótese de silicone, como também nas pacientes de alto risco para o câncer de mama.

Próximo.

Na mamografia, as várias formas de manifestação, aquelas microcalcificações, uma assimetria, distorção.

Próximo.

Microcalcificação e lesão espiculada muito, muito discreta. Isso é um exame ampliado.

Próximo.

Próximo.

Quanto ao ultrassom, que é um exame que não é o melhor exame para diagnóstico de câncer de mama, mas, em pacientes jovens, muitos diagnósticos são feitos pelo ultrassom.

Próximo.

Próximo.

A ressonância magnética é um método muito bom. Não substitui a mamografia, porque o câncer inicial, na maioria das vezes, manifesta-se como microcalcificação. E a ressonância magnética não serve para mostrar microcalcificação.

Próximo.

O tratamento do câncer de mama é multiprofissional. Envolve o mastologista, o oncologista clínico, o radioterapeuta, o cirurgião plástico, o psicólogo, o fisiatra, o fisioterapeuta e outros, os voluntários, esses grupos de autoajuda.

Próximo.

O tratamento vai depender... Cada paciente tem o seu câncer. O câncer de uma não é igual ao da outra. Então, é necessário o estadiamento da doença, conhecer as características biológicas daquele tumor, a idade da paciente, a condição, se já ocorreu ou não a menopausa, se ela tem comorbidades, a preferência da paciente também. E é importante sempre a gente pensar na qualidade de vida.

Próximo.

Próximo.

O tratamento cirúrgico pode ser conservador e pode ser radical. E, sempre que a gente pensa num tratamento radical, temos que se lembrar da reconstrução mamária.

Próximo.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA APARECIDA PEREIRA – Aqui são três pacientes. A paciente à esquerda, na posição superior, fez uma mastectomia com linfonodos sentinela, é uma reconstrução; a da direita é uma paciente que fez um tratamento conservador, com uma reconstrução e uma simetrização; e abaixo é uma paciente que tinha um tumor atrás da aréola, e foi feita a ressecção central e a reconstrução do complexo aréolo-papilar; e essa papila e esse mamilo foram reconstruídos. São fotos do Dr. Ognev Cosac.

Próximo.

É importante a gente ver as curvas de sobrevida em cinco anos, porque a cura do câncer só se obtém com o diagnóstico precoce. Olhem, na curva o estágio 0 a 2A, a sobrevida, e comparem com o estágio 3B e 4. É gritante a diferença.

Próximo.

O que interessa para o câncer é uma sobrevida e a qualidade de vida. E isso está diretamente relacionado com o diagnóstico precoce, o tipo de tratamento. Com o diagnóstico precoce, o tratamento é muito menos invasivo, há menos morbidade, e a gente sempre tem que pensar que temos que buscar uma forma de o câncer de mama ser curável no nosso País, para que a gente possa fazer o diagnóstico dessas mulheres precocemente e que todas tenham o direito de fazer a sua mamografia.

Próximo.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Agradecemos à nossa Drª Maria Aparecida, Mastologista daqui de Brasília, que tem um trabalho fantástico. Foi indicação, inclusive, de que nós a convidássemos da Deputada Erica Kokay.

Eu queria aqui registrar as presenças dos Senadores que chegaram logo depois, a nossa Senadora Marta Suplicy e o nosso Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – A senhora me permite, Deputada?

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Eu vim aqui para acompanhar e observar se o grupo se deu conta de que há uma ilegalidade nessa Portaria nº 61, agora do dia 1º, há 26 dias, que afronta a Lei 11.664, de 2008, com relação ao período em que as mulheres têm direito à mamografia. Eu vi há pouco a Drª Maria Aparecida se referir a isso, mas ela não disse que nesta restrição dos 50 aos 69 anos da mulher há uma ilegalidade. E por isso protocolei ontem um decreto legislativo para sustar a Portaria nº 61, do dia 1º de outubro, do Ministério da Saúde, porque esta lei, que está em vigor, naturalmente, a Lei 11.664, hierarquicamente superior à portaria, estabelece o seguinte, que todas as mulheres têm direito ao exame mamográfico a partir dos 40 anos de idade, e a portaria fala dos 50 aos 69.

Ora, esta restrição prejudica principalmente mulheres mais pobres, que têm direito ao SUS e que estariam agora impedidas, teriam que pagar o exame, não tendo 50 anos, quando a lei assegura que é a partir dos 40 anos. Por isso, eu protocolei ontem esse...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Pois não, doutora.

A SRª MARIA APARECIDA PEREIRA – Havia essa lei que tornava obrigatório ao serviço público oferecer a mamografia após os 40 anos, mas, nos trabalhos em nível internacional, não se faz mamografia após os 40 anos, porque o rastreamento, os cânceres encontrados de 40 a 49 anos, a frequência, a prevalência é menor. Aos 50 anos é quando há o maior número de câncer de mama.

E, com isso, eu penso, eu não defendo isso, mas acho que há muito de locação de recursos, no serviço público não se consegue, nem de 50 a 69, nós não temos no Brasil como rastrear todas as mulheres. Mas, se você for ver nos Estados Unidos, uma mulher de 40 anos nos Estados Unidos, não faz mamografia; no Canadá, não faz mamografia, se ela for baixo risco; e nós fazemos. Na Suécia...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Mas, por exemplo, se tiver 49 anos, a senhora acha, então, que não convém ou deveríamos, então, revogar a lei?

A SRª MARIA APARECIDA PEREIRA – Não, eu não digo que não convém, eu não tenho essa proposição. O que eu entendo é que você não tem como fazer em todo mundo. Então, eu tenho que selecionar uma população-alvo.

Qual é a população-alvo? É aquela em que eu vou encontrar mais cânceres. E eu vou encontrar mais cânceres no grupo de 50 a 69 anos.

Se, no Brasil, a gente conseguir rastrear todas as mulheres de 50 a 69 anos, a gente vai se dar muito bem – muito bem! –, porque não adianta essa generalização, se o serviço público não mudar, não adianta! Não há mamógrafo no País funcionando que consiga atender a todas as mulheres após os 40 anos.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Eu gostaria de falar, pela ordem, Deputada Moema Gramacho.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Pois não, Senadora, e depois vamos retomar...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Esse é um debate que já foi estabelecido. E eu quero dizer ao nosso querido colega Senador Lasier Martins, que, desde 2013, porque foi em 2014 que o Ministério da Saúde baixou a portaria, eu apresentei um projeto de resolução no mesmo sentido, que está dormitando na Comissão de Constituição e Justiça desde 2014. É o PEDS 2, de 2014, foi início de 2014 que o apresentei. E a Deputada Carmen Zanotto fez igual PDS lá na Câmara, que já chegou ao Senado. E eu pedi a relatoria dessa matéria, que trata de cancelar os efeitos da portaria.

Mas entendo como a senhora. Só que, no domingo, assistindo ao Fantástico, vi a história de duas jovens – uma que era parturiente, estava grávida, jovem, tinha talvez 30 anos, se tivesse 30 anos; e outra que estava noiva e casou-se ainda com efeito da quimioterapia, sem cabelos, foi uma coisa muito tocante, muito bonita. Então esses dois casos me remetem ao fato de eu que perdi uma irmã com 44 anos. E eu queria dizer também que penso que a gente tem que fazer todo o possível para evitar.

E sou de um Estado, como o Senador Lasier, que tem o maior índice de câncer de mama do País. Por isso que temos envolvimento com essa causa.

Obrigada, Deputada Gramacho. E parabéns ao Senador Lasier Martins, mas aqui veja só, desde 2014, nós estamos em 2015, está ainda na CCJ, sem a designação de Relator.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Então, Senadora e Senador...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Se me permite, só para arrematar, eu não quero tomar mais tempo, porque é uma reunião preponderantemente de mulheres, mas preocupa o tema a todos os homens, a todos nós. Então, Deputada Moema, eu quero dizer que também me sensibilizei muito com a reportagem do Fantástico de domingo passado. Realmente impressiona. Há poucos dias do casamento, a noiva, com bem menos de 50 anos, descobriu que estava com câncer de mama, e, mesmo assim, houve entendimento, casaram, etc.

Mas quantos casos poderão ser iguais? Então, eu quero dizer a V. Exª e à Drª Maria Aparecida que vou levar adiante o meu projeto de lei. Já está na Comissão de Constituição e Justiça, está esperando o relator. E, uma vez passando pela CCJ, imediatamente vai para o plenário e dali para a Câmara dos Deputados.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Senador.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Pretendo acompanhar, entendendo que de alguma maneira estamos contribuindo para a saúde da mulher.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Senador, primeiro, eu queria parabenizá-lo e dizer que o senhor é muito bem-vindo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – São intervenções como essa do senhor que justificam a realização de uma audiência como esta. E nós estamos aqui justamente para buscarmos esforços conjuntos, coletivos, para que possamos modificar a realidade do status quo que está aí. Não temos dúvida disso.

Há questionamentos sobre a portaria. A gente até entende o que a Drª Aparecida está colocando, que tem a ver com o que temos que cuidar para atingir o maior número possível daquelas mulheres vulneráveis. A portaria até pode ter um efeito, mas não significa que tenhamos que retirar a lei ou não voltar a cumprir a lei. Eu acho que uma reunião como esta aqui pode fazer com que tenhamos cada vez mais unidade das nossas ações para fazer com que tanto a lei quanto o seu projeto de lei possa ser aprovado.

Eu queria aproveitar este momento, e quero aproveitar a presença ainda da Deputada Benedita, que sei que vai precisar sair, para dizer que eu sei que, entre as diversas falas que vão acontecer hoje aqui, já ouvimos mastologias, vamos ouvir uma oncologista, o cirurgião plástico, depois o Governo Federal e também alguém que fala de mulheres que superaram – haveria uma fala também que seria um depoimento nosso. E eu vou antecipar o nosso depoimento justamente por conta desta fala do Senador.

Eu queria aproveitar para dizer às Deputadas e Senadoras aqui presentes que precisamos nos unificar nesta bandeira de defesa contra o câncer de mama, principalmente para garantir as condições nos governos – municipais, estaduais e no Governo Federal –, para que a gente possa tratar da prevenção. E não necessariamente a prevenção para que não apareça o câncer, porque esta tarefa é mais difícil, mas para que haja a detecção precoce.

E aí queria falar da importância da detecção precoce, Deputada Benedita, de uma forma sem igual. E vou dar um depoimento, e principalmente para nós mulheres políticas, nós mulheres profissionais, que vamos muito para diversas atividades: muitas vezes, a gente faz a mamografia e não volta para pegar o resultado. Muitas vezes a gente não faz e, quando faz, não volta sequer para pegar o resultado.

Eu fiz a mamografia e não voltei para pegar o resultado. Eu era prefeita, e alguns dias depois, a minha secretária me disse que o radiologista estava ansioso me procurando, porque eu precisava voltar para ver o resultado da mamografia. E eu, agoniada com campanha para reeleição, não estava nem me preocupando com o que poderia estar acontecendo.

E, se não fosse um desses que eu chamo de anjos bons na vida da gente, que são os profissionais, que é a família e que são todos aqueles que interagem nesse processo, se não fosse esse anjo bom desse radiologista, que detectou o nódulo, eu nem voltaria, pelo acúmulo de atividades, para buscar o resultado. E tive que voltar, para buscar o resultado, e me deparei com um diagnóstico que a gente, quando ouve, pensa que se está falando de outra pessoa, e não da gente. Quando a gente ouve a palavra... Como é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Carcinoma. A gente pensa que é alguma coisa que só está no livro ou que está nos outros, mas não está na gente.

E, com esse diagnóstico, a gente, depois de ter os encaminhamentos para o que precisa ser feito, começa a se dar conta do que significa o carcinoma. E aí, acho que bate a ficha, a ficha cai.

E isso é importante que a gente... Aí o senhor coloca muito bem. Eu não tinha 50 anos e, portanto, era importante fazer o rastreamento. Daí a necessidade da busca ativa, que o Governo está propondo e que nós devemos propor.

Nós não temos que esperar só que as mulheres estejam indo fazer os exames. O Programa Saúde da Família (PSF) precisa acompanhar casa a casa as mulheres que estão próximas da idade ou que tenham histórico na família. Essa é a busca ativa necessária; mais do que a indicação para se fazer a mamografia, é essa ida às casas, através dos programas de atenção básica, para identificar as mulheres vulneráveis, em situação de risco, para que essas mulheres possam, sim, aí ser encaminhadas para fazer a mamografia.

Aí a gente reduz até o número de mamografias, porque você vai pegar o público-alvo, que é extremamente importante. Mas não basta a mamografia, é preciso haver a biópsia. E aí é que eu chamo as Deputadas e Senadoras para pensarem junto comigo como é que vamos poder ajudar as nossas mulheres carentes, porque eu, como não era uma mulher carente, consegui fazer tudo rapidamente, consegui fazer uma biópsia rapidamente, consegui fazer a cirurgia oncológica rapidamente e consegui fazer com que tudo isso acontecesse em 15 dias, porque a minha preocupação era voltar para fazer a campanha, para não perder a reeleição, esse era o meu foco, esse era o meu objetivo.

E aí vem o papel importante dos técnicos, dos profissionais, daqueles que detectam precocemente e que podem encaminhar muito rapidamente qualquer mulher para ir fazer a continuidade do tratamento. Para nós, mulheres que temos condições, tudo pode ser prático, tudo pode ser mais rápido, mas, para aquela mulher

que não tem recursos, muito provavelmente, do momento da detecção até o momento do primeiro encaminhamento para fazer a biópsia pode ser muito tempo.

A biópsia é superimportante e necessária para fechar o diagnóstico. E, se não há a biópsia, você não fecha o diagnóstico. E muitas mulheres ficam apenas na mamografia, e aí não se resolve o problema.

Mas é importante que a gente diga que tem que haver os mamógrafos para fazer as mamografias. Não estamos negando a necessidade de haver o mamógrafo, mas não pode haver uma ação isolada. Tem que haver o mamógrafo e tem que haver a biópsia, para que as mulheres possam fazer o fechamento do diagnóstico.

E eu queria dizer que há outro papel importante. Vou finalizando, mas mostrando os anjos bons que nós vamos encontrando pelas nossas vidas. Um terceiro e um quarto anjo bom que encontrei foram justamente a mastologista, que teve um cuidado enorme de fazer um diagnóstico com precisão, com tranquilidade, e a família, que é fundamental nesse processo.

Eu, inclusive, trouxe minha filha hoje para cá, porque eu queria dividir isso com vocês, dizendo o quanto é importante a presença da família, porque eu estava envolvida em campanha e tivemos que dividir tarefas, e eu disse: “Eu vou cuidar da campanha.” E ela disse: “Eu vou cuidar da sua saúde.” E foi muito importante isso, porque foi ela quem tratou de marcar a cirurgia, de marcar as quimioterapias e de marcar a radioterapia.

E isso é importante, porque o primeiro passo que a gente vê é que, se não houver o apoio da família, a gente não consegue ir muito adiante. O senhor falou do Fantástico e o senhor também assistiu no Fantástico o marido que se separou da mulher, ela grávida e com câncer.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Exato.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Então, o apoio da família é fundamental neste processo, para poder cuidar das pessoas e resgatar cada vez mais também a autoestima.

E eu queria dizer que está aqui também, e eu também fiz questão de trazer outro anjo bom – e estou falando do nosso exemplo, como testemunho, mas eu queria que todas as mulheres que precisam pudessem ter acesso a isso –, que é o Dr. Marcelo Sampaio, que é o cirurgião plástico. E, com certeza, se não fosse pela cirurgia plástica, muito provavelmente a cura seria muito mais demorada. Por isso, há necessidade da cirurgia plástica de reconstrução para todos os casos quando assim for indicado. Que seja feita de preferência junto com a cirurgia oncológica, se assim for indicado.

Isso, porque as mulheres que estiveram comigo nesse mesmo momento e que não fizeram cirurgia plástica, muitas provavelmente demoraram muito a se curar e muitas não estão aqui hoje para contar a história, por quê? Porque, se há uma coisa que ajuda na cura, é a autoestima; se há alguma coisa que ajuda na cura, é a vontade, é um objetivo, é se sentir bem. E uma mulher mutilada não pode se sentir bem, é difícil uma mulher mutilada se sentir bem.

É claro que a gente tem que fazer com que elas acreditem na cura e que acreditem que, mesmo mutiladas, têm que continuar lutando. Mas se elas puderem superar esse momento sem a mutilação, é extremamente importante no processo, e aí vem o papel do cirurgião plástico, e aqui nós temos o Dr. Marcelo Sampaio.

Eu queria finalizar, dizendo que aqui temos o serviço público presente, com a Drª Aparecida, com a Drª Luci Ishii, que é oncologista, e teremos o Governo Federal, representado pela companheira Stella.

E eu queria dizer que nós temos, Senadoras e Deputadas, de fazer uma grande batalha para garantir que a Lei nº 12.802/2013, de autoria da Deputada Rebecca Garcia, que era do PP, do Amazonas, saia do papel. Sabemos que muitas cirurgias estão sendo feitas pelo Sistema Único de Saúde, muitas. Evoluímos muito nos últimos anos. Mas nós precisamos garantir que, para todas as mulheres que assim a orientação médica indicar, seja feita a cirurgia plástica de reconstrução.

Então, a prevenção, o diagnóstico precoce, o tratamento, o acesso à quimioterapia e, se necessário, à radioterapia, e os demais tratamentos e também a cirurgia plástica têm que compor esse quadro que, dentro do Sistema Único de Saúde, nós precisamos garantir para toda e qualquer mulher que assim seja orientada pelo médico.

Finalizo para passar a palavra para a Drª Luci, agradecendo a presença da Deputada Benedita, que sei que precisará sair. Se quiser usar da palavra, poderá fazê-lo antes de sair, Deputada, porque a gente quer ouvir todos.

Eu queria finalizar com um pouquinho de poesia, que é a música A Rosa, de Pixinguinha, que diz: “Tu és divina e graciosa/Estátua majestosa do amor/Por Deus esculpura”. Então, assim como a rosa, a mulher não pode ser mutilada nem despetalada, por isso a importância da reconstrução mamária para que as mulheres tenham sua autoestima resgatada.

Obrigada.

A SRª MARTA SUPPLY (PMDB - SP) – Presidente, quero só dar uma informação.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Pois não.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Uma informação que pode ser importante: o PLS 374, de 2014, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, foi aprovado agora. É um projeto que garante a realização de exame mamográfico a todas as mulheres a partir dos 40 anos ou quando solicitado por médico às mulheres com risco elevado ou para elucidação diagnóstica. O Relator na CAS foi o Senador Dário Berger. Foi aprovado dia 07/10 e chegou dia 26 à Câmara.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Pois é. O que precisamos é, a partir da legislação, juntar esforços com emendas, com idas aos gestores responsáveis, sejam municipais, estaduais ou federais, para que possamos garantir, na prática, tudo aquilo que está já decidido por lei. E, diga-se de passagem, esta Casa está bem coberta de leis.

Deputada Benedita, como V. Exª vai precisar se ausentar em virtude de um compromisso de exame médico, conforme já havia avisado antes, e sei do sacrifício que está fazendo para estar aqui presente, passo a palavra para V. Exª e, logo depois, à Drª Luci.

Já finalizei minha fala.

Pois não, Deputada.

A SRª BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) – Eu quero apenas parabenizá-la pela iniciativa, Deputada Moema Gramacho, e dizer que todos estamos ávidos para ouvir os expositores. Eu quero lamentar não poder estar aqui para dar também o meu testemunho, que vai um pouco nessa direção, se bem que, graças a Deus, acabou não sendo o que eu imaginava. Tivemos tempo suficiente, por conta de que já havia um aprendizado de como conhecer seu corpo, dentro das próprias discussões do movimento feminista, meu corpo me pertence e como é que ele me pertence. Então, eu acho que foi, para mim, um momento muito importante e interessante, e foi por isso, por ter tido a oportunidade de conhecer o meu corpo, ter detectado bem antes, casualmente, que não cheguei a ter o que nós chamamos de histerectomia.

Mas eu queria parabenizá-la e dizer que vou buscar, nos registros desta Casa, o acompanhamento das palestras, porque é um assunto que muito me interessa e que me cala profundamente, dado o fato de que perdi algumas irmãs também com câncer, câncer de mama, e tenho essa preocupação. Qualquer coisa que eu sinta, eu vou correndo para saber se existe algo comprometedor em relação àquilo que eu estou sentindo, pelo diagnóstico familiar que eu tenho de seis irmãos com câncer e também o fato de ter agora três sobrinhos, um acabou de falecer há 20 dias, e três irmãos, todos os três com câncer, acabaram de falecer. Então, tudo que diz respeito a câncer, eu estou acompanhando, estou buscando ter conhecimento, até para ajudar e fazer um acompanhamento daquelas pessoas que, por acaso, vão lá fazer uma mamografia e depois não pegam o resultado.

Então, parabeno e agradeço muitíssimo. Lamento que eu não possa continuar aqui.

Muito obrigada, Deputada Moema.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Agradecemos sua presença, Deputada.

Eu queria sugerir que, depois da Drª Luci, intercalássemos a palavra com Senadoras e Deputadas, na sequência.

Pois não.

A SRª LUCI ISHII – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar a Deputada Moema Gramacho, na pessoa de quem cumprimento todas as autoridades aqui presentes, e agradecer essa oportunidade de poder-mos falar.

Falo como oncologista e como Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer, uma entidade, hoje uma Oscip, fundada há 17 anos. Há 17 anos, temos vindo com um trabalho intensivo de educação para a prevenção do câncer, de todos os tipos de câncer, inclusive o câncer de mama, fazendo palestras de como diagnosticar, como detectar precocemente o câncer.

Na verdade, a Organização Mundial da Saúde classifica a prevenção como prevenção primária e secundária. A prevenção primária é o conjunto de ações para evitar o câncer, e a detecção e a prevenção secundária é a detecção precoce do câncer. Muitas vezes, não conseguimos evitar os fatores. Conforme a Drª Aparecida disse, quanto aos fatores de risco, alguns deles podemos até tentar modificar, mas a detecção primária é fundamental.

Por esse motivo, a associação realiza, mensalmente, em áreas carentes, mutirão de exames preventivos, no qual, em todos os casos suspeitos, os exames são pagos pela associação, pela Abac Luz (Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer).

Eu acho extremamente importante saber por que exatamente as mulheres têm chegado com diagnóstico muito avançado. Nós podemos discorrer sobre dificuldade de acesso à saúde, que é real, mas, numa enquête realizada, uma enquête popular, o medo foi superior a qualquer outra coisa; independente do grau de cultura, de conhecimento, o medo foi superior. E por que existe o medo? Existe o medo porque nós não o conhecemos, e aí voltamos para a questão da educação. Eu acho que precisamos falar mais sobre o câncer e falar sobre o câncer de mama, já que é o câncer que mais mata as mulheres no Brasil. Então, nós temos que falar. Nós temos

que começar isso cedo, desde a idade escolar. Nós devemos colocar isso de tal forma, que a paciente numa idade de risco não tenha medo de procurar o médico, de procurar se cuidar.

No último congresso, nós escutamos uma frase que eu acho que vale a pena repetir: quem procura acha, mas quem acha cura. Então, é diferente de dizer “quem procura acha, então, é melhor não procurar”, porque daí nós faríamos como a avestruz, que esconde a cabeça numa situação de perigo, mas o perigo não se afasta, o perigo não desaparece. Então, nós precisamos perder o medo para que possamos, diante de qualquer sintoma, ou mesmo diante de uma imagem suspeita, não fugir, mas procurar um médico. Porque eu tive no consultório uma médica com um exame suspeito que demorou a procurar ajuda porque o medo foi maior.

Então, acho que é isto, a falta do conhecimento gera o medo. Nós temos que divulgar que, hoje, o câncer está sendo cada vez mais estudado, nós temos novos recursos, tanto cirúrgicos como de quimioterapia, imunoterapia, hormonioterapia, enfim, o tratamento está cada vez mais avançado. Nós temos recursos, hoje, para controlar... Como o câncer é classificado como doença crônico-degenerativa, nós dizemos que a cura é entre aspas. Nós dizemos que é uma doença controlável, porque sempre existe a possibilidade do retorno. Por isso, sempre, para o resto da vida, a paciente precisa ser sempre examinada, sempre investigada, porque é uma doença que, quando detectada precocemente, fica sob controle, ela não volta, e eu poderia chamar isso de cura.

Mas é importante dizer que, mesmo em estágios mais adiantados... E a pessoa tem muito medo, o medo sempre está presente, de descobrir, por exemplo, uma recidiva. A Associação Brasileira de Apoio ao Paciente com Câncer (Abac Luz) faz parte, é uma das representantes, no DF, da Femama (Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama). Nós estamos agora numa campanha para dar o direito à mulher, garantir o direito da mulher com diagnóstico de câncer metastático ao tratamento justo, ao acesso às medicações. E aí nós vimos o seguinte: quanto mais cedo diagnosticado o câncer, menos sofrido, menos oneroso e maiores são as chances de controle.

Então, quando o câncer está em estágio mais adiantado, os medicamentos são muito mais caros. Hoje, o Brasil gasta bilhões com tratamento do câncer avançado. Nós precisamos reverter isso de tal forma que, detectando precocemente, o tratamento será mais barato, a paciente terá maiores chances de controle e sobrarão muito mais verba para a prevenção.

É importante dizer também, com relação ao direito à reconstrução, que, no serviço privado, nós vimos que a reconstrução tem três fases. Há uma primeira fase, que pode ser de reconstrução imediata, que é a cirurgia que retira o tumor e ali se faz a reconstrução, de forma imediata, da mama, ou após, dependendo do caso. Mas existe uma outra fase, que eu acho que a mulher que é assistida pelo SUS também tem direito, que é a fase de simetrização. A mama reconstruída fica muito diferente da outra mama, a princípio. Então, há necessidade de fazer uma simetrização para aumentar essa autoestima. E depois vem a terceira fase, que é a reconstrução do mamilo. Mesmo na rede privada, nós temos dificuldades com os convênios de conseguir a simetrização, como se não fizesse parte do tratamento. Eu acho que nós temos que garantir leis para que as mulheres possam partir para o tratamento certas de que vão conseguir tudo, de que vão conseguir esse tratamento completo, que inclui também a simetrização.

O câncer já significou, durante muito tempo, morte, muita dor, sofrimento. Isso levou as pessoas a nem querer saber sobre a doença, a não querer nenhuma informação sobre ela. Mas agora a história está diferente. Então, nós devemos, cada vez mais, conhecer, porque conhecendo nós vamos perder o medo.

Um dos nossos sonhos é que esse processo educativo que nós temos feito através da associação, que é um trabalho de formiguinha, fazendo essas palestras educativas em empresas públicas, privadas, nas escolas, que isso se estenda e que a gente consiga fazer com que esse medo seja menor, que a gente consiga que pessoas que tenham acesso não fujam por causa do medo.

Agradeço a oportunidade de estar falando em nome da Abac Luz e em nome de todos os pacientes assistidos.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Nós é que agradecemos à Dr. Luci.

Quero, também, registrar as presenças, aqui, da Deputada Conceição Sampaio – obrigada por ter vindo –, da Deputada Christiane de Souza, grande companheira, e da Deputada Josi, todas mulheres aguerridas. Queria, também, cumprimentar o Senador Ronaldo Caiado, aqui presente.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Estou pedindo ajuda para colocar esse laço aqui.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Fique à vontade.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Depois, sem interromper a presidência de V. Exª, gostaria, quando fosse possível, que me dessem cinco minutos para me pronunciar sobre essa matéria.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Senador, o senhor pode ficar um pouco mais ou já está indo?

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Se V. Exª me concedesse a palavra, eu falaria imediatamente, já que temos outra discussão em plenário.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Tubo bem, então. O Senador tem prioridade.

O SR. RONALDO CAIADO (Bloco/DEM - GO) – Em primeiro lugar, quero dizer da importância desta audiência pública.

Quero cumprimentar a iniciativa da Presidente de ter trazido também aqui, para o Congresso, esta discussão e, ao mesmo tempo, cumprimentar todos os expositores e as expositoras que se fazem presente.

É algo que, realmente, tem sido uma luta de muitos anos. Nosso avanço nessa área tem sido relativamente pequeno, principalmente nos Estados em que temos uma concentração do diagnóstico apenas nas grandes cidades ou nas capitais. Isso tem dificultado enormemente, principalmente nas regiões mais longínquas do meu Estado de Goiás. Vejo isso também na região Nordeste e na Região Norte do País. Lá ainda não temos acesso à mamografia com facilidade.

Se não me engano, o Senador que me antecedeu levantou aqui uma posição nossa: a de contrapor-se a uma portaria do ex-Ministro da Saúde que revogou uma lei. Nunca vi isso, Deputada Moema. Estou no Congresso há 20 anos. Nós aprovamos uma lei estabelecendo que, a partir dos 40 anos de idade, a mulher tem direito à mamografia dentro da rede do Sistema Único de Saúde. Essa matéria foi revogada por uma portaria de ministro, ou seja, hoje a mamografia só pode ocorrer depois dos 50 anos, e, se dividida, com a contribuição aí da prefeitura, unilateral para a mama que deverá ser submetida à mamografia. É uma excrescência, é algo deplorável e deprimente: ver a mulher de 40 anos de idade em diante excluída, sem ter acesso a este exame que é fundamental, como a colega acabou de discutir, para a antecipação do diagnóstico que pode, rapidamente, conseguir resultados extremamente positivos, como a cura e também a reparação da área retirada, extirpada, como sendo um processo de dar condições para a mulher superar todo esse problema psicológico e também clínico pelo qual passa.

Eu entrei com um projeto de decreto legislativo para sustar essa portaria do ex-Ministro Padilha. Até o momento, a matéria ainda não foi deferida pelo Congresso Nacional. Acredito que aquilo com o que podemos contribuir é, exatamente, derrubar essa portaria para que prevaleça a lei. É lógico que a lei é o que prevalece, mas, no Brasil, tudo está andando às avessas. Então, acho que nós tínhamos de resgatar essa lei dos 40 anos.

Sou muito da tese do diagnóstico precoce. Depois do quadro disseminado, realmente, os nossos resultados são precários, e a mulher passa por todo esse quadro, que foi descrito muito bem pela colega, de sofrimento, e com muitos casos levando a óbito num curto espaço de tempo.

Então, quero me colocar como um defensor dessa tese. É um absurdo nós ainda vivermos um momento em que o câncer de mama e o câncer de próstata, por falta de diagnóstico precoce, causam ainda um percentual altíssimo de mortes de mulheres e homens. Com isso, temos a necessidade de o Governo brasileiro se atentar mais para o cumprimento da legislação vigente. Não comportaria querer repassar despesas para as prefeituras e querer assumir apenas 50% do exame, a partir dos 50 anos de idade.

Então, ficam aqui os meus cumprimentos e, ao mesmo tempo, o meu apoio a esse trabalho feito pelo Outubro Rosa. Vocês muito bem conseguiram levantar esse sentimento nacional e dar a toda mulher brasileira a expectativa de poder ter a cura do seu câncer de mama e, ao mesmo tempo, quebrar aquele medo que tem a mulher de, muitas vezes, tocar a mama e o medo de ir para um diagnóstico, de enfrentar as dificuldades no dia a dia. Meus cumprimentos. Coloco-me à inteira disposição da luta de vocês em todos os projetos que estiverem em andamento no Senado Federal.

Muito agradecido.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Senador, agradecemos a sua presença.

Quero dizer que demos tratamento, há poucos instantes, a esse tema, com a observação feita pelo Senador Lasier. Estaremos buscando, junto com as Deputadas e Senadoras, alternativas necessárias ao cumprimento da lei.

Quero passar a palavra, agora, a ele que é um cirurgião plástico que tem trabalhado muito nessa causa do ponto de vista da reconstrução mamária, em busca da autoestima, do resgate da autoestima da mulher. Ele tem um trabalho belíssimo feito no SÍRIO-LIBANÊS. Também trabalha com mulheres carentes, com mulheres do SUS, para fazer a reconstrução da mama. Portanto, quero passar a palavra, agora, ao Dr. Marcelo Sampaio.

O SR. MARCELO SAMPAIO – Boa tarde aos senhores, boa tarde as senhoras! Cumprimento os senhores Deputados, os senhores Senadores e parabênzinhos pessoalmente a Deputada Moema Gramacho pela iniciativa do movimento.

Eu sou cirurgião plástico. Atuo em São Paulo, num grande centro, há aproximadamente 20 anos. Desde o começo da minha formação que tenho me dedicado à reconstrução de mama.

No início, no começo da década de 90, tinha-se dúvida se a reconstrução de mama poderia ou não afetar algum aspecto da doença propriamente dita. Passados os anos, verificou-se cientificamente que a reconstrução de mama em nada altera a evolução da doença, a possibilidade de um diagnóstico. Muito pelo contrário, favorece a recuperação da mulher porque ela encontra força para enfrentar um tratamento tão difícil.

Deslocando-me de São Paulo aqui para Brasília, na revista de bordo de uma empresa aérea, tive a oportunidade de ler o depoimento da Elba Ramalho, que é uma artista conhecida por todos nós e que foi vítima da doença, teve um câncer de mama. Ela diz o seguinte no depoimento: “A palavra câncer tem um peso maior do que a doença.” Eu já escutei de várias pessoas o depoimento de que o que mata na doença é a cabeça. Porque hoje, com o conhecimento que se tem, é possível tratar e curar a maior parte dessas mulheres; desde que seja defendido tudo isso o que aqui foi dito, o diagnóstico precoce, a mamografia com o diagnóstico de pequenos tumores, a cura é viável, a cura é possível. É possível curar-se a grande maioria dessas mulheres.

Elba Ramalho continua dizendo o seguinte: “A cura depende do estado de espírito, da fé, da perseverança e, claro, da violência da doença”.

É aí que entra o gancho da reconstrução de mama. Como é que uma pessoa que sofre da doença do câncer de mama, que tem a sua mama retirada, pode ter um estado de espírito, uma fé e uma perseverança suficientes para enfrentar um tratamento tão difícil, um tratamento tão oneroso do ponto de vista da saúde, que requer uma cirurgia extensa, uma cirurgia mutilante, uma quimioterapia que faz cair o cabelo, que faz, algumas vezes, a paciente vomitar? Enfim, todos esses são os aspectos que, a gente sabe, geram dificuldades de encarar e resolver a questão da doença.

Falando especificamente do problema da reconstrução de mama no Brasil, estima-se que menos de 10% das mulheres que sofrem de um câncer de mama e têm uma mama retirada tem a oportunidade de fazer a reconstrução de mama. Algumas vezes, no meu cotidiano, na minha vida profissional, escutei de alguns colegas: “Como é que a gente vai poder ocupar uma sala cirúrgica durante quatro horas fazendo uma extirpação do câncer e uma reconstrução, se a gente pode aproveitar esse mesmo tempo para tratar de duas pacientes?” Ou seja, é importante que exista espaço para as duas coisas.

Aqui faço um gancho na fala da Senadora Simone Tebet quando citou o concurso do Enem, que as mulheres estão buscando os direitos: não é possível que elas ainda não tenham conquistado, em 2015, o direito à saúde e o direito de ter uma mama reconstruída! Portanto, é uma situação para a qual deveria existir o esforço de uma comissão. Que os senhores políticos, Deputados, que têm voz ativa, que têm condição de fazer algo mais pela população, reivindiquem, pressionem efetivamente durante um longo período de tempo, não só no período curto do Outubro Rosa, mas durante todo o período, por todas as políticas públicas de saúde. Que essas mulheres possam ter acesso à reconstrução.

Eu sei que existem dificuldades, sei que existem dificuldades financeiras. Como disse o Senador Ronaldo Caiado, as grandes capitais têm uma distribuição diferente dos pequenos centros, mas é possível, sim, criar uma grande rede nacional que envolva hospitais públicos, que envolva hospitais universitários, que envolva as associações políticas, públicas e privadas. Nós dispomos de uma dessas no Hospital Sírio-Libanês.

O Hospital Sírio-Libanês, como todos os senhores conhecem, é um hospital privado de São Paulo, um hospital muito conhecido que trata pacientes que têm condição de pagar por um tratamento. Mas, dentro do Hospital Sírio-Libanês, existe uma parceria público-privada com a Prefeitura do Estado de São Paulo. Nesses últimos dez anos, foram realizadas mais de 2.500 cirurgias de retiradas de tumores de mama, desde casos muito iniciais a casos muito complexos, com a ressecção total da mama.

Coordeno um grupo de cirurgiões plásticos que faz essas reconstruções. Poderia afirmar aos senhores que, em 95% dos casos da mama retirada totalmente, nós realizamos a reconstrução de mama imediatamente. Ou seja, nós conseguimos oferecer a essas pacientes encaminhadas da rede pública de saúde o mesmo tratamento disponibilizado às pacientes da rede privada. Tecnicamente, isso é possível. Os 5% de pacientes que não tiveram acesso a esse tratamento, o motivo foram questões técnicas de doenças incapacitantes, como diabetes descontrolada, hipertensão arterial descontrolada e outras condições em virtude das quais um aumento do tempo cirúrgico pudesse acarretar, de alguma forma, um risco maior para a cirurgia.

Para ilustrar tudo isso que digo a vocês aqui neste momento, eu trouxe o depoimento de uma paciente que nós tratamos no Hospital Sírio-Libanês, nessa parceria público-privada com o Estado e com a Prefeitura de São Paulo. Ela foi motivo de uma das reportagens do Fantástico.

Nós trouxemos um depoimento dela agora, três anos depois do tratamento da doença, da mama reconstruída. Ela vai contar para os senhores o quão importante foi ter tido acesso a esse tipo de tratamento.

Então, um resumo de tudo o que foi dito talvez possamos ilustrar com essas personagens que aqui lhes apresento por vídeo.

Por favor.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCELO SAMPAIO – Os senhores imaginem toda essa complexidade. Essa senhora foi tratada com tudo o que há de mais moderno, tudo o que se pode oferecer, do ponto de vista médico, a uma paciente que tem câncer de mama. Ainda assim, é um tratamento longo, difícil, demorado, em que a pessoa sofre, há queda de cabelo. Hoje temos o depoimento dela, aproximadamente dois ou três anos depois da cirurgia, dessa reportagem, de tudo isso por que ela passou. Se você puder colocar.

Todo mundo fica curioso para saber como está a Kátia, como evoluiu, se o seu cabelo cresceu, se ela emagreceu.

Essa é a Kátia hoje.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. MARCELO SAMPAIO – Bem, senhores, a minha missão aqui é reivindicar que todas as mulheres do País possam ser tratadas dessa forma.

Só fazendo um adendo ao que disse o Senador Lasier, essa não é uma questão de mulher, porque todos nós temos mães, irmãs, esposas, filhas. Essa é uma questão da população, de todas as pessoas que têm um comprometimento e querem melhorar a história deste País e reivindicar o direito das mulheres de ter as suas mamas reconstruídas, sempre que tecnicamente possível.

Muito obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Agradecemos a palestra muito emotiva, muito interessante do Dr. Marcelo Sampaio. Agradecemos não só a palestra, mas o trabalho que ele desenvolve com essas mulheres que não têm recursos para pagar uma cirurgia plástica como essa, mas que não saem sem fazê-la. Parabéns!

Queria, primeiro, registrar a presença da Deputada Carmen Zanotto, que também trabalhou muito este mês, não é Deputada? Trouxe muitas palestras, muitos eventos sobre essa questão. Parabéns, Deputada.

Quero passar, então, para a Vera e para o Hugo, que vão dividir o tempo. Eles são autores do livro De peito aberto e vão falar um pouco da sua experiência.

A SRª VERA CRISTINA GOLIK – Boa tarde.

Queria agradecer o convite da Moema e a todos por estarmos aqui.

Vou falar rapidamente, porque, na verdade, a nossa palestra traz depoimentos que ilustram várias dessas coisas que foram faladas hoje. Como não teremos tempo para falar tudo, vamos resumir bastante.

Primeiro, o projeto começou por uma questão pessoal. Na minha família, meu irmão, minha irmã e minha mãe, todos tiveram com câncer ao mesmo tempo. Na mesma semana, eu recebi a notícia desse diagnóstico. O momento mais difícil foi dar a notícia para a minha mãe, que está ali em cima, sendo beijada por mim e pela minha irmã, de que o meu irmão, o filho dela, de 50 anos, tinha falecido. Então, ela disse: “Por que ele e não eu?” Ela com 80 anos falou: “Por que ele, que não viu os netos ainda, e não eu?” Eu não tinha uma explicação lógica para dar para uma mãe, mas falei: mãe, nós vamos transformar toda essa situação numa oportunidade de levar força, coragem e esperança para as pessoas. Minha mãe saiu daquela situação e ficou assim. Isso foi três meses antes de falecer. Ela foi atendida pelo sistema público, pelo SUS. Ela via aquelas longas filas e falava: “Oba, tem fila.” Não era felicidade pela fila, mas falava: “Que bom que tem um monte de gente aqui, porque a gente vai levantar o astral dessas pessoas todas”. E ela usou a sua energia até o final para levantar o astral das pessoas.

Eu e o Hugo – eu sou jornalista e o Hugo, fotógrafo e sociólogo – já trabalhávamos com a questão de gênero e com o combate à violência contra a mulher em vários aspectos. Vivenciou isso em nossas famílias. Então, decidimos criar um projeto sobre a questão da humanização da medicina.

Hugo, fale um pouquinho sobre isso.

O SR. HUGO ADOLFO LENZI – Boa tarde.

Quero primeiramente agradecer à nossa Deputada e amiga Moema pelo convite.

Eu já havia tido outros casos de câncer na família. Quando falamos de humanização da medicina, nós não estamos falando apenas do sistema público, mas de uma visão de formação dos profissionais de medicina que impera no Brasil desde os anos 80 pela qual, infelizmente, o tecnicismo substituiu o humanismo.

Não se quer dizer com isso que os médicos não tenham que ter uma formação acurada e capacidade técnica, mas que eles têm que tratar a pessoa e não a doença, porque, quando eles têm uma relação de envolvimento, uma relação humana, o resultado do tratamento, o resultado do trabalho deles é muito superior e muito mais efetivo.

Pessoas como a Dr^a Luci – não vou falar dos outros porque não os conheço, mas acompanho a carreira da Dr^a Luci há muito tempo – são exemplos disso. Os resultados dos seus tratamentos são caracteristicamente diferentes daqueles dos médicos que têm distanciamento dos seus pacientes.

A SR^a VERA CRISTINA GOLIK – E por que focamos no câncer de mama, já que cada membro da nossa família teve um câncer diferente? Justamente por isso, porque já trabalhávamos com a questão da mulher e porque mexe com todos os símbolos do feminino, partindo da mama e passando, no caso de muitas mulheres, pelo cabelo também, pela perda da fertilidade, enfim, de tudo que a identifica como mulher. Os símbolos femininos entram em choque durante esse longo tratamento. Além disso, o aumento da incidência, como foi falado aqui, e a necessidade de quebrar o paradigma do medo, como também foi comentado aqui, para que não nos escondamos, mas que possamos falar sobre a questão de uma forma clara para tratar melhor.

A nova abordagem é falar sobre aquilo que não é falado. A partir do momento em que recebe o diagnóstico, o que a mulher sente? Como ficam os familiares, os amigos, todos que estão em torno? Pretendem-se detectar esses longos momentos difíceis e invisíveis e a realidade de quem está vivendo cada fase.

Fotografamos e entrevistamos várias mulheres – entre elas a Moema, que está aqui conosco e que nos deu o seu depoimento, que faz parte desse projeto – do Brasil inteiro, de todas classes sociais, porque, infelizmente, o câncer é democrático e atinge pessoas de todas as idades e de todas as classes sociais.

Eu gostaria de fazer um adendo em relação ao que foi levantado aqui pelos Senadores. Sim, é importante, concordo totalmente com o que a Maria Aparecida falou – temos acompanhado isso há mais de dez anos: trata-se de fazer o exame e na maior população possível para que se atinja o maior número de pessoas. Claro, a nossa vontade é de que todas as pessoas pudessem ser atendidas, mas, se não dá, vamos onde está o maior foco.

O grande gargalo não está só aí. Muita gente recebe o diagnóstico, mas demora muito tempo para começar o tratamento. Enquanto em outros países há um número gigantesco também de detecção, como foi colocado pela própria doutora, de câncer de mama, são apenas 3% de mortalidade. No Brasil, esse percentual gira em torno de 23% de mortalidade. Isso acontece porque falta outro processo no caminho, que está além da própria mamografia. O que acontece depois que a mulher está com esse exame nas mãos? Como ela vai ser atendida? Onde estão os vários gargalos que acontecem aí?

E começamos a fotografar e a entrevistar mulheres que justamente mostram esse processo todo.

Próximo, por favor.

Fazemos diálogos, sempre em praça pública. Então, são oito milhões de pessoas que já passaram pelas exposições fotográficas, que já puderam assistir e ver. Mais de 40 mil pessoas participaram das palestras e dos diálogos no Brasil inteiro e fora do Brasil, devido a essa oportunidade que tivemos de fazer isso, muitas crianças, muitas escolas. Aqui mesmo, em Brasília, já estivemos com vários Ministros e Ministras, populações carentes, gente de tudo quanto é tipo, dentro dos shopping centers, onde invadimos a praia das pessoas, e elas têm a oportunidade ali de falar, conversar.

Hugo, vai me interrompendo.

O SR. HUGO ADOLFO LENZI – Seria um prazer. (*Risos.*)

É brincadeira.

Com isso, tivemos uma ampla cobertura da imprensa, o que aumentou o alcance desse trabalho e propiciou novos convites e novas oportunidades. Como resultado disso, fizemos um livro. A Deputada Moema tem alguns poucos exemplares, porque ele está esgotado praticamente no Brasil inteiro. Lançamos em 2010. Em função disso, a Vera foi nomeada embaixadora, para o câncer no Brasil, da *American Cancer Society*.

Em 2011, houve um encontro mundial sobre doenças crônicas não transmissíveis, justamente porque o câncer, o diabetes e as doenças cardiovasculares já estavam se tornando epidemias. Era necessário não apenas definir políticas governamentais, mas também contar com a participação e a opinião da sociedade civil.

Nesse sentido, nós fomos convidados. A Vera foi nos representar. Isso acabou resultando em um convite, quando nós fizemos, justamente no período da Assembleia Geral e desse encontro, a exposição nas Nações Unidas.

Foi um processo altamente interessante, que nós não vamos contar agora. Primeiro nós fomos convidados, depois eles lembraram que é proibido haver exposição nas Nações Unidas no período da Assembleia Geral, por questões de segurança e porque o público não pode assistir.

Então, nós fomos convidados e proibidos, até que, na última hora, o convite prevaleceu. Fomos censurados, o que fez com que a empresa desse uma cobertura imensamente maior. Por conta disso, a Secretaria Geral das Nações Unidas nos pediu para ficarmos mais 45 dias, para poder, justamente, ser exposto à população. E a exposição permaneceu lá.

Aqui, então, uma coletiva de imprensa.

A SRª VERA CRISTINA GOLIK – Interessante é que apenas em três ocasiões, nas Nações Unidas, foi tratada a questão de saúde.

O SR. HUGO ADOLFO LENZI – Exatamente.

Normalmente as questões de saúde são tratadas pela Organização Mundial de Saúde. A Assembleia Geral e o Conselho das Nações Unidas só tratam essas questões quando a coisa chega a um ponto de epidemia mundial.

Então, os três momentos foram, nos anos 60, sobre a poliomielite, o que desencadeou todas as campanhas de vacinação Sabin para tentar erradicá-la, nos anos 80, sobre o HIV/AIDS, e agora, no ano de 2010, sobre o câncer, o diabetes e as doenças cardiovasculares.

A SRª VERA CRISTINA GOLIK – Ali nós estamos, então, com o Presidente do Inca, o Diretor-Geral do Inca, Santini, com outros colegas, com a nossa Embaixadora real na ONU, a minha irmã, e o Padilha, que era Ministro da Saúde e ficou muito chateado com a história de nós termos sido censurados. Então, aonde ia receber um prêmio para a Presidente Dilma, ele levava um folheto mostrando a Dalva, que está aqui e teve coragem de mostrar os seios reconstruídos. E essa é a importância de que o doutor acabou de falar.

O Hugo sempre conta a história dessa pessoa.

O SR. HUGO ADOLFO LENZI – O nosso projeto foca essa questão a partir da humanização e da autoestima. Por mais que nós tenhamos as imagens das mulheres com as mamas sem reconstrução, com cicatrizes, etc., não é a imagem que nós queremos oferecer. Até porque as pessoas já têm um medo/estigma com o câncer, e nós queremos que as pessoas se engajem no tratamento, nos exames e nessa batalha contra o câncer. Então, não é o caso de se fazer uma propaganda de choque que leve as pessoas a se afastarem ainda mais. No livro e nas palestras, fazemos esse alerta, para que as coisas também não cheguem a esse ponto.

Quando eu fiz essa foto no Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro, essa senhora tinha 78 anos. Pela reprodução celular dela, pelo histórico desse câncer, ela o mantinha há mais de 10 anos. E só aceitou ser levada ao médico pela filha, porque ela sentia dores absurdas na coluna, devido ao peso desse tumor. E, nesse caso, só restavam cuidados paliativos, não havia mais nada a ser feito.

Então, isso é um alerta também. Por mais que não se mostrem as imagens chocantes, o câncer tem que ser tratado de forma séria.

A SRª VERA CRISTINA GOLIK – Nós fizemos essas campanhas dentro dos metrô, por isso foram mais de oito milhões de pessoas nos metrô de São Paulo e em vários lugares, mostrando que é importante, sim, você fazer o autoexame, porque a maioria das pessoas detecta no autoexame, mas que autoexame não é detecção precoce. Quando a mulher consegue detectar, ele já está grande. Por isso é importante fazer o exame de imagem. Por isso é importante toda essa batalha da qual nós falamos anteriormente, para que todos tenham acesso e possam perceber quais são as diferenças e coisas estranhas que acontecem no seu corpo.

Aí estão as exposições nos metrô, etc..

Vamos passar para a frente, porque temos muita coisa para falar.

Você quer contar a história da Dalva?

A exposição foi dividida em quatro momentos.

Pode passar o próximo, Hugo.

A descoberta, o processo, o apoio e a superação.

Isso está nesse folheto que está nas mãos de vocês, que mostra o que acontece com a mulher no momento da descoberta, o que é esse processo todo que ela vive, como é importante esse apoio – ou a falta dele – e a superação: como transformar a dificuldade que ela viveu numa oportunidade de crescimento.

Então, na descoberta, como já dissemos, sempre há medo, raiva, revolta, cada uma vai reagir de uma maneira. Aí a história da Dalva, que está na capa e em várias fotos, porque ela interpretou todos esses sentimentos que viveu. Ela não conseguia levantar os braços. Por isso ela virou a capa do projeto, porque tirou os linfonodos sentinelas e não avisou para nós. Os braços dela não levantavam mais do que isso, mas ela queria tanto compartilhar com as pessoas, ela queria tanto fazer a sua imagem, levar força e coragem para as pessoas que ela conseguiu se superar, superar a dor e fazer essa foto que está na capa. Então, ela mostrou o medo que sentiu, a solidão... Ela fugiu... Tudo o que ela viveu nesse processo.

No processo, nós mostramos vários casos. São mais de 70 fotos. Obviamente não vamos falar de todas elas aqui, mas da importância do tipo de tratamento que a Drª Luci faz, como várias pessoas fazem, oferecendo esse apoio, esse calor humano, estar ao lado da pessoa, oferecendo uma peruca, oferecendo um carinho, estando ali do lado, fazendo uma maquiagem, justamente nesse momento, dando todo esse carinho e calor humano.

No caso da Cláudia, ela começou a ter, com 18 anos, vários nódulos. Ela teve que tirar, e o marido dela falava que o seio mutilado era horroroso. Então, ela não conseguia nem se olhar no espelho por muitos anos, até fazer essa foto. Por isso nós a apresentamos em várias etapas.

Aqui a Cecília adotou uma menininha, porque não podia mais ter filhos...

A Juliana, não é, Hugo?

O SR. HUGO ADOLFO LENZI – É, a Juliana é um caso emblemático. É uma moça de 25 anos. Foi a primeira que eu fotografei para essa exposição. Foi a primeira mulher a conseguir, na Justiça, o direito de congelar os óvulos, para lutar pela maternidade gratuitamente. Não adianta dizer “ah, existe congelamento de óvulos” para um tratamento que começa em R\$15 mil e pode variar até R\$30 mil, R\$35 mil, ou seja, que não é acessível à população brasileira. Não é a realidade do Brasil.

Essa foto que está aqui atrás é da Juliana 15 dias antes de começar a quimioterapia. Era uma moça loira, de cabelo liso, comprido, olhos verdes, morena de sol. Cinco meses depois, ela já havia ficado careca, exibia os efeitos colaterais da cortisona e de outros remédios. Quando os cabelos voltaram a crescer, eles vieram negros, encaracolados, e os olhos dela mudaram de verde para castanho-escuro. É um caso raro que acontece principalmente em algumas mulheres, em algumas pessoas de olhos claros, mas ela não tinha mais condição de se reconhecer ao se olhar no espelho. E a nossa batalha foi exatamente para ela perceber que a sua essência era muito mais do que aquela aparência naquele momento. É o que ela mostra no final do ensaio.

A SRª VERA CRISTINA GOLIK – Aqui a Penha, que é uma líder de movimentos negros e também esteve conosco até o final. Infelizmente ela detectou a doença tardiamente. Tinha metástase no cérebro e veio a falecer.

Nós falamos justamente desse apoio, da relação médico-paciente, do carinho – como a Moema aqui citou –, da família, dos amigos nessa luta pela vida.

Então, por exemplo, a Alessandra foi abandonada pelo marido, que dizia que ela o fazia passar vergonha, porque ela andava careca no shopping e todo mundo olhava para ela. Era uma bobagem, claro. O cara já não prestava e a largou sozinha, com câncer, com duas crianças, cortou telefone, tirou dinheiro, ela não tinha trabalho – ela vivia para a família – e ficou, assim, muito desamparada.

O SR. HUGO ADOLFO LENZI – O detalhe, que não é detalhe, é que, infelizmente, o índice de abandono chega a algo em torno de 70%. Neste caso se trata, obviamente, de um canalha absoluto que, além de tudo – o que não foi colocado –, era médico. Então deveria ter, no mínimo, a capacidade de acompanhar e compreender este processo.

A SRª VERA CRISTINA GOLIK – Ela havia feito uma parte da reconstrução, mas ainda não havia feito a reconstrução do mamilo. Então, o Hugo optou por fotografá-la com as crianças, fazendo esse gesto de carinho.

A Suely, ao contrário, dizia que não iria reconstruir. Creio que esse é um ponto importante, não é, doutor? Como o senhor estava comentando, há pessoas que se negam. Elas falam: “Ah, não vou mais reconstruir, não vou estar lá...” E, por outro lado, nós mostramos o companheiro maravilhoso, ali do lado, que falou: “Eu quero você de qualquer jeito. Eu me casei com você, não com a sua mama”. E ela, por participar do projeto, por sentir essa força, recuperou a sua autoestima e veio para Brasília, quando abrimos a exposição aqui, para mostrar o seio reconstruído, para mostrar o quanto era importante para ela estar inteira novamente.

A Dulcineia.

O SR. HUGO ADOLFO LENZI – A Dulcineia é um caso emblemático, porque ela infelizmente reúne todos os aspectos mais negativos dessa questão.

É uma mulher negra, pobre, ou seja, faz parte das estatísticas daquelas que têm menor acesso aos exames, que, quando detectam a doença, levam mais tempo para iniciar o tratamento e que, portanto, têm um tratamento mais invasivo, pior, mais custoso, mais sofrido e com resultados piores e chances de sobrevivência menores. Mas, além de tudo, assim que ela foi operada e voltou para a casa, o companheiro, por ignorância e por prática, socava a sua mama operada. Ele dizia: “Você tem câncer, você vai morrer mesmo, então, deixa eu acabar logo com isso, porque aí eu fico com o barraco e a gente resolve tudo isso.”

Ela teve que fugir de casa e se refugiar na casa da mãe de criação. A única hora em que ela chorou enquanto nós estávamos conversando, nas várias vezes em que nos encontramos, foi quando ela contou da tristeza de nem poder mais voltar para a casa dela.

E ela demonstra também essa falta de compreensão, muitas vezes, dos profissionais da medicina em relação aos seus pacientes. A Dulcineia estava com metástase no pulmão quando nós fomos entrevistá-la e fizemos essa foto. Ela estava saindo de uma consulta com uma médica supercarinhosa, superdedicada, que deu uma receita para ela de um derivado de morfina, porque ela tinha dores enormes, e mandou-a para a farmácia do hospital público, em Salvador, para buscar esse remédio. Ela chegou lá, não havia o remédio e ela ouviu do farmacêutico: “Não tem.” Ela não teve a coragem de voltar para a deusa da medicina e pedir outra receita ou uma indicação de outro remédio. O farmacêutico não teve a humanidade de dizer: “Olha, este não tem, mas tem três outros que você pode tomar. Volte lá e peça para a sua médica indicar outro remédio.” E a médica não teve a compreensão de saber o público com quem ela lidava e dizer: “Você vai lá e, se não tiver, volta aqui. Vamos tentar resolver.”

Resultado, a Dulcineia rodou, durante o dia inteiro, até de noite, as farmácias de Salvador, subindo e descendo colinas com metástase no pulmão, quase sem conseguir respirar, para comprar um remédio do qual existiam três outros apenas com nome diferente na farmácia do hospital público, a 50 metros do consultório da médica que tinha acabado de atendê-la.

Por isso nós falamos da importância da humanização da medicina, de tratar os seres humanos com os direitos e a decência que eles merecem, sem detrimento nenhum da qualidade do atendimento e da capacidade técnica dos profissionais.

A SRª VERA CRISTINA GOLIK – Infelizmente, a Dulcineia faleceu. Quando levamos a exposição para Salvador, depois dessa foto, ela já havia falecido.

A Fabiana é um exemplo de médica, maravilhosa também, que está no nosso livro, assim como a Drª Luci e várias outras. A Drª Anelise, aqui de Brasília, atende no Hospital de Apoio, que é um hospital para pacientes terminais. É uma pessoa maravilhosa, que também faz um trabalho incrível. A Mônica Galvão é uma psicóloga daqui, de Brasília, que foi capaz de mudar até o próprio olhar, porque ela só cuidava dos outros, e as próprias filhas disseram que ela aprendeu a ser cuidada, deixar ser cuidada. A Maria do Socorro é uma médica que era chefe de oncologia do Hospital A.C. Camargo e passou a maquiagem as pacientes, porque sabia que o Hugo ia lá fotografá-las. Lembramos da Luci. A Rose, que é nossa amiga, infelizmente veio a falecer. Nós a acompanhamos durante dois anos, a que está do lado esquerdo. Até o seu cabelinho crescer, ela doou a peruca para a nossa outra amiga que havia recebido o diagnóstico, e aí a situação se inverteu: a Rose infelizmente teve uma metástase muito grave e faleceu.

E a superação, então. Como cada uma delas aprendeu com a doença a se superar, valorizar-se. Mesmo as que faleceram foram guerreiras, corajosas até o final.

A Edith – não vou contar a história de todas elas, porque não dá –, minha irmã, uma pessoa que teve câncer e, dez anos depois, teve de novo. É muito comum acontecer novamente dez anos depois.

A Marilena, creio que vale a pena ressaltarmos, até por causa daquele vídeo que foi passado aqui, do filme que mostra a paciente indo para a sala de cirurgia. Numa frase, ela conta que, quando teve câncer, 40 anos atrás, era realmente uma sentença de morte, porque não havia todos os recursos que temos hoje. E ela disse que, quando estava na maca, indo para a sala de cirurgia, falou assim para ela mesma: “Esse teto branco pode ser o teto da minha sepultura ou uma página em branco para eu reescrever a minha história. Eu vou reescrever a minha história.”

Ela fez essa decisão e dali brotou toda coragem para ela poder lutar por outras mulheres e poder fazer tudo o que ela fez e faz pelas mulheres com câncer.

Essa pessoa não sei quem é! (*Risos.*)

É a Deputada Moema Gramacho, querida do coração, que fala aí.

O SR. HUGO ADOLFO LENZI – Aqui a Moema está com o cabelo curtinho, estava crescendo o cabelo e a Moema tem uma história muito forte e justamente, por causa dessa história, nós fomos convidados pela Ministra Nilcéa a levar a exposição para Lauro de Freitas, na época da reeleição da Moema.

Durante a campanha, a Moema tinha recebido a garantia do médico de que a quimio que ele iria fazer não ia fazer ela perder os cabelos. Então, ela não tinha feito as fotos de campanha e, de repente, assim que ela começou a quimio, o cabelo começou a cair todo e a Moema teve que acabar fazendo. Ela era conhecida por ter os cabelos longos até a cintura, como ela não é muito grande, como todos nós sabemos, o cabelo fazia uma diferença enorme. Ela é enorme como pessoa, como coração, como coragem, mas, fisicamente, ela é pequeninha.

E ela sofreu a violência mais absurda do seu concorrente nas eleições, que num comício, em que ela estava fazendo com a peruca, ele mandou arrancarem a peruca dela, para dizer que, por motivos religiosos, ela estava careca, para não votarem nela, porque ela estava usando a religião e, etc., e tentou criar todo o tipo de discriminação, não vou entrar nos pormenores. O resultado foi o contrário do que ele esperava, porque ele fez até uma passeata com o caixão da Moema dizendo que, com câncer, ela já estava morta.

Ela que já tinha a maioria do apoio da cidade, um trabalho incrível naquela cidade, quando as diversas igrejas, os diversos militantes, de todas as linhas perceberam o que estava acontecendo, todos se uniram em torno dela e ela teve uma vitória esmagadora e nós tivemos a felicidade de participar da comemoração desse processo. Não só da comemoração, mas da reafirmação de uma luta contra a violência contra a mulher, está certo? E pelo respeito a todas as pessoas. E é de lá, desde essa época, que vem a nossa ligação, a nossa amizade e eu quero dar, mais uma vez, os parabéns à Moema pela coragem de conseguir passar por tudo aquilo e continuar nessa luta brilhantemente.

A SRª VERA CRISTINA GOLIK – E aí para encerrar, porque não vai dar tempo... Não, temos que falar do Sr. Amadeu, porque é muito importante, porque 1,5% dos casos, dos quase 60 mil novos casos, por ano, acon-

tecem em homens e os homens não fazem os exames, obviamente, não sabem e, quando eles detectam, normalmente, foi explicado para nós pelos médicos que pode ser muito grave, porque eles não têm nem o tecido mamário para poder segurar a doença, então, para ir para metástase é muito rápido e muito fácil e eles não se tratam por preconceito, acham que é doença de mulher, então, existe uma série de problemas e os homens, a maioria deles, morrem com câncer de mama, porque não se tratam e somam mais de mil casos por ano.

A Maria Cristina que teve durante a gravidez também, que foi como esse caso que aconteceu, mostrado no Fantástico, em que se superou e a Maria Cristina Torres teve e depois de 10 anos teve de novo. Nessa foto ela está com 60 anos – eu quero chegar aos 60 com esse corpinho aí –, ela começou a correr maratonas depois que ela tirou a segunda mama. Então, por isso mesmo que ela simboliza essa vitória, essa pessoa de vitória.

Aqui a Sueli, que ainda não tinha a mama reconstruída, mas que reconstruiu; a Cláudia que agora se olha no espelho, que casou novamente; a Alessandra que casou novamente também e já tem mais uma filhinha; e a Juliana que, no fim, o Hugo falou para ela: “Ju, como você está se sentindo?” Aí ela mostrou essa imagem e o Hugo pegou e fotografou.

E, para terminar, a gente fala que

Saúde não é uma condição em que a gente simplesmente escapa das influências negativas. É um estado altamente positivo, ativo, em que nós mesmos somos responsáveis pelas situações e problemas que enfrentamos e buscamos resolver. O termo paciente pode significar ficar à mercê da doença, como resultado de uma atitude passiva. Saúde, ao contrário, implica uma busca constante, significa ser agente do seu próprio bem-estar. No pensamento budista, uma vida saudável não quer dizer estar livre de dificuldades, mas, sim, ter a força para enfrentar e superar qualquer problema.

Essa frase é de Daisaku Ikeda, desse filósofo, líder humanista, que é nosso mestre da vida.

Então, agradecemos muito pela oportunidade de estar aqui. (Palmas.)

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Quero agradecer esse trabalho de Vera e de Hugo, eu sou suspeita para falar.

Mas eu queria dizer que muitas mulheres aí deram um exemplo de superação. E acho que isso é extremamente importante.

Gente, o nosso tempo está muito curto. E vou passar agora, imediatamente, a palavra para a Deputada Carmen Zanotto, que é uma guerreira, batalhadora também, que fez um belíssimo trabalho durante este mês e está aqui presente.

Nós temos que ir para a sessão às 17 horas. Está aqui conosco a Deputada Soraya, para quem também vamos passar a palavra, e, para finalizar, para a representante do Ministério, a companheira Stella.

Pois não, Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Obrigada, Deputada Moema, quero parabenizá-la por estar prestando esta audiência pública.

Eu presido a Frente Parlamentar de Prevenção, Diagnóstico e Tratamento do Câncer. Fui a primeira autora do projeto de lei que trata do prazo de 60 dias para tratamento do câncer. Apresentei um PL que pedia em 30 dias os procedimentos para o tratamento do câncer, e a Deputada Flávia, no ano seguinte, também apresentou um muito similar, e os nossos dois PLs foram apensados ao do Senador Osmar Dias, que tratava dos medicamentos para dor no câncer, e hoje temos a Lei nº 12.732, exatamente com o olhar do Dr. Marcelo Sampaio.

Por que eu apresentei o projeto de lei? Eu, que sou enfermeira de formação e havia sido Secretária Municipal e Secretária de Estado em Santa Catarina, apresentei-o em função de dois diagnósticos, tanto o da hoje Presidente Dilma como o do ex-Presidente Lula, que mostraram para a sociedade brasileira como um todo que, quanto antes você tem o diagnóstico e o tratamento, você tem chances absolutas de cura. E eu tomei muito cuidado, porque eu tinha toda a base de dados do Tribunal de Contas da União. Eu sou de um Estado, podemos dizer, até mais favorecido com relação ao acesso a alguns procedimentos que tínhamos desenhado. Havia a rede, conforme a portaria do Ministério da Saúde, para os procedimentos de quimioterapia e radioterapia. O acesso era com fila de espera, mas não por tanto tempo como se vê em algumas regiões do País. Realizamos audiências públicas – a Deputada Moema e a Deputada Soraya estavam conosco – em regiões em que as pessoas estão esperando há mais de um ano, mesmo com a lei que fala dos 60 dias, e o nosso desejo era de 30 dias.

Por que estou falando isso? Porque tenho esse olhar. E defendo, aqui na Casa, que temos que querer para os outros aquilo que queremos para a nossa família. E quem defende o Sistema Único de Saúde tem que lutar para isso.

E vou explorar, porque há três médicos aqui na Mesa. Estou sendo muito teimosa em relação às mamografias a partir dos 40 anos. Apresentamos o PDC na Câmara, que foi aprovado. E quero dizer, com muita clareza: não estou dizendo que as mamografias estão proibidas para as faixas etárias acima de 50 anos; estou dizendo que, prioritariamente, deve ser feita, segundo orientação do Ministério, a partir dos 50 anos, e não mais dos 40, como diz a Lei nº 11.664.

E estou afirmando isso aqui porque já disse para a Drª Maria Inez Gadelha e para toda a equipe do Ministério, inclusive, na última quinta-feira, quando tivemos uma audiência pública, Deputada Moema, tratando da judicialização na saúde, que eu só vejo um caminho, porque uma portaria não pode ser superior a uma lei. Então, o Ministério precisa estudar e mandar para nós.

Mas não posso perder a oportunidade de haver três especialistas na Mesa e não perguntar aos senhores qual é a posição dos senhores e das senhoras com relação às mamografias. Se devem ser prioritariamente a partir de 50 anos ou se estamos tendo uma escala de escolha prioritária, em função da magnitude do Sistema Único de Saúde, das questões que todos nós sabemos. Eu sou gestora, estava em uma audiência pública e não pude acompanhar as primeiras falas com relação aos medicamentos de alto custo, com o Dr. Miguel do Nascimento, e as ações judiciais que tratam do subfinanciamento do SUS. Então, a minha pergunta é esta: qual é a posição com relação a essa questão das mamografias?

Acerca das cirurgias de reconstrução de mama, eu tenho uma história familiar. Quando minha mãe teve câncer de mama, em 1992, nós rezávamos para que ela tivesse cinco anos de vida pelo menos, e Deus está permitindo que ela tenha 90 anos de idade com saúde plena. Ela diz até hoje que foi exagero dos médicos, e nós a deixamos dizer, mas a minha mãe fez mastectomia total, lindíssima, com a mama pequenininha, a coisa mais linda do mundo, mais preciosa. Não fizemos a reconstrução da mama dela naquele momento por absoluta ignorância. Eu, como enfermeira, naquele momento, não percebi a importância de reconstruir a mama dela em função da idade. Olhem que burrice, para não dizer outra coisa, não é?

Burrice, ignorância, tudo junto e misturado, ou até mesmo pelo conflito que estávamos vivendo em função da gravidade do câncer. E eu defendo que todas as mulheres devem fazer.

Diferentemente da grande maioria dos homens, meu pai acolheu, não teve dificuldade alguma. Minha mãe não teve dificuldade afetiva alguma. Perdemos nosso pai há 17 anos, de infarto, mas ele foi um homem belíssimo com relação a isso. Domingo mesmo, pudemos presenciar, em um evento, na minha cidade, uma jovem mulher, mastectomizada também, abandonada pelo marido. O número de homens que abandonam é muito maior – exatamente os dados que o senhor colocou para nós, Sr. Hugo – porque eles não conseguem suportar a mutilação.

E o baixo número de mulheres que têm a oportunidade de fazer a reconstrução me preocupa muito. Muito, muito, muito, muito! Existe na minha cidade um hospital de referência em que implantamos a quimioterapia e a radioterapia, mas, quando você vê, 95% das nossas mulheres não têm acesso à reconstrução de mama pelo Sistema Único de Saúde.

O número de mulheres que têm acesso, pelos seus planos de saúde, acesso privado, particular, é uma coisa, mas quando olhamos para a grande maioria da população, deparamos, ainda, com o difícil acesso. E não que não estejam na tabela do Sistema Único de Saúde, é porque não há vaga no centro cirúrgico, ou no hospital público a licitação das próteses não foi feita, ou não há um expensor de pele. Aí, cada dia é um motivo, e a coisa vai indo, vai indo, vai indo.

Deputada Moema, Deputada Soraya, vou encerrar, ou vou falar demais. Mas vou um pouco além: todos os dias são dias de falarmos de câncer. Nós estamos encerrando o Outubro Rosa, vamos começar o Novembro Azul, mas não são dois meses por ano. Porque, quanto mais essa população, independentemente do seu tipo de câncer, continuar esperando, mais haverá homens e mulheres com sequelas gravíssimas, ou até sem poder ter uma qualidade de vida, ou com um óbito que poderia ter sido evitado, uma vida prolongada, com qualidade, porque não tiveram acesso a esses procedimentos.

Esta Casa é responsável por isso, nós todos, quando falamos de financiamento. E aí eu entendo o lado do Ministério e dos Secretários, quando dizem que temos de enfrentar o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde. Mas esta questão hoje específica, da reconstrução de mama, é uma pauta que precisamos, Deputada Moema e Deputada Soraya, ter com muito mais frequência.

O que temos ali na rua é exatamente tudo o que foi apresentado aqui. Até existe acesso à cirurgia, à mastectomia, à quimioterapia e à radioterapia, mas o acesso à reconstrução da mama, que é fundamental para dar dignidade e autoestima, é difícil.

Eu sou da época em que a prótese era confeccionada pelas mulheres da Rede Feminina, com bolinha de isopor, com arroz, com não sei o quê. O sutiã era uma coisa horrível. Entregávamos aqueles sutiãs que mais pareciam uma armadura. Hoje são disponibilizados sutiãs para colocar prótese de silicone externa mesmo,

com rendinha, colorido; não é só aquele bege padrão. As coisas evoluíram, e nós temos de ajudar as mulheres a terem acesso a essas tecnologias.

Nós da Comissão Mista de Violência Contra a Mulher devemos lutar por isso. Setenta por cento dessas mulheres abandonadas sofreram violência psicológica; uma delas até sofreu violência física, para morrer de uma vez e largar o barraco. Aqui estão alguns exemplos bem fotografados e bem relatados pelos senhores.

Quantas marias, joanas, carmens, moemas, sorayas, e assim sucessivamente, temos País afora, anônimas, vivendo neste momento aquilo de que estamos falando aqui, agora?

Então, parabéns aos senhores e às senhoras. Se puderem me responder sobre a questão da mamografia, eu ficaria muito feliz.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Obrigada, Deputada Carmen. Muito boa a sua intervenção.

Quero passar à Deputada Soraya; depois, retornamos à Mesa.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Boa tarde a todos.

Deputada Moema, Deputada Carmen, eu não poderia deixar de dar uma passada aqui. Até quero justificar a nossa ausência para os palestrantes que não conhecem o ritmo da Casa. Esta Casa funciona como um organismo vivo. As coisas acontecem ao mesmo tempo. Como são médicos, entendem muito bem que o coração não para de bater enquanto se está dando atenção ao fígado e assim por diante.

Nós estávamos em uma missão lá na CCJ, mas não poderia deixar de estar aqui presente, Moema. A Deputada Maria do Rosário está tentando chegar. Ela ficou lá, trago já antecipadamente um abraço dela. Não vou fazer pergunta direta alguma, vou deixar uma pergunta no ar, até porque não os ouvi ainda, mas, graças a Deus, está gravado e faço questão de ouvir cada uma das falas.

Quero apenas agradecer por ter conseguido chegar na hora certa, porque a vida sem essa filosofia que compõe a alma não tem razão de existir.

Esse é um trabalho muito árduo e muito duro que envolve um tripé: a natureza humana, a natureza espiritual e a natureza familiar. Quando atuam em conjunto, com certeza, geram outro resultado.

Portanto, só por vocês estarem nessa causa, eu queria cumprimentá-los, dar os parabéns, agradecer a mensagem no momento em que cheguei.

Queria dizer, Deputada Moema, que, como V. Exª sabe, eu sou Presidente da Comissão de Finanças, e a forma como cada uma de nós pode ajudar nas causas é ter o cuidado de dar atenção aos projetos que envolvem essa área.

Na quarta-feira, Deputada Moema, votaremos todos os projetos que passam pela questão da prevenção do câncer do útero ou de qualquer natureza, de que sou relatora. Teremos a preocupação de buscar os médicos e as mulheres para defender o tema.

Há 15 dias, houve um questionamento, da Deputada Mara Gabrilli, sobre a prevenção em mulheres portadoras de deficiência. E trago aqui a notícia, Deputada Moema, que não informei naquele dia, de que, nesta quarta-feira, estamos com um projeto tramitando na CFT, segundo o qual vamos assegurar o tratamento das portadoras de limitação física. Esperamos passá-lo em plenário muito em breve. Esse é o resultado de um projeto que chegou lá, e estamos garantindo que o SUS possa adaptar os exames dessas pessoas que, hoje, ainda não estão adequados. Esse projeto será votado na quarta-feira, eu sou a relatora. Há o sentimento de que o Colegiado está muito sensível a essa causa.

O meu questionamento, Deputada Moema, é uma preocupação que trago em relação às próteses. No Brasil, a prótese, ainda que tenha surgido tão necessariamente para a correção de uma cirurgia, também é usada no padrão de beleza. Eu queria saber, deixar esta pergunta no ar: como nós estamos monitorando a questão da mama, que fica, muitas vezes, encapsulada, quanto ao surgimento de problemas sérios, já antecipando?

Quando ouvimos, Deputada Carmen, falar em 40, 50 anos, a pergunta é: nós estamos monitorando o índice de jovens que estão antecipando essa doença por conta da utilização da prótese? É uma dúvida que tenho. É uma escolha? É uma escolha, mas a utilização da prótese pode provocar, nas adolescentes, uma antecipação? Não sei e quero compartilhar a dúvida que tenho, porque sou muito procurada em palestras. Eu não sou médica, minha formação não é de médica, mas trago essa dúvida para vocês, que são pessoas da área. Porque muitas jovens, muitas adolescentes, com idade de 15, 16 anos, já utilizam a prótese por questões de padrão de beleza, o que é um direito de cada um. Mas eu queria saber se existe algum estudo, se a utilização precoce poderia antecipar ou não a doença.

No final, Deputada Moema, gostaria de parabenizar V. Exª pela iniciativa desta audiência, que é tão necessária, e parabenizar a emoção da Deputada Carmen, que sempre nos contagia com suas histórias pessoais, que se somam às profissionais e fazem dela uma Parlamentar que defende, com muita emoção, através de suas vivências, o conjunto de seus projetos.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Obrigada, Deputada Soraya.

Boas notícias V. Exª trouxe. Com certeza, nós teremos muitas outras boas notícias, porque os projetos que passarem pela Comissão que V. Exª preside, com certeza, terão o acolhimento necessário.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Se V. Exª me permite, gostaria de fazer apenas uma colocação.

A minha comissão é culturalmente conhecida como aquela que mata os projetos, porque envolve a questão orçamentária. Então, o fato de eu ser mulher – sou a segunda mulher a presidir a Comissão – fez com que inventássemos uma ginástica a fim de não deixarmos de acolher os projetos. E temos muito orgulho de esses projetos estarem passando – não só esse, como vários projetos de inclusão – na Comissão, com muita sensibilidade, por conta de todo o Colegiado, que é o olhar feminino que se soma.

Por esse motivo, estamos muito orgulhosas de dar mais essa notícia, que, talvez, fosse impossível, ainda mais num momento de crise, não é, Deputada Moema?

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – E nós, orgulhosas de ter uma mulher presidindo uma comissão, que, historicamente, é presidida por homens.

Eu queria passar a palavra agora para a companheira Stella, que está representando aqui a nossa ex-Ministra e Vice-Ministra da Mulher, Eleonora. Logo depois, peço aos membros da Mesa que responda aos questionamentos feitos pelas Deputadas.

Pois não, Stella.

A SRª STELLA RIBEIRO DA MATTA MACHADO – Boa tarde a todos e a todas.

Em nome da Deputada Moema, eu agradeço o convite. A nossa Secretária Especial está em viagem, por isso não pôde comparecer a esta audiência. O tema é muito relevante, muito caro para a Secretaria Especial de Política para as Mulheres.

A Secretaria é parceira nas ações do Outubro Rosa, dos demais entes governamentais. Temos parceria com o Ministério da Saúde em diversas ações de políticas de saúde, como na que diz respeito ao câncer. A reconstrução da mama é um dos temas que pautamos junto ao Ministério da Saúde. Infelizmente, vivemos um momento de dificuldade na saúde, vivenciamos isso muito aqui em Brasília atualmente, mas acreditamos que, juntos, vamos superar os desafios e reivindicar mais qualidade.

Os participantes desta Mesa trouxeram suas questões. Uma delas é a formação do profissional, uma formação técnica e humanizada de atendimento e de acolhimento dos pacientes. No SUS, infelizmente ainda enfrentamos uma realidade, que é a do racismo institucional. Já temos dados que comprovam que mulheres de baixa renda e negras são as mais proteladas no atendimento. Infelizmente, é uma realidade cujas questões temos buscado enfrentar, pautando o debate e as capacitações. Outras questões também são de ordem financeira e de qualidade da atenção. Muitas mulheres têm o diagnóstico, mas até o início do tratamento há essa demora, que, infelizmente, contribui para o agravamento dos quadros da doença e dificulta o tratamento.

Eu quero aqui reafirmar o compromisso da Secretaria de levar esta discussão. Quero reafirmar a importância principalmente de um dos temas desta audiência, que diz respeito à reconstrução mamária. Infelizmente, muitas ações previstas na nossa legislação são proteladas, entre elas a reconstrução mamária.

Para encerrar – sei que esta audiência já está no final –, a Secretaria Especial de Política para as Mulheres trabalha no sentido de que a mulher tenha acesso às informações, e aí eu concordo que não seja somente em um mês, mas em várias épocas do ano, em vários momentos, que essas informações cheguem em várias instâncias.

A Secretaria procura apoiar campanhas através do financiamento de convênios com os governos municipais, estaduais e organizações da sociedade civil. Na Coordenação de Saúde, são diversos os convênios no sentido de apoiar campanhas de combate e de prevenção ao câncer.

Estamos, então, abertos a continuar nessa luta e levar adiante este assunto dentro do Governo, de reafirmar a importância dessa questão.

Agradeço a participação.

Muito obrigada! (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Nós é que agradecemos, Stella. E peço que agradeça também a nossa companheira Eleonora, que tem sido muito presente nesta Casa e tem nos ajudado muito.

Transmita os nossos agradecimentos também à Ministra Nilma.

Eu queria passar a palavra agora para o Dr. Marcelo, que vai falar sobre a questão da prótese, e, depois, para a Drª Aparecida, que vai falar sobre a questão da mamografia, que já debatemos bastante anteriormente, mas que é importante que se ouça também dela.

Pois não, Dr. Marcelo.

O SR. MARCELO SAMPAIO – Deputada Carmen, é um prazer conhecê-la pessoalmente. Fico feliz em saber que V. Exª teve uma participação neste projeto de lei ou na lei que dá o direito à mulher de se tratar em 60 dias. Nós comentamos isso no almoço.

É uma lei espetacular, porque quem tem o diagnóstico e não consegue tratar passa por um sufoco incrível.

Também fico feliz. Volto para São Paulo esperançoso de que as coisas mudem, que as mulheres tenham acesso, porque percebo que V. Exª tem conhecimento de causa do problema. V. Exª sabe dos detalhes do problema, dos detalhes da patologia, das dificuldades que os pacientes encontram em acessar esse tipo de tratamento.

Também tranquilizo V. Exª para o fato de que, em 1992, quando sua mãe tratou de um câncer, ainda havia dúvida sobre se a reconstrução deveria ou não ser feita imediatamente. Portanto, não se culpe de não ter oferecido esse tipo de tratamento à senhora sua mãe.

Por fim, em relação ao silicone. O silicone é um aloplástico derivado de sílica, que é areia, que se utiliza na prática clínica há mais de 50 anos. O silicone não surgiu agora. Ele sempre foi o vilão de uma série de circunstâncias. Sempre se questionou muito em relação ao silicone, se causava ou se favorecia o surgimento do câncer de mama, se causava doença articular, doença autoimune. Sempre se tentou relacionar ao silicone algum evento adverso danoso à saúde da mulher, por se tratar de uma cirurgia estética e, portanto, supérflua.

E, até hoje, em 2015, eu posso lhe afirmar que não existe exame algum na literatura médica que comprove uma associação entre silicone, implantação de silicone e aparecimento de câncer de mama. Portanto, eu acho que essa era a questão.

Mais uma vez, agradeço a oportunidade, parablenizo as Srs Deputadas e volto para São Paulo esperançoso de um País melhor e de uma saúde para as mulheres mais efetiva e melhor para todos nós.

Eu não sabia dessa movimentação inteira na Casa, na Câmara dos Deputados. Eu acho que a maior parte da população não conhece os detalhes dos trabalhos que V. Exªs fazem nesta Casa. Deveria haver uma divulgação mais ampla para que as pessoas tomassem conhecimento.

Muito obrigado pela oportunidade. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Drª Aparecida.

No final, faço meus agradecimentos ao Dr. Marcelo.

A SRª MARIA APARECIDA PEREIRA – Eu fico muito feliz de ver que temos, trabalhando nesta causa, mulheres. Porque, por mais que o homem defenda, ache importante, eu penso que o sentir-se mulher, o sentir o que é uma mama só uma mulher pode dizer o que significa, porque ela que vivencia isso no seu dia a dia.

Então, eu parablenizo as Deputadas e eu acho que é isso aí, nós mulheres temos de fazer a diferença.

Com relação à mamografia, defendo o que a Sociedade Brasileira de Mastologia defende: mamografia após os 40 anos. Agora, não podemos deixar as coisas só no papel, porque não adianta ficarmos defendendo a lei, defendendo o que deve, o que deve, o que deve, e ela não estar sendo cumprida. Na Capital Federal, isso não é cumprido.

Então, tem-se de lutar para que as coisas saiam do papel. E que fique bem claro: é importante fazer depois dos 40? É. E na população alvo, em que há mais câncer? Ela não está sendo feita.

Essa é a minha colocação.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – O que não significa que não entendamos que tem de priorizar o público alvo e continuar lutando para que tenhamos condições de fazer para todas aquelas que a lei define. Essa é uma tarefa nossa, além de lutar por isso, juntamente com os órgãos públicos, de forma geral.

Diferentemente até do que ouvi anteriormente, eu acho que tem de ser uma parceria mesmo entre os entes federados, Município, Estado e Governo Federal. Tem de haver parceria. Não pode também dizer que é dever só de um. Eu acho que é um trabalho conjunto, um esforço coletivo que precisa ser feito.

No mais, eu queria dizer que, tendo em vista a hora, só por conta disso, nós vamos ter de finalizar. Daqui a pouco, começa a Ordem do Dia, e vamos ter de sair correndo.

Já começou?

Então, vamos ter de correr para o plenário, porque essa é a nossa vida aqui.

Ainda tem isso, Dr. Marcelo. Aqui, temos de fazer tudo ao mesmo tempo, agora.

Antes de encerrar, eu queria oferecer estes livros. Não há para todas, eu tive que escolher algumas pessoas. Para o pessoal que está aqui em Brasília, eu posso depois providenciar.

Mas quero finalizar agradecendo ao Hugo e à Vera. Eu sou suspeita por isso porque eles foram muito importantes em um momento difícil da minha vida. Eles retratam a superação de mulheres poderosas, maravilhosas. Eu acho que transformar a realidade em poesia e em fotografia, como eles fazem, é uma arte.

Vocês são uns artistas, verdadeiramente. Eu agradeço muito. Com essa arte, vocês têm contribuído muito para a superação dessas mulheres, e de homens também, como vocês acabaram de citar aqui.

Quero agradecer à Drª. Luci, dizer que foi muito importante a sua presença aqui. Nós queremos estar juntas, as mulheres e os homens desta Casa – vimos aqui os Senadores que participaram –, no sentido de melhorar toda a rede pública para garantir melhores condições de trabalho para os técnicos e de vida para as mulheres.

Quero agradecer à Drª Aparecida e dizer que estamos aqui também para nos somar a essa batalha, não só aqui no Distrito Federal, mas na causa como um todo.

Quero agradecer à Stella e transmitir o agradecimento às nossas ex e atual Ministras.

E quero não apenas agradecer ao Dr. Marcelo, por estar aqui hoje, por dar o seu depoimento, o seu testemunho em relação às mulheres que tem acompanhado, mas fazer uma confissão de público: depois da cirurgia que o senhor fez, eu nem sabia mais que tinha câncer. Eu nem achava mais que tinha câncer, de tão feliz que estava com a minha mama. Portanto, parabéns e muito obrigada pelo seu trabalho. Eu acho que muitas mulheres que passaram pelo senhor devem ter sentido essa felicidade, pois o senhor diminui o sofrimento de muitas mulheres. Continue assim: diminuindo o sofrimento das nossas mulheres. Mulher não foi feita para sofrer, com certeza. Parabéns ao senhor pelo seu trabalho!

Queria agradecer às Deputadas aqui presentes, inclusive em nome de Carmen Zanotto.

Depois eu consigo outro livro para você, Soraya, mas queria ofertar um para a Bancada Feminina da Câmara e para a Senadora Simone Tebet, que é a Presidenta da Comissão do Senado. Quero também deixar um livro para ela e dar um para o Dr. Marcelo. Mas farei isso depois, pois sei que as Deputadas precisam sair para o plenário, e queremos fazer uma foto da entrega dos livros.

Quero agradecer a todos os senhores e as senhoras aqui presentes, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, que passaram a tarde aqui; agradecer à nossa assessoria; agradecer a você, Michele, minha filha, porque nós fizemos um pacto, naquela época, e ela disse: “Minha mãe, cuide da sua campanha que eu cuido da sua saúde”. E vencemos a campanha e o câncer.

Então, Michele, muito obrigada pela sua existência e por estar sempre presente na minha vida. (Palmas.)

Quero agradecer a toda a equipe do Senado e da Câmara.

Obrigada.

Agora, a formalidade: nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigada a todos. (Palmas.)

(Iniciada às 14 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 20 minutos.)

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 10 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e dois minutos do dia dez de novembro de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher – CMCVM, com a presença das Senadoras Angela Portela, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Fátima Bezerra e Regina Sousa; das Deputadas Conceição Sampaio, Elcione Barbalho, Laura Carneiro, Christiane de Souza Yared, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Flávia Moraes, Dâmina Pereira, Benedita da Silva, Margarida Salomão e Maria do Rosário; e do Deputado Jean Wyllys. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à realização de Audiência Pública para discussão do tema “a situação da violência sexual contra as mulheres nas Universidades brasileiras” e deliberação de Requerimentos. A Presidência convida para assento à mesa e exposição as seguintes participantes: Aline Yamamoto, Secretária-Adjunta de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres - SPM; Paulo Gabriel Soledade Nacif, Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação; Eva Alterman Blay, Doutora e Professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo; Andréa Pacheco de Mesquita, Assistente social e Professora do curso de serviço social da Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Às quinze horas e vinte e dois minutos assume a Presidência a Deputada Luizianne Lins. A Presidência interrompe a Audiência e inicia a parte Deliberativa da Reunião. Em pauta a deliberação de requerimentos apresentados. A Presidente procede à leitura dos requerimentos nº 35, 36 e 39, de 2015, de autoria das Senadoras Vanessa Grazziotin e Simone Tebet. Os Requerimentos são colocados em discussão. Colocados em votação na Câmara dos Deputados, são aprovados. Colocados em votação no Senado Federal, são aprovados. A Presidente procede à leitura do requerimento nº 37, de 2015, de autoria da Deputada Luizianne Lins. O requerimento é colocado em discussão. Em votação na Câmara dos Deputados, é aprovado. Em votação no Senado Federal, é aprovado. A Presidente procede à leitura do requerimento nº 38, de 2015, de autoria das Senadoras Simone Tebet e Vanessa Grazziotin e das Deputadas Dâmina Pereira e Elcione Barbalho. O requerimento é colocado em discussão. Em votação na Câmara dos Deputados, é aprovado. Em votação no Senado Federal, é aprovado. A Presidente procede à leitura do requerimento nº 34, de 2015, de autoria da Deputada Keiko Ota. O requerimento é colocado em discussão. Em votação na Câmara dos Deputados, é aprovado. Em votação no Senado Federal, é aprovado. A Presidente procede à leitura do requerimento nº 40, de 2015, de autoria da Deputada Carmen Zanotto e outros. O requerimento é colocado em discussão. Em votação na Câmara dos Deputados, é aprovado. Em votação no Senado Federal, é aprovado. Após a deliberação dos requerimentos apresentados, a Presidência dá continuidade à Audiência e convida para assento à mesa e exposição as seguintes participantes: Tâmara Terso, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Juventude da Secretaria Nacional de Juventude; Nalu Faria, Presidente da Marcha Mundial das Mulheres; Luciana Loureiro - Procuradora da República e Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão em Brasília do Ministério Público Federal (Procuradoria-Geral da República); Sônia Marise, Diretora da Diversidade da Universidade de Brasília e Luiza Ribeiro, Representante do Coletivo Feminista Geni da Faculdade de Medicina da USP – FMUSP. Terminadas as apresentações, a Presidência passa a palavra aos oradores inscritos. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Deputado Jean Wyllys, Senadora Regina Sousa, Deputada Margarida Salomão e Deputada Erika Kokay. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da 13ª e 14ª Reuniões. As atas são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às 17h52, lavrando eu, Gabriella Macedo do Vale, Secretária-adjunta da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora SIMONE TEBET
Presidente

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. Bloco/PMDB - MS) – Havendo número regimental, declaro aberta a 14ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à realização de uma audiência pública para debater a situação da violência sexual contra as mulheres nas universidades do País e à apreciação de alguns requerimentos na segunda parte.

Importante dizer que este é um requerimento que foi solicitado pela nossa Relatora, Deputada Luizianne Lins. Ela já está a caminho. Houve um problema com o voo, atrasou um pouquinho, mas em menos de dez minutos ela estará conosco. E ela vai, com muito prazer, presidir esta audiência pública. Mas nós já iniciaremos os trabalhos, para não atrasarmos ainda mais.

É importante, ao dar as boas-vindas às senhoras e aos senhores convidados e também àqueles que irão fazer as suas apresentações, dizer que esta audiência pública será realizada em caráter interativo. O que significa que é possível a participação popular através dos nossos veículos aqui do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, tudo junto, e do Alô Senado, através do número 0800 61 22 11.

O requerimento que foi aprovado, da Deputada Luizianne Lins, tem aqui como justificativa que as instituições de ensino superior são espaços privilegiados de conhecimento. Historicamente, foram criadas para difundir o conhecimento e os valores humanísticos, mas vêm também sendo espaço de muita violência, infelizmente.

Os casos de violência sexual nas universidades sempre aconteceram de forma velada, mas ultimamente percebemos que, a cada dia, vem aumentando. E sabemos que as estatísticas sobre agressões sexuais em universidades brasileiras não existem, mas os casos se repetem por todo o País.

Agressões cometidas pelos próprios estudantes e por pessoas de fora da universidade, que entram no campus por falta de segurança. Entendemos que a universidade também tem que ser ouvida e, se for o caso, responsabilizada.

Segundo dados encaminhados pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, estima-se que a cada doze segundos uma mulher é estuprada no País. E aqui vêm alguns dados a respeito da violência que, infelizmente, acomete as mulheres no Brasil. E ela, portanto, faz os convites aqui às autoridades que estão presentes.

Sem mais delongas, portanto, eu gostaria de convidar nessa primeira rodada de discussão, para compor a Mesa, a Sra Aline Yamamoto, Secretária-Adjunta de Enfrentamento à Violência contra a Mulher da Secretaria de Políticas para Mulheres.

Seja bem-vinda. (*Palmas.*)

O Sr. Paulo Gabriel Soledade Nassif, que é Secretário de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

Seja muito bem-vindo. (*Palmas.*)

A Sra Eva Alterman Blay, nossa ex-Senadora da República, a quem, com muita satisfação, eu convido para compor a Mesa. Hoje, é doutora e professora da Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Seja bem-vinda, Senadora. (*Palmas.*)

E, por fim, a Sra Andréa Pacheco de Mesquita, assistente social e professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

Bem-vinda. (*Palmas.*)

De acordo com o Regimento Interno desta Casa, do Senado Federal, e também da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas:

Como são muitos os nossos palestrantes, estaremos ouvindo aqui os nossos convidados, estaremos dando, em um primeiro momento, um tempo máximo de dez minutos de exposição, porque, em seguida, nós abriremos a fase de interpelação pelas Sras Deputadas e Sras Senadoras, para que possamos aqui ter um debate e não ficar só em um monólogo.

A palavra será dada aos Parlamentares pela ordem de inscrição, que, a partir de agora, já está aberta.

E neste momento, antes de passar a palavra à primeira da lista, eu gostaria apenas de comunicar não só aos membros desta comissão, mas também a todos aqueles que estão nos vendo pela TV Senado e nos ouvindo pela Rádio Senado, que ontem saiu o novo Mapa da Violência Contra a Mulher no Brasil. Infelizmente, os números são assustadores. Todo o avanço que tivemos no início da implantação da Lei Maria da Penha, que acabou de completar nove anos, ela começa a se perder, no sentido de que os números voltaram a aumentar. E aí não cabe a discussão aqui, neste momento, é claro, se aumentou a violência ou se aumentou o denunciamento.

Na grande realidade, o importante é que existe um número assustador e esse não depende de coragem das mulheres no sentido de denunciar. Ou seja, demonstra realmente o grau de violência do País em relação às suas mulheres, em relação ao número de assassinato de mulheres. Dos 83 países pesquisados, nós somos o quinto país no que se refere a esse tipo de violência. A maioria desses casos é dentro dos próprios lares, cometidos pelos próprios familiares. Um terço da violência contra a mulher é cometida por parceiros ou ex-parceiros e um número que nós iremos aqui, na comissão, no momento oportuno, abordar com muita seriedade e que nos preocupou muito foi que, enquanto a média da violência contra a mulher branca caiu na média de 9%, o aumento da violência contra a mulher negra aumentou mais de 50%.

Então, esse é um número que não pode ficar oculto. É preciso que nós, da comissão, tomemos providência; e iremos tomá-la no momento oportuno. É que eu não poderia deixar passar isso em branco, uma vez que o Mapa de 2015 saiu exatamente ontem, Deputada Maria do Rosário. E os números realmente nos entristecem e são generalizados. E nas capitais é interessante: com aumento expressivo nos menores Municípios deste País.

Mas, neste momento, o assunto é a violência contra a mulher nas universidades. Esse é um assunto realmente preocupante porque também o Mapa da Violência aponta que a grande faixa de vulnerabilidade da mulher é na adolescência, principalmente na faixa etária dos 18 anos de idade. Isso realmente, nesse aspecto, faz com que esta audiência pública seja muito bem-vinda. Ela vem em boa hora. Tenho de parabenizar a nossa Relatora, que já está chegando no máximo em cinco minutos.

Eu pergunto à Mesa se alguém quer começar as falas ou se eu posso já passar, de imediato, pela ordem em que as anunciei.

Posso, então? (*Pausa.*)

Passo a palavra, neste momento, à Secretária-Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, a Srª Aline Yamamoto.

A SRª ALINE YAMAMOTO – Boa tarde a todas e a todos aqui presentes.

Eu gostaria primeiramente de parabenizar esta comissão por trazer um tema tão importante para ser discutido aqui, nesta audiência pública, que é a questão da violência sexual, em especial, nas universidades.

Cumprimento todos os meus colegas de Mesa em nome da Senadora Simone, que é a Presidente desta Comissão, e todas as Parlamentares presentes, todas as pessoas que vieram participar desse debate aqui conosco.

A minha fala vem muito no sentido de a gente refletir sobre o cenário de violência que a gente tem no nosso País, em especial a violência sexual contra as mulheres, meninas, adolescentes, que, infelizmente, os dados apontam. No passado, o Ipea fez um estudo estimando que cerca de 527 mil pessoas são vítimas de estupro ao ano no Brasil. Isso significa que a gente tem, conforme os dados do Fórum de Segurança Pública, a anuário que foi publicado em relação a dados de 2014, e também lembrando de 2013, nós temos aproximadamente 50 mil casos de estupro que são denunciados, são levados ao Sistema de Segurança e Justiça. Isso representa, então, menos de 10% dos casos estimados.

Então, um dos grandes problemas quando a gente fala de uma sociedade desigual, quando a gente fala de violência sexual, a gente está falando de uma cultura do estupro, uma cultura que naturaliza a violência sexual contra as mulheres, em que as mulheres são objetificadas, são objetos de posse, um corpo a ser possuído, a ser dominado, e, como a gente vê nos relatórios do mapa da violência, muitas vezes a serem descartados.

Então, essa é a gravidade do cenário que a gente fala no Brasil, e, quando a gente pensa sobre notificação, se a gente fala de cerca de menos de 10% dos casos de violência sexual de estupro que são levados ao Sistema de Segurança e Justiça, o que acontece com os outros 90%?

O outro dado que está no registro também do Sinan, que também foi analisado pelo Ipea, é que das 527 mil pessoas vítimas de estupro, 89% são do sexo feminino, são meninas, adolescentes, mulheres. Esse dado nos surpreende, porque justamente deriva dessa cultura patriarcal e machista de violação, de controle do corpo das mulheres.

Outro dado que traz muita reflexão é que 70% dessas pessoas vítimas de violência sexual são crianças e adolescentes. Dessas crianças, 24% sofreram violência sexual de familiares, de pais e padrastos, e 32% de amigos ou pessoas conhecidas. A violência sexual é um fenômeno que atinge especialmente mulheres, meninas, tem uma incidência altíssima em crianças e adolescentes, e, conforme a faixa etária vai subindo, diminui o número de índice de agressores de pessoas conhecidas, e cerca de 61% das mulheres adultas vítimas de violência sexual o são por pessoas desconhecidas.

Todo esse fenômeno faz a gente refletir também um outro dado, que também é muito conhecido da população brasileira, que é o direito à segurança. Diversas pesquisas mostram que as mulheres têm mais medo de estar no espaço público, isso porque o principal medo que está conectado a andar em uma rua, de transitar no espaço público é o assédio, o assédio sexual, é a violência e o risco de ser estuprada. Isso causa, nas mulheres, e aqui falo de nós mulheres, acho que um homem não sabe qual é a sensação de caminhar por uma rua escura, onde não há outras pessoas e o medo que é de ser violentada. Isso é uma violação dos direitos humanos, isso é uma violência que acomete uma parcela muito grande das mulheres no nosso País e das mulheres no mundo, já que outro dado das Nações Unidas é que uma de cada cinco mulheres sofre ou vai sofrer, ao longo da vida, algum tipo de violência sexual.

Recentemente, nós observamos, com um caso que veio à tona da jovem do Programa MasterChef, que, a partir daí desencadeou uma série de reações nas redes sociais usando a #primeiroassédio, e inclusive isso veio à tona mostrando como a maioria das mulheres já passou por um a situação de assédio sexual no espaço público, por pessoas conhecidas ou desconhecidas.

Portanto, quando a gente fala de violência sexual nas universidades não é um fato novo nem desconhecido, porque as mulheres sofrem violência e assédio em todos os espaços, no espaço de trabalho e nas universidades também.

O que é preciso reforçar – e aí o que a gente tem observado na reação de alguns casos que vieram à tona na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, nos casos de que a gente tem conhecimento aqui na própria Universidade de Brasília – é que as universidades têm falhado no seu empenho de responsabilizar os agressores dessa violência. O que é mais comum é que isso é fruto dessa cultura da naturalização da violência que culpa a mulher pela própria violência. Colocam em dúvida a credibilidade do relato da mulher, a culpam pelas roupas que estava usando. Se o acontecimento foi no âmbito de uma festa é como se ela fosse responsável por aquela violência porque, no fundo, ela queria. Então, todos esses discursos estão permeados por esse cenário de impunidade que não compreende o próprio fato de que mulheres e meninas têm vergonha de levar os casos para o sistema de segurança. Quem é julgado, nesses casos de violência sexual, são as mulheres, são as meninas e não seus agressores.

O que eu queria destacar em relação às ações? A gente tem tido muita preocupação, obviamente, com esse cenário de violência sexual. A gente tem, no âmbito do Governo Federal, desde 2007, o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Em 2013, a Presidenta sancionou o programa “Mulher, viver sem violência”.

Nesse programa há um eixo que é fundamental e que está voltado especialmente para a questão da organização e da humanização do atendimento às mulheres vítimas de violência sexual. Essa é uma iniciativa que nós desenvolvemos em estreita parceria com o Ministério da Justiça e com o Ministério da Saúde, partindo da perspectiva que considerando que meninas e mulheres, quando sofrem uma violência, buscam preferencialmente o sistema de saúde para atendimento em saúde e que a gente tem um cenário, ainda, muito limitado de equipamentos de segurança pública – e falo de institutos de medicina legal para realizar as perícias médicas nesses casos de violência. O programa é para possibilitar que, a partir de uma parceria com sistemas de justiça e com o sistema de saúde, possamos capacitar profissionais médicos para que possam fazer a coleta de vestígios quando uma mulher busca assistência no serviço de saúde. Que isso seja feito de forma a preservar a cadeia de custódia. Então, é fundamental que os médicos estejam capacitados, que os serviços de saúde especializados recebam, portanto, equipamentos adequados para fazer essa coleta de vestígios e para fazer a guarda desse material. A gente sabe que a taxa de subnotificação é muito grande e que a mulher tem um prazo de 6 meses para decidir se vai levar adiante uma ação penal ou não, esse material poderá ficar guardado e poderá ser, posteriormente, enviado para a análise da perícia, se a mulher ou adolescente assim o desejar.

Essa é uma ação que a gente vem desenvolvendo. Nesse âmbito, já foram diversas normativas e leis que foram aprovadas para viabilizar esse atendimento de saúde. Vou mencionar rapidamente que, em 2013, em março de 2013, no mesmo momento em que houve o anúncio do programa “Mulher, viver sem violência”, houve o Decreto nº 7.958, assinado pela Presidenta, que estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e de saúde; em 1º de agosto de 2013, a Lei nº 12.845, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual; a Portaria nº 485, do Ministério da Saúde, que redefine o funcionamento dos serviços de atenção às pessoas em situação de violência sexual no âmbito do SUS; a Portaria nº 288, de 25 de março de 2015, que estabelece orientações para a organização desse serviço, desse atendimento de vítimas de violência sexual pela segurança pública e pela saúde e, mais recentemente, a Portaria nº 1.662, de 2/10/2015, do Ministério da Saúde, que define critérios para a habilitação, realização desse procedimento de coleta de vestígios que mencionei no Sistema Único de Saúde pelo SUS.

Então, esse bojo, esse conjunto de normas, leis, decretos e portarias tem conformado essas ações que o Governo Federal considera prioritário para enfrentar e acolher e combater a impunidade nos casos de violência sexual e que – para finalizar, porque meu tempo se esgotou –, infelizmente, correm o risco de retroceder quando falamos do Projeto de Lei nº 5.069, que foi aprovado na Câmara dos Deputados.

Então, com essa importância, nesse cenário grave, eu enalteço a realização desta audiência. Há muito ainda a ser feito para combater essa cultura do estupro no nosso País. Temos buscado, por todos os mecanismos de saúde e segurança pública, evitar e minorar a revitimização das mulheres que sofrem uma violência que é brutal e desumana.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Nós é que agradecemos à Srª Aline pelas informações. Obrigada por ter se atentado ao tempo. Nós, se for necessário, dar-lhe-emos mais tempo ao final. Agimos assim para que todos possam ser ouvidos e os Parlamentares possam fazer suas indagações também.

São importantes os números apresentados pela Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, ainda que subnotificados, principalmente no enfoque das nossas crianças e jovens, e essa preocupação também da Secretaria com o posicionamento das universidades a respeito.

Antes de passar a palavra ao Sr. Paulo Soledade Nacif, eu gostaria de convidar para presidir os trabalhos desta audiência pública a autora do requerimento, Deputada Federal, nossa Relatora Luizianne Lins. Passo, portanto, a Presidência à Deputada Luizianne.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Boa tarde a todos!

Queria justificar que cheguei atrasada em função de problema de voo mesmo. O aeroporto ficou fechado um tempo. Então, todos os voos atrasaram e eu fiquei angustiada, pois estamos numa expectativa muito grande deste momento, tanto pelo fato de ser mulher, feminista e ter atuado sempre na defesa das mulheres, da luta feminista, como também pelo fato de ser professora universitária e estar acompanhando esses casos que, no Brasil, têm sido muito angustiante para todas nós, mulheres, professoras, alunas, principalmente no ambiente universitário, embora saibamos que esse é um quadro generalizado na vida das mulheres.

Portanto, precisamos pontuar que a ideia é que esta audiência pública não só traga essas situações, mas também informações e decisões concretas para superar este quadro. Eu acho que o mais importante é sairmos daqui com medidas muito concretas. Depois que a gente é prefeita de uma cidade, como eu fui, de 2,6 milhões habitantes, queremos resultado concreto, como é que transformamos essa angústia, essas situações em políticas públicas, pontuando coisas concretas que possam avançar no combate a este tema.

Vamos chamar o Sr. Paulo Gabriel Soledade Nacif, Secretário de Educação Continuada de Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

O SR. PAULO GABRIEL SOLEDADE NACIF – Boa tarde a todos e a todas!

Lamento que os homens ainda tenham tão pouco interesse neste assunto, que é profundamente nosso também.

Saúdo a ex-Prefeita e Deputada – também Senadora, seguramente – Luizianne, a Senadora Simone Tebet, a Deputada Moema Gramacho, pelo meu Estado.

Estamos aqui representando o Ministro Aloizio Mercadante. Acabei de chegar, há poucos minutos, de uma audiência na Câmara, onde também representava o Ministro e em que se debatia a presença da questão de gênero nos planos nacionais de educação e nos planos estaduais e municipais. Foi um debate muito intenso, muito respeitoso, mas com um vínculo muito forte, também, com esse debate que se realiza no Senado.

Seguramente, os dados são assustadores. Acho que o estabelecimento de pontes fundamentais para que a questão de gênero seja debatida nas universidades, com respeito a toda diversidade e a todas as concepções, é algo fundamental, e precisamos conquistar isso. Esse medo do debate sobre gênero é algo que tem um determinado campo, e o mundo inteiro tem revelado isso. Existem diversos estudiosos que se preocupam, profundamente, com isso.

É evidente que o MEC cumpre, integralmente, todas as decisões do Congresso Nacional. Nesse caso, a retirada do conceito de gênero e orientação sexual é um dado, mas quero ressaltar que, em alguns lugares, existe uma preocupação muito grande com esse movimento. Ainda neste final de semana, lia um texto de um cientista político que dizia que é bom tomar cuidado porque esse caminho dessa ideologia de gênero, às vezes, permite que atores evitem discursos racistas, machistas e, ao mesmo tempo, finjam ser defensores da democracia. Claro que isso ocorre em uma determinada situação. É um estudioso da Bélgica, da França. Não têm nada a ver com o Brasil, mas eu sinto a necessidade de estabelecermos pontes para que essa questão, como a violência sexual contra mulheres, seja debatida em todos os âmbitos.

Seguramente, tenho experiência, porque, nos últimos nove anos, fui reitor da Universidade Federal no recôncavo da Bahia e vivenciei isso de forma muito intensa. A universidade foi criada pelo Presidente Lula e, agora, já tem dez mil estudantes. Todas essas questões vivenciamos profundamente.

Sabemos que esse não é um fenômeno isolado das universidades. Trata-se de uma realidade presente na sociedade. Tem grande incidência no ambiente familiar das vítimas e também na escola, no trabalho, no lazer e na rua.

O Mapa da Violência que a Senadora Simone abordou foi divulgado ontem e registra que 5,3% dos homicídios de mulheres no Brasil são cometidos por familiares; desse total, 33,2% são parceiros ou ex-parceiros. Entre 2003 e 2013, o número de homicídios de mulheres passou de 3.937 para 4.762, um aumento de 21% nesse período. As 4.762 mortes, em 2013, último ano do estudo, representam uma média de 13 mulheres assassinadas por dia. Acho que é importante, inclusive, repetir esses dados, não obstante tenham sido apresentados, para mostrar a dimensão dos nossos desafios.

Embora a educação não seja a única responsável pela transformação dessa realidade, sem dúvida, é apontada como uma estratégia fundamental para um projeto de sociedade livre da discriminação e violência.

Essa realidade, por exemplo, foi retratada na redação do Enem, também motivo de muita controvérsia, hoje, pela manhã, na Câmara, com o tema da persistência da violência contra a mulher na sociedade brasileira. Ao falar sobre o Enem, Maria da Penha, em uma entrevista, ressaltou que sua proposta “seria a de investir na educação para conscientizar as pessoas de que as mulheres, em seus relacionamentos, têm que ter seus direitos humanos respeitados. A educação trabalha nesse sentido, do respeito ao outro”. Explicou ainda que deseja que “haja uma mudança da cultura machista, com a criação das políticas públicas onde a mulher possa denunciar, possa ser protegida, e o seu agressor possa ser punido. A finalidade da lei é exatamente punir o agressor. A gente não quer punir o homem, a gente quer punir o homem que não respeita sua mulher”.

Também diversos especialistas elogiaram o tema da redação por considerar a atualidade e relevância de os jovens conhecerem e discutirem os índices de violência contra mulher. Eu acho que são vários os tipos de violência que as mulheres sofrem pelo simples fato de serem mulheres. Destaca-se a violência sexual, que ainda é recorrente nos dias de hoje. Seguramente, apesar de tudo, sabemos que esse é um fenômeno de toda a sociedade, como bem colocado no requerimento da Deputada Luizianne Lins.

A gente deve discutir especificamente na universidade, porque sabemos que essa é uma estrutura fundadora da cultura ocidental. A universidade foi fundada, inclusive, em um momento de crise, com muita intenção de se preservar toda uma cultura. De todo modo, a gente sempre sabe que a base da universidade, em todo o mundo, foi a cultura. No entanto, a gente também há que considerar que a universidade brasileira tem se afastado dessa postura de cultura. Muitas vezes a gente tem uma estrutura formadora inculta – não é? –; ou uma incultura, como diria o professor Naomar Monteiro de Almeida Filho, ex-Reitor da UFBA.

Um aluno faz a seleção, entra na universidade, passa cinco anos numa faculdade somente focado na sua formação profissional, sem qualquer incentivo para explorar a diversidade, a multiplicidade que deveria ser características de uma instituição universitária. Nesse sentido, eu acho que faltava debater a universidade como uma instituição de cultura em toda a sua amplitude. Acho que se pode lançar luzes nesse debate, que é algo fundamental.

O MEC buscou fazer isso, por exemplo, no Reuni. Ainda ontem, foi publicada a Lei *Antibullying*, a Lei nº 13.185. São diversos mecanismos. Vale registrar que, notadamente, a nossa diretoria de educação para direitos humanos, cuja diretora, Prof. Cláudia Dutra, ali está, acompanhada da brava Camila, que é a coordenadora de educação em direitos humanos. Nós temos uma série de ações na Secadi, como o prêmio construindo a igualdade de gênero, junto com a SPM. Temos vários cursos de formação continuada de professores da educação básica, em que a participação de professores e alunos da universidade sempre ocorre, como promotores disso. Nós temos uma linha no ProExt, que é o Programa de Extensão Universitária E, ainda, temos editais do Programa Mulher e Ciência. Além disso, vale registrar, também, o estabelecimento de diretrizes nacionais para educação em direitos humanos.

Na verdade, quem deveria estar aqui nesta Mesa, possivelmente, seria o Secretário de Educação Superior, o Prof. Jesualdo, da Universidade Federal do Ceará, mas ele tinha uma viagem já agendada há bastante tempo. Mas a gente tem um trabalho muito em conjunto. Ele me disse e fez questão de ressaltar que esse é um tema que ele considera fundamental e que, agora, neste momento pós-greve,...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO GABRIEL SOLEDADÉ NACIF – ... quando ele assume, efetivamente, o diálogo com a universidade, de forma mais abrangente, seguramente ele buscará colocar essa temática como algo fundamental nas universidades.

Então, agora, como essa é a minha primeira oportunidade de intervenção, eu coloco-me à disposição das senhoras e dos senhores. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Quero agradecer ao Sr. Paulo Gabriel Soledade Nacif.

E quero agradecer, também, a presença de todas vocês, em especial, das nossas Parlamentares – Senadoras e Deputadas – e da nossa Presidente Simone Tebet, uma grata surpresa nessa luta, uma mulher, muito interessante e importante, que tem demonstrado muito compromisso com esta Comissão, com o seu mandato e, também, com a luta das mulheres. Simone, muito obrigada por tudo!

Quero agradecer, também, a presença da Deputada Maria do Rosário, nossa militante de direitos humanos, que já foi secretária; e também da Deputada Elcione Barbalho...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Está bom.

Nossa vida é assim – correndo aqui –, mas ela, daqui a pouco, volta.

Quero agradecer, também, à nossa querida Deputada Moema Gramacho, que é uma grande lutadora, de Salvador, Bahia, e que está aqui conosco; à Regina, nossa Senadora do Piauí; e à nossa companheira Governadora, Senadora, Deputada hoje, a nossa Benedita da Silva, que, também, está aqui conosco. Quero agradecer a presença de todos vocês que estão fortalecendo essa luta.

Bom. Eu não sei se todas e todos estão acompanhando, mas a gente está vivendo um momento – vocês devem estar vendo pela imprensa – tanto de ação como de reação. As mulheres têm tomado, recentemente, um protagonismo muito interessante na luta de todos os direitos no Brasil. Não só pelos direitos que elas estão perdendo, porque, segundo os próprios semanários que a gente tem visto – agora, no aeroporto, eu estava vendo os semanários e eles indicam esta Câmara como a mais reacionária da história do Congresso Nacional –, nós estamos vendo se esvaír pelas mãos direitos dura e longamente conquistados.

E eu estou fazendo aqui esse preâmbulo para chamar aqui para falar uma companheira que eu tenho muita vontade de conhecer pessoalmente porque, desde quando ainda não era nem vereadora – e eu fui vereadora muito jovem –, já escutava a história, porque eu acompanhava o Ser Fêmea muito jovem, a luta no Parlamento pelos direitos da mulher. E eu queria, exatamente, chamar uma pessoa que fez história nesta Casa que é a Dr^a Eva Alterman Blay, que é professora titular da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, ex-Senadora desta Casa e que deixou muitas marcas na defesa e na luta das mulheres na conquista dos direitos que hoje a gente tem e pelos quais a gente tem que lutar para a gente não regredir.

Então, muito prazer e muita alegria em tê-la aqui conosco!

A SR^a EVA ALTERMAN BLAY – Muito obrigada. Suas palavras são muito amorosas. Faltou dizer que eu sou feminista. Eu acho que isso é absolutamente importante! Não, é preciso dizer! É preciso repetir insistentemente porque nós mulheres, por esse último PL que a Luizianne acabou de colocar,... Foi muito difícil para nós vermos a nossa palavra reconhecida como verdadeira. Então, se uma mulher vai ao médico, ou vai a um posto de saúde, ou vai a uma delegacia, e diz: “Fui estuprada.”, não tem que discutir se ela está falando a verdade ou não: ela está falando a verdade! (*Palmas.*)

Porque é tão duro – é tão duro! –, foi tão difícil nós alcançarmos esse direito de abrir a boca e falar o quanto estamos sendo agredidas, que nós temos mais é que preservar esse direito.

Em tudo o que foi falado aqui, que eu concordo inteiramente. Eu só queria acrescentar mais algumas coisas, que é o seguinte: faltou dizer que, quando uma mulher é agredida sexualmente, ela tem só 72 horas para receber medicamentos para ela não se tornar sexualmente doente, para ela não ter Aids, para ela não ter nenhuma doença sexual. E são só 72 horas. Então, não tem nada que ficar indo em delegacia para fazer... Não, tem que ir imediatamente para obter o medicamento ao qual ela tem direito como cidadã. Isso nós conquistamos e nós não podemos abrir mão disso!

Bom. Isso posto...

Eu fico muito raivosa, mesmo, de ver que corremos o risco. Mas nós não vamos voltar atrás! Esse conservadorismo não vai vencer!

Agora, me pediram para estar aqui, hoje, como representante da Universidade de São Paulo. Eu queria, mesmo, que o reitor estivesse aqui porque eu acho que era obrigação, mesmo, da autoridade maior da universidade – da maior universidade da América Latina – estar aqui para defender os direitos das mulheres. E dos homens, porque nós, quando defendemos os direitos da mulher, estamos defendendo, ao mesmo tempo, os dos nossos homens – nossos filhos, nossos pais, nossos maridos, nossos amantes, nossos companheiros. Quer dizer, estamos defendendo o direito de todos os cidadãos.

Bom. Muito bem.

A Universidade de São Paulo, os senhores precisam entender, tem um papel fundamental em todo esse processo. Por isso que eu voltei e nunca deixei de trabalhar na universidade, porque ela tem um papel formador. Só que todos os escândalos que nós estamos vendo ultimamente de agressões no campus da universidade precisam ser entendidos como o seguinte: a universidade, no caso, a Universidade de São Paulo, tem 55 mil alunos – não é pouco, é uma cidade –, tem mais 5 mil professores, então, já deu 60 mil, mais cinco mil e tantos funcionários, mais o pessoal que circula por lá, mais o equipamento que lá funciona e que é aberto ao público. Temos trabalhos, por exemplo, para crianças que têm problema de asma, natação. E mil cursos de extensão. Então, a universidade não é uma coisa separada da sociedade, ela é o microcosmo da sociedade, com todas as suas qualidades e defeitos.

O grande problema que nós enfrentamos, e aí é a sociedade inteira que tem que se responsabilizar por ele e forçar que se resolva... “Ah, é porque não tem segurança”. Não tem mesmo. Não tem segurança suficiente. Agora, felizmente, aumentou o número de profissionais, de PMs qualificados que estão lá. Mas precisou morrer um rapaz, morrer um aluno praticamente na porta da minha sala. Precisou morrer um outro na raia, por droga. Quer dizer, tudo o que acontece lá acontece na sociedade toda, inclusive os estupros.

Inclusive, aquilo que aconteceu na faculdade de Medicina não pode ficar impune, porque forma-se aquele espírito de corpo dos médicos, como poderia formar dos sociólogos ou dos engenheiros. Eles querem se autoprotger, mas não pode. Nós temos que ter dentro da universidade todo um caminho para enfrentar esse problema. “Ah, mas vai denegrir a universidade!”. Não vai, não. Vai mostrar que a universidade tem problemas, como o resto da sociedade.

Bom, não preciso dizer que nós também temos lá os problemas econômicos, problemas salariais e problemas políticos, político-partidários, que são muito graves. Por exemplo, vamos supor que nós formemos uma ONG de estudantes, sei lá, da Arquitetura, ou da Sociologia, ou da Psicologia, e tal. O ideal seria um conagraamento dessas ONGs. Só que aí há uma interveniência de alguns aspectos político-partidários.

Então, gente, não é fácil. Há toda uma tendência, um processo em que a gente tenta organizar tudo isso. Mas é preciso levar em conta que há outros interesses, como no resto da sociedade, que interferem sobre o caminho da universidade.

Eu tinha feito uma série de anotações que perdi, mas, só para recuperar esse processo, vejam, estamos falando de problemas de sexualidade, de agressão sexual hoje. Só que eu sou professora lá há 40 anos. Sabem o que se roubava 40 anos atrás? Papel higiênico. É ridículo? É. Mas se roubava. Era a pobreza. Era funcionário, era aluno. E não era por brincadeira. Era por necessidade mesmo. Se você deixasse um lanche lá, era surrupiado, porque alguém iria comer. A universidade viveu muitos momentos. Ao longo do tempo, depois do papel higiênico, passaram a roubar o quê? Material de escritório; depois, os computadores; depois, as grandes quantidades de computadores, e assim por diante. Depois entraram as drogas. E aí há um outro mundo que nós temos que enfrentar, porque ataca os alunos, ataca professores, formam-se aquelas máfias. E como você trabalha isso dentro da universidade, isolando a universidade? Não se isola. Ela está ligada a tudo.

Então, essas coisas são extremamente delicadas. E nós temos que trabalhar isso com o devido cuidado, o que está sendo feito, com bastante dificuldade.

A boa notícia que trago é que, agora, estamos trabalhando junto com a ONU Mulheres. Aquele programa *HeForShe (Eles por Elas)* está sendo implantado. A ONU Mulheres está nos ajudando a reorganizar, mas especificamente dentro deste quadro de violência sexual nas universidades. Agora, estão no começo disso, porque esse é o último grande problema que estamos enfrentando.

É interessante, porque a gente volta a um trabalho de 20, 30 anos atrás, que foi treinar a polícia para perceber os casos de violência sexual. Eu mesma, a Maria Amélia Azevedo e outras companheiras nos reunimos e treinamos o policiamento da USP. Vocês pensam que a violência se dá à noite? Não é. Basicamente, é durante o dia, até na hora do almoço. O cara chega – pode ser gente de fora – agarra a menina e finge que está namorando, mas, na verdade, não está. Ele está querendo se aproveitar dela, estuprar, etc. Quando você treina o policial para perceber esse gesto, ele percebe claramente, porque ele já se livrou daquela ideia de que a menina está de saia curta ou está de short. Ele está percebendo que aquele abraço está um pouco forçado demais. E a gente pegou casos em flagrante. Isso ligado à Delegacia da Mulher, que tem que ser permanentemente retreinada, porque ninguém nasceu feminista. A gente vai ficando feminista. Isso que a Simone de Beauvoir falou é muito verdade. A universidade é modelo em todo esse treinamento, mas ela é um modelo que vai se construindo para, depois, se difundir ao longo da sociedade.

Bom, enfim, eu sou muito otimista nos resultados, mas sou pessimista no trabalho. Por quê? Não imagine vocês que a gente vá encontrar um ambiente como aqui nesta sala, com, aparentemente, todo mundo muito favorável a ouvir e a concordar com o que estamos denunciando. Não é assim. Vocês vão encontrar colegas, professores, alunos, funcionários muito hostis. Por que eles são hostis? Porque se está tirando o poder deles. Está-se tirando aquele poderzinho barato que eles têm dentro de casa de agredir a mulher ou a filha, aquele poder de agredir uma aluna, de dominar. Esse poder está sendo absolutamente questionado.

Então, a gente tem que também desconstruir essa hostilidade para fazer com que a gente possa modificar todo esse ambiente. Aí acho que a universidade vai poder trazer, dentro desse novo programa feminista internacional, em convênio com outras universidades do mundo que estão fazendo exatamente a mesma coisa, um novo momento em que a gente possa vir aqui e dizer: olha, avançamos, avançamos muito e estamos conquistando um novo patamar.

Agora, para terminar, queria falar uma palavra só para a Benedita. A Benedita, uma vez, me salvou aqui no Senado. Eu havia participado de uma comissão para discutir – não era para fazer aprovação nada – a questão do aborto. Aí comecei a ser muito hostilizada por todos os lados. Vinha gente fazer procissão aqui nos corredores. Além de tudo, eu sou judia, mulher, feminista. Tinha tudo. Começaram a forçar muito a barra. Aí a Benedita chega para mim – você não se lembra, mas eu me lembro – e diz assim:

“Chama a segurança.” Eu disse: Imagina. Para que eu vou chamar a segurança? Ela disse: “Chama a segurança.” E eu não chamei, mas ela chamou. Foi o que me salvou, porque, senão, aquele dia... Era, simplesmente,

para discutir o aborto – discutir, não era aprovar –, para saber qual o melhor caminho. Ela me salvou. Então, quero, publicamente, agradecer a ela.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Dando continuidade à nossa audiência, eu queria agradecer, primeiro, às nossas companheiras, às colegas comprometidas aqui com esta Comissão: Raquel Madeira, Gabriela Vale, Carolina Mendonça, Vivian Zolin, Gigliola Mendonça e Elaine Rodrigues.

Antes de passar a palavra para a nossa próxima fala, a Profª Andréa Pacheco, Assistente Social e Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), nós vamos, rapidamente, deliberar sobre alguns requerimentos que estão sendo apresentados aqui.

Passamos à deliberação dos requerimentos apresentados.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 35, de 2015

- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, para debater sobre mulheres brasileiras que sofrem mutilações por companheiros.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Em votação. *(Pausa.)*

Votação na Câmara dos Deputados.

As Srªs e Srs. Deputados que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Fora do microfone.) – Eu queria fazer uma pergunta.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Pois não.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu cumprimento a Senadora e a Mesa.

A minha pergunta é sobre as pessoas que integrarão essa mesa de debates, porque fiquei extremamente tocada e acredito que é muito importante que existam pessoas que possam fazer depoimentos inclusive. Deparei-me com essa possibilidade. Nem sempre é possível uma vítima de violência falar. Muitas vezes, nós temos, inclusive, que estabelecer mecanismos de proteção ao contrário da visibilidade.

Mas, a partir do momento em que existe essa possibilidade, eu gostaria de sugerir o nome de uma pessoa que viveu um processo muito duro e fez um depoimento muito significativo à Assembleia Legislativa gaúcha no ano passado para compor essa mesa, como uma pessoa que tem transformado a sua dor e o seu sofrimento em um grito contra as mutilações que as mulheres sofrem.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Está presente aqui, Deputada?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu poderia apresentar à Mesa?

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Sim.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Está certo. Farei isso.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Porque vamos terminar essa rodada da Mesa e vamos recompor, porque também temos outras palestrantes que vão falar, mas fica, a priori...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Fica protegida?

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Totalmente.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Então, apresentarei à Comissão, posteriormente, o nome dessa pessoa, que acho que será muito relevante.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Perfeito. Inclusive, só lembrando a todos e a todas que eu, a Deputada Maria do Rosário e outras Deputadas e Senadoras vamos, na quinta-feira, a Canoas. Quem acompanha o trabalho desta Comissão deve saber que a gente aprovou um requerimento devido a um crime bárbaro praticado contra uma mulher, que, felizmente, conseguiu sobreviver. Ela teve os pés e mãos amputados pelo ex-companheiro, que está preso. Porém, ainda se sente ameaçada. É um problema muito dramático. É uma menina de 19 anos, que, apesar de tudo o que o sofreu, está muito animada, querendo viver. Eu tenho dito muito para as minhas companheiras aqui que a gente tem que falar de vida nesse momento de pessoas que querem recompor, apesar de tudo, a sua própria vida. Então, estaremos em Canoas na quinta-feira. A Deputada Maria do Rosário, do Rio Grande do Sul, vai nos acompanhar.

Passo ao segundo requerimento.

ITEM 3**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 36, de 2015**
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher, para debater sobre mulheres brasileiras em situação de prisão.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Portanto, neste momento, queria submeter à votação no Senado Federal.

As Sras e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Se aprovado, também na Câmara dos Deputados.

Em votação na Câmara dos Deputados.

As Deputadas que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

ITEM 6**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 39, de 2015**
- Não terminativo -

Requer a realização de Audiência Pública, a fim de possibilitar ao Ministério da Justiça, por meio do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), a apresentação técnica do primeiro relatório nacional sobre a população penitenciária feminina do país, Infopen mulheres, divulgado no último dia 05 de novembro pelo Ministério da Justiça.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin e outros

Portanto, vamos também submeter, aqui, à votação.

As Deputadas e Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As Senadoras e Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado.

Temos, também, um requerimento de minha autoria, que requer a realização de ato solene para homenagem o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres. *(Pausa.)*

Desculpe. Mudando aqui. Na verdade, é o requerimento de Canoas.

ITEM 4**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 37, de 2015**
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública na cidade de Canoas - RS, com a finalidade de discutir a violência contra a mulher na região e políticas públicas no enfrentamento à violência contra a mulher.

Autoria: Deputada Luizianne Lins

As Deputadas e Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As Senadoras e Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Por fim, o requerimento da Senadora Simone Tebet sobre o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

ITEM 5**REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 38, de 2015**
- Não terminativo -

Requer a realização de ato solene para homenagear o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres.

Autoria: Senadora Simone Tebet e outros

As Deputadas e Deputados que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

As Senadoras e Senadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Surgem, aqui, alguns outros requerimentos:

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 34, de 2015 **- Não terminativo -**

Requer realização de diligência à Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo, para solicitar medidas de segurança contra violência que ocorre em bailes funk e pancadões, na periferia de São Paulo, contra meninas adolescentes.

Autoria: Deputada Keiko Ota

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 40, de 2015 **- Não terminativo -**

Requer a realização de audiência pública para discutir o abuso sexual de meninas e mulheres no meio esportivo.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto e outros

Em votação no Senado.

Senadores e Senadoras permaneçam como estão, caso aprovem. *(Pausa.)*

Deputados e Deputadas, na Câmara Federal. *(Pausa.)*

Então, passada essa questão dos requerimentos, vamos, agora, ouvir a palavra da nossa Prof. Andréa Pacheco de Mesquita, que é assistente social e professora do curso de Serviço Social, da Universidade Federal de Alagoas, da Ufal.

A SRª ANDRÉA PACHECO DE MESQUITA – Primeiro, dizer que é um prazer estar nessa Casa, a Casa do povo, a nossa Casa, discutindo uma questão bastante problemática, mas, ao mesmo tempo, urgente, que é a questão da violência sexual nas universidades.

Ao longo da história, as universidades... Às vezes, a gente pensa na universidade como uma casta, que está acima do bem e do mal, como se não fizesse parte da sociedade, mas, na verdade, ela é exatamente o resultado, ela é parte da sociedade, e com todos os problemas. Foram apontados dados da violência, pela Secretaria, no Mapa da Violência. É claro que esta violência não acontece só na rua. Esses números também estarão dentro da universidade.

Pode passar.

A primeira coisa que precisamos, urgentemente, discutir é a cultura do estupro. Vivemos nesta cultura e, desde criança, brincamos com os nossos filhos, com as nossas filhas, naturalizando as hierarquias e os papéis de gênero na nossa sociedade. Quando alguém é preso porque estuprou alguma mulher, a primeira coisa que se diz é que, quando ele chegar ao presídio, vai ser mulherzinha. Então, o que é ser mulherzinha? Somos nós? Mulherzinha quer dizer que é estuprada? Uma coisa é igual à outra? Vamos fazendo uma violência simbólica, uma violência cultural, uma violência que é construída em todos os espaços. Quando o filho chega a casa dizendo que apanhou e que perdeu a briga, dizemos: “Ah, virou mulherzinha?!”. Então, a mulher é quem apanha, é quem é estuprada? Entre vários outros ditados, eu trouxe só um: “premam as suas cabras porque o meu bode está solto”. O que estamos dizendo com isso? Estamos permitindo a violência sexual contra as meninas. Estamos ensinando os nossos filhos a serem estupradores e as nossas filhas a serem violentadas.

Pode passar, por favor.

Então, vejamos, na universidade, temos algo que é bastante contraditório e que vai se casar, formando, hoje, estes dados e esta realidade que aí estão colocados: primeiro, temos uma cultura do estupro e um silêncio dentro das universidades. Essa cultura do estupro se dá a partir de uma culpabilização, humilhação e perseguição da vítima.

Na verdade, nas mulheres que sofreram violência, a primeira coisa que se olha é a roupa que vestiam, o local onde estavam. Então, porque não podemos...? Por que a minha roupa é um convite? Só mulheres de saia curta são estupradas? Ou as que estão com outras roupas? Não é a roupa, não é porque eu estava à noite andando, porque eu fui ao banheiro sozinha. Então, vamos estar sempre tendo que ter alguém do nosso lado para nos proteger? É essa a lógica? Onde está a cidadania feminina? Onde está a nossa igualdade na sociedade?

Essa cultura que coloca essa mulher nessa condição faz com que ela se depare, dentro da universidade, com a cultura que invisibiliza, silencia e deslegitima o problema. Digo isso porque, no Estado de Alagoas,

na minha universidade, na qual sou professora, já houve vários casos, mas nunca chegam nem ao espaço da mídia, nem ao jurídico. É sempre abafado no interior da universidade porque não se quer sujar a imagem da universidade.

Enquanto isso, colocamos as nossas mulheres, as nossas meninas nessa condição de violência. Por exemplo, no curso de Física, várias vezes vi os alunos saindo, colegas professores saírem meia-noite, uma hora, duas horas da manhã, porque ficam no laboratório. Quer dizer: o curso de Física não pertence às mulheres? Porque ela vai sair sozinha da universidade. Então, são alguns questionamentos que precisamos responder.

Tudo isso vai se constituir numa permissão social para que essas mulheres sejam violentadas. Então, a violência sexual vai ter uma base direta na violência de gênero, na construção dos papéis de homens e mulheres na nossa sociedade, nas hierarquias sociais, no que a nossa grande feminista Safioti falava, que é o poder do macho.

Pode passar, por favor.

Então, vejam, a entrada na universidade começa com um trote. O trote não é uma brincadeira, não é algo fora da realidade, mas uma manifestação de todos os preconceitos e de todas as violências que acontecem no meio social, sejam de gênero, de raça ou de sexualidade.

Peguei alguns casos, mas é muito difícil falar de casos, porque, como se diz, isso é realmente silenciado, invisibilizado. Em 2012, na UFPR, o curso de Direito fez um manual de sobrevivência para os estudantes de Direito sobre como se dar bem na vida amorosa, utilizando a legislação brasileira, enfim, colocando que o homem tem direito mesmo sobre a mulher. Na UFMG, uma aluna foi amarrada com correntes, pintada de marrom, chamada de Chica da Silva e obrigada a desfilar por toda a universidade.

Pode passar, por favor.

Na Unesp, Bauru, há esse leilão da Relações Públicas, todo mundo sabe, no qual as calouras são leiloadas. No curso de Direito, inclusive, na Universidade Federal de Alagoas, houve um leilão, mas foi de uma prostituta para passar uma noite com uma mulher. Foi uma rifa, rifaram mesmo, num curso de Direito, um curso universitário. Em 2014, na UFMG, a música cantada pela bateria da Engenharia da Universidade diz: “Não é estupro, é sexo surpresa”, contra a qual algumas alunas foram contra e estão se manifestando. Na USP de Ribeirão Preto, com a bateria, cantam músicas que dizem: morena gostosa, loirinha bunduda, preta imunda. Isso acontece há 25 anos, não estou falando de hoje.

Então, existem culturas que precisam ser preservadas, existem culturas que precisam ser desconstruídas, principalmente a cultura patriarcal, homofóbica e racista que ainda é presente na nossa sociedade capitalista contemporânea.

Pode passar, por favor.

Então, vejam, a universidade, que tem a função social de produzir e socializar conscientemente para a transformação da sociedade, não pode ser uma mera fábrica de diplomas, mas tem que estar diretamente relacionada à formação de profissionais críticos que respondam às demandas sociais. Para isso, temos que ter um caminho que vá contra uma formação sexista, marxista – aliás, machista; marxista sempre –, machista, racista e homofóbica porque, se não, estaremos apenas distribuindo diplomas e formando homens violentos, estupradores, etc.

Pode passar.

Nesse sentido, a gente se pergunta: o que fazer? Acho que temos três caminhos objetivos: o primeiro é o caminho jurídico, que seria transformar esses processos, não deixar para lá, transformar esses casos que acontecem, não esconder, mas, através do jurídico, criminalizar os agressores. O social, que é a prevenção e o apoio às vítimas, porque precisam de cuidados. E o cultural, que é romper com essa cultura do silêncio, machista, de culpabilização das vítimas.

Pode passar, por favor.

Nesse sentido, a gente traz como algumas propostas: primeiro, essa lógica de punir o estuprador e não a vítima, porque sempre é a vítima, por isso é difícil denunciar, sempre é colocada a culpa na vítima: “você que saiu com saia curta”, “você que saiu à noite”, “você que estava sozinha”, “você que tal”. Então, sempre a responsabilidade ainda é da mulher.

Então, a proposta é que se tenham nas universidades comissões ou órgãos de investigação e pesquisa sobre a violência contra as mulheres nas universidades.

E aí uma questão que a gente já vem vendo há séculos, que é a do assédio sexual e a do assédio moral, tanto dos técnicos nas universidades, dos professores, quanto também dos estudantes. O assédio sexual e o assédio moral são a porta de entrada para a violência sexual.

Também há a ideia de ter órgãos de apoio que possam receber e encaminhar as denúncias de violência, receber essas vítimas, assegurar assistência médica e psicológica com acompanhamento especializado e a

mulher não ter seu comportamento alterado ou reprimido. Não é isso que a protege do agressor. É o agressor que deve alterar o seu comportamento, esse agressor que deve deixar de ser machista, de ser patriarcal e saber que nós não pertencemos a eles, que os nossos corpos são nossas regras.

Pode passar, por favor.

Eu queria terminar com Simone de Beauvoir, uma velha jovem feminista. Pensar essa violência sexual nas universidades é assumir, em um primeiro momento, que isso é um fato real. A universidade não está fora da sociedade. E precisamos, sim, fazer um enfrentamento direto, um enfrentamento cotidiano, transformando nossas ações mínimas, porque, mesmo sendo feminista, construindo-se dentro desse projeto feminista, a gente cai nas armadilhas do machismo, porque a gente foi criada assim, porque a sociedade, as escolas, as igrejas, as religiões, os partidos políticos nos formam machistas. Então, é uma construção e desconstrução cotidiana, dando, desde pequenos, o mesmo tratamento à nossa filha e ao nosso filho, e não dando poder aos meninos desde criança. Então, queria dizer, lembrando Simone de Beauvoir: que nada nos defina, que nada nos sujeite, que a liberdade seja a nossa própria substância.

É só isto que queremos: igualdade, liberdade, respeito, que possamos andar livres com os nossos corpos, com as nossas mentes, com os nossos corações e somente sermos felizes numa sociedade justa e igualitária que tanto almejamos.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Professora Andréa, por sua fala muito importante para nós.

Quero agradecer, por essa primeira rodada da Mesa, o Paulo, representante do Ministério da Educação; Aline Yamamoto, Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres; a nossa querida Eva Alterman Blay, que já foi Senadora, é Doutora e Professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP; e Andréa Pacheco de Mesquita, que é Assistente Social e Professora da Universidade Federal de Alagoas.

Primeiramente queria citar as nossas companheiras que chegaram aqui: Deputada Christiane Yared; Margarida Salomão, que foi Reitora da Universidade de Juiz de Fora, está aqui presente, sempre abrilhanta todos os debates acadêmicos e é feminista, portanto alia as duas questões em curso; a nossa querida Conceição, que está mais bonita do que nunca, superando todas as dificuldades, ficando cada vez mais bela, que é nossa Deputada Federal; o nosso querido Jean Wyllys, Deputado Federal pelo Rio de Janeiro, pelo PSOL – obrigada pela presença, tem sido aqui um combatente conosco, dos poucos homens presentes aqui na nossa Comissão. Aqui e acolá aparece um lutador aqui.

Agradeço a todos vocês.

Para continuar a composição da Mesa, chamo: Srª Tâmara Terso, que é Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Juventude da Secretaria Nacional de Juventude; Srª Luciana Loureira, Procuradora da República e Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão no Distrito Federal, do Ministério Público Federal, da Procuradoria-Geral da República; Srª Sônia Marise, Diretora de Diversidade da Universidade de Brasília, responsável pela Coordenadoria da Mulher; Srtª Luíza Ribeiro, representante do Coletivo Feminista Geni da Faculdade de Medicina da USP (FMUSP), aluna do curso de Medicina, uma das fundadoras desse coletivo; e a Srª Nalu Farias, Presidente da Marcha da União das Mulheres e uma das feministas que me inspirou a vida toda.

Vamos agora para uma grande discussão, certamente patrocinada por estas mulheres que estão aqui.

Chamo, primeiramente, a Tâmara Terso, Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Juventude, para fazer suas considerações.

A SRª TÂMARA TERSO – Boa tarde a todos e a todas.

É um enorme prazer estar presente neste debate sobre o empoderamento das mulheres e a denúncia de violência contra as mulheres, que encaminhou boa parte da minha militância.

Faço parte do Conselho Nacional de Juventude como Secretária-Executiva. E deixo aqui o abraço das mais de 50 entidades que compõem o nosso Conselho Nacional de Juventude.

A invisibilidade das mulheres nos espaços de poder, nos espaços públicos, da fala pública, para nós é um debate importante, que tem tudo a ver com a normatização da violência contra a mulher na nossa sociedade, a falta de espaços públicos, a falta das mulheres nos espaços de poder, o conceito do machismo organizando as nossas vidas, a vida política, a vida econômica e social da sociedade brasileira, e mundial, legitimando essa violência.

O Conselho Nacional de Juventude vem há muito tempo denunciando essas ações que ocorrem na sociedade, e a universidade não está a salvo desses espaços. A universidade, que é colocada historicamente na sociedade como algo à parte da sociedade brasileira, é reflexo de muitas violências, sejam elas sexual, racismo, contra homossexuais, lésbicas. Isso é legitimado nas universidades, nos espaços sociais das universidades, nos currículos, quando não temos espaço para debater esses temas da violência contra a mulher, do empodera-

mento da mulher nos currículos. E no último período, o Conselho Nacional de Juventude vem se debruçando neste debate. A gente vem passando por um enfrentamento nos Estados, nos Municípios, dos planos municipais, dos planos estaduais de educação, que tiveram uma forte presença de um debate reacionário contra o debate de gênero nos currículos, nos espaços educacionais.

Nós, do Conselho Nacional de Juventude, principalmente as jovens mulheres, vimos denunciando esse tipo de ação, principalmente de correntes neopentecostais, de correntes religiosas que impedem que esses debates sejam feitos nas escolas, nas universidades, que estejam presentes nos currículos, essa questão de gênero, impedindo que tenhamos profissionais que façam com que esse debate venha à tona do ponto de vista de denúncia dessa violência que existe e do ponto de vista de encontrar caminhos para solucionar esse que é um enorme problema.

Ontem a gente viu ser lançado o Mapa da Violência 2015, que tem como foco a questão da violência contra a mulher, com os números alarmantes, como sermos o quinto país do mundo onde se matam mais mulheres. É um tema em que se deve debruçar a sociedade, o Senado, a Câmara Federal e também as universidades.

Nós formamos jovens hoje que têm este tipo de rito de passagem quando estão entrando na universidade: trotes extremamente violentos, que têm nas mulheres, nas mulheres negras principalmente, o seu alvo.

Isso também se reflete no mapa da violência, quando a gente vê que o número de mulheres negras vítimas de homicídio cresce nos últimos 10 anos e o número de homicídio das mulheres brancas diminui. Nisso também há um corte racial focado, que dá a entender – e quem passou por isso, eu como mulher negra também vejo isso cotidianamente – uma exacerbada sexualização dessa mulher negra.

Então se as mulheres, em geral, já são vistas como posse dos homens, pelo conceito machista, pela sociedade sexista em que a gente vive, as mulheres negras, então, são extremamente vitimadas nesse processo de violência sexual.

E isso também está presente nas universidades. Eu que venho de uma universidade de uma das capitais mais negras do Brasil, que fica na Bahia, me deparei com bastantes casos como esse na minha graduação, na Universidade Federal da Bahia, como militante do movimento estudantil. E, no Conselho Nacional de Juventude, a gente continua se deparando com casos como esse.

Então, a nossa fala vem muito no sentido de disputar esse processo que a gente vem vivendo, de participação na política, de construção de currículos empoderadores e espaços de denúncia, porque é uma violência silenciada.

Para uma mulher chegar a vir a público e fazer essa denúncia é muito difícil, e as universidades se negam a produzir estes espaços de escuta, espaços onde essa denúncia ganhe eco. Muitas vezes, essas universidades, por privilegiar o espaço de tentar não organizar um sentimento ruim contra elas, por tentarem se cobrir e colocar aquele espaço ainda como excelência, distante de todas essas violências, preferem não escutar essas denúncias. É por isso que a gente vê também crescer um número enorme de coletivos auto-organizados de mulheres nas universidades para denunciar trotes machistas, denunciar as violências sexuais.

Uma organização bem basilar nesse debate, bem fundamental nesse debate, vem sendo, por exemplo, as organizações do movimento estudantil, que vêm colocando esse debate no tema – diretoria de Mulheres da UNE, da Ubes. O movimento estudantil vem colocando esse tema como um tema fundamental no último período para ser debatido, incentivando esse coletivo de mulheres a ser organizado nessas universidades, mas é óbvio que a direção dessas universidades precisa, necessita colocar esse tema como um tema prioritário.

Quando você olha para essas direções dessas universidades, elas ainda hoje refletem esse não lugar das mulheres. Você vê poucas mulheres nos espaços de direção dessas universidades, o que também reflete essa falta de atenção às temáticas de gênero, às temáticas raciais. E também se coloca que existem poucos espaços para negras e negros nessas direções.

O Conselho Nacional de juventude vem ajudando nessa denúncia, incentivando essa organização nas universidades, incentivando a criação de conselhos nos Estados e Municípios, que é um espaço importante também para que, naquele espaço, sejam organizadas mulheres e temáticas em relação ao enfrentamento dessa violência, para que a disputa dentro das Câmaras Municipais, dentro das Assembleias Legislativas, também se dê, porque essa é uma violência que precisa de muitos esforços para que seja combatida na nossa sociedade brasileira.

Nesse último período, a gente vê que os temas da política, de fato, não privilegiam o debate quanto à violência contra mulher, não privilegiam o debate da participação da mulher na política. A gente vê, por exemplo, esta Casa legitimando projetos que vão de encontro à vida dessas mulheres; projetos que impedem que essas mulheres não interrompam uma gravidez proveniente de estupro; projetos que não ajudam as mulheres a se organizarem do ponto de vista da autonomia econômica; projetos que, hoje, legitimam a morte dessas

mulheres também – a morte lenta, que a gente costuma denunciar, das mulheres que fazem parte de famílias que perdem seus filhos na luta, no debate do genocídio da juventude negra.

Então, para nós é fundamental continuarem denunciando essa violência, principalmente a violência sexual, e abrindo espaço para que essas mulheres possam se auto-organizar, se organizar no espaço de poder, porque esse debate da participação social e da criação de espaços para denúncia, da criação de elementos políticos que vão romper com essa lógica da violência sexual e da violência contra mulher, de um modo geral...

(Soa a campanha.)

A SRª TÂMARA TERSO – ... para nós, tem de estar organizado e imbricado, porque, sem mulheres nos espaços públicos para debater sobre suas vidas, sem mulheres nos espaços públicos para falar o que sentem, o que passam e como podem romper com essa lógica, nós não poderemos, de fato, combater essa violência, porque, mais uma vez, nós vamos reproduzir homens falando pela vida das mulheres, espaços masculinizados e hostis e espaços que impedem que essas mulheres possam se organizar e dar o seu grito, denunciando essa violência.

Então estamos aqui, somos parceiras nessa luta.

Obrigada a todas e todos. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada pela sua participação. Foi muito importante ver desse ponto de vista das mulheres jovens, que estão atuando diretamente no movimento de juventude, que sabem que isso é uma questão muito presente, infelizmente, ainda nas nossas vidas.

Eu vou chamar, então, a Nalu Faria, que é Presidente da Marcha Mundial das Mulheres e que, não sei se todo mundo conhece, hoje é um dos movimentos mais importantes, em nível global, das mulheres que se manifestam e que não necessariamente estão organizadas em partidos políticos, mas hoje compõem o movimento na sociedade civil que tem feito muita história, e é um dos movimentos responsáveis por essa onda feminista que, felizmente, está combatendo essa possibilidade de regressão que estamos tendo. E, como eu disse, é uma das minhas inspiradoras.

Então, Nalu Faria, com a palavra.

A SRª NALU FARIA – Boa tarde, companheiras e companheiros.

Quero agradecer muito à Luizianne pelo convite e também parabenizá-la pela iniciativa.

Acho que, hoje, realmente, pelas falas que me antecederam e por outras que virão, temos que aproveitar este momento para fazer esse reconhecimento público do esforço de cada uma de nós na luta contra a violência. Claro que eu quero cumprimentar, em especial, a Luíza, que falará depois de mim, porque ela também deu uma contribuição extremamente importante, inovadora, neste processo.

Eu estava pensando justamente que, ao mesmo tempo em que nós estamos falando aqui de opressão e de impunidade, porque também essa opressão segue existindo, pois há uma impunidade, estamos falando de dor, de medo, de vozes silenciadas e também de resistência, de luta e de construção de práticas de libertação.

Eu acho que esse elemento de que nós não estamos paradas e que nós estamos em resistência, em luta, é muito importante para encarmos esse debate, inclusive encarmos os dados desse mapa que foi apresentado ontem.

Eu vou justamente começar resgatando um pouco a nossa experiência na Marcha Mundial das Mulheres, com esse tema da organização das jovens nas universidades, da marcha para além das universidades e de como apareceu esse tema da violência.

Eu, por morar em São Paulo, acabei muitas vezes acompanhando processos justamente da Universidade de São Paulo. Muito antes, inclusive, de existir a Marcha, eu me lembro de um dos processos que nós acompanhamos, que foi de uma denúncia de violência sexual no movimento sindical da USP, em que as companheiras da CUT nos pediram ajuda para fazermos parte de um coletivo, de uma comissão para fazer uma investigação, a fim de trazer todos esses elementos do debate interno. E assim sucessivamente.

Durante anos e anos, eu participei da calourada da USP, onde sempre havia discussões das opressões. Discutimos com o movimento estudantil essa questão da auto-organização das mulheres, e essa questão muda a partir de 2003, quando conseguimos, a partir da Marcha Mundial das Mulheres e de uma ação proativa que fizemos de como dialogar com as jovens, particularmente, naquele período, mostrar para as jovens que o machismo seguia existindo, que os nossos corpos continuavam sendo controlados, porque naquele momento a gente vivia uma realidade em que se dizia que não – principalmente nos espaços como o espaço da universidade –, que o feminismo não era mais necessário, que as mulheres já haviam construído a igualdade e que nós, as feministas, éramos pessoas conservadoras, moralistas e assim por diante.

Então, foi um momento bastante peculiar, quando sabíamos que a violência continuava existindo, que o assédio continuava existindo, mas tínhamos dificuldade para que esse tema viesse à tona. De fato, assim

que as jovens começaram a ter mais esse debate, no início, com a construção do comitê da Marcha Mundial das Mulheres lá – mas logo em seguida, não só pela nossa ação, por ação de outras questões que existem no mundo, como por exemplo o feminismo na internet –, os coletivos dentro da USP começaram a se multiplicar. Eu me lembro de que, na própria calourada de 2004, já apareceram no manual do calouro do DCE da USP, entre as questões que falavam às pessoas que estavam entrando na USP, orientações de como conseguir uma prostituta na rua ao lado da USP, e que por R\$5,00 você podia se aliviar. Era assim que se falava naquela época.

A primeira pergunta que me fiz foi: se este é o manual dos calouros, como se sentem as mulheres que entram aqui? E isso continuava, justamente demonstrando... Tentando fazer as mulheres se sentirem, como a Helena Hirata fala, como estrangeiras naquele lugar, como se ali não fosse o seu lugar. Aí, claro que foram aparecendo todas as manifestações de machismo na universidade, de que a companheira anterior já falou: os trotes, essa questão de rifar prostitutas no Encontro Nacional dos Estudantes.

As companheiras que se organizavam na marcha e nos outros coletivos começaram a denunciar, começaram a colocar essas questões; e mais questões foram aparecendo. Também juntou com esse processo da UNE, e eu acho que hoje nós temos uma outra... Não é à toa que se desvenda. E a gente descobre que o que acontece em determinada universidade acontece há 15 anos, que isso que está acontecendo hoje aconteceu sempre, só que estava invisibilizado.

Então, o que significa isso? É claro que tem a ver com a cultura do estupro, como nós falamos. Mas tem a ver com práticas que são organizadas a partir do que são as representações das mulheres, tendo como base a representação das mulheres, entre santas e profanas, mas também que, ao mesmo tempo, todas as mulheres estão sendo testadas – se são santas ou se são profanas – e que, de alguma forma, são todas coisificadas. Ao mesmo tempo, também é para definir qual é o lugar da mulher na sociedade.

Hoje, os coletivos que estão na universidade, em geral, estão tratando de dois temas, os coletivos de jovens: um é esse tema da violência, porque todos estão falando da violência; e o outro é o lugar delas na universidade, o lugar delas na produção acadêmica, a invisibilidade das mulheres nesse processo.

Uma questão que eu acho muito interessante é que essas jovens estão resgatando, na história da produção desse conhecimento – atualmente conhecido como conhecimento moderno científico –, a presença, mas também a exclusão das mulheres. E é muito interessante, porque se chega às mesmas conclusões a que nós já chegamos no movimento de mulheres, quando conseguimos demonstrar que as mulheres participaram de todas as lutas, que nós não éramos, nunca fomos, aquelas acomodadas que ficavam em casa, esperando o que o provedor nos trazia – muito pelo contrário, na grande maioria das vezes somos a principal provedora –, mas que também participamos de todos os processos de luta. E as jovens, hoje, estão resgatando.

Quem estava lá, no começo, no início da Matemática moderna? Quem estava no início da computação? E por que as mulheres não continuaram? Por que, mesmo aquelas que estiveram, muitas vezes foram ocultadas?

Então, também, se a violência é um mecanismo de controle sobre o corpo das mulheres e a sexualidade das mulheres, é também um mecanismo de controle sobre o seu projeto de vida e o seu lugar na sociedade, a ideia de que elas não podem, realmente, participar dos mesmos espaços.

Então, eu acho que hoje, nesse momento, como a Luizianne já disse que nós estamos em grandes mobilizações, aqui no Brasil, das mulheres, lembro que eu fiquei muito feliz quando eu vi que, em Madri, também, centenas de milhares de mulheres ocuparam as ruas. Então a gente pode estar, realmente, construindo um novo processo de ascenso da mobilização das mulheres.

Neste momento, nós estamos aí, nas ruas, contra o retrocesso, com um projeto de que eu nunca consigo aprender o nome, o 6069, esse projeto que já foi falado, mas também, hoje, as jovens e os jovens estão ocupando escolas estaduais em São Paulo contra o projeto de reforma das escolas estaduais. E as jovens secundaristas estarão chegando a Brasília depois de amanhã, para o Congresso dos Secundaristas.

Nós estamos tendo um processo de organização das mulheres no território das universidades, mas também nos outros territórios – no território das periferias, nos territórios do funk, em todos os lugares, justamente nesse processo de construção de uma grande luta para transformar o mundo e transformar a vida das mulheres, como nós dizemos. Acho que o chamado que nós fazemos à universidade, assim como fazemos a todos os espaços da sociedade, é que não oculte, porque a violência e a discriminação das mulheres não são só um aspecto comportamental e cultural – elas têm uma base material, e elas também têm práticas institucionais que as sustentam.

Nós temos – como estamos falando de universidade – de conseguir que a universidade seja um território livre de violência. E nós temos de conseguir que...

(Soa a campanha.)

A SRª NALU FARIA – ... a sociedade como um todo considere a violência algo inaceitável. Nós já falamos tanto aqui da naturalização da violência, da culpabilização das mulheres pela violência, como já foi dito aqui – por que estava lá? Por que não foi ela... Por que não evitou a violência? E, se nós estamos falando da impunidade, nós temos de, ao identificar os mecanismos que mantêm a violência, atuar para desmantelá-los e, com isso, realmente transformar a violência em algo inaceitável.

Acho que, se hoje nós temos esse processo de mobilização e a alta organização das jovens, é mais um motivo para a resposta da universidade ser proativa, para que essas jovens se sintam acolhidas, apoiadas e possam seguir em frente com esse processo de luta.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Passo a palavra para a Luciana Loureiro.

Eu queria só introduzir aquela sugestão da Deputada Maria do Rosário, sobre a Bárbara Penna, no requerimento que nós aprovamos aqui, de mulheres brasileiras que sofrem mutilações por parte dos companheiros. Eu queria colocar em votação.

No Senado, Senadores e Senadoras; na Câmara Federal, Deputados e Deputadas; permaneça como está quem concorda com a inclusão do nome de Bárbara Penna no requerimento.

Só lembrando, ou, pelo menos, esclarecendo, essa nossa companheira, Bárbara Penna, foi vitimada num crime que ocorreu no dia 7 de novembro, quando o réu, que na verdade era o marido, incendiou o apartamento onde viviam ela e dois filhos: uma menina de dois anos e um menino de 4 meses. As duas crianças morreram sufocadas pela fumaça. Um vizinho de 76 anos, que tentou auxiliar as vítimas, também não resistiu e faleceu após inalar o ar contaminado. Ela, Bárbara Penna, foi atirada pela janela após ter parte do rosto queimado, mas sobreviveu depois ficar quatro meses internada em estado gravíssimo.

Portanto, o nome dela está incluído para a nossa audiência pública.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu agradeço, Deputada, a V. Exª e a todas as colegas.

Eu ouvi falar; é uma menina com extrema força de vida; chora e sofre a perda de seus filhos, e denunciou que tem sofrido muitas pressões por parte de pessoas em torno daquela pessoa que praticou a violência contra ela.

Então, acredito que o convite possa significar também uma possibilidade de apoio extremo a uma pessoa que merece, que empresta seu rosto e seu sofrimento às vítimas brasileiras.

Agradeço à Comissão por incluí-la na audiência, como muito bem solicitado aqui pela Senadora Vanessa Grazziotin e pela Senadora Simone, nesta Comissão presidida, neste momento, por V. Exª.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Deputada Maria do Rosário.

Só lembro o seguinte: considerando que essa mulher foi atirada pela janela, ficou quatro meses internada em estado gravíssimo e está aí pra contar a história, eu acho que esta Comissão... Como relatora, eu tenho insistido muito que a gente tem de chorar nossas vítimas. A gente tem de enfrentar esse debate, mas a gente também tem de empoderar as mulheres que estão querendo reconstruir suas vidas, como é o caso daquela jovem de Canoas, de 19 anos, e da Bárbara. Na hora em que ela foi atirada pela janela, eu entendo que ela criou asas e voou. Portanto, nós temos de alimentar esse voo.

Assim, está aprovado o requerimento.

Quero, agora, passar a palavra à Srª Luciana Loureiro, a quem, desde já, agradeço pela presença, Procuradora da República, Procuradora Regional dos Direitos do Cidadão, do Ministério Público Federal, em Brasília.

A SRª LUCIANA LOUREIRO – Boa tarde!

Obrigada, Deputada Luizianne Lins, na pessoa de quem eu saúdo toda a Mesa, toda a Comissão, e, desde logo, agradeço pela oportunidade de participar e debater esse tema em nome do Ministério Público Federal e da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, que é o nosso órgão de cúpula que coordena a atuação em direitos humanos de todos os Procuradores da República do País.

O tema da violência de gênero e da violência contra a mulher, especificamente, não precisamos citar aqui, apresenta dados estarrecedores, segundo o Mapa da Violência divulgado ainda ontem. Mas mais estarrecedores, talvez, sejam os dados, ainda muito velados, sobre a violência contra a mulher, especialmente a violência sexual, praticada no âmbito das universidades brasileiras.

Algum tempo atrás, houve uma CPI no âmbito da Assembleia Legislativa de São Paulo que levantou alguns números, alguns dados, e emergiu dali um dado muito preocupante: nos últimos dez anos, teriam sido cometidos, nos campi da USP, cerca de 112 estupros. Esses dados, obviamente, são questionáveis, porque, se o problema é invisível e continua sendo invisibilizado, essas estatísticas, simplesmente, não existem ou não são confiáveis. Esses números podem ser até muito maiores e o problema pode ser muito mais profundo.

Daí que a minha contribuição aqui é no sentido de tentar chamar um pouco à responsabilidade entidades e órgãos que nós entendemos têm uma parcela de responsabilidade nisso e que têm uma parcela de poder que não está sendo exercido no sentido de combater essa violência.

Como já foi dito, as universidades são espaços privilegiados de construção do saber, de compartilhamento do saber e de construção de uma sociedade do conhecimento que deve ser pluralista por excelência, mas, infelizmente, ainda há, nas universidades, uma cultura de subordinação e de opressão da mulher, uma cultura que ainda domina vastos espaços sociais, principalmente a família tradicional brasileira, e que ainda tem se revelado muito presente nesses espaços. Em outras palavras, tem se deslocado a cultura em que os mecanismos estruturantes da violência eram restritos ao ambiente doméstico ou da que se praticava na rua para o espaço das universidades, quase como que acompanhando o processo de conquista que a mulher tem realizado nesses espaços. Então, onde há mulher existe violência. Assim, o que antes se podia pensar como violência simplesmente doméstica ou familiar, hoje, esses mesmos mecanismos de violência se refletem e conduzem a agressões de todo tipo no espaço da universidade.

Por isso, a publicidade que as organizações defensoras de direitos das mulheres estão dando a esses casos de agressão sexual, de estupro e de violência sob todos os aspectos no âmbito das universidades é muito importante. Convido, pois, toda a sociedade a refletir acerca dos mecanismos de enfrentamento desse problema.

A pior constatação a que se pode chegar diante desses variados e numerosos relatos de crimes sexuais sofridos por estudantes dentro das universidades é, infelizmente, a da completa ou quase completa falta de responsabilidade dos órgãos de cúpula das direções das universidades no tratamento do problema. Em primeiro lugar, parece-nos que as universidades precisam acordar para a gravidade de compactuar com a omissão e a leniência no trato desses crimes; elas precisam se convencer de que a prática da violência sexual dentro do seu ambiente ou, ainda que fora do seu ambiente, em atividades mantidas, promovidas ou de algum modo apoiadas por elas, como festas de calouros, por exemplo, ainda que em espaços fora dos campi, não pode ser tratada como falta disciplinar de menor importância.

Assim, a primeira contribuição que as universidades podem dar no enfrentamento dessa questão é, talvez, a alteração ou a revisão de seus estatutos ou regimentos disciplinares, a fim de definir claramente que tais condutas são passíveis de punição rigorosa e também para definir sanções de fato gravosas para os praticantes desses fatos, independentemente da possibilidade, que nós sabemos existir, de eles serem punidos civil ou criminalmente no âmbito externo.

O fato é que uma conduta caracterizada como crime, como o estupro, o atentado violento ao pudor, entre outros, no Direito Penal brasileiro, jamais pode ser vista como uma conduta de menor importância no âmbito disciplinar ou que mereça uma sanção disciplinar simplesmente leve ou de média gravidade. Isso é decorrência do princípio da ultima ratio do Direito Penal e da lógica da responsabilização crescente de acordo com os níveis do direito sancionador. Algo que é ilícito no âmbito civil pode não ser ilícito no âmbito penal, mas, certamente, algo que é um ilícito penal não pode ser visto como não ilícito disciplinar ou como algo que mereça uma punição pouco severa.

Eu digo isso porque eu fiz uma pesquisa rápida, no dia de ontem, nos regimentos disciplinares das universidades Brasil afora, pelo menos aqueles disponíveis na internet, e percebi que poucos são aqueles em que existe uma tipificação mais clara ou mais precisa de atos de violência sexual passíveis de aplicação da sanção mais grave ao estudante, que seria o desligamento da universidade. Eu destaco o regimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que me pareceu bastante preciso. Ele diz, expressamente, que a prática de estupro ou atentado violento ao pudor, por estudantes, por docentes, enfim, por quaisquer pessoas ligadas à universidade contra outros docentes ou contra outros estudantes é passível de desligamento. E, pelo lado negativo, destaca-se o regimento da USP, que é bastante lacônico e vago, aludindo apenas a atos contrários à moral e aos bons costumes, sem qualquer precisão e, pior, sem qualquer definição da sanção que seria aplicável a esse tipo de conduta, se é que o estupro ou o atentado violento ao pudor, na visão da autoridade que vai aplicar a sanção, seriam atos contrários à moral e aos bons costumes, uma vez que essa apreciação acaba sendo muito subjetiva.

Isso é bastante importante na perspectiva da punibilidade dos autores desses fatos, porque, se o regimento disciplinar for muito vago ou for impreciso, as possibilidades de defesa ou de não responsabilização adequada são muito grandes. A possibilidade de controvérsia a respeito de se uma conduta se enquadra ou não num tipo de infração disciplinar dá margem a muita discussão, e as possibilidades de defesa acabam contribuindo para a impunidade.

Então, eu acho que este seria um primeiro ponto: as universidades precisam revisar imediatamente os seus regimentos disciplinares e fazer com que eles realmente se tornem concretos. O regime disciplinar de uma instituição não existe por acaso; ele existe para ser cumprido. Então, é preciso que se tenha a coragem de fazer

essas revisões e, mais do que isso, de prever todo o processo administrativo e que ele seja célere, eficaz, mas, principalmente – o que é outra queixa dos coletivos feministas –, que, nesse espaço de discussão do processo disciplinar no âmbito das universidades, a vítima seja ouvida, com privilégio, num espaço privilegiado, porque toda a prova de delitos sexuais tem que ser construída, ao menos no primeiro momento, sobre a palavra da vítima, porque são crimes, são delitos que, normalmente, não têm testemunhas ou têm provas de difícil coleta por todas as circunstâncias envolvidas.

Outra demanda desses coletivos feministas é que, normalmente, nesses processos, a própria vítima não tem acesso a esses processos, o que a inviabiliza ainda mais, além da dor de ter sofrido a agressão e a violência.

(Soa a campanha.)

A SRª LUCIANA LOUREIRO – Para além disso, eu também entendo que as universidades precisam criar mecanismos de prevenção, como já foi dito aqui, de apoio e de assistência às vítimas. Primeiro, para que elas não sejam vitimizadas duplamente: uma vez que sofreram a violência, não se encontrem amparadas ou apoiadas minimamente para denunciar o fato e, depois, para prosseguir no ambiente acadêmico, inclusive, às vezes, convivendo com o próprio agressor.

De repente, esses regimentos disciplinares poderiam até prever medidas cautelares, assemelhadas, quem sabe, às da própria Lei Maria da Penha, tais como afastamento, suspensão cautelar ou até medidas de restrição para que o suposto agressor não possa estar nos mesmos espaços em que as vítimas estão, a fim de que as vítimas não sejam convidadas, como muitas vezes acontece, a deixar os cursos. Assim, serão triplamente vitimizadas, uma vez que elas sofrem a violência, não se encontram amparadas para denunciar os fatos e fazer com que aquilo tenha alguma consequência e, também, acabam tendo de desistir do seu curso superior porque não suportam conviver com o agressor no mesmo espaço, sem ter nenhum tipo de apoio ou de atenção.

Mas, para terminar, haja vista que o meu tempo já está acabando, embora eu tenha ainda uma série de coisas a dizer, nós podemos deixá-las para o debate depois.

Outro órgão que eu acho que tem uma certa parcela de responsabilidade e que pode contribuir no que tange à violência cometida nas universidades, fomentando esse processo de mudança de cultura e, principalmente, de mudança de orientação das reitorias no sentido de, muitas vezes, não quererem investigar esses fatos para não darem visibilidade a eles e não mancharem a imagem da instituição, é o MEC, através, quem sabe, do Conselho Nacional de Educação ou da própria Secretaria de Diversidade ou da Secretaria de Educação Superior. É possível que, por exemplo, essas entidades que não tratam adequadamente dessa questão sejam, por exemplo, objeto de uma avaliação criteriosa no ciclo avaliativo que o MEC promove em todas as instituições de ensino. Assim, as instituições que tratam esse problema jogando-o para baixo do tapete deveriam ser mal avaliadas. Então, é preciso que se institua algum tipo de mecanismo, de parâmetro de avaliação que contemple essa realidade. E isso pode ser feito independentemente de legislação; é uma regulamentação infralegal. Isso pode ser feito com uma certa facilidade pelo MEC. Eu acho, pois, que essa iniciativa fomentada a partir do MEC tem um peso político muito importante, por se tratar da nossa agência, do nosso centro de onde emanam as normas gerais sobre educação.

Só para terminar, queria aqui registrar que esse contexto de violência não é só do Brasil. Ultimamente, em setembro, saiu uma nota no The New York Times, dizendo que mais de 80 universidades americanas estão sendo objeto de investigação promovida tanto pelo Departamento de Educação, que equivaleria ao nosso MEC aqui, com o auxílio da Polícia Federal americana, justamente por não processarem ou não apurarem devidamente os casos de crimes sexuais ali ocorridos. E, assim como aqui, lá também houve a divulgação de um dado de que cerca de 27% das estudantes americanas já teriam sofrido assédio sexual ou violência sexual no âmbito das universidades.

Então, é preciso que alguém tome essa iniciativa, seja o MEC, com os instrumentos de que pode lançar mão, sejam as próprias universidades dentro de sua autonomia – e não há autonomia universitária que assegure que o espaço universitário, o espaço acadêmico seja um espaço de perpetuação de violência, tampouco de violência e de desrespeito aos direitos humanos.

Então, agradeço, mais uma vez, e parabeno os Srs. Deputados, as Srªs Deputadas, os Srs. Senadores e as Srªs Senadoras, bem como a todos os convidados que aqui estão por tocarem nessa temática e faço votos de que não esmoreçam contra essa maré conservadora que tenta tomar conta do Congresso Nacional em detrimento das conquistas em direitos humanos que foram obtidas por nós nos últimos tempos.

Obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada.

Nosso lema é “esmorecer jamais” – ouviu, Luciana?

Nós estamos caminhando para o fim da nossa audiência, e eu gostaria de passar a palavra, agora, à Sra Sônia Marise, Diretora de Diversidade da Universidade de Brasília, responsável pela Coordenação da Mulher.

A SRª SÔNIA MARISE – Sou a Profª Sônia, da Universidade de Brasília, sou da Faculdade de Educação. Há dois anos, recebi a incumbência e a missão de pensar uma política de ação afirmativa na questão da diversidade a partir de alguns fatos ocorridos na Universidade de Brasília.

Eu me senti muito contemplada na primeira e na segunda mesa. Quero dizer que saio um pouco aliviada, como Diretora de Diversidade, porque tive que lidar com todas essas questões e situações de ordem jurídica, política, econômica, moral dentro da Universidade.

Então, eu gostaria, primeiramente, de dizer que, quanto à primeira mesa, considero três pontos importantes, porque penso que a Universidade de Brasília não é diferente. Temos hoje 43 mil estudantes, 2,7 mil professores, 2,3 mil técnicos administrativos. Portanto, é uma cidade, com todos os problemas que uma sociedade tem de convívio e respeito às diferenças. Quero dizer, então, que a Universidade de Brasília também é a reflexividade desse trato da questão da mulher e da questão da diversidade em âmbito nacional.

Estamos hoje em uma crise moral, em uma crise política, em uma crise econômica, mas estamos aprendendo muito com elas. As crises estão nos ajudando a trabalhar a partir dos movimentos sociais e a pensar a política de diversidade da Universidade de Brasília.

Então, o primeiro aprendizado é que esperávamos que, por dentro da Universidade, esse movimento se desse, mas estamos percebendo que, discutindo diversidade em uma universidade, estamos nos amparando e nos fortalecendo muito com os movimentos: os movimentos de estudantes, movimentos sociais, pressões externas que a sociedade tem feito para pensar um espaço mais educado para lidar com as diferenças. Esse é um primeiro ponto que eu gostaria de reafirmar perante esse grupo e essa Mesa.

O segundo ponto é que realmente nos demos conta de que, para essa temática, estamos focados muito mais nas queixas e nos sintomas. Temos feito muito pouco ainda, é como se ficássemos apagando incêndios dentro da Universidade, e não temos tido tempo de focar em uma política preventiva, educativa, como espaço de formação dentro da Universidade.

O terceiro ponto é que toda produção das ciências e das verdades da universidade é ainda uma ciência sem cidadania. Ela ainda usa o patriarcado com uma tecnologia do poder dos homens. E isso está expresso em vários cursos e em várias ações, quando vamos lidar com a diversidade, tais como as questões indígenas, as questões dos negros e negras dentro dos programas que a universidade implementa. Muitas vezes, não há permanência desses grupos e permanência com dignidade desses grupos por falta de políticas nessas várias dimensões.

Então, esses três pontos, que foram abordados aqui na primeira e segunda Mesa, estão colocados e postos dentro da Universidade de Brasília.

Esse cenário nos leva a pensar: em quais ações hoje a Universidade de Brasília tem investido diante desse quadro e diante dessas questões? No campo do ensino, da pesquisa e da extensão, já têm sido criados vários núcleos de pesquisa entre as mulheres, de dados de ações contra as mulheres. Na área de ensino, a qualificação do currículo hoje tem prestado conta de algumas legislações que devem estar na formação dos estudantes. Do ponto de vista da extensão, há algumas temáticas, com bolsas para estudantes, para trabalharem. Há também as cotas, a rigorosidade que a universidade usa, o próprio recurso do PNAES, utilizado para diversidade. Então, algumas ações já têm sido desenvolvidas dentro da Universidade.

Agora vou falar do lugar onde estou, que é o campo da gestão. No campo da gestão, essa diretoria foi criada há dois anos para discutir – olha que interessante – a diversidade. Ela foi criada para pensar políticas preventivas para lidar com as diversidades, as diferenças, tornando a universidade mais educada para essa questão.

Dentro dessa diretoria, temos quatro coordenações: a coordenação da questão indígena – hoje, temos 54 indígenas dentro da Universidade; a coordenação que trata nos negros – o Programa Fraternidade; a que trata da questão LGBT, da orientação sexual; e a que trata dos direitos da mulher. No entanto, percebemos que, apesar de programas singulares e diferenciados dessas questões, as mulheres perpassam por todas elas.

Portanto, o primeiro dado que trago, como Diretora da Diversidade nesses dois anos de experiência foi a falta de integração das políticas que, transversalmente, alcançam mulheres. Temos mulheres indígenas, mulheres quilombolas, mulheres lésbicas, e, no entanto, esses grupos não dialogam. Quando temos as programações, as atividades, vemos que são feitas para os próprios grupos. Esse é um ponto que detectamos como desafio dessa Diretoria, ou seja, como fazer essa “dialocidade”, essa integração de políticas em uma área e em uma produção de ciência completamente compartimentalizada dentro da Universidade. Esse é um outro ponto.

Agora, algumas experiências da Diretoria da Diversidade têm sido interessantes. A primeira delas: o trote é proibido. Então, criou-se uma comissão de boas-vindas para a primeira semana. Nessa comissão de boas-vindas, nós, que pertencemos à comissão, propomos algumas ações aos calouros. É muita gente jovem que

entra na Universidade. Para os calouros, na primeira semana, da Diretoria da Diversidade, trabalhamos ações educativas e preventivas, com as legislações, com o próprio trato LGBT, que hoje tem sido um dos pontos mais sérios da Universidade. Dentro da comissão, temos tratado dessa questão institucionalmente, como momentos dentro das duas primeiras semanas dos calouros, para eles saberem que existem indígenas, qual a política desses indígenas, como eles se sentem dentro da Universidade. Da mesma forma, os LGBT, negros, quilombolas. Então, temos, pelo menos nas primeiras duas semanas, mostrado para esse jovem que entra na Universidade que existem diferenças, que existe uma diversidade que precisa ser respeitada.

O segundo ponto é a Ouvidoria. Foi criada uma comissão dentro da comissão de ética. Chega à Ouvidoria, vai para a comissão de ética. Também nos deparamos com temas que foram colocados nesta Mesa, ou seja, há uma rede de acolhimento, uma política mais integrada de informação para acolher aquela vítima. Sentimos falta disso. Então, chega à Ouvidoria, vai para a comissão, mas não há um trato diferenciado dessa questão; ela entra como qualquer outra questão que é colocada na Ouvidoria. A Diretoria da Diversidade tem sentido essa dificuldade no sentido de tratar a questão da mulher como um ponto singular que precisa ter um acolhimento principalmente às vítimas.

Outro ponto que a Universidade tem trabalhado bem refere-se a ações mais preventivas. Vocês sabem, aparece na mídia com muita intensidade, casos. Tivemos, na rede de engenharia, um grupo de jovens que fez um cartaz “caiu na Redes é estupro”. Qual foi a atitude que a Universidade tomou? Eles vieram para a Diretoria da Diversidade, foi feito um trabalho com esses jovens e com suas famílias. E, aí, eles passaram, naquele semestre, trabalhando em um dos programas de inserção e de pesquisa...

(Soa a campainha.)

A SRª SÔNIA MARISE – ...com relação à questão da mulher.

Portanto, temos, também, trabalhados com esses ditos opressores de vários níveis, de vários tipos de violências, inclusive a violência simbólica, e temos trazido esses jovens para trabalhos comunitários, dentro do ensino, da pesquisa, da extensão, dos PIBICs, das ações afirmativas que os PIBICs têm. Essa tem sido uma saída. E trabalhamos com os coordenadores e diretores de unidades para que, quando cuidam das suas unidades e coordenações, façam um trabalho direcionado para uma política mais tutorial para aqueles grupos da diversidade, para que eles tenham um lugar de referência e se sintam mais seguros dentro da Universidade.

Temos hoje a Maloca, que é o lugar de referência dos indígenas, onde eles fazem uma política pedagógica de enfrentamento inclusive da discriminação que sofrem dentro dos cursos. Temos o CCN (Centro de Convivência Negra), para que, com o Programa Fraternidade, quando aquele negro ou aquela negra entra na Universidade, sintam-se amparados pelos seus colegas. Daí tiramos várias ações que podemos desenvolver dentro das coordenações de curso e diretorias de unidades.

De modo geral, a Universidade tem, em certa medida, tomado algumas decisões junto à gestão, para lidar com o tema, mas com muitas dificuldades e com muitos desafios. Se eu pudesse fazer um balanço geral, como Diretora da Diversidade hoje, eu diria que ainda temos um espaço bastante discriminatório com relação aos grupos da diversidade, perpassando, evidentemente, pelas questões das mulheres.

A última pesquisa que estou coordenando agora no Pibic é sobre a situação das mulheres trabalhadoras que são mães na Universidade. São dados extremamente preocupantes. A evasão das mulheres na Universidade é muito maior do que a evasão dos meninos, dos homens. Por quê? Porque elas não têm nenhum apoio para deixar seus filhos. Agora, esta sendo criada, está sendo pensada, na Diretoria da Diversidade, a creche. Vai haver um edital para que essas mulheres concorram a essas creches e deixem seus filhos.

Um dos grandes problemas desses grupos de mulheres tem sido mulheres muito jovens, que são mães solteiras ou não têm com quem deixar seus filhos. Elas chegam de outra cidade para o vestibular da Universidade e não podem ter seus filhos na casa do estudante; elas não sabem o que fazer. A Universidade não tinha até agora uma política para acolher essas mulheres que são mães. A partir dos dados dessa pesquisa, será implementada, em 2016, a política de creche para as mulheres que são hoje jovens mães da Universidade, estudantes. Assim vamos diminuir essa evasão que temos observado nesse campo.

Há outras questões, não sei se estou no meu tempo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SÔNIA MARISE – Já terminou? A gente se empolga, não é? Fica empolgada e sensibilizada com o tema.

Estou à disposição na Diretoria da Diversidade. Agradeço muito por estar aqui hoje, em um aprendizado muito bom e me sentindo até um pouco mais segura de saber que muitas das coisas que estamos enfrentando, muitos dos fatos que estamos enfrentando dentro da Universidade são questões mais universais. Pensamos,

às vezes, que é um pouco de incompetência do próprio grupo, que não está sabendo gerir, mas estamos percebendo que as coisas são mais sérias e mais profundas do que imaginávamos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Vamos para a última fala da Mesa, para ouvirmos depois as Deputadas que se queiram colocar e depois encerrarmos a nossa audiência, porque há pessoas que vieram de fora, vieram especificamente para esta audiência pública e daqui a pouco vai ter que voltar.

Eu gostaria de chamar então a estudante Luíza Ribeiro, que representa o Coletivo Feminista Geni da Faculdade de Medicina da USP. Ela é aluna do curso de medicina, uma das fundadoras do Coletivo.

Acho interessante dizer que esse Coletivo, embora tenha começado lá, está tomando dimensão nacional. Então, é importante saber que essas jovens estudantes estão protagonizando um momento muito importante da história brasileira. Queremos reforçar isso, agradecendo a presença e ouvindo a Luíza Ribeiro.

A SRª LUIZA RIBEIRO – Obrigada.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar a iniciativa da Deputada e dizer que estou muito honrada de estar aqui com todas essas feministas fenomenais. Tive sorte de não ser vítima de violência, mas sou e fui testemunha da coragem de muitas colegas e amigas da Faculdade de Medicina e de outras faculdades. Acompanhei de perto o processo da CPI dos Trotes das universidades paulistas.

A minha fala vai ser dividida em: primeiro, uma visão geral; depois, o caso da USP.

O que vimos é que a cultura da Faculdade de Medicina tem uma questão estrutural de opressões, especialmente as faculdades públicas. É um vestibular concorrido, há então uma sensação de onipotência do ingressante. O ingressante acha que já passou e que, agora... O difícil foi passar. Ou seja: todo mundo que entra na Faculdade de Medicina – quer dizer, não é todo mundo que entra – sai.

Já ouvi um professor falando que a Faculdade de Medicina da USP era a melhor faculdade da galáxia. Então, é esse o ambiente em que convivo, em que fundamos esse Coletivo.

Também é importante dizer que acho que o Geni foi pioneiro em algumas questões, como ter levado isso para o foro da CPI e de ter uma mídia, naquele momento, muito interessada, mas nascemos em um ambiente em que já havia movimentos feministas crescentes e atuantes, que é o da Universidade de São Paulo, tanto como o Coletivo Dandara da Faculdade de Direito, a Frente Feminista. Enfim, o Geni não foi o primeiro.

Também queria saber onde está o nosso reitor Zago. Seria interessante que ele estivesse aqui para ouvir a minha fala, mas acho também que não vou falar nenhuma novidade para ele.

Voltando, nessas faculdades, há uma questão muito forte da hierarquia. Podemos identificar questões, na verdade, fascistoides, fascistas, como o culto ao símbolo, a massificação, a perda da individualidade e um forte culto à tradição. Quando fizemos denúncias ou quando queríamos mudar alguma coisa na faculdade, sempre a desculpa ou o motivo pelo qual não poderíamos mudar nada era o da tradição.

O enredo é comum. Há agressões e estupros ocorridos. Normalmente, ocorriam por agressores internos, alunos ou funcionários da faculdade. Aconteciam em festas. Na maioria das vezes, as vítimas, bem, as sobreviventes estavam ou bêbadas ou tinham sido dopadas pelos agressores, pelo agressor, sempre com acobertamento. Houve um caso na USP em que o próprio médico disse para a vítima que ele não queria que ela sujasse o nome de uma instituição de dentro da faculdade. O prontuário dela foi perdido.

Esta é uma particularidade muito perversa da faculdade de medicina, pelo menos das públicas, as que têm os hospitais-escola: a faculdade de medicina não acaba aos 6 anos. Essas pessoas são internas e, depois, viram residentes e, depois, viram preceptoras e, depois, viram médicas assistentes e, depois, viram professoras e, depois, viram diretoras das faculdades. Então, é realmente bem tradicional. Na faculdade, quando as aulas começam e o professor vai se apresentar, ele, normalmente, fala da turma que ele foi: “Sou da turma 101.” Ele fala o nome dele e “fui da turma 62”, “fui da turma 63”. Então, o ambiente preza essa tradição.

Depois que ocorre o estupro, o que vimos que aconteceu? Esses casos foram ignorados até a CPI. Muitas meninas foram aos diretores, aos professores, e, de fato, não houve visibilidade. O nosso diretor da faculdade chegou a dizer que faltava hombridade às vítimas para procurá-los. Além de ser uma péssima escolha de palavras, e acho que a área de relações públicas dele precisa ser melhorada, tiveram hombridade de ir até ele, mas não aconteceu nada. Depois da CPI, de fato, ocorreram comissões sindicantes, comissões processantes, mas o que foi visto é que houve erros brutais, tanto de Direito Administrativo como, enfim... nem sei do quê... de noção, de bom-senso. Uma das vítimas foi impedida de ir com advogado na primeira reunião, provas não foram anexadas ao processo dela, além de ela ter que frequentar a faculdade junto com o agressor. O agressor não foi retirado de lá, não havia sido suspenso. Nesse caso específico, depois da pressão, por ter saído na mídia, pela sociedade civil especialmente, com a força das meninas e mulheres da Marcha Mundial, esse aluno em questão foi suspenso por seis meses e, agora, por mais um ano. Acho que isso é muito importante em todas as faculdades, além do mais para a USP.

O estatuto é absurdo, é de 1973. Seria engraçado se não fosse trágico mesmo. Não há nada que diga respeito a crime sexual e esse aluno específico foi suspenso mas não foram reconhecidos os seus crimes sexuais. Só foi reconhecido o que ele disse que fez. Então, as denúncias feitas por três estudantes não foram consideradas.

O número que você citou de 112 casos nem é na USP inteira, é no quadrilátero da saúde. Quem conhece São Paulo, Dr. Arnaldo, Dr. Enéias, são as faculdades de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Fono e Medicina. São 112 casos, sendo 12 casos em 10 anos só ali. Considerando que 10% dos casos são notificados, a gente imagina a USP inteira.

O que sempre acontece? Há essa revitimização: as meninas, muitas vezes, têm que contar de novo os seus relatos na frente dos agressores; há um silenciamento por parte da comunidade, por parte dos alunos, por parte dos professores, salvo algumas maravilhosas exceções.

Para terminar, eu queria muito discutir a violência no currículo médico. Fico me perguntando por que precisou ser da medicina. Por que a medicina está tão em foco? Nós somos uma cultura de bacharéis e, então, há essa cultura do doutor e o médico ainda tem um papel muito elevado em termos de status econômico e social na sociedade brasileira. Não acho que ele faz valer o status que tem. Acho também que é um custo muito grande, que o que a sociedade paga para que eu estude lá é muito maior do que o que a minha família poderia pagar.

É uma questão do poder sobre o corpo. Esses alunos vão ser médicos, vão lidar com o mais frágil do ser humano. Esses alunos, depois, vão estar lá – bem, espero que não – e talvez sejam os que vão cometer violência obstétrica nos nossos mesmos hospitais universitários. Enfim, acho que há essa questão de por que tanto a medicina.

A questão da violência, como a gente faz, já que a gente tem que reparar as vítimas? Como a gente educa esses futuros médicos? Existe o tal currículo oculto e a gente precisa reconhecer que existe. Para além do currículo oficial, que aparece no manual da Fuvest, há um currículo que é formado pelos centros acadêmicos, pelas atléticas, pelos comentários de professores, pelos hinos machistas de baterias, pela inserção das mulheres em programas de residência, pela não inserção de mulheres em programas de residência, pela sempre separação de gêneros. É sempre: o médico e a enfermeira. Enfim, coisas que parecem pequenas mas que não são.

E também porque a gente, como alunas de medicina, não aprende a tratar essas vítimas de violência sexual. Eu tive aula de propedêutica ginecológica, que seria como examinar, e a gente não fala de violência sexual, a gente não fala de como essa vítima vai chegar a nós e como vamos ser, na verdade, o primeiro encontro dessa vítima.

Eu acho que é um tema que precisa ser discutido de novo. Acho que a USP se diz parte da sociedade, mas, ao mesmo tempo, não é, porque nós somos a elite que está lá dentro. A Faculdade de Medicina foi uma que foi contra as cotas. Se por um lado ela se diz parte da sociedade, por outro ela não se diz. Então, já que somos tão pioneiros, já que somos a melhor faculdade da galáxia, da América Latina, eu acho que é nosso dever pegar esse ônus e não ter que dividir necessariamente com o resto da sociedade, porque eu acho que a sociedade já tem nos dado bastante. Seremos pioneiros mesmos. Acho que não é questão de falar que vai sujar o nome da faculdade. Já está sujo, gente, não se preocupem.

Os pacientes não estão felizes também com o atendimento que os médicos têm dado. Então, não se preocupem que isso já foi feito.

Acho que é isto: ser pioneiros mesmo, não esconder, enfrentar esse problema de frente e ter coragem que essas meninas... Eu sou mais velha, tenho 29 anos, é o meu segundo curso. Eu olho para essas meninas e penso: são meninas de 18 anos, 19 anos, que estão fazendo internato, fazendo terapia, tudo, meninas supercorajosas que vão se formar e que vão ser as futuras profissionais de saúde.

Acho que a gente deve isso a elas e a todos os futuros pacientes, especialmente quem são os nossos futuros pacientes? Mulheres pobres, mulheres negras, que vão ser atendidas por esses médicos e isso não pode continuar acontecendo.

Agradeço a todos e, por favor, continuem olhando para a gente, porque é só com a pressão de fora é que vai mudar essa universidade e as outras universidades.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Agradeço a fala da Luíza, que acho vem num momento certo, dessa onda feminista. Tomara que as mulheres, cada vez mais, tomem as ruas, contra todo tipo de opressão, inclusive na política, Deputada Maria do Rosário.

Foi pedido aqui, temos duas Deputadas e uma Senadora inscritas, a gente já vai encerrar, não vai dar tempo de voltar para a mesa. Então, fiquem à vontade para desfazer a mesa; algumas palestrantes têm que viajar e também fiquem à vontade para sair.

Eu queria agradecer às que vieram de fora: Nalu Faria, Presidente da Marcha Mundial das Mulheres; Andréia Pacheco, que é assistente social e professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas; Luíza Ribeiro, representante do Coletivo Feminista Geni, da Faculdade de Medicina da USP; e todas as outras, mas especialmente porque elas de fato tomaram um voo para virem aqui dar esse depoimento ao vivo e em cores.

Quando realizamos alguma audiência e quando estou facilitando ou encaminhando a reunião, eu sempre acho que precisamos dar um salto, alguma coisa precisa acontecer, porque achamos importante trazer à tona a discussão, dar visibilidade, mas é importante também que as coisas aconteçam, que a vida aconteça.

Já vou pegar a proposta da Luciana, antes de passar a palavra às Deputadas para materializar, já proponho que a gente componha uma comissão – as Deputadas e Senadoras que quiserem – para ir ao MEC falar com o Ministro da Educação e relatar esta audiência e apresentar uma questão-chave mesmo: a pontuação das universidades. Temos aqui uma Deputada que foi reitora, a nossa Margarida Salomão, de uma universidade grande, importante e pública. Como a gente não pode dar a mesma fórmula, estabelecer a mesma regra ou conduta que vai resolver de A a Z o problema do estupro nas universidades, a gente precisa dar alguns passos. E acho que a gente pode, pelo menos, verificar a constitucionalidade dessa proposta, já que vem de uma operadora do Direito, mas acho que viável que a gente vá ao Ministro da Educação do Governo da Presidente Dilma a fim de conseguir algum espaço para trabalhar essa questão; de repente, o próprio Ministro tem alguma possibilidade de nos ajudar e sugerir alguma coisa.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Deputada Luizianne.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Pois não.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Uma sugestão em relação a esse encaminhamento: seria interessante convidar a Ministra Nilma Lino, da Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial, da Secretaria de Direitos Humanos e da Secretaria de Políticas para as Mulheres, para que acompanhasse essa delegação que vai até o Ministro da Educação. É fundamental que haja esse diálogo entre o Ministério da Educação e o Ministério encarregado de combater as discriminações, inclusive a violência contra a mulher.

Seria interessante que o encontro fosse feito com os dois Ministérios.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Boa sugestão, Deputado Jean Wyllys.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu só faria um adendo para que se fizesse, então, uma primeira audiência com a Ministra Nilma e agendasse com ela, para que ela não apenas acompanhe, mas que se empodere essa Pasta, ela que é uma mulher negra, que vem de uma universidade, que foi reitora também. Ou seja, que ela não apenas nos acompanhe, mas se faça uma audiência com ela também.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – A minha sugestão foi justamente nesse sentido. Como a ideia era falar com um Ministro, pensei em incluir uma Ministra para acompanhar e intervir. Mais interessante.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Está acatado, Deputado Jean Wyllys, só esclarecendo que a nossa Ministra foi convidada, não pôde vir e mandou a Secretária Executiva, que estava aqui presente. Certamente, vai ser acatada essa sugestão, que acho é extremamente importante para que a gente dê um passo à frente, sempre na perspectiva de avançar.

Obrigada, Deputado Jean Wyllys.

Agora, as Deputadas: Deputada Maria do Rosário, Deputada Margarida Salomão, Deputada Erika Kokay e a Senadora Regina Sousa.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu quero cumprimentar todas as mulheres que, nesta audiência, fizeram seus pronunciamentos; e a Relatora desta Comissão, Deputada Luizianne Lins.

Quero destacar que esperamos mais das universidades e mais do Ministério da Educação nesse terreno. Esperamos mais porque é necessário fazer mais. Não se trata de não reconhecer o que está sendo feito, o que está sendo produzido. Ao contrário, a gente sabe que definições foram tomadas, que encaminhamentos foram feitos.

Aqui as universidades falaram também e isso foi muito importante. Mas é preciso ir além daquilo que está sendo feito porque a situação é grave e porque ela está integrada a uma violência estruturalmente composta na sociedade brasileira. E as universidades podem fazer muito para ajudar a sociedade brasileira no enfrentamento dessa violência.

Se não podem fazer tudo, podem fazer muito. Eu até me filio muito à posição que a Nalu apresentou aqui na reunião de pensar amplamente a questão de gênero e a produção mesmo. A Deputada Margarida Salomão, que foi reitora, certamente ela vai poder nos ajudar mais nisso, mas eu fico pensando justamente na visibilidade da produção científica das mulheres, no comando das universidades pelas mulheres, nos programas instituídos nas universidades. Até porque nós não vamos poder ter uma disciplina acadêmica que trate desse tema. A violência não pode ficar presa a uma disciplina ou a um programa, já que ela é multifacética e tem que ser trabalhada em todas as experiências de vida de uma instituição.

Então, eu queria referir aqui, até do ponto de vista feminista, que nós não estamos trabalhando com papéis sexuais, na minha perspectiva. Não estamos trabalhando tampouco com funções, mas com o conceito de gênero, que é permeado pela violência em que, numa abordagem mais ampla, devemos perceber que essas instituições universidades, assim como o Congresso Nacional e as demais instituições, têm uma cultura e constituem uma representação do feminino e do masculino que elas trabalham para conservar e nos conservar num polo de desvalorização e reféns dessas circunstâncias de violência.

Nós precisamos enfrentar isso. E eu acredito que aqui foram apresentadas excelentes sugestões, que poderiam até na ata e no estudo do que uma ou outra falou, do que as instituições estão produzindo e, para além, produzir de conjunto de sugestões que a Relatora organize para levarmos, como disse o Deputado Jean Wyllys, ao Ministério da Educação, aos Conselhos de Direitos Humanos, ao Conselho de Educação, ao Conselho Nacional de Direitos da Mulher, para que debatam, por exemplo, esses estatutos que não podem, na perspectiva da autonomia universitária, estar sem perceber, invisibilizando essa violência, que é institucional. Não é a violência de um jovem, ainda que ele tenha que ser responsabilizado, ou de um homem ou outro. Quando acontece dentro das instituições, como dentro deste Congresso Nacional, Deputada Luizianne, essa instituição tem que responder para que essa violência não seja institucionalizada e permitida.

Aqui na Câmara dos Deputados, nós vivemos uma contradição muito forte e que é parte de um movimento absolutamente violento. De um lado, o Estatuto da Família, um projeto de lei sendo votado que quer impedir o exercício da amorosidade e da livre sexualidade, como família inclusive, entre adultos; e por outro lado, temos o Projeto de Lei nº 5.069, do Deputado Eduardo Cunha, que quer a liberação da violência e punição da vítima! Eu considero extremamente importante o que foi dito aqui pela Senadora e Professora Eva Blay, quando disse que é preciso 72 horas como tempo máximo limite para que alguém não venha a estar adoecida pelas circunstâncias da violência que sofre, além do adoecimento psíquico que a violência sexual produz.

No entanto, o Deputado Eduardo Cunha e a Comissão de Constituição e Justiça querem que as meninas, que as mulheres não sejam mais atendidas nas unidades de saúde sem antes passarem pelas delegacias! Querem voltar ao antigo regime em que a vítima de estupro que denunciava era passível de ser condenada pela ousadia da denúncia. Não percamos de vista que o estupro passou a ser crime contra a pessoa e não mais crime contra os costumes só em meados do ano 2000, a partir de iniciativas do Parlamento brasileiro.

Então, faço uma saudação a essa reunião. Assisti a cada depoimento porque me tocou profundamente cada um. Faço uma saudação porque vocês foram aqui representativas desses movimentos que estão nas ruas, que escrevem: meu corpo, minhas regras. Que escrevem sobre liberdade nos seus corpos, significando essa liberdade com palavras de ordem escritas com tinta sobre seus corpos, que são utilizados como objeto da violência sexual.

Portanto, ao cumprimentá-las, quero dizer que esta Comissão está com a relatoria nas boas mãos da Deputada Luizianne Lins, que, creio, fará um relatório sensível a essas questões humanas, mas também firme para oferecer posições claras contra a violência.

E, por fim, peço o apoio de vocês também...

(Soa a campainha.)

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ...diante do Projeto de Lei da Senadora Gleisi Hoffmann, de nº 1.322, de 2011, por cujo relatório tenho responsabilidade, ao lado da Deputada Érika Kokay, de defender, no caso como Relatora, na Comissão de Constituição e Justiça, e que constitui, na Lei Maria da Penha, a ação como incondicionada, e que termina e proíbe definitivamente o que já nem seria necessário, mas que estamos fazendo, na 9.099... Proíbe totalmente que a 9.099, como lei, seja usada como subterfúgio para não responsabilizar aqueles que cometem a violência doméstica contra mulheres. E esse projeto de lei está em risco, porque grande parte dos Deputados da CCJ, hoje, não quer que a ação seja incondicionada, quer que as mulheres sejam pressionadas para retirarem a denúncia que fazem contra os seus algozes, e quer o uso da transação penal no sentido de que uma cesta básica seja o preço da violência praticada contra a mulher.

Hoje, lamentavelmente, a própria Lei Maria da Penha, na Câmara dos Deputados, está em risco na medida em que esse projeto venha a ser rejeitado, o que não permitiremos. Mas nós precisamos dessa sociedade mobilizada.

Muito obrigada e parabéns pela audiência. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Bom...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Só ressaltar que eu tive a alegria também de ter, quando fui prefeita de Fortaleza, a Maria da Penha como a nossa coordenadora de mulheres naquele momento. E a gente

fica muito feliz de estar vivendo esse processo de avanço. Agora, estamos revisando e cada vez mais aperfeiçoando, porque se começarmos a pensar somente a partir de 2006, com a promulgação da Maria da Penha a gente passou a ver a questão da violência contra a mulher num outro patamar. A gente não; eu digo o senso comum. E imagine que antes de 2006 era tratada muitas vezes como uma questão doméstica, interior, dentro da casa. É absolutamente brutal chegarmos num momento desse.

Normalmente, eu resumo dizendo o seguinte: duvido que iriam agredir gente do mesmo tamanho ou do mesmo porte físico. Geralmente a agressão se dá muitas vezes como um ato de covardia. Então, é uma realidade com a qual ainda temos de conviver, no século XXI.

Foi falado aqui da Ministra Nilma, a qual está presente aqui no Senado, na reunião da bancada feminina que já deve estar começando a acontecer agora, às 17 horas. Ela já chegou. Portanto, vamos concluir a fala das Deputadas e da Senadora e, logo em seguida, quem quiser pode ir para a sala da Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, com a presença da Ministra Nilma.

A Senadora Regina Sousa e logo em seguida a Deputada Margarida Salomão.

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Boa tarde a todas as convidadas. Parabéns pela exposição. Pena que a gente tem um tempinho limitado, mas é que corremos... Tenho de ir para o plenário agora. Já estão chamando. Também a outra mesa que participou antes...

Eu queria, primeiro, fazer um convite. Dia 19, nós teremos audiência pública na Comissão de Direitos Humanos sobre a situação da mulher negra no Brasil. Tem a marcha e no dia seguinte teremos essa audiência pública. Sintam-se todos e todas convidados e convidadas.

Não só a questão da violência física, mas todo tipo de violência contra a mulher negra. A gente fez uma audiência pública porque a morte neonatal cresceu também no meio das mulheres negras. Então, é inexplicável esse negócio. Estudantes de Medicina, isso dá um estudo, uma tese.

Também queria dizer que eu não canso de falar do Enem. Eu acho que não há mais quem segure. Ninguém mais vai impedir que se discutam nas escolas estes temas – igualdade racial, intolerância religiosa, homofobia –; é agora que os estudantes vão exigir, porque foram pegos de surpresa. Então, não há câmara municipal, assembleia legislativa que vá impedir isso que vimos na elaboração dos planos, a mobilização para impedir que a palavra gênero apareça. Há gente que tem fobia da palavra gênero aqui no Senado. Na hora em que se fala nisso, enlouquece.

Mas aquilo foi muito bom: sete milhões de cabeças pensando nesse tema da violência, tentando escrever. E ali havia gente que sofreu, gente que praticou, gente que denunciou, gente que viu e não denunciou. Espero que os que praticaram tenham se dado muito mal na prova. E quantos milhões – deve haver muito mais de sete milhões – continuam discutindo depois. Aqui houve gente que disse que era o Enem bolivariano...

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA SOUSA (Bloco/PT - PI) – Eu queria, inclusive, abraçar cada membro da comissão que organiza o Enem, que elabora as provas. Acho que foi uma coisa que deu mais debate do que tudo o que nós debatemos antes sobre esse tema. Só isso já valeu bastante.

Mas a gente já falou aqui de muita coisa. Primeiro, não falamos do acontecido. E a gente tem que ver o que faz para não mais acontecer. E não é só segurança. A gente sabe disso. Não é colocar mais segurança, porque há uma segurança em uma esquina e, na outra, está acontecendo. Então, tem que ver.

Aí acho que a questão da educação das crianças em casa é fundamental. Quer dizer, vão se criando alguns valores. Alguém aqui passou até um vídeo sobre a questão de que homem não chora. Diz-se isso para um menino. Levanta para cair de novo quando cai, principalmente o menino. Ouve-se demais a frase: homem não chora. Desconfio que é por isso que o homem tem mais força que mulher, porque ele reprime o choro e vai ganhando força física. Só pode ser isso, porque vão se construindo essas coisas. A mulher até a gente considera evoluída. A gente ouve demais dizer: não faz isso, porque vou dizer para o seu pai. Está empoderando o homem, dizendo que o homem tem poder sobre ela. Não tem sobre o filho. Ela diz para o menino: não faz isso, te aquieta, fica quieto, senão, vou dizer para o teu pai quando ele chegar. Ou, então, quando o menino faz qualquer traquinagem, negocia com o menino, negocia não dizer para o pai. Quer dizer, está empoderando o masculino. Então, essas coisas todas acontecem.

E também a música que ele ouve, as histórias que a família conta para ele, tudo isso vai influenciar na pessoa que ele vai ser. Quando chega à escola, ele já vai com alguma coisa formada também. Então, a gente precisa também dar atenção a essa parte da educação das crianças em casa, porque a gente pensa que não influencia. Quando a criança vê o pai brigar com a mãe, a gente pensa que isso não influencia, mas tudo isso vai formando a cabecinha.

E também dizer mais uma coisa sobre o exemplo aqui da Profª Eva quando ela era Senadora, sobre o que aconteceu com ela porque propôs um debate sobre o aborto. Dizer para ela que já foi, mas continua aqui. Nós tivemos, recentemente, uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos em que um Parlamentar trouxe um batalhão de mulheres fundamentalistas com bonecos, com feto, com não sei o quê, acho que para assustar a gente. Estavam desfilando nos corredores com os bonecos, com os fetos sangrando, essas coisas. Então, continua a mesma mentalidade do tempo em que ela era Senadora. Acho até que está pior, porque temos uma bancada aqui que não é fácil.

Então, é o desafio de a gente debater todo dia. Por isso que a gente faz muita audiência pública. O pessoal diz: “Vocês fazem muita audiência pública.” Mas precisa, porque as pessoas estão assistindo pela televisão, estão vendo. Isso vai ajudar na discussão.

Nós fizemos uma audiência pública sobre violência obstétrica, e uma das questões que saíram era: o que esses estudantes de Medicina estão aprendendo, estão discutindo nessa questão? Porque é aquela coisa de o médico, a médica, o enfermeiro, a enfermeira dizer: “É, na hora de fazer, você não gritou!” Isso é violência. Não deixar uma pessoa acompanhar, segurar na mão, isso é violência. Então, contra a lei. Mas ninguém deixa. Ah, não tem espaço. Não é negócio de espaço não. Pode ser em pé, segurando, mas as mulheres nem sabem que têm esse direito.

Então, a gente tem toda essa tarefa também, de divulgar que elas têm, que há alguns direitos que a gente precisa exigir que sejam cumpridos. Era isso.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Obrigada, Senadora Regina Sousa.

Passo, agora, a palavra para a Margarida Salomão e, para finalizar, depois, a Deputada Érika Kokay.

A SRª MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – Quero cumprimentar todas as oradoras que participaram, de uma forma tão efetiva, da audiência desta tarde, particularmente a Relatora desta Comissão e que preside esta reunião, a Deputada Luizianne Lins.

Quero dizer que essa discussão hoje travada é absolutamente tempestiva. Só para efeito de ilustração, os alunos de Medicina da Universidade Federal de Juiz de Fora estão promovendo, para o dia 28 de novembro, uma festa com o nome Dopamina – segundo eles, uma homenagem ao neurotransmissor. O que é interessante é que eles já foram denunciados por um coletivo de mulheres, também de Juiz de Fora: Maria Maria, da Marcha Mundial das Mulheres. Então, eles já foram alvo de denúncia, estão tendo de explicar, mas até agora, que eu saiba, nem desativaram a festa e nem mudaram o nome.

Eu, então, queria dizer que um fato muito relevante é que esse processo que estamos discutindo primeiro dessacraliza a universidade como um espaço asséptico, um espaço imune à prática de violência. A universidade é violenta. Primeiro, ela é violenta pela exclusão a que ela foi sujeita por tantos séculos. Em segundo lugar, ela é violenta porque é o lugar em que se consolidam as ideologias dominantes. Por essa razão, só, ela é violenta; mas ela tem sido mais violenta nos últimos anos, na medida em que ela tem mudado socialmente.

Hoje, na universidade, há mais mulheres do que homens – como alunas e como professoras. A maioria das pessoas que vivem na universidade, que estudam...

(Soa a campanha.)

A SRª MARGARIDA SALOMÃO (PT - MG) – ... na universidade, que exercem a universidade são mulheres – fora do lugar. Isso, naturalmente, já é uma provocação.

Então, eu queria dizer mais: que eu considero particularmente grave essa tolerância, ou essa emulação da violência na formação para a saúde. Porque é exatamente desse tipo de profissionais que nós vamos esperar, proximamente, que atuem contra a violência. Mas se são eles mesmos que a naturalizam, se, como a Luiza disse, esse não é um assunto de estudo... A rigor, nas áreas de saúde você tem tido uma biologização da formação e uma redução do debate social, que objetifica o paciente como corpo, mas um corpo dominado, e não um corpo que tem autonomia para se exercer.

Então, penso... Como reitora, eu tive a oportunidade de abrir, na nossa universidade, uma casa de parto. Vejam vocês, uma coisa suprapartidária, que era um programa, à época, promovido pelo Ministro José Serra, Ministro da Saúde. Tivemos essa casa de parto, que era o maior sucesso. Quem eram os funcionários e os formadores, as formadoras? Eram enfermeiras e enfermeiros com doutorado. Bastou acabar a minha gestão, fecharam a casa de parto, em grande parte por indução da Faculdade de Medicina. Aí você tem um outro debate e uma outra disputa sobre o ato médico, sobre o que é médico no ato de prestação de serviços de saúde.

Sou inteiramente a favor de que nós tenhamos esse debate com a Ministra Nilma, que vamos ao MEC. O MEC precisa dizer com clareza que a questão de gênero é pauta do MEC. O MEC não pode se submeter à

lógica obscurantista e reacionária que prevalece neste Congresso Nacional, particularmente na Câmara dos Deputados. Nós não podemos baixar a cabeça.

No Plano Nacional de Educação, para facilitar a sua tramitação, nós deliberamos combater as discriminações sem nomear a discriminação de gênero. Mas, como hoje muito bem lembrou a Deputada Dorinha, do DEM, de forma alguma ficou implícito que a questão de gênero não devesse ser tratada como uma prioridade de política educacional.

No caso das universidades, eu acho que isso ainda é mais grave, porque a universidade surgiu como um projeto que, neste século, completará mil anos, com um projeto de emancipação, com um projeto civilizatório. Então, nós não podemos suportar que haja violência dentro da universidade, que haja violência contra a mulher dentro da universidade e que não se tenha, como condição de formação, o combate a essa violência.

Então, quero dizer que devemos tratar desse tema acrescentando uma focalização, que é a questão da área de saúde; tratar da violência contra a mulher como tema na formação de profissionais para a área de saúde.

Eu acho que, fazendo isso, nós aumentamos o grau de consciência da sociedade nesse campo.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Gente, só lembrando, a Ministra Nilma e a Ministra Eleonora estão, até às 18h, na reunião da bancada feminina. E, para encerrar, agradeço a participação de todas e todos os que vieram aqui, foi uma audiência extremamente importante e participativa, mas agradeço também a Aline, que esteve aqui conosco e veio substituindo a Secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do Ministério das Mulheres; o Paulo Gabriel, que é do Ministério da Educação. Lembrando que nós vamos constituir aqui o requerimento para duas questões específicas: uma é esta audiência com o Ministro para tratar diretamente da questão da pontuação das universidades em relação também a essa questão de gênero.

Eu achei excelente essa sugestão da Deputada Margarida, até porque a Margarida foi reitora de uma grande universidade, portanto ela lidou com todas essas questões de perto, que é exatamente essa questão de a gente ver formas de o Ministério absorver essa discussão de gênero cada vez mais e participar ativamente disso. Então a gente vai encaminhar, na próxima reunião, esses requerimentos.

Quero agradecer a Tâmara também, que é Secretária do Conselho Nacional da Juventude, além de ser uma negra maravilhosa, atuante, militante, combativa. Eu já estive com ela em outros momentos e acho que é a cara das novas mulheres – aliás, não vou dizer novo feminismo, não é uma questão de moda –, dessa afirmação que hoje a gente está vivenciando e que a gente quer incentivar muito; a Sônia Marise, Diretora da Diversidade da Universidade de Brasília, que também trouxe questões muito concretas, e eu acho que foi muito importante a sua participação, até porque estamos aqui, no território; a Luciana Loureiro, que é Procuradora da República. Creio que cabe também, Luciana, a gente entrar em contato para ver a constitucionalidade para chegar com algo concreto, para que o Ministério abrace; a Nalu Faria, que é Presidente da Marcha Mundial das Mulheres; a Andréa Pacheco, que é professora da Ufal e também uma militante feminista, assistente social, e a Luiza Ribeiro, que representa o Coletivo Geni da Faculdade de Medicina da USP. Ambas tiveram de sair porque está no horário do voo delas e se comunicaram aqui com a gente.

Por fim, a gente vai passar a palavra a Deputada Erika Kokay e, logo em seguida, encerrar a nossa audiência. Deputada Erika Kokay.

A SRª ERIKA KOKAY (PT - DF) – Eu queria parabenizar pela realização da audiência, que é absolutamente importante, porque eu penso que nós temos uma égide, nessa altura da história da humanidade, pautada em um binômio muito perigoso e que atinge, de forma muito violenta, a mulher no seu corpo e na sua própria vida, que é o medo e a culpa.

Nós vemos uma sociedade em que o medo é disseminado, ou seja, é destruir a nossa posição ou capacidade de nos sentirmos inteiros e não nos sentirmos ameaçados. Todos os dias você liga a televisão e alguém vai dizer que você precisa ter um plano saúde, você precisa ter um seguro, você precisa ter isso, você cultua o medo, espetaculariza a violência, que é uma forma de você não perceber as violências cotidianas. Quando você espetaculariza, você não identifica as violências que você mesmo sofre. E a culpa? As mulheres são muito imputadas com as ditaduras da perfeição, têm de ser perfeitas; perfeita como mulher; perfeita como dona de casa; perfeita como amante. Perfeitas, perfeitas, perfeitas, perfeitas.

E perfeitas quando ocupam postos culturalmente ocupados por homens; não podem errar, se erram, erram porque são mulheres. Então, a culpa é um instrumento de dominação invisível, ela corrói internamente. As mulheres se sentem culpadas porque são vítimas de violência, porque, se são vítimas de violência, algo fizeram. E vão carregando essa culpa e essa culpa vai impedindo o desabrochar da própria humanidade. Então, nós vivemos isso: o binômio culpa e medo, culpa e medo. E isso provoca um crescimento das soluções fáceis, das soluções mágicas, que é o fundamentalismo.

O fundamentalismo provoca soluções fáceis. Você pune, amordaça e coloca grades, que se resolvem os problemas da sociedade. Estimula cercas, porque as cercas resolvem o problema da sociedade. Ou, então, você entra numa lógica fundamentalista religiosa, porque você chega ao reino do céu e não tem que viver os dilemas da nossa própria humanidade, que traz sempre muitos dilemas, porque o ser humano é ser querente e convive com o outro, precisa do outro.

Então, nesse quadro, dar visibilidade a uma violência que acontece dentro das universidades é absolutamente fundamental. Até então, a universidade, como sacralizada, dizia Margarida, bem pontuado o termo, mas sacralizada porque ali é o universo em que você dialoga com a cultura, com a ciência, com a arte. Como é que você permite a coisificação do ser humano, a coisificação das mulheres, as mulheres não serem donas do seu próprio corpo? Isso é tão violento! E está se expressando aqui na Câmara, nesses fundamentalismos que vão tirando um ao outro para dançar e vão fazendo um baile macabro no Congresso Nacional. É um baile macabro de retirada de direitos.

A Lei Maria da Penha, por exemplo, que é uma conquista da sociedade, porque desnaturaliza a violência, identifica a violência, ou seja, violência sexual é violência, violência patrimonial, enfim, as violências que não deixam, necessariamente, a marca na pele, as mutilações metafóricas ou simbólicas. A gente se horroriza com mais de 110 milhões de mulheres, meninas, que são “cirurgiadas”, para que não tenham clitóris, ou seja, para que não possam ter direito ao prazer. Mas há uma castração simbólica, em que a mulher não é dona do seu próprio corpo, seu dono é instrumento do outro, é esvaziada enquanto pessoa e se transforma no espelho do desejo do outro.

Então, veja, pontuar que essa violência está dentro das universidades, onde se discute o desenvolvimento da ciência, da cultura e da arte, é absolutamente fundamental para desnaturalizá-la. A Lei Maria da Penha está atacada, no Estatuto da Família – não vamos ter tempo para desenvolver sobre isso –, no Projeto nº 5.069, todos os dias ela é atacada, inclusive nesse projeto em de que a Deputada Maria do Rosário é Relatora. Todos os dias é arrancado um pedaço da Lei Maria da Penha. Ela está sendo desfigurada de tal forma que, quando percebermos, a legislação vai deixando as crateras muito profundas, no sentido da Lei Maria da Penha.

Quando a gente está discutindo estupro dentro das universidades, estamos discutindo gênero. Nós não somos discriminadas porque nascemos mulheres; somos discriminadas porque se fez uma construção de gênero subalterna. Ou seja, essa construção de gênero penaliza a humanidade, porque diz que homem não pode ter ternura, homem não pode chorar, tem que ser o provedor, e que as mulheres são frágeis. Você “biologiza” as desigualdades. Ao biologizar, você naturaliza. Então, é preciso desnaturalizar.

Por isso, Deputada Luizianne, acho muito bom que você esteja nesta Casa, é uma referência nacional em políticas públicas, quando ocupou a Prefeitura de Fortaleza. Mas é muito bom que você esteja aqui nesta Casa e que possamos dar visibilidade e apontar caminhos de superação, para eliminar a biologização, a naturalização e para que, simplesmente, nós, mulheres, possamos ter nosso corpo, porque o nosso corpo não nos pertence.

Encerro lembrando que, se a gente vir a história da sexualidade, por muito tempo, houve essa biologização. Por muito tempo, as mulheres que não podiam falar delas mesmas ou representar o próprio desejo, porque não podiam ter direito ao desejo nem podiam nominar o desejo, elas tiveram, naqueles que detinham o poder sobre o corpo, nos médicos, e, antes, naqueles que detinham o poder sobre os pecados, nos padres, os canais para falar delas mesmas. Nós precisamos abrir os espaços de escuta

Nós precisamos abrir os espaços de escuta. Portanto, dentro de tudo isso, tem que ter espaço de escuta e de fala das mulheres. As mulheres não têm espaços de fala e de escuta. Se vamos aliar tudo isso, é muito importante que possamos elaborar, na estratégia de saúde da família, introduzir os espaços de escuta e de fala, para que possamos representar e identificar as diversas violências que sofremos e, a partir daí, ao desnaturalizá-las e identificá-las enquanto violência, possamos combatê-la.

Parabéns, Deputada Luizianne Lins. Só acho que a senhora não deveria estar aqui se pudesse ser de novo Prefeita de Fortaleza, prefeita da minha cidade, porque foi ali que nasci. *(Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Luizianne Lins. PT - CE) – Eu sei, Deputada, o Ceará é um celeiro de pessoas extremamente comprometidas, como V. Exª. Eu tenho que puxar a sardinha para o meu Estado.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das Atas da reunião passada e desta reunião. Os Deputados e Deputadas que concordam permaneçam como estão.

As Srªs e Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As Atas foram aprovadas, serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, agradecendo a presença de todos e todas.

Obrigada.

(Iniciada às 15 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 52 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER – CMCVM, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quinze horas e dois minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência eventual da Senhora Senadora Regina Sousa, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, com a presença das Senadoras Simone Tebet, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Fátima Bezerra e Regina Sousa; das Deputadas Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Elcione Barbalho, Laura Carneiro, Professora Dorinha Seabra Rezende, Christiane de Souza Yared, Erika Kokay, Luizianne Lins, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Flávia Moraes, Rosângela Gomes, Soraya Santos, Dâmina Pereira e Benedita da Silva; e do Deputado Jean Wyllys. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à realização de Audiência Pública para discussão do tema “Experiências importantes na efetivação de medidas protetivas, utilizadas com o objetivo de reduzir os altos índices de violência contra a mulher, a exemplo do “Botão do Pânico, Tornozeleira Eletrônica e Casas-Abrigo”. A Presidência convida para assento à mesa e exposição as seguintes participantes: Aline Yamamoto, Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Ana Cristina Melo Santiago, Delegada Chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal; Maria Domitila Prado Manssur Domingos, Juíza do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; e Franceline de Aguiar Pereira, Representante do Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva – INTP. Faz uso da palavra a Deputada Luizianne Lins. Às quinze horas e quarenta e seis minutos assume a Presidência a Deputada Keiko Ota. A Presidente informa que há sobre a mesa requerimentos a serem deliberados e procede à leitura do Requerimento nº 41, de 2015, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pela Deputada Luizianne Lins. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 42, de autoria da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pela Deputada Luizianne Lins. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. A Deputada Luizianne Lins usa da palavra para discutir o Requerimento. A Presidência procede à leitura do Requerimento nº 43, de autoria da Deputada Carmen Zanotto, subscrito pela Deputada Luizianne Lins. Colocado em votação na Câmara dos Deputados, o requerimento é aprovado. Colocado em votação no Senado Federal, o requerimento é aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e oito minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Vice-Presidente, Deputada Keiko Ota, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Deputada KEIKO OTA
Vice-Presidente**

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Boa tarde a todas e a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater experiências importantes na efetivação de medidas protetivas utilizadas com objetivo de reduzir os altos índices de violência contra a mulher, a exemplo de botão do pânico, tornozeleira eletrônica e casas-abrigo.

Esta audiência será realizada em caráter interativo com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, e do Alô Senado através do número 0800612211.

Esta audiência foi requerida pela Deputada Carmen Zanotto e tem objetivo de avaliar as políticas de combate à violência contra a mulher, dados os índices ainda muito altos que há nos últimos relatórios apresentados, com ênfase na questão da mulher negra – os índices diminuem, mas, para a mulher negra, aumentam. Inclusive, esta audiência subsidiará relatórios que precisamos fazer sobre políticas públicas de combate à violência contra a mulher.

Já estamos meio atrasados. Eu quero convidar para tomar assento à mesa a Srª Aline Yamamoto, Secretária Adjunta de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Mulher, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, a Srª Ana Cristina Melo Santiago, Delegada Chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, a Srª Maria Domitila

Prado Manssur Domingos, Juíza do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, e a Srª Franceline de Aguiar Pereira, representante do Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva.

Os convidados farão, inicialmente, uma fala de 15 minutos.

Depois que os Parlamentares entrevistarem, as senhoras voltarão a falar.

Vamos começar pela ordem do convite.

Vou conceder a palavra à Srª Aline Yamamoto, do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos, por 15 minutos, inicialmente.

A SRª ALINE YAMAMOTO – Boa tarde a todos!

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Desculpe-me, mas quero dizer que lá está o tempo que falta, para a senhora deve se basear.

A campanha aqui é meio estridente, mas não se assustem, não.

A SRª ALINE YAMAMOTO – Boa tarde a todas e a todos aqui presentes!

Eu gostaria de cumprimentar, pela iniciativa de discutir o monitoramento das medidas protetivas, que é um dos temas de grande desafio ainda para o Estado brasileiro, todas as minhas companheiras e colegas de Mesa, na pessoa da Senadora Regina Sousa.

Cumprimento a Ana Cristina, Delegada da Deam do Distrito Federal, grande parceira em todas as ações, a Drª Maria Domitila e também a Franceline, que veio falar aqui e que conheci hoje.

Minha fala vai centrar-se em três partes. Antes de falar especificamente das medidas que estão propostas na solicitação de audiência – o botão do pânico, a tornozeleira eletrônica, as casas-abrigo –, eu gostaria de fazer algumas observações prévias.

Acompanhamos esse tema diariamente, porque estamos em contato com todo o sistema das redes especializadas de serviços que atendem as mulheres, mas também porque têm sido realizadas diversas pesquisas, nos últimos anos, a maioria delas de caráter qualitativo, já trazendo uma avaliação da implementação da Lei Maria da Penha em nosso País.

Fazendo referência a essas pesquisas, quem está na ponta, atendendo as mulheres nos serviços, como a Drª Ana Cristina e a Drª Domitila, sabe que uma das grandes inovações da Lei Maria da Penha é a previsão das medidas protetivas de urgência, não só sob o ponto de vista dos operadores do sistema de Justiça, mas também sob o ponto de vista das próprias mulheres.

Então, uma das principais demandas das mulheres ao buscarem a ajuda do Poder Público é a proteção. A mulher diz que quer a ajuda do Estado para parar de sofrer violência por parte do companheiro ou do ex-companheiro, do namorado ou do ex-namorado. Ela quer parar de sofrer a violência que a afeta diariamente.

Então, sendo essa a maior inovação da Lei Maria da Penha, as pesquisas têm apontado para os desafios de implementação das medidas protetivas de urgência. Eu gostaria de mencionar algumas que também não devem ser novidade para as pessoas aqui presentes. Existe uma demora na análise e no deferimento, pelo sistema de Justiça, das medidas protetivas. Há a dificuldade da exigência de provas para a concessão das medidas protetivas, e, muitas vezes, recai sobre a própria mulher o ônus de produzir essas provas e levá-las, o que é bastante problemático como condição para reunir informações para a concessão de medidas protetivas.

Há também a questão da dificuldade de integração do sistema de Justiça com a rede especializada de serviços. Essa falta de integração se dá também na medida em que há falta de integração dos bancos de dados, da informação sobre a concessão dessas medidas.

Dentro desse panorama, eu gostaria de lembrar que a Lei Maria da Penha traz um rol não taxativo de 15 medidas protetivas de urgência: medidas de natureza cível, medidas de natureza criminal, medidas proibitivas, ou seja, coercitivas. E o que temos observado na aplicação da Lei Maria da Penha, das medidas protetivas de urgência, é que ainda temos uma dificuldade de compatibilizar, no âmbito dos juizados e das varas, as medidas de natureza cível e as medidas de natureza penal. Então, a maior parte das medidas protetivas de urgência aplicadas com maior incidência é de caráter proibitivo, são medidas de vigilância coercitiva e, muito comumente, de afastamento do autor da violência à mulher que está em situação de violência.

E eu gostaria de lembrar isso, de reforçar, porque, quando a gente fala em monitoramento de medidas protetivas, não é à toa que a gente traz formas de monitoramento que são essas relativas a medidas de vigilância coercitiva. E é preciso reforçar isto, porque é muito importante que todas as medidas de caráter cível – e muitas delas têm a possibilidade de oferecer às mulheres condições materiais para sair dessa situação de violência –, muitas vezes, não são aplicadas com tanta incidência como as demais medidas.

Então, feita essa premissa, eu gostaria, então, de falar sobre algumas das formas de monitoramento e o que as pesquisas têm apontado.

Houve pesquisa qualitativa – algumas pesquisas foram apoiadas pela Senasp, a Secretaria Nacional de Segurança Pública, em parceria com a Secretaria Especial de Política para as Mulheres – que observou que exis-

tem importantes iniciativas de monitoramento das medidas protetivas em programas específicos das polícias militares. Um exemplo disso é o conhecido programa Patrulha Maria da Penha, que teve a sua primeira iniciativa no Rio Grande do Sul e que hoje já está sendo bastante aplicado em outros municípios e em outros Estados.

Esse acompanhamento das medidas protetivas por parte de grupos específicos das polícias militares tem sido algo que tem encorajado as mulheres a buscar a Justiça, dando-lhes maior confiança na efetividade desse mecanismo previsto na lei.

Por outro lado, nós vimos acompanhando todos esses programas e observamos que a maior parte deles ainda está sendo desenvolvida em caráter piloto. Então, não tem a abrangência estadual. São, geralmente, municípios ou, menos que isso, bairros que contam com um efetivo específico para monitorar as medidas protetivas.

Nós, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres está participando, junto com diversos outros ministérios, da elaboração de estratégias para o Pacto Nacional de Redução de Homicídios, no qual foi incluído um eixo específico sobre a violência doméstica e familiar contra as mulheres.

E, a partir dali, eu vou apresentar algumas informações agora que foram fruto de um levantamento, que fizemos em agosto deste ano, sobre essas formas de monitoramento de medidas protetivas.

Então, ela tem esse marco, que é agosto de 2015, mas acho que serve bastante para termos um panorama nacional de como vem sendo aplicados esses diferentes mecanismos.

Então, vamos falar primeiro do botão do pânico.

Essa primeira iniciativa do botão do pânico foi implementada pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo, em 2013, e é um dispositivo que é oferecido para as mulheres que recebem medida protetiva para que elas o acionem quando se sentirem em situação de perigo, quando houver a proximidade do agressor.

Depois do botão de pânico, nós já mapeamos iniciativas em outras 15 unidades da Federação. Não, necessariamente, com a mesma idêntica tecnologia, o que vem se alastrando também é o uso de aplicativos de celulares para fazer as vezes de um botão de pânico, para acionar um pedido de ajuda, de socorro. Quando a mulher o aciona, chega um guarda municipal, alguém de outro serviço de segurança, da Polícia Militar... São diferentes, porque os arranjos nos Estados são diferentes. Enfim, é acionado um pedido de socorro, que tem de chegar em um curtíssimo espaço de tempo, para garantir a segurança da mulher.

O que a gente vê como uma preocupação em relação ao botão do pânico é o fato de esse mecanismo ser aplicado de forma isolada. Deixaríamos apenas nas mãos das mulheres a responsabilidade de acionar o mecanismo, seja o botão, seja o aplicativo. Então, o que nos preocupa é deixar para a mulher o peso de ela mesma responder pela sua própria proteção.

Sobre a tornozeleira eletrônica, temos vários Estados com a iniciativa de implementar a tornozeleira eletrônica, geralmente, como forma de medida cautelar à prisão durante o processo, o que nós entendemos ser adequado no caso da Maria da Penha, porque são medidas protetivas. Temos mapeado 13 unidades da Federação com ações no âmbito de tornozeleira eletrônica.

Esse mecanismo, nós entendemos, deixa a mulher mais protegida, porque o encargo de acionar o mecanismo não está nas mãos da mulher e existe uma central que consegue monitorar o percurso, a região em que o agressor está circulando, e que, quando esse agressor se aproxima da região não permitida, já identifica isso e entra em contato com a própria mulher e com o agressor, para solicitar o afastamento e, se for o caso, poder acionar rapidamente, porque eles estão monitorando o trânsito do agressor o tempo todo.

Ainda existem algumas resistências na aplicação desse mecanismo por conta da exposição do agressor ao utilizá-lo quando ainda não existe uma condenação, mas entendemos que essa é uma medida cautelar bastante importante e que assegura mesmo uma proteção, uma sensação maior e efetiva de proteção para as mulheres.

Em relação às casas-abrigo, essa é uma política que vem sendo bastante incentivada pela Secretaria de Política para as Mulheres. Existem casas-abrigo em todas as unidades da Federação. No total, no Brasil, são 79 equipamentos, ora vinculados a organismo estadual, ora a organismo municipal.

Nós, em 2011, publicamos as Diretrizes Nacionais para o Abrigamento. Então, existe uma política nacional de abrigamento, que foi construída em parceria com outros Ministérios do Governo Federal.

E o que temos de desafio no abrigamento? Bom, o abrigamento tem que ser a última medida. Se a mulher está em situação de risco iminente de morte, há um cerceamento de liberdade. Estar numa casa-abrigo, junto com seus filhos ou filhas, implica certo cerceamento de liberdade. A nossa preocupação... Por isso, entendemos, e aqui vale mencionar, que a CPMI de Violência Contra as Mulheres propôs um projeto de lei que obriga, no caso de mulheres que sejam encaminhadas a serviço de abrigamento, que essa medida seja comunicada ao juiz ou à juíza num prazo curto para que ele possa avaliar se estão presentes os requisitos para a prisão preventiva do agressor. Afinal, se existe uma pessoa em risco de morte e que precisa sair do seu local de residência, que precisa estar num local separado da sociedade, isso significa que não é o agressor que vai ficar solto. Então, seria

evitar essa inversão de que as mulheres que estão em risco é que ficam, entre aspas, “cerceadas” de liberdade. Isso é tema de um projeto de lei, que está em tramitação ainda, que foi proposto pela CPML.

Para complementar, embora isso não tenha sido objeto e eu já tenha mencionado isso rapidamente, a experiência das Patrulhas Maria da Penha, que são um grupo específico, geralmente da Polícia Militar, mas não exclusivamente, alguns Municípios têm feito a capacitação, a formação de grupos de guardas municipais para monitorar as medidas, para realizar visitas periódicas às mulheres que têm uma medida protetiva deferida pelo juiz.

Observamos, por exemplo, que a grande iniciativa do Rio Grande do Sul já está interiorizada para mais de 22 cidades. Mapeamos, em outras 15 unidades da Federação, a existência desse tipo de patrulhamento para monitorar medidas protetivas. Muitas das iniciativas ainda são bastante pontuais, podendo se circunscrever a um único bairro, numa única cidade, mas o que é interessante é o trabalho preventivo, pois só o fato de haver um grupo que...

(Soa a campanha.)

A SRª ALINE YAMAMOTO – ... está identificado para monitorar as medidas protetivas já confere maior confiança e proteção para as mulheres daquela localidade.

Por fim, temos estimulado, com a política da implementação no Programa Mulher, Viver sem Violência e da implementação da Casa da Mulher Brasileira, que esteja vinculado às casas esse serviço de monitoramento de medida protetiva, como é o caso da Patrulha Maria da Penha.

São essas as observações, esses retratos que eu gostaria de compartilhar com vocês. É um tema extremamente sensível o de dar efetividade a uma medida que venha a oferecer proteção às mulheres, mas não só proteção. E aí eu gostaria de reforçar a importância de nós insistirmos em que juízes e juízas, promotores e promotoras enxerguem outras formas de medidas protetivas de natureza cível muito importantes para a autonomia das mulheres.

Então, agradeço novamente o convite e fico aqui à disposição para as perguntas e para o debate.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Obrigada, Aline.

Parece-me que há alguém aqui com problema de horário de voo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – É a Drª Maria Domitila.

Então, vou passar a palavra para ela, porque ela tem horário em aeroporto.

A Srª Maria Domitila Prado Manssur é juíza do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Com a palavra V. Exª.

A SRª MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR DOMINGOS – Boa tarde a todos!

Peço licença a todos também para cumprimentá-los na pessoa da Srª Senadora Presidente da Mesa, Regina Sousa.

Represento aqui o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com muito prazer, e também a Coordenação da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que também foi criada por uma recomendação do CNJ.

O juiz acabou se aproximando dessa situação de violência familiar e doméstica contra a mulher e acabou percebendo que a atuação não está limitada às nossas salas de audiência, às análises de pedidos de medidas protetivas. As medidas protetivas, como bem ressaltado pela Aline, são o coração da Lei Maria da Penha, pois são elas que impedem, efetivamente, a reiteração da conduta criminosa, desde que judicializada a situação, e impedem o que nós tememos que haja no final do caminho, que é o feminicídio. Nós tivemos a lei sancionada em 9 de março passado e não queremos que o Brasil continue nesse lamentável posto de quinto país com relação ao assassinato de mulheres.

As medidas protetivas de urgência são concedidas pelo juiz a requerimento da parte, a requerimento do Ministério Público ou da autoridade policial. E também existe o entendimento, já sedimentado, de que até mesmo de ofício o juiz pode conceder essas medidas protetivas.

A Lei Maria da Penha trouxe uma realidade diferente ao nosso dia a dia no fórum. Os fóruns começaram a ser mais procurados pelas mulheres, que são as vítimas diretas. Mas nós não podemos nos esquecer também das vítimas indiretas, que são os familiares envolvidos na situação de violência doméstica, no episódio de violência: são os filhos, são os pais, são parentes por afinidade, que acabam se aproximando e participando da situação de violência. Então, a Lei Maria da Penha não se restringe, no que diz respeito à concessão de me-

didadas protetivas, à pessoa da vítima direta; existe uma possibilidade de ampliação dessa proteção aos demais envolvidos nessa situação de violência.

Com relação à demora na concessão dessas medidas protetivas, existe realmente essa situação. O juiz tem um prazo estabelecido por lei, de 48 horas, que está previsto na Lei Maria da Penha, mas nem sempre esses pedidos de medidas protetivas são encaminhados diretamente ao juiz. E existe uma certa resistência de parte das mulheres – todos nós sabemos – a denunciar a violência às autoridades competentes. Às vezes, os episódios de violência ficam limitados àqueles estreitos locais onde a vítima reside e desenvolve as suas atividades profissionais. Aliás, existem medidas protetivas de muita utilidade, muitas delas concedidas até nos plantões, de impedimento de o agressor se aproximar do local de trabalho da vítima. Isto porque ele vê como uma agressão muito eficaz xingar, ofender, atirar objetos na mulher no local onde ela trabalha. Assim, o empregador vai acabar despedindo essa mulher, que vai continuar no ciclo de violência do qual não consegue se desgarrar por não ter condições para manter a própria subsistência e a de muitas outras pessoas que estão no seu contexto e que dela dependem.

Já foi feito um estudo pela ONU que mostra que a mulher realmente é a cuidadora. Sempre há uma pessoa sendo cuidada por uma mulher. A mulher cuida dos filhos, a mulher cuida do companheiro, a mulher cuida dos pais, a mulher cuida até mesmo de um vizinho que não tem família... A mulher está sempre se desdobrando nos afazeres do lar, nos trabalhos fora de casa e também nessa situação de cuidado. Então, qual é a grande arma desse homem? Manter a vítima numa situação de fragilidade, de vulnerabilidade, para que ela não saia desse ciclo de violência.

O que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e também outros Tribunais de Justiça se dispuseram, pelo que tenho acompanhado... Eu fui, neste ano, Presidente do Fonavid, um fórum de juízes atuantes nas varas de violência doméstica e familiar contra a mulher, e pude perceber várias ações e vários projetos, independentemente das localidades, pois cada região do País tem a sua peculiaridade, que deram muito certo e tentaram tirar a mulher dessa situação de flagelo, que é o que vivenciamos diariamente.

São Paulo tem um projeto, que é o Bolsa de Oportunidades para as Mulheres, que pretende reunir nessa bolsa várias condições para que as mulheres vítimas de violência sejam capacitadas, sejam profissionalizadas e ingressem no mercado de trabalho para terem a sua própria subsistência.

Outra preocupação do Tribunal de Justiça, outra preocupação nossa é com a autoestima da mulher que se vê machucada, lesionada pelas agressões perpetradas pelo agressor. Lembro que a vítima, na Lei Maria da Penha, é a mulher, a menina, a proteção ampla, mas o autor da violência doméstica pode ser não só o homem, mas também a mulher. Existem casos, que já passaram pelos processos, de violência praticada por madrastra contra a enteada. Então, é uma gama muito grande de situações.

Aqui também – a Dra Aline pontuou isto com muita precisão – há a necessidade de uma criatividade, atrelada, claro, aos termos da lei, na concessão dessas medidas protetivas.

O dano patrimonial também é encarado como violência pela Lei Maria da Penha. Há homens que, praticamente, destroem a residência de suas esposas, companheiras, mães, no caso de viciados em entorpecentes, que acabam destruindo e levando a família a uma situação pior por conta de uma falta de suporte material.

Com relação, especificamente, ao botão do pânico, existe uma legislação municipal em São Paulo prevendo o fornecimento, pela prefeitura municipal, do botão do pânico à Guarda Civil Metropolitana, e o apoio do Ministério Público e do Poder Judiciário será no tocante à identificação das vítimas, na identificação dos casos em que essa mulher vai receber o botão do pânico.

Compartilho também da opinião da Secretaria de Políticas para as Mulheres de que a principal forma de evitar a reiteração da violência e também impedir o início dessa violência é monitorando o próprio agressor. Em nossa opinião, o botão do pânico, ainda que extremamente relevante, é um dispositivo eletrônico que deve ser utilizado de forma acessória.

Deve ser o homem acompanhado, sim, por meio das tornozeleiras eletrônicas. Já há vários Estados da Federação que contam com a tornozeleira eletrônica. Não é o caso de São Paulo, por ora. No ano que vem, provavelmente, já teremos as tornozeleiras, porque estamos em processo de licitação e já foi contabilizado o número de tornozeleiras necessárias. Esse é um mecanismo cautelar que realmente protege muito as mulheres. Por quê? Deixei isto para a parte final, mas não porque é menos importante. No nosso entendimento, no entendimento do juiz e dos operadores de Direito, quem deve monitorar essas situações de violência não é o particular, mas o Poder Público, por meio da Polícia Militar, por meio da Guarda Civil Metropolitana e até mesmo por meio da Polícia Civil. A Dra Delegada se encontra presente e sabe como as mulheres se apoiam na Polícia Civil inclusive para sua proteção. Elas não se sentem seguras em deixar a Delegacia da Defesa da Mulher sem a garantia do delegado ou da delegada de que, realmente, ela estará protegida.

A Patrulha da Paz já opera, em São Paulo, na Comarca de Sorocaba, e a Polícia Militar acompanha as pessoas, as vítimas diretas e indiretas que receberam a medida protetiva.

Há nove anos, algo, para mim, como juíza, parecia faltar nessa situação toda de medida protetiva, de atuação do juiz, de atuação do promotor, de atuação da polícia. E desde sempre eu me perguntava: por que a medida protetiva não era incluída nos bancos de dados da Polícia Civil, da Polícia Militar e da Guarda Civil Metropolitana?

Felizmente, nós tivemos uma legislação, de iniciativa estadual, que acabou determinando a expedição de ofícios, pelo juiz, aos sistemas de bancos de dados para a inclusão da concessão das medidas protetivas. Então, se uma pessoa é parada em via pública, além de ser verificado se existe um mandado de prisão expedido contra ela, também vai ser verificado se existe contra ela uma medida protetiva em curso, em vigência, que deve ser observada. O que isso impedirá? Impedirá que essa pessoa se aproxime da vítima, impedirá que, em um descumprimento da medida protetiva, seja decretada a prisão preventiva, que, em reiteração a enunciado já existente nesse último Fonavid, foi determinado que pode ser concedida de ofício, até mesmo sem requerimento das partes ou do Ministério Público, se realmente o juiz constatar que existe uma situação de perigo, de risco, envolvendo a vítima indireta e as vítimas indiretas.

É um pleito do Fonavid a inserção, no art. 22 da Lei Maria da Penha, do fornecimento dos dispositivos eletrônicos. E aqui eu cito também o PLP 2.0, que teve origem no Rio Grande do Sul e que opera em São Paulo. Qual a necessidade? De colocar as polícias trabalhando junto com esse sistema.

Houve uma situação em que existia a ideia de a mulher acionar uma amiga, acionar um parente, acionar alguém conhecido para que essa pessoa fosse socorrê-la ou acionasse a polícia. No nosso entendimento, essa questão traz mais risco não só àquela mulher que está envolvida no episódio mas também àquela pessoa que se aproxima para ajudar.

Então, o capaz para o auxílio não é a vítima, algum colega ou alguém próximo. Ainda que eficaz e merecedor de aplausos esse projeto, de que nós gostamos muito e que pretendemos adotar, ele é um projeto que deve ser utilizado com a parceria da Polícia Militar. Já existe um comprometimento em São Paulo de tentativa de união das TIs do Tribunal de Justiça, da Polícia Militar, para a efetivação do PLP 2.0.

Existe a necessidade também... Nós temos ouvido muito falar sobre as audiências de custódia. Imediatamente após o flagrante, os presos são levados à presença do juiz para que o juiz realmente afira a necessidade de manutenção da medida extrema, que é a prisão preventiva.

Na Lei Maria da Penha, existe a situação – que também é alvo de ampla discussão e esperamos que essa discussão prossiga – de penas que são muito brandas, como, por exemplo, as previstas para o crime de ameaça ou de lesão corporal leve. Nesse tipo de pena, fatalmente, se a pessoa, se o ofensor não tem antecedentes criminais, se não é uma pessoa dada à vida criminosa, ele termina por ser libertado mediante fiança ou ainda com medidas cautelares ou medidas protetivas em favor da vítima.

Existe uma ideia de estabelecimento da audiência de admoestação para que o ofensor, antes de ser colocado em liberdade, venha à presença do juiz para ser advertido das consequências do descumprimento da medida protetiva, inclusive da automática conversão dessa medida protetiva ou da decretação da prisão preventiva.

São meios que os juízes, alinhados aos demais operadores do Direito, Sr^a Senadora, buscam para evitar a escalada da violência. Nós do Poder Judiciário trabalhamos em conjunto com o Poder Legislativo, com o Poder Executivo, na Campanha Compromisso e Atitude, vários projetos estão sendo apresentados...

Existe uma grande preocupação com a recuperação dos agressores, para que essa cultura de violência, que é algo que realmente nós percebemos ser cultural, afaste-se do povo brasileiro. Existe um respeito muito grande à Lei Maria da Penha.

A preocupação com as mulheres negras é um ponto que também nos leva a discussão e preocupação. A preocupação também é grande com relação às mulheres imigrantes, às mulheres que chegam ao Brasil, porque acham que, relatando episódios de violência doméstica e familiar, por estarem...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR DOMINGOS – ... em situação irregular, serão expulsas do Território nacional, ou que mesmo, como já relatado, por não terem conhecimento de que são as leis brasileiras que se aplicam no Brasil, então, temem ser levadas a um juiz brasileiro e ser submetidas à legislação do seu país de origem.

O Brasil, atualmente, está recebendo os refugiados, o Poder Judiciário está atento e sensível a essa nova realidade e também pretende trabalhar junto a essas comunidades, que são comunidades que têm culturas

diferentes e que vão, aos poucos, adaptando-se à nossa cultura, mas o que nós queremos apresentar é uma cultura de não violência.

Existe, na Espanha, um estudo que mostra que as mulheres que saem desse ciclo de violência conseguem retornar ao cotidiano de uma forma robusta, desde que empoderadas e desde que afastadas desse ciclo de violência. E é isso que nós pretendemos para o Brasil também.

Agradeço a todos pela palavra e estou à disposição.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Obrigada, Drª Maria Domitila.

Quero registrar a presença da Deputada Conceição Sampaio, do PP do Amazonas, que está aqui desde o começo, da Deputada Luizianne Lins, do PT do Ceará, e da Presidenta Simone Tebet, Presidenta desta Comissão, que já esteve aqui, mas que disse que vai voltar.

Então, vamos interromper um pouquinho para colocar em votação uns requerimentos, por conta da Ordem do Dia que vai ser iniciada.

Requerimento nº 41, de 2015, da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pela Deputada Luizianne Lins.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 41, de 2015 - Não terminativo -

Requer a realização do Seminário “Mulheres, violência e mídias sociais”, no dia 02 de dezembro de 2015, com a presença de especialistas, no auditório do Interlegis, do Senado Federal.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Quer falar, justificar, Deputada? (*Pausa.*)

Então, em discussão.

Alguém quer discutir? (*Pausa.*)

Em votação na Câmara.

As Deputadas que forem a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Senadoras que são a favor permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 42, também da Senadora Vanessa Grazziotin, subscrito pela Deputada Luizianne Lins.

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 42, de 2015 - Não terminativo -

Requer, em aditamento ao Requerimento nº 07/2015, que se refere à audiência pública para detalhar medidas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica e mulheres com deficiência, para que inclua convidados na discussão o impacto financeiro causado por violência doméstica, quando em função da agressão, a mulher encontra-se impedida de trabalhar e gerar renda.

Autoria: Senadora Vanessa Grazziotin

Ela sugere que sejam convidados os seguintes representantes: do Instituto Nacional de Seguro Social, do Sistema Único de Saúde, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília e da Consultoria Legislativa do Senado Federal.

Alguém quer discutir?

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu gostaria, Presidenta Regina, como Relatora da Comissão, de dizer que nós tivemos, no Estado do Ceará, uma audiência desta Comissão Mista, do Senado e da Câmara e que achei muito preocupante, fiquei muito impressionada com o dado apresentado lá por uma secretária de mulheres da CUT do Estado do Ceará que estava presente na audiência. Ela deu um dado de uma pesquisa interna que a CUT fez com os filiados à setores ligados à CUT. Ela afirmou que, de dez mulheres que faltam ao serviço por algum motivo, nove o fazem por causa da violência doméstica. Nove! Eu fiquei muito impressionada com isso. Noventa por cento! É uma coisa muito impressionante! Ouvir isso de uma cutista, de uma sindicalista que está fazendo a pesquisa *in loco*, é muito impressionante.

Falei isto só para reforçar que é fundamental esse debate aqui, na Casa.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Obrigada, Deputada.

Ainda em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo mais quem queira discutir, em votação na Câmara dos Deputados.

As Deputadas que forem a favor do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Em votação no Senado.

As Senadoras que sejam a favor do requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Um terceiro requerimento. É o último. Da Deputada Carmem Zanotto, subscrito pela Deputada Luiziane. É o Requerimento nº 43.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER Nº 43, de 2015

- Não terminativo -

Requer, em aditamento ao requerimento nº 25/2015, a inclusão de convidados para participarem de Audiência Pública para debater experiências importantes na efetivação de medidas protetivas, utilizadas com o objetivo de reduzir os altos índices de violência contra a mulher, a exemplo do “Botão do Pânico, Tornozeleira Eletrônica e Casas-Abrigo”.

Autoria: Deputada Carmen Zanotto

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Mas esse tema...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Ah, convidados de hoje. E essas pessoas estão aqui?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Ah, tá! Temos mais presenças aqui.

Então, para esta audiência de hoje foi aditada ainda a presença de Ana Cristina Melo Santiago, Delegada Chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, de Hermínia Azoury, Juíza do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, de Mateus de Aguiar Pereira, do Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva - INTP, e de Maria Domitila Prado Domingos – que já falou –, Juíza do Tribunal de Justiça de São Paulo. É que a audiência começou sem citar os convidados todos que não estavam aqui nesta...

Em discussão. *(Pausa.)*

Em votação.

As Deputadas que são a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Votação no Senado.

As Senadoras que forem a favor permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

É o último?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – OK. Então, vamos passar para a próxima convidada? E aí já convido... Mas não tem... Fazer uma outra mesa, né? Porque tem...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Ah, não vieram! Está certo.

Então, agora, Ana Cristina Melo Santiago, Delegada Chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal.

A SRª ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Boa tarde a todas e a todos!

Eu queria cumprimentar as integrantes da Mesa na pessoa da Senadora Regina Sousa, que parabeno pela iniciativa, e colocar um pouco aqui da minha experiência prática enquanto delegada de polícia há, aproximadamente, quatro anos na Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher daqui, do Distrito Federal.

Quando nós falamos em medidas protetivas, observamos que, sem sombra de dúvidas, foi o grande diferencial de toda a Lei Maria da Penha estabelecer essa possibilidade de conferir, realmente, maior proteção à mulher que procura uma delegacia de polícia. E nós não podemos deixar de reconhecer que as delegacias de polícia são, sem sombra de dúvida, a maior porta de entrada a essa rede de enfrentamento à violência contra a mulher que está montada.

O que nós observamos na prática? E eu queria aqui pontuar três aspectos, a partir da fala das minhas antecessoras: a questão do prazo para o deferimento dessas medidas, a questão do monitoramento e a questão do descumprimento, que é, também, um grande problema que hoje nós vivenciamos no nosso dia a dia nas nossas atividades.

Quando observamos o prazo para deferimento dessas medidas, nós sabemos que, pela Lei Maria da Penha, nós, de quando a mulher faz esse requerimento na delegacia, temos até 48 horas para encaminhar ao juiz e que o juiz tem mais 48 horas para decidir.

Infelizmente, nós temos notícias de alguns Estados em que essa demora pode chegar até a 60 dias ou mais para análise desse pedido e esse deferimento. E isso tem sido um fator que tem desencorajado muito as mulheres a fazerem a denúncia. Porque, quando elas chegam à delegacia e pedem informações de como vai ser esse procedimento, elas querem alguma espécie de garantia de que aquela denúncia vai se materializar, realmente, em alguma proteção efetiva naquele momento, porque ela teme muito voltar para casa e sofrer uma represália. E grande parte dessas mulheres não quer ir para casa-abrigo por esses aspectos que foram colocados. A gente precisa reconhecer que existe uma lógica invertida na questão da violência contra a mulher. Na verdade, o homem, o agressor fica solto, aguardando uma avaliação judicial, e essa mulher, de imediato, tem que ser retirada das suas atividades habituais, do seu lar, da companhia de seus familiares, sendo que, muitas vezes, ela tem um filho do sexo masculino que, por já ter mais do que 12 anos, no caso aqui do Distrito Federal, não pode ser abrigado e ela não quer se separar dele.

Então nós precisamos começar a avaliar de que forma nós podemos, efetivamente, conferir maior proteção a essa mulher.

Existe aqui, no Congresso, um projeto, que é o PL nº 6.433, que tem todo o apoio inclusive da própria Maria da Penha, o que ela tem declarado onde tem ido, que prevê que a delegada de polícia possa, já na delegacia, aferir o deferimento de algumas medidas protetivas, aquelas mais usuais...

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Desculpe-me interromper, mas nesta Casa há dessas coisas: tenho votação nominal agora e tenho que ir lá.

A SRª ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Por favor.

A SRª PRESIDENTE (Regina Sousa. Bloco/PT - PI) – Convido a Deputada Keiko para presidir aqui. Eu tenho que ir lá votar, tenho votação nominal. E aí, se der tempo lá, eu volto aqui. *(Pausa.)*

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Continue, por favor.

A SRª ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Certo.

Então, seriam aquelas medidas que a Aline bem colocou, as medidas de vigilância e coercitivas mais comuns que a própria delegada poderia avaliar. Mas devemos sempre ter em mente que é importante que isso tudo seja mantido em uma delegacia especializada da mulher, em um espaço que foi conquistado a partir de uma grande luta social, de movimentos sociais e que seja valorizado como tal, como um espaço realmente adequado de atendimento e de avaliação da situação dessa mulher. E, a exemplo do que é utilizado já há muito em nossa legislação, por exemplo, na prisão em flagrante de um crime comum, o delegado entende que é uma situação flagrancial, lavra o auto de prisão em flagrante e comunica imediatamente ao Juiz, ao Ministério Público e à Defensoria Pública para que avaliem a legalidade daquela medida.

Então, entendemos que isso seria um grande avanço na legislação e que, realmente, nós não só daríamos mais proteção a essas mulheres como também as encorajariamos mais a procurarem uma delegacia de polícia, porque o que a gente observa na prática, que ainda é um grande ponto, é que elas, muitas vezes, voltam atrás e não fazem a denúncia quando percebem que não têm certeza do que vai acontecer ao final e tampouco se vai acontecer algo e, muitas vezes, do prazo.

Por outro lado, seria muito interessante a delegacia ter essa informação. O que acontece hoje? Muitas vezes, a mulher vem à delegacia noticiar o descumprimento de uma medida protetiva, mas nós não temos qualquer informação acerca do deferimento e, muito menos, da intimação desse agressor, porque não basta a mulher apresentar uma cópia da medida protetiva que foi deferida, pois nós temos que ter informação de se esse agressor foi intimado.

Ao lado disso, a gente tem, hoje, um entendimento, no STJ, de que essa situação não é crime, não caracteriza crime de desobediência. Então, vocês imaginem como a situação hoje é muito complexa! Então, nós precisamos ter informações fidedignas de que essa medida protetiva foi deferida, de que esse agressor foi in-

timado e, mais que isto, precisamos ainda achar alguma outra espécie de delito para colocar naquela ocorrência, porque, se colocarmos só a desobediência, não vamos poder lavrar um auto de prisão em flagrante, não vamos poder fazer uma ocorrência criminal, porque o STJ hoje entende que essa situação não caracteriza um crime de desobediência.

Existe também um movimento muito forte no sentido de que os legisladores venham a realmente tipificar o crime de desobediência de medida protetiva. Uma vez caracterizado isso, qual é a nossa atuação? Nós lavramos o auto de prisão em flagrante e mantemos esse agressor preso, porque, pela legislação, estão presentes os requisitos da prisão preventiva. Então, não arbitramos fiança e encaminhamos diretamente ao Judiciário para que ele avalie também a regularidade daquela prisão.

Então, nós entendemos que, de pronto, esse seria o maior mecanismo de efetividade da questão das medidas protetivas. E, também, nos daria subsídios para que a autoridade policial, o delegado de polícia, pudesse atuar no momento em que a mulher procura a delegacia e notícia um provável descumprimento de medida protetiva. Vocês sabem que a delegacia trabalha 24 horas e aos finais de semana. Então, muitas vezes, se é durante o horário em que os cartórios dos tribunais estão funcionando, a gente tem como ligar para uma vara e procurar essas informações. Mas, via de regra, nas madrugadas e aos finais de semana, que é quando os índices de violência doméstica são mais altos – a gente vê nas pesquisas que os índices de violência doméstica são mais altos a partir de sexta-feira à noite até domingo à noite –, não temos qualquer informação sobre isso. Então, é uma situação que, muitas vezes, nos deixa muito frustrados, porque, por exemplo, uma guarnição da Polícia Militar traz aquele agressor, mas não temos o que fazer, não temos como deixá-lo preso. Isso é muito frustrante para nós naquele momento.

Quando pensamos que a mulher conta com essas medidas protetivas, sem sombra de dúvida, temos de pensar numa forma de monitoramento dessas medidas, porque não basta entregar um papel para essa mulher e um papel para esse homem se, realmente, ele não tiver a certeza de que, de alguma forma, ele está sendo monitorado com aquilo.

É muito importante que também observemos que, diante de todos esses dispositivos que a Aline muito bem explicou – o botão do pânico é o mais conhecido –, estamos dando mais uma responsabilidade a essa mulher. Ela fica responsável pela sua segurança. Mas temos de pensar que, muitas vezes, ela não tem a percepção da aproximação do agressor. Ele não chega e a cumprimenta ou a avisa de que vai agredi-la; ele chega sorrateiramente. Então, é importante que haja mecanismos que informem a essa mulher e aos órgãos de segurança de que ele está se aproximando. Deve ser um mecanismo eletrônico que retire mais esse peso das costas dela, para que ela possa, efetivamente, andar com tranquilidade, não sobressaltada, procurando saber se aquele agressor está se aproximando dela.

Então, temos de pensar nisso com muito cuidado e de saber que mecanismos como o do botão do pânico têm um caráter educacional. O homem saber que, de alguma forma, aquela mulher pode acionar os órgãos de segurança já o inibe a se aproximar dela. Então, é muito importante termos isto em mente.

Aqui, no Distrito Federal, temos um trabalho muito interessante com a Polícia Militar, que é o Provid. Quando eles trazem o relatório das visitas que fazem nas situações que são consideradas mais graves, a gente observa, realmente, como é importante esse acompanhamento não só naquele momento em que existe uma tentativa real de aproximação, mas de se observar se a pessoa está cumprindo o que foi determinado, se ela está se aproximando, o que está acontecendo naquela casa. Isso é essencial para aquela família, como bem colocou a Sr^a Juíza, pois a violência doméstica não atinge só a mulher; ela atinge também todos aqueles que estão próximos, todos aqueles que, de alguma forma, têm algum afeto ou alguma ligação com aquela mulher. Todos que estão ali adoecem. É por isso que é tão importante que a gente fale isso e busque combater isso cada vez mais.

No Distrito Federal, a Polícia Civil desenvolveu um *software* pelo qual se pode fazer através de celulares esse monitoramento, inclusive com localização espacial e com acompanhamento. É uma situação que está sendo avaliada na Secretaria de Segurança.

Quanto à questão do botão antipânico, existe uma legislação distrital que determina a adoção e quais seriam as formas como o Distrito Federal implantaria esse monitoramento.

Reitero que, de imediato, temos de pensar em mecanismos com os quais a mulher possa, da forma mais rápida possível, ter essa medida protetiva em mão. Na nossa prática diária – quero pontuar minha experiência como delegada –, não é raro conversarmos com a mulher e ela, no momento em que colocamos para ela que essa medida ainda vai ser submetida a um juiz que vai ter um prazo para avaliar e que não sabemos qual vai ser essa decisão, recuar. Ela recua, tem medo. Ela fala: “Não posso sair de casa, não posso deixar meus filhos. Eu cuido da minha mãe, cuido do meu pai...” Ela simplesmente desiste.

Então, precisamos pensar particularmente nisso e, em conjunto, na questão do monitoramento, para que o homem saiba que não é apenas uma decisão judicial. Como muitos deles relatam lá, “posso até ser preso, mas, na hora em que eu sair, vou matá-la.” Então, é importante ele saber que ele está sendo acompanhado, que não é um papel solto.

Na delegacia, a gente observa também – quem trabalha com violência doméstica sabe disto – que aquele momento é o momento de maior tensão, em que a mulher coloca tudo que aconteceu de forma muito clara. As testemunhas aparecem, os familiares aparecem, e todo mundo está muito indignado com tudo aquilo que aconteceu e, realmente, fala e se predispõe a ajudar. Passada uma semana, passado um mês, passados dois meses, quando vem a audiência de justificação em juízo, muitas vezes, por todo o envolvimento que ela tem com a situação, por toda a pressão que ela sofreu com aquela decisão que tomou, que nós sabemos que não é uma decisão muito fácil de ser tomada e que ainda não é muito entendida por diversas pessoas, ela é desestimulada a voltar atrás, a dizer que aquela situação não foi bem assim, que ela errou. Aí, nós observamos que perdemos uma situação que poderia ter sido avaliada de forma mais límpida, mais translúcida naquele momento de maior tensão.

A minha fala é esta e me coloco à disposição para qualquer esclarecimento.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Boa tarde a todos e a todas!

Quero agradecer a contribuição da Srª Ana Cristina Melo Santiago, Delegada Chefe da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher do Distrito Federal, pela explanação.

Antes de passar a palavra à última oradora, quero lembrar que o PL 173/2015, que trata da criminalização do descumprimento das medidas protetivas, já está na CCJ da Câmara dos Deputados, com substitutivo, apresentado pela Deputada Relatora Gorete Pereira, que é pela aprovação. Após a CCJ da Câmara, o projeto seguirá para o Plenário.

Lembro que, nesta quinta-feira, dia 26 de novembro, na Câmara dos Deputados, no Auditório Freitas Nobre, às 9h30, haverá um debate no Pautas Femininas em que o tema será tratado por especialista. Então, é importante que todos participemos, pois precisamos dar um basta nessa violência contra a mulher. É inadmissível!

No meu Estado, houve um caso em que a moça, mãe, foi pedir medidas protetivas várias vezes, mas essas medidas não foram providenciadas. Aí, o agressor ateou fogo nela, que ficou hospitalizada na UTI dez dias e veio a falecer ontem.

Isto é inadmissível! Nós precisamos, urgentemente, juíza, fazer alguma coisa.

Hoje, nós estamos no quinto lugar, em um *ranking* mundial de 98 países, como país onde mais mulheres são mortas dentro de casa. E os filhos? É por isso que essa violência cresce cada vez mais. Realmente, temos que tomar uma atitude.

Agora, vamos ouvir a Srª Franceline de Aguiar Pereira, representante do Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva – INTP.

A SRª FRANCELINE DE AGUILAR PEREIRA – Cumprimento a Ex^{ma} Srª Presidente da Mesa desta reunião, Deputada Keiko Ota, e, da mesma forma, cumprimento todos os presentes, todas as autoridades e todos os senhores e senhoras presentes.

A violência contra a mulher é uma realidade lastimável. A cada 24 segundos, uma brasileira é espancada. Milhares de mulheres são assinadas em nosso País todos os anos, perfazendo uma média de 4,8 homicídios para cada 100 mil mulheres. Esses números alarmantes colocam o nosso povo na desonrosa quinta posição do *ranking* mundial de violência doméstica.

Essa violência vem crescendo desenfreadamente. Nos últimos 30 anos, o número de mulheres assassinadas passou de 1.353 para 4.762 ao ano. Estamos falando de um aumento de mais de 220%. O número de mulheres mortas tem multiplicado. E de quem é a culpa? A ausência de intervenção estatal ao longo da nossa história foi a grande causa do crescimento desenfreado da violência contra a mulher. Como vimos, os números de homicídios quase triplicaram nos últimos 30 anos.

Nós não estamos simplesmente discutindo se o Estado deve ou não “meter a colher em briga de marido e mulher”. Nós estamos falando da necessidade de o Estado salvar vidas, vidas de mulheres que sofrem no silêncio de suas casas as mais diversas violências causadas com angustiantes requintes de crueldade.

Mas, para conversarmos sobre isso, nós precisamos entender que não estamos falando de uma realidade distante de nós. Quantas de nossas mães apanharam? Quantas foram humilhadas? Quantas delas continuaram nessa condição por seus filhos? Quantas são as mulheres que, neste exato momento, estão sendo humilhadas, espancadas, torturadas e até mesmo mortas por seus companheiros? E tudo isto porque o Estado tem suas limitações e não consegue enxergar o que acontece dentro de quatro paredes. E tudo isto porque o Estado não consegue ouvir o grito de socorro dessas mulheres. Quando o Estado consegue ouvir o clamor dessas mulheres, ele chega tarde demais, porque o pior já foi feito.

Através de iniciativas importantes da SPM, como o Disque Denúncia 180, o Casa da Mulher Brasileira, o Ônibus Itinerante, nós podemos observar avanços com o objetivo de mudar essa realidade. Nós estamos aqui para falar de uma iniciativa que vem remando contra essa maré tão violenta.

Em 2013, o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo, através de um convênio com a Prefeitura Municipal de Vitória e com o Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva, que represento, iniciou um projeto experimental: o projeto de fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência. Trata-se de uma tecnologia criada por três jovens acadêmicos: dois acadêmicos de Direito e um de Engenharia Elétrica. E aqui eu faço uma ressalva e vejo a importância desse despertar na mente desses três jovens, então acadêmicos, que conseguiram observar na Lei Maria da Penha, uma das três melhores do mundo, a lacuna deixada pelos legisladores: ela prevê as medidas protetivas de urgência, esse instrumento maravilhoso em benefício das mulheres, mas não prevê mecanismos de fiscalização do cumprimento dessas medidas protetivas.

Esse ponto aqui eu acho muito importante, e eu me orgulho de participar deste momento, que é um momento histórico, porque esta discussão de hoje aqui foi provocada, creio, pelo projeto do botão do pânico. Acredito que eu posso tomar a iniciativa... Eu não sou uma especialista na causa, mas acredito que o despertar dessa temática começou ali no projeto botão do pânico, pelo menos até o ponto em que eu passei a conviver com essa temática e a conhecer a realidade dessas mulheres tão sofridas. Para mim, quando eu entro na minha casa, eu estou no melhor lugar que existe. Eu fecho a porta e sinto-me tranquila, sinto-me segura, mas a realidade dessas mulheres é outra.

Então, nós estamos falando aqui justamente de uma tecnologia que, com o encorajamento do Fonavid, na pessoa da Dr^a Hermínia Silveira Azoury, a juíza de direito Coordenadora de Enfrentamento à Violência Doméstica do Tribunal de Justiça de Vitória, e a eficiente participação da Guarda Municipal de Vitória e da Vara Especializada em Violência contra a Mulher de Vitória, que é a capital capixaba, tem feito a diferença na vida de inúmeras mulheres.

Nós estamos falando do botão do pânico para as mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, que é tema de repercussão nacional e internacional. O botão do pânico foi objeto de elogios da ONU, da CNN internacional, do *Pravda*, da Rússia, do *Le Monde*, da França, do programa Fantástico, do Jornal Nacional, do Bom Dia Brasil, do Mais Você... Na semana passada, nós recebemos, em Vitória, uma equipe da TV Al Jazeera, do Catar, que queria conhecer essa tecnologia que foi desenvolvida de forma pioneira aqui, no Brasil, e que tem feito realmente a diferença na vida das mulheres. Ele recebeu elogios destas, entre outras dezenas de mídias espontâneas de reconhecimento em razão do caráter inovador e eficaz do projeto.

O botão do pânico também foi o projeto ganhador do Prêmio Innovare, sendo tema de elogios por ilustres ministros das altas cortes da Justiça, como Ayres Britto, Gilmar Mendes, Nancy Andrighi, que informaram a necessidade de se nacionalizar essa prática tão inovadora.

Mas, como muitos pensam, o botão do pânico não é apenas um aparelho. Quem pensa assim enxerga apenas a ponta do *iceberg*. No botão do pânico, é justamente o que está por trás do aparelho que faz com que o Estado passe a enxergar o que ocorre por trás das quatro paredes, além de ouvir o silencioso e tão intenso grito de socorro dessas mulheres tão sofridas.

Todas nós sabemos que a Lei Maria da Penha foi um marco importantíssimo para o combate à violência contra a mulher. Porém, tudo que é bom deve ser aprimorado. Falamos isto porque a Lei Maria da Penha não dispõe de instrumento necessário para garantir a fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência. E é justamente nesse problema que o botão do pânico visa auxiliar a Justiça. É por isso que o botão do pânico não é apenas um aparelho, mas, sim, um método de fiscalização do cumprimento das medidas protetivas de urgência deferidas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica familiar.

Primeiramente, informamos que, no início desse projeto, iniciado no Espírito Santo, foram disponibilizados 100 dispositivos dentro de um universo de uma média de 4.500 medidas protetivas deferidas a favor mulheres do Município de Vitória.

Por estarmos falando de um número tão reduzido, pois falamos de 100 dispositivos para 4.500 mulheres, a equipe de psicólogos e assistentes sociais separaram os casos mais graves dentro de um universo de tantas medidas protetivas. Mas, mesmo diante de casos tão graves na capital que mais matava mulheres no Brasil, ao longo de dois anos de projeto, podemos verificar resultados absolutamente surpreendentes.

Nenhuma das mulheres que aderiram ao projeto voltou a ser agredida. Além do mais, mesmo falando de um número tão seletivo de mulheres, foi constatada uma redução expressiva de homicídios contra mulheres de Vitória. Houve uma matéria, publicada na semana passada, em que um representante de um Município, falando dessa redução de homicídios na capital, falou que, com base nas estatísticas do levantamento feito pelas unidades de saúde e pela Secretaria de Segurança Pública, em 2013 houve 15 homicídios contra mulheres, que

em 2014 houve 12 e que até agosto de 2015 houve 8 homicídios contra mulheres em Vitória, sem contar que a maior parte dos acionamentos culminou na prisão em flagrante do agressor, cerca de 55% dos acionamentos.

Uma vez que a mulher solicita socorro, por meio do botão do pânico, para o Estado, ela é prontamente atendida. Isto porque o atendimento recorde foi de três minutos e o mais demorado foi de dez minutos.

Em função desses resultados tão surpreendentes, os sentimentos e sensações experimentados pelas mulheres após o recebimento do botão do pânico são: proteção, coragem, segurança, justiça e tranquilidade.

Esse é resultado de um levantamento de diversas reuniões que ocorreram com a equipe multidisciplinar que assiste à 11ª Vara de Violência de Vitória, juntamente com as mulheres que aderiram ao projeto botão do pânico. E passaram a fazer parte da vida delas estes cinco sentimentos: proteção, coragem, segurança, justiça e tranquilidade.

Eu participei, ao final de duas reuniões, das quais participei, porque elas fazem essas reuniões de forma reservada, naturalmente, enfatizando a necessidade de levar o botão do pânico junto ao corpo, para não o deixarem em cima do móvel, na gaveta guardado, dentro da bolsa. Aí, uma delas disse assim: “o meu eu carrego aqui mesmo. Eu não tenho vergonha. Fico chateada de levar a bolsinha”. Elas são orientadas a usar por baixo da roupa. Uma falou assim: “o meu eu uso aqui mesmo, porque, um desses dias, às oito horas da noite, voltando do trabalho com uma amiga, um rapaz passou na minha frente, parou com a bicicleta e falou para passar o celular. Eu disse que não era celular, mas, sim, o botão do pânico”. Aí, da mesma forma que ele apareceu, ele sumiu da frente dela.

Então, nós temos relatos, das mulheres que aderiram ao projeto, de mudança de vida, de voltar a exercer o direito de ir e vir. Elas não se sentem – não anotei as palavras – impotentes, mas, muito pelo contrário, empoderadas. Elas falam que é como se a Justiça e a polícia estivessem dentro da casa delas.

Vou solicitar que passem um vídeo, que é um vídeo rápido, de cerca de cinco minutos, para demonstrar como funciona. Já que estamos falando do projeto, vou demonstrar como funciona o botão do pânico.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª FRANCELINE DE AGUILAR PEREIRA – *Eu agradeço a oportunidade e me coloco à disposição. (Palmas.)*

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – A doutora tem mais um vídeo que gostaria de passar para nós.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Se a Lei Feminicídio não está coibindo esses atos violentos, nós temos que usar outras artimanhas, como essa tecnologia.

Eu gostaria de saber o custo desse botão do pânico, Franceline.

A SRª FRANCELINE DE AGUILAR PEREIRA – Com relação ao custo da tecnologia, ela envolve uma plataforma, um *software*, em plataforma *webmobile*, que é instalado na Justiça, na vara de violência doméstica, na delegacia e na central de monitoramento, envolve também a plataforma *web*, aplicativos que são instalados nos *smartphones* que ficam nas viaturas, e os dispositivos que são entregues às mulheres.

Nós temos uma metodologia. Acho que fica mais prático falar em quantitativo além de 500 dispositivos, que sai na faixa de R\$149,00 por mulher assistida. Acho que são menos de US\$700.00 por ano.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Eu acho que vale a pena, não é?

Agora, concedo a palavra aos Parlamentares de acordo com a ordem de inscrição.

Então, passo a palavra à nossa Relatora, Luizianne.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Saúdo a Deputada Keiko Ota, que preside a nossa Comissão porque a Presidente teve que se ausentar para uma votação no Senado, e todas as nossas convidadas, na pessoa da nossa Secretária Executiva da nossa Secretaria de Política para Mulheres.

Logo que começou esta Comissão, logo após eu ser nomeada Relatora da Comissão, eu fui uma das que trouxeram essa experiência para cá para comentarmos. Nós estivemos juntas. Eu fui convidada para ser debatedora em um seminário promovido pela Frente Nacional de Prefeitos. Eu fui Vice-Presidente de Relações Institucionais da Frente Nacional de Prefeitos e fui também Prefeita de Fortaleza por oito anos com várias políticas públicas em relação à questão da mulher.

Então, na ocasião, eu fui convidada para debater essa questão do papel na municipalidade, da governança municipal, nessa questão do combate à violência. Embora a gente saiba que a questão da segurança pública não é uma tarefa do Município, o Município pode, a partir da sua disposição e da sua compreensão, colaborar.

Na ocasião, foi apresentada – eu estive na Mesa, inclusive, com o Secretário de Segurança Municipal de Vitória – a experiência do botão do pânico. E lá também tivemos a presença da Secretária de Mulheres de Pernambuco, que falou, primeiro, da atuação da Secretaria de Mulheres junto à segurança pública. No caso, eles usam a tornozeleira eletrônica.

Bom, a gente, que já está há muitos anos nessa estrada da luta contra a violência – como Vereadora, como Deputada Estadual, como Prefeita e, agora, como Deputada Federal –, fica sempre muito atenta e muito empolgada quando vê soluções concretas, que minimizam o problema. Ou seja, a gente não pode achar que isso é a solução do problema. Está longe disso. Nós estamos encontrando, cada vez mais, medidas que criam paliativos ou que reduzem o risco para as mulheres. E aí entra o botão do pânico, de cujo nome eu não gosto. Embora seja uma situação de pânico, eu não gosto do nome. Acho que o nome tinha que ser mais afirmativo, dentro de uma lógica de política pública mesmo.

Eu também acho que a tornozeleira tem que ser... Nós estamos estudando isto na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, através do Deputado Estadual Elmano de Freitas, porque nós precisamos adequar a legislação federal para que as secretarias estaduais de segurança pública possam aplicar tornozeleiras em processos em que ainda não houve trânsito em julgado e quando o homem diz que vai matar. Até que se julgue, ele mata mesmo.

Hoje já é para sentença transitada em julgado. Mas até lá tem toda a fase de violência, que vai acontecer e que pode acontecer, em que ela fica correndo risco.

Então, estamos tentando ver o que precisamos modificar e aprimorar, Deputada Keiko Ota – até podemos fazer isto junto a todos os membros da Comissão –, na legislação federal para isso.

Com relação a essa questão, nós temos que, cada vez mais, trazer para esta Comissão... Eu fiquei feliz de a Deputada Carmen Zanotto ter trazido para cá. Tínhamos essa perspectiva de, até o final do ano, tentar fazer esse debate aqui para vermos o que podemos apontar de políticas públicas concretas, porque o diagnóstico a gente tem.

Há, mais ou menos, 15 dias, eu estive em uma diligência desta Comissão no Rio Grande do Sul, a partir de uma história que eu relatei aqui... Eu sou do Ceará, mas acho que essa luta é internacional. Onde houver sequer uma mulher sofrendo violência, nem que seja simbólica, como ela falou, nós temos que estar presentes. Então, eu fui lá para o interior do Rio Grande do Sul, há 15 dias, por conta de uma menina de 22 anos que sofria violência do companheiro com quem já morava há algum tempo. E chegou ao ápice...

Eu estava discutindo a questão das delegacias. Nós fomos conversar com ela. Ela não foi para a audiência pública, tentou a maior invisibilidade possível naquele momento, porque é muito doloroso... Só faz três meses que aconteceu. Hoje, ela não tem os braços, porque teve os braços cortados. Aliás, ela não tem as mãos. E tentaram decepar seus pés. Os pés foram reimplantados. Ela está fazendo fisioterapia. A ideia é que ela consiga chegar lá. E eu tive oportunidade, no centro de referência, de conversar com ela. Eu estava com muita expectativa em relação a isso.

Uma coisa que ela relatou foi o seguinte... Eu perguntei a ela: “Menina – não vou falar o nome dela para evitar exposição –, você alguma vez, diante desses anos – como ela estava casada desde os 15 anos e estava com 22 anos, ela sofria violência havia sete anos –, denunciou?” Aí, depois desses anos, em que deveria estar recrudescendo cada vez mais, piorando, ela disse: “Este ano eu tentei. Às 23h eu comecei a sofrer violência, consegui sair de casa, correndo, e disse a ele que iria denunciar”. Ela chegou à delegacia, mas a delegacia estava fechada. Ela disse que, como o lugar era esquisito, começou a ficar com medo e teve de voltar para a casa do agressor de novo. Então, houve mais agressão de novo. E ela disse que, depois, desistiu, porque ficou com medo de passar por essa situação de novo, de dizer que iria denunciar e chegar lá e encontrar tudo fechado.

A primeira coisa que a gente tem que compreender é a seguinte: mesmo que seja uma estrutura mínima que atenda, violência não tem hora. O agressor não escolhe a hora para violentar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Então, a primeira coisa que a gente precisa compreender é que, no Brasil, as delegacias de violência contra a mulher têm que ter plantão 24 horas. Não vai... Ela vai bater lá às três horas da manhã: “Não, tá fechada. Denuncie só amanhã de manhã?” A mulher vai para onde? Então, são situações muito concretas. Eu acho que a gente tem que discutir isso.

Aí, só para finalizar, o que eu acho é que tudo o que for esforço para a gente conseguir combinar as coisas, combinar no sentido de aperfeiçoar, é válido. A mulher apanhar só porque diz que vai denunciar...? Até uma mulher que tenha o botão do pânico pode levar uma surra só porque diz isso. Quer dizer, não é uma coisa infalível. É um instrumento.

No primeiro dia, quando eu falei do botão do pânico e falei da tornozeleira, eu falei de uma coisa básica, que eu vivenciei quando eu fui Relatora de uma CPI na Câmara Municipal quando era vereadora. As mulheres, que se autointitulavam advogadas populares – eram mulheres do povo, mulheres da comunidade –, chegavam lá e estabeleciam um pacto entre elas que dava supercerto: a qualquer hora, quando uma mulher visse outra sendo vítima de violência, ao primeiro grito – todas têm apito –, todas apitariam. Ela apitavam loucamente, fosse a hora que fosse, até o agressor ficar com medo ou com vergonha e se mandar. E elas disseram que tiveram muitas vitórias no sentido de a agressão parar.

Então, eu acho que qualquer coisa – é por isso a gente está fazendo um relatório, a gente está pinçando, e vai... Talvez até seja melhor fazer uma diligência no local, para vermos exatamente o processo, como é que ele acontece, qual é, de fato, a capacidade de minimizar isso, para fazermos com que essas políticas virem políticas nacionais, a partir, primeiro, do retorno e a partir do aperfeiçoamento. Porque, às vezes, se você não entende o problema e está no afã de resolver, você acha que aquela coisa pontual resolve, mas, às vezes, ela também vai criando outros problemas, e você precisa ter a ideia da complexidade do problema.

Mas eu estou tão pragmática na questão dessas políticas, que eu estou aceitando qualquer contribuição para a gente aperfeiçoar no sentido de ver... Porque a gente também não pode, de forma irresponsável, estar orientando ou fazendo projeto de lei para que se adeque algo que ainda não esteja comprovado que dê cem por cento certo. A gente, como gestor de políticas públicas, aprende muito isso.

Então, eu queria finalizar parabenizando... Acho que são iniciativas que a gente vai ter que buscar cada vez mais, porque, infelizmente, a gente tem essa situação da menina do Rio Grande do Sul... Hoje, veio a menina e, ao me encontrar com ela, como eu estava dizendo, não sei quem estava mais nervosa, eu ou ela, por nos encontrarmos. Ela hoje não tem as mãos, mas ela é um símbolo de resistência, de luta. A primeira coisa que eu disse a ela: “Menina, a primeira coisa que você tem que botar na sua cabeça: você não é uma coitadinha! Você é uma vencedora! Você é exemplo para muitas mulheres que escaparam da violência e querem reconstruir a vida”.

Portanto, só para finalizar mesmo, eu queria parabenizar a Deputada Carmen Zanotto, as pessoas que fazem parte da Mesa, uma Mesa extremamente rica, embasada e comprometida: a juíza, a nossa secretária, a secretária daqui, do Distrito Federal, a secretária adjunta, a colega que é do Instituto de Prevenção...

Tomara que, cada vez mais, fiquem pensando prevenções, prevenções, prevenções, porque isso é sempre bom, porque, depois, tem que passar pela segurança pública, tem que passar pelas... Para quem está com o problema na mão, que é quem sabe como é que, de fato, age.

E eu queria só informar à Comissão que eu estou muito feliz, Deputada Keiko, porque eu sou da Comissão de Portadores de Deficiência, sou membro titular, e indiquei a ativista Maria da Penha, a Penha, a Maria da Penha da lei, para receber o Prêmio Brasil Mais Inclusão, que a Câmara dos Deputados promove. A votação foi na semana passada. São cinco pessoas físicas e cinco instituições privadas ou públicas. E eu fiquei muito feliz que, entre as personalidades que foram agraciadas – foram cinco –, está a Maria da Penha. Eu fiquei muito feliz com essa edição do Prêmio Brasil Mais Inclusão.

E eu também tive a alegria de ter a Maia da Penha, em determinado momento, como minha secretária de mulheres da Prefeitura de Fortaleza.

Então, eu acho que seria importante também para a gente poder juntar, nesse momento, e dar essa visibilidade, que eu acho que foi muito importante.

Portanto, muito obrigada pela fala e parabéns às expositoras.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Parabéns, Relatora Luizianne. Eu acho que toda mudança traz alguma... Essa questão do botão do pânico também vai trazer... A gente vai ficar um pouco com o pé atrás, mas... Lembra quando se tornou obrigatório o uso do cinto de segurança? Todo mundo se adaptou. E hoje quantas vidas são salvas?

Então, eu acho que é importante a gente investir.

A gente até poderia falar com a secretária adjunta aqui, a Aline, para ela comunicar à nossa Ministra para que a gente possa fazer uma reunião, para enviar umas emendas. Eu acho importante. Nós não podemos ficar assim, não. É triste. Essa realidade é muito triste! E as crianças que convivem naquele meio vão reproduzir a violência.

Eu gostaria de perguntar aqui se alguém, se uma de vocês não quer usar a palavra?

Por favor.

Vamos começar do início.

Pois não.

A SRª FRANCELINE DE AGUILAR PEREIRA – A Deputada Luizianne falou sobre o desenvolvimento de novas tecnologias e aí, a partir do momento em que nós começamos a participar de palestras, de eventos, dis-

cutindo, entendendo, aproximando mais da temática, nós desenvolvemos um sistema, que é o CIVD, Cadastro Integrado de Violência Doméstica e Familiar.

Esse sistema é uma plataforma e vem integrando os cadastros desde a delegacia. A partir do momento em que se gera boletim de ocorrência, esse boletim de ocorrência fica neste sistema, no CIVD, e ali são inseridas a medida protetiva, a reincidência, quando ela ocorre... Então, o objetivo do CIVD é justamente unificar, integrar as informações e criar um cadastro único de violência doméstica familiar.

A SRª MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR DOMINGOS – Da minha parte, agradecendo e já pedindo licença para me retirar após minha fala, por conta do voo, Deputada Keiko Ota, que sempre foi a nossa companheira, desde o início, no tribunal e em todas as nossas lutas...

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Eu que agradeço.

A SRª MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR DOMINGOS – Deputada Luizianne, também acompanhamos o trabalho da senhora.

São questões que se unem: a formação de um cadastro único de vítimas de violência doméstica e a formação, também, de um banco de dados alimentado pela concessão de medidas protetivas. Nós já temos a lei estadual em São Paulo. Então, eu gostaria de fazer essa proposta, de deixar aqui essa proposta. E quero dizer que essas medidas protetivas, todas, a fiscalização delas, vão se unir, elas podem agir de forma acessória.

Eu pedi para apresentar a Patrulha da Paz que existe em São Paulo, porque, neste caso, não existe o botão do pânico, mas existe uma atuação muito firme da polícia militar, muito próxima do Poder Judiciário. E, quanto à Patrulha da Paz, que teve início no Rio Grande do Sul, como foi anunciado aqui, nesta Casa, foi recomendado no Fórum Nacional de Juízes que ela seja replicada em todos os outros Estados, inclusive nos Estados que fazem uso da patrulha nas vias fluviais.

Então, são ações que acabam por fiscalizar e garantir a eficácia da medida protetiva.

Eu peço licença às senhoras para encaminhar um ofício com a relação dessas medidas que nós entendemos pertinentes, e um resumo de tudo que é falado pode, às vezes, trazer algumas ideias que se repliquem no Território nacional. O Brasil é uno. São Paulo não foi o Estado que teve mais violência, mas o que teve menos violência, mas isso não nos trouxe qualquer felicidade, Deputada.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Com certeza.

A SRª MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR DOMINGOS – O que nos trouxe tristeza mesmo foi o quinto lugar do Brasil como violador dos direitos da mulher.

Dessa forma, eu peço licença para me retirar, mas sempre colocando o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo à disposição do Senado, da Câmara dos Deputados e, especialmente, desta Comissão Mista.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Drª Maria Domitila.

O Tribunal de Justiça é um parceiro para as vítimas de violência. Então, eu só tenho que agradecer. Transmite a todos lá.

Muito obrigada.

A SRª MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR DOMINGOS – Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Aline, por favor.

A SRª ALINE YAMAMOTO – Bom, eu gostaria de complementar lembrando que o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos tem trabalhado, como já mencionei, no âmbito do Pacto Nacional pela Redução de Homicídios, junto com o Ministério da Justiça, na implementação de várias dessas medidas, separando, portanto, recursos para que seja ampliado o número de Estados com tornezeleiras eletrônicas, com outras iniciativas, como a Patrulha Maria da Penha, e com outras medidas, como o botão do pânico.

Todos esses mecanismos têm que se somar mesmo. A gente ainda tem muito a criar para dar efetividade às medidas protetivas. Então, o Ministério da Justiça é um enorme parceiro. A gente tem construído as diretrizes para que o Governo Federal possa repassar os recursos necessários para os Estados e Municípios implementarem essas formas de monitoramento de medidas protetivas, inclusive pensando na expansão da Patrulha Maria da Penha, considerando que hoje ainda é uma experiência local, de âmbito municipal e estadual, mas ainda pontual, no sentido envolver, cada vez mais, as guardas municipais no aspecto preventivo da Lei Maria da Penha.

Quero agradecer o convite e sempre nos colocar à disposição.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Obrigada, Aline.

Com a palavra a Delegada Ana.

A SRª ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Eu queria agradecer mais uma vez o convite e solicitar às Srªs Parlamentares uma atenção especial a esse projeto, o PL nº 6.433, que eu coloquei aqui.

Nós o apresentamos, e a senhora teve a oportunidade de receber as delegadas da mulher do Brasil inteiro. Infelizmente, existe um entendimento, hoje, na Casa, de que deve se estender ao maior número possível de

peessoas, de autoridades públicas, a possibilidade de deferimento de medida protetiva, mas nós entendemos que isso vai de encontro a todas as diretrizes da Lei Maria da Penha, que estabelece a especialização de serviços.

Então, nós concitamos uma avaliação uma e uma análise toda especial no sentido de que seja realmente deferida essa possibilidade à delegada de polícia com atuação na delegacia da mulher naqueles Estados e Municípios onde não haja delegacia, mas que exista a possibilidade de haver uma seção de atendimento à mulher, como nós temos aqui, em Brasília, em todas delegacias de área.

Então, é nesse sentido o meu pedido aqui em nome de todas as delegadas da mulher do Brasil.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Eu fui Vice-Presidente da CPMI da Violência contra a Mulher. Não me lembro... Nós visitamos 17 Estados, mas em algum deles, que não sei qual, eles não mandavam medidas protetivas porque não havia oficial de justiça para levar...

A SRª ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Que intime da decisão o agressor.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Isso existe?

A SRª ANA CRISTINA MELO SANTIAGO – Infelizmente, isso ainda é comum no Brasil. Nós temos realmente um país com dimensões continentais. Nas capitais, isso é mais estruturado, mas nós ainda temos muitos Municípios em que essas mulheres estão em situações bem vulneráveis.

É nesse sentido que a gente vem e pede maior atuação, mas sempre lembrando que nós precisamos caminhar no sentido da especialização dos serviços, e não quebrar isso tudo, como se pretende, achando que vai se dar uma proteção maior à mulher. A gente sabe, quem trabalha com isso sabe que nós precisamos de profissionais cada vez mais capacitados, mais especializados na temática.

A SRª PRESIDENTE (Keiko Ota. PSB - SP) – Eu também me lembro de que nós fomos visitar um Estado e chegamos a uma delegacia às 3 horas da tarde e ela não estava aberta. E já havia uma mulher esperando para ser atendida. Então, há muitas falhas. Mas vamos trabalhando, que vai dar tudo certo.

Bom, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada a todos e a todas.

(Iniciada às 15 horas e 2 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 38 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE MISTA DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 08 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 14H00, NO PLENÁRIO Nº 9, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às catorze horas e trinta minutos do dia oito de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Senadora Simone Tebet, reúne-se a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher – CMCVM, com a presença das Senadoras Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia, Fátima Bezerra e Regina Sousa; das Deputadas Conceição Sampaio, Dulce Miranda, Júlia Marinho, Christiane de Souza Yared, Erika Kokay, Moema Gramacho, Alice Portugal, Carmen Zanotto, Keiko Ota, Flávia Moraes, Rosângela Gomes, Soraya Santos, Dâmina Pereira e Benedita da Silva; e do Deputado Jean Wyllys. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião, destinada à realização de Audiência Pública para debater medidas em favor de mulheres vítimas de violência doméstica, especialmente aquelas com deficiência, e o impacto social e financeiro causado por essa violência. A Presidente informa que a Reunião é realizada em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal e integra o projeto Pauta Feminina. A Presidência convida a Deputada Moema Gramacho e Nadine Gasman, representante da ONU Mulheres no Brasil, para comporem a mesa. Às catorze horas e quarenta e um minutos assume a Presidência a Deputada Moema Gramacho. A Presidência convida para assento à mesa e exposição as seguintes participantes: Vera Lúcia Ferreira Mendes, Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; Beatriz Cruz da Silva, Assessora da Secretária Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça; Liliâne Bernardes, Coordenadora de Promoção da Pessoa com Deficiência da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Elisa Maria Correa Silva, Procuradora Federal junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, e Tracy Francis, Pesquisadora e Consultora do McKinsey Global Institute. Às dezesseis horas e um minuto assume a Presidência a Deputada Flávia Moraes. Fazem uso da palavra a Deputada Christiane de Souza Yared, a Deputada Conceição Sampaio e a Senadora Fátima Bezerra. A Presidência submete ao Plenário a aprovação das atas da 15ª e 16ª Reuniões. Colocadas em votação na Câmara dos Deputados, as atas são aprovadas. Colocadas em votação no Senado federal, as atas são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos, lavrando eu, Gigliola Ansiliero, Secretária da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Senadora Simone Tebet, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senadora SIMONE TEBET
Presidente**

A SRª PRESIDENTE (Simone Tebet. PMDB - MS) – Boa tarde a todas e a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Esta reunião está sendo realizada em parceria com a Procuradoria Especial da Mulher da Câmara e com a Procuradoria Especial da Mulher do Senado e integra nossas Pautas Femininas nesses 16 Dias de Ativismo – na realidade, no Brasil, são 20 dias – pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Como eu disse, este projeto é uma iniciativa das Procuradorias da Câmara e do Senado em conjunto com a Bancada feminina do Congresso Nacional e conta ainda com o apoio do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher da Universidade de Brasília, da Secretaria de Políticas para as Mulheres, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da ONU Mulheres e do Banco Mundial.

Eu aproveito, neste momento, para registrar e agradecer a presença da representante da ONU Mulheres – já estivemos juntas semana passada, num evento na Câmara Federal –, Nadine Gasman. Inclusive, convido-a neste momento para participar e compor a Mesa conosco aqui.

Eu quero agradecer imensamente a participação da nossa Deputada Moema Gramacho, que vai também nos auxiliar nos trabalhos.

E eu gostaria de dizer que não vou poder ficar todo o tempo, porque nós estamos abrindo agora o Conselho Bertha Lutz, do qual sou Presidente também, e estaremos hoje escolhendo as nossas homenageadas. Pela primeira vez, Deputada Moema, nós vamos ter a oportunidade de escolher um homem que tenha contribuído para a causa da mulher brasileira, somente no que se refere à questão da violência contra mulher e em relação ao empoderamento de mais mulheres na política. E só temos um indicado, que é o Ministro Marco Aurélio Mello, que foi um grande incentivador e, durante um tempo, buscou fazer campanha no que se refere ao fortalecimento da mulher na política brasileira.

O projeto hoje em questão compreende palestras voltadas para o público em geral com o intuito de despertar o interesse da sociedade para os principais problemas que permeiam a vida das mulheres e são de relevância para a pauta legislativa, como saúde, trabalho, educação, mobilidade urbana, direitos sexuais, direitos reprodutivos, violência doméstica, acesso aos espaços de poder e decisão, direitos humanos, violência obstétrica, igualdade e desigualdade racial, entre outros.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater medidas em favor das mulheres vítimas de violência doméstica, especialmente aquelas portadoras de necessidades especiais, e o impacto social e financeiro causado por essa violência.

Esta audiência pública, como gostamos sempre de enfatizar, é realizada em caráter interativo. Portanto, nós podemos ter a participação popular neste momento. As pessoas que tenham interesse em participar com comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania no endereço www.senado.leg.br/ecidadania e do Alô Senado, através do número 0800-612211.

Antes de convidar as palestrantes, as pessoas que colaborarão conosco nesta audiência pública, eu quero informar que esta audiência pública foi solicitada pela Senadora Rose de Freitas, que está envolvida na Comissão Mista de Orçamento. Ela tem um protagonismo muito grande nessa comissão, por ser a primeira mulher à frente da Comissão Mista de Orçamento – é importante que se diga isso. E as reuniões coincidiram. Por isso, ela não está presidindo os trabalhos. Esta também é uma audiência pública proposta pela Senadora Vanessa Grazziotin, que, neste momento, está representando o Senado na COP 21 na França.

Eu gostaria de convidar para compor a Mesa e poder nos auxiliar nesta audiência pública, nos brindando com a sua fala e com as suas experiências, a Sr^a Beatriz Cruz da Silva, Assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça. Seja bem-vinda. Também convido Liliane Bernardes, Coordenadora de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; e, por fim, Elisa Maria Correa Silva, Procuradora Federal junto ao Instituto Nacional do Seguro Social. Também fomos informados de que já chegou Vera Lúcia Ferreira Mendes, Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. Sejam todas muito bem-vindas.

Eu vou rapidamente explicar como serão realizados os trabalhos desta audiência pública. O tempo, num primeiro momento, é fixo, mas depois o tempo pode ser estendido. Para que a audiência possa ser dinâmica e todos possam participar, de acordo com o Regimento Interno do Senado e da Câmara, nós adotaremos as seguintes providências: os convidados farão a sua exposição por um período de cinco a dez minutos; e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos – a palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Antes de conceder a palavra à nossa primeira palestrante, eu gostaria apenas de enaltecer as nobres Senadoras proponentes desta audiência, Deputada Moema. Esse é um tema que poucos gostam de levantar e de que temos muito pouca informação a respeito. Se nós formos buscar nos bancos de dados, dificilmente saberemos qual é o impacto financeiro e econômico, para o País e para o mundo, dessa atrocidade que é a violência contra a mulher. Se não pelo lado humano e social, quem sabe possamos convencer os grandes governantes do País e do mundo de que a violência doméstica e a violência contra a mulher têm impacto financeiro brutal. Alguns dados muito rasos – não são oficiais e dependeriam de uma série de estudos – mostram que, só na América Latina, nós estamos falando de mulheres que deixam de receber iguais salários aos de outras mulheres quando elas são vítimas de violência. Há o tempo de ausência do trabalho, a demissão, o gasto com o sistema de saúde pública, o tratamento psicológico, sem falar o que é mais importante, ou seja, isso se reflete nas futuras gerações. Filhos que presenciam essa violência carregam, nos ombros, a mesma dor e, no olhar, a mesma tristeza. Esse é um tema relevante. Acho que esta Comissão vai ter que, no ano que vem, debruçar-se sobre ele e quem sabe conseguir mais parceiros em prol desta campanha para convencer o País e o mundo de que o impacto financeiro causado pela mulher vítima de violência é muito grande.

A Organização Mundial de Saúde, já tive oportunidade de dizer aqui, tem um estudo que diz que uma em cada três mulheres, no mundo, é vítima de violência doméstica. Há estudo em Chicago, nos Estados Unidos, que concluiu que a mulher vítima com histórico de violência de gênero tem uma maior probabilidade de haver passado por períodos de desemprego mais longos, de ter mais rotatividade no emprego.

Um dado que me chocou, quando a nossa assessoria nos passou, é que cerca de 40% das mulheres com algum tipo de deficiência já sofreram violência doméstica no mundo. Então, é uma estatística acima da média da violência contra a mulher no geral, que gira em torno de 25%, uma em cada quatro ou, em alguns lugares do mundo, uma em cada três mulheres já sofreu violência doméstica ou mesmo fora de casa. No caso, quando a mulher tem algum tipo de deficiência física ou psíquica, os índices aumentam.

Uma última informação é que as mulheres com deficiência correm um risco três vezes maior de sofrer estupro. Este dado realmente é chocante: 70% das jovens com deficiência intelectual – eu consegui testemunhar isso como Prefeita do meu Município e, depois, como Vice-Governadora do Estado, ajudando na coordenadoria que enfrenta a violência contra a mulher – sofreram algum tipo de abuso, normalmente sexual. Estamos falando de 70% das nossas jovens: é um número altíssimo!

Do preconceito ao *bullying*, do abuso físico passando pelo sexual ou mesmo psíquico, não importa, nós temos que encarar de frente essa triste realidade, e tenho certeza de que, a partir do ano que vem, esta Comissão estará dando mais frutos em relação a essa questão.

Sem mais delongas, eu quero aqui, neste momento, passar a presidência à nossa Deputada Federal Moema Gramacho. Vou agora abrir o Conselho Bertha Lutz, vamos fazer lá as nossas indicações para no ano que vem podermos agraciar quatro mulheres que carregaram e carregam a bandeira e a causa da mulher brasileira e, pela primeira vez, um homem. Então, passo neste momento a presidência à Deputada Moema Gramacho, que vai dar continuidade aos trabalhos. Voltarei para finalizá-los. Desde já, agradeço à Deputada por me permitir estar no Conselho. Voltarei o mais rápido possível.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Boa tarde a todas e a todos.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todas as companheiras que foram convidadas a fazer parte da Mesa. Para ganhar tempo, não vou repetir seus nomes, mas eu queria dizer que vamos tratar de um tema extremamente importante, um tema que, por muito tempo, ficou no silêncio. Só a partir dos gritos de Maria da Penha e dos gritos de muitas outras mulheres, houve oportunidade de trazer à baila esta discussão que é a discussão da violência contra a mulher, da violência doméstica. Nesta Comissão, já houve várias oportunidades de fazer audiências para discutir essas questões e agora há oportunidade de fazê-lo com o viés destes impactos, os impactos do ponto de vista econômico, do ponto de vista da sociedade como um todo no que se refere, inclusive, à saúde, no que se refere a essa violência contra a mulher.

Há aqui cinco convidadas – que bom, todas mulheres! Nós vamos precisar ser ágeis no tempo em função do horário, porque hoje estamos com questões extremamente importantes também na Casa e precisaremos nos deslocar para a votação que vai acontecer. Vamos fazer uma proposta aqui de dez minutos para cada, no máximo, em que pese entendermos que o tema requereria muito mais tempo para sua discussão. A nossa ideia é que possamos também enriquecê-lo com o debate, e as pessoas que estão presentes aqui no plenário vão ter oportunidade de fazer também seus questionamentos e suas ponderações e de dar suas opiniões. Depois disso, faremos um retorno para a Mesa.

Eu queria dizer que as nossas Deputadas e Senadoras, em sua grande maioria, não estão presentes aqui agora, porque, na Câmara e no Senado, acontece tudo ao mesmo tempo agora, e temos que nos dividir em várias para conseguir dar conta de tudo. Daqui a pouco, também vou precisar me ausentar, mas a nossa Presidente, Senadora Simone Tebet, com certeza, vai chegar a tempo de finalizar esta reunião. À medida que outras Deputadas e Senadoras tenham também condições de vir até aqui, vamos fazer um revezamento.

Eu quero desejar, inicialmente, sucesso neste debate.

E vamos começar com a Srª Vera Lúcia Mendes, Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde. É muito importante poder tratar dessa questão da pessoa com deficiência, porque sabemos que, se as mulheres são vítimas de violência, as mulheres com deficiência são duplamente vítimas dessa violência, com muito mais dificuldade de reagir. Por isso, para nós, é muito importante poder tratar dessa questão com a atenção que ela merece. Portanto, Drª Vera.

A SRª VERA LÚCIA FERREIRA MENDES – Em primeiro lugar, eu queria agradecer, em nome do Ministério da Saúde, por estarmos aqui, de novo, discutindo um tema superimportante para a agenda das mulheres, especificamente nesse recorte, pensando nas mulheres com deficiência, uma questão em que se vão somando vulnerabilidades e em que a situação vai ficando bastante complicada e muito grave, em termos de dados.

Eu serei muito rápida. Eu tinha preparado uma breve apresentação, que depois, inclusive, eu posso deixar para consulta, mas eu achei melhor não usá-la, porque fica mais rápido, para economizarmos tempo.

Já tendo agradecido o convite, eu quero dizer que, no Ministério, eu coordeno a área de saúde da pessoa com deficiência. Trabalhamos muito coordenadamente essa agenda com a área de saúde da mulher, que discute todas essas dimensões, e junto, também, com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e a Secretaria de Direitos Humanos, que são áreas correlatas, em torno da organização e formulação de políticas públicas que possam identificar, melhorar e qualificar esse trabalho.

Eu vou começar pelos dados e indicadores. Há vários números que apontam para números mundiais, mas eu vou falar especificamente do Brasil e do Ministério da Saúde. O Ministério da Saúde, de certa maneira, avança na medida em que, há algum tempo, os casos de violência são de notificação obrigatória. Então, na

SVS, há dois sistemas, sendo que um deles é o Sinan (Sistema de Informação de Agravos de Notificação), de notificação, de informação em saúde, que agrega as informações de violência. Então, são dados de notificação compulsória, obrigatória, e há esse banco de dados. Lá, nesse banco de dados, é possível selecionar uma série de informações desse caso. Entre elas, é possível, claro, selecionar a questão de gênero e selecionar mulheres que sofrem violência, sendo que depois também é possível desagregar se essa mulher tem alguma deficiência e qual o tipo de deficiência. Também é possível fazer o extrato do tipo de violência: se é uma violência sexual, se é agressão, enfim, vários tipos de violência. Também no banco de dados, consegue-se mapear, do que é notificado, quem foi o agressor. E, para nossa tristeza, a maior parte dos agressores é de conhecidos, inclusive companheiros ou parentes, das mulheres que sofrem essas violências. Esse banco de dados é um banco de dados da saúde, específico da vigilância. Sabemos que existem outros. A Secretaria de Mulheres também busca esses dados. Não é querer falar de uma situação meramente epidemiológica, mas é superimportante a notificação. E sabemos também – mas é importante dizer – que, pelos dados que são notificados, pode-se afirmar, com certeza, que esses dados são subnotificados.

E há dois problemas a enfrentar em relação aos dados, que podem ajudar a organizar melhor as políticas públicas, que podem fazer pensar no tamanho do problema e onde está a maior parte do problema.

Um é que eles são subnotificados. A nossa hipótese é que, apesar de essa brutal e violenta realidade, apesar de essa brutal agressão à mulher ser um problema superimportante, ainda, por questões culturais e variadas, a maior parte dos casos sequer é denunciada ou chega aos serviços de saúde e, portanto, não é notificada. É nesse sentido que falamos da subnotificação. Então, tem que haver um trabalho importante de sensibilização da sociedade e de luta dos movimentos das próprias mulheres para que isso seja mais notificado.

Outra coisa que também discutimos brevemente – e é um desafio para formuladores de políticas não só do Executivo, mas também do Legislativo, que tem sido um parceiro importante nessas agendas – é que possamos também criar algum mecanismo de unificação desses vários bancos de dados que notificam violência no País. Há os dados da saúde, dos direitos humanos, do sistema de justiça. Às vezes, dá um trabalho danado a análise dos dados, porque esses sistemas não necessariamente estão integrados. Cada um pergunta de um modo, de um jeito, e é muito difícil cruzar esses dados. Quando fazemos essas pesquisas no Brasil, ainda temos que ir atrás de vários bancos de dados. Então, talvez seja legal um esforço para qualificarmos melhor esses dados.

Em relação especificamente à saúde, no Dapes (Departamento de Ações Programáticas Estratégicas), o departamento em que trabalho, existe um grupo muito forte, há algum tempo já, com a participação de várias áreas, para tratar especificamente o tema da violência – e um recorte é o tema da violência contra a mulher.

Acho que é importante pensarmos essa dimensão da dupla vulnerabilidade. Eu sei que esse termo, para os mais teóricos do campo, não é o correto, porque não é uma questão de dupla ou de duas vulnerabilidades e, sim, uma questão lá da interseccionalidade, que gera um fator de risco ainda maior para certos grupos, mas esse termo é mais claro. É muito difícil o termo técnico, e eu acho que é importante comunicar para os movimentos, para as mulheres. A questão da dupla vulnerabilidade é no sentido de que é vulnerável por ser mulher e de que ela pode também estar em outros grupos: ela pode ser mulher, mulher negra, mulher camponesa, mulher quilombola, mulher com deficiência. Então, vai-se agregando uma série de situações que, de fato, colocam certos grupos de mulheres numa situação de risco muito grande. As políticas públicas têm que ser capazes de lidar com as essas perspectivas, sob o risco de não trabalharmos adequadamente.

No caso do Ministério da Saúde, temos criado, na área da saúde da mulher, uma série de normativas e portarias e avanços que visam conhecer melhor esse fenômeno e criar centros de referência para a integração integral da mulher em situação de violência. Esse serviço tem atendimento ininterrupto, 24 horas por dia, 7 dias da semana, e promove atenção integral à mulher, em geral, para tratamento e apoio a situações de violência sexual contra mulheres e adolescentes. Ele tem uma equipe de referência. Nós tentamos colocar esses serviços em rede no Território, pois não adianta criar só um centro que não esteja conectado e toda a rede SUS não esteja alerta a esse problema, porque muitas dessas mulheres chegam a uma unidade hospitalar de emergência, a uma unidade de pronto-atendimento, a uma UPA. Enfim, quando há esse caso, é preciso que, na rede SUS, os vários serviços sejam acionados, para poder, de fato, promover esse atendimento integral.

Há também uma referência de atenção nos casos de interrupção à gravidez, previstos por lei...

(Soa a campanha.)

A SRª VERA LÚCIA FERREIRA MENDES – Eu já vou terminar.

São atendimentos que precisam ser feitos e apoiados.

Uma atenção ambulatorial também é importante, no caso de cuidar dessas situações de violência.

O que há especificamente em relação a este recorte mulheres com deficiência precisa avançar muito. Por quê? Além desses tipos de violência sexual, de agressão física etc., na rede SUS, as mulheres com defici-

ência nessa situação de dupla vulnerabilidade – e montamos um grupo de trabalho para criar as diretrizes de atenção à mulher com deficiência – sofrem cotidianamente uma violência que eu vou chamar de violência institucional. Infelizmente, isso acontece, e é importante que sejamos críticos. As unidades dificilmente estão equipadas para atender a essas necessidades específicas das mulheres com deficiência. Por exemplo, as mesas ginecológicas não são acessíveis, colocando essa mulher em situação de absoluto constrangimento, para fazer um exame básico.

E sabemos disto: as mulheres com deficiência fazem menos controle de Papanicolau, fazem menos planejamento familiar, fazem menos controle de câncer de mama do que as mulheres que não têm alguma deficiência. Isso ocorre, porque há uma barreira não só de equipamentos e de acesso às unidades de saúde – elas não são acessíveis –, mas também por ser uma cultura – e esta é a pior razão – atitudinal em relação à mulher com deficiência, o que é uma agressão profunda. Para uma cadeirante, é comum ela entrar numa unidade básica de saúde e ser olhada, quando dizem para ela: “Você entrou pela porta errada” ou “O que está fazendo aqui?” ou “O centro de reabilitação é ali do lado” ou “Eu acho que você estava procurando uma entidade...” E ela é simplesmente expulsa. Negam um atendimento, como se a mulher com deficiência – e isto é uma questão de barreira atitudinal – não fosse mulher, não tivesse vida sexual, não tivesse vida familiar e opção da maternidade. Então, está nas nossas cabeças, nas nossas mentes e corações esse grau de preconceito de que a pessoa com deficiência, em geral, é uma vida menos válida. Portanto, sequer se supõe que as mulheres com deficiência façam sexo. Isso é uma violência profunda no cotidiano dessas mulheres.

Nós criamos esse grupo de trabalho justamente na pauta do Viver sem Limite, que a Presidente Dilma lançou em 2011. Nós criamos um grupo de trabalho, fizemos vários estudos junto com as mulheres, com a SPM, com a Secretaria de Direitos Humanos. O que nós vamos fazer? Está previsto, no nosso próximo PPA, equipar pelo menos uma unidade básica de saúde para ela ser totalmente acessível. Isso já foi colocado no nosso PPA, que é o nosso instrumento de gestão, já com reserva orçamentária, para ir mudando essa cultura, provocando esse processo. Vamos fazer uma diretriz de cuidado, que é uma orientação para todos os profissionais da rede SUS quanto ao manejo clínico das mulheres com deficiência e também quanto às especificidades, porque a mulher com deficiência tem que ter o mesmo direito do acompanhamento à saúde que a mulher sem deficiência, mas o profissional de saúde também tem que saber quais são as especificidades que cada tipo de deficiência gera na mulher, como um agravamento. Uma cadeirante, por exemplo, tem mais risco de sofrer problemas vasculares. Então, ela tem que ser cuidada naquilo tudo em que a mulher já é cuidada e, além disso, tem que ter uma atenção especial em algum aspecto específico, que depende um pouco do quadro clínico de cada uma.

Isso são coisas que parecem muito óbvias, mas elas não são feitas no cotidiano. E nós vamos ter que fazer uma grande força-tarefa de capacitação, de educação permanente, com diretrizes nacionais mais fortes, que sejam orientadoras da rede SUS. Também temos de injetar recursos para Estados e Municípios poderem se adequar, para, finalmente, quem sabe, nós consigamos sair de uma situação hoje muito precária da mulher com deficiência na rede SUS, eliminando esse conjunto de constrangimentos que elas passam cotidianamente.

Eu tive que falar muito rápido. Há uma série de coisas que estamos falando nessa direção. Não preciso falar também das reformas. A rede SUS faz um monte de reformas de unidades etc. É incrível como as pessoas fazem reformas em ambientes quaisquer, e vemos que os responsáveis por prédios recém-reformados não pensaram em básicas questões de deficiência. Então, se vai reformar uma porta, isto pode ser muito simples: a porta tem que ter uma determinada largura, porque você tem que pensar que por aquela porta vai passar qualquer um, incluindo uma cadeira de rodas. Não sei por que os banheiros têm aquela porta minúscula, com vão de 70cm. Nesse espaço, não passa uma cadeira de rodas. Há o tipo de maçaneta que se usa etc. Eu sei que são situações muito graves, mas é cotidianamente dito a essas mulheres e para pessoas com deficiência em geral que, de fato, esta sociedade estranhamente ainda teima em fazer um pacto social e pensar uma Nação para alguns e não para a parcela total. Há hoje 25% da população com alguma deficiência no Brasil. Isso inclui não só o estereótipo da deficiência – o cadeirante, o cego, o surdo –, mas inclui também idosos com mobilidade reduzida e pessoas com problemas funcionais temporários. E nós insistimos em criar sistemas, ambiências e circulações públicas desconsiderando 25% da população brasileira.

Eu queria fazer um apelo. Eu sei que o assunto não é este, mas, mulheres, nós estamos agora, neste momento, vivendo uma situação de emergência com o zika vírus. Há uma força-tarefa importante também de cuidado a essas mulheres gestantes, que podem ter pegado zika, que estão tendo crianças com microcefalia. Nós temos que cuidar tanto dessas mulheres, desse planejamento familiar, quanto dessas crianças que estão nascendo. Então, essa mulher é uma pessoa, em geral, forte, que segura a onda. Desculpem-me os homens presentes – eu não tenho nada contra eles, aliás, sou casada com um ótimo –, mas, em geral, a estatística diz que essas mulheres guerreiras que têm crianças com deficiência frequentemente são abandonadas pelos maridos e seguram a onda de seus filhos, das casas e de cuidar dessas crianças. Então, nós temos que olhar com

bastante carinho e com bastante cuidado tanto para essas agendas gerais, que são importantes, como para essas dobras e essas especificidades no meio.

Desculpem-me.

É isso. Nós estamos fazendo muito esforço, e eu adoro essas agendas. Eu queria agradecer de novo, porque nós não fazemos isso sozinhos, nós fazemos isso só com muita ajuda de vários ministérios, de várias organizações sociais de movimento das mulheres e do Legislativo, a que eu queria agradecer, porque tem sido um grande parceiro em várias agendas nossas da pessoa com deficiência.

Muito obrigada. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Vera, na realidade, nós é que agradecemos e pedimos desculpas a você pelo tempo, principalmente considerando que esse é um assunto que nos preocupa muito. Se nós formos levar em consideração que 45 milhões de pessoas no Brasil têm algum tipo de deficiência, o que significa 24% da população com deficiência, e se nós fizermos também uma correlação com o fato de que nós as mulheres somos 52% da população, há mais de 12% da população feminina do Brasil que têm uma deficiência. Imaginem o quanto isso nos preocupa em relação à questão da violência contra esse público, que é um público duplamente vulnerável. Portanto, o tempo seu foi curto demais para o tamanho do problema que nós temos. E você coloca mais um desafio, que é desafio que nós estamos vivendo no momento, somado a tantos outros, que é a questão do zika. Para nós, é uma coisa que é de saúde pública, mas é também uma responsabilidade coletiva de todos nós de buscarmos nos engajar nessa luta contra toda e qualquer possibilidade de alguém ser picado por esse mosquito. Muito obrigada pela sua participação.

Antes de eu passar para a próxima oradora, eu queria passar para uma breve fala daquela que tem sido também uma grande parceira nossa, que é a Nadine Gasman, que é representante da ONU Mulheres no Brasil, que tem sido grande parceira e que tem dado muitas contribuições principalmente a este Legislativo e a esta Comissão Mista, da Câmara e do Senado.

Pois não, Nadine.

A SRª NADINE GASMAN – Muito obrigada, Deputada Moema.

Realmente, para mim, é um prazer estar aqui. Eu faço questão de estar, mesmo por pouco tempo, porque o tema é um tema importante. Eu quero parabenizar a Comissão pelo ativismo nos 20 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres. Eu acho que o Legislativo tem sido um exemplo, mesmo nestes tempos complexos. Eu quero parabenizá-las pelos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, pela agenda tão importante e por ter posto esse tema na agenda desses 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres.

Reconhecer os direitos das mulheres com deficiência tem sido um tema muito importante para o movimento de mulheres e para as Nações Unidas e tem sido não uma questão de consciência, mas uma questão das mulheres com deficiência que têm chegado, com toda a sua força, para a sociedade, demandando ser ouvidas e ser reconhecidas. É muito importante falar de violência contra as mulheres com deficiência, porque, como você falou, a intersecção, com a dupla, a tripla e a quádrupla vulnerabilidade das mulheres com deficiência, é muito evidente. Eu fico esperando os números – espero que você nos dê a apresentação. Em geral, são gritantes. Sabemos que uma de cada três mulheres sofre violência – os números que a Deputada deu: 70%. E isso acontece em todos os lugares.

Eu acho que é muito importante criar essa consciência na sociedade, é muito importante criar na sociedade o alerta de criar medidas de proteção social, de responsabilidade de toda a sociedade para a segurança das mulheres em geral e a segurança das mulheres com deficiência em particular e da importância de reconhecer as especificidades que temos no desafio de garantir para as mulheres com deficiência o direito de viver uma vida livre de violência. Ao final das contas, o que nós mulheres todas, mulheres e meninas, jovens, brancas, negras, com deficiência e sem deficiência, queremos é viver uma vida livre de violência. E isso tem que ser uma responsabilidade de todos e de todas.

E quero só recordar que nós como humanidade temos nos engajado para, nos próximos 15 anos, mudar a humanidade, atingindo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E estamos na contagem regressiva até 2030. Temos 15 anos para atingir esses objetivos. O que nós temos falado é que não vamos deixar ninguém para trás e, quando falamos disso, estamos falando que não vamos deixar as mulheres com deficiência para trás. Temos que ter políticas públicas que tenham em conta as mulheres, as meninas com deficiência. Então, esses esforços extras em se pensar nas mulheres brancas, negras, jovens, idosas, com deficiência e sem deficiência precisam de políticas públicas específicas, de orçamentos específicos, de tecnologia e de pensamento específico.

Deputada, acho que é uma boa coisa terminar este ano e começar o ano próximo pensando como é que o Brasil vai dar uma resposta afirmativa, boa, para todas as mulheres brasileiras. O Brasil tem dado um exemplo

com as leis – a Lei Maria da Penha, a Lei do Feminicídio –, com o programa Mulher: Viver sem Violência, com uma Presidente que tem dado zero tolerância à violência contra as mulheres. O Congresso tem que fazer sua parte.

Parabenizo a Comissão. E acho que isso é um exemplo muito importante de pôr uma ênfase e de ter um momento para os *experts* falarem e darem um recado do que pode ser feito para que as mulheres todas, incluindo as mulheres com deficiência, possam viver uma vida livre de violência.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Nós que agradecemos à companheira Nadine, que precisará se retirar. Antes disso, Nadine, eu queria dizer que precisamos disso, sim. Nesta Casa, há um projeto que cria um fundo nacional de prevenção à violência contra a mulher, que precisa ser aprovado por esta Casa. Esse projeto está na Câmara, e, infelizmente, há uma emenda de um Deputado – é o próprio Relator – que só aprova o fundo se estiver embutida a emenda dele. A emenda diz que não pode usar recursos do SUS para tratar de mulheres vítimas de aborto, mesmo que seja por estupro, mesmo que seja aborto a partir do Código Penal de 1940. O Código Penal, lá em 1940, já previa isso, mas ele quer condicionar que o fundo não pode ser usado para esse tipo de atenção de socorro a mulheres que tenham sofrido esse tipo de aborto. Acho que é um absurdo isso. Nós precisamos reagir e precisamos votar esse fundo, porque, se estamos tratando aqui da questão financeira também, que é tão importante para garantirmos a assistência e a prevenção, é preciso que esse fundo seja votado, e não pode haver esse tipo de posicionamento. Portanto, nós queríamos agradecer a sua presença e dizer que essa parceria continua cada vez mais estreita. Muito obrigada.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Ela está pedindo desculpas, porque vai precisar se retirar. Antes de convidar a próxima oradora, eu queria convidar a pesquisadora e consultora do McKinsey Global Institute – ela é mais uma palestrante, que chegou logo depois de a Mesa estar formada – para vir compor a mesa e, daqui a pouco, já fazer uso da palavra. Por favor, Drª Tracy Francis. (*Palmas.*)

Seja bem-vinda.

E, agora, vamos ouvir a Drª Beatriz Cruz da Silva, Assessora da Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça, representando, aqui, o nosso Ministro Eduardo Cardozo.

A SRª BEATRIZ CRUZ DA SILVA – Uma boa tarde a todas e a todos.

Eu quero começar, em nome do Ministro e da Secretária Nacional de Segurança Pública, Regina Miki, agradecendo o convite e a oportunidade para que o Ministério possa vir discutir esse tema que nos é tão caro. Agradeço e cumprimento todas as minhas colegas da mesa no nome da Deputada Moema Gramacho. Mais uma vez, muito obrigada pelo convite e pela oportunidade.

O tempo é bastante curto, Deputada. Então, vou procurar pincelar algumas questões que nós consideramos mais importantes e mais pertinentes relacionadas a esse tema.

O Ministério da Justiça vem desenvolvendo, no enfrentamento à violência contra a mulher, um conjunto de ações bastante significativo, muito pautado pelo compromisso da nossa Presidenta de tolerância zero, como disse a Nadine, que me antecedeu, em relação à violência contra as mulheres, mas também porque nós temos no âmbito do Ministério da Justiça uma política que é voltada para o trabalho com os grupos que são mais vulneráveis à violência no País. E um desses grupos, por óbvio, infelizmente, é o de nossas mulheres, em especial as nossas mulheres com deficiência.

Nesse sentido, a Senasp (Secretaria Nacional de Segurança Pública) é o local de onde eu falo, mas o Ministério da Justiça como um todo tem desenvolvido um conjunto de ações junto à Secretaria de Políticas para as Mulheres, em conjunto com o Ministério da Saúde, para tentar enfrentar a questão da violência contra as mulheres na perspectiva de responsabilizar os agressores, mas principalmente de prevenir essas violências e de minimizar os seus efeitos na vida dessas mulheres, que, infelizmente, ainda são a maioria das nossas mulheres no Brasil.

Para isso, nós estamos desenvolvendo, no âmbito do projeto Mulher: Viver sem Violência, um conjunto de ações de enfrentamento à violência sexual, de fortalecimento das delegacias especializadas de atendimento às mulheres e de capacitação e sensibilização dos profissionais da segurança pública para atuarem nesse tema.

Nós temos percebido no Brasil, em especial a partir dos governos Lula e do Governo da Presidenta Dilma, uma prioridade em relação a esse tema. Há iniciativas em todos os ministérios, em todas as políticas do Governo Federal relacionadas ao enfrentamento à violência contra a mulher. Isso se reproduz nos Estados e nos Municípios, mas temos percebido, Deputada, uma grande necessidade de integração dessas políticas e de integração dos serviços disponíveis na rede de atendimento às mulheres, porque, por vezes, na perspectiva de mais bem atender, especializamos os nossos serviços, mas acabam revitimizando as mulheres na medida em que, para citar um exemplo, no caso da violência sexual, uma mulher é ouvida, em média, de seis a oito vezes

na rede de atendimento, dependendo da porta de entrada em que ela estiver, até a conclusão do processo judicial. Isso, por óbvio, revitimiza e acaba significando uma violação por parte do Estado e dos serviços que estão ali estruturados na perspectiva de proteção.

E, para continuar nesse exemplo, nós percebemos a necessidade de integrar a atuação da saúde com a atuação da segurança pública. No caso específico da violência sexual, por vezes, as mulheres entram na rede pública de saúde ou mesmo na rede privada, recebem um atendimento, tendo os vestígios daquela violência sexual coletados pela rede de saúde, e, depois, precisam reproduzir todos esses procedimentos, que são invasivos, num momento de grande dificuldade dessa mulher, no sistema de segurança pública para atender a uma necessidade de uma perícia no IML para produzir as provas.

Nesse sentido, no último ano, para tentar minimizar isso, para tentar solucionar essa questão, nós temos realizado capacitações conjuntas de médicos do SUS e outros profissionais da área de saúde com peritos médicos legistas e profissionais da área de segurança pública, a fim de capacitar os médicos que atuam no SUS a terem um olhar também da segurança pública. Desse modo, por vezes, não seria necessário repetir o exame no âmbito do Instituto Médico Legal, sendo utilizadas a coleta que foi feita pelo SUS e a coleta de informações que foram realizadas por médicos durante a anamnese. E, ao contrário do que por vezes o senso comum acredita, na maioria das vezes, a violência não deixa vestígios, o que não significa que ela não ocorra. Então, toda a rede precisa estar muito preparada e atenta a essa questão para que não reproduzir por vezes, ainda em nossos sistemas de proteção, uma perspectiva machista e uma perspectiva de responsabilização em alguma medida da vítima, de dúvida da palavra da vítima e de revitimização dessa mulher.

No que diz respeito à especificidade – e aí para finalizar esse ponto –, nesse ano de 2015, nós capacitamos mais de 600 profissionais em seis edições desses cursos conjuntos, o que é um imenso desafio, porque há áreas de conhecimento muito distintas, discutindo, trabalhando sobre o mesmo tema e pensando como é que se integram os serviços. Nós já capacitamos, entre 2011 e 2014, mais de 40 mil profissionais da segurança pública para o atendimento às mulheres em situação de violência. Várias pesquisas demonstram que existe, sim, uma violência institucional – já citada pela minha colega da área da saúde –, e as nossas instituições, em geral, acabam causando à mulher que já sofreu algum tipo de violência muita dificuldade de enfrentar esse problema por um despreparo, por uma falta de sensibilização da nossa rede. Na área da segurança pública, por óbvio, isso não é diferente, até porque a segurança pública é uma área muito permeada pelo etos masculino. Portanto, entendemos a necessidade de se trabalhar junto aos profissionais de segurança pública para tentar melhorar a forma como esses profissionais atendem as mulheres, em especial para que não se duvide da palavra da vítima, para que não se coloque em xeque a sua versão dos acontecimentos e para que não a revitimize.

No que diz respeito à violência contra as mulheres e das mulheres com deficiência, no final de 2013, início de 2014, o Ministério da Justiça e a Senasp elaboraram um projeto que tem como foco tornar os serviços de segurança pública mais acessíveis às pessoas com deficiência. Há coisas bastante simples, para que, na maioria das vezes, nem as políticas públicas muito menos os indivíduos atentam. E eu vou citar um exemplo: como uma pessoa com deficiência auditiva ou com uma deficiência visual ou com alguns tipos de deficiência aciona a polícia no Brasil? Como ela aciona o 190? Como tornar acessível esse serviço para as pessoas que também têm determinados tipos de deficiência e que acabam tendo um pouco mais dificuldade de acessar serviço? Então, um pouco do foco do projeto é tentar pensar alternativas. Primeiro, capacitar os profissionais de segurança pública e sensibilizá-los para esse tema, mas também pensar alternativas para responder essas questões, criar aplicativos, hoje a gente tem a tecnologia que pode muito auxiliar nesse processo.

Outra questão: se uma pessoa com uma deficiência visual recebeu atendimento numa delegacia, como ela tem certeza do registro da ocorrência e que esse registro da ocorrência aconteceu nos moldes em que ela relatou, se ela, ao receber o que todo mundo recebe ao registrar uma ocorrência na delegacia, não tem essa capacidade de ler? Então, nós voltamos também o projeto para pensar em como tornar as delegacias de polícia mais...

(Soa a campanha.)

Eu já estou finalizando.

Assim, nós voltamos também o projeto para pensar em como tornar a delegacia de polícia mais acessíveis às pessoas com deficiência, dotando essas delegacias – ou pelo menos algumas delegacias mais centrais, porque realmente no sistema como um todo isso ainda não é possível – de impressoras em braile, de equipamentos e tecnologias que facilitem esse atendimento e que garantam um atendimento mais resolutivo.

Para elaborar esse projeto, nós contratamos uma consultoria no âmbito das Nações Unidas, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A primeira constatação que nós no Ministério da Justiça fizemos, junto à consultora contratada, é que o tema da pessoa com deficiência é tão invisível para a

segurança pública que não havia como começar a pensar quais eram as questões que precisavam ser discutidas e que precisavam ser colocadas em uma perspectiva de um projeto voltado para o acesso das pessoas com deficiência à segurança pública. Por conta disso, nós realizamos uma pequena pesquisa. Foi uma pesquisa que ficou disponível no *site* do PNUD, em uma plataforma aberta, em que a consultora, contando com o apoio da Secretaria de Direitos Humanos, junto com Conselho da Pessoa com Deficiência, mobilizou um conjunto de atores da sociedade – pessoas com deficiência, cuidadores, familiares e profissionais que atuam com pessoas com deficiência – para responderem essas questões dessa pesquisa. Aproximadamente 450 pessoas responderam a pesquisa. Foi uma pesquisa que ficou aberta por 15 dias. O objetivo não era, de forma alguma, encerrar o tema ou trabalhar do ponto de vista científico essas questões, mas era levantar subsídios para poder dar esse pontapé inicial, haja vista essa constatação de que não havia nenhum ponto de partida para esse tema e para a discussão desse tema dentro da segurança pública.

Os dados que essa pesquisa nos trouxe foram bastante significativos. Primeiro: mais de 78% das pessoas com deficiência que responderam a pesquisa afirmaram que já foram vítimas de algum tipo de violência. A principal violência que apareceu nessa pesquisa foi a violência psicológica ou violência moral. A segunda violência – e isto nos chamou muito a atenção, mas também nos fez crer que nós estávamos realmente trabalhando em uma perspectiva correta – que mais apareceu, antes da violência física, foi a violência institucional: a falta de acesso que as pessoas com deficiência têm a todos os serviços da rede pública, sejam serviços de segurança pública, sejam serviços da assistência social, da saúde, da educação, a falta de acesso à cidadania da pessoa com deficiência. Isso foi apontado como a segunda maior violência e está muito associado, inclusive, com a primeira – com a violência psicológica ou moral. Nessa pesquisa, havia um campo que era aberto para a pessoa relatar algo que ela considerasse importante. E apareceram muitos relatos, as pessoas narrando situações em que elas sofreram violência psicológica ao procurar ajuda para solucionar uma violência sofrida ou por parte de um cuidador ou em casa ou na família ou na escola, ou seja, a dupla vitimização, a revitimização, na verdade, dessas pessoas. Então, nós temos trabalhado nessa perspectiva.

Outro ponto bastante fundamental é que a primeira parte da pesquisa era relacionada com dados pessoais, idade, sexo, orientação sexual... E a grande maioria das vítimas são as mulheres. Do ponto de vista percentual, as mulheres com deficiência são mais vulneráveis à violência do que os homens com deficiência, as outras pessoas, o que comprova que, realmente, nós precisamos voltar o olhar não só da segurança pública, mas de todas as políticas públicas para trabalhar com essas mulheres, na perspectiva de garantir a cidadania e garantir uma vida mais digna.

Para isso, na segurança pública, nós temos trabalhado muito também com a necessidade de criar estatísticas criminais que atestem e que possam pautar as políticas públicas no campo da segurança. E, com isso, temos, no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública (Sinesp), criado campos que permitem, a partir do cruzamento de dados, identificar quem são as pessoas que são vítimas de crimes no Brasil, de qualquer crime, mas também cruzar dados de gênero, de raça, de orientação sexual também, pensando um pouco na perspectiva da violência relacionada à homofobia, mas também a pessoas com deficiência. Já há campos no Sinesp que permitem que, ao registrar a ocorrência, o profissional de segurança pública seja obrigado a inserir esse dado, para que depois possamos gerar estatísticas e pautar nossas políticas públicas.

Eu tinha algumas outras questões para colocar, mas vou deixar para um segundo momento, porque o tempo foi curto.

Mais uma vez, muito obrigada e desculpe ter me estendido. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Nós também agradecemos à Drª Beatriz.

Eu quero dizer que já há também um projeto, aqui, nesta Comissão, que trata da Ronda Maria da Penha, que é uma parceria entre a Secretaria de Segurança Pública e a Secretaria de Mulheres na Bahia, para fazer a ronda nos bairros onde há maior incidência de violência, fazendo um trabalho, então, de polícia cidadã, de polícia comunitária, que é trabalhar preventivamente quanto às agressões contra as mulheres.

Eu queria registrar as presenças aqui. Eu já ia passar a palavra para elas, se elas quiserem usar a palavra, porque sei que estão correndo também – eu já tinha falado antes que as Deputadas ficam aqui se revezando. Eu queria anunciar a presença da Deputada Christiane Yared e da Deputada Conceição Sampaio, duas guerreiras, batalhadoras, membros também da nossa Bancada feminina e da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

Eu vou passar para a Deputada Christiane Yared, pelo menos para uma palavrinha antes de sair. Pois não, Deputada.

A SRª CHRISTIANE DE SOUZA YARED (Bloco/PTN - PR) – Obrigada, Presidente.

Perdoem-nos. Esta Casa é muito intensa, e nós temos de estar um pouquinho em cada lugar. Gostáramos imensamente de poder ficar e ouvir.

Eu só quero deixar registrado que sei da dificuldade que este País enfrenta quanto à questão da pessoa com deficiência, mas principalmente quando é a mulher com deficiência. É algo realmente de chorar. Eu atendo a famílias que perdem filhos no trânsito, e também acaba havendo um preço alto para essas famílias, quando elas ficam com as meninas, às vezes, com a mãe numa cadeira de rodas ou numa cama. Vemos a desestrutura que acontece dentro desses lares e não temos capacidade de enfrentamento. É algo desesperador, terrível, triste. É de chorar mesmo. Então, eu até gostaria de deixar uma sugestão: que nós pudéssemos trazer até a Casa pessoas que tenham ideias que nos ajudem e que ajudem o próprio Governo, mostrando o que podemos fazer, como podemos trabalhar juntos, para ajudar essas famílias, que realmente ficam desestruturadas. A mãe numa cadeira de rodas é uma desgraça. Quando o filho está numa cadeira de rodas, ainda há a mãe para cuidar, mas, quando a mãe está deficiente ou quando a mãe fica deficiente por uma sequela de uma violência, é terrível, porque a casa toda vem abaixo. E sabemos que essa mulher enfrenta não só a sua deficiência, mas uma culpa terrível pelo fato de não poder ajudar na casa, por ver os filhos e a desestruturação toda da casa.

Eu queria só deixar registrado que estamos atentas. As mulheres deste Parlamento têm se importado. Nós queremos fazer a diferença, queremos deixar um legado, porque todas nós sabemos que não somos Parlamentares, nós estamos Parlamentares. E queremos deixar um legado para este País. Então, essa luta é a luta de todas nós, de toda brasileira, que acaba sendo representada por nós que estamos aqui.

Muito obrigada, Srª Presidente. Eu preciso sair, não há como.

Meninas, obrigada por estarem presentes. É de grande valia a presença de vocês, o que nos vocês trazem. Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Obrigada, Deputada Christiane. Está liberada. Deputada Conceição, pois não.

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO (Bloco/PP - AM) – Minha querida Deputada Moema, primeiro, eu quero cumprimentar V. Exª por mais uma iniciativa, todas as nossas companheiras presentes à mesa e a nossa Plenária.

Lembro que nós estamos debatendo, nesses 16 dias de Ativismo, vários temas em que a mulher certamente é a protagonista da transformação. E não poderia ser diferente, Deputada Moema, discutir hoje a mulher que sofre a violência institucional por ter uma deficiência. E isso para nós é justamente o empoderamento que nós precisamos ter para lembrar que essa mulher tem, sim, a sua dignidade humana que tem de ser respeitada. Esse é o resgate que nós precisamos fazer.

A Deputada Moema falava, agora há pouco, que nós da Bancada feminina precisamos certamente nos desdobrar, muitas vezes, como fazemos no mercado de trabalho e quando voltamos para casa e assumimos a casa, porque nós mulheres brasileiras temos, sim, não só uma dupla jornada mas, muitas vezes, uma tripla jornada. Estamos no mercado de trabalho, estamos aqui, defendendo o nosso País, como Parlamentares, mas, ao voltarmos para casa, somos mãe, esposa, a dona da casa. E é essa jornada que, muitas vezes, certamente Deputada Moema, afasta as mulheres de também ocuparem esse espaço de poder.

Assim, trazemos para a pauta política desta Casa um tema tão importante como este. Certamente, todos os temas são importantes, mas é uma pena que, em muitos momentos, parece que aquilo que nos importa, nos interessa, é menor ou se torna menor aos olhos de muitos desta Casa. Então, precisamos ainda de unidade, de nos fortalecer, de colocar, sim, a nossa boca, a nossa voz para ser ouvida, e lembrar que país justo é aquele onde homens e mulheres compartilham das oportunidades, seja uma mulher de cor branca, seja uma mulher de cor negra, seja uma mulher deficiente. O que importa? Importa é que somos mulheres e queremos, merecemos e precisamos ter o nosso espaço respeitado.

Eu quero fazer essa saudação a você, minha querida amiga – permita-me chamá-la dessa forma –, a todas que aqui estão e a todos também, porque nós precisamos dos nossos companheiros para a transformação da sociedade em que vivemos. E que bom que colocamos na pauta importante desta Casa a mulher com deficiência, pois ela precisa não só ser lembrada, mas ser respeitada na sua dignidade humana.

Obrigada, minha querida. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Deputada Conceição, muito obrigada também. A senhora está sempre presente.

Eu queria só fazer um registro para consertar, pois, na realidade, a iniciativa é de duas Senadoras – a Senadora Vanessa Grazziotin e a Senadora Rose de Freitas. Infelizmente, nenhuma das duas pôde estar presente, porque estão em outras atividades. Então, eu estou assumindo a maternidade.

A SRª CONCEIÇÃO SAMPAIO (Bloco/PP - AM) – Isso pode ser o prenúncio importante de uma futura Senadora.

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Obrigada. Muito obrigada pela sua presença. Pode ficar à vontade. Eu sei que, se a senhora pudesse, continuaria aqui conosco.

Vamos dar sequência, então.

Convidamos, para fazer uso da palavra, a Sr^a Liliane Bernardes, Coordenadora de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Por favor.

A SR^a LILIANE BERNARDES – Obrigada.

Boa tarde a todos e a todas que estão presentes.

Eu agradeço o convite, em nome do Secretário Especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili, em nome do Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Secretário Antonio Jose, que não pôde estar presente, mas que, com certeza, gostaria de estar aqui para falar pessoalmente dessas questões que envolvem a violência contra as mulheres com deficiência.

Várias das questões que vou falar na minha apresentação já foram mencionadas aqui. Então, será uma fala breve. Eu gostaria muito de contar com a participação de todas que estão aqui para nos ajudar na construção de políticas públicas voltadas principalmente para o segmento de mulheres com deficiência, que é um segmento invisível e que sofre muito com a violência, sendo que essa violência é subnotificada ou mesmo não notificada.

Eu vou trazer o conceito de pessoa com deficiência da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência da ONU, que foi internalizada no Brasil com equivalência de emenda constitucional. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimento de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir a sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

Por que é importante trazer esse conceito de pessoa com deficiência? Porque a partir da Convenção, o paradigma que rege o que é a definição da deficiência é alterado, passando de um entendimento de que a deficiência esteja no corpo da pessoa para o entendimento de que a deficiência se localiza na interação do corpo com as barreiras. Então, é importante termos isso em mente quando falamos de pessoa com deficiência, porque essa pessoa só tem deficiência por o ambiente a desabilitar. São as atitudes dos outros que a desabilitam, e é por isso que essa pessoa é considerada com deficiência.

Pode passar, por favor.

A Convenção já fala muito sobre a questão das mulheres e meninas com deficiência e, ainda no preâmbulo, já reconhece que essas mulheres e meninas estão frequentemente expostas a maiores riscos, tanto no lar quanto fora dele, de sofrer violência, lesões ou abusos, descaso, tratamento negligente, maus-tratos ou exploração. Como princípio também da Convenção, no art. 3º, está estabelecida a igualdade entre o homem e a mulher.

Pode passar, por favor.

O art. 6º, que fala especificamente de mulheres com deficiência, fala também que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação, por serem mulheres, por terem deficiência e, muitas vezes, por questão de etnia. E ele também faz referência à necessidade de os Estados-partes tomarem medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço, o empoderamento das mulheres, para que elas possam gozar os seus direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Pode passar, por favor.

O art. 16 fala que os Estados-partes devem adotar leis e políticas efetivas, inclusive legislação e políticas voltadas para mulheres e crianças, para assegurar que os casos de exploração, violência e abuso contra pessoas com deficiência sejam identificados, investigados e, caso necessário, julgados.

Já o art. 28, quando fala de proteção social e padrão de vida adequados, faz referência ao acesso das pessoas com deficiência, particularmente de mulheres, crianças e idosos, a programas de proteção social e de redução da pobreza.

Pode passar, por favor.

Aí há a Lei Brasileira de Inclusão, que foi sancionada, depois de amplo debate aqui, nas duas Casas do Congresso. Ela foi sancionada este ano e também faz referência à questão da mulher e à proteção que o Estado deve garantir a essas mulheres, principalmente por sua situação de vulnerabilidade.

Pode passar, por favor.

Neste ano, o Brasil apresentou seu primeiro relatório sobre o cumprimento da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Refiro-me a essa Convenção que foi internalizada no ordenamento jurídico com equivalência à emenda constitucional em 2008 e 2009. O Comitê fez algumas observações sobre o relatório inicial que o Brasil apresentou, especificamente sobre a questão das mulheres com deficiência. Nesse relatório, o Comitê fala que se preocupa com as medidas tomadas pelo Brasil para prevenir a violência contra mulheres e meninas, como a Lei Maria da Penha, e essa preocupação vem em razão de, talvez, essa legislação e esse serviço não estarem sendo eficazes no combate à violência contra as mulheres e meninas com deficiência, por questões de acessibilidade e também por questões outras da própria invisibilidade desse segmento.

Pode passar, por favor.

Aí uma recomendação que o Comitê faz ao Brasil foi a de tomar medidas imediatas e adotar medidas concretas para que as leis, as políticas e os programas, especificamente destinados à violência contra as mulheres – incluindo as mulheres institucionalizadas, que é um público mais invisível ainda dentro desse público invisível de mulheres com deficiência –, sejam eficazes e acessíveis, para prevenir e reparar a violência contra essas mulheres. Incluem-se nesse rol medidas específicas, metas e indicadores.

Pode passar, por favor.

Vou falar um pouco da questão da esterilização de meninas e mulheres com deficiência, que, infelizmente, ainda acontece muito no Brasil. A Lei nº 9.263, que trata do planejamento familiar, no art. 10, estabelece que a esterilização cirúrgica em pessoas absolutamente incapazes somente poderá ocorrer mediante autorização judicial, regulamentada na forma da lei. Esse artigo, apesar de parecer, à primeira vista, que protege as pessoas tidas como absolutamente incapazes, na verdade, pode gerar uma violação de direitos na questão dos direitos sexuais e reprodutivos dessas meninas e mulheres com deficiência.

Pode passar, por favor.

A prática da esterilização continua sendo justificada, tanto por governo quanto por profissionais de saúde e familiares, no sentido de atender aos interesses da pessoa com deficiência, mas, quando você vai olhar a fundo, na verdade, não se está buscando o interesse da pessoa com deficiência. Na verdade, esses interesses são muito mais relacionados a evitar um transtorno para o cuidador dessa menina ou dessa mulher com deficiência, especialmente a deficiência intelectual e mental; também à inexistência de medidas de proteção contra estupro e exploração sexual dessas pessoas, que estão em situação de vulnerabilidade; e também à carência nos serviços de saúde para apoiar essa pessoa nessa decisão de ser pai ou de ser mãe.

Pode passar, por favor.

O próprio Comitê da ONU, nessa avaliação que fez do relatório do Brasil, coloca a sua preocupação em relação a essa legislação, que eu acho que poderia ser uma matéria a ser discutida, não especificamente aqui na audiência, mas é uma das matérias que poderiam ser discutidas aqui no Congresso, juntamente com o Executivo, para que pudéssemos chegar a uma nova legislação, que estivesse mais harmonizada com a Convenção, para que essas meninas e essas mulheres não tivessem a esterilização acontecendo como vem acontecendo no País, porque isso é uma grave violação de direitos e, inclusive, da integridade dessas pessoas e dos direitos sexuais reprodutivos.

Pode passar, por favor.

O Comitê também sugere que o Brasil reveja essa legislação, para proibir a esterilização de pessoas com deficiência sem o seu consentimento prévio, livre e esclarecido e também para assegurar que as pessoas com deficiência possam ter essa decisão apoiada em relação a procedimentos médicos e à própria decisão de ser pai ou mãe, a fim de que possamos cumprir a Convenção e garantir os direitos dessas pessoas.

Pode passar, por favor.

Há alguns desafios para as políticas públicas em relação ao tema que está sendo discutido aqui hoje. Há uma carência de informações sobre violência contra mulheres com deficiência. Fiquei muito feliz de a Vera trazer a informação de que os dados dessas notificações no SUS já estão disponíveis, porque dados e estatísticas são fundamentais para que possamos desenhar políticas públicas que sejam adequadas aos problemas que estão na realidade. Então, podemos trabalhar com esses dados para aprimorar o desenho das políticas públicas e, na verdade, iniciar desenhar políticas públicas para esse segmento, que sofre violência, que é invisível e que não tem a sua voz ouvida.

(Soa a campanha.)

A SRª LILIANE BERNARDES – É importante destacar que esses dados devem ser coletados e analisados periodicamente.

Como já falei, há uma necessidade de aprimoramento das políticas e serviços para prevenir e combater a violência contra a mulher, atendendo, ao mesmo tempo, às especificidades das mulheres com deficiência, incluindo metas e indicadores dessas ações.

Pode passar, por favor.

Algumas ações estão em andamento. A Vera, que é a representante do Ministério da Saúde, já falou de um Grupo de Trabalho Interministerial da Saúde da Mulher com Deficiência e Mobilidade Reduzida, que foi instalado em julho de 2015, para elaborar e acompanhar ações estratégicas para qualificar esse cuidado com as mulheres com deficiência de ter atenção integral à saúde no SUS.

Também temos realizado alguns seminários sobre políticas públicas e mulheres com deficiência com o objetivo de ouvir essas mulheres e de oportunizar essa participação, porque um dos princípios da Convenção

sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é a participação das pessoas com deficiência na construção das políticas que lhe dizem respeito.

Pode passar, por favor.

Estamos buscando também adequar os mecanismos de denúncia para considerar essas especificidades das pessoas com deficiência, garantindo acessibilidade – há o Disque 100, que é dos direitos humanos, e o Ligue 180 também, que é da mulher –, para que mulheres surdas, mulheres com deficiência visual e com diversos tipos de especificidades possam ser atendidas nesses serviços.

Temos por vir a instituição do Cadastro Inclusão, que foi estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão. Ele será instituído agora em 2016. Então, vamos inserir dados e informações sobre deficiência e queremos incluir dados específicos de violência contra mulheres com deficiência, porque um dos objetivos do Cadastro Inclusão, que está definido na legislação, é o aprimoramento das políticas públicas, para que se também possa fazer um acompanhamento dessas situações.

Também temos desenvolvido ações em conjunto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres e outras pastas – Ministério da Saúde, Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério do Trabalho e outras – e também temos apoiado o desenvolvimento de estudos sobre o tema, porque vemos que há uma carência de estudos mais específicos sobre essas questões de políticas públicas e violência contra mulheres com deficiência.

Pode passar, por favor.

Aí estão os meus contatos.

Eu agradeço a atenção de todos e estou aberta para discutir e aprofundar um pouco mais sobre esse tema, contando com a colaboração de todos e de todas para que possamos construir políticas mais efetivas para a proteção das mulheres com deficiência.

Obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Nós agradecemos à Drª Liliane.

E peço que estenda os nossos agradecimentos à Ministra Nilma. Eu quero dizer que é uma honra enorme por ter a nossa Ministra já participado também de algumas audiências que fizemos e dizer que esse assunto também nos remete à mulher. Sendo mulher, negra e com deficiência, ela sofre triplamente o preconceito e a discriminação. Portanto, é para nós motivo de um desafio enorme. Então, transmita, por favor, os nossos agradecimentos à nossa Ministra Nilma.

Eu queria passar a palavra, agora, à Drª Elisa Maria Correa Silva, Procuradora Federal junto ao Instituto Nacional de Seguro Social.

A SRª ELISA MARIA CORREA SILVA – Boa tarde a todos.

Quero aqui agradecer, em nome da nossa Presidente do INSS – que, por sinal, é uma mulher –, Drª Elise-te Iwai, e em nome também do Procurador Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, que é um grande apoiador e defensor de todas as ações que visam coibir a violência contra a mulher e de promoção da mulher também, Dr. Alessandro Stefanutto. Então, em nome dessas autoridades, eu quero agradecer à Ex^{ma} Srª Deputada Moema Gramacho, em nome de quem cumprimento todos os componentes da Mesa, os Parlamentares e os demais presentes.

Primeiro, eu quero me apresentar. Eu sou Elisa, sou Procuradora Federal há nove anos. Eu sempre atuei no INSS, então, tenho um certo carinho pela nossa autarquia. Atualmente, eu estou na direção central do órgão, onde já exerci diversas posições. Eu já trabalhei com benefícios e hoje estou trabalhando com patrimônio imobiliário. Nas duas posições, eu tive oportunidade de atuar nessa questão relativa à violência contra as mulheres, seja em relação aos benefícios – o INSS tem uma série de atividades, a Procuradoria também, vou relatar para vocês –, seja na questão do patrimônio.

Ano passado, nós participamos muito, junto com a Secretaria de Políticas para as Mulheres, das discussões para a implantação da Casa da Mulher Brasileira, tendo em vista que foram adquiridos alguns terrenos do INSS para essa implantação. Então, é uma discussão que venho acompanhando há um tempo.

Eu trouxe uma apresentação, mas vou pedir licença para não utilizá-la, porque eu fiz uma apresentação um pouco abrangente e, até pelo tempo e por outras autoridades já terem tocado no assunto, acho melhor resumir.

Foi-me pedido para falar do impacto que a violência contra mulher causaria, e aqui vou me restringir à Previdência. Não há na Previdência, infelizmente, uma diferenciação da mulher portadora de deficiência que sofre violência, porque a legislação previdenciária trabalha mais com o conceito de incapacidade para o trabalho, independentemente de serem portadoras de deficiência ou não. O INSS, por outro lado, também é responsável pela gestão, pelo pagamento dos benefícios assistenciais. Nesse caso, sim, faz diferença a pessoa portadora de deficiência, porque o benefício assistencial tem como requisito a pessoa ser portadora de deficiência. Quais são as diferenças entre os dois benefícios? No primeiro caso, que são os benefícios por incapacidade – auxílio-doença, aposentadoria por invalidez –, a pessoa tem de ser filiada à Previdência, tem de contribuir,

tem de trabalhar e tem que contribuir – como dona de casa, como contribuinte individual, de alguma forma. E o segundo tem requisitos em relação à renda.

Fora desse panorama, não há dados. Entretanto, eu acho que posso contribuir aqui falando para vocês de algumas iniciativas que o INSS tem tomado não direcionadas exatamente à mulher portadora de deficiência, mas que, de modo geral, acabam atuando dessa forma.

O INSS tem por objetivo pagar benefício para aqueles que precisam. Esses benefícios, de acordo com os princípios constitucionais, são custeados por toda a sociedade. E esses benefícios são pagos quando aquela pessoa que vai receber sofreu um risco que é denominado pela nossa legislação de risco social – o trabalhador ficou doente, o trabalhador está muito idoso – e não pode mais trabalhar. Estou focando mais no benefício previdenciário do que no assistencial. Enfim, ocorre que esse benefício é custeado por toda a sociedade.

Agora, imaginem quando esse risco é causado por alguém. Não foi uma doença, não foi um acidente. Alguém causou o risco. Alguém foi lá e cometeu uma violência que tornou essa mulher incapaz. Alguém dirigindo bêbado atingiu a pessoa, que sofreu um acidente de trânsito e ficou incapaz. Houve um caso recente aqui em Brasília de um ciclista que perdeu um dos braços por causa de acidente de trânsito. Pois bem. A legislação não estabelece nada expressamente a respeito. A legislação estabelece apenas em relação a acidente de trabalho, responsabilizando aquele empregador que não cumpre as normas regulamentares e, com isso, causa um dano ao trabalhador. Então, a legislação diz que, nesse caso, o INSS tem obrigação de buscar a reparação do dano, ou seja, de buscar que aquele empregador ressarça o INSS. Isso não quer dizer, porém, que o INSS não possa buscar o ressarcimento naqueles outros casos em que outras pessoas causaram danos – por exemplo, o motorista embriagado, o agressor que agrediu a mulher e causou sua incapacidade. E é o que o INSS tem feito com as chamadas ações regressivas. Então, o INSS, sem perder o seu objetivo, que é o de concessão de benefício, tem atuado de uma forma complementar na rede de proteção à mulher em duas frentes: com as ações regressivas e com as informações.

Quanto às informações, eu trouxe até um exemplar. Foi feita esta cartilha em parceria com o Instituto Maria da Penha, Secretaria de Políticas para as Mulheres. E o INSS se utiliza de toda a sua rede de atendimento para distribuir informações, prestar informações à mulher que vai requerer benefício.

Em relação às ações regressivas, nós temos tido êxito. Foram propostas poucas ações para verificar se haveria êxito judicial. Temos tido êxito. Houve uma improcedência – pasmem: foi a sentença que foi proferida pela primeira juíza –, mas nós recorremos e obtivemos provimento. A questão agora está pendente de julgamento no STJ. Inclusive, semana passada, houve uma sessão, e o julgamento ainda está em andamento. Temos tido votos favoráveis e acreditamos que a tese vá vingar.

Apesar de alguns defenderem que é necessário alteração legislativa, eu não vejo essa necessidade. Entretanto, eu dei uma olhada nos projetos de lei que estão tramitando aqui na nossa Casa legislativa e verifiquei que há muitos projetos que, apesar de não serem imprescindíveis, talvez auxiliem. Há projetos colocando a indenização como efeito da sentença penal condenatória, há projetos criando benefícios, há vários projetos que teriam um impacto sobre a Previdência Social.

Enfim, só para não correr o risco de ultrapassar o tempo, o que eu queria destacar é essa possibilidade que o INSS vem encampando, sem querer entrar na atribuição de outros órgãos, sem querer esgotar, mas oferecendo a sua capilaridade para os demais órgãos, oferecendo seu apoio. Maria da Penha sempre nos visita, sempre está presente nos nossos eventos, gravou informações sobre o Disque Denúncia, o Disque 180, que nós passamos na esfera do 135, que é o número que se liga para agendar benefícios. Então, é sempre essa busca de trabalho para informação da segurada. Houve capacitação de servidores, eventos para a sociedade. E há a questão das ações regressivas nessa tentativa mesmo de ressarcir a sociedade daquilo que ela gasta em razão do risco social que foi causado – eu digo aqui risco social no sentido técnico. Na verdade, legalmente, nós não podemos dizer dano que foi causado à mulher, independentemente da sua condição, da sua cor, da sua profissão e da violência que foi perpetrada.

Para finalizar, eu queria, se me permitem aqui, acrescentar à fala da Deputada Christiane e da Deputada Conceição uma observação que a Maria da Penha sempre coloca e que o Dr. Alessandro Stefanutto sempre gosta de repetir: a luta também é dos homens. Nós mulheres temos que estar empenhadas, mas a luta também é dos homens, porque ninguém nasce agressor.

Há até um vídeo que estava na minha apresentação, que decidi por não passar por causa do tempo, que deve ser conhecido de muita gente – e a apresentação vai ser disponibilizada. Trata-se de uns garotinhos italianos. No vídeo, mostram uma garotinha e falam: “Faça um carinho, faça uma careta”. E depois falam: “Dê um tapa nela”. E eles falam: “Não, não vou dar um tapa”. E o garotinho fala: “Porque eu sou homem”. Então, esse é o nosso recado.

Eu agradeço e estou à disposição. (Palmas.)

A SRª PRESIDENTE (Moema Gramacho. PT - BA) – Nós queríamos agradecer à Drª Elisa e parabenizá-los por esta cartilha *Quanto custa o machismo?* Isso é muito importante. Essa interrogação fica aí para que possamos fazer uma grande reflexão.

Eu queria registrar a presença aqui da nossa Deputada Flávia. Daqui a pouco, eu vou convidá-la para me substituir, porque vou também precisar me retirar agora. E, Drª Flávia, só há mais uma oradora, uma palestrante, que é a Drª Tracy Francis. Eu vou pedir que você venha me substituir e que possa dar sequência ao trabalho. Antes de sair, eu queria agradecer mais uma vez a todas as palestrantes e dizer que as falas das senhoras foram muito enriquecedoras para todas nós aqui.

Acho que, cada vez que passamos por uma audiência pública desta, saímos mais enriquecidas, mais fortes, mais empoderadas, com todas as informações que aqui são trazidas. E que essas informações sirvam para nossas reflexões e para que nós possamos, cada vez mais, continuar trabalhando para esta Comissão e todas as demais que tratam da questão da mulher nesta Casa e em outras casas legislativas possam contribuir, de fato, para a melhoria dessa condição e diminuir ao máximo ou acabar com a violência contra a mulher.

Eu não posso deixar, já que estamos aqui com mulheres e homens – são poucos, mas há alguns – que formam opinião, de também emitir a minha opinião em relação ao momento que estamos vivendo. Temos que aproveitar todas as oportunidades. Sei que muitos podem não pensar igual a mim, mas quero ter o direito de externar a minha posição.

Nós falamos aqui de violência contra a mulher. Nós não podemos deixar de levar em consideração o que tem sido feito para que possa haver uma sociedade mais justa, menos desigual e que cada vez mais combata a violência contra a mulher. Podíamos falar aqui da Lei Maria da Penha, que Lula sancionou, e da Lei do Femicídio, que Dilma sancionou. Podíamos falar aqui do Bolsa Família.

Eu estava no *ferry boat*, no fim de semana, quando eu encontrei uma mulher que dizia assim: “Eu sou contra o Bolsa Família, as mulheres estão parindo mais e não querem trabalhar por causa do Bolsa Família”. Vocês podem não acreditar, mas eu passei uma hora conversando com essa mulher, porque eu precisava colocar para reflexão dela o que significou o Bolsa Família no empoderamento das mulheres. E comecei dizendo a ela: não estou generalizando, mas, principalmente na camada mais carente, numa casa, o homem pega o dinheiro do próprio salário e gasta todo em cachaça. É diferente, pois a mulher que recebe o Bolsa Família usa o recurso para alimentação da família, usa o recurso para garantir a sobrevivência das suas famílias. As estatísticas estão comprovando que ninguém está parindo mais, como diz o termo vulgarmente falando, por conta do Bolsa Família. As mulheres não estão engravidando por conta do Bolsa Família. E as mulheres e os homens não deixam de trabalhar por conta do Bolsa Família; eles continuam fazendo bicos, se virando, porque é da índole das pessoas quererem mais. E o Bolsa Família é um complemento para garantir a sobrevivência. E mais que isso: é geração de economia local, é menos desemprego, porque é o dinheiro que movimenta a economia local naquele Município diminui o desemprego. E eu dizia assim para ela: uma mulher não pode ser contra o Bolsa Família, uma mulher que conhece a realidade da população brasileira não pode se colocar contra o Bolsa Família. Portanto, podíamos dizer aqui que o Bolsa Família é também o empoderamento das mulheres. As mulheres começaram a poder reagir mais em relação aos homens que as agredem. Porque antes uma das coisas que mais amarravam mulher ao homem, além da questão afetiva, era a dependência econômica. E as mulheres apanham, apanham, às vezes, chegam a morrer, porque não sabem o que fazer para cuidarem de seus filhos sem se separar daquele agressor. Então, Bolsa Família é empoderamento para as mulheres.

Além disso, podíamos falar aqui do acesso à universidade, que permitiu que mulheres negras, principalmente, pudessem ter acesso a universidades, seja por mais universidades públicas, seja pelas cotas para os negros e negras, seja pelo Fies, seja pelo Prouni. Podíamos falar aqui de uma série de outras políticas que ajudam nesse empoderamento das mulheres e que podem, com isso, ajudar também a diminuir a violência.

E queria também dar um outro detalhe que é importante, que é o Minha Casa, Minha Vida, pois as prioridades são idosos e acessibilidade para pessoas com deficiência. Quando fui prefeita, entreguei 5 mil unidades do Minha Casa, Minha Vida em nosso Município e priorizei todos os andares térreos para as pessoas portadoras de deficiência, por conta de uma política que foi desenvolvida para garantir que os deficientes tivessem mais acesso. E muitas mulheres se libertaram do agressor, porque tiveram uma casa para morar a partir do Minha Casa, Minha Vida.

Gente, por tudo isso, eu queria pedir aqui uma reflexão. Nós não podemos apoiar um golpe que está se perpetrando contra a mulher, a primeira mulher Presidenta eleita e reeleita no Brasil para presidir a República do Brasil. Se tivesse algo que pesasse sobre a sua conduta, que, de fato, tivesse desabonando o seu perfil como gestora, como mulher, como pessoa pública, aí sim. Nós não vamos compactuar com crimes. Agora, não há nada que desabone a sua conduta. É um golpe que se perpetra contra a Presidente da República e contra a democracia. E eu estou fazendo esse alerta. Desculpem-me os que não concordam com a minha posição, mas

eu não posso me furtar a emitir a minha opinião com mulheres aqui que são formadoras de opinião e que, com certeza, podem fazer essa reflexão junto conosco. Eu quero dizer que a democracia é feminina e que nós precisamos defender a democracia. Não ao golpe. (*Palmas.*)

Chegou aqui a nossa Senadora Fátima Bezerra, mas eu queria convidar a nossa Deputada Flávia para assumir a Presidência em nosso lugar, agradecendo, também, a presença de todos aqui. Se a Senadora Fátima, depois, quiser revezar com a Deputada Flávia, fica à disposição.

Mais uma vez, obrigada a todos.

A SRª PRESIDENTE (Flávia Moraes. PDT - GO) – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.

Eu queria agradecer a participação de todas as expositoras, que vêm engrandecer esta pauta feminina que é muito importante para o nosso Parlamento.

Cumprimento a Senadora Fátima que está aqui – se, a qualquer momento, quiser presidir, é só sinalizar, Senadora – e a nossa Deputada Moema, que agora vai para os seus compromissos. Todos sabem que a Casa é muito corrida durante a semana, são várias agendas ao mesmo tempo. Por isso, nós nos dividimos para que possamos manter as nossas discussões e os nossos debates em relação à questão da violência contra a mulher.

Eu queria dizer que a nossa preocupação é muito grande. Nós acreditamos que o aumento da violência contra a mulher é diretamente proporcional à independência da mulher de hoje: quanto mais independente ela é, mais existe a intenção de controlar. Aqueles que são controladores querem controlar e se sentem mais inseguros. E aí aumenta esse índice de violência. Então, é um trabalho a longo prazo. Nós temos que fazer uma mudança cultural em relação a esse sentimento de dominância que existe ainda entre os homens em relação às mulheres. É uma coisa que a mãe tem que ensinar para o filho e a avó para o neto para que ele já cresça em condições de igualdade, de responsabilidades iguais, de espaços iguais. Muitas vezes, ele cresce pensando diferente e, quando ele não tem o controle, passa a se tornar uma pessoa violenta.

Eu queria, aqui, passar a palavra para a próxima expositora, que é a última expositora – depois, nós abriremos para alguma colocação final. Então, agora, com a palavra, Tracy Francis, pesquisadora e consultora do McKinsey Global Institute.

A SRª TRACY FRANCIS – Obrigada, Deputada.

Boa tarde a todos, boa tarde para todas as palestrantes.

Estou muito feliz de estar aqui, nós somos muito interessados neste tema.

A McKinsey é uma consultoria global, que tem uma divisão que se chama McKinsey Global Institute, que é um *think tank*, uma parte da organização que pesquisa sobre tendências. E o nosso interesse é, principalmente, na questão de como tendências sociais influenciam o que acontece na economia.

Faz uma década que estamos bastante focados na questão de mulheres e acabamos de lançar uma pesquisa, nossa última pesquisa, que foca na questão de paridade entre os gêneros, em que queríamos quantificar quanto seria o impacto na economia global se houvesse paridade entre homem e mulher, igualdade, e também entender quais são as condições que têm que existir na sociedade para chegar a essa paridade. Então, dentro dessa questão, abordamos a questão de violência.

Eu vou mostrar os dados, que eu acho que servem como pano de fundo para o que esta Comissão está tentando fazer, que é, de alguma forma, entender o impacto da violência doméstica, os impactos econômicos desse fenômeno.

Pode passar a página, por favor.

Não vou passar muito tempo nesta página, mas é só para dizer que uma das razões por que queríamos fazer essa pesquisa é a questão da falta de dados. Muito foi falado hoje sobre a falta de dados sobre violência doméstica, e isso é a verdade quando se olha para todas as questões que têm a ver com a igualdade dos gêneros. Apesar de nosso relacionamento com a ONU, apesar de nosso relacionamento com vários governos, não conseguimos achar as bases de dados que entendessem a questão do impacto da igualdade na economia. Por isso, fizemos a pesquisa.

O que a gente mostra nessa página é que o impacto para a economia global, se houvesse igualdade dos gêneros, seria por volta de US\$28 trilhões. Se fôssemos um pouquinho mais conservadores e só olhássemos para qual seria o resultado, olhando os países pelo melhor desempenho dentro da região, o impacto seria de US\$12 trilhões, o que obviamente é um número extremamente grande.

Pode passar para a próxima página.

Quando olhamos para o Brasil e fizemos o mesmo exercício, o que vimos? Se houvesse paridade mesmo no setor econômico, haveria um impacto de US\$850 bilhões. E, de novo, se fôssemos para um cenário que é mais factível, dentro do período de dez anos, que seria só chegar ao melhor desempenho de países dentro da América Latina, estaríamos falando em US\$400 bilhões. Para contextualizar esses números – esses números são muito grandes, é difícil entender o que quer dizer US\$410 bilhões –, isso seria agregar ao nosso PIB o

Nordeste inteiro. Então, neste momento em que se fala muito sobre PIB, como fazer o PIB voltar a crescer etc., acreditamos que uma mudança do PIB do tamanho da Região Nordeste é bastante significativa.

Pode passar.

Aí queríamos entender de onde vem essa mudança. E o que vimos é que 50% de nossa população é mulher, 55% dos estudantes universitários são mulheres, só que 44% da força de trabalho é mulher e 35% de nosso PIB são gerados por mulheres. Então, vivemos numa situação na qual há igualdade na população, somos mais representadas nas faculdades, porém, geramos um terço da economia. E a diferença aqui vem de três fatores. A primeira questão realmente é a questão de participação na força de trabalho. Participamos menos por questões de dupla jornada, por questões várias; mas o fato é que a maior diferença é que participamos muito menos na força de trabalho. Quando participamos, trabalhamos menos horas e trabalhamos em setores que são menos produtivos. Então, esses são os três fatores que criam essa diferença.

Com esse impacto econômico em mente, queríamos entender o que seria necessário, em sociedades, para permitir às mulheres participarem de uma forma igual. Obviamente, há todas as questões de infraestrutura etc., mas, de novo, queríamos ir a fundo e entender como é a experiência em vários países e quais são os fatores que causam isso. Então, criamos uma forma de medir isso, ao criar o que chamamos de *gender parity score*, a paridade entre os gêneros, essa métrica. E aí o que se vê aqui é que o número um quer dizer igualdade, o número zero quer dizer desigualdade total. E a primeira coisa que percebemos é que não há – o verde seria a questão da igualdade – nada nem parecido com o verde nesta página. Quando olhamos para o mundo inteiro, ou vemos desigualdade alta ou vemos desigualdade extremamente alta. O Brasil, quando se compara com a região, está no mesmo nível que a América Latina, que é uma alta desigualdade, e está melhor do que vários países do Oriente Médio e da Ásia, porém atrás de países como os da América do Norte, da Oceania, a Nova Zelândia etc.

Queríamos decompor essa métrica e entender o que contribuiu para a igualdade.

Pode ir para a próxima página.

Olhamos para 15 métricas. E, como falei, esses dados não existem num único lugar. Foi uma coleção de dados de várias fontes, de vários convênios, de várias ONGs do mundo inteiro para se tentar entender. O que é mais importante aqui é que nenhum país que consegue ter uma igualdade razoavelmente positiva na questão de participação econômica tem uma taxa que seja ruim no lado social. Então, pela primeira vez, há dados que mostram que, se a parte social não funciona, a parte econômica não vai funcionar.

E, dentro dessa parte de igualdade de gênero na sociedade, olhamos três tipos de indicadores: a questão de serviços essenciais; a questão de proteção legal e expressão política; e a questão de segurança física e autonomia. Isso contém, por exemplo, um indicador que é a violência contra mulheres, no qual vimos que o Brasil, de novo, tem um nível alto de desigualdade. Nós não somos os piores, mas estamos longe de ser verdes aqui. Então, aqui há uma taxa de 31% de mulheres que reportaram ter sofrido violência íntima durante a vida.

O que isso mostra de novo? Essa questão de violência, a questão que esta Comissão aborda, está intimamente ligada com a questão de como a mulher consegue participar na economia e, portanto, com a forma como nossas economias conseguem crescer.

Mapeamos várias intervenções que são possíveis, olhando para essas métricas, inclusive para a violência doméstica. A questão da Lei Maria da Penha foi um dos exemplos que mapeamos e compartilhamos com outros países do mundo, até para eles se inspirarem um pouco. Na próxima página, basicamente, há o resumo de quais são os seis pilares que teriam que acontecer para conseguir mudar o que foi mostrado antes e, de fato, conseguir fazer nossas economias crescerem, com a participação de mais mulheres.

E o que percebemos aqui, obviamente, é o que vocês estão fazendo aqui: é o conjunto do Governo, que tem que atuar, de ONGs, que conseguem e precisam atuar, e também do setor privado, porque sem eles também nada vai acontecer, não vai haver confluência de todos os setores de todas as partes do nosso País.

Então, há seis pilares importantes: incentivos e apoio financeiro; capacitação...

(*Soa a campanha.*)

A SRª TRACY FRANCIS – ... na educação das mulheres; tecnologia e infraestrutura –será que se está oferecendo para as mulheres tudo o que elas precisam, como transporte seguro, creches e asilos? –; defesa e atitude exemplares – como fazer para educar nossa sociedade inteira, nossas mulheres e homens também, sobre como se comportar –; geração de oportunidades econômicas, olhando para a forma como o nosso local de trabalho funciona; e, finalmente, leis, políticas e regulamentos para proteger nossas mulheres.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Flávia Morais. PDT - GO) – Obrigada, Srª Tracy Francis.

Passo a palavra agora à Senadora Fátima para que possa fazer suas colocações.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Deputada Flávia, que ora preside a Comissão e é membro desta Comissão, com quem tive também a alegria de compartilhar muitas lutas, entre elas exatamente a luta que diz respeito à agenda da igualdade de gênero – eu falo isso, porque fui sua colega na Câmara dos Deputados –, eu quero saudar aqui as nossas convidadas: Tracy, que acabou de falar; Vera Lúcia, Coordenadora-Geral de Saúde da Pessoa com Deficiência do Ministério da Saúde; Liliane, Coordenadora de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Secretaria Especial do Ministério da Cidadania – agora, Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos; e Elisa, Procuradora Federal junto ao Instituto Nacional.

Primeiro, de forma breve, eu quero dizer da importância, claro, de fazermos o debate hoje, tendo como foco exatamente a situação das mulheres vítimas de violência doméstica, especialmente aquelas com deficiência – é evidente que a violência doméstica afeta duramente as mulheres como um todo, e, para as mulheres com deficiência, deve haver um olhar mais especial ainda –, e o relacionamento que isso tem do ponto de vista do impacto social e do impacto financeiro.

Deputada Flávia, é a nossa Comissão Permanente cumprindo exatamente o nosso papel no que diz respeito ao tema do combate à violência contra a mulher, que não é um tema de hoje. É um tema recorrente que está sempre a merecer a devida atenção de todos os setores da sociedade civil, do Poder Público em geral, inclusive do Congresso Nacional. Daí a iniciativa de retomar esse tema do combate à violência contra a mulher através de várias iniciativas. E uma delas é exatamente a Comissão Permanente.

Eu quero aproveitar a ocasião, Deputada Flávia, para fazer um registro aqui na nossa Comissão, porque, agora, já no finalzinho de novembro, nós realizamos uma audiência pública desta Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher em Natal, que é a capital do nosso Estado. Eu quero dizer para vocês que foi muito importante, pelo grau de envolvimento e pelo grau de participação que houve. Foi uma audiência muito representativa. Lá, nós tivemos a presença não só das deputadas estaduais, como a Deputada Márcia Maia, da Assembleia Legislativa do meu Estado, de vereadoras, como a Vereadora Júlia Arruda, da capital, bem como de vereadores de outros Municípios e da Secretária Estadual de Políticas Públicas para as Mulheres, Teresa Freire, que foi muito parceira na realização dessa audiência pública. Também estavam presentes a Secretária de Políticas para as Mulheres de Natal, Aparecida França; representantes da Marcha Mundial de Mulheres; representantes do Fórum Estadual de Mulheres; representantes do movimento estudantil, representantes da igreja, representantes da segurança pública. Foi uma audiência com um grau de participação muito bom. E foi uma audiência em que, mais uma vez, atualizamos o mapa da violência não só no Brasil, mas no Rio Grande do Norte. E, infelizmente, Rio Grande do Norte, Natal, não foge à regra do cenário nacional. Para se ter uma ideia, o aumento da violência lá no meu Estado, nesta última década, foi da ordem de 178,1%. Esse é o cenário vivido pelas mulheres potiguaras. Em 10 anos, 178,1%. Daí por que nós termos colocado lá na audiência pública o quanto é necessário avançar no que diz respeito a mais iniciativas, a mais medidas de promoção e defesa dos interesses das mulheres.

Essas estatísticas não são apenas para servir de constatação e não podem levar a sociedade a chegar a um estágio de banalização, como se fosse tão grave esse quadro da violência doméstica contra as mulheres que está se tornando uma coisa banal o retrato das mulheres espancadas pelo País afora, que, infelizmente não é um problema apenas local, mas também mundial.

É claro que conquistas que tivemos, como a própria Lei Maria da Penha e o uso do telefone, contribuíram para que as denúncias venham à tona, sem deixarmos aqui de considerar a subnotificação. Imaginem que, se não houvesse a subnotificação, esses índices seriam bem maiores ainda.

Tracy, na ocasião, em que estava presente o Vereador Hugo Manso, eu disse que este é o momento de nos perguntarmos como andam as iniciativas no âmbito do Poder Público, no âmbito do Governo Federal, no âmbito dos governos estaduais e no âmbito dos governos municipais. Como estão? Essas secretarias de mulheres existem mesmo, de fato, ou só são mais propaganda? Qual a estrutura que essas secretarias dispõem para levar a efeito as políticas públicas direcionadas para esse tema? Qual o orçamento que é destinado? Como é o envolvimento da própria sociedade e o envolvimento do próprio Parlamento?

Na audiência pública de Natal, eu achei interessante o que colocou a Deputada Estadual Márcia Maia. Ela deu conhecimento – e eu, inclusive, Deputada Flávia, estou apresentando no âmbito do Congresso Nacional – de que ela aprovou um projeto de lei onde é proposto que haja um percentual mínimo a ser reservado no que diz respeito à questão do emprego para as mulheres vítimas da violência doméstica. Essa é uma afirmativa interessante, seja pela via do concurso ou por outras vias. Então, se elas fizeram o concurso, por que as mulheres que são vítimas da violência doméstica não podem ter uma medida protetiva? É oportuna. É legal. É adequado esse tipo de iniciativa.

Eu quero fazer constar nos Anais da nossa Comissão que, como integrante desta Comissão, estou cumprindo o meu papel. Eu já levei a Comissão ao Rio Grande do Norte, para ouvir a sociedade e para dialogar e cobrar do Poder Público, inserindo o meu Estado dentro desse tema da violência doméstica, que é um tema que aflige muito o nosso País. Fizemos oitivas no dia anterior, Deputada Flávia, com os casos de violência já constatados, casos gravíssimos de violência contra as mulheres, seja contra adolescentes, seja contra as pessoas adultas. E de lá saímos com um relatório atualizado sobre o mapa da violência contra as mulheres no Rio Grande do Norte e, ao mesmo tempo, elencamos mais uma vez uma série de propostas, uma série de encaminhamentos, uma série de reivindicações a serem encaminhados aos diversos órgãos competentes para que venham na direção de combate à violência doméstica por meio de uma rede de proteção e de promoção de defesa dos interesses das mulheres.

Por fim, eu quero também dar conhecimento às nossas convidadas e aos que estão nos escutando que, há 15 dias, a convite da ONU Mulheres, eu estive no Nepal, mais precisamente em Katmandu. Eu fui a única aqui representando o Congresso Nacional e, na verdade, o Brasil. Eu quero dizer a vocês que foi muito proveitoso o encontro. Foram três dias de um encontro muito intenso, com agenda muito puxada, mas foi muito bom. Havia lá cerca de 55 países. Havia, portanto, representação de todos os continentes do mundo, de todas as regiões. Qual era o tema do encontro lá que a ONU Mulheres promoveu, em parceria com outras entidades? O tema era a avaliação das políticas públicas, ou seja, a ONU e essas entidades estão dando a sua contribuição, inclusive no âmbito do Parlamento, para que o Parlamento se volte também para o tema da avaliação das políticas públicas. Não basta aprovar ou haver a política pública. E qual é o monitoramento que há sobre ela? Qual é a avaliação que está havendo sobre essa política pública, para que haja dados concretos de qual é o alcance dessa política? Ela precisa ser corrigida? Não precisa? Ela está dando certo ou não está dando certo? Afinal de contas, isso é recurso público. Então, foi muito interessante. De lá, foi criado um fórum de Parlamentares, com o tema da questão da avaliação das políticas públicas.

E esse tema, diga-se de passagem, tem que ser ancorado principalmente na questão de gênero. Eu achei isso muito interessante. Na hora em que formos avaliar as políticas públicas, temos que olhar a questão da inclusão das mulheres, como é que essas mulheres estão no contexto daquela determinada política pública.

Eu, inclusive, dei lá o exemplo do Bolsa Família. E eu dei o exemplo do Bolsa Família, primeiro, pelo êxito que é o programa Bolsa Família do ponto de vista do caráter social que ele tem – e é um êxito mesmo, do ponto de vista, inclusive, de implementação. As pessoas, às vezes, duvidam que o Bolsa Família tenha acompanhamento. Ele tem, e, inclusive, quem faz são as universidades brasileiras. São as universidades brasileiras que fazem o acompanhamento do Bolsa Família – e isso tem que ser feito. O Bolsa Família já chegou a um estágio muito importante, que é o chamado busca ativa. Não é só construir uma política e esperar que o pessoal venha. Não, aquela política tem que ir atrás, tem que identificar e ir em busca exatamente dessas pessoas, porque a política foi criada para isso. Então, eu dei o exemplo lá da questão do Bolsa Família. E disse que o Bolsa Família, por exemplo, tem também, dentro do seu conteúdo, dentro da sua concepção, um olhar voltado para a questão de gênero, para a questão exatamente das mulheres. Também eu dei outro exemplo lá que foi o Plano Nacional de Educação, inclusive suas metas que têm um impacto muito direto na vida das mulheres, que são as metas, por exemplo, das creches, da educação em tempo integral etc.

Enfim, o fórum com o tema avaliação das políticas públicas teve como recomendação olhar a questão da inclusão de gênero, depois a questão da educação e a questão do desenvolvimento sustentável. Nós já terminamos a agenda dos Objetivos do Milênio e, agora, nós estamos na agenda dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Então, foi muito boa a troca de experiências. E o melhor: foi formado esse fórum. Eu quero, inclusive, contar com a participação da sociedade civil, das entidades, dos movimentos de mulheres, do Ministério Público. Nós vamos formar esse fórum de Parlamentares – eu fiquei com a tarefa de formar, Flávia, o fórum aqui no Congresso Nacional – para que esse fórum dialogue exatamente com a sociedade civil e com o Poder Executivo.

A ONU veio me consultar sobre a possibilidade de, daqui a dois anos, o próximo fórum ser aqui no Brasil. E eu disse que víamos a proposta com bastante simpatia.

É isso, Deputada Flávia.

Eu quero agradecer aqui a participação também aqui das nossas convidadas. Sabemos do zelo e da dedicação com que elas têm tratado esse tema da violência doméstica contra as mulheres, se dedicando a ele.

A SRª PRESIDENTE (Flávia Moraes. PDT - GO) – Obrigada, Senadora. Nós é que agradecemos a sua participação tão importante. Sabemos da importância do seu trabalho como uma Parlamentar reconhecidamente guerreira, principalmente, pela educação, e sabemos da importância da educação no processo do enfrentamento da violência contra as mulheres. Há essa interligação entre essa luta contra a violência contra a mulher

e o seu mandato, que representa e, efetivamente, atua fortemente nas políticas de educação. Sabemos da importância do seu mandato.

Hoje, em tudo que vamos votar com relação à grade curricular e à educação, temos enfrentado a questão de alguns grupos de políticos, pois, quando se trata de gênero, logo somos boicotadas e impedidas, por causa de alguns grupos que não querem aceitar esse termo nos nossos projetos atuais. Contudo, nós precisamos lutar, vencer e superar isso, para que possamos avançar. Eu falo que, nessa geração, ainda temos que tratar o agressor e que lutar, mas que, nas próximas gerações, temos que trabalhar para que os jovens, as crianças – nossos filhos – não sejam agressores. Que eles possam crescer tendo uma visão diferente de mundo, uma visão diferente da relação homem/mulher.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Deputada Flávia, quero também dizer que lá aproveitei para dizer da nossa apreensão – não é só desconforto – e revolta com o contexto, no País, no âmbito do Congresso Nacional, no que diz respeito à ofensiva de uma agenda conservadora em debate, com consequências muito diretas com relação à luta das mulheres. Eu citei lá, claramente, a questão do Estatuto da Família. Eu citei a questão da redução da maioridade penal. Eu citei, por exemplo, esse último embate que foi o Projeto de Lei nº 59/2015, de autoria do atual Presidente da Câmara, que quer revogar aquilo que a lei já estabelece: a garantia de atendimento às mulheres em situação de vulnerabilidade, de violência, nos casos de estupro. O projeto do Presidente da Câmara visa o quê? Revogar tudo isso que está previsto em lei. Esse é um ato brutal do ponto de vista da vida das mulheres, é um ato de criminalização mesmo no que diz respeito aos direitos das mulheres. Eu também fiz esse retrato lá, dizendo o quanto nós, bravamente, aqui estávamos resistindo, do quanto estávamos lutando.

Eu aproveito para dizer também, neste momento, da nossa indignação ao ver um Presidente da Câmara dos Deputados na situação em que se encontra, respondendo por acusações gravíssimas de ocultação de bens, de lavagem de dinheiro, de desvio de recursos para o exterior, tanto é que está respondendo a processo disciplinar no Conselho de Ética da Câmara. As denúncias contra ele que vêm da Procuradoria Geral da República são muito graves. Que lamentável ver este homem se atrever a autorizar o pedido de *impeachment* contra uma Presidenta – inclusive, é uma mulher – sobre quem não paira absolutamente nada, do ponto de vista da sua conduta pessoal! Eu disse, agora há pouco, na tribuna do Senado, que ninguém está aqui questionando o instrumento do *impeachment*. Não. O *impeachment* está nesta Constituição e estava nas Constituições anteriores. Pedidos de *impeachment* até já foram feitos em outras ocasiões. Não estamos questionando isso. O que nós estamos questionando é pedido de *impeachment* sem embasamento legal, sem embasamento jurídico! É isso o que nós estamos questionando, porque é disso que se trata o pedido de *impeachment* da Presidenta Dilma. É por isso que nós estamos dizendo que é golpe. É golpe por quê? Porque não há embasamento legal, não há embasamento jurídico absolutamente nenhum, de maneira nenhuma. Então, todo mundo sabe: é um homem que age movido por vingança, que tomou aquela decisão exatamente no dia em que, por exemplo, meu Partido se negou a livrar a cara dele no Conselho de Ética. Ora, que ele vá ao Conselho de Ética e se defenda.

Ainda ontem, o vimos patrocinar mais outro movimento grotesco, quando atropelou o Regimento da Câmara dos Deputados e não aceitou os procedimentos que os Líderes haviam pactuado, inclusive com ele. Não foi isso, Deputada Flávia?

A SRª PRESIDENTE (Flávia Moraes. PDT - GO) – É. Inclusive, hoje vai haver eleição para escolher a chapa dos membros da comissão do *impeachment*.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pois é.

É um escárnio o que esse homem está fazendo. É de se perguntar o que é que a Justiça também vai fazer, porque isso tem que ter um limite. E nós só podemos lamentar que, infelizmente, setores da oposição, no jogo do vale-tudo, obcecados pela ideia do poder pelo poder, se prestem a se aliar a um homem como o Sr. Eduardo Cunha, para promover os ataques que estão promovendo.

Eu tenho muita esperança de que isso não prosperará. Não é possível que, depois de 50 anos, em plena democracia, nossa geração vá viver um momento de ruptura democrática. Então, a sociedade está reagindo – inclusive, a mulherada, se Deus quiser.

A SRª PRESIDENTE (Flávia Moraes. PDT - GO) – Obrigada, Senadora.

Nós vamos encerrar. Antes, eu queria registrar duas perguntas que chegaram pela web, que nós não vamos responder agora. Peço às expositoras que respondam depois, via web, até porque nós vamos ter que concluir esta reunião. A primeira pergunta: “Vocês conhecem o aplicativo Ipenha?” Essa pergunta é da Paula Bento. A assessoria vai assegurar que vocês deem a resposta. A outra pergunta é para a Elisa Silva: “Quais os dados de mulheres que ficaram deficientes e que ganharam a ação regressiva no INSS?” Se for possível, Elisa, depois, você pega o contato e responde, também por e-mail.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu proponho a aprovação das atas desta reunião e da reunião anterior.

As Sras Deputadas, os Srs. Deputados, os Senadores e as Senadoras que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As Atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião. Agradeço a presença de todos.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.)

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE DEBATER A CRISE HÍDRICA NA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 14H30MIN, NO PLENÁRIO Nº 19, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia quatro de novembro de dois mil e quinze, no Plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Otto Alencar, Roberto Rocha, Flexa Ribeiro, Douglas Cintra, e dos Deputados Eros Biondini, Carlos Henrique Gaguim, Sergio Souza, Jony Marcos, Rômulo Gouveia, Angelim, Leônidas Cristino, Alessandro Molon, Jaime Martins, Leonardo Monteiro, Ricardo Tripoli, Sarney Filho, Antonio Carlos Mendes Thame. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, Senador Antonio Carlos Valadares. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de debater a crise hídrica na região do Vale do São Francisco. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Luis Napoleão - Diretor da Área de Irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF); José Ailton de Lima - Diretor de Operação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf); e Vicente Andreu Guillo - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA). Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Otto Alencar, Deputado Leonardo Monteiro, Senador Antonio Carlos Valadares, Deputado Sarney Filho, Deputado Angelim, e Deputado Leônidas Cristino. O Presidente apresenta o Requerimento nº 18/2015, extrapauta, de sua autoria, para realização de audiência pública com o intuito de monitorar as “Soluções emergenciais destinadas a evitar o iminente colapso hídrico na região do Vale do São Francisco”, com a participação da Sra. Marilene Ramos, Presidente do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), do Sr. Hermes Chipp, Diretor-Geral Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), do Sr. Vicente Andreu Guillo, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), do Sr. José Carlos de Miranda Farias, Diretor-Presidente da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) e do Sr. Felipe Mendes de Oliveira, Presidente da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF); e o Requerimento nº 19/2015, extrapauta, de sua autoria, para que seja encaminhado à Agência Nacional de Águas (ANA) e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), documento desta Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, declarando apoio à redução da vazão da Barragem de Sobradinho, no Vale do São Francisco, como medida de preservação dos perímetros irrigados da região. Em discussão e votação os Requerimentos. Aprovados. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e quinze minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater soluções emergenciais com objetivo de evitar o eminente colapso hídrico na região do Vale do São Francisco.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários e/ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211 – repetindo: 0800-612211.

Temos a alegria de poder receber, nesta audiência pública, os representantes da Codevasf, da Chesf e o nosso amigo Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas, Dr. Vicente Andreu Guillo.

Queria convidar, para tomar assento à mesa, o Diretor da área de irrigação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, Dr. Luis Napoleão.

Na sequência, queria convidar também o nosso amigo Diretor de Operação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Dr. José Ailton de Lima.

E convidar o Diretor Presidente da ANA, Dr. Vicente Andreu.

Vamos conceder, inicialmente, a palavra ao Dr. Luis Napoleão. Na sequência, ao Dr. José Ailton; e faremos o fecho dessa audiência com as palavras do Dr. Vicente.

Na última audiência que realizamos sobre esse tema, saímos com uma expectativa, embora o quadro hidrológico seja muito crítico, sobretudo a afluição que Três Marias está recebendo pelo atraso nas chuvas nas cabeceiras do Rio São Francisco, pelo nível crítico de armazenagem de volume de água na Barragem de Sobradinho, de que, feito um apelo, um chamamento à Codevasf, esta pudesse tomar todas as providências possíveis no sentido de antecipar as obras emergenciais que já está conduzindo desde o mês de setembro.

Naquela oportunidade, tanto o Secretário Nacional de Irrigação, representando o Ministro da Integração Nacional, Gilberto Occhi, quanto o Dr. Napoleão, adiantavam algumas medidas que a Codevasf estava adotando para abreviar os prazos contratuais que foram celebrados com os fornecedores, e havia, portanto, a expectativa de que pudesse haver alguma antecipação. A primeira expectativa é de que as obras pudessem estar concluídas até meados de dezembro.

Hoje, queremos ouvir a palavra da Codevasf para saber como se encontra o ritmo das obras em relação à captação de água para o projeto Senador Nilo Coelho, mas, em relação aos outros flutuantes, a Codevasf está realizando também ações emergenciais em outros perímetros irrigados e, nesta oportunidade, gostaríamos de ter uma informação mais precisa sobre a possibilidade da antecipação dos prazos contratuais.

Na sequência, vamos ouvir o Dr. José Ailton de Lima. Ontem, falei com o Presidente da Chesf, Dr. Miranda, e falei também com o Dr. Hermes, o nosso Presidente da ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, e, para a minha alegria, ele disse da impossibilidade de poder comparecer a essa audiência, porque está em reunião de monitoramento do setor elétrico nacional, que é presidido pelo Ministro de Minas e Energia, e, portanto, estaria acompanhado da sua diretoria e não poderia estar presente nem enviar um representante à altura, mas que a informação que poderia dar é de que, fruto da última reunião de monitoramento, conduzida pela Casa Civil da Presidência da República, a ONS já tinha tomado a decisão de formalizar, junto à ANA, a solicitação para que a Chesf pudesse iniciar as providências necessárias à redução da vazão de Sobradinho de 900 para 800 metros cúbicos por segundo.

De forma muito atenciosa, ele me encaminhou a carta dirigida ao Dr. Vicente Andreu, em que diz que a atitude que a ONS poderia tomar era a formalização dessa solicitação para que pudesse já iniciar, tanto no âmbito da ANA quanto no âmbito do Ibama, os estudos, as recomendações necessárias para que essa operação de redução de vazão pudesse ser adotada sem gerar consequências ou problemas, sobretudo para os Municípios à jusante de Sobradinho, sobretudo junto à Compesa, junto à Embasa, junto à Casal, junto à Empresa de Saneamento de Sergipe, para que pudessem adotar as providências necessárias para se adaptarem a essas circunstâncias.

O Dr. José Ailton vai dar uma palavra sobre as reuniões que já manteve hoje de manhã, no Ibama, na ANA, e deverá trazer, portanto, informações sobre essa possibilidade de quando essa vazão poderá ser reduzida.

É evidente que a vazão será reduzida na medida da necessidade de atender essa coincidência do prazo de execução da obra, com o prazo do atingimento do nível crítico de captação de água no lago de Sobradinho.

E, finalmente, o nosso Presidente da ANA vai trazer uma apreciação de caráter mais geral, falando dessa dramaticidade que estamos vivenciando, essa criticidade, tendo que conciliar os interesses de múltiplos beneficiários, não só os produtores das áreas irrigadas, mas também os sistemas de abastecimento de água, os sistemas de saneamento, os desdobramentos disso, do ponto de vista dos impactos ambientais, e, evidentemente, contando com a decisiva colaboração da ANA para que, se caso necessário, se confirme a necessidade de reduzir a vazão, que possamos fazer isso em tempo e a hora de evitar prejuízos econômicos, financeiros, sociais.

Ressalto que se trata de uma região que emprega muita gente nas áreas irrigadas. E repito aqui estatísticas que já foram divulgadas, difundidas: só no Projeto Senador Nilo Coelho são mais de 23 mil hectares irrigados, mais de 60 mil empregos indiretos, em uma região que detém uma produção expressiva de uva, de manga, que está em plena safra e que todos sabem das consequências desastrosas se a irrigação vier a ser interrompida ainda que por um dia, por dois dias, porque essas plantas não sustentam um estresse hídrico muito prolongado, e um hectare de uva, para ser implantado, custa em torno de R\$80 mil a R\$90 mil; o hectare de manga em torno de R\$30 a R\$35 mil. Portanto, com 23 mil hectares, estamos falando de cifras bilionárias do ponto de vista dos pomares que estão formados nesse que é o mais importante projeto de irrigação do Nordeste.

Feitas essas considerações preliminares, quero, portanto, oferecer a palavra inicialmente ao diretor da Codevasf, Dr. Luís Napoleão.

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO – Boa tarde a todos e a todas.

Senador Fernando Bezerra...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu queria, Napoleão, se você me permite, registrar a presença do nosso Relator, Deputado Sérgio Souza, que tem sido muito presente aqui nas nossas

audiências e que, hoje, está acompanhando também, com muito interesse, essa questão do colapso no abastecimento de água na região do Submédio São Francisco.

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO – Senador Fernando Bezerra, quero dizer que é uma honra a Codevasf estar aqui prestando contas à sociedade brasileira, mais precisamente à sociedade que está envolvida na região da Bacia do São Francisco e do Parnaíba.

Dr. José Ailton, parceiro também da Codevasf da região, em seu nome, quero saudar a todos da Chesf; Dr. Vicente, um grande amigo e com quem há muito tempo tenho discutido sobre o São Francisco e, agora deparamos com um problema que vem se agravando, mas o mais importante é que estamos aqui unindo forças e vamos vencer mais essa situação.

Deputado Sérgio Souza, em seu nome, quero saudar a todos os Parlamentares aqui presentes, e informar que a angústia, a preocupação, o desafio são muito grandes, mas já começar dizendo, Senador, para a sociedade, que o momento é de preocupação, mas que continuem confiando no trabalho de todas as empresas e todos os órgãos que estão envolvidos, porque todos estão trabalhando 24 horas para que não possamos chegar ao extremo, ou seja, o extremo de que falamos era ter a produção agrícola e o fornecimento de água para consumo humano interrompidos.

Gostaria de já entrar em alguns eslaides para que os senhores possam ter uma visão...

O anterior, por favor.

Esse é o Nilo Coelho numa situação anterior às intervenções que vamos apresentar aqui na frente.

Esse eslaide à direita é da captação do Nilo Coelho. Vejam como o rio secou, baixou; e, à esquerda, isso que se observa aí era totalmente coberto por água.

O próximo, por favor.

Os recursos foram passados pela Sedec/MI, os processos licitatórios foram concluídos, já estamos no processo de entrega de tudo isso que foi realizado. Temos atividades como desassoreamento, ensecadeiras, aquisição de flutuantes, a construção de canal de adução – esse está existindo só no Nilo Coelho – e as bombas complementares.

O próximo, por favor.

Do Nilo Coelho, pela grandiosidade da obra, estão sendo mostradas as fotos porque é a maior intervenção, em termos de obra física e de investimento. O Governo Federal aportou R\$38,3 milhões para esta ação, que nós chamamos de projetos flutuantes, dos quais R\$26 milhões estão sendo investidos no Nilo Coelho, mas, afora esses R\$26 milhões do Governo Federal, existe um aporte assegurado pelo Governo estadual de Pernambuco de mais dois conjuntos de motobombas – algo em torno de R\$4 milhões –, e mais R\$2 milhões, que foi o compromisso da Prefeitura de Petrolina. Assim, nós completaremos o grupo de oito flutuantes para atender a necessidade hídrica de todo o perímetro.

À esquerda, aqui, são os conjuntos flutuantes em cima das balsas, os motores. Há uma tubulação. Esse canal paralelo ao rio é um canal que está sendo construído – vocês vão observar – para conduzir a água até à direita, onde está a captação. Nós formamos uma barragem, um novo lago para que se possa acumular a água e captá-la, levando-a para a direita, onde está aquela seta, para os canais que vão atender todo o Nilo Coelho e Bebedouro.

O próximo, por favor.

Nós estamos aqui prestando contas. Vamos ficar disponíveis para as perguntas e mostrar como estamos trabalhando. As nossas equipes, desde o dia em que terminou a licitação, estão indo às fábricas, semanalmente, e acompanhando todo o processo. Na semana de 22 a 26 de outubro, nós tínhamos um engenheiro, que, por sinal, está aqui, e é o nosso assessor, Marcos Pedra. Ele estava nessa fábrica para acompanhar a produção – não é o fiscal, que tem que ir também para dar o parecer –, ficando no pé dos fabricantes para que eles possam cumprir com os prazos e até antecipar os prazos.

O próximo, por favor.

Essa é outra fábrica, que fica no Rio Grande do Sul, onde nós tínhamos outro engenheiro acompanhando já a montagem das bombas.

O próximo, por favor.

Essa era a obra com oito dias de execução quando, na oportunidade, Senador Fernando Bezerra, nós estivemos aqui e mostramos o início da obra.

O próximo, por favor.

Essa é a obra, agora, nesta semana. À esquerda, vocês já veem os canais prontos. Já está entrando manta, nesta semana, para impermeabilizar esse canal. Isso aí é a chegada das tubulações que os senhores viram no eslaide anterior, com o nosso pessoal na fábrica. Então, as tubulações já estão lá no Nilo Coelho.

O próximo, por favor.

Para vocês terem uma ideia de como estamos monitorando e o critério que nós adotamos, isto é o que nós estamos acompanhando diariamente. Tínhamos lá, ontem, 67 equipamentos trabalhando; 145 pessoas contratadas trabalhando; 108 horas efetivas por semana, 18 horas por dia; 7 metros cúbicos de escavação de aterro; 152 de aterro maciço para a confecção daquele canal; 140 mil metros cúbicos de aterro do dique; 116 mil do Dique 2, que é o dique que fica após aquele canal de aproximação.

O próximo, por favor.

São 259 mil metros cúbicos de compactação – faltam 66 metros cúbicos; 256 metros cúbicos de compactação, faltando 75, no Dique 2; 406 refeições por dia.

Por que quero saber de refeições? O que nós queremos mostrar aqui é que não só esta obra, mas todo este projeto, nós estamos acompanhando 24 horas por dia, do nosso técnico de campos ao Ministro.

São 14 mil litros de óleo diesel diariamente; 4,9 mil metros cúbicos de aterro de canal, sendo 3 mil metros cúbicos durante o dia e 1,9 mil à noite; compactação do maciço concluída já, quer dizer, daquelas áreas que nós estamos movimentando. A chegada da manta, dia 10/11, e o início da aplicação, mas isso é rápido.

O próximo, por favor.

Cabe à nossa diretoria a responsabilidade pelas obras de flutuantes, Senador, mas eu diria que toda a Codevasf, sem exceção, está vivenciando isso diariamente.

Por isso, eu quero, aqui, através desta audiência, tranquilizar a sociedade. O compromisso assumido pelo Governo Federal, através do Ministério da Integração, está sendo conduzido com muito comprometimento, com muito critério e com muita exigência, acima de tudo.

Não temos dúvidas, Senador. Naquele momento, nós falamos que a previsão de contrato era 14 de dezembro e que nós vamos antecipar essa obra. Entregaremos ainda no mês de novembro. Não queremos precisar datas porque até o transporte das bombas, que virão do Rio Grande do Sul, por excesso de zelo, estamos sendo feito com escolta.

Então, isso é o que nós podemos aqui passar para a sociedade.

Estou à disposição para esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Napoleão, só para esclarecer: quando você fala em concluir a obra, é ligar as bombas e colocar água?

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO – Sim; colocar água, porque nós não podemos deixar uma motobomba... Na hora em que fizer, temos que isolar o canal de aproximação.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Então, vai ser possível uma antecipação de pelo menos uns 15 dias?

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito bem. Muito obrigado, Dr. Luís Napoleão.

Na sequência, ofereço a oportunidade de fazer suas considerações ao Diretor de Operações da Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Dr. José Ailton de Lima.

O SR. JOSÉ AILTON DE LIMA – Boa tarde, Senador Fernando Bezerra Coelho; boa tarde, Vicente; boa tarde, Napoleão.

Sr^{as} e Srs. Senadores e Deputados aqui presentes, conforme o Senador Fernando Bezerra Coelho já sinalizou, no início, na última audiência pública, aqui, em que o ONS fez a apresentação e colocou as questões do ponto de vista do setor elétrico, evidentemente... E acho que a gente começa a entrar numa discussão sobre a qual o Senador já havia feito uma audiência pública em Petrolina, que, por sinal, foi muito boa porque deixou claro para a sociedade que, na verdade, ali não há lado. A gente não está brigando, ou seja, um lado contra o outro. Nós temos um problema, hoje, que é da sociedade, de uma forma geral; nós temos uma escassez de água, uma crise hídrica, que está cristalizada; e temos que fazer o melhor possível para que os impactos disso sejam os menores possíveis para a nossa...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Desculpe interromper, mas eu queria convidar o Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal, Senador Otto Alencar, da Bahia, um grande companheiro e que vem acompanhando também essa situação. Eu o convidei para esta audiência, e ele está me dando a alegria da sua presença. Eu queria, portanto, fazer o registro da presença do companheiro, do amigo, do Senador Otto Alencar.

Devolvo palavra ao Sr. José Ailton.

O SR. JOSÉ AILTON DE LIMA – O. k.

Então, naquela audiência, ficou claro que não se tratava de um lado contra o outro, mas, sim, de buscarmos soluções conjuntamente, que não são soluções simples. Desde abril de 2013, a Chesf vem praticando os

1,3 mil metros cúbicos por segundo; depois, já em 2014, a gente baixou para 1,1 mil; depois, para mil; e, agora, estamos nos 900.

Essa é uma questão interessante, porque, ontem mesmo, eu estava lendo os jornais, e havia uma matéria até bem montada, com o jornalista explicando direitinho a questão da crise hídrica, mas, no final, ele concluiu o seguinte: a Chesf está praticando 900 metros cúbicos por segundo para poder gerar mais energia. Isso não tem pé, nem cabeça. Na verdade, para gerar mais energia, a gente precisaria estar soltando mais água.

Isso é para deixar patente que, hoje, o que está em discussão aqui, tanto quanto o que colocam o ONS, quanto o que coloca a Chesf e os próprios órgãos que estão aqui envolvidos, principalmente a ANA, não é uma discussão mais de geração de energia elétrica, até porque a geração de energia elétrica está garantida por outras fontes. Hoje mesmo, a gente poderia – vamos dizer assim – tirar a geração que está sendo feita lá em Sobradinho e não haveria grandes impactos do ponto de vista de geração elétrica, porque a gente supriria com outras fontes, mas essa questão é, como disse, às vezes, complexa, e a sociedade entende um pouco diferente, porque ela faz a seguinte leitura: se a Chesf está comandando um processo ou coordenando um processo em que ela está pedindo redução de vazão, é porque ela deve estar levando vantagem nisso.

Na verdade, neste momento, o interesse da Chesf não é esse. O interesse da Chesf é fazer com que a gente estenda ou estique a água que há lá no reservatório o máximo possível. Se a gente conseguir chegar, se houver chuva e água nova no reservatório, sem usar água do volume morto, isso seria bom para toda a sociedade, até porque nós nunca usamos a água do volume morto de Sobradinho. Seria a primeira vez.

O uso da água do volume morto não é uma questão social. Há sedimentos, há coisas que nós vamos ter que observar lá dentro, e a gente sabe que essas questões sempre provocam um certo tensionamento principalmente com as áreas que vão receber essas águas, porque fica sempre a dúvida: mas essa água serve para o consumo? Não serve? Evidentemente, se não houver água, vamos ter que usar essa, mas a ideia de reduzir a vazão é sempre a mesma: tentar estender o uso da água que está disponível no reservatório o máximo possível, até a gente ter alguma garantia de que entra água no reservatório.

No dia de hoje, estamos com 3,9% do volume útil do reservatório. Até final de novembro, ou seja, início de dezembro, a gente deve atingir o volume morto, isto é, 0% do volume útil. Daí para a frente, estaríamos usando a água do volume morto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Para quando vocês estimam isso?

O SR. JOSÉ AILTON DE LIMA – Início de dezembro, dia 1º ou 2 de dezembro.

Então, no início de dezembro, a gente vai estar usando a água do volume morto. e, neste momento, a gente, inclusive, estava fazendo as avaliações de se ainda continuaria despachando a Usina de Sobradinho, mas estamos chegando à conclusão de que não vale a pena. O nível do reservatório vai estar baixo. Eu já não terei capacidade de refrigeração plena das máquinas.

Então, é provável que a gente suspensa, sim, a geração de energia elétrica em Sobradinho. A água que descer gerará nas outras usinas da cascata, mas, em Sobradinho, não vale a pena, pois o esforço para as máquinas é muito grande. A gente necessitaria de paradas para fazer manutenção; de modo que a situação ficaria muito precária.

Nós estamos trabalhando na hipótese aqui de que não chover em novembro, de que não entrando água nova, mantendo os 900 em novembro. Aí, a gente chega, no final de novembro, início de dezembro, com 0% de volume útil. Aí, entramos no volume morto a partir de dezembro nessas condições. Evidentemente que, se chover ou se a gente conseguisse baixar a vazão mais um pouco, a gente poderia estender um pouco mais e entrar um pouco mais em dezembro.

Bom; a condição para baixarmos a vazão, hoje... O ONS encaminhou uma correspondência onde ele recomenda que a gente baixe a vazão para 800 metros cúbicos por segundo, mas, para a gente baixar essa vazão para 800 metros cúbicos por segundo, hoje, nós estivemos no Ibama... Até tínhamos uma expectativa positiva, e vamos dizer claramente para os senhores por que temos, e dissemos isso ao Ibama hoje: se a gente entrar num processo em que vocês venham me pedir estudos, avaliações. quando eu terminar de fazer isso tudo, não precisa mais, porque eu vou levar tanto tempo fazendo esses estudos que a água já foi embora.

O Ibama entendeu; o Ibama é parceiro, não está contrário. É claro que o Ibama tem os cuidados dele, e tem que ter. Então, ele está nos pedindo que a gente apresente – e nós ficamos de apresentar até a próxima semana para ele – um plano de contingência. Ele quer ter, pelo menos, uma ideia assim: se está com 800 metros cúbicos por segundo e se surgir uma lagoa onde começaria a morrer peixes, qual é o plano de contingência? Nós vamos indicar algumas soluções. Não vamos poder indicar precisamente onde vai ocorrer isso, porque é praticamente impossível, mas dizer o que a gente deve fazer... Poderemos ter alguma dificuldade em algumas captações, que são das distribuidoras de água dos Estados. Elas também terão que estar preparadas, com antecedência, para resolver essa questão.

E há uma outra questão com que eles estão preocupados, e nos alertaram, ou seja, que a gente precisava ter cuidado, porque, com a baixa da vazão, evidentemente, você reduz muito o volume de água e pode haver – não é que vá haver, mas pode haver – alguma questão de mortandade de peixe.

Então, eles querem que a gente faça um cenário dessas possibilidades para, a partir disso, eles poderem autorizar os 800 metros cúbicos por segundo. Hoje, a gente, evidentemente, não tem essa autorização. Temos um pedido, que está colocado no Ibama, com base nessa carta que o ONS encaminhou com essa recomendação.

E a gente queria, aqui, colocar uma questão que, de certa forma, está um pouco no contexto da minha fala, mas que, na minha visão, precisaria ficar mais clara para os senhores, e até pediria a ajuda do Senador Fernando Bezerra Coelho e do Senador Otto, que conhece muito bem a região e os problemas. É o seguinte: hoje, de fato, a questão da redução da vazão está colocada como se fosse uma solicitação da Chesf. E, na verdade, a rigor, eu poderia nem estar solicitando. Se vocês baixarem, para mim, está bom; se não baixar, eu continuo gerando lá. E a carga está muito grande em cima da Chesf, porque a leitura que se faz é a seguinte: a Chesf pediu para baixar a vazão. Na verdade, a vazão está sendo baixada por interesses dos vários usos da bacia. Talvez, o único uso que não teria interesse em baixar a vazão é o de geração de energia elétrica. Essa poderia continuar com a vazão alta, mas essa seria uma situação suicida, porque, se a gente estivesse praticando, hoje, os 1300, já teríamos secado o reservatório em julho ou agosto. Não teria lógica! Então, como a gente não tem nenhum modelo de previsão de chuva, de chegada de água que dê como garantia que, em janeiro, vai chover assim, em fevereiro... A única coisa que podemos fazer neste momento é ser precavido, ou seja, tentar fazer com que a água que temos no reservatório se estenda o máximo possível. E, aí, está na hora dos 800 metros cúbicos por segundo, e não pode demorar muito para a gente começar a praticar essa vazão.

O que nós combinamos com o Ibama é que faríamos, logo que apresentarmos esse primeiro estudo que eles nos pedem, um teste de 850 por uma semana. Verifica-se o que pode ocorrer na bacia com os 850. Na outra semana, baixa para os 800, e, aí, segura os 800.

Mas seria importante, Senador – e é este o meu apelo –, que outras áreas do Governo e do próprio Legislativo, o próprio Senado também reivindicar junto ao Ibama, porque o próprio Ibama também está se sentindo pressionado pelo Ministério Público, que acha que ele está dando a licença sem nenhuma avaliação. Na verdade, nós estamos numa situação que nunca vivemos. Nunca se viveu essa situação que está se vivendo agora. O Ibama, dentro das suas possibilidades, dentro da legalidade, está tentando atender, mas está muito sufocado com essa questão, porque diz que o Ministério Público o está pressionando muito fortemente. Claro, o Ministério Público está fazendo o papel dele, e nós temos que fazer o nosso. Agora, era preciso que outros usuários da bacia colocassem a questão de que a gente precisa racionalizar o uso da energia e fazer este pedido ao Ibama. Isso ajudaria, sobremaneira, nessas análises que temos para encaminhar ao Ibama.

Agradeceria a atenção de todos.

Estou disponível para outras informações.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. José Ailton.

Eu queria, inclusive, dizer que nós vamos atender essa sugestão do Dr. José Ailton, pedindo às diversas instituições que estão envolvidas nessa discussão e nesse debate para formalizar. Isso já havia sido solicitado pelo Dr. Vicente quando da primeira redução de 1,1 mil para 900 metros, no sentido de que as diversas instituições que são beneficiárias do uso da água do São Francisco se manifestassem, porque, na realidade, o que se está administrando é o conflito do uso da água. É importante que aqueles que estão necessitando que essa vazão seja reduzida para equacionar esses diversos usos, que formalizem isso para que não se entenda que isso é uma decisão única ou do setor elétrico, ou da Codevasf, mas que envolve o interesse social, o interesse econômico, o interesse político de diversas comunidades que dependem do uso da água do São Francisco.

Antes de dar a palavra ao Dr. Vicente, que fará a apresentação final desta audiência, eu queria também trazer uma informação: o Presidente da Compesa, Dr. Roberto Tavares, disse que o Ministério da Integração Nacional já está fazendo consultas a todas as empresas concessionárias do abastecimento de água na calha do São Francisco para poder se preparar para essa eventual redução de 900 para 800. Ele me informou, hoje pela manhã, que a Deso e a Casal estão alinhadas – a Deso é a concessionária de Sergipe, e a Casal é a de Alagoas. E, na calha do São Francisco, pelo lado da Bahia, não é a Embasa; quem opera os sistemas de água são os sistemas autônomos.

Está sendo feito contato com todos os Municípios, através do Ministério da Integração Nacional, porque, evidentemente, esses Municípios precisarão ser auxiliados com recursos da Defesa Civil para fazerem as adaptações dos seus sistemas de captação com a eventual redução do nível da vazão de Sobradinho.

Ele também me mandou uma nota técnica falando que esses investimentos de adaptação dos diversos fluantes deve importar em algo como R\$25 milhões, R\$30 milhões, mas esses números deverão ser avalia-

dos pelo Ministério da Integração Nacional, com o apoio que terá que ser dado para que essa vazão, eventualmente, seja reduzida.

Com a palavra, o Dr. Vicente Andreu, Presidente da ANA.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Senhoras e senhores, boa tarde.

Agradeço o convite feito por esta Comissão de Mudanças Climáticas e quero fazer um agradecimento especial ao carinho sempre demonstrado pelo Senador Fernando Bezerra à Agência Nacional de Águas, desde a época em que dirigia o Ministério da Integração Nacional. Essa relação é muito forte. Eu tenho só a apresentar agradecimentos, inclusive com a recente apresentação de uma emenda de comissão ao Orçamento da União, destinando um valor muito significativo – R\$300 milhões – para que nós possamos também desempenhar as nossas atribuições nessa direção.

Cumprimento também o Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente do Senado, que também é um grande parceiro do Ministério do Meio Ambiente e, em particular, da Agência Nacional de Águas. Deixo clara aqui a nossa admiração pela sua militância em prol do São Francisco, levantando, em todos os aspectos, em todas as reuniões que temos apresentado, questões importantes que possam minimizar os impactos a esse rio tão importante para o nosso País culturalmente, historicamente, economicamente, mas que tem sofrido, ao longo desses anos, impactos severos.

Quero cumprimentar também o Napoleão, da Codevasf, e o José Aílton, da Chesf.

Pelas falas anteriores, inclusive pela narrativa aqui já apresentada pelo Senador Fernando Bezerra, eu procurei ordenar aqui a minha fala da seguinte maneira: vou começar do específico em relação a alguns procedimentos que são – vamos dizer assim – mais prementes por conta de necessidade de soluções. São os temas que estão aqui já manifestados. Depois, mostrar alguns dados – já foram apresentados – de natureza mais geral. E eu gostaria, ao final, se o tempo me permitir, de fazer uma fala de natureza mais abrangente, tratando não só da sequência, das previsões a respeito de como essa crise deve se desenrolar no próximo período, mas, se o senhor me permitisse também, apresentaria alguns aprendizados com essa crise, em relação às questões que se apresentam como questões absolutamente concretas de alteração do padrão climático em diversas regiões e, particularmente, na Bacia do São Francisco, e, a partir de alguns desses aprendizados, fazer algumas sugestões de como nós podemos nos preparar melhor para superar crises que tendem a ser, infelizmente, cada vez mais recorrentes nessa bacia.

Inicialmente, eu também queria elogiar e cumprimentar a manutenção desse tema pela Comissão porque há uma tendência, por parte da grande mídia, de, em função das condições climáticas que estão se apresentando – eu vou falar rapidamente sobre isso na Região Sudeste –, tentar passar uma imagem geral para a população brasileira de que a questão da crise hídrica se encerrou. E, na verdade, as condições, as previsões climáticas para a Região do Nordeste, do Semiárido brasileiro – portanto, do centro-norte de Minas Gerais – continuam muito graves, muito graves, e nenhuma sinalização climática aponta na direção de que nós teremos um período de chuvas favorável.

Na Região Sudeste, o El Niño tem apresentado uma possibilidade de retomada de chuvas, o que é absolutamente alentador, e isso pode minimizar os impactos que estamos vivenciando na Região Sudeste, particularmente nas Bacias do Cantareira, no Sistema Cantareira, na região metropolitana de São Paulo, na Bacia do Paraíba do Sul, e também, de maneira positiva, sinalizando alguma solução, inclusive para a Bacia do Rio Doce. Como aí se concentra grande parte da população brasileira, a grande mídia tende a retirar esse tema de pauta. Penso que esta Comissão é absolutamente correta em manter um tema com essa potencial gravidade – para uma grande parcela da população brasileira – sob atenção.

Em relação à questão dos procedimentos e às questões envolvendo a Agência Nacional de Águas, o senhor mencionou, no início, que as iniciativas por parte do ONS e também da Chesf, no que tange à solicitação para a redução da vazão em Sobradinho de 900 metros cúbicos para 800 metros cúbicos por segundo, foram encaminhadas. Isso foi confirmado. O Dr. Joaquim Gondim, nosso Superintendente, esteve aqui em várias audiências públicas, representando a Agência Nacional de Águas, e me confirmou que essa documentação, em particular da Chesf, chegou à agência no dia de hoje, e que, numa avaliação que pretendemos fazer no menor tempo possível, mas para assumir compromisso, no prazo máximo de uma semana – vai ser menos que isso, Senador –, nós teremos a nota técnica da Agência Nacional de Águas, nos manifestando a respeito dessa temática.

No nosso caso, nós temos que combinar as preocupações que envolvem o entorno do lago e, em particular, as condições, hoje, mais críticas em relação à manutenção da irrigação no perímetro cúbico de Nilo Coelho, mas, obviamente, temos que fazer essa compatibilização, principalmente também com os usos ao montante, de tal maneira que nós possamos assegurar, mesmo numa situação crítica como essa, as condições no entorno do reservatório, as condições para o perímetro público de Nilo Coelho, mas também para todos

os abastecimentos, a jusante do reservatório de Sobradinho, e também de vários perímetros públicos que dependem dessa água a jusante.

Nós vamos sempre tratar – e isso já foi ressaltado aqui nesta Comissão – de condições de nível, porque, obviamente, o conjunto dessas retiradas é muito inferior às vazões que ainda se mantêm a partir da reservação de Três Marias e de Sobradinho ao longo do rio, porém o problema principal que se manifesta são as condições de nível para que haja as condições de retirada da água necessária.

Então, em relação à Agência Nacional de Águas, nós pretendemos fazer a manifestação, faremos a manifestação no prazo máximo de uma semana e a sinalização. Dadas essas condições, resguardadas as garantias de usos prioritários para abastecimento humano nessa bacia, nós vamos apontar na direção de redução dessa vazão.

Eu queria, aqui, antes de seguir com algumas informações, dizer como essa redução deve acontecer. Nós temos, há três anos, realizado reuniões praticamente mensais, envolvendo não só a Codevasf, a Chesf, mas também o ONS, a Aneel, o MME, os Estados, ministérios públicos, diversas prefeituras, diversos perímetros públicos, e feito uma avaliação sistemática a respeito da Bacia do Rio São Francisco.

Em primeiro lugar, eu tenho informação de que também se falou muito sobre Três Marias. Com relação a Três Marias, na última reunião desse grupo, que aconteceu agora no dia 27 de outubro, pelas condições particulares do reservatório de Três Marias, à exceção de que haja uma grande afluência de água no próximo período para esse reservatório, não há condições objetivas de aumento de vazão naquele reservatório.

Então, hoje, nós estamos praticando 500 metros cúbicos por segundo de vazão defluente, quer dizer, a contribuição no rio abaixo, no Rio São Francisco, e não há condições objetivas de fazer esse aumento, porque, se nós aumentássemos, como foi proposto, para 600 metros cúbicos por segundo, as consequências sobre os reservatórios seriam ainda mais dramáticas.

Para se ter uma ordem de grandeza, estão chegando, em média, ao reservatório de Três Marias, 50 metros cúbicos por segundo, e estamos defluindo 500 metros cúbicos por segundo. O reservatório está na ordem de 13% da sua capacidade e não há condições objetivas de fazer esse aumento. O que há é a perspectiva de que, se não houver uma contribuição nessa bacia, há necessidade, inclusive, da redução da vazão liberada em Três Marias, segundo o ONS, para em torno de 230 – o número exato é de 217 metros cúbicos por segundo. Então, é importante que tenhamos essa dimensão de que não há uma possibilidade de contribuição efetiva a menos de chuva a montante de Três Marias para uma regularização do restante da calha.

É importante ressaltar também que Três Marias é um reservatório, que, muito embora tenha, como todos, um volume morto, ele não é disponível, não tem condições – como é no caso de Sobradinho, por descargas de fundo, em que é possível fazer uma liberação desse volume morto – de ser disponibilizado; tanto é que todas as simulações do ONS apontam, inclusive para o ano de 2016, que nós não podemos reduzir aquele reservatório abaixo de 3% sob os riscos sistêmicos que nós teríamos no restante da bacia, porque, se nós chegarmos ao zero em Três Marias, a sua contribuição para o restante da bacia vai ser simplesmente a vazão afluente que, como eu mencionei, hoje, é da ordem de apenas 50 metros cúbicos por segundo.

As chuvas que estão acontecendo no Sudeste aumentaram a vazão no Cantareira, aumentaram a vazão no Paraíba do Sul, particularmente no reservatório de Paraibuna, mas ainda em nível muito baixo.

Em relação a Três Marias e ao São Francisco, essa recuperação ainda não se deu. Estamos monitorando, inclusive, as contribuições. Recentemente, todos acompanhamos uma chuva intensa em Belo Horizonte. Essa água chega ao São Francisco, mas essa quantidade de água das últimas chuvas ainda não permite nenhum nível de tranquilidade, ou seja, ainda são muito reduzidas.

Em relação ao reservatório de Sobradinho, uma vez que Três Marias tem essa restrição técnica que precisa, inclusive, ser mantida até para atender as vazões a jusante no trecho em Três Marias e Sobradinho na eventualidade do agravamento dessa seca, no reservatório de Sobradinho, a perspectiva de redução será gradual. Nós, através de uma solicitação do ONS, já prorrogamos os 900 metros cúbicos por segundo até 30 de novembro, e todos os nossos esforços – dos que estão aqui, dos Estados, como o senhor já mencionou, do próprio ONS – são para que nós consigamos iniciar essa operação no início de dezembro. Essa operação será feita – como foram feitas todas as outras edições, e essa ainda mais porque até 900 metros cúbicos por segundo já havia sido praticado anteriormente, mas com 800 nunca foi praticado – com muito cuidado, e em escada.

Há uma necessidade apresentada pelo Estado da Bahia, nessa reunião que tivemos no dia 27, de que essa escada contemple uma parada um pouco maior numa vazão de 850 metros cúbicos por segundo.

Então, a Chesf, na reunião, nos apresentou que a tendência da escadinha seria de intercalar cada nível dessa escada por aproximadamente uma semana ou até quatro dias, num esforço maior de fazer essa escadinha a cada quatro dias.

Em 850 metros cúbicos, nós vamos precisar ter um tempo maior que se estima em torno de dez dias para que a gente possa ter uma avaliação mais segura da continuidade da sua redução até chegarmos à meta de 800 metros cúbicos por segundo.

O que essas vazões, em relação ao reservatório, representam para, em particular, o perímetro público de Nilo Coelho, mas não só para o aspecto econômico que o senhor ressaltou aqui de Nilo Coelho, mas também para a grande população que vive dentro do perímetro e que é abastecida, portanto, é uma água que também tem a finalidade de abastecimento humano no reservatório? Os números – o senhor, ontem, me ligou, pessoalmente, e pediu para fazer essa lição de casa, que já foi apresentada aqui pela Codevasf, pela Chesf também, mas eu gostaria de colocar os números que não são exatos, porque eles dependem fundamentalmente das condições da vazão dos afluentes. Então, eles podem variar, esperamos que numa perspectiva mais positiva. Mas os números que nós temos é de que o zero operacional do reservatório de Sobradinho se dará, na análise mais crítica, que é apresentada pelo ONS, no dia 29 de novembro, e uma estimativa feita por nós, da Agência Nacional de Águas, que considera a redução do reservatório para o dia 5 de dezembro e a avaliação aqui apresentada pela Chesf de que isso deve se dar nos primeiros dias de dezembro.

Então, o intervalo para o zero, com grande nível de segurança, mas não é uma ciência exata, para o zero do reservatório de Sobradinho dar-se-á entre os dias 29 de novembro e 5 de dezembro.

Adicionalmente, nós tivermos a informação agradável de que é possível que o canal, a captação para Nilo Coelho, antes da implementação desse projeto complementar de captação, possa se dar até 70 centímetros abaixo da cota do zero. A cota do zero é 380 e 50. Portanto, nós poderíamos chegar com captação ainda até a cota 379 e 80.

Com esse valor, nós teríamos, na nossa previsão, entre 15 e 20 dias a mais, além da data que nós estamos oferecendo, para que nós, então, chegássemos ao esgotamento, ao nível onde a captação não será mais possível.

É bom lembrar também que essa captação não é uma condição técnica permanente. Eventualmente, essa redução abaixo do zero pode fazer com que, mesmo você ainda tendo condições no canal, você não tenha as mesmas condições que teria, ou seja, uma condição de oferta inferior de água.

Então, esses dados são os dados fundamentais para que a gente tenha uma perspectiva em relação ao desenrolar dessa crise, que é o foco principal desta audiência, nos próximos dias, em relação à agência, a nossa manifestação, e em relação aos procedimentos que aqui relatei.

Eu gostaria de reforçar também o posicionamento da Chesf porque há níveis diferenciados de entendimento da crise hídrica e da solução da crise hídrica por vários dos atores da Bacia do São Francisco, em particular, do Ministério Público, que tem um papel relevante nessa bacia, e sempre com uma perspectiva de criminalização dos agentes públicos em relação às decisões que são tomadas sem fazer a contrapartida de um balanço de o quanto essas decisões foram absolutamente corretas ao longo desses últimos três anos, reduzindo a vazão limite de 1,3 mil metros cúbicos, progressivamente, até 900, e, agora, a necessidade que se apresenta.

Hoje chegam, como vazão, no reservatório de Sobradinho, com a contribuição de Três Marias, a 500 metros cúbicos por segundo. Isso é um balanço, e nós temos que defluir, porque os 900 atualmente praticados têm que se verificar em Xingó. Na verdade, a defluência em Sobradinho é sempre maior do que aquele número que nós fixamos aqui. Então, se nós fixamos 900, esses 900, na verdade, são uma condição em Xingó, e você tem que fazer uma descarga maior para atender os usos entre Xingó e... Perdão; entre Sobradinho e Xingó, além da evaporação particularmente no reservatório de Itaparica.

Então, hoje, para os 900 metros cúbicos por segundo...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Quero dizer que o que sai de Três Marias não chega aos 500 metros cúbicos. Deve chegar a um terço dos 500 metros cúbicos.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Não; é que, com a...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Não chega a isso, porque a absorção da água pelo volume de sedimento que há nas margens do rio, que funcionam quase como um mata-borrão, que suga aquela água toda, com o assoreamento que existe, não vai chegar a 500 metros cúbicos. O que sai de Três Marias não chega a 500 metros cúbicos em Sobradinho em hipótese nenhuma. Você está dizendo que o que sai de Sobradinho chega muito menos em Xingó. Imagine saindo de Três Marias para chegar em Sobradinho. Na verdade, na verdade, Sobradinho está sendo alimentado pelo Caririnha, pelo Rio Verde e pelo Rio Grande, na minha opinião.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Não, é que, coincidentemente – e o senhor tem toda razão nessa análise –, saem de Três Marias 500 metros cúbicos. Agora, há contribuição dos rios dos contribuintes...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco/PSD - AM) – Da Bahia.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Isso. E chegam a Sobradinho, hoje, 500 metros cúbicos. Agora, esses 500 metros cúbicos são os 500 metros cúbicos de Três Marias? Não. Aí, o senhor fez uma observação absolutamente correta.

Então, recuperando: nós devemos dar encaminhamento a esses processos. Eu estava falando sobre a necessidade de que outros atores também se manifestem no sentido da necessidade de manter a água no reservatório. Essa é uma condição estratégica fundamental. Infelizmente, como eu falei, nem todos os atores da bacia têm essa perspectiva. Muitos imaginam que, pela sua condição, no rio, você pode sacrificar mais uma determinada região da bacia. Na nossa opinião, nós temos que ter uma visão integrada de toda a bacia. Não podemos ter uma visão estanque, e era fundamental aqui vários atores.

Nós estamos discutindo no âmbito da diretoria da ANA, inclusive, também sermos um ator nessa direção, o que seria inédito, mas acho que esta Casa tem essa condição também privilegiada de fazê-lo; ajudaria muito nessa redução do questionamento da necessidade dessas medidas, e também como esta é uma Casa dos Estados, esta Comissão é mista, mas é do Senado também, que os Estados se manifestem favoravelmente, porque os Estados não podem ser, num processo como esse, meramente agentes passivos. “Olha, atendidas as minhas condições...”. Eles têm que entender que a reservação de água é fundamental para os Estados. Se não houver esse entendimento – e aí, obviamente, nós temos que oferecer as condições de superar limitações que, eventualmente, existam, mas os Estados têm que ser parceiros também neste momento crítico, mesmo porque nós não sabemos quando essa crise se encerra, e, infelizmente, as perspectivas climáticas são de que o El Niño possa se prolongar até meados de 2016. É fundamental que os Estados se manifestem.

Por último, muito rapidamente, permitindo tempo para debate das questões mais objetivas, eu queria mencionar aqui, Senador, alguns aprendizados que estamos tendo em relação a essa crise em várias bacias e na Bacia do São Francisco. Esse aprendizado envolve questões desde uma melhor definição da própria Lei de Águas com relação à dominialidade, porque, obviamente, os rios contribuintes – o São Francisco é um rio federal, mas a maioria dos seus contribuintes não o são. Se nós não tivermos uma gestão absolutamente integrada, vai gerar um conflito federativo entre, eventualmente, o interesse do Estado no rio, que é do seu domínio, contra o interesse – vamos dizer assim – da calha federal.

Nós temos também que discutir melhor a questão sobre os usos múltiplos – eu já mencionei. Não podemos tratar a agricultura brasileira como a primeira vítima de qualquer crise, sem que nós reconheçamos a importância da agricultura brasileira e de que ela faz parte do processo de solução e não simplesmente como um problema numa eventual crise hídrica. Corta a agricultura, como primeira proposta. Nós somos terminantemente contra esse raciocínio linear e, na nossa opinião, equivocado. Então, há necessidade de que os usos múltiplos de água. No Brasil priorizam, na lei, os usos múltiplos em condições normais e, depois, em situação de escassez, o consumo humano e a dessedentação, mas ela não cria nenhuma condição intermediária de prioridades que devam ter bacias, seja do uso energético, seja da vocação da bacia para uso agrícola e das questões de abastecimento humano.

E, por último, especificamente, isso envolve um conjunto de aprendizados com a crise. Eu não vou me alongar por conta do tempo, mas eu gostaria de mencionar algumas questões, que para nós são relevantes.

Nós temos uma limitação natural em Sobradinho, em condições normais, de 1,3 mil metros cúbicos por segundo. Hoje, nós temos condições de fazer uma reavaliação séria desse processo. Essa é a melhor condição para uma operação regular daquele sistema, ou não? Temos que assumir o aprendizado e a responsabilidade de propor alterações.

No nosso ponto de vista esse dogma dos 1,3 mil, que era número importantíssimo do ponto de vista ambiental, é importante, mas ele precisa ser reavaliado à luz dos impactos que vazões menores propiciaram e o quanto nós podemos fazer uma operação mais eficiente de toda aquela cascata, numa situação de volta à normalidade, para que, na ocorrência de uma crise como essa, nós estejamos muito mais bem preparados.

Vai envolver também um diálogo muito positivo com o setor elétrico, porque, obviamente, essa é uma bacia com mais de 10 mil megawatts instalados importantíssima para o setor elétrico brasileiro, para a integração do setor elétrico brasileiro – em particular, para o Nordeste. Ela é importantíssima para o setor elétrico brasileiro, mas nós precisamos também discutir procedimentos ao longo de níveis, de tal maneira que, na ocorrência de determinados eventos, nós já possamos começar a anunciar luzes de alerta com algumas medidas que podem ser tomadas preventivamente. No início dessa crise, inclusive, o setor elétrico, como ninguém tinha dimensão de o quanto essa crise ia se prolongar, chegou-se a propor um mecanismo muito inteligente – nós achamos importante. Ele estava fixado em 1,3 mil, mas esse número poderia ser fixado em qualquer outro valor, onde, na ocorrência de duas vazões abaixo das vazões previstas para aquele determinado nível do reservatório, dois meses consecutivos, você teria que reduzir. E, na ocorrência de um mês positivo, você poderia sair.

Então, nós precisamos – não estou nem defendendo só esse mecanismo, mas quero dizer o seguinte: há um espaço de aprendizado para que nós possamos, sem prejuízo energético, sem nenhum prejuízo energético, melhorar, otimizar a operação desse sistema.

Por último, há medidas também que são não ortodoxas e que estamos tendo que adotar em outras bacias. Por exemplo: no Rio Guandu, na região do Paraíba do Sul, na região metropolitana do Rio de Janeiro, nós tivemos que conceber a necessidade de uma soleira de fundo no Rio Guandu, que é um rio muito pequeno, se comparado ao São Francisco, de tal maneira que ele impedisse o avanço da cunha salina.

O Rio São Francisco, para uma parte das cidades mais litorâneas, o problema também vai se apresentar na intrusão da cunha salina, e há soluções técnicas para isso, desde que nós tenhamos a coragem de fazer o enfrentamento dessas questões; de que o Ministério Público, que representa a sociedade, venha à mesa discutir essas condições e não trabalhar simplesmente em premissas ideais. Essas condições ideais não existem mais, não existem mais, e nós teríamos também condições técnicas de fazer um conjunto de operações que resguarde, evidentemente, as questões ambientais, que resguarde todas as questões econômicas da bacia, mas que garanta, fundamentalmente, segurança hídrica para toda a população ao longo do principal rio brasileiro.

Inicialmente, é isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Vicente.

Nós já temos alguns Parlamentares inscritos aqui, mas eu queria pedir a compreensão para que a gente pudesse abrir esse espaço do debate, oferecendo a palavra ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Senador Otto Alencar, e fazer aqui uma justiça o trabalho do Senador Otto Alencar.

Na realidade, ele tem feito uma defesa veemente, reiterada, seja na Comissão do Meio Ambiente, seja na tribuna do plenário do Senado Federal para que se inicie, rapidamente, imediatamente, um trabalho mais aprofundado de revitalização do Rio São Francisco, que passaria por ações emergenciais de desassoreamento do rio, em alguns trechos da sua calha, e também o problema da cunha salina que vem também colocando no debate, o que interessa, de perto, a Alagoas, a Sergipe...

A propósito, registro aqui a presença do Senador Antônio Carlos Valadares.

Essa informação que o Dr. Vicente trouxe de obras emergenciais que foram feitas na Bacia do Rio Guandu para evitar a cunha salina, isso já se faz urgente também no Rio São Francisco.

Portanto, eu quero oferecer a palavra ao Senador Otto Alencar, dizendo que acredito que as informações aqui colhidas – embora a situação seja de muita criticidade, nós estamos aqui renovando a expectativa de que vamos poder superar esse momento e evitar o colapso no fornecimento de água para os perímetros irrigados.

Acho que estamos com um desenho que pode se confirmar pelo trabalho da Codevasf e pelo empenho da Chesf.

Quero, aqui, fazer um registro para parabenizar o Governo Federal, porque está reunindo mais de oito instituições no trabalho de articulação promovido pela Casa Civil da Presidência da República.

Essas reuniões têm ocorrido com frequência quase que semanal para que essa situação possa ser monitorada e acompanhada.

Portanto, eu quero dizer que, passado esse momento mais crítico que vai até 29 de novembro a 5 de dezembro, como foi aqui colocado, a gente possa ter a redução da vazão iniciada até 29 novembro, mais tardar 5 de dezembro, para que a gente possa ter aí mais 10 ou 15 dias para esse prazo, essa estimativa de conclusão dos flutuantes lá em Sobradinho, mas também dizer que a Comissão de Mudanças Climáticas vai se associar ao trabalho Senador Alencar, que vai promover uma audiência pública na Comissão de Meio Ambiente em relação a essa questão da revitalização do São Francisco.

Vamos fazer – ele me informava – uma audiência em Lapa?

Com a palavra, o Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Nós vamos fazer uma audiência pública no dia 17 de novembro, na Comissão de Meio Ambiente. Todos estão convidados. Virão vários convidados, inclusive um dos principais lutadores pela revitalização do Rio São Francisco: eu convidei o Bispo Dom Luiz Cappio, da Barra do São Francisco, aquele que fez greve de fome, chamando a atenção, na época, de que a transposição tinha que caminhar junto com a revitalização, e não caminhou junto com a revitalização. O Governo Federal já investiu R\$8,55 bilhões na transposição e não plantou uma árvore em nenhuma nascente, em nenhum afluente do Rio São Francisco.

Então, eu estava ouvindo a explanação do Dr. José Ailton Lima. Sobradinho está com 4%, hoje...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – ... 3,9% do volume útil.

O pior momento de Sobradinho foi em 2001 no apagão do governo Fernando Henrique Cardoso, quando chegou a 11%. Nesse período de novembro, eu tenho lá todo o relatório, 11%. Foi o pior momento.

E, hoje, nós estamos com 3,9%. Então, a situação do rio piorou muito, e as condições climáticas de hoje são as mesmas condições climáticas de 2001, porque a seca no Sobradinho é cíclica; no Rio São Francisco, é

cíclica. Por que é cíclica? Porque a pior estiagem registrada na história do Rio São Francisco foi a estiagem de 1898. Era Governador da Bahia, Luiz Viana, pai do Senador Luiz Viana Filho, e ela se estendeu até 1905. Foi chamada seca de Noventinha, que o sertanejo atribuiu isso a um castigo que Deus deu ao povo da Bahia, porque mataram Antônio Conselheiro em 1898, 1897. Então, isso é história.

Inclusive, quando presidente da Assembleia Legislativa da Bahia, fiz um livro sobre isso. Chama-se Bahia de Todos os Fatos, que descreve com pormenores essa situação.

Então, a situação do Rio São Francisco é uma situação de crime contra o povo nordestino, o povo de Minas. É um crime de responsabilidade de todos os governos que assistiram à morte iminente e gradual do Rio São Francisco.

A última cheia do Rio São Francisco, que permitiu a navegação nos seus 1,3 mil quilômetros, saindo de Pirapora a Juazeiro, foi em 1979. A Franave navegou nele até 1981 – e parou em 1981, porque já não havia calado para navegação.

O Leonardo é lá de Minas – não é isso? – e conhece muito bem Pirapora, na margem direita, e Buritizeiro, na margem esquerda do Rio São Francisco. O Rio São Francisco vem sendo liquidado por aqueles que utilizam o rio, com os olhos complacentes dos governos – governo municipal, governo estadual e, acima de tudo o Governo Federal, que tem a Codevasf para trabalhar na Bacia do Rio São Francisco.

Então, nesse período, em 1964, disputavam a eleição na Bahia Lomanto Júnior e Waldir Pires. Meu pai não era político, mas era um comerciante de gado. Eu conheci o Rio São Francisco em 1964. Fui apresentado a ele, virgem, com todas as suas matas preservadas, com a água ainda cristalina – não era essa água barrenta de hoje.

Eu tenho ali o meu assessor, o Rafael, que é da Codevasf e tem esse relatório. Naquele ano, naquele período, entravam 8 milhões de toneladas de sedimento no Rio São Francisco. Hoje entram 28 milhões de toneladas.

O Rio São Francisco é um grande caminho de areia, com uma fitinha de água no meio. Então, esse é o melhor momento para fazer a dragagem do Rio São Francisco. Eu já me reuni com o Dr. Vicente, com o ex-Ministro Mercadante, com a Ministra de Meio Ambiente, com a Presidente Dilma Rousseff – duas vezes –, com o Ministro do Planejamento. Desde que cheguei aqui eu faço isso, e não houve ainda uma ação pragmática, prática, para dizer assim: “Olha, eu vou salvar as nascentes, as fontes, do Rio São Francisco. Eu vou fazer isso, que custa muito pouco.”

Esse é um rio generoso e, como todo doente generoso, dá mais para os outros do que recebe. Está ali a Chesf, que ganhou milhões e milhões de reais, e nunca aplicou um real para revitalizar uma fonte. Digam uma fonte, uma nascente revitalizada pela Chesf. Não há nenhuma. Ela nem conhece onde nasce.

Se perguntarem aqui para o pessoal que trabalha: “Onde é que nasce o Rio das Velhas em Minas Gerais?” O Leonardo sabe: lá em Ouro Preto. Passa perto de Belo Horizonte, é um afluente da margem direita.

Se perguntarem onde nasce o Rio Jequitaiá, que secou agora... Pois bem, o Rio Jequitaiá é um rio perene, que nunca, na história do Rio São Francisco, secou. Hoje é um baita caminho de areia. Está lá...

Quero saudar aqui o Deputado Sarney Filho e também os outros Deputados. Há uma lista aqui, deixem-me citar os outros Deputados, para não...

Cadê a lista?

Cumprimento o Deputado Alessandro Molon; Senador Roberto Rocha; Deputado Leônidas Cristino, que foi de esportes; Deputado Eros Biondini; Deputado Sérgio Souza; Deputado Leonardo Monteiro; Deputado Rômulo Gouveia, que estava aqui há pouco; Deputado Luiz Carlos Busato; e outros Deputados, que estão aqui.

Pois bem, esse Rio Jequitaiá nunca secou, não é isso, Leonardo? Secou pela primeira vez agora. O jornal Estado de Minas botou na primeira página: “O Rio Jequitaiá, que era perene, nunca secou na história da Bacia, hoje é um grande caminho de areia”.

Por que, neste momento em que o Rio São Francisco e seus afluentes estão em um nível muito baixo, o governo não pode alugar três dragas pelo Ministério da Integração e fazer o desassoreamento do Rio? Para tirar essa areia, para essas águas correrem no leito do Rio São Francisco.

Hoje nem canoa consegue andar no rio. Ele deve interromper, mesmo com toda a vazão de Três Marias, que não tem mais essa bacia toda, porque tem mais ou menos um aterramento de 30%. Ela está 30% aterrada. Então, o volume já não é o mesmo. O volume morto de Sobradinho é em torno de cinco bilhões metros cúbicos de água. O volume total é de 34 bilhões. Duvido que o volume morto hoje seja cinco bilhões. Não é mais! Porque a Bacia do Sobradinho está aterrada, com sedimento e areia que entraram demais, desmatamento desordenado.

O capim braquiária é o maior criminoso contra as margens dos rios, porque você o planta, ele cresce na chuva e, na seca, ele fica com o chão torrado, sem raiz nenhuma. A água bate, escorre e vai embora.

Então, não há a menor condição de se salvar o Rio São Francisco se não forem, imediatamente, tomadas providências para salvar as nascentes dos seus afluentes, sobretudo com investimento em Minas Gerais, onde o Rio São Francisco tem 75% das suas águas formadas.

Quando ele entra na Bahia, recebe o carinho Rio Carinhonha, depois recebe o Rio Corrente e, por último, recebe o Rio Grande. O Rio Grande deságua no Município de Barra de São Francisco. De Barra de São Francisco até o mar são 700 km, porque ele não recebe mais nenhum afluente, nenhuma gota d'água.

Na Bahia, na margem direita, morreram os seguintes rios perenes: Rio Paramirim – morreu, não chega mais a Morpará, onde desaguava –; o Rio Santo Onofre; o Rio Verde, em Itaguaçu da Bahia; o Rio Jacaré.

Então, a música de Luiz Gonzaga: “Riacho do navio vai dar no Pajeú. O Rio Pajeú vai despejar no São Francisco. E o Rio São Francisco vai bater no meio do mar”. O Rio São Francisco, há muito tempo, não bate no meio do mar. O mar é que está entrando 12 km no São Francisco, Senador Sarney Filho.

Então, essa é uma situação de que eu só vejo o governo falar. Como é que vai resolver a questão da Chesf e da geração da energia? Os perímetros irrigados devem ser colocados como prioridade acima da geração de energia, porque é aí que está o emprego da nossa região.

Só o Projeto Formoso, em Bom Jesus da Lapa, emprega oito mil pessoas. Imaginem lá em Juazeiro, Petrolina. Então, tem que se tirar. A prioridade é a irrigação, nada de geração de energia. Ali perto já há os parques eólicos de Sobradinho, em que se homenageou um grande paraibano: o nosso escritor Ariano Suassuna. Colocou-se até o nome do parque de Pedra do Reino, que é um dos livros dele.

Então, o que eu acho é que o governo dorme como um paciente morrendo na fila, como diz o Bispo da Barra, Dom Luiz Cappio. Eu dizia lá atrás que estava na UTI, mas na UTI há gente que cuida. Na fila do SUS, não há quem cuide. Chegar lá e ter atendimento é uma dificuldade.

Então, eu disse ontem ao Ministro Jaques Wagner que falei à Presidente que ela deveria publicar um decreto de situação de emergência na Bacia do Rio São Francisco, para onde houver esse recurso – e há esse recurso. O Fundo Clima tem recursos, no Meio Ambiente, e o Meio Ambiente não se mexe absolutamente para nada; na Integração há recursos, e não se mexe para nada.

Um decreto de situação de emergência, primeiro, para fazer a dragagem dos afluentes e da calha do Rio São Francisco. Depois, para começar a plantar árvores. Só produz água quem planta árvores. Quem dá porosidade para a água entrar no solo são as raízes das árvores. As raízes das árvores deixam o solo poroso. A água penetra no solo, alimenta o braço subterrâneo do rio ou da nascente, que nós chamamos de talvegue. Cortou, morreu. Cortou a mata ciliar de rio perene, aos pouquinhos ele vai morrendo.

O Rio São Francisco está marcado para morrer. Ou se faz o projeto da Codevasf de se aplicar, no mínimo, R\$600 milhões na revitalização em dez anos ou – não sei se a Presidente Dilma ou o próximo governante que não fizer – vai se botar lá: “Aqui jaz o Velho Chico”. E o rio vai ser um retrato na parede.

Eu falo isso com veemência, indignação, porque é um crime contra a natureza, defendido por tantos políticos neste Brasil. O Araguaia está na mesma situação. Estão falando em transposição do Rio Tocantins para o Rio São Francisco. O Rio Tocantins já perdeu, em dez anos, 30% da vazão. E assim vão todos.

Você vê que em São Paulo – governada há 24 anos por grandes governadores – faltou água. Faltou no Rio, faltou em Belo Horizonte. A população do mundo, em cem anos, cresceu três vezes, e o consumo de água cresceu sete vezes. Todo mundo usa mais água para tudo: para o banho, para a descarga, para todas as atividades, para a irrigação, para a geração de energia, para o consumo industrial.

Eu não sou fundamentalista do verde. Nunca fui. Mas sou defensor intransigente – meu mandato é para isso – das fontes, das nascentes, dos afluentes e dos rios do Brasil todo. Eu falo do Rio São Francisco, porque estou vendo-o morrer. Mas é uma situação que vai se estender para o País todo, e o governo não pode ter as vistas complacentes com uma situação dessa natureza.

Peço até desculpas a todos, Senadores e Deputados, pela minha indignação, mas essa é realmente uma situação com que eu não tenho mais condição de ter paciência para esperar uma solução de governo nessa crise do Rio São Francisco. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Otto Alencar, pelo seu depoimento, feito com muita paixão, mas, sobretudo, com muito conhecimento da realidade do Rio São Francisco.

Eu ofereço, na sequência, a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Quero cumprimentar o Senador Fernando Bezerra, Presidente da nossa Comissão, e saudar também o Senador Otto Alencar, Presidente da Comissão de Meio Ambiente, que terminou de fazer essa fala emocionante para nós. Quero cumprimentar o Vicente Andreu, Diretor-Presidente da ANA, nosso companheiro, nosso amigo. Saúdo também o Zé Ailton, da Chesf, e o Luís Napoleão, da Codevasf, e, ainda, cumprimento todos os Parlamentares, Senadores, Deputados, aqui presentes, e toda a comunidade presente aqui na nossa reunião.

Eu tenho observado com muita atenção esse debate aqui sobre o Rio São Francisco. Já há uma série de audiências públicas que o Senador Fernando Bezerra tem promovido, em relação à questão da crise de água no São Francisco, do uso da água e da própria reserva da água, como disse aqui o Sr. Vicente.

Eu queria, além de parabenizar o Senador Fernando Bezerra pela direção aqui da nossa Comissão de Mudanças Climáticas, que é uma Comissão muito importante... Aliás, é a única Comissão Mista do Senado e da Câmara, além da Comissão do Orçamento. Portanto, é uma Comissão importantíssima.

Como disse aqui o Senador Otto Alencar, o que vive o drama do São Francisco é, praticamente, o que vive também na região Sudeste do Brasil, compreendendo São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

A gente vê a falta d'água já há alguns anos em São Paulo. O Rio Doce, que está no leste de Minas Gerais, depois do São Francisco, deve ser o maior rio de Minas. O São Francisco também está tendo um corte: há meses que não chega no mar. Várias cidades ao longo do Rio Doce, como Valadares, Itambacuri, próxima de Ipatinga, estão em uma crise de captação de água para uso doméstico terrível também.

Então, quando a gente faz esse debate aqui sobre o São Francisco, é preciso, como disse aqui o Senador Otto Alencar, nós termos uma política pública mais abrangente de recuperação e de produção de água nessas regiões, envolvendo o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais.

A partir desta Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, das Comissões de Meio Ambiente do Senado e da Câmara, nós temos que ter uma ação conjunta, junto ao Ministério de Meio Ambiente, à ANA, para pensar em um projeto mais amplo. É necessário a gente fazer isso. Senão, nós vamos ficar aqui sempre discutindo em cima da crise.

Mas temos que ter uma política de reflorestamento, acabar com aquele preconceito de que, há alguns anos, quem tinha essa preocupação com o meio ambiente era exótico, era fanático et al. Mas hoje nós estamos vendo a disputa, às vezes, entre a produção e o meio ambiente, quer dizer, o setor agropecuário e o setor ambiental. Nós temos que acabar com isso. Até porque, quem mais precisa da água, muitas vezes, é o setor produtivo, o setor agrícola.

Nós vemos que o Projeto Nilo Coelho é um grande produtor de alimentos, de geração de emprego e renda, mas, se não tiver água, o que vai acontecer com o projeto? Então, nós temos que quebrar esses preconceitos e nos reunir, definir políticas mais gerais, do ponto de vista dessa questão da conservação, da recuperação do meio ambiente e da geração de água.

Quero parabenizar o Senador Fernando Bezerra e cumprimentar todos os palestrantes pela exposição que fizeram sobre esse tema, que é caro e importante para nós, tanto para o São Francisco, que está em direção ao Nordeste, como também e sobretudo para o restante do nosso País e da Região Sudeste.

Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Senador Antônio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Sr. Presidente, ilustres participantes desta Mesa, Senador Otto Alencar, Srs. Deputados Federais, Senadores, sabemos que o Rio São Francisco, em outros tempos, tinha um potencial para atender a todas as demandas das populações. Não só atendia ao suprimento de energia elétrica, como ao consumo humano, à distribuição de água potável para as populações. É um grande rio, que também serviu para o surgimento de diversos perímetros irrigados, como Petrolina, Juazeiro. Lá em Sergipe, três grandes perímetros irrigados: Cotinguiba, Propriá e Betume. É um rio que proporcionou também navegabilidade e contribuiu para o turismo e para pesca.

Hoje não podemos atender a todas as demandas. Deveria haver, então, diante da realidade, uma prioridade em relação a essas demandas. O que nós queremos: energia elétrica como prioridade, irrigação, pesca, enfim, turismo rural. O rio se presta a uma dezena ou mais de utilidades.

Ocorre que o Rio São Francisco, como aqui foi bem acentuado pelo Senador Otto Alencar, está em situação vexatória, quase morrendo. Em 2001, eu ainda estava no segundo mandato de Senador – hoje estou no terceiro mandato – e, diante do clamor da nossa população ribeirinha de Sergipe, de Alagoas e da Bahia, nós apresentamos uma PEC, a chamada PEC da revitalização, que recebeu o número 27.

Ela percorreu os trâmites desta Casa e foi aprovada no ano seguinte, em 2002, diante da necessidade de que não se colocasse o carro adiante dos bois, a sobremesa na frente do almoço ou do jantar. Como lá na frente ocorreu, o governo, ao invés de dar prioridade à revitalização, conforme foi aqui acentuado, resolveu, a toque de caixa, repique de sino, executar o projeto da transposição, que até agora não chegou ao seu final. Mais de R\$8 bilhões já foram torrados nesse verdadeiro projeto faraônico.

Espero que não se transforme em faraônico, porque reconheço que existem regiões que necessitam das águas preciosas do Velho Chico, que estão infelizmente se acabando.

Essa PEC passou em todas as comissões da Câmara dos Deputados. Mas, quando chegou ao Plenário para ser votada, criando o Fundo de Revitalização Hidroambiental e para o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco, a PEC foi barrada pelo governo, sob a alegação de que criava mais uma vinculação. Não chegava nem a 0,6%, era mais ou menos 0,5%. Seria essa vinculação. Na época daquela saudosa empresa antes da Codevasf, a Comissão do Vale do São Francisco...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Essa Comissão já tinha o fundo, que acabou, se eu não me engano, em 1955, para justamente dar força a essa empresa anterior à Codevasf para promover ações de fortalecimento do rio.

Ora, o que nós fizemos foi repetir, de uma maneira até mais dramática, aquilo que já havia anteriormente na Constituição Federal, que atribuía recursos permanentes à empresa que cuidava do Vale do São Francisco com esse objetivo.

Infelizmente essa PEC ainda está lá na Câmara dos Deputados, e nenhuma providência foi tomada. Se não queriam aquele índice, por que então não se fez uma emenda reduzindo o índice? Ou, se a redação não estava compatível com desejo do governo e da maioria do Câmara dos Deputados, que se fizesse uma proposta alternativa. Mas nem isso.

Nós estamos vivendo apenas de discurso, porque, se em 2002, que foi quando nós mandamos aqui do Senado para a Câmara dos Deputados, tivesse sido aprovada essa PEC da revitalização, nós não estaríamos ouvindo o discurso indignado, que eu assino embaixo, do Senador Otto Alencar sobre a falta de revitalização do nosso rio, que provocou toda essa debaca que estamos vivendo hoje.

Ora, nem dinheiro para a dragagem há. Nem dinheiro para o plantio das matas ciliares há. Mas há dinheiro para outras finalidades. Esse dinheiro, que é desviado para outras finalidades, está repercutindo não só na nossa região, mas gerando mais decepção e falta de credibilidade dos nossos governantes naquelas regiões que esperavam a água do Rio São Francisco. A transposição não chegou lá e, tão cedo, não vai chegar.

Eu acho que no Brasil, neste momento que estamos vivendo, tão dramático, estão faltando políticos, lideranças e partidos políticos para impulsionar o nosso desenvolvimento. Eu acho que o País tem que se preparar para guerra e para paz. Na guerra também surgem grandes líderes. Nós tivemos crises, que pensávamos que o mundo não ultrapassaria, como o nazifascismo.

No entanto, nos Estados Unidos, a persistência e a liderança de um Churchill e um Roosevelt, que se uniram com os partidos políticos, inclusive adversários, para vencer o Japão depois da Segunda Guerra Mundial, provaram que eles eram estadistas e pensavam acima de sua geração. Está faltando isso aqui no Brasil, infelizmente.

Como é que uma proposta como esta, que não causaria mal nenhum ao equilíbrio fiscal do Brasil... Pelo contrário, quem sabe hoje Petrolina não estaria vivenciando esta ameaça de faltar água para os seus perímetros irrigados.

Eu estive lá, assim como o Senador Fernando Bezerra vai lá quase todos os dias. Nós temos constatado a preocupação daqueles irrigantes com a possibilidade de a água chegar ao volume morto. Ninguém nunca pensou nisso? Não é só por causa da estiagem, porque estiagem sempre houve nosso País.

É por causa da falta de projetos e de compromisso, não só do Poder Executivo, mas também do Poder Legislativo, que fica só no discurso.

Mas, na realidade, na hora de aprovar, o Senado cumpriu com sua obrigação – desculpem-me os Srs. Deputados –, mas a Câmara dos Deputados não cumpriu com a sua obrigação. Não só votando a PEC, que nós já aprovamos aqui... Quantas não existem lá também da mesma natureza, com esse mesmo objetivo?

Por isso, eu quero dizer que a Codevasf é o órgão que deveria estar comandando as ações na nossa região. Por falta de recursos, muitos projetos foram deixados de lado, como por exemplo o Projeto Xingó, em Sergipe.

O Ministro da Integração, Dr. Fernando Bezerra, esteve lá em Sergipe e lançou o projeto básico do Projeto Xingó. E o que aconteceu? Depois faltaram recursos, os ribeirinhos foram ouvidos, as comissões se reuniram lá na nossa região, e o Projeto Xingó praticamente está na gaveta. Por quê? Porque a Codevasf não tem dinheiro para tocar. Há descontinuidade no Brasil dos projetos voltados para o desenvolvimento da nossa Região Nordeste.

Por essa razão, quero parabenizar o nosso ex-Ministro e Senador Fernando Bezerra por essa iniciativa de ouvir os especialistas aqui presentes e debater essa questão dos recursos hídricos da nossa região. Essa crise está repercutindo, sem dúvida alguma, não só na nossa região, como em todo o Brasil.

Os projetos de energia alternativa têm que ser tocados, para que sobre a água para outras atividades econômicas, com geração de emprego e renda para nossa região.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu queria cumprimentar o Senador Antônio Carlos Valadares, porque acho que a fala do Senador Antônio Carlos Valadares nos remete à reflexão sobre o papel da Codevasf.

Eu acho que as bancadas de Minas, Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe deveriam se unir e, no âmbito da Comissão de Meio Ambiente, no âmbito da Comissão de Mudanças Climáticas, a gente fazer uma mobilização para fortalecer e valorizar o papel institucional da Codevasf, sobretudo o papel de revitalização do rio.

A Codevasf, ao longo da sua história, destacou-se na implantação de perímetros irrigados, na implantação de diversos projetos de saneamento – é importante aqui destacar os investimentos realizados em saneamento da Bacia do São Francisco. Mas não houve o mesmo cuidado, como aqui chamou a atenção o Senador Otto Alencar, para a questão da revitalização do rio, de uma relação de maior integração com os estados da bacia hidrográfica, para que possa haver, inclusive, uma cultura de revitalização, de preservação, daqueles que são beneficiados pelas águas do São Francisco, sejam os irrigantes, os agricultores, os pecuaristas, os comerciantes, os industriais, os poderes públicos.

Portanto, acho que a fala do Senador Antônio Carlos Valadares foi muito oportuna, porque, além de reforçar a fala do Senador Otto Alencar, coloca-nos uma obrigação: precisamos defender o papel institucional da Codevasf, que está sob ameaça de fortes restrições orçamentárias.

A Codevasf tem um orçamento hoje muito magro. Falo isso porque conheci de perto o orçamento da Codevasf. Então, é importante que a gente possa chamar atenção da valorização...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Se V. Exª me permite abrir um parêntese.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB - SE) – Na sua gestão como Ministro, V. Exª deu todo o poder à Codevasf, inclusive de desconcentrar os recursos daqui de Brasília para as regionais, que começaram a fazer licitações de obras importantes para atender aos nossos perímetros irrigados.

Lamentavelmente, a Codevasf hoje está em situação deficitária, porque não é prioridade deste Governo atender às necessidades da nossa região do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Antes de dar a palavra ao Deputado Sarney Filho, eu vou conceder, pela ordem, ao Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – É rapidinho.

Nós temos uma experiência na Bahia: a Fábrica de Florestas, que fica situada em 60 hectares além Sauípe, litoral Norte. O Presidente é o Dr. Álvaro Oyama. Implantar uma fábrica de florestas em qualquer rio, em qualquer afluente, custa R\$300 mil, com escola, inclusive, para educação ambiental e para plantar todas as mudas necessárias a qualquer região do Rio São Francisco – de São Roque de Minas até Sergipe.

Pois bem, eu fiz várias reuniões – o Dr. Vicente participou –, na busca de que o governo disponibilizasse R\$1,2 milhões para quatro fábricas de florestas. Foram várias reuniões, e não saiu um real. Este ano só se pagou transposição. Isso é uma coisa absurda, errada, que está acontecendo com o governo. Isso é uma coisa que, sinceramente, merecia uma investigação maior – mas não vou fazê-lo. Por que pagar transposição de uma água que não vai existir para chegar aos Estados receptores? Não vai haver água.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Já há polêmica sobre isso.

Com a palavra o Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Presidente Fernando Coelho, primeiro eu queria parabenizá-lo por essa iniciativa. V. Exª, como Presidente desta Comissão, tem conseguido, embora em um ano difícil, trazer ao debate matérias relevantes, não só para equacionar determinadas injustiças socioambientais, mas também para que a gente possa apontar rumos para o desenvolvimento sustentável do nosso País.

Dessa forma, a audiência de hoje não é diferente. Ela se insere dentro dessa perspectiva em que a nossa Comissão tem atuado. Primeiro, eu gostaria de concordar com Senador Otto, meu amigo lá da Bahia, conhecido, um grande político, uma grande pessoa e uma grande figura humana, que certamente, com a sua sensibilidade, tem sentindo na pele aquilo que as populações ribeirinhas estão sentindo já há algum tempo.

Também quero concordar com o Senador Antônio Carlos Valadares. Senador Valadares, eu concordo plenamente. Eu fui Ministro do Meio Ambiente quando se começou a discutir a transposição do Rio São Francisco. E eu, naquela época, fui logo muito enfático: nós não vamos aceitar transposição sem revitalização. Isso não ocorreu enquanto eu fui Ministro. Inclusive a PEC da revitalização teve o nosso apoio.

Mas, ao longo desses anos, a gente viu alguns retrocessos na preservação dos nossos ecossistemas e das nossas bacias hidrográficas. Talvez a maior delas... A gente não pode deixar de reconhecer e apontar que a mudança no Código Florestal, que flexibilizou a medição, a metragem das áreas de preservação permanente, das nascentes e das matas ciliares das beiras dos rios, foi muito nociva, em uma época extremamente difícil para o nosso sistema hidrológico.

A mudança climática vem para ficar, ninguém desconhece. Hoje nós sabemos que o que está ocorrendo no Sudeste ocorreria em qualquer situação, mas ocorreria com muito menor intensidade. As bacias que produzem, transportam e fornecem água para as grandes metrópoles do Sudeste são as bacias menos protegidas de cobertura florestal.

Então, há uma relação direta entre manutenção da água e cobertura vegetal. Isso não sou eu que estou dizendo, é científico. O próprio levantamento da SOS Mata Atlântica, um levantamento muito minucioso e muito transparente, aponta isso. É lógico que, no momento em que a gente vê que o clima no mundo mudou e os regimes de chuvas no Brasil estão mudando drasticamente, no momento em que nós temos a maior seca da história do Nordeste e a maior seca também do Sudeste, desde que se tem conhecimento.

Neste momento, a gente não vê uma ação mais eficaz, barata – não sei se foi o Senador Otto ou o Senador Antonio Carlos que disse R\$300 mil – no sentido de se recompor. Plantar a árvore é a maneira mais barata de se combater a crise hídrica, e ninguém fala sobre isso.

O próprio Código Florestal, que tem minhas críticas contundentes, tem uma exceção que nós conseguimos colocar: em caso de crise hídrica – meu nobre Vicente, nosso companheiro e colega que sempre está atento e sempre vem aqui quando a gente pede a sua presença, sempre vem aqui nos prestar esclarecimentos...

Então, dentro do nosso Código Florestal há um artigo que excepcionaliza essas áreas de preservação permanente em caso de crise hídrica. Os governantes, os chefes do Poder Executivo estaduais podem recompor a metragem ou fazer a metragem que acharem necessária. Eles têm essa faculdade aprovada aqui pelo Código Florestal. É uma excepcionalidade.

Inclusive, o Ministro Barroso já oficiou os governadores para que eles respondessem. Porque nós fomos a ele, mandamos ofício a ele, perguntando sobre essa possibilidade.

Então, é realmente muito difícil a situação do nosso Rio São Francisco, dos nossos rios em geral – tirando os rios da Amazônia. Eu vi, com muita preocupação, a previsão do clima para os próximos três meses: a Amazônia também vai sofrer uma seca muito intensa, da qual a gente não sabe as dimensões ainda.

Mas, tirando hoje o Sul e o extremo Norte do País, nós temos crise hídrica em todo o resto do País. Então, é preciso que a gente pense no futuro, é preciso que a gente pense também na questão global. É por isso que esta Comissão tem tido um papel bastante proativo nessa questão.

Tenho certeza de que o Deputado Sérgio Souza, nosso Relator, vai apontar no seu relatório alguns indicativos, para que a gente continue ou modifique a maneira de pensar a proteção dos nossos cursos d'água.

Outra questão, que tem muito a ver com a Codevasf: eu admiro muito e tenho muito respeito pela Codevasf – tanto que sou autor de uma lei que estende a área de competência da Codevasf para todo o Estado do Maranhão. Ela hoje ia ser votada na Comissão de Finanças e Tributação e, provavelmente, vai ser aprovada. Tiraram-na de pauta.

Mas a Codevasf precisa realmente – ela é um órgão de excelência, que presta serviços, que tem foco – de recursos para acabar com o esgoto e o lixo. Nós também temos que ver que, além do comprometimento pela falta de água, pelo assoreamento, nós temos também o comprometimento pela poluição.

Não é possível, por exemplo, a gente olhar São Paulo – mudando um pouco, não tem nada a ver com a Codevasf –, essa grande metrópole, cortada por dois rios, e não poder se servir desses rios, porque os rios são esgoto a céu aberto. É muito controversa essa questão.

Essas são as questões que nós temos que atacar no mundo de hoje. Nós temos que ir em cima de cada possibilidade. É por isso que eu também me somo àqueles que desejam fortalecer o papel institucional da Codevasf. Então, podem também contar com a Câmara dos Deputados, com o nosso Partido e com a Frente Parlamentar Ambientalista nessa luta, que é uma luta em prol do futuro do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu queria apenas fazer uma observação em relação ao número de investimentos que foram colocados aqui. Na obra da transposição, dos R\$8,3 bilhões, R\$1 bilhão é de ações de compensação socioambiental. Então, nem tudo é obra. Quase R\$1 bilhão é destinado para ações de compensação socioambiental.

No período de 2011 a 2014, a Codevasf investiu R\$2,1 bilhões em saneamento na Bacia do São Francisco – fora os investimentos feitos pelo Ministério da Saúde, Funasa. Estou falando só da Codevasf. O que eu quero chamar atenção é que a Codevasf hoje tem um orçamento que não deve ser metade do que foi no período de 2011 a 2014.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Presidente, só pra complementar.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Então, é preciso revalorizar a empresa.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Na Funasa, Presidente, baixaram para R\$40 milhões para água, de uma proposta de quase R\$600 milhões.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Presidente, foram feitos investimentos na área de saneamento – eu tenho um relatório de alguém da Codevasf. O Rafael está ali – em 47 cidades na Bahia ribeirinhas ao Rio São Francisco. Mas só funcionam em dois municípios. Dos 47 investimentos feitos para saneamento em cidades ribeirinhas do meu Estado, só dois funcionam.

Um é em Luiz Eduardo Magalhães, cujo Prefeito se dedicou muito para concluir, o outro eu não me lembro. Todos os outros estão parados. Até porque foram feitos em cidades com oito ou dez mil habitantes, mas a prefeitura não tem capacidade de fazer funcionar o sistema de esgoto sanitário – receberam R\$800 mil por mês.

Então, é uma obra inacabada. São 45 obras abandonadas e inacabadas no Estado da Bahia. Em Alagoas, Minas, em várias cidades está assim.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Tudo bem.

Eu quero reiterar que as responsabilidades não cabem só à Codevasf. Muitos desses recursos foram repassados via Compesa, Embasa, Copasa. E muitos desses investimentos não estão em operação, porque não se faz a rede condominial. Os projetos foram feitos para fazer a rede coletora de esgoto, o tratamento do esgoto. As cidades, que têm sistemas autônomos, ou as concessionárias estaduais deveriam implantar as ligações condominiais.

Há diversas cidades em que a obra fica pronta, mas os prefeitos não querem a ligação do esgoto porque não querem cobrar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA. Fora do microfone.) – Porque não têm dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Não. Mas veja em que situação nós nos encontramos: todos nós aqui reconhecemos que a obra de saneamento é fundamental como um instrumento de revitalização da bacia. Aplicam-se recursos, e você tem que enfrentar uma cultura de gestores municipais que não querem a ligação do saneamento e não fazem por onde.

Se eles não têm como operar, podem passar para a empresa estadual ou para a concessionária estadual operar. Não pode a cidade ficar sem saneamento, sobretudo as cidades que estão na calha do rio. A prioridade foi dada para sanear as cidades na calha do rio.

Nós tivemos até que nos colocar à disposição – estou falando de relatos que vivenciei – de dar dinheiro às empresas estaduais para elas fazerem as ligações condominiais. Agora, houve problemas em obras? Claro que houve. Diversos problemas de obras que enfrentaram problemas com o Ministério Público, de licitação, de relicitação, de contratação de preços...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Não vêm da época de V. Ex^a. É anterior a isso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Isso é comum.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Agora, não há como um município, que recebe 700 mil por mês, 0,6 do Fundo de Participação, operar um sistema de saneamento. Ele não tem nem como pagar a folha.

Na Bahia, a maioria dos municípios têm menos de 12 mil habitantes. Outra coisa, nos municípios a 200 Km da bacia do rio, como Botuporã, foi feito saneamento.

Essa situação não é do seu período. V. Ex^a foi um excelente... Só dou às pessoas o que elas merecem ter. V. Ex^a foi um ótimo Ministro, é um grande Senador, uma pessoa comprometida. Mas é o que eu digo: dos 47, nenhum foi feito pela Embasa, a empresa da Bahia. Foram todos feitos pela Codevasf. E só dois estão funcionando.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Há vários convênios que foram feitos com a Embasa.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Mas não para esse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Estou dizendo o seguinte: dos recursos operados pela Codevasf, várias foram feitas com a Embasa.

Mas eu vou oferecer a palavra ao Deputado Angelim.

O SR. ANGELIM (PT - AC) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentá-lo por essa audiência de tamanha importância, cumprimentar os nossos ilustres convidados e destacar aqui, primeiro, a participação do Senador Otto, cujo desabafo foi preciso e elucidativo.

Mas eu sou de uma região da Amazônia, do Acre. Há 20 anos, o Acre era abastecido por navios, que levavam mercadoria de Belém do Pará pelos nossos rios. Hoje, no período de estiagem, o pequeno ribeirão não consegue navegar sua canoa com pequena produção, porque a lâmina de água dos rios de alguns municípios do nosso Acre fica com 30 ou 40 cm, em função do desmatamento de imensas coberturas florestais, do processo de assoreamento, em que os leitos dos nossos rios vão ficando cada vez mais rasos.

E, no período de enchente mais grave, ele transborda com muita facilidade, fazendo com que, no ano passado, o Acre ficasse isolado do restante do País por dois meses – estou falando da Amazônia.

Mas queria ressaltar que esse é um problema planetário. Eu estou aqui com um dado da ONU que revela que 70% de toda a água disponível no mundo é utilizada para irrigação. No Brasil, esse índice chega a 72%. Os

28% restantes são usados, na maior parte, pela indústria e pela mineração. O uso humano da água potável é responsável por menos de 5% de todos os usos. Ou seja, a crise hídrica afeta o homem e a produção.

É tão grave esse problema que nós participamos de uma audiência – estavam o Senador Fernando, o Deputado Sarney – sobre a encíclica papal, e o Papa disse, na sua encíclica, que a disponibilidade de água manteve-se relativamente constante durante muito tempo. Mas agora, em muitos lugares, a procura excede a oferta sustentável, com graves consequências a curto e longo prazos.

E o Papa, que dedicou um capítulo inteiro da sua encíclica à questão da água, diz assim: “Denuncio o desperdício, clamando por medidas concretas que minimizem a escassez de água em todo o planeta”. E completa: “Uma maior escassez de água provocará o aumento do custo dos alimentos e de vários produtos, que dependem do seu uso. Alguns estudos assinalaram riscos de sofrer uma aguda escassez de água dentro das próximas décadas, se não forem tomadas medidas urgentes”.

Ou seja, não tenho dúvida de que o centro de um dos maiores conflitos deste século está na questão hídrica, que afeta o Brasil e as várias regiões distintas. Parece incrível haver problemas hídricos na Amazônia. No Nordeste, no Sudeste... Então, é um problema que afeta a todos da humanidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Deputado.

Com a palavra, o último orador inscrito, o Deputado Leônidas Cristino.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (Bloco/PROS - CE) – Sr. Presidente Fernando, eu queria parabenizá-lo por mais essa iniciativa. Eu queria também saudar todos da Mesa e saudar meu amigo, Senador Otto Alencar, que é um dos defensores do Rio São Francisco, como eu também sou.

Agora, nós do Nordeste, cearenses, não podemos deixar de não usar, no bom sentido, as águas do Rio São Francisco. Mesmo porque o Rio São Francisco é o rio da integração nacional, só que ele não chegou ao Ceará ainda, mas vai chegar, Senador. Vai chegar porque os cearenses necessitam dessa água preciosa do Velho Chico.

Mas o problema da degradação Rio São Francisco não é de hoje nem de ontem, é de anteontem. E todos somos culpados: o Governo Federal, os governos estaduais, os governos municipais e a sociedade como um todo. Todos os anos a Bacia do Rio São Francisco – só para citar o São Francisco... Mas só agora a gente está notando que exploramos demais o nosso rio, o rio da integração nacional.

Vamos nos juntar para recuperar o Rio São Francisco, a começar pelas matas ciliares, depois pela dragagem e, paralelamente, pelo saneamento básico das cidades ribeirinhas, que é um ponto importantíssimo.

O Senador Fernando relatou que existem investimentos ao longo do tempo. Ele falou, em números gerais, de R\$3 bilhões, o que é muito dinheiro. Dá para fazer muita coisa, tanto na recuperação do Rio São Francisco, das matas ciliares, das dragagens, enfim, como também do saneamento, ao longo dos 1,3 mil quilômetros do nosso rio.

Por isso, acho que é importante que a gente coloque como prioridade a transposição das águas do São Francisco, principalmente para o Ceará, o Rio Grande do Norte e a Paraíba, porque são os únicos Estados do País – Deputado Sarney, já disse isso para V. Ex^a – que não possuem rios perenes.

Pernambuco, Piauí, Maranhão, Bahia, Alagoas, Sergipe têm rios perenes. Só os nossos três Estados estão ali em uma situação difícil. Se a Bahia está passando por um momento difícil com o Rio São Francisco, com várias barragens, imaginem nós, cearenses. É uma quantidade muito pequena que vai para o Nordeste.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Eu nunca fui contra a transposição. Eu achava, como falei ao Sarney, que tinha que haver, concomitantemente, o investimento na transposição e na revitalização.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (Bloco/PROS - CE) – Mas o Senador Fernando Bezerra está dizendo que há uma parte desse dinheiro para fazer a recuperação: R\$3 bilhões – é muito dinheiro. Mas a responsabilidade, Senador, tem que chegar também para os municípios, para os estados e para a sociedade.

Nós temos que colocar na cabeça da sociedade brasileira que temos que cuidar dos nossos rios. O companheiro aqui falou do Acre, alguém falou aqui do Rio Negro. Eu vi uma reportagem ontem, Senador Fernando, que, com a diminuição da vazão do Rio Negro, a quantidade de lixo que há na calha do Rio Negro é algo extraordinário, desrespeitoso.

Nós brasileiros temos que ter a cultura de preservação e do cuidado, como filhos, dos nossos rios, independentemente de qual Estado seja, desde o Acre até o Ceará, desde o Amazonas até o Ceará, a Paraíba, o Rio Grande do Norte.

Por isso, Senador, vamos trabalhar para que as águas do Rio São Francisco cheguem até o Nordeste, até o Ceará. Se essas águas não chegarem até julho do próximo ano, a situação será muito difícil – já está difícil agora, imagine em julho do próximo ano. A situação ficará incontrolável.

De maneira que nós nordestinos temos que contribuir para a conclusão dessa transposição e conclamar nós cearenses, nordestinos, a cuidar do Rio São Francisco, porque sem ele a situação ficará muito mais difícil do que a que nós temos hoje.

Se não houvesse o São Francisco, Senador Fernando Bezerra, ninguém estaria aqui discutindo os perímetros irrigados de Pernambuco, da Bahia, de Sergipe ou de Alagoas. Não estaríamos nem conversando sobre isso.

Ainda temos uma chance, eu diria, de poder melhorar a condição de preservação e de vazão do Rio São Francisco, porque ele é, sim, o rio da integração nacional. Ele nasce nas Minas Gerais e corta alguns estados importantes do Nordeste, e vai chegar, sim – e é importante que chegue –, ao Rio Grande do Norte, à Paraíba e ao meu querido Ceará.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Você quer dar uma palavra? Senador Otto Alencar.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Senador Leônidas, eu nunca me coloquei contra a transposição do Rio São Francisco. Pelo contrário, eu sempre achei que a transposição...

Agora, investir R\$8,5 bilhões, e não investir no replantio das matas ciliares nas fontes, nas nascentes, nos afluentes, eu não vejo... Eu conheço todo o trecho do Rio São Francisco. Eu o conheci em 1973. Percorri o rio de jipe em 1973. Então, eu conhecia o rio quando tinha 15 anos, 25 anos e conheço agora, conheço o rio todo. E eu nunca o vi nesta situação em que está.

Não se plantou nada, árvore nenhuma em nenhuma nascente. O senhor pode escolher qualquer nascente do Rio São Francisco – eu desafio qualquer um – que está seca, que eu irei, com recursos próprios – uma só, porque eu não tenho mais dinheiro para isso –, plantar as matas ciliares em torno dela. Depois que elas estiverem altas, ela renovará e brotará.

Agora, o governo não fez isso. Não sei por que não fez isso. A Codevasf deveria ter uma parte da sua arrecadação para revitalizar, porque ela se nutriu a vida toda do Rio São Francisco, faturando bilhões de reais. Essa é a questão.

Então, quando eu falo assim, eu não falo contra a transposição. O Estado da Paraíba mesmo é o Estado que tem a menor quantidade de água per capita do Brasil. Eu acho que um ser humano, se eu não me engano, precisa anualmente de, no mínimo, 600m³ de água para ter as mínimas condições de sobreviver.

A Paraíba tem uma capacidade de 300m³, metade disso. O Rio Grande do Norte e o Ceará também têm os grandes açudes ainda feitos. No passado o Ceará estava em grande dificuldade.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (Bloco/PROS - CE) – Tem 19 bilhões de metros cúbicos de água.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Exato. Castanhão, Orós, esses açudes todos.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (Bloco/PROS - CE) – Conhece até o Ceará.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Eu estudo isso há muito tempo, é uma paixão da minha vida. Então, eu conheço onde ele nasce, na Serra da Canastra, em São Roque de Minas.

Conheço essas cidades ribeirinhas. Eu andei por tudo isso e o vi sadio. Hoje, eu o vejo morto, morrendo. Ou se aplica esse dinheiro na revitalização ou não adianta manter água para irrigação, nem para energia elétrica, para nada – pode certeza absoluta disso –, e muito menos para algo nobre, que é a transposição, para atender ao povo cearense, ao povo pernambucano.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (Bloco/PROS - CE) – Está melhorando, viu...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Ainda não melhorou, não. Eu nunca falei isso. V. Ex^a não deve ter prestado atenção. Eu nunca falei contra a revitalização.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (Bloco/PROS - CE) – Estou brincando, estou brincando. Mas eu queria que todos defendessem a transposição do Rio São Francisco. E acho que V. Ex^a defende.

E V. Ex^a deu uma ideia importante, que eu captei aqui, e acho que nós deveríamos tomar uma providência. O senhor falou que a Chesf já ganhou muito dinheiro, mas muito mesmo, sem devolver nada para o Rio São Francisco, porque a Chesf é filha do Rio São Francisco.

Ora, como ela ganhou bilhões e bilhões de reais, ao longo do tempo, e não investiu nada para preservar o Rio São Francisco?

Essa ideia é boa e vamos trabalhar em cima disso.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Essa é uma ideia boa. Ela pode gerar um percentual sobre a receita da Chesf para a revitalização.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Eu quero acrescentar que, no dia 27 de novembro, estou indo com o Governador da Bahia e membros da Comissão de Meio Ambiente – convidei até o Fernando – ao Município de Bom Jesus da Lapa.

O SR. LEÔNIDAS CRISTINO (Bloco/PROS - CE) – A audiência é no dia 17.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – É no dia 17. E no dia 27 é a diligência que vamos fazer em Bom Jesus da Lapa, que é a capital religiosa do Rio São Francisco, na Bahia, pois de Minas é outra cidade; de Januário é outra cidade; de São Francisco mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Nós vamos estar lá.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco/PSD - BA) – Então, vamos lá. E o Governador Rui Costa vai colocar recursos próprios para instalar as fábricas de floresta a nível do Rio Corrente e no Rio Grande, e começar esse trabalho até para chamar a atenção.

Há pouco tempo, fui à romaria das águas e das terras, em Bom Jesus da Lapa, que acontece todos os anos, e levei para lá a cartilha. Eu a distribuí em todas as escolas, mostrando como preservar a natureza. Inclusive, ela foi feita com modestos recursos próprios. Mas coloquei nas escolas de toda a região para chamar a atenção dos jovens, da juventude, para não haver a mesma ação daqueles que destruíram o Rio São Francisco.

E sabem quem foram os maiores destruidores do Rio São Francisco? Os proprietários da Franave, do vapor, porque o vapor era movido à caldeira. Cortavam na beira do rio, colocavam na caldeira para alimentar o vapor. Então, foi exatamente o dono do vapor que ganhou também dinheiro contra esse nobre rio e o destruiu.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Vamos oferecer aqui a oportunidade para os comentários finais, começando com o José Ailton. Quer fazer alguma consideração?

O SR. JOSÉ AILTON DE LIMA – Só uma consideração final. Primeiro, agradeço todas as ponderações e contribuições que foram feitas aqui. Particularmente, eu queria destacar que comungo em gênero, número e grau, com as preocupações e com as proposições que o Presidente da ANA, o Vicente, colocou aqui. Eu acho que isso está muito bem colocado.

Nós temos de pensar que a água do São Francisco, a partir de agora – já faz um tempo que eu acho que se vem visualizando isso –, não pode ser exclusivamente para a energia elétrica. Agora, as coisas têm tempo para acontecer e elas precisam também que determinadas etapas sejam cumpridas.

Os senhores aqui conhecem a história das secas no Sertão do Nordeste e sabem que, no século XVII, XVIII, as secas eram brutais, morriam milhares e milhares de pessoas. E nós não tínhamos o grau de industrialização nem de poluição das águas que temos hoje. No entanto, as secas já existiam.

Então, foi feito um grande programa de açudagem, no Nordeste. E se achava naquela época, no início do Século XIX, que, se colocassem os açudes, estava resolvido o problema da seca no Nordeste. Qual foi a conclusão a que chegamos cem anos depois? É que os açudes, por si só, não resolviam, como não resolveram.

Agora, a etapa seguinte é integrar os açudes ao grande rio, que é a grande fonte, o São Francisco. Nesse sentido, acho que a preocupação do Deputado está correta.

A integração do São Francisco dá um passo à frente no que foi o Programa de Açudagem, porque só a açudagem não resolveu. E agora temos de dar um outro passo. A energia elétrica não pode continuar mais sendo a prioridade do Rio São Francisco para o Nordeste. Por quê? Porque temos outras formas de gerar energia. E essa forma hoje começa a se concretizar.

Nós estamos hoje – hoje, neste momento – com quase cinco mil megawatts de potência de eólica instalada no Nordeste. No final de 2016, nós vamos estar com sete mil megawatts. E no final de 2018, vamos estar com dez mil megawatts de potência instalada de eólica, que é o sistema atual da Chesf. Então, em 2018, vamos ter uma Chesf só de eólica no Nordeste.

Esse passo precisava ser dado. Não adianta só dizermos aqui: “Não, não coloca água para gerar energia.” Mas vai substituir com o quê? Vai-se substituir agora porque temos tecnologia e capacidade de engenharia e de construção suficientes para erguer um parque de dez mil megawatts. A Alemanha levou quase vinte anos para fazer um parque desse porte, e nós estamos fazendo na metade do tempo, em dez anos. E vamos desenvolver mais. Então, acho que esse debate tem de ser colocado, sim, nos termos de que para a água do São Francisco terão de ser redefinidas as prioridades. Eu concordo com o Vicente quando ele coloca que as prioridades que colocamos há cem anos não são mais válidas hoje. Mas evidentemente era necessário construir os mecanismos para termos base para as outras prioridades. E acho que estamos nesse caminho.

Agora, temos uma questão concreta aqui, senhores, de que não podemos nos esquecer: não vamos nos iludir aqui achando que se fizéssemos toda a revitalização estaria assegurado que não haveria seca. Isso não é verdade, como não é verdade que, se tivéssemos cem por cento da nossa população alfabetizada, estariam todos empregados, porque existem países no mundo em que a população é totalmente alfabetizada, inclusive com alto grau de alfabetização, e o desemprego é maior do que aqui. Por quê? Porque as coisas não são assim, a relação não é esta: emprego e educação; e, se eu fizer a revitalização, no outro dia, tem chuva. Não é assim, porque existem outros senões na natureza que não controlamos. Inclusive, sequer conhecemos o ciclo da natureza. Estamos debatendo uma questão aqui para a qual somos capazes de fazer uma previsão somente para daqui a quinze dias. Passou disso, ninguém...Nem quem faz as previsões diz que acredita nelas. De fato, não acredita, porque com três meses, seis meses na frente, não têm valor nenhum.

Então, eu acho que todo esse debate aqui, neste momento, é importante para fazer com que sintamos que, ao longo do tempo, nas coisas que foram feitas, pode ter havido erros no caminho, mas acho que houve coisas muito positivas.

A Barragem de Sobradinho, podemos fazer a maior crítica que se quiser a ela, mas se ela não existisse hoje, a vazão que estávamos tendo no rio lá era de trezentos ou talvez menos. Então, não podemos cuspir no prato que comemos. Nós inventamos esse processo e nós temos de dar desdobramento a ele, aperfeiçoá-lo e melhorá-lo.

Acho que esse é o desafio de todos nós aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, José Aílton.

Com a palavra, o Dr. Napoleão, para as suas considerações finais.

O SR. LUIS NAPOLEAO – No que se refere aos projetos flutuantes que envolvem também desassoreamento, a jusante do Sobradinho, temos alguns investimentos sendo feitos, onde há necessidade. Isso significa, Senador, praticamente a mesma população em uma área maior de irrigante do que o Perímetro Nilo Coelho. Então, falamos aqui sobre o Nilo, mas os investimentos também estão sendo feitos na jusante.

Falo aqui as palavras do Dr. Vicente, da ONS, Chesf, de todos os envolvidos. Para alguns, pode aparentar ser fácil diminuir, segurar a vazão, mas isso tem um impacto muito grande. Então, eu diria que ele está sendo feito com muito cuidado. A iniciativa do Ministério da Integração de consultar previamente todos os envolvidos, todos os atores, é uma maneira, eu diria, muito responsável de lidar com a situação.

Então, há investimentos na jusante até o baixo São Francisco, chegando na região de Sergipe e de Alagoas. Em Sergipe – o Senador Valadares já saiu –, nós já entregamos os primeiros investimentos do programa do projeto de flutuantes.

Com relação à revitalização, como se falou aqui, eu queria prestar só alguns esclarecimentos. A Codevasf tem cerca de 1,2 mil nascentes recuperadas naquela região de Minas. Mas, se é de todo tamanho a gravidade, isso é pouco, pois precisamos abranger toda a região.

Com relação à questão do esgotamento, Senador Otto não está, sem tornar polêmico, pois talvez não estejamos falando dos mesmos Municípios, mas, para os Municípios das áreas de abrangência da Codevasf, foram, de fato, 47 projetos, dos quais três foram excluídos, quinze estão em funcionamento, e 29 ainda se encontram em obras. Então, na realidade, essas informações, eu diria, são atuais, da situação de hoje. Talvez as informações que ele tenha não sejam informações tão recentes como as que nós temos.

Para finalizar, vou transmitir a todos os colegas e funcionários da Codevasf, bem como aos colaboradores, que nós saímos daqui também satisfeitos em ouvir do Senador Fernando Bezerra, do Deputado Sarney Filho, e dos demais Parlamentares que aqui se pronunciaram, esse apoio ao dizer da importância da Codevasf. Para nós que fazemos a Codevasf é muito importante ouvir isso. A Codevasf tem uma equipe técnica excelente, tem um grande trabalho prestado e tem muito a contribuir para o desenvolvimento ainda da Bacia do São Francisco.

Portanto, quero agradecer e dizer que eu estarei transmitindo esse apoio que nós estamos aqui recebendo de todos vocês.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Dr. Napoleão.

Para encerrar essa fase das considerações finais, o Dr. Vicente Andreu.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Também agradeço a oportunidade e cumprimento os Senadores e Deputados pelas intervenções apresentadas.

Dois pensamentos muito rápidos.

O primeiro é o que aprendi de uma senhora no Rio Grande do Norte. Ouvi dela, em uma reunião sobre a seca, que a primeira coisa que a chuva lava é a memória da seca. Bom, não podemos – nós não podemos – permitir que uma eventual retomada a uma condição de normalidade, seja essa normalidade que seja, nos retire a reflexão da necessidade de aprofundamento e melhorias particularmente no sistema de águas do Brasil.

Acho que o Brasil muito avançou, isso é reconhecido. Agora, temos de ter uma autocrítica sincera de que muito precisa ser feito. Há uma questão central que o Deputado Sarney Filho levantou e sobre a qual eu quero dizer o seguinte: há escolas de pensamento – eu particularmente não sou hidrólogo, sou estatístico – que enfrento, de maneira positiva, no âmbito da ANA, da relação entre a água e o plantio árvores. Há muito hidrólogo importante no Brasil que se recusa a aceitar que o sistema de água coloque como uma exigência para o seu outorgado que se recuperem as nascentes das matas ciliares. Então, precisamos também – eu acredito – mudar uma cultura. Não sei se está no campo da legislação, mas está no campo da cultura que árvore é sistema de meio ambiente, que água é outro sistema.

E os depoimentos que ouvimos aqui, do senhor, em particular, do Senador Otto Alencar e dos demais Deputados e Senadores aqui presentes, apontam nessa direção, com a qual nós temos total concordância e queremos colocar a ANA nessa direção, muito embora enfrentemos dificuldades. Não vou mencionar o caso, por uma questão ética, mas agora, em um momento delicado, quando colocamos ao outorgado a condição

de recuperar as matas ciliares dos seus reservatórios, isso foi interpretado como sendo um avanço muito longe da área de recursos hídricos. E essa não é nossa competência, como está evidenciado aqui.

Para encerrar, eu queria fazer um pedido, em particular aos Deputados e Senadores, mais aos Deputados, sobre a questão orçamentária.

A Agência Nacional de Águas recebe seus recursos fundamentalmente a partir da cobrança do setor elétrico. Em uma negociação com o Ministro Paulo Bernardo e com o Presidente Lula, a partir de 2010, esses recursos eram descontingenciados. Nós podíamos aplicar totalmente os nossos recursos na gestão de recursos hídricos.

E infelizmente, neste ano, para o Orçamento de 2016, não tivemos a compreensão do Ministério de Planejamento, que colocou a proposta orçamentária voltando a contingenciar os recursos da Agência Nacional de Águas.

Nós temos uma articulação com o relator do Orçamento, no sentido de restabelecer essa condição e, como foi mencionado aqui, existe a importância de que a gestão envolva fundamentalmente prioridade, e a prioridade significa colocar recurso.

Eu gostaria de fazer um pedido aos Deputados e Senadores para restabelecerem no Orçamento as condições definidas pelo Presidente Lula, mantidas pela Presidente Dilma, mas que infelizmente agora foram retiradas pelo Ministério do Planejamento.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não, Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – É só para um registro. Primeiro, é para dizer que a nossa comissão aprovou uma emenda de comissão para a Agência Nacional de Águas no valor de R\$300 milhões. Nós aprovamos aqui, é uma prioridade e isso demonstra já a nossa preocupação. É uma iniciativa do Presidente da comissão e que foi aprovada por unanimidade. E é evidente que nós vamos fazer isso.

Quanto à questão – bem rapidamente – do plantio na beira dos rios, nas matas ciliares e nas nascentes, eu acho que isso já está praticamente comprovado cientificamente, porque não são nem um nem dois, são centenas de depoimentos que dizem que nas nascentes que estavam secas, depois que foram plantadas árvores, voltou a brotar água.

Quanto aos rios, não há o que discutir, porque sem árvore, quando vem a chuva vai desbarreirar e vai fazer com que a calha do rio seja mais rasa. Isso é óbvio, além da maneira como as árvores distribuem.

Eu acho que realmente ainda existe. Eu me lembro que, quando Ministro, tivemos uma certa discussão, inclusive, com o ex-Presidente da Comissão, o Gerson Kelmer, que hoje é quem dirige e está tentando solucionar o grave problema da água de São Paulo.

Ele é mais ou menos dentro disso. Ele achava isso, naquela época. Não sei hoje, anos depois, e com esse problema do aquecimento global, mas existem técnicos realmente que não têm essa clareza, essa noção. Mas creio que hoje já não existem mais dúvidas. Pelo menos, da nossa parte, não existe mais dúvida.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu queria agradecer a presença dos nossos convidados, do Dr. Luis Napoleão, representando aqui a Codevasf; do Dr. José Ailton, representando a Chesf; e do nosso amigo, Dr. Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Águas.

Antes de encerrarmos os trabalhos, eu gostaria de propor, aproveitando que tivemos um quórum muito expressivo hoje, com a presença de diversos Senadores e Deputados, além da aprovação da Ata da presente reunião, a aprovação de dois requerimentos.

O primeiro é para uma nova audiência sobre esse tema para o dia 25, daqui a três semanas, para poderemos acompanhar a evolução do trabalho da Codevasf, a monitoração da Chesf em relação a como vai a questão da fluência, a chegada a Sobradinho, como é que as coisas estão se comportando, para que possamos, no dia 25, neste mesmo horário, às 14 e 30 minutos, saber se estamos, de fato, ultrapassando esse momento crítico que está a preocupar todos da Bacia, sobretudo do sub e médio São Francisco.

E o segundo requerimento, que eu também submeto à aprovação, é respondendo um pouco à sugestão do Dr. Vicente, no sentido de que a comissão aprove um requerimento de apoio à redução da vazão, porque ela vai ser tomada a partir de final de novembro. Aqui, estamos sugerindo que ela comece a partir do dia 29, que é quando ela chega ao nível zero, entre 29 e 5.

Nós vamos então encaminhar esse requerimento, que será encaminhado agora, para o Ibama e para a ANA, e vamos também estimular outras instituições, outras entidades, que caminhem nessa mesma direção, para dar o respaldo social dos Estados, não só de natureza social e política, mas o respaldo técnico que essas instituições precisam para poderem implementar essa redução de vazão.

Então, os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação da Ata e com os dois requerimentos permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

A Ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 15 minutos.)

ATA DA 16ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE TRATAR DO CASO DE FRAUDE EM SOFTWARES NOS MOTORES DE CARROS DA VOLKSWAGEN, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 12 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 10H, NO PLENÁRIO Nº 6, DA ALA SENADOR NILO COELHO, DO SENADO FEDERAL.

Às dez horas e vinte minutos do dia doze de novembro de dois mil e quinze, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senador Flexa Ribeiro e do Deputado Daniel Coelho. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, Senadores Garibaldi Alves Filho, João Capiberibe e Hélio José. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de tratar do caso de fraude em softwares nos motores de carros da Volkswagen. O Presidente procede a leitura da Carta encaminhada pelo Greenpeace à Comissão, a pedido do Vice-Presidente da Comissão, Deputado Sarney Filho. Após a leitura, o Presidente convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Antonio Megale - Diretor de Assuntos Governamentais da Volkswagen do Brasil e Dra. Ana Cristina Rangel Henney - Diretora de Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dez minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente**

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para tratar do caso de fraude em *softwares* nos motores de carros da Volkswagen.

Eu tenho a honra de poder convidar, para tomar assento à Mesa, o Sr. Antonio Megale, Diretor de Assuntos Governamentais da Volkswagen do Brasil.

Convido também, para tomar assento à Mesa dos trabalhos, a Srª Ana Cristina Rangel Henney, Diretora de Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que está representando a minha amiga Presidenta do Ibama, Drª Marilene, que, na manhã de hoje, está acompanhando a Senhora Presidente da República, na visita ao Estado de Minas Gerais, por ocasião da tragédia que ocorreu em Mariana.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

Senhores e senhoras que nos honram aqui com a sua presença, hoje é um dia muito complicado no Senado Federal, porque é o último dia para votação das emendas ao PPA, e a maioria das Comissões está deliberando. Então, espero que, ao longo da nossa reunião, a gente possa contar com a presença de membros desta Comissão para esta importante audiência.

No final do mês de setembro, conforme foi amplamente divulgado pela imprensa mundial, o Departamento de Justiça dos Estados Unidos deu início a uma investigação penal contra a montadora alemã Volkswagen, devido a indícios de instalação pela montadora de um *software* utilizado para fraudar resultados de teste de emissão de poluentes em quase 500 mil automóveis movidos a diesel naquele país. Após a descoberta da fraude, a Volks admitiu ter instalado o dispositivo em cerca de 11 milhões de automóveis em todo o mundo, incluindo mais de 17 mil unidades comercializadas no Brasil. O dispositivo identifica a aplicação de testes nos veículos e altera o padrão de emissões durante a sua realização, fazendo com que o resultado seja diferente daquele que seria encontrado em condições normais de uso.

Em decorrência da fraude, o Ibama, dada a sua competência, notificou a Volkswagen do Brasil para informar se houve a produção ou comercialização no Brasil de veículos contendo algum item de ação indesejável nos mesmos moldes dos dispositivos encontrados nos veículos comercializados nos Estados Unidos da América. A notificação foi enviada no dia 25 de setembro deste ano e o prazo de resposta deflui no final do mês de outubro. As informações iniciais divulgadas pela imprensa e admitidas pela Volkswagen indicavam

que a fraude estava relacionada a emissões de óxidos de nitrogênio em desacordo com os padrões vigentes, afetando somente motores a diesel.

Neste mês, entretanto, a imprensa europeia divulgou novos fatos a respeito da suspeita de que há fraude também em motores à gasolina, provocando emissões irregulares de dióxido de carbono, além dos óxidos de nitrogênio.

De acordo com o Inventário Nacional de Emissões Atmosféricas por Veículos Automotores Rodoviários de 2003, publicado pelo Ministério do Meio Ambiente, os principais poluentes atmosféricos tipicamente emitidos pela combustão dos motores veiculares são monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio em geral, material particulado, aldeídos, hidrocarbonetos não metano, metano, dióxido de carbono e óxido nítrico, todos são emitidos na combustão da gasolina; na queima de etanol hidratado de gás natural veicular, não são consideradas emissões de material particulado; na combustão de óleo diesel, não são computadas emissões de aldeídos.

É importante mencionar ainda que o Brasil possui uma frota superior a 35 milhões de veículos leves do ciclo de Otto, que são os motores movidos à gasolina, etanol, *flex* e GNV, e 3,5 milhões de veículos de ciclo diesel. As emissões veiculares de óxido de nitrogênio, apenas para ilustrar, com o poluente envolvido na fraude em questão, chegam a 800 mil toneladas anuais, sendo que 75% dessas emissões são provenientes de veículos do ciclo diesel.

Essa categoria de poluentes é responsável por doenças respiratórias e pelo agravamento do efeito estufa. Assim, além dos graves problemas que sua emissão acima dos limites tolerados causa ao meio ambiente e à saúde pública, ocorrem impactos negativos que afetam as mudanças do clima. Quanto às emissões de dióxido de carbono, um dos principais gases do efeito estufa, a frota brasileira emite cerca de 170 milhões de toneladas por ano apenas de CO₂ de origem fóssil, sendo cerca de três quintos desse montante provenientes de veículos a diesel.

Os números relacionados à frota e às emissões brasileiras demonstram a importância do estabelecimento de padrões rigorosos e do controle da poluição atmosférica causada pelos automóveis voltados para o êxito do País na contribuição ao combate às mudanças climáticas globais. Inadmissível, portanto, tolerar atitudes que comprometam a liderança que o Brasil pretende exercer nesta área no cenário internacional.

Eu apenas destaco a presença que o Brasil terá na COP 21, que já se aproxima. Esta Comissão estará representando o Congresso Nacional durante o evento da COP 21. Estaremos presentes com uma delegação de Deputados e Senadores, e certamente o Brasil será um dos países líderes para a condução de um acordo global que poderá envolver mais 196 países. Por isso que esta Comissão deliberou, antes de nos fazermos presentes em Paris, pela oportunidade de ouvir aqui na Comissão a Volkswagen do Brasil e o Ibama, em relação a essa questão que mereceu toda a atenção da imprensa internacional.

Aparentemente esse escândalo que envolve o caso da Volks é o maior de todos os tempos na indústria automobilística. É preciso que as autoridades e a Volkswagen sejam transparentes, prestando todas as informações necessárias para que a sociedade saiba o que, de fato, ocorreu. Apesar das várias explicações e providências divulgadas pela montadora, inclusive no que concerne aos fatos ocorridos no Brasil, parece-nos que ainda restam dúvidas sobre como se conduzir a solução para o problema. Nesse sentido, esta audiência é de fundamental importância para oferecermos à Volkswagen do Brasil a oportunidade de esclarecer os fatos destacados e também ouvirmos o Ibama sobre as medidas que estão sendo adotadas neste caso.

Eu gostaria, na sequência, de poder passar a palavra ao representante da Volkswagen do Brasil, Sr. Antonio Megale, e de ouvir a palavra da representante do Ibama, a Sr^a Ana Cristina, que é Diretora de Qualidade Ambiental. Mas eu pediria a compreensão dos nossos convidados para dizer que chegaram a esta Comissão documentos encaminhados pelo Greenpeace, e nos solicitaram que a gente pudesse fazer o registro da carta que foi encaminhada à nossa Comissão. Eles também anexaram ofícios que foram encaminhados ao Ministério do Meio Ambiente, à Ministra Izabella Teixeira, como também a carta que o Greenpeace encaminhou ao Presidente do Conselho da Volkswagen do Brasil, o Sr. David Powels, a carta do Greenpeace.

Eu farei uma breve leitura, atendendo à solicitação do nosso Vice-Presidente, o Deputado Sarney Filho, que está envolvido com a tragédia de Mariana, em Minas Gerais, e me pediu para colocar a justificativa da sua ausência nessa reunião.

Prezados senhores [esta é a carta do Greenpeace], após o uso de *software* para burlar testes de emissão de poluentes ser comprovado em mais de 11 milhões de veículos a diesel da empresa Volkswagen ao redor do mundo, o Greenpeace mundialmente condenou essa atuação e pede transparência e ambição dos países e da empresa quanto à emissão de poluentes de gases de efeito estufa. Notícias recentes ainda comprovam que testes de emissão de CO₂ e de consumo de combustível também foram burlados, desta vez na Europa, e que outras marcas pertencentes à companhia também estariam envolvidas em fraudes, como a Porsche e a Audi, incluso veículos à gasolina.

Recentemente o Greenpeace Brasil enviou cartas com demandas para o Governo Federal, mais especificamente para o Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior (MDIC) e o Ministério do Meio Ambiente e para a empresa Volkswagen.

Para o Governo Federal, nas figuras do MDIC e do Ministério do Meio Ambiente, a demanda do Greenpeace: a investigação da fraude realizada pela Volks em motores a diesel, estendidas a modelos que utilizam outros combustíveis com análise de seus reais impactos; realização de testes de emissão no Brasil em ciclo de uso real, o *Real Driving Emissions*, de forma sistemática, em laboratórios independentes com resultados aberto à população; e a terceira demanda é a criação de metas obrigatórias de eficiência energética veicular alinhadas com a União Europeia, visando ao aumento mínimo de 41% desse número até 2021 em relação à linha base de 2011 do Inovar-Auto.

E, para a empresa Volkswagen, são três demandas: que divulgue mais amplamente ao público, em seus meios de comunicação, em veículos de mídia, esclarecimentos sobre a fraude em motores a diesel, com informações sobre vendas de veículos adulterados e seus reais impactos no Brasil; a segunda demanda, que a Volks promova o aumento mínimo de 41% da eficiência energética média de sua frota até 2021, como já tinha me referido, alinhado à base de 2011 adotada pelo Inovar-Auto; e, finalmente, que apresente um plano ambicioso, com cronograma definido, de investimentos agressivos em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias aplicadas à eletromobilidade para substituição de motores a combustão. É o sonho do carro elétrico.

Esse é o ofício que foi encaminhado pelo Greenpeace.

E registro a presença dos nossos Senadores: do meu Líder do Partido Socialista Brasileiro, Senador João Capiberibe; e da grande Liderança do Senado Federal, o ex-Presidente desta Casa, ex-Governador do Rio Grande do Norte, um dos mais destacados Senadores do PMDB, Senador Garibaldi Alves, Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, que nos dá a honra da sua importante presença nesta audiência pública.

Com a palavra o Sr. Antonio Megale, Diretor de Assuntos Governamentais da Volkswagen do Brasil.

O SR. ANTONIO MEGALE – Caro Senador Bezerra, Dr^a Ana Cristina, quero dizer, em nome da Volkswagen, que é uma satisfação estar aqui, é uma oportunidade. A gente está encarando esta audiência como uma oportunidade para podermos esclarecer todas as dificuldades que aconteceram com esse lamentável fato que foi identificado. Realmente a Volkswagen cometeu essa falha que foi descoberta lá nos Estados Unidos. Foi uma coisa que não foi feita por toda a companhia, de forma que foi uma surpresa para a companhia; para a maior parte da companhia foi uma grande surpresa.

Isso foi realmente um *software* desenvolvido por uma área de engenharia da Volkswagen que, infelizmente, foi instalado em uma série de carros e está criando essa dificuldade. Quando o problema veio à tona, naturalmente foi uma grande surpresa para Volkswagen.

Primeiro, falando em termos mundiais, imediatamente o Presidente mundial da Volkswagen assumiu a responsabilidade, embora claramente não tivesse ciência dessa dificuldade que estava acontecendo, e ele naturalmente deixou a empresa e, nesse mesmo momento, foi nomeada uma nova pessoa, que comprovadamente tinha isenção nessa questão, para que tomasse a frente dessa investigação, dessa verificação.

A Volkswagen mundial contratou institutos internacionais, universidades da Alemanha, para fazer uma profunda investigação interna na empresa, o que estava acontecendo, o que tinha acontecido. E, além dos 480 mil veículos que tinham sido anunciados nos Estados Unidos como tendo problema, foi verificado que ao todo, no mundo, equipamentos...

O que foi feito? Só para explicar, foi feito um *software* que faz o gerenciamento do motor. E aquele *software* tinha algumas rotinas que, quando identificavam que o veículo estava numa condição de teste, em laboratório, minimizava a emissão de poluentes; quando ele estava numa condição de operação normal, o veículo privilegiava questões de dirigibilidade, potência e *performance* do motor, o que é proibido, o que não se pode fazer.

E sabemos que é uma falha, foi realmente uma falha, mas a visão da Volkswagen mundial é tratar esse assunto com a maior transparência. Essa é a determinação. Assim estamos fazendo, e por isso estamos aqui.

Foi levantado no mundo um universo de aproximadamente 11 milhões de veículos que têm esse *software*. Não quer dizer que todos tenham atuação. E isso está sendo verificado com profundidade.

E, por isso, há uma demanda de tempo, porque a complexidade de modelos no mundo inteiro e de motores, de versões, de opções é muito grande, está sendo verificada no mundo inteiro e será dada uma solução a todos os clientes, porque os clientes são o nosso principal patrimônio. E nós temos a obrigação com nossos clientes, mas temos que dar uma satisfação geral a todo mundo, porque esse é um procedimento que nunca fez parte da Volkswagen, foi uma grande surpresa. As empresas alemãs, como todos sabem, normalmente, são pautadas por uma seriedade muito grande no seu trabalho, uma transparência, uma rigidez tecnológica. E infelizmente nós tivemos essa dificuldade.

Houve uma modificação total na estrutura da Volkswagen, inclusive mundial, e, nas áreas de *compliance*, foi feita uma reestruturação total, porque infelizmente os nossos sistemas de *compliance* não foram capazes de identificar que estava acontecendo isso. Então, a gente verificou que havia essa necessidade de fazer uma mudança. Criamos uma nova diretoria só com isso, que está sendo comandada por uma juíza alemã com notória sabedoria sobre a questão. E temos certeza de que a empresa vai se sair melhor.

Vindo para o Brasil, o que eu acho que é a preocupação de todos, nós temos que saber como esse problema afeta o Brasil. E, no primeiro momento, aqui no Brasil, não havia nenhum conhecimento desse *software*, ninguém conhecia, nem da engenharia, de nenhuma área. Foi uma surpresa total. Fomos surpreendidos por essa novidade e, naturalmente, passamos a fazer os contatos com a matriz. E esse estudo está sendo feito especialmente na matriz, e vou dizer por quê.

No primeiro momento, foi levantado que era para motores a diesel, e no Brasil, a Volkswagen no Brasil oferece um produto comercializado com motor a diesel, que é uma picape chamada Amarok. Esse motor é um motor de uma família que chamamos de EA 189, que é um motor produzido na Alemanha, numa única fábrica. Ela produz esse motor para todas as versões, para todos os veículos que são equipados com essa motorização no mundo. No nosso caso, esse motor é exportado da Alemanha para a Argentina, e a Argentina é quem produz a picape Amarok, e nós importamos a picape Amarok da Argentina e a comercializamos no Brasil.

A picape Amarok é comercializada aqui desde o modelo 2011. E, naturalmente em conjunto com Alemanha, fizemos todas essas solicitações, pedimos as investigações, porque a competência do desenvolvimento desses motores a diesel não está aqui no Brasil, está na nossa matriz, está da nossa central, onde ela produz esse motor e distribui para o mundo inteiro.

Então, em parceria com a nossa matriz, foram feitos testes, foram feitas verificações, para entender se a Amarok estava ou não estava envolvida nessa questão. E a constatação que fizemos é que a primeira versão da Amarok, que foi produzida modelo 2011 e modelo 2012, sim, continha esse *software* com esse dispositivo que fazia essa variação. A partir do modelo 2013 – lembrando que os modelos ano/modelo 2011 e ano/modelo 2012 cumpriam uma fase do Proconve, que é a Proconve Veículos Leves 4, PL-4, como chamamos, estavam realmente com esse *software*.

A partir do modelo 2013, ano/modelo 2013, quando passamos à nova fase do Proconve, que atende a PL-6, que é a fase posterior no que se refere à limite de emissões, não tem mais esse dispositivo. Isso já foi constatado e verificado. Então, nós ficamos restritos a esses veículos ano/modelo 2011 e 2012. Fizemos o levantamento, e são exatamente 17.057 mil unidades, que estão com esse *software* instalado.

Adicionalmente a isso, nós não tínhamos a informação de como ele funcionava em detalhes. O conceito é este: durante o teste, ele otimiza as emissões e, fora do teste, ele otimiza a *performance*.

Nesse meio tempo, junto à matriz, foi desenvolvido um novo *software* que anulava essa questão e fazia com que o *software* de comando do motor do veículo trabalhasse da mesma forma tanto no teste quanto fora do teste. Nesta semana, acabamos de ter os primeiros resultados de teste. E, para a nossa felicidade, nós podemos identificar que, mesmo com o *software* operando, os limites de emissão do Brasil estão cumpridos. Não é suficiente, porque o dispositivo não pode ser colocado. É um dispositivo que não está de acordo com as leis, mas felizmente, mesmo atuando, em nenhum momento, a gente ultrapassa os limites de emissão, que são dessa fase PL-4.

O que a Volkswagen vai fazer? Nós estamos em fase de desenvolvimento de um *software* de produção, porque esses, por enquanto, são equipamentos de teste. E, assim que isso for disponibilizado, nós vamos dar a melhor solução. Inclusive, dispusemo-nos, junto ao Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), no sentido de fazer uma campanha de *recall*, para, se assim foi entendido, fazer a troca de todos os *softwares* de todos esses 17.057 mil veículos.

Eu acho importante a gente só ressaltar que, em momento nenhum, esse *software* criou alguma dificuldade do ponto de vista de segurança para os consumidores. Os veículos continuam circulando. E agora, para a nossa felicidade, nós tivemos essa informação de que, mesmo com ele atuando, nós ainda estamos dentro dos limites.

Já tivemos uma longa estrada até agora, visitando alguns órgãos. Estivemos no Ibama, tivemos uma solicitação do Ibama e a respondemos. Estivemos lá pessoalmente, lá informando a situação, assim como no DPDC, no Procon, na Cetesb, no Inmetro, no Ministério do Meio Ambiente, no sentido de, com a maior transparência e a maior clareza, deixar esse problema absolutamente limpo para todos os consumidores e todos os órgãos estaduais, federais, para que possam entender a situação.

E vamos assumir todas as responsabilidades que temos sobre o caso, o que for demandado. Já estamos até marcando com o Ibama uma visita nos próximos dias, para apresentar todos esses relatórios de teste. E, desde o primeiro momento, nós falamos com todos os órgãos governamentais ligados à questão do meio am-

biente que todos os nossos veículos estariam à disposição para teste, para o que fosse necessário, para que a gente pudesse ter essa situação plenamente esclarecida.

Aqui no Brasil a questão do *software* era somente limitada a esses 17.057 mil carros, que é um número expressivo para nós. E nós vamos dar a melhor solução para todos os clientes.

Quanto ao segundo tema que foi abordado, referente à questão mais recente de CO₂, nenhum motor do Brasil tem esse problema. Simplesmente foi mencionado que alguns veículos, aliás um número expressivo de veículos no mundo, tinha alguma variação do ponto de vista do limite de CO₂, mas isso é limitado a um motor a gasolina, que é um motor 1.4 com desativação de cilindro, que nós não comercializamos no Brasil, e a algumas versões de diesel que cumprem a Euro 6, lá na Europa, que nós também não temos no Brasil.

Então, o nosso universo, quero deixar bem claro, no Brasil está limitado a esses 17,057 mil carros. E nós faremos, assim que o novo sistema, o novo *software* de produção estiver desenvolvido, a adequação dos veículos de forma apropriada, sem nenhum prejuízo aos clientes. E, nesse meio tempo, nós estamos vendo que, felizmente, em nenhum momento, ultrapassamos os limites do Proconve.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado.

Na sequência, passo a palavra para a Srª Ana Cristina Rangel Henney, Diretora de Qualidade Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A SRª ANA CRISTINA RANGEL HENNEY – Bom dia, Senador! Bom dia, Antonio! Bom dia, senhoras e senhores!

É um prazer estar aqui para esclarecer os procedimentos e informar os procedimentos que o Ibama adotou tão logo soube, teve ciência do ocorrido, conforme o senhor mesmo falou. Nós tivemos ciência em 18 de setembro. No dia 25 de setembro de 2015, nós, então, notificamos a Volkswagen para informar se teria ocorrido aqui no Brasil a mesma coisa que ocorreu nos Estados Unidos. Em 21 de outubro, os representantes da montadora estiveram no Inea, fizemos uma reunião em que esclareceram o que aconteceu e como estava aqui no Brasil.

Logo no dia 22, em cumprimento àquele ofício, àquela notificação que encaminhamos, mandam uma correspondência, prestando informações e afirmando que exclusivamente os modelos da Amarok dos anos/modelos 2011 e 2012 teria o *software* e que o número total seria realmente de 17.057 mil veículos.

Nós avaliamos a documentação que eles encaminharam que constata exatamente que houve, de fato, o uso de um *software* irregular. Encaminhamos, então, a nossa avaliação para outra diretoria, que é de fiscalização, e essa diretoria emitiu um auto de infração no valor 50 milhões, baseado no art. 71 do Decreto 6.514.

Especificamente não há relação com poluição, e, sim, pelo uso, que é ilegal, de qualquer outro objeto indesejável dentro do veículo. Isso também está explícito na Resolução do Conama nº 237, de 1997, que fala bem claro que é proibido o uso de equipamentos que possam reduzir a eficiência, a eficácia do controle de emissão de poluentes e ruídos e define como itens de ação indesejável, entre vários, o *software*.

Então, essa multa foi aplicada especificamente em cima dessa questão, até mesmo porque o Ibama não teria condições, com os elementos que tem até agora, de comprovar se esses veículos poluíram ou não ou se cumpriram ou não o padrão. Ele está afirmando agora que estão fazendo os estudos. Nós não os temos ainda, não estamos de posse desses estudos. Parece-me que isso é uma coisa recente. De qualquer forma, em ato contínuo ao auto, nós emitimos também uma notificação para que a empresa apresentasse um plano de *recall* que promova a correção desses veículos, de todos os veículos – e a gente está falando aqui de 17 mil – conforme preconiza o art. 71 do decreto.

Então, nós estamos nesta fase, aguardando agora manifestação da empresa com relação à qual será o plano dela. Obviamente temos novidades, mas a gente precisa avaliar e comprovar que, de fato, os carros que estão aqui cumprem, porque, parece-me, que foram testes que foram realizados nos Estados Unidos ou na Alemanha.

O SR. ANTONIO MEGALE – Obrigado pela oportunidade.

Foram realizados lá e aqui também. Nós já recebemos o sistema que desativa essa, vamos dizer, função do *software*, e nós já fizemos testes aqui no Brasil. Fizeram lá, como a gente falou. Primeiro, está sendo feito tudo lá na Europa, no sentido de a gente ter esse esclarecimento, acompanhado por órgãos independentes e universidades, mas, aqui no Brasil, nós já recebemos e já fizemos os testes nesta semana.

É recente essa informação. Estamos dando em primeira mão aqui hoje. Realmente todos os testes realizados mostram que não houve prejuízo do ponto de vista de ultrapassar qualquer limite.

Ainda estamos em avaliações técnicas, porque a coisa realmente é complexa, mas todos os testes que já fizemos até agora nos indicaram... Naturalmente faremos outros e já temos um plano já conceitual de como faremos essa campanha de *recall*, no começo do ano que vem. Inclusive temos um acordo com o DPDC.

E por que no começo do ano que vem? Porque o desenvolvimento dessas soluções tecnológicas demandam muito tempo. E, como são muitos veículos no mundo inteiro, estamos lá entre esses veículos.

Então, o prazo que nós consensamos com a matriz é que, a partir do começo do ano que vem, do primeiro trimestre do ano que vem, nós teremos já o *software* que fará a correção desses 17.057 mil carros. E é importante ressaltar que os clientes não terão nenhum prejuízo em nenhum momento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Gostaria só de fazer uma pergunta, aproveitando esse debate que já se instalou aqui, que eu acho muito positivo: o Ibama já acompanhou os testes para saber se essas correções são...?

A SRª ANA CRISTINA RANGEL HENNEY (*Fora do microfone.*) – Não. A gente está tomando conhecimento agora.

O SR. ANTONIO MEGALE – Nós informamos hoje, em primeira mão, aqui na Comissão – tivemos uma pequena conversa um pouquinho antes – e já pedimos uma audiência no sentido de a gente mostrar todos os testes. Desde a primeira reunião que nós tivemos, mencionamos que estaremos totalmente à disposição do Ibama e de qualquer outro órgão, caso queiram comprovar os testes, como serão realizados, e acompanhar os testes com os veículos, porque a nossa intenção é, com a maior transparência, a gente mostrar isso claramente, para não deixar nenhuma dúvida sobre esse problema.

Foi um erro cometido pela empresa. Nós vamos sanar essa questão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Parece que o *recall* só pode ser iniciado depois que o Ibama validar a correção. Não é? Vocês estão testando o *software* que vai validar esse procedimento.

O SR. ANTONIO MEGALE – Exatamente, nós temos que ter essa solução tecnológica que coloque isso, e assim o teremos. Vamos fazer todas as verificações e, assim que nós tivermos, vamos dizer assim, o consenso, a aprovação e realmente a solução, faremos uma campanha. Só menciono que a gente procura deixar os clientes com certa tranquilidade, porque eles não têm nenhuma dificuldade utilizando o veículo como é hoje.

A SRª ANA CRISTINA RANGEL HENNEY – Só para complementar e concluir, estamos aguardando. É interessante que, na próxima semana, já possamos ter os resultados que eles obtiveram. De qualquer forma, há a notificação de que eles têm que apresentar esse plano.

É evidente que nossa área técnica vai querer acompanhar alguns desses testes para comprovar. Nós temos que ter convicção daquilo que estamos assinando e o que vamos emitir. E vamos aguardar e esperar que esses carros realmente entrem dentro desse plano de *recall* para deixar, vamos dizer assim, a população e quem adquiriu os carros com certa tranquilidade.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Na realidade, vou aqui fazer uma indagação dirigida ao Dr. Antonio Megale que é mais uma reflexão do que propriamente uma indagação.

O Brasil está caminhando para ter essa posição que eu aqui mencionei de liderança nas reuniões de Paris sobre o acordo do clima, sendo, até o momento – e a gente agora já pode asseverar com mais ênfase –, o único país que vai apresentar uma meta de redução de emissões, de emissões absolutas... E nenhum outro país no mundo vai chegar a Paris com metas tão ambiciosas como as do Brasil.

É evidente que para nós, que acompanhamos, digamos assim, o esforço de todo o mundo para criar as condições de termos um crescimento e um desenvolvimento mais sustentável com respeito à natureza, aos nossos ecossistemas, essa notícia, essa situação em que a Volks se viu envolvida representou um grande choque e uma grande frustração, sobretudo porque, primeiro, parte da empresa que é líder mundial na produção de automóveis, depois parte de um país que vem dando demonstrações inequívocas no compromisso de prestigiar uma matriz energética mais limpa – a Alemanha é campeã na energia eólica, na energia solar.

Daí vem a minha reflexão: na Volks, como líder da indústria automobilística em nível mundial, como se encontra mesmo o desenvolvimento do carro elétrico ou do carro a hidrogênio? Eu falo isso, porque em junho os países do G7, reunidos na Alemanha, assumiram a posição corajosa de que, até o final deste século, vão abandonar os combustíveis fósseis. Esse foi um compromisso assumido pelas sete maiores economias do mundo. E é óbvio que isso vai ter impactos grandes nos produtos, nos serviços que são oferecidos.

E aí eu gostaria que o Dr. Antonio Megale pudesse compartilhar, se for possível, em que estágio se encontram os esforços da Volks em nível mundial para, digamos assim, a substituição do motor a combustão pelo motor elétrico. O que a Volks tem de expectativa? O que a engenharia, digamos, da Volkswagen coloca neste exato momento, para que a gente possa virar essa página – uma página muito feia para a história da própria Volks, da Alemanha, para a história do mundo, em função de que isso termina nos colocando em vigilância, porque as emissões que são produzidas a partir das atividades de mobilidade humana são as grandes responsáveis pela deterioração do meio ambiente, seja nos transportes de massa, seja no transporte individual?

Então, essa fraude, esse escândalo, essa questão que envolve a líder mundial de veículos nos remete a muitas reflexões. Eu acho que o compromisso da Volks não é só fazer *recall* nem melhorar a eficiência dos motores à combustão. Acho que a Volks está desafiada a virar essa página, no sentido de que possa escrever um

capítulo que esteja mais em consonância com as aspirações de todo o mundo – que a gente possa, de fato, se mover e se locomover com o menor nível de degradação possível ao meio ambiente – e contribuindo para que a gente possa reduzir a ameaça do aquecimento além de dois centígrados até 2050.

Então, Antonio, agradeço a presença da Volks aqui nesta Comissão – eu sei que vocês já fizeram esses esclarecimentos em nível da Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados – e a presença da nossa Diretora do Ibama, a Sr^a Ana Cristina. Eu gostaria que você, Antonio, ao fazer as suas considerações finais, pudesse trazer aqui uma palavra sobre se estamos sonhando ainda com algo muito distante ou se a perspectiva do carro elétrico pode realmente se tornar uma realidade em médio prazo.

O SR. ANTONIO MEGALE – Mais uma vez, muito obrigado pela oportunidade de estarmos representando a Volkswagen.

Eu só queria destacar que a Volkswagen é uma das líderes em produção de motores diesel. Esses motores a diesel que a gente comercializa na Europa têm um nível de emissão bastante baixo, mas entendemos que este momento, este fato que nos acometeu criou um viés no pensamento da Volkswagen mundial: e o novo Presidente mundial resolveu acelerar muito o processo da eletromobilidade. A Volkswagen hoje já dispõe de alguns veículos elétricos e alguns híbridos, híbridos *plug-in*, como chamamos, que têm um motor a combustão, mas também têm uma ligação a uma fonte de energia, e nós já temos veículos elétricos e híbridos, e está aumentando em escala.

Nós já temos veículos puramente elétricos, temos o up!, que é elétrico e é o nosso carro pequeno lá fora; temos o Golf elétrico e temos o Golf GTE, que é um dos veículos que já estamos comercializando, que colocamos como um produto que esta em teste no Brasil. Já trouxemos as primeiras unidades que estão em verificação para entender toda essa aceitação, tanto do ponto de vista tecnólogo quanto do ponto de vista comercial. Há uma limitação ainda no desenvolvimento da propulsão elétrica ainda no que se refere a custo, e há um esforço mundial sobre isso.

Aqui no Brasil, nós temos um viés que acho que é importantíssimo mencionarmos e que estamos, inclusive, abordando nessa nova visão tecnológica. Esse veículo Golf GTE, por exemplo, é um veículo híbrido. Então, ele tem um motor a combustão e tem o motor elétrico.

Entendemos que o Brasil tem um dos grandes programas mundiais de combustível alternativo, que é o etanol, o motor *flex*. Isso é um desenvolvimento tecnológico feito no Brasil e, vamos dizer assim, um patrimônio da engenharia nacional. Como engenharia nacional, nós temos muito orgulho de ter desenvolvido o motor *flex* e temos um programa que, na nossa visão, é o programa de maior sucesso no mundo de combustível alternativo. Então, a gente não pode desprezar, vamos dizer, a solução tecnológica do país, agora falando um pouco de país, que é a questão do etanol.

A Volkswagen foi a única empresa que sempre manteve motores a etanol, desde o começo. Ela nunca descontinuou a produção, nós sempre tivemos essa oferta. A gente entende que o programa do etanol aqui no Brasil é um programa de grande sucesso e deve ser prestigiado, porque isso traz riqueza para o Brasil, possui uma tecnologia própria e tem um balanço energético principalmente no que se refere à emissão e à captura do CO₂, que é basicamente neutro. Então, significa que temos uma solução praticamente de zerar o CO₂. Obviamente, não podemos ficar fora do que está acontecendo em todo o mundo. E a Volkswagen, que atua no mundo inteiro, naturalmente tem que estar atenta a essas evoluções.

Então, a questão da propulsão elétrica ganhou uma nova dimensão após esse fato. Estamos acelerando o desenvolvimento, mas já vínhamos, dentro de uma continuidade, oferecendo produtos que já estão sendo comercializados. Temos, como falei o up!, temos o Golf, temos o Jetta, temos também a Touareg. São veículos que estão hoje com essas tecnologias, e alguns já estão sendo comercializados e outros, em fase final de teste. Então, vamos avançar muito.

Agora, aqui no Brasil, a gente tem hoje ainda uma visão de que devemos manter: sempre que a gente tiver um motor a combustão, ele deve preferencialmente ter a tecnologia *flex*, para que possamos prestigiar todo esse programa que está *in place*, que está sendo colocado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Antonio.

Vou fazer aqui o registro de uma pergunta que chega pela internet do Wellington Ferro de Souza de São Paulo: “O Greenpeace pedia para a Volkswagen revelar a quantidade de CO₂ que seus carros produzem. O Senado e o Governo Federal não podem inquirir a Volkswagen a este respeito?” Essa é a pergunta que chegou do Wellington Ferro de Souza.

O SR. ANTONIO MEGALE – Aqui nós temos duas considerações. A primeira é a seguinte: existe um programa nacional de etiquetagem em que as emissões já são apresentadas. Para todos os veículos, hoje existe um programa de etiquetagem do Inmetro em que a emissão de CO₂, que é basicamente o consumo de combustível, é apresentada, e essa informação é pública.

E a segunda é que nós temos também, dentro do programa Inovar-Auto, metas de cumprimento. E nós da Volkswagen, e estendo isso a todas as demais montadoras no Brasil, estamos trabalhando uma forma muito forte para atingirmos esses objetivos, que são metas de eficiência energética para se atingir até 2017. E destaco um ponto aqui: o Governo Federal acaba de publicar uma resolução reduzindo a taxa ao imposto de importação de veículos elétricos, movidos a célula de combustível e também híbridos *plug-in*, o que vai permitir que esses veículos comecem gradualmente a entrar no Brasil.

Há também alguns incentivos do ponto de vista da produção, inicialmente numa questão de ser cadeia, mas objetivando um pouco mais para frente a completa industrialização no Brasil. E eu acho que isso é um passo importante para a gente começar a ter mais contato com essas tecnologias. Naturalmente nós, como Volkswagen, estamos analisando com bastante cuidado a possibilidade de a gente trazer esses veículos. Como falei, já estamos com o primeiro em teste preliminar aqui no Brasil, mas sempre com esse foco.

E estamos trabalhando fortemente para atingir os níveis e, se possível, superar as metas que foram colocadas dentro do programa Inovar-Auto. Estamos trabalhando e já preparamos alguns motores. Já colocamos no mercado motores como um que acabamos de colocar no nosso veículo up!, o motor TSI, que é um motor com injeção direta, turbo, que tem um nível de eficiência energética muito grande, excelente. Tanto que acabamos de ser premiados como o motor do ano na imprensa especializada. Isso já nos traz um benefício muito grande do ponto de vista de eficiência energética com redução de emissão de CO₂, isto é, com melhoria de consumo.

E estamos trabalhando fortemente nisso. A Volkswagen não vai parar.

Recebemos essas cartas do Greenpeace e estamos trabalhando nas respostas adequadas, que serão fornecidas no tempo correto.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu vou passar a palavra. Antes, só vou formalizar a entrega da carta que me pediram para entregar. (*Risos.*)

Eu vou entregar a carta do Greenpeace aqui e entregar a carta dirigida à Sr^a Ministra e nossa amiga Izabella Teixeira.

A SR^a ANA CRISTINA RANGEL HENNEY – Só para complementar a resposta, parece-me que esse programa é público. Está na internet, faz parte do Conpet. Acho que é o programa do próprio Inmetro, que qualquer um pode consultar e obter os resultados. Inclusive, pode baixar um APP no celular e conseguir acessar no celular. Então, está tudo disponível não só em relação à Volkswagen...

O SR. ANTONIO MEGALE – Como todas as outras.

E é um programa, até destaco, muito interessante, porque põe aquela etiqueta, como a gente já estava acostumado a verificar na linha branca. Agora, nos veículos também há, classificando os veículos por sua eficiência energética. Naturalmente, os veículos A e B são os de maior eficiência.

Então, isso proporciona uma visão ao cliente final se ele está comprando um carro de boa eficiência energética ou não. E isso é um ponto a mais que vai ajudar na definição desse cliente, no momento da aquisição do seu veículo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Ana, quer fazer alguma consideração final antes de encerrarmos?

A SR^a ANA CRISTINA RANGEL HENNEY – Quero esperar que, de fato, todos esses testes que estão sendo realizados e serão apresentados ao Ibama não tenham comprometido a qualidade ambiental. Isso é importante, independentemente da necessidade de se, vamos dizer assim, fazer um *recall*, retirar esses *softwares*. Mas a gente fica com a esperança de que, de fato, não tenha havido comprometimento, porque esta é a nossa preocupação, piora da qualidade do meio ambiente.

Então, vou aguardar nesta semana ainda, se Deus quiser, para que você apresente os seus levantamentos, para estudar uma estratégia de o próprio Ibama poder acompanhar os testes que virão em cumprimento ao que a gente também já notificou e está pedindo.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Eu agradeço a presença do Sr. Antonio Megale e agradeço, mais uma vez, a presença da Sr^a Ana Cristina. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado a todos.

(Iniciada às 10 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 8 minutos.)

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE MONITORAR AS “SOLUÇÕES EMERGENCIAIS DESTINADAS A EVITAR O IMINENTE COLAPSO HÍDRICO NA REGIÃO DO VALE DO SÃO FRANCISCO”, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 25 DE NOVEMBRO DE 2015, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e cinco de novembro de dois mil e quinze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senador Cristovam Buarque, e dos Deputados Sarney Filho, Rômulo Gouveia, Eros Biondini, Leonardo Monteiro, Jaime Martins, e Sergio Souza. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, Deputado Estadual de Pernambuco Odacy Amorim, Deputado Daniel Almeida e Deputado JHC. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de monitorar as “Soluções emergenciais destinadas a evitar o iminente colapso hídrico na região do Vale do São Francisco”. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Regina Generino - Coordenadora-Geral de Infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Hermes Chipp - Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS); Vicente Andreu Guillo - Diretor-Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA); João Henrique Franklin - Superintendente de Operação e Contratos de Transmissão de Energia da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF); e Luís Napoleão Casado - Diretor da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF). Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Sarney Filho, Deputado Rômulo Gouveia, Deputado Estadual de Pernambuco Odacy Amorim, Deputado Sergio Souza, Deputado JHC. Às dezesseis horas e vinte e sete minutos assume a Presidência o Deputado Sarney Filho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – A presente reunião destina-se à audiência pública com intuito de monitorar as soluções emergenciais destinadas a evitar o colapso hídrico na região do Submédio do Vale do São Francisco.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular. Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o número 0800- 612211.

Convido, para compor a nossa Mesa, a Drª Regina Generino, Coordenadora-Geral de infraestrutura de Energia Elétrica do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (Ibama).

Por favor.

Convido o nosso amigo Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Dr. Hermes Chipp.

Convido o meu amigo Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas (ANA), Dr. Vicente Andreu.

Convido o Sr. João Henrique Franklin, Superintendente de Operações e Contratos de Transmissão de Energia da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf).

Nós estamos aguardando a chegada de mais um convidado, o Dr. Luis Napoleão Casado, que vai representar nesta audiência a Codevasf.

Informo que cada um dos senhores convidados terá a oportunidade de apresentar a sua exposição pelo prazo de dez minutos. Na sequência, os Srs. Parlamentares poderão fazer as indagações.

Vou oferecer a palavra, para abrir a nossa reunião, ao Dr. Hermes Chipp, Diretor-Geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico.

O SR. HERMES CHIPP – Obrigado, Senador.

Boa tarde. Cumprimento os componentes da mesa, meu amigo Vicente, a Drª Regina, do Ibama, e o João Franklin, da Chesf.

Senador, nós preparamos uma apresentação...

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Registro com satisfação a presença do Deputado Estadual por Pernambuco Odacy Amorim.

Seja bem-vindo a esta audiência pública.

O SR. HERMES CHIPP – Vou ganhar tempo até projetar.

Primeiramente, nós apresentamos uma previsão de dez dias da precipitação ao longo do País, colocada na reunião semanal que temos com os institutos de clima e tempo: o CPTEC, o Cemaden e o INPE.

Nessa previsão, há uma expectativa de melhoria em todas as bacias do sistema interligado. Hoje eles estão visualizando o início da configuração da estação chuvosa, confirmada agora com mais convicção. E as frentes que eram mais estacionárias na Região Sul têm atingido mais o centro-sul da Região Sudeste e Centro-Oeste, abrangendo também o Tocantins.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Interrompo para anunciar a chegada do Dr. Luis Napoleão Casado, representante da Codevasf, e o convidar para tomar assento à mesa.

Muito obrigado.

Com a palavra, Dr. Hermes.

O SR. HERMES CHIPP – Pode projetar o próximo, por favor.

Esse é um mapa de dez dias, começando pelo dia 26, que é amanhã. Vejam ali a chuva mais concentrada na Região Sul. Há um sistema de baixa pressão no Paraguai e na Bolívia que se junta com as frentes e provoca chuva. É isso que está mantendo essa chuva. Vocês podem ver no diagrama. Essa chuva fica mais ao centro do País, saindo um pouco da Região Sul lá pelo dia 29. Há outra frente entrando ali no dia 30. Ela estaciona ali, pegando o Alto e o Médio São Francisco, como já vem acontecendo, ainda em baixa intensidade, mas já atingindo, coisa que não estava ocorrendo. O que é um indicativo favorável, na nossa visão.

No segundo eslaide, nós demos um zoom da Bacia do São Francisco. É aquele contorno que se vê do lado esquerdo, mais longo, pegando o Alto São Francisco até a foz.

Observamos que, a partir do dia 28, começa a ficar um azul mais escuro na Bacia do São Francisco. As chuvas se intensificam no dia 30, já pegando o Alto e Médio São Francisco com maior intensidade. Ela se configura, se estabiliza e fica por uns 4 ou 5 dias. Depois, arrefece um pouco e volta a chover onde estamos torcendo que aconteça.

Isso é um indicativo favorável. Dez dias são o período em que eles preveem com certa precisão não de intensidade, de milímetros de chuva, mas com qualidade. Temos tido reuniões semanais e isso tem se configurado.

A seguir, temos um modelo global, o Besm, associado ao ETA, que é esse modelo regional, que mostra a chuva semanal. Ela vai até o dia 24 de dezembro. Ela se inicia em 26 de novembro – cada quadradinho desse representa uma semana – e vai até o dia 24 de dezembro. Essa chuva continua, embora com maior incerteza. Quanto mais aumenta o período, o horizonte, evidentemente, maior é a incerteza. De qualquer maneira, o indicativo é que essas chuvas continuam prevalecendo na Região Sul, com maior intensidade e, agora, com intensidade razoável, na região centro sul do País, inclusive no Alto e Médio São Francisco.

Pode passar, por favor.

Essas são as vazões naturais, energia natural afluyente medida nos postos da bacia do São Francisco. Observamos, no período atual, o crescimento no posto de São Romão, São Francisco e Carinhanha. Os outros estão mais estáveis. Ainda não chegou ao Baixo São Francisco, em Sobradinho – aquela linha cinza ainda não deu sinal de crescimento. Há um tempo de viagem das chuvas do Alto e Médio até os reservatórios de Sobradinho de 10 a 15 dias, dependendo do posto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERMES CHIPP – É aquela cinza.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERMES CHIPP – Perfeito. Mais um pouco. Hoje, está em 540m³/seg. Eu estava lendo hoje e chegou a um valor de 540m³/s.

O próximo quadro mostra quão crítico foi 2014 e 2015. No eslaide, há toda a qualificação, inclusive com relação ao histórico, para Três Marias, Incremental de Sobradinho e no reservatório. Observamos, em novembro, onde há um asterisco indicando que foi verificado, observado até o dia 23 e que há previsão até o final do mês: 36%, em Três Marias, terceiro pior, saindo do segundo pior e passando para o terceiro; na Incremental de Sobradinho, 15%; e, em Sobradinho, 15%, o pior do histórico. Observem que, desde julho, estamos no pior do histórico. Em Sobradinho, temos o segundo pior em julho e, depois, o pior. A diferença do segundo para o pior é muito pequena. Estamos nas piores hidrologias do histórico.

Com base nisso, nessas previsões, o que o Operador faz? O Operador faz estudos.

O próximo eslaide mostra, em amarelo, onde conseguimos chegar ou estamos pretendendo chegar ao final de novembro – aliás, minto, 1,7 foi verificado até ontem, no reservatório de Sobradinho. Aqui embaixo,

temos uma tabela desse processo todo que participamos junto com a ANA, com o Ibama, com a Codevasf, com a Chesf, com a Cemig, com todos os Estados para essa decisão de redução de defluência em Sobradinho.

Então, é preciso observar com clareza que, se não tivéssemos tomado essa decisão de redução gradativa dessa defluência, chegaríamos a um valor negativo no reservatório, teórico, de 50% praticamente, quando conseguimos chegar a 1,7. Estamos nesse limiar, fazendo um esforço muito grande, com todos esses participantes, para não deixar Sobradinho chegar à zero. Se Sobradinho chegar à zero, não será gerada potência ativa na usina. Consegue-se operar como compensador síncrono para controle de tensão, mas não gera potência ativa. Pelo menos, essa é a indicação desse momento da Chesf.

Então, a nossa meta é não deixar chegar a zero em Sobradinho. Essa é a meta principal.

Então, vamos seguir. O próximo eslaide.

O próximo eslaide mostra, em amarelo – aqui no gráfico é vermelho, mas ali está dando para distinguir bem, com o amarelo –, o ano de 2014. A energia natural flui, a vazão, e ali, em azul, é 2015. Observem que em 2015, no azul, nesse final de período seco, estamos piores do que em 2014, como mostrou aquela tabela. Perfeito?

Aí vem Três Marias. E o próximo – pode mostrar – é Sobradinho. Então, quanto a Sobradinho, em 2015 – ali a linha azul passa por baixo da linha de 2014 –, ali está o percentual de redução com relação a 2014. Ou seja, no que se refere a Sobradinho, em 2015, neste momento atual, estamos numa situação pior do que em 2014. Então, todo cuidado é pouco.

Bom, aí vem a parte de simulação, a visão prospectiva. Pode passar, por favor, por causa do tempo.

Aí. Ali, naquela tabela, temos as afluições, consideradas como premissa. São 15% em novembro. Hoje – até agora – está 13%. Com esse crescimento, nós imaginamos que fecharemos em 15%, ou até mais um pouco. Em dezembro, o valor esperado da previsão é de 24%. Em dezembro ainda não se considera a previsão de vazão considerando a precipitação. Aí são modelos estocásticos. Em novembro, não. Em novembro já vai se considerar, para essa última semana – porque nós já simulamos até sexta –, previsão de vazão considerando a precipitação. O.k.?

Então, temos aí, em amarelo, Três Marias, chegando lá em 6,6%, no final de dezembro. Sobradinho está com duas possibilidades: a linha cheia com $900\text{m}^3/\text{s}$, e, se a gente conseguisse reduzir, em 1º de dezembro – coisa que não vai acontecer em 1º de dezembro, nós imaginávamos que fosse acontecer, mas não vai –, para 800, chegaríamos a 2,43%. Ora, para quem está querendo ficar distante de zero, e com essa incerteza, nessas afluições – porque, de repente, pode não continuar com o sinal positivo –, e essa decisão de redução de defluência em Sobradinho, administrados outros aspectos de outros usos da água, como captação, indústria, navegação, essa coisa toda, principalmente captação para abastecimento humano, que é a prioridade da lei, seria fundamental que tivéssemos uma margem de segurança e conseguíssemos viabilizar essa redução, para ter a certeza de que o armazenamento não deverá chegar a zero no reservatório de Sobradinho.

Bom, a seguir, rapidamente, fazemos uma visão prospectiva. Esse trabalho, a partir daí, foi uma solicitação feita pela Comissão Hídrica da Casa Civil, da qual participa o Dr. Laerte, que está aqui presente. Trata-se de uma espécie de curva de aversão a risco. Três Marias, como não pode chegar a zero de jeito nenhum, porque não tem descarregador de fundo. Ela não gera nem solta água. Então, damos uma margem, ali, de 3%. Por isso é que nós estamos preservando um armazenamento maior em Três Marias do que em Sobradinho, porque há mais flexibilidade de operação em níveis mais baixos.

Então, fazemos ali uns 3% e três cenários: 300m^3 , 500m^3 e 220m^3 , chegando ali até dezembro, o que mostra que, no ano de 2016, nós temos que ter – para essa fluência considerada crítica, de Sobradinho, em 2014, isto é, para o valor ao qual vamos chegar, em torno de 8,5% em dezembro, conforme o gráfico anterior – uma vazão média de $220\text{m}^3/\text{s}$, e não os 500m^3 nem os 400m^3 que vão vigorar – conforme uma decisão tomada hoje, numa reunião da ANA – a partir de 1º de dezembro. O.k.?

Quanto aos outros gráficos, nem pensar. Para chegar a três – para uma série crítica, sendo uma hipótese conservadora –, eu precisaria de 25%. E, para 500, continuar em 500m^3 , eu precisaria de 62%, coisa que nós não vamos atingir, de jeito nenhum, em dezembro deste ano.

A seguir eu tenho uma página, aí é a parte de Sobradinho: zero. Nós sabemos que ele pode chegar a zero e até operar em volume abaixo de zero. Não gerando, mas operando as máquinas, como compensador síncrono.

O valor de 1,1% é aquele a que chegaríamos ao final de novembro. Nós precisaríamos de 6% para 900m^3 . E, se reduzíssemos para 800, poderíamos chegar até a -5%. Como nós vamos chegar a 1,1%, essa curva de aversão a risco nos dá uma certa tranquilidade, levando em conta essa situação crítica.

Mesmo nessa situação, nós não teríamos nenhum grande transtorno.

A tabela a seguir – desculpem-me passar o tempo – dá as conclusões de que eu já falei. Ali, aquela última deixou de valer, porque a nossa recomendação era não operar nada em Três Marias neste momento, e, em Sobradinho, pedimos a redução e que essa operação fosse casada.

Hoje se tomou uma decisão de antecipar Três Marias para redução para 400 em dezembro e Sobradinho para 800 em 20 de dezembro, o que é quase uma operação casada, porque não vai implantar em 20 de dezembro – é em janeiro –, sendo uma defasagem de 15 dias, se isso vigorar. Estamos aí com um problema para essa redução de defluência: ainda tramita a ação de uma associação de pescadores, incorporada pelo Ministério Público, que ainda vai ser julgada. Então, pode ser que não seja tão fácil, tão simples reduzir para 800.

Então, isso aí a ANA vai explicar, porque essa informação dessa ação não existia. Eu não participei, mas, pelo que eu soube pelo próprio Dr. Vicente – e ele vai explicar –, ela não foi explicitada hoje na reunião.

Nós estamos administrando. No dia 15, haverá outra reunião. Se isso for complicando, há uma possibilidade de rever, a todo tempo, essa decisão. Esse grupo se reúne quase que de 15 em 15 dias ou, pelo menos, uma vez por mês.

Bom, o quadro a seguir foi uma outra preocupação, que não é energética nem de abastecimento de água. É o seguinte: em função das condições em que posso chegar a Sobradinho, como é que seria a operação elétrica desse sistema? Em que nível de segurança eu operaria? Então, há uma tabela ali em cima para 900m³/s. Em Sobradinho, partindo do princípio de que, pela visão prospectiva, não chegaria a zero, nós poderíamos operar com três máquinas, duas máquinas em Luiz Gonzaga, três em Paulo Afonso, duas em Xingó, com aquela geração, sem problema nenhum. Com 800, dependendo de chegar a zero ou não, nós podemos operar naquele *1 vermelho, com uma geração menor, mas gerando ainda; se chegar a zero, com a operação das máquinas como síncronos. Está lá a geração total que nós poderíamos atingir. Se chegarmos a uma situação mais crítica ainda, em 420, nós não podemos gerar em Sobradinho, mas podemos gerar uma máquina em Luiz Gonzaga, podemos operar Paulo Afonso com 400MW, com duas máquinas, e podemos operar Xingó com 470MW, atingindo 1.430MW.

Qual é o reflexo dessa composição? Aparece no gráfico seguinte, no eslaide seguinte. Nós fizemos um balanço dessa operação do sistema interligado, imaginando lá que Sudeste receberia aquele RNE, que é o Recebimento Nordeste, teria que receber 3.345, partindo da premissa de geração eólica e térmica, como está lá naquela da direita do gráfico. Ali, embaixo, em azul, nós operaríamos entre o nível de N-2 e N-1, com um esforço aqui de aumentar uma geração. Se tivermos uma eólica maior ou uma térmica maior, nós poderíamos, inclusive, operar no nível 2, em dezembro, quer dizer, suportando contingência dupla no sistema de 500kV de suprimento à Região Nordeste. No mínimo, nós operaríamos portando contingência simples, que é o critério de referência. Então, nós estamos fazendo uma avaliação elétrica e energética durante todo o tempo, semanalmente, inclusive acompanhamento diário dessa operação.

A seguir, o eslaide final dá uma ideia para a Região Sudeste e Centro-Oeste e para a Região Nordeste do 16. Se nós tivéssemos como meta atingir 20% ao final de novembro de 2016 na Região Sudeste e Centro-Oeste e na hipótese de termos, no período seco, a segunda hidrologia pior da história, que seria 64%, nós precisaríamos chegar a abril de 2016 com 55%. Ora, como nós vamos chegar a 27,6% em novembro, unindo esses dois pontos, indica-se a necessidade de uma fluência de 72%, que é baixa, só ocorreu em sete anos do histórico de 83 anos. Então, nada de impossível para garantir o atendimento a 2016. Eu diria até que, pela indicação do momento, é uma afluência bastante baixa, pelo que os meteorologistas estão indicando com relação à estação úmida.

No Nordeste, da mesma forma, chegando a 20% e não a 8%, querendo chegar a 20%, imaginando que, no período seco, vai ocorrer a segunda pior hidrologia do histórico, que não é muito diferente da pior – há uma diferença de 5% só de MLT –, e, nesse período, é muito pouca energia –, precisaríamos de 41. Chegando ao equivalente da Região Nordeste, em 4,3 ao final de novembro, só precisaríamos de 58%.

Então, eu diria que o quadro não é crítico como se configura quando a gente olha o momento atual. Agora, precisamos trabalhar nessas ações de redução de defluência sem criar problema para outros usos.

Pode falar, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE. Fora do microfone.) – O valor é 3% ou...

O SR. HERMES CHIPP – O valor que a gente vai atingir no reservatório equivalente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HERMES CHIPP – Não, Três Marias e Sobradinho equivalentes. Sobradinho, mais baixo um pouco; Três Marias, mais alto, equivalente a 4,3 na bacia. E aí precisaríamos só de 58% no período úmido. Nós estamos com uma atenção hoje muito maior para a Região Nordeste. Não sei se se lembram de que, no ano passado, na Região Sudeste e Centro-Oeste, aqueles 27,6, a que vamos chegar agora, eram 15,8.

Então, aí, a gente termina a nossa apresentação.

Muito obrigado.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado Dr. Hermes.

Na sequência, eu passo a palavra ao Dr. Luís Napoleão para nos dar as últimas informações sobre as obras emergenciais de captação de água no lago de Sobradinho para o abastecimento dos perímetros irrigados no submédio do São Francisco.

Dr. Napoleão.

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO – Boa tarde a todos e a todas, Presidente, Senador Fernando Bezerra, é sempre um prazer estar aqui, com eu lhe falei antes, prestando conta à sociedade.

Em nome do Deputado Sarney, vou saudar todos os Parlamentares nesta Casa, e, em nome do senhor, saudar a todos da Mesa.

Há um microfone sem fio? Porque estou aqui numa situação meio complicada. Se tivesse um espelho aqui, eu olhava pelo retrovisor, mas... *(Risos.)*

O Vicente é quem segura a onda aqui para a Codesvasf. Então, é ele quem dá...

Vejam só. Estávamos numa reunião, hoje, na ANA, e, ao iniciar, Senador, quando se fala de crise hídrica, coloca-se a energia natural como prioridade e o consumo humano. E eu queria registrar aqui que o que nós temos falado é que, quando se fala de perímetros irrigados, que as pessoas não vejam irrigação, o nome irrigação, porque estamos falando de produção de alimentos.

Assim como não se vive sem água, sem energia, também não conseguiremos viver sem alimentos. Dentro dessa ótica, nós entendemos que tudo que envolve, quer dizer, os multiusos das bacias são importantes, e o bom é que o diálogo está existindo, e nós estamos conseguindo tratar tudo como prioridade.

Nós estamos, agora, na fase final do projeto flutuante, que são os projetos emergenciais. Rapidamente – alguns eslaides já são conhecidos, mas para quem não teve oportunidade de estar antes aqui –, este é o Nilo Coelho; essa foto maior, à direita, é a captação. E, aqui, infelizmente é uma foto que não gostaríamos de mostrar para os senhores, mas a realidade do São Francisco e da Bacia de Sobradinho é, eu diria, pior do que esta.

O próximo, por favor.

A situação dos nossos perímetros, quando se fala de Bacia do São Francisco, muito se tem falado do Nilo Coelho, mas é importante olhar a Bacia do São Francisco como um todo, ou seja, de Minas até Alagoas, Sergipe, lá na foz.

Só para vocês terem uma ideia, a zona de influência, existem todos os perímetros públicos e sociais, abaixo, a jusante do São Francisco.

Permitam-me aqui. O próximo, por favor.

Essas são as ações que nós estamos fazendo que são o desassoreamento em secadeira; a aquisição de flutuantes; a construção de canal de adução e as bombas complementares em toda a bacia.

Por favor, o próximo.

As áreas em que nós estamos investindo aqui: Nilo Coelho é o maior investimento do Governo Federal, em parceria – também é bom que se diga aqui – com a prefeitura de Petrolina e o Governo do Estado de Pernambuco, que estão conosco também nesse empreendimento. Então, nós temos um investimento total na ordem de R\$33 milhões lá no Nilo Coelho, dos quais o Governo Federal entra com R\$26 milhões, R\$5 milhões do Governo estadual e mais R\$2,5 milhões do Governo municipal.

Aí, nós temos os projetos a jusante, que são Brígida, Fulgêncio, Manga de Baixo e Icó Mandantes.

Lá na 4ª regional na Superintendência, nós temos lá Betume, Cotinguiba, Pindoba, todas áreas de influência nossa. Aí está a região de arroz, em Sergipe; Alagoas também, arroz; a 6ª, que é na região da Bahia – Juazeiro, Curaçá, Maniçoba. Ou seja, é um investimento total de R\$38 milhões do Governo Federal, mais em torno, aproximadamente, de R\$7,5 milhões, dos quais R\$5 milhões do Governo do Estado de Pernambuco e R\$2,5 milhões da Prefeitura Municipal de Petrolina.

O próximo, por favor.

Quando se fala da questão de segurar mais água em Sobradinho ou liberar mais água, etc, nós temos que entender que, a jusante de Sobradinho, nós temos uma quantidade de áreas irrigadas superior à que existe no Nilo Coelho. Então, independente se são 10 mil ou um hectare – 10 mil hectares ou um hectare –, ali nós estamos falando de produção, nós estamos falando de geração de receita e trabalho. Então, Maniçoba é um dos empreendimentos nossos e essas são as ações. Desde que nós recebemos isso como emergência, Senador, nós deslocamos as nossas equipes para as fábricas, então essas equipes estão nas fábricas.

Vou ser rápido nisso aqui. O próximo, por favor.

Esses já são testes dos flutuantes e vai para Curaçá, na Bahia.

O próximo, por favor.

São fotos: Pedra Branca, também lá na Bahia. São os testes de bomba. Nossas equipes estão indo para as fábricas para isso, porque nós não temos tempo para qualquer probleminha ter que corrigir em campo.

O próximo.

São os flutuantes. Aí vai para Fulgêncio. É uma estrutura, como são, cada situação que envolve bombas, o local, tem, vamos dizer, um projeto.

O próximo, por favor.

Isso em Manga de Baixo já está funcionando. Já tem situações nossas que estão em operação.

O próximo.

Apolônio Sales, lá na região de Petrolândia, Paulo Afonso, são os desassoreamentos.

O próximo, por favor.

São detalhes da obra de acompanhamento do fechamento de bombas, nós estamos fazendo um processo diferentemente do convencional, de receber o material pronto. Então, nossa equipe foi para as estruturas, para as fábricas, para acompanhar todo esse processo.

O próximo.

Aí também é Itiúba, já na região de Alagoas.

O próximo.

Referente aos perímetros irrigados de Senador Nilo Coelho. É o maior investimento. Nós falamos em R\$26 milhões do Governo Federal, mas com a participação do Governo estadual. Nós estamos com uma obra, a previsão de contrato era 15 de dezembro, agora 5 de dezembro nós entregamos para a operação, as bombas ligando. Nossas primeiras bombas já embarcaram ontem, e nós vamos até falar como nós estamos embarcando isso. Nós estamos fazendo uma operação de segurança, ou seja, que não pode dar problema nem na estrada, porque nós não temos tempo para corrigir o dia. Imagine que é uma obra de R\$26 milhões, que no início da obra, já na segunda semana, nós tivemos 85 máquinas funcionando num raio de menos de 2km. Então, nós não podemos, assim, falhar com nada. E agora é o fechamento dessa obra.

O próximo, por favor.

Esse é o projeto original, onde nós temos aqui a captação – desculpe, para alguns está repetitivo, porque nosso tempo está apertado – esses flutuantes vêm para cá, essa aqui são 228m de tubulação lançada no rio, ontem completamos o quinto, e estão faltando três, mas também está tudo dentro da programação. Os últimos dois, que são oito no total, é uma compra pelo Governo de Pernambuco que eles estão entregando agora em dezembro. Mas nada atrapalhará o funcionamento. Ou seja, nós ficamos sem margem, porque, como é gerador, nós vamos trabalhar 24 horas, mas está dentro do programado, então não vai ser problema.

Então, nós temos um canal de 2.400m e lá nós vamos formar um pequeno lago para armazenar água e, naquela seta lá, fazer a captação para o Nilo Coelho.

O próximo, por favor.

Isso aqui, para ter ideia da obra, lá os flutuantes estão aqui, nós tivemos que fazer aterros – 2.400m – fazer depois os canais, e já está numa fase superior isso aí.

O próximo, por favor.

Então, esse aqui eu diria que era um dos grandes desafios que nós tínhamos inicialmente. Primeiro, porque é a primeira vez que nós trabalhamos com essa tecnologia. Mas falamos que não tivemos nenhum problema – isso aqui tem alinhamento, então não se prende àquela curva que ele está fazendo e aqui ele entrega essa água no canal e daqui ele conduz 2.400m por gravidade.

O próximo, por favor.

Isso é na fábrica, isso foi o embarque ontem da primeira remessa. Aí são dois conjuntos flutuantes que vão entrar em Petrolina e Petrolina ele recebe flutuante. Na próxima semana, nós já estaremos com dois montados. Esses dois que estão aqui não são seguranças, mas nós temos seguranças acompanhando essa carga, são dois engenheiros nossos que se posicionaram lá na foto, então, nossos engenheiros estão acompanhando tudo isso.

O próximo, por favor.

Parte da obra. Isso aqui tem um filmezinho, que eu queria de passar para vocês.

Por favor.

(Procede-se à execução de vídeo.)

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO – Tudo isso que você vê antes é água, tinha água, era o lago. Isso é o recuo. A nossa captação está mais na frente e ela vem para cá por gravidade.

E aqui já é o final do canal, quando ele vai jogar essa água para formar um pequeno lago.

Nesse primeiro momento, nós não vamos conseguir encher esse dique, esse lago que nós estamos fazendo, porque nós entramos com seis bombas, então, não haverá vazão suficiente para isso, praticamente vai se colocando água e consumindo.

Se nós não precisarmos dessa água do flutuante, nós estaremos usando o processo, o canal de aproximação direto, porque nós temos diesel, está estimado de R\$700 mil a R\$1 milhão por mês com combustível

nesse projeto. E já está orçado também dentro disso aí. Essa é toda a movimentação que nós fizemos, então, é uma obra muito rápida para 60 dias que nós estamos fazendo isso aqui.

Já está terminando o filme.

E aquilo ali é um dique que vai fechar lá na frente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO – Bem, o que nós queremos apresentar é que essa é realmente a maior obra civil, mas todas aquelas obras a jusante, por menores que sejam, têm sua importância, mas essa é uma prestação de conta.

Eu espero que, no próximo convite aqui, nós possamos mostrar fotos e filmes já do funcionamento, mas a sociedade precisa estar segura de que nós chegaremos, concluiremos tudo antes que o pior possa acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Vamos torcer. Obrigado, Napoleão.

Vamos oferecer oportunidade ao Dr. Franklin, representando a Chesf, poder trazer aqui a sua exposição.

O SR. JOÃO HENRIQUE FRANKLIN – Boa tarde, Senador, Presidente da Comissão, Fernando Bezerra Coelho, boa tarde aos Parlamentares presentes, a todos os que nos escutam. Eu vou fazer algumas considerações que eu julgo importante que sejam destacadas e que envolve especialmente a Chesf.

Primeiramente, o reservatório de Sobradinho hoje se encontra com um nível de acumulação de água de 1,7%. É o menor nível do histórico de Sobradinho desde o enchimento que foi em 1979.

Nós estamos hoje com o nível da Barragem de Sobradinho na cota 380,91. O mínimo operativo da Barragem de Sobradinho para o empreendimento de geração de energia é 380,50, então, significa que estamos a 40cm do mínimo operativo do empreendimento da usina de Sobradinho.

Aqui nesta Comissão já foi destacado anteriormente que Sobradinho tem uma característica que tem um volume útil, que é de 34 bilhões de metros cúbicos, mas tem também um volume abaixo do mínimo operativo, o chamado volume morto, que é preciso que seja entendida essa terminologia “volume morto” como sendo o volume abaixo do empreendimento de geração.

Como o volume útil corresponde a 28 bilhões de metros cúbicos e o reservatório, na sua totalidade, tem 34, abaixo do volume útil, há 6 bilhões de metros cúbicos não para gerar energia, mas, prioritariamente, para atender os demais usuários da Bacia do São Francisco.

Então, é muito importante destacarmos a situação do reservatório e também o seguinte: nesse período, nesse ciclo de três hidrologias sequenciais extremamente desfavoráveis que a Bacia do São Francisco vem vivenciando, se as ações não tivessem sido adotadas de forma preventiva – o papel da ANA e o papel do Ibama foram fundamentais, assim como a participação de todos os usuários dos quatro Estados envolvidos –, nessa situação de criticidade e de acumulação de água em Sobradinho que está acontecendo hoje, como foi mostrado pelo Dr. Hermes, nós já teríamos atingido o mínimo, ou seja, 0% de Sobradinho no segundo semestre de 2014.

Então, desde 2013, de forma gradativa, a vazão de saída de Sobradinho, estabelecida no plano do Comitê de Bacia de 1,3 mil metros cúbicos por segundo, foi gradativamente sendo reduzida. Hoje, há uma vazão de saída de 900 metros cúbicos por segundo, resultante dessas chuvas que já aconteceram. A afluência melhorou um pouquinho, e a chegada de água em Sobradinho foi de 640, mas estão saindo 900. Então, estamos com 1,7 e há ainda uma tendência de redução do reservatório.

Mas as simulações, baseadas nas previsões, indicam, como foi mostrado pelo operador nacional, que poderemos chegar a algo em torno de 1%, e, a partir dali, haverá um reenchimento gradativo, a depender da concretização das chuvas na Bacia.

Essa é uma notícia positiva, diferente das anteriores que eram tratadas aqui e que mostravam que havia, efetivamente, com base nas simulações, a possibilidade até de ficar abaixo do 0%.

Mas está começando o período úmido. Apesar dessa informação de que as simulações estão em torno de 1%, como sendo o mínimo de Sobradinho, precisamos continuar o trabalho de nos preparar para aquelas situações que podem vir a acontecer se houver novamente um período úmido que não seja significativo, uma hidrologia desfavorável.

Hoje, a Chesf trabalha com duas vertentes. A primeira vertente é reduzir a vazão de saída de 900 para 800 metros cúbicos por segundo. Portanto, é preciso reduzir mais cem metros cúbicos por segundo. Evidentemente, qualquer redução em um quadro já crítico causa dificuldade para todos os usuários, para a geração de energia, para a captação de abastecimento humano, para a produção de alimentos e também para a navegação. Todos os usuários são afetados, porque nós estamos operando abaixo de um mínimo estabelecido de 1,3 mil.

Nós temos explicado o seguinte: o que significa a redução de 900 para 800 metros cúbicos por segundo? No trecho entre Sobradinho até Itaparica, isso representa uma variação de nível, em média, de 15 centímetros.

Então, as captações precisam, em média, estar preparadas para essa redução nesse nível. E de Xingó até o Baixo São Francisco, na parte da foz – Sergipe e Alagoas –, em média, uma redução de 20 centímetros.

Os usuários estão informados, porque nós temos mantido um canal de comunicação aberto. A Chesf só poderá praticar essa redução de 900 para 800 metros cúbicos por segundo após a conclusão das interações que estão em curso com a ANA (Agência Nacional de Águas) e com o Ibama. Além disso, faz-se necessária uma autorização em caráter especial para mais essa redução.

Para terem uma ideia do impacto disso, o que, de fato, atinge todos os usuários, a usina de Sobradinho tem uma capacidade de geração de 1.050MW.

São seis unidades geradoras, lá em Sobradinho, cada uma com 175MW, o que dá esse total de 1.050MW.

A geração que temos feito em Sobradinho (média diária) é de 170MW; menos do que uma unidade geradora de Sobradinho. Mas o setor elétrico, dentro dessa contingência instalada na bacia, tem outras alternativas: a geração eólica, a geração térmica, o intercâmbio, a troca de energia entre as regiões. Os demais usuários – a produção de alimentos, as captações de abastecimento humano –, de alguma forma, estão se adequando a essa realidade, através de dragagem, de redução de bombeamento, de colocação de tubulações, como foi mostrado aqui no caso da Codevasf.

Para os 800m³/s – com essa nova redução agora de 100; de 900 para 800 –, temos conversado com a ANA e com o Ibama, e as notícias que temos são de que os estudos que apresentamos já foram bastante discutidos com o Ibama, com a ANA. E, na reunião de hoje na ANA – vou deixar para o Dr. Vicente dar o detalhamento –, já identificamos até uma data a se perseguir para essa redução aos 800m³/s.

A outra vertente, que é a operação abaixo do mínimo operativo, abaixo de zero por cento, as simulações indicam que pode ser que não seja necessária – vamos torcer para que as previsões se concretizem –, mas estamos também em desenvolvimento de estudos, junto à ANA e ao Ibama, e aí envolve também outra agência, que é a Aneel, por quê? Porque o empreendimento de Sobradinho vai até a 380, 50, como falei. Abaixo desse nível, que é zero por cento do volume útil, a Chesf não poderá mais gerar energia no complexo das seis unidades geradoras de Sobradinho. Mas o empreendimento de Sobradinho tem uma possibilidade, que já foi comentada aqui nesta Comissão, que é a de um descarregador de fundo. Então, podemos abrir comportas...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO HENRIQUE FRANKLIN – ... e aí não mais gerando energia, mas vertendo a água necessária para os demais usuários. E essa água também vai gerar energia lá no Complexo de Paulo Afonso, Itaparica e Xingó.

Essas unidades geradoras não gerarão energia, mas, naquela área de Sobradinho, há muitas linhas de alta tensão, naquela região ali, que são importantes para o Sistema Interligado Nacional.

O ONS já demonstrou que é necessário que essas unidades geradoras, pelo menos quatro, fiquem operando em uma modalidade que não é de geração de energia. A usina de Sobradinho tem uma modalidade de operação de compensação síncrona, que é um controle de tensão; ela ajuda no controle de tensão do sistema, não gerando energia, mas controlando a tensão. Se, por acaso, tivermos que adotar essa operação – que parece que não será necessária, mas precisamos estar preparados para ela –, então essas unidades geradoras operarão com essa modalidade de compensação síncrona.

Então, as ações estão em curso. E agora nós estamos com a possibilidade de a primeira ação, que é a redução de 800m³, efetivamente acontecer ao longo de dezembro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Agora, ofereço a oportunidade para colocação das suas palavras à Dr^a Regina Generino, representando o nosso Ibama.

A SR^a REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO – Boa tarde a todos, Srs. Parlamentares. Agradeço, em nome da Marilene Ramos, presidente do Ibama, o convite formulado para participar deste evento, e cumprimento aqui todas as autoridades presentes à Mesa.

Preparei aqui uma apresentação sucinta, e depois podemos esclarecer alguns pontos em que ficarem dúvidas ou que não estão na apresentação. Vamos falar um pouco do papel do Ibama nesse processo.

Pode passar, por favor.

Este é um pouco do sumário do que vou falar: quando é a atuação do Ibama no licenciamento federal; um histórico do procedimento de redução de vazão, que aconteceu bem antes desse recente histórico que estamos debatendo; a análise técnica do pedido de redução de vazão, este de 800m³/s, pontos de atenção monitorados pelo Ibama, e a atuação do Ibama nesta redução de vazão.

Pode passar.

Bem, aí, é só um quadro sintético, para mostrar que o licenciamento ambiental só atua no projeto, não estamos envolvido com a definição de política energética, nem com qualquer fase que precede à definição do projeto. A gente coloca isso porque, muitas vezes, há algumas demandas do tipo: não, porque o Ibama não decidiu fazer determinado projeto e está fazendo este. Na verdade, recebemos o projeto e, aí, vamos fazer a análise, de acordo com os procedimentos estabelecidos no Ibama.

Também, há a questão da atuação e licenciamento federal. Nem todo empreendimento, no Brasil, é licenciado pelo Ibama. Existe um arcabouço legislativo que estabelece em que situações o Ibama atua.

Pode passar.

Então, dentro do Rio São Francisco, os empreendimentos que estão nessa área de atuação do Ibama são esses aí demonstrados: Sobradinho, UHE Luiz Gonzaga, Complexo Paulo Afonso e UHE Xingó. Todos eles vieram a ser licenciados pelo Ibama após a edição da Resolução Conama 357/97, que estabeleceu de quem seria as competências, do Município, do Estado ou da Federação. Então, a partir daí, esses empreendimentos migraram...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO – Para o Ibama, e todos se encontram em fase de renovação da licença de operação.

Pode passar.

Bem, aí, começa-se a falar sobre procedimento de redução de vazão. Em 2001, na época da crise de energia, também houve uma redução, autorização, não pelo Ibama, mas pela Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, que autorizou a Chesf a proceder à redução de vazão para 1.100m³/s. Naquela ocasião, a vazão mínima que era autorizada era 1.800m³/s. Posteriormente, a Chesf pediu que a vazão mínima de defluência em Sobradinho poderia ser 1.300, menor, porque daria uma maior agilidade, maior flexibilidade da manutenção das máquinas, e não haveria também perda para os usos múltiplos. Então, ela conseguiu provar isso, e houve uma retificação da própria licença de operação, e essa vazão passou para 1.300m³/s.

Depois, já em 2004, houve, também, a edição de uma nova autorização especial para a redução que, na época, era de 1.300m³/s para 1.100m³/s. Depois, em 2007, a mesma coisa. Lembrando que, tanto na Autorização 1, de 2004 quanto a 1, de 2007, existia uma condicionante que estabelecia que, no momento em que sai aquela fase de crise, a vazão volta àquela anteriormente definida. Então, entre 2004 e 2007, a partir do momento em que acabou aquela fase de crise, a vazão voltou aos 1.300m³/s que estavam estabelecidos na licença de operação. É só para lembrar.

Na verdade, esse tipo de condicionante tem-se repetido até o momento.

Pode passar, por favor.

Um pouquinho mais de histórico, aí, já em 2013, autorização especial, em que o Ibama autoriza a Chesf a proceder à redução de vazão para o patamar de 1.100. Então, foi aquele mesmo patamar estabelecido anteriormente.

E, já em 2014, aí, entra-se nesta fase agora, de que se está falando, e o Ibama estabeleceu, definiu, expediu, melhor dizendo, Autorização Especial nº 4, que autorizou a Chesf a realizar testes para redução de vazão de 1.000m³/s. Por que o Ibama decidiu fazer teste naquele momento? Porque, até então, as vazões mínimas autorizadas tinham sido 1.100m³/s. Então, como não se sabia exatamente, naquele momento, como é que seria comportar o rio e a questão dos usos múltiplos. Então, fizemos testes em escalas, acompanhados pelos técnicos do Ibama. A partir desses testes é que pode ser autorizado.

Em seguida, houve a retificação da autorização anteriormente dada em 2013, autorizando a Chesf a reduzir a vazão para o patamar de 1.300 nos períodos de carga leve, que são finais de semana, feriado, e de 1.100 para os demais períodos, que são exatamente durante o dia, que é o maior consumo de energia elétrica.

Agora, já em 2015, autorizou a Chesf a proceder à realização de testes até o patamar de 900m³. Então, foram feitos vários patamares. São vários patamares que são observados. Isso é precedido de um programa de comunicação que dura certa de sete dias. Um teste também de uma duração para que você observe todo o impacto até a Foz do Rio São Francisco, acompanhado por técnicos do Ibama. Como a situação observada ainda era passível de autorização, esta foi expedida com esse patamar de 900m³/s.

Pode passar.

Atualmente, existe um pedido no Ibama de defluência no valor de 800m³/s. Então, a equipe técnica está analisando, os documentos foram apresentados. Esse plano de gerenciamento de que se está falando aí, na segunda frase, inclui o plano de contingência. O que o empreendedor pode fazer, caso alguma coisa dê errado, quais ações estarão já definidas para o empreendedor agir, quem ele vai acionar, quando vai acionar e como vai ser acionado. E também o programa de monitoramento da qualidade de água, entre outros. Mas esse plano de gerenciamento engloba todos esses planos e programas.

A previsão de análise desse material é até o dia 1º de dezembro. Após esse prazo, ele segue para o corpo gestor e é discutido se é possível ou não emitir essa autorização e em que termos. Normalmente, a gente autoriza para realizar os testes, acompanha-se e depois se toma a decisão de expedir ou não a autorização.

Pode passar.

Bem, aqui são os pontos críticos que estão sendo monitorados. Alguns desses monitoramentos já estão no escopo do processo de licenciamento ambiental daquelas usinas hidrelétricas. Eles são mais intensificados nesses períodos de redução de vazão, nos períodos de teste para a gente ver, para a gente ter uma resposta mais rápida das consequências, dos impactos que estão sendo observados.

Então, a gente tem o monitoramento do processo erosivo, na margem do São Francisco. À medida que existe uma redução de vazão, você tem uma diminuição de quotas. E os riscos de haver esses processos erosivos são maiores, nas margens.

A mesma coisa é com o monitoramento da integridade do leito. Também há o monitoramento ictiofauna e dos estoques pesqueiros, que já estavam previstos também nos processos de licenciamento das usinas e há um programa, também, de comunicação social, que tem de acontecer antes dos testes, durante os testes e após os testes. Então, a comunidade tem de estar a par de tudo o que está acontecendo na bacia.

(Soa a campanha.)

A SRª REGINA COELI MONTENEGRO GENERINO – Já? Falo rápido e vou ter de me apressar ainda mais.

Bem, pode passar, por favor.

Qualidade de água. Há aí os pontos, são 22 pontos. Há aí os parâmetros. Essas coletas foram intensificadas, a periodicidade foi aumentada. Há o monitoramento das macrófitas aquáticas. São aqueles aguapés, aquelas plantas que ficam flutuando no rio. Avanço da cunha salina também. À medida que você tem uma redução de vazão, o mar acaba avançando mais no rio. Então, tem sido monitorada essa cunha salina. Essa questão da cunha salina também está contemplada no plano de contingência.

Pode passar.

Aqui, só para ficar um pouco mais ilustrativo o que estou falando. Ali, na ponta esquerda, é a Barragem de Sobradinho. Esses amarelinhos são os pontos de monitoramento da qualidade de água.

Pode passar.

Aí já é a Foz do São Francisco. Mostramos que esses pontos em vermelho são os monitoramentos da cunha salina.

Pode passar.

Bem, sobre a atuação do Ibama nesse período, em especial desde o ano passado. A gente constituiu um grupo de trabalho – que a Presidente do Ibama constituiu recentemente – para dar um reforço à equipe de licenciamento do Ibama, não só no monitoramento usual, dos processos de licenciamento ambiental, mas também, em especial, a essas questões dos cuidados com o Rio São Francisco nesse período de escassez hídrica. Relatórios mensais são recebidos no Ibama e são analisados. Tem havido muitas vistorias do Ibama, participação em reuniões periódicas, na agência.

O Vicente está sempre nos chamando, acho que uma vez por mês, pelo menos, estamos lá.

Hoje houve uma reunião, pela manhã, para a gente se reunir com os usuários da bacia, com as autoridades que respondem sobre as questões vinculadas ao uso da água na Bacia do São Francisco.

Há, também, um acompanhamento por parte do setor de emergências do Ibama, que estão lá na bacia desde abril, desde a época da questão da floração de algas.

A participação em audiências públicas, em Delmiro Gouveia tive o prazer de participar como representante do Ibama, em abril, havia 15 convidados ali pelo Volney.

E, depois...

Inclusive era o dia do meu aniversário, não sei se você soube.

Mas, tudo bem, foi ótimo, estava no Nordeste, estava beleza.

E, depois, uma audiência, mas agora neste mês de outubro, no mês passado, em Propriá, fizeram uma audiência judicial. E fiscalização ambiental por parte da nossa Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) contra crimes ambientais no Vale do São Francisco.

Pode passar.

Estou terminando, acho que eu vou conseguir. Ah, terminou.

Então, é isso. Fico à disposição, aí está o meu nome, o meu e-mail, da coordenação, e o telefone também lá do Ibama.

Muito obrigada, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Drª Regina.

Para encerrarmos as apresentações, eu ofereço a palavra ao nosso amigo Dr. Vicente Andreu, Presidente da Agência Nacional de Águas.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Senhoras e senhores, boa tarde. Quero agradecer o convite do Senador Fernando Bezerra, agradecer a presença do Senador Sarney Filho, do Leonardo Monteiro e do Deputado Estadual Odacy Amorim, de Pernambuco.

Vou ser bastante rápido e tentar colocar para esta reunião as decisões que foram tomadas hoje, na reunião da Agência Nacional de Águas.

Antes, porém, eu queria apenas lembrar de que os dois principais reservatórios da Bacia do São Francisco, tanto o reservatório de Sobradinho como o de Três Marias, mas, também, de Itaparica e Xingó, mas esses dois, em particular, são reservatórios que foram construídos antes da existência da Agência Nacional de Águas e, portanto, não têm ainda outorga do ponto de vista formal da Agência Nacional de Águas e as restrições que existem para esses reservatórios são restrições ou ambientais ou operativas.

Nós conseguimos, agora, em um esforço junto com a Aneel, inclusive por conta do leilão que aconteceu no dia de hoje, estabelecer a necessidade de definição de outorgas para todos esses empreendimentos, inclusive com um roteiro de um calendário no qual essas outorgas serão efetivadas, não só para a Bacia do São Francisco, mas para todo o conjunto do parque hidrelétrico brasileiro, que é já bastante maduro.

Nós temos, também, inicialmente, nos reunido, já foi enfatizado aqui, desde março de 2014, procurando trazer à mesa todos os principais atores da bacia, inclusive o Ministério Público, mais o comitê, os Estados, a Codevasf, ONS, a Aneel, o Ibama, o Ministério de Minas e Energia, o Ministério da Integração, todos, para que nós pudéssemos tomar as decisões que foram sendo tomadas ao longo desse tempo e que, se em algum momento não foram consensuais, mas todas elas foram democráticas e decisões que ganharam legitimidade para que nós pudéssemos chegar ao ponto do que foi aqui já mencionado pelo Dr. Hermes Chipp, de que essas decisões evitaram que hoje nós estivéssemos, hipoteticamente, com o reservatório em torno de menos 50%, quando ele ainda, no caso de Sobradinho, ainda não atingiu o zero.

Fizemos uma reunião na manhã de hoje, muito representativa, com os Secretários de Estado, de Minas Gerais; representados do Igam, o Secretário da Bahia, o Secretário de Pernambuco, o Secretário de Sergipe – só não estava representado Alagoas –, e, também, com as altas autoridades, todos os atores que eu aqui já mencionei.

Nessa reunião nós levamos em consideração os aspectos apresentados pela ONS, então, é sempre o balizador da tomada de decisão do conjunto daqueles atores e consideramos alguns elementos.

O primeiro deles, nós temos um cenário de hidrologia ainda incerto, mas com uma possibilidade diferente daquela que nós tínhamos há poucos dias, quando realizamos a anterior, que é um cenário de que, na Região Sudeste – principalmente nas cabeceiras, no Alto São Francisco –, nós possamos ter uma situação diferente. Inclusive há indicativos disso com a melhoria da afluência.

Um segundo indicativo foi o indicativo referente a que as previsões que nós apontamos para o reservatório de Sobradinho, na reunião passada, estão ligeiramente superiores àquelas. Tanto é que, eu me recordo, nós estávamos com a data de 29 de novembro, se eu não me engano, para atingirmos o Zero Operacional. Hoje é dia 25 e nós estamos acima desse valor. Então, o segundo elemento foi de que a evolução real foi ligeiramente mais favorável.

E o terceiro elemento, que foi também apreciado nessa reunião, foi o fato de que Três Marias não suporta, em suas condições atuais, a manutenção das vazões de 500m³/s, correndo o risco de que, mantida essa vazão por um tempo maior, nós teríamos que, na sequência disso, fazer reduções muito grandes no reservatório de Três Marias.

Então, à luz dessas três principais diretrizes, nós tivemos a manifestação de todos os atores. E, obviamente, essas manifestações foram no sentido de os Estados e de o comitê – e até mesmo de a Codevasf – de aguardar um período para o início da redução necessária em Sobradinho para 800m³/s. E, também, os argumentos levantados pela Cemig, pelos representantes do comitê e pelo perímetro público de Jaíba de que era preciso uma sinalização efetiva de que Três Marias também seria considerado.

E, por último, pesou muito, na decisão da reunião, que, ao definirmos o indicativo de redução em Sobradinho – Dr. Franklin apresentou essa condição –, haveria a necessidade, então, de cerca de 20 dias para que essa operação de fato acontecesse.

Então, à luz desses contornos, nós apresentamos uma proposta, que foi aprovada por todos os integrantes que estavam lá na reunião, que é a de que nós teremos a redução para 800m³ em Sobradinho – a partir do dia 20 de dezembro. No dia 15 de dezembro, nós faremos uma nova reunião que analisará o quadro hidrológico – se as chuvas foram mais favoráveis ou não –, e se as chuvas forem favoráveis, analisar a possibilidade de manutenção dos 900m³/s – se elas forem muito favoráveis. Se elas não forem, a decisão de redução – que do ponto de vista prático aconteceria no dia 20 – já está tomada.

Ao mesmo tempo, para mantermos esse espaço como um espaço de elaboração, de formulação e de decisão, nós buscamos, também, atender às preocupações levantadas pelos mais próximos do reservatório da área de influência de Três Marias, de reduzir para 400 metros cúbicos, de imediato, a partir de 1º de dezembro em Três Marias.

É evidente que à luz... O Dr. Hermes, no início, tinha a informação de que decisões judiciais podem comprometer essa nossa sincronização. E, evidentemente, é importante deixar claro, que, caso haja uma decisão diferente dessa por parte da justiça, nós teremos que rever essa decisão para permitir manter o balanço. Mas, supondo que ela não aconteça, nós estaremos reduzindo em Três Marias. Ele não tem, neste momento, um impacto – visto a condição mais favorável em Sobradinho, em particular para o atendimento dos perímetros públicos de Nilo Coelho e à jusante. Manter os 900m³ garante o abastecimento de todas as cidades que estão à jusante de Sobradinho. E essa decisão, então, foi tomada com uma nova reunião para o dia 15 de dezembro, quando, à luz dos novos dados da realidade, essa decisão, então, ou seja consolidada, ou, se tivermos um cenário mais favorável – ele só será alterado se nós tivermos um cenário mais favorável –, nós manteremos, então, as vazões em 900m³ cúbicos defluente de Sobradinho.

Então era isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado Dr. Vicente.

Antes de passar a palavra para os Parlamentares inscritos, queria apenas fazer um agradecimento e dar um testemunho. Agradecimento primeiro pela disponibilidade com que todas essas instituições, a ONS, o Ibama, a ANA, a Chesf, a Codevasf, o Ministério da Integração Nacional sempre se houveram quando das convocações desta Comissão, para que pudéssemos ter acompanhado, ao longo desses últimos cinco meses. Praticamente todo mês diria que realizamos até duas reuniões por mês aqui. Acho que isso contribuiu para gerar um clima de maior confiança e segurança para todos os usuários da bacia.

Portanto, quero dar o testemunho do reconhecimento, da colaboração e fazer um registro também. O trabalho de articulação da Casa Civil da Presidência da República, que envolveu diversas instituições federais, para enfrentar esse assunto que é delicado, que é complexo, que envolve diversos interesses e que hoje estamos colhendo já as primeiras respostas mais positivas ou mais alvissareiras. Não teremos o colapso hídrico para o abastecimento dos perímetros irrigados, seja no maior perímetro, que é o Nilo Coelho, seja para os perímetros outros que são tão importantes quanto o Nilo Coelho, nos Estados de Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe, graças às providências adotadas pela Codevasf nessas ações emergenciais de colocação de flutuantes que, pela informação do Dr. Napoleão, o flutuante do projeto Nilo Coelho ficará concluído e em operação a partir do dia 5 de dezembro e as demais intervenções estarão concluídas até o final de dezembro deste ano. Portanto, esse é um dado muito, muito positivo.

Em relação à confirmação ou não se vamos ter um período hidrológico mais ou menos desfavorável é que nos remete a essa vigilância continuarmos mobilizados porque, caso se confirme um período hidrológico desfavorável, será muito importante essa gestão das águas e a redução ou não das vazões de Sobradinho, sobretudo, para que possamos guardar água na barragem de Sobradinho.

Tive oportunidade, ontem, ao fazer uma visita ao Dr. Vicente Andreu, na ANA, de conversar por telefone com o Governador de Alagoas, que tinha uma posição muito resistente à redução da vazão de Sobradinho. Colocávamos para ele que é melhor reduzir a água agora para termos a água no período seco, para que possamos assegurar no período seco, que vai chegar brevemente, pelo menos a vazão de 800, para que não venhamos a discutir aqui, em maio ou junho, não a vazão de 800, mas a vazão de 700, de 600, o que será uma situação muito mais grave, muito – digamos assim – mais impactante, do ponto de vista ambiental e do ponto de vista social do que esse quadro crítico que nós hoje estamos conseguindo administrar e eu diria até superar e vencer.

Acho que nas notícias que o Dr. Vicente acabou de nos dar na reunião desta manhã já existe esse espírito de compreensão e de colaboração por parte de todos os usuários.

Acho que contribuímos. Acho que esta Comissão, o Senado Federal deu esta modesta contribuição para, no esforço com o Governo Federal, podermos ter até aqui enfrentado e administrado a contento a questão do suprimento de água para os mais diversos usos na Bacia do São Francisco.

Com alegria, ofereço a palavra ao nosso Vice-Presidente da Comissão, Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Presidente Senador Fernando Bezerra, nobres expositores e expositora, quero antes de tudo parabenizar V. Ex^a, Sr. Presidente, por ter já dissecado, com essa nossa terceira reunião sobre o São Francisco, toda questão da problemática séria que envolve – digamos assim – a Bacia do São Francisco.

Tenho algumas preocupações. Primeiro, por tudo aquilo que temos ouvido, a situação hidrológica, a situação das chuvas não vai melhorar.

Nós sabemos que o El Niño é um dos responsáveis mais diretos pela seca no Nordeste. E esse El Niño deste ano, que vai perdurar até os primeiros meses do ano que vem, talvez até meados do ano que vem, é talvez o mais rigoroso, o mais quente, o que tornou as águas mais quentes.

Portanto, tomara que a gente esteja enganado, que a maioria desses climatologistas estejam enganados, mas tudo indica que o desarranjo climático que o Planeta Terra vive afetou e vai continuar afetando o nosso clima aqui no Brasil de uma maneira muito dura.

Portanto, minha primeira preocupação é justamente sobre o uso múltiplo da água do São Francisco. É evidente, todos aqui falaram, ninguém discute que a prioridade número um é o uso para o consumo humano. E o que eu tenho sentido é que, por exemplo, cada segmento que representa aqui um setor da economia, um setor do Governo que garante uma economia, a produção de energia, de certa forma a produção de alimentos, eles se preocupam especificamente com essa área.

Eu não sei até que ponto a gente já não deveria estar tomando precauções, Dr. Vicente, para garantir a água para o consumo humano. Eu vi o filme aí da Codevasf, em que a Codevasf está fazendo obras em áreas que eram, antes, alagadas e que hoje estão secas para poder captar água para os perímetros irrigados.

Não sei, não sei. Embora reconheça a importância da alimentação, a importância econômica social da irrigação para aquela região, modificou a face econômica daquela região, mas não sei se esse é o caminho em um momento de crise como este.

Por outro lado também, o Governo investiu pesadamente na geração de energia de todas as formas. É lógico que eu prefiro a energia de uma hidrelétrica a uma geração através de combustíveis fósseis. Não tenha dúvida de que a hidrelétrica é muito mais limpa, é muito menos poluente sob o ponto de vista de emissões de gases do efeito estufa. Mas também não sei se deveríamos já nos preocupar com o uso para as populações da água desses reservatórios.

Então, essa é uma questão que acho relevante. É uma questão que acho que a gente deve acompanhar com muita cautela. Assim como, ora, se eu estou falando aqui de obras relativamente pequenas para captar água para irrigação, imagina uma transposição, em que se gastaram já bilhões de reais. Estou muito à vontade para dizer isso, meu caro Presidente, porque eu sempre fui contra. Eu sempre achei que, em primeiro lugar, deveríamos nos posicionar em torno da revitalização do Rio São Francisco como uma medida preliminar, e não concomitante.

O que se viu é que não fizeram revitalização nenhuma e as obras ainda estão atrasadas, mas já consumiram bilhões de reais. E tudo nos leva a crer que, se essa crise hídrica continuar, essa obra não vai servir para muita coisa, não vai servir para muita coisa.

Então, dentro disso é que eu gostaria de colocar essas questões, sem serem diretamente levadas a ninguém, mas colocar. E dizer também, meu caro Vicente, que a ANA foi criada por mim quando eu era ministro do Meio Ambiente. Até hoje, essas hidrelétricas não têm a outorga da Agência Nacional de Águas. E agora vão ter que ter porque, com esse novo leilão, agora vão ter que ter.

Eu acho que, mais do que nunca, agora é necessário. Eu entendo as resistências até mesmo de como essas questões foram colocadas, mas eu acho que agora nós temos que dar todo o poder à Agência Nacional de Águas e a agência tem um papel dos mais importantes.

Nós não podemos desconhecer também que essa crise existe por causa da mudança do regime de chuva, mas também por causa do tratamento que se dá às matas ciliares, às nascentes do Rio São Francisco, ao esgoto jogado in natura, ao lixo nas proximidades. Então, nessas questões, se nós tivéssemos, mesmo com esse desarranjo ambiental, climático, conseguido manter as nossas áreas de preservação permanente, as matas ciliares preservadas, se nós tivéssemos conseguido manter as nascentes próximas dos tributáveis do Rio São Francisco ali, por Minas e tudo, certamente essa situação de emergência iria existir, mas com menor gravidade.

Então, eram essas as questões para a nossa reflexão aqui, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Deputado Sarney Filho.

Eu ofereço a palavra ao Deputado Rômulo Gouveia.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (Bloco/PSD - PB) – Sr. Presidente, primeiro parabênz mais uma vez V. Ex^a e esta Comissão, que tem tido uma frequente preocupação com esse tema que tratamos. Realmente, a situação hídrica do Nordeste é muito grave.

Tive a oportunidade de já ter ido à ANA, com o Dr. Vicente, com comissão Parlamentares da Bancada da Paraíba, e quero apenas me associar. Inclusive, tenho um requerimento de minha autoria aprovado já nesta Comissão, que aí não é nem para discutir mais, demais expositores aqui, Deputados e Senadores; é que o Governo possa apresentar já quais as ações emergenciais a serem executadas nas situações que nós estamos inclusive enfrentando em relação à própria... Falo da Paraíba, mas não é diferente do Rio Grande do Norte, do Ceará. Talvez o Maranhão seja mais rico, o lençol, o solo, tanto do Maranhão como do Piauí.

Agora, como todo o respeito que eu tenho ao nosso Sarney Filho, mas as informações que a própria Codevasf e o Governo informam é que, paralelamente à obra da transposição, está sendo feita a revitalização. Então, os dados de investimento... E eu não acredito que os números sejam contraditórios. Ainda acho que, para o Nordeste Setentrional, está aí o Senador Fernando Bezerra, que foi Ministro, essa obra da transposição é extremamente importante, e é uma obra que vem desde a promessa do Império.

Então, eu defendo a transposição, defendo a revitalização do rio. Os dados que o Governo apresenta e a própria Codevasf, enfim, o Ministério da Integração, é de investimentos na revitalização e, a essa altura, Sarney, como todo o respeito, é irreversível.

Então, eu compreendo perfeitamente, mas, pelo contrário, a essa altura, com 81% de execução, a nossa luta é para que chegue aos 100%. E eu mesmo estou apresentando, ainda nesta Comissão, ainda maior celeridade na execução da obra da transposição do Rio São Francisco, porque, a essa altura, a situação da Paraíba, de Pernambuco, do Rio Grande do Norte, do Ceará é muito grave, e aí essa obra é extremamente importante. É de louvar a decisão do governo que iniciou, do governo Lula, e da Presidente, que não contingenciou a obra e que vem executando apesar das dificuldades.

Eu não posso deixar de fazer este registro aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Obrigado, Deputado Rômulo Gouveia. Com a permissão e a concordância que eu sei que, por certo, terei de todos os membros desta Comissão, vou oferecer a palavra ao nosso visitante, ao nosso convidado, o Deputado Estadual por Pernambuco, o Deputado Odacy Amorim.

O SR. RÔMULO GOUVEIA (Bloco/PSD - PB) – Sr. Presidente, só registrando a presença do Vereador da cidade de João Pessoa, o Vereador Marmuthe, que acompanha esta audiência, que está bem preocupado com a situação hídrica do Nordeste.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Seja bem-vindo. Estamos honrados com sua presença.

O SR. ODACY AMORIM – Senador Fernando, agradeço pela oportunidade de estar aqui, Deputados. (Fora do microfone.)

Sobre essa discussão sobre o Rio São Francisco, temos uma frente parlamentar que eu presido lá, na Assembleia, defendendo os rios, o São Francisco e os demais rios de Pernambuco, é um debate necessário. Neste momento, acho que o que tem de positivo é que o Governo, o Senado, os Parlamentares, as forças políticas se juntaram para poder dar uma resposta e agiram rapidamente, no que se refere a essa questão dos flutuantes, a essas questões da redução da vazão do rio.

E isso é louvável, inclusive, existe a sensibilidade de todos aqui da ANA, do Ibama e do Operador Nacional do Sistema.

O que nos preocupa é que, de fato, o Semiárido nordestino é o Semiárido mais populoso do mundo. E quanto à questão da água, por exemplo, o Pajeú veio a receber água do São Francisco agora recentemente. O Senador Fernando era Ministro da Integração.

E as barragens do Estado de Pernambuco, e isso não é diferente em todo o Nordeste, estão vazias. Por exemplo, Pernambuco está precisando água do Rio São Francisco lá no Agreste, lá na chegada a Caruaru e toda aquela região. Então, o que se vê aqui, por exemplo, nos cenários, é que, por exemplo, em 2001 baixou para 1,1 mil metros cúbicos; em 2004, 1,1 mil; 2007, 2014, foi para lá, agora 900, e é preciso reduzir para 800, caminha-se para isso, e é fundamental essa sensibilidade.

Eu acho que estamos caminhando. E essa sensibilidade vai fazer com que se salve de um colapso a região. Mas é fundamental que a gente pense no futuro, e o futuro talvez não seja inviabilizar a transposição do São Francisco, mas que haja até a interligação de bacias do Tocantins, para poder garantir o futuro da nossa região, porque a irrigação, a fruticultura gera emprego numa quantidade maior, num espaço menor.

Então, eu quero parabenizar os senhores aqui, a presença de todos e fazer uma pergunta rapidamente a respeito da interligação que seria o projeto, porque lá no sertão já se defende com muita firmeza essa questão de interligar o Tocantins ao São Francisco.

E, para terminar, Senador, há uma preocupação com essas barragens, por exemplo, o problema dessa barragem que estourou em Minas, perguntaria ao Ibama se existe um monitoramento preciso a respeito, se há alguma mineração no entorno muito próximo do Rio São Francisco, que é uma outra preocupação que já chega lá ao sertanejo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado.

Eu vou oferecer... Antes de oferecer a palavra...

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Só um esclarecimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pela ordem, Deputado Sarney Filho.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Pela ordem, Presidente.

É só porque talvez eu tenha me expressado mal. Eu não me coloco contra a transposição, eu só acho que, antes de a transposição ter sido autorizada, nós deveríamos ter patrocinado a revitalização do São Francisco. É isso, gostaria de deixar bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu vou aproveitar a questão de ordem, só para dizer que essa questão da revitalização tem mobilizado a atenção desta Comissão, mas de forma particular a atenção da Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal.

Há 15 dias, sob a Presidência do Senador Otto Alencar, nós realizamos audiência pública que foi focada na necessidade de salvar o Rio São Francisco, preservar o rio. E houve um debate intenso com a presença de representantes do Ministério Público, do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, de diversas instituições estaduais e federais.

E eu queria trazer aqui, apenas a título de informação, e não para reabrir a polêmica, que, na realidade, se nós formos consultar os três últimos PPAs – o PPA de 2003, o PPA de 2007, o PPA de 2011, dois do Presidente Lula e último da Presidenta Dilma –, a gente vai verificar que o Governo Federal alocou de recursos para a revitalização na área da Bacia do São Francisco aproximadamente na ordem de R\$ 16 bilhões. O que ocorre? É que, no momento em que esses PPAs foram elaborados, a revitalização era entendida como não sujar as águas do rio, porque se dava de barato que água havia.

Então, nós nunca, de certa forma, digamos assim, fomos alertados, a não ser em 2001, com a crise que ocorreu também na Bacia do Rio São Francisco, de que nós poderíamos viver uma situação tão crítica quanto essa que nós estamos vivendo. E toda a tradução de revitalização era fazer obras de saneamento. Foi feito um grande esforço de saneamento em diversos Estados do Nordeste e os números foram apresentados.

Estou falando é que houve a solicitação no PPA, alocação dos recursos no orçamento, diversas instituições federais foram envolvidas e todo mundo traduzia a revitalização como saneamento, quando, na realidade, estamos precisando agora mudar a tradução de revitalização.

Revitalização é, como o Deputado Sarney Filho acabou de falar, proteger as nascentes do Rio São Francisco, é produzir água para dentro do rio e recuperar as matas ciliares; revitalização é fazer as barragens nos tributários do São Francisco, como é o caso de Jequiá, Congonhas, Berizal, que são obras já identificadas e que ficaram paradas pelo PAC, não houve sequência.

Então, eu acho que é importante que a gente possa ter uma mediação nessa discussão, se houve ou se não houve ações voltadas para a revitalização. Elas ocorreram, só que se traduziu naquele momento a revitalização como obra de saneamento, e investia-se em saneamento. E acho que é importante, mas não pode ser exclusivo, como foi o caso.

Então, nós precisamos ter muito maior esforço no sentido de entender a revitalização como produzir água para recarregar o rio. É isso que nós estamos precisando fazer. E nós estamos pressionando o Relator do PPA e a Relatora do Orçamento do próximo ano, para que a gente inicie neste PPA um vigoroso programa de investimento e revitalização do São Francisco que signifique produção de água.

Essa é, digamos assim, a colocação que eu queria aqui expor.

Eu vou passar a palavra para o Relator da nossa Comissão, o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Boa tarde, Sr. Presidente!

Boa tarde a todos os membros desta Comissão, a todos os palestrantes!

Sr. Presidente, em torno de três ou dois anos atrás, eu fiz uma viagem pelo Nordeste de carro e tive o prazer, e era de meu interesse, de conhecer o interior do Nordeste, de conhecer a Zona da Mata, o Semiárido, o Árido, a Caatinga, toda essa transformação da vegetação. E, para sair na cidade de V. Ex^a, Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, lá em Petrolina, nós cortamos inclusive o Polígono da Maconha, conhecido no interior de Pernambuco. Eu, com a minha esposa e meu filho de 2 anos somente, nós três no carro. Aquela coisa de ver os rios intermitentes do Nordeste, aquilo me chamava atenção: e eu passava uma ponte, um rio sem água; outra ponte, outro rio sem água. E fiz questão de parar para fotografar.

Nem bem tinha descido do automóvel, quando chegou uma viatura da polícia, e o policial disse: “Você é muito ousado!”, vindo lógico nos repreender. Depois me apresentei, e ele falou: “Você não pode fazer uma coisa dessa, parar!” E era de dia, era umas... Eu tinha dormido em Paulo Afonso, estava indo para Petrolina, era umas onze horas da manhã.

Ele falou: “Rapaz, aqui é uma região muito violenta.” E eu disse: “Mas eu queria tirar uma foto destes rios, porque sou do sul, do Paraná, e isso para nós não há.” E eu ouvi aqui no debate do Código Florestal, por vezes eu fui aqui no Senado um dos membros da Comissão, e o Dr. Vicente Andreu participou por vezes do debate

sobre a questão do Código Florestal, e falava-se em rio perene, rio intermitente, e não entendia muito aquilo, e depois eu fui ver in loco.

De fato, é algo muito triste você ver um rio cujo leito é pedra e areia. E aqueles que estão nos ouvindo, nos assistindo aqui pela TV Senado, que são do Sudeste, que são do Sul, que são do Centro-Oeste, que são do Norte, não sabem da realidade do Nordeste. Eu entendo perfeitamente quando se fala na transposição do São Francisco, porque levar água para uma região que, se não me engano, para dois Estados, e eu fui aqui no Senado Presidente da Comissão da Água, não sei se há ainda essa Subcomissão da Água, na Comissão de Meio Ambiente...

Sabemos que temos um fórum todo adequado e que vai vir ao Brasil em 2018, Dr. Vicente? Em 2018, vai ser em Brasília o Fórum Mundial da Água. E sabemos que, em dois Estados brasileiros, não há rios perenes.

Gente, olhem a tristeza disso! Realmente é uma situação...

Mas eu quero falar um pouquinho também do retrato do sul. Eu tenho 44 anos, nasci na roça, literalmente nasci na roça. Sou o nascido de parteira, inclusive, nasci no sítio, em que vivi até os meus 18 anos numa pequena propriedade. Era acostumado, então, a me banhar nos rios, nas lagoas, e tudo mais, a pescar.

E me lembro perfeitamente da mesma região, propriedade que ainda é do meu pai e meus avós. Neste final de semana, eu estive lá, e olha que é uma época de chuvas, intensas chuvas no Paraná.

Quanto aos rios, que tinham uma largura de quatro, cinco, seis metros, hoje temos lá um corregozinho de um metro e meio, dois metros de água. Estamos falando do Sul. Mas qual o porquê disso tudo?

Deputado Sarney Filho, é importante isso. E aqui, como Relator desta Comissão, nós fazemos questão de relatar isso no nosso relatório final, em que teremos a sugestão de todos os membros desta Comissão.

Mas qual o porquê disso tudo? De fato, são as nascentes. Eu vi muitas nascentes serem enterradas, muitas regiões onde havia nascentes e água corrente que não existem mais. Logicamente, pelo advento do incentivo que havia do próprio governo, que fazia algo inverso do que deveria ser: incentivava no seu desbravamento, no povoamento, na colonização das regiões do Sul, das terras férteis do Sul do País, aonde vinham as colônias estrangeiras ou não, os paulistas, os nordestinos que desciam ao Sul; incentivava o desmatamento, da beira do barranco, do lado da mina, para cima. E as pessoas faziam as casas em cima da mina e, do lado, criavam o chiqueirão de porcos e os galinheiros para as galinhas. O rio era onde o porco ficava, e aquilo era a nascente. Então, a primeira região antropizada foi a região de nascente, às margens do córrego. É assim. Dentro da propriedade do meu pai há uma nascente, preservada até hoje, mas isso é quase uma raridade. O meu avô, que vai fazer agora, no próximo dia 2, 89 anos, recuperou muitas nascentes na propriedade dele, que é uma propriedade muito rica em águas. O Seu João Matias, a quem faço questão de me referir. Então, de fato, o nosso maior problema é a gestão dos recursos hídricos, mas falamos na preservação e na conservação.

Matas ciliares são extremamente importantes. Falando de minha posição, quanto ao Código Florestal, eu fui um daqueles que foi contra cinco metros, tão somente, independentemente do tamanho do rio. Isso não é justo. Nós temos propriedades que podem ter mais, mas você não pode delimitar pelo tamanho da propriedade. Logicamente, não precisava ser 50, ser 100, ser 200... Poderíamos achar um meio-termo. Então, há algumas situações que não foram justas com o sistema hídrico do País.

Também não podemos engessar a agricultura, não podemos engessar o agronegócio, porque o mundo – e nós sabemos o que é sustentabilidade – é um tripé entre o econômico, o ambiental e o social. Se não houver comida, se não houver alimento, se as pessoas não tiverem o aspecto econômico em volta delas, também não há sentido no homem sem a natureza nem na natureza sem o homem.

Então, faço aqui essa referência, Sr. Presidente.

Para encerrar, quero dizer que, já na próxima segunda-feira, mesmo com toda a situação que vive a França – e lamentamos a tragédia que assola muitos países, mas especialmente a França, neste momento, com o terrorismo –, nós estaremos lá, representando esta Comissão. Sabemos que V. Ex^a chegará mais para o final da semana, mas já estarei lá na segunda-feira e sei que outros Parlamentares desta Comissão estarão lá também. Não é o tema principal da COP, mas a COP analisa as mudanças climáticas como um todo, e não há como se falar em mudanças climáticas sem falar em água. E a água é a vida deste Planeta. Então, nós estaremos lá e estaremos atentos, inclusive, ao que a convenção das partes para a sustentabilidade – e para o clima, é claro – vai trazer de ambições e metas para a redução de emissões de gases e, especialmente, para não contaminarmos ainda mais as nossas águas, tanto de superfície quanto de subsolo.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado a todos. Parabéns, mais uma vez, pela brilhante audiência e pelo brilhante tema.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Concedo a palavra ao Deputado JHC, o último inscrito.

O SR. JHC (SD - AL) – Sr. Presidente, eu gostaria de, como um jovem Parlamentar alagoano, tecer alguns comentários sobre o que eu vi e o que eu presenciei, mais especificamente sobre a obra do Canal do Sertão, em Alagoas.

Eu gostaria de cumprimentar toda a Mesa, em nome de Napoleão Casado, também um conterrâneo que eu tenho certeza de que não medirá esforços para nos ajudar a conseguir utilizar este canal – Napoleão já foi secretário de Recursos Hídricos do Estado de Alagoas – da melhor maneira possível.

A questão que eu venho colocar é que nós inauguramos a terceira etapa do Canal do Sertão e estamos indo para a quarta etapa. O projeto Canal do Sertão iniciou-se no início da década de 90, idealizado no governo Geraldo Bulhões. De lá para cá, muitas promessas, muitas campanhas eleitorais, e a água que está sendo levada para o Canal do Sertão ainda não beija o solo arenoso daquelas propriedades ou, então, daquelas pessoas que subsistem ali ainda bravamente, perto do canal.

O que nós vemos lá é um projeto, talvez seja uma das maiores obras do Estado de Alagoas. Já foram disponibilizados recursos de cerca de R\$1 bilhão para o Canal do Sertão. Como já foi falado aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JHC (SD - AL) – É estadual.

A água do Canal do Sertão é do Rio São Francisco. Como acredito eu que já foi falado, o Rio São Francisco, para quem vai a Alagoas, é o rio que está precisando, obviamente, como foi discutido, ser revitalizado, está assoreado. Hoje há gado, cavalo, pastando no meio do Rio São Francisco, peixe de água salgada no meio do Rio São Francisco. Então, o Rio São Francisco já não vai mais bater no meio do mar.

Aí, fica a preocupação e o questionamento, porque fiquei intrigado quando, em uma das visitas também do Ministro, à época, Fernando Bezerra, nós fomos lá. Aquela obra é magnífica, e os olhos do sertanejo brilhavam naquele momento. Eu sou testemunha de todo esforço do Senador Fernando Bezerra para aquela obra ser concluída e do avanço que se deu ainda no governo passado, na gestão passada, em Alagoas, nessas obras, mas nós precisamos agora pensar em outra etapa. O Canal do Sertão está lá, mas ele não tem energia, então você não consegue bombear a água que existe lá no canal para as propriedades ou para as casas que ficam próximas ao canal.

Então, eu, até recentemente lá na Câmara, quando foi falado que foi inaugurado o maior rio de Alagoas, o Canal do Sertão, só pedi calma num momento como esse. Eu falei: “O maior rio que nós temos lá é o Rio São Francisco, que é um canal natural do Sertão também, mas faltam projetos de captação dessa água, assim como também do Canal do Sertão.” Então, a obra foi feita, está lá uma parte já concluída, com a previsão de beneficiar 1 milhão de pessoas, já há outros projetos sendo feitos, mas eu temo que esses projetos também sejam utilizados, sejam feitos, mas não atendam à sua finalidade, que é o povo. Aí se diz: “Não, vamos fazer a captação por energia fotovoltaica, energia solar, enfim, por outros meios”, e o Vale do São Francisco tem uma das maiores jazidas de vento do Nordeste. O Nordeste inteiro tem essas plantas de energia eólica, e o Estado de Alagoas ainda não tem.

Então, eu não sei qual seria o modelo mais correto, o que nós poderíamos fazer, mas os estudos realizados indicam que a energia dessas placas fotovoltaicas não conseguiria bombear essa água por um percurso suficiente para chegar até a essas famílias.

Então, eu gostaria de deixar aqui esse meu registro. Tenho essa preocupação com o futuro dessa obra. À própria Presidenta Dilma eu faço um apelo, porque já foi anunciado que, após ser inaugurada uma terceira etapa do Canal do Sertão, os recursos que estavam previstos foram retirados. Então, nós precisamos também discutir isso. Essa obra não pode parar, mas ela não pode continuar da forma como está. Da forma como está passando, é como se, efetivamente, aquelas pessoas estivessem sendo beneficiadas pelo Canal do Sertão, coisa que não existe. Basta ir, pegar um carro, ir lá ao Canal do Sertão, que você vai ver que as pessoas não estão sendo beneficiadas, apesar do esforço de todos que estão aqui.

Então, eu gostaria de deixar esse registro, essa minha colaboração e pedir que, se fosse possível, enviassem maiores informações e dissessem como poderíamos também solucionar esse problema.

Acho que, hoje, o principal problema do Canal do Sertão é viabilizar energia para bombear essa água.

Então, muito obrigado, Sr. Presidente.

Muito obrigado a todos os palestrantes.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Obrigado, Deputado JHC.

Vamos, agora, passar a palavra, começando pela Drª Regina, porque ela vai precisar sair antes das 5h, para os comentários finais.

A SRª REGINA GENERINO – Bem, há uma pergunta que está mais direcionada ao Ibama, quer dizer, toca um pouco na questão do licenciamento, que é o monitoramento de segurança de barragem, um tema que está muito na mídia por conta da questão da Samarco.

A segurança de barragens para empreendimentos hidrelétricos é da competência da Aneel. Isso não quer dizer que, durante as vistorias do Ibama em empreendimentos elétricos, se for observado algum problema, se for identificado – não que a gente vá fiscalizar – algum tipo de problema nessa área, a gente direciona esse problema, essa questão, essa observação à Aneel.

Das questões que foram elencadas aí, que têm alguma coisa relacionada com o licenciamento ambiental, seria essa questão das barragens. Quanto às demais, eu diria que não são de competência do licenciamento. Posso estar enganada. Qualquer coisa, a gente volta a falar, mas também gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui presente.

Também deixei meus contatos. Se houver alguma dúvida relacionada aos licenciamentos ambientais e redução de vazão das hidrelétricas do Rio São Francisco, estamos também à disposição.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Obrigado.

Vamos passar ao Dr. Hermes, Diretor-Geral do Operador do Sistema Nacional Elétrico.

O SR. HERMES CHIPP – Agradeço o convite para poder transmitir à sociedade, através desta Comissão, e dar maior transparência aos trabalhos que a gente desenvolve.

Eu acho que a crise é sempre um sofrimento e uma alegria porque se tira uma experiência positiva de uma crise. Acho que esse trabalho que está sendo feito em conjunto e essas identificações desde... Eu mencionei a comissão hídrica coordenada pelo ministro-chefe da Casa Civil, em que reuniões eventuais são até, dependendo do tema, coordenadas diretamente pela Presidenta para resolver essas questões com os ministérios envolvidos, com os governadores e secretários dos Estados; quer dizer, eu acho que, agora, houve uma mobilização como nunca houve – pelo menos eu nunca participei de uma mobilização tão forte, nunca presenciei, para equacionar essa questão em caráter estruturante, porque, ao longo do tempo, a gente trabalhou muito na conjuntura. Resolvia o problema da crise, acabava a crise, voltava todo mundo para a sua casa para esperar nova crise.

Eu acho que, agora, está se dando uma conotação estruturante que é muito importante, ou seja, essas questões não devem ser enfrentadas na conjuntura. Acho que o Senador Fernando Bezerra colocou muito bem: essas medidas preventivas são para que nessa bacia não falte água. A prioridade maior não é mais a operação energética. Agora, é abastecimento, é irrigação, porque, como eu mostrei, nós conseguimos operar e abastecer o sistema, graças a sua evolução, tanto na transmissão, essa troca de energia entre as regiões, bem como no potencial eólico renovável e também no térmico, que, em determinados momentos, quando você tem essa crise, ele ajuda a segurar. Hoje, a térmica e a eólica no Nordeste estão praticamente segurando mais o intercâmbio, essa redução de geração.

Então, a cada momento, a gente tem que trabalhar para suprir o que seja necessário e não deixar, pelo menos é a prioridade que está na lei, faltar água.

Acho que ele colocou muito bem que essas medidas preventivas representam, no fundo, um pulmão para você salvaguardar prioridades se vier uma crise maior, porque sempre pode acontecer uma pior. O encaminhamento está muito positivo.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Obrigado.

Vamos passar a palavra ao Sr. João Henrique Franklin, Superintendente de Operações da Chesf.

O SR. JOÃO HENRIQUE FRANKLIN – Bom, para finalizar, Deputado Sarney, eu gostaria de destacar que nós vamos continuar monitorando a situação da Bacia do São Francisco.

Em função da reunião ocorrida hoje, pela manhã, na ANA, com a participação do Ibama, dos Estados, nós vamos fazer uma comunicação a todos os usuários, com essa sinalização de que existe a possibilidade de, a partir de 20 de dezembro, termos, efetivamente, a redução para os 800m³/s, a partir de Sobradinho, e que teremos essa reunião de monitoramento no dia 15 de dezembro.

Mas esse informe que a Chesf vai divulgar amplamente com todos os usuários e entidades da bacia já é no sentido de que existe, de fato, essa sinalização, que só será concretizada, caso venhamos a receber, efetivamente, a autorização especial do Ibama e da ANA. Mas a expectativa é que isso venha a acontecer e que essa data de 20 de dezembro seja viabilizada.

É importante destacar que, em sendo viabilizada, que nós vamos, como das vezes anteriores, fazer isso de forma gradativa. Nós sairemos do patamar de 900m³/s para 850m³/s, vamos estabilizar isso ao longo de todo o rio, e com o compromisso – o compromisso é: se houver algum fato mais crítico, algo que mostre que não é possível suportar a redução para 850, voltaremos a praticar o patamar de 900 até que seja feita alguma

adequação, e aí retornaremos aos 850, uma semana, se tudo der certo, 800m³. Será uma operação que exigirá, evidentemente, todo cuidado e todas as adequações para que se possibilite esse novo patamar.

Mas o momento é de crise e as chuvas ainda não estão plenamente consolidadas, de tal forma que tudo isso justifica para que a gente venha a acumular o máximo possível de água no reservatório de Sobradinho.

Então, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Obrigado. É só uma pequena observaçãozinha antes de passar a palavra para o Dr. Napoleão aí. É que eu vi a respeito de possibilidades de – a Justiça, o Ministério Público entrar, a Justiça tentar interferir nessa diminuição da vazão. Existem resistências, a gente sabe disso, mas eu pergunto: o Ministério Público tem participado dessas discussões? Está participando dessas discussões? É importante que eles participem para eles saberem do problema, eu acho que já facilita muito à medida que você bota – eu tenho certeza – e eu me dou muito bem com os membros do Ministério Público que tratam da área ambiental – de que eles são muito sensíveis, são muito compreensivos e, evidentemente, querem o melhor. Então, eu acho que, à medida que você coloca o Ministério Público já para discutir como medida de precaução, sai muito mais barato, não é?

Dr. Napoleão com a palavra aí.

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO – Deputado Sarney Filho, primeiro agradecer a oportunidade de estar aqui mais uma vez prestando contas à sociedade. Toda a apresentação nossa foi focada nas ações emergenciais, no tocante à Bacia do São Francisco, voltada para os perímetros irrigados, mas eu gostaria de registrar aqui que a Codevasf também tem suas ações estruturantes no tocante à revitalização. Em saneamento, de 2007 a 2018, nós temos um orçamento projetado aí, um programa com investimento de R\$2,9 bilhões, dos quais R\$2,4 bilhões já executados, então focados nos saneamentos, que fazem parte da revitalização...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LUÍS NAPOLEÃO CASADO ARNAUD NETO – Ora, nós temos... Agora... Eu vou ficar devendo essa informação. Porque eu tenho ela com o número da Bahia, de 55 Municípios, três... Eu não posso lhe dar, eu fico devendo essa informação, está certo?

Mas também há as outras ações de recuperação de nascente, não é? E toda a preocupação que até o Ibama citou aqui, dos assoreamentos. Há todo um trabalho focado naquela manutenção da bacia.

O meu conterrâneo, o Deputado JHC, quando ele traz as preocupações do Canal do Sertão, elas são pertinentes. Eu acompanhei aquele canal muito próximo, quando secretário, mas eu queria registrar aqui que a Codevasf recentemente esteve em Alagoas para anunciar ao Governo do Estado, apresentar os três perímetros irrigados que foram estudados pela Codevasf, os três projetos, dos quais nós temos hoje já orçamento para R\$100 milhões, que seria o equivalente à implantação de um dos perímetros.

Estamos na discussão de busca do financeiro, mas isso vai ser questão de tempo. Existem também recursos do Ministério da Integração, ainda do primeiro mandato da Presidenta Dilma, que foi conveniado com o Estado de Alagoas, que são para sistemas de abastecimento de comunidades: comunidades quilombolas, comunidades do Sertão e assentamentos.

Esses recursos foram da ordem de R\$32 milhões, eu não sei dizer, Deputado, como estão as ações, mas sei que os projetos já foram concluídos, estão na fase executiva. Nem tudo isso será fornecido por água do São Francisco, por água do canal, mas existem ações da Codevasf e uma delas, que talvez seja de maior expectativa da sociedade, são os perímetros irrigados. Então, em 30 dias e eu vou me comprometer de enviar para o gabinete do Senhor todas as informações referentes a essas ações da Codevasf.

No mais, agradeço a oportunidade. Esse é o compromisso de todos nós que fazemos a Codevasf com a sociedade brasileira, especificamente com a sociedade da Bacia do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Obrigado, Napoleão, quero dizer que nós estamos muito satisfeitos com a Codevasf no Maranhão. Codevasf entrou há pouco tempo no Maranhão e tem feito um excelente trabalho com os Municípios em que ela tem competência legal para atuar.

Inclusive, há um projeto meu estendendo a todo o Estado a atuação da Codevasf, que já passou hoje na penúltima Comissão.

Então, para encerrar aqui a participação dos nossos expositores, para as considerações finais, o nosso Presidente da ANA, Dr. Vicente Andreu Guillo.

O SR. VICENTE ANDREU GUILLO – Também agradeço o convite, agradeço a palavra de apoio e de cobrança, manifestada pelo Senador Fernando Bezerra, um parceiro da Agência Nacional de Águas; Sarney Filho também; Rômulo Gouveia, agradeço as palavras também; Sérgio Souza, compartilho da mesma posição a respeito da questão relativa à transposição do São Francisco.

Muito rapidamente, se nós olharmos o contexto hoje, a conjuntura do Brasil, nós temos uma possibilidade de uma seca muito severa na Amazônia, prolongamento de uma seca de cinco anos no Semiárido, possibilidade de conflitos federativos em função dessa água, com uma seca inédita na Bacia do São Francisco, uma seca inédita na região de São Paulo, particularmente no Cantareira, uma seca inédita no Paraíba do Sul, chuvas também bastante acima da média se anunciando para a Região Sul do Brasil e um acidente, um desastre ambiental com aquela magnitude na Bacia do Rio Doce.

Então, a atenção da sociedade para a questão dos recursos hídricos, ela sobe tremendamente de patamar e, nesse sentido, as contribuições e as falas aqui dirigidas no sentido de preservar os recursos hídricos desde as suas nascentes até as margens ciliares são também orientações importantes para a Agência Nacional de Águas e nós temos isso como uma referência.

Eu queria fazer menção, Deputado Sarney Filho, à questão da transposição do Tocantins. O Brasil precisa de infraestrutura, inclusive, em muitas cidades, de redundância de abastecimento para que se possa enfrentar crises que tendem a ser mais regulares, mais frequentes e talvez, infelizmente, até mais severas do que esta. Elas precisam de obras de infraestrutura que possam garantir a necessidade de segurança hídrica para as cidades, para a produção agrícola, para a navegação. Também há os problemas na Bacia do Paraná, que eu estava me esquecendo de mencionar aqui.

Portanto, nós temos apresentado para a sociedade uma discussão sobre o tema de aumentar a reservação no Território brasileiro, uma vez que retirado o volume das hidrelétricas, dos reservatórios das hidrelétricas brasileiras, o Brasil tem indicadores muito pequenos de quantidade de água em seu Território.

Então, nós temos levantado essa bandeira, já apresentamos em fóruns internacionais e, obviamente, isso tem que ser compatibilizado com os aspectos sociais, com os aspectos ambientais que, obviamente, um reservatório sempre tem.

No entanto, em relação à transposição do Tocantins, do nosso ponto de vista há muito o que pode ser feito, há muito o que precisa ser feito antes que essa tese venha sequer a ter qualquer tipo de consistência do ponto de vista técnico. Então, a Agência Nacional de Águas não analisa essa alternativa.

Hoje, criamos um grupo, no âmbito dos Estados, do Comitê de Bacia da Agência Nacional de Águas para pensar no pós-crise do São Francisco, de forma que possamos estabelecer regras para que estejamos mais bem preparados no futuro.

Não sei se a palavra seria “tranquilizá-lo”, mas, do nosso ponto de vista, essa transposição do Tocantins para o Rio São Francisco, neste momento, nesta conjuntura, não se justifica tecnicamente, visto que isso exige, como já foi mencionado aqui, uma série de intervenções de revitalização do Rio São Francisco, com novas regras operativas para o conjunto de reservatórios das hidrelétricas que lá estão estabelecidas, de forma a garantir não só a necessidade de segurança energética, mas também os usos múltiplos de água, antes que venhamos a conceber a hipótese de implantar uma nova transposição nessa direção.

Agradeço muito a oportunidade de ter participado na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Sarney Filho. PV - MA) – Muito bem.

Muito obrigado.

Não havendo mais quem queira falar, declaramos encerrada a presente reunião, agradecendo, mais uma vez, a presença de todos os expositores e de todos que aqui estiveram.

Obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 50 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 48 minutos.)

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA A REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA COM O INTUITO DE DISCUTIR PLANO EMERGENCIAL DA CRISE HÍDRICA NAS CIDADES DO COMPARTIMENTO DA BORBOREMA MONOPOLIZADAS PELA CIDADE DE CAMPINA GRANDE/PB, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 9 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 14H30, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia nove de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Deputado Rômulo Gouveia, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença do Senador Flexa Ribeiro, e dos Deputados Julio Lopes, Jony Marcos, Leonardo Monteiro, e Angelim. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, Deputado Marcondes Gadelha e Senador Raimundo Lira. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à realização de Audiência Pública com o intuito de discutir plano emergencial da crise hídrica nas cidades do compartimento da Borborema monopolizadas pela cidade de Campina Grande/PB. O Presidente convida para assento à Mesa e exposição os seguintes participantes: Irani Braga Ramos - Assessor Especial do Ministro da Integração Nacional; Paulo Lopes Varella Neto - Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas (ANA); João Fernandes – Diretor Presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba. Ao término das exposições, o Senhor Presidente dá início à fase de interpelações parlamentares, bem como às réplicas e tréplicas dos convidados. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Leonardo Monteiro, Deputado Marcondes Gadelha, Senador Raimundo Lira, e Vereador de Campina Grande (PB) Lula Cabral. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e dois minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Deputado Rômulo Gouveia, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Deputado Rômulo Gouveia
Presidente Eventual**

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o intuito de discutir o plano emergencial da crise hídrica nas cidades do Compartimento da Borborema, monopolizada pela cidade de Campina Grande, na Paraíba. Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de participação popular.

Dessa forma, os cidadãos que queiram encaminhar comentários ou perguntas, podem fazê-lo por meio do portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou ligando para o nº 0800-612211.

As normas da presente reunião: o convidado terá dez minutos para exposição e, em seguida, abriremos para a interpelação dos Srs. Parlamentares.

Convido, já na mesa, o Deputado Leonardo do Estado de Minas Gerais, Estado esse que vem sofrendo com o recente desastre da Barragem de Mariana. E ele, inclusive, está aqui para apresentar um requerimento nesta sessão em relação à cidade de Mariana.

Convido o Sr. Irani Braga Ramos, assessor especial do Ministro da Integração, que neste ato representa o Ministro Gilberto Occhi, com quem tive contato ontem e justificou a sua ausência, mas se comprometeu com o apoio ao que vamos tratar aqui.

Convido o Sr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da Área de Gestão da Agência Nacional de Águas e amigo, porque a Agência tem participado sempre.

E convido, também, o Sr. João Fernandes da Silva, Presidente da Agência das Águas da Paraíba, para fazer parte da Mesa.

Acho que o Paulo é lá e o João é cá, não é?

A ordem dos fatores não altera o produto, na matemática, então não vai ser aqui, não é secretário Lula Cabral, que vai...

Srs. Deputados, Srs. Senadores, pessoas que estão nos acompanhando.

Apresentei este requerimento que foi aprovado por unanimidade pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas. Na semana passada o Senado, em plenário, discutiu a questão hídrica. Esta comissão já tem debatido por várias vezes. Nós temos a comissão, também, do São Francisco, na qual sou Relator. Mas, na verdade, o que queremos ouvir, Dr. Irani e Dr. Paulo, dos senhores que representam o Ministério da Integração e a Agência

Nacional de Águas, é qual o plano que o Governo Federal, que o Ministério da Integração, que a Agência das Águas têm para o Compartimento da Borborema. E quando falo qual o plano que têm, é porque nós já estamos enfrentando, a cidade de Campina Grande – Deputado Leonardo, que tem 400 mil habitantes, que tem uma população flutuante de mais de 600 mil habitantes, que polariza mais de 32 Municípios sob o Compartimento da Borborema – está sofrendo com o racionamento que já chega de três a quatro dias. Nós estamos com o nosso principal manancial comprometido, que é o Açude Epitácio Pessoa (Boqueirão). Temos profundas dificuldades. Campina tem uma zona rural de quatro distritos: o Distrito de São José da Mata, que é o maior distrito; depois vem o Distrito de Galante; o Distrito de Catolé de Boa Vista, que é outro distrito também grande; e o menor distrito, que é o Distrito do Marinho. Estamos sofrendo com a situação hídrica.

Ontem estive com o Ministro Ricardo Berzoini e estive com a Ministra da Agricultura, Kátia Abreu. Relatei o drama. O prefeito da cidade de Campina Grande, na semana passada, esteve aqui, o Prefeito Romero Rodrigues. Enfim, nós estamos, neste instante, em uma situação extremamente difícil. A primeira coisa, que obviamente é uma ação estruturante que não podemos deixar de reconhecer, é a obra da transposição das águas do Rio São Francisco. Essa obra que está com 82%, eu acho, de sua execução. É uma obra que, com certeza, será muito importante para atender aos nossos mananciais.

Sabe bem o Presidente João Fernandes, porque temos, inclusive, dois ramais, um no Sertão e outro no Cariri, na região de Monteiro, e são dois ramais importantes. Mas da previsão da sua conclusão – vale ressaltar que é uma obra que não foi contingenciada, é uma obra que está em plena execução e eu digo isso porque estou acompanhando, mesmo assim –, nós precisamos. É uma proposta que a Bancada da Paraíba está apresentando: encabecei um requerimento, mas que foi assinado pelos três Senadores da Paraíba e os doze Deputados Federais, pedindo o terceiro turno da obra da transposição. Por que o terceiro turno? Porque a previsão é até o final de dezembro de 2016, início em janeiro de 2017. Mas entendemos que, se criarmos o terceiro turno, nós vamos ganhar alguns meses, e em função de que como meses para a realidade nossa é extremamente importante.

Então, uma das propostas que já encaminhei ao Ministro Gilberto Occhi, à Casa Civil, ao Ministro Jaques Wagner, que está cuidando dessa gestão junto ao Governo Federal, é no sentido do terceiro turno. Eu sei que isso implica recurso, implica alteração de contrato, mas, em função da situação emergencial, é uma das propostas, inclusive, que quero apresentar nesta audiência pública. E quero ouvir também a posição do Ministério da Integração.

E a outra proposta de que nós precisamos é, em casos excepcionais, estudar adutora de engate, estudar perfuração de poços, estudar dessalinização de águas, porque existem regiões na própria zona rural de Campina, existem alguns locais, que têm água, mas as águas são salinizadas e precisamos de dessalinizar.

Então, precisamos, enfim, de uma série de medidas a serem tomadas, a serem adotadas. E aí nós temos, a essa altura, que sair da teoria para a prática. Então, precisamos de ações, de envolver o grupamento de engenharia que tem sede em João Pessoa (PB) e que tem a atuação em toda a Região Nordeste – inclusive na região do nordeste de Minas Gerais, o grupamento de engenharia tem a sua atuação.

Então, na verdade, eu espero que, nesta audiência pública, a gente possa... E aí eu sei que a responsabilidade é muito grande, porque estou substabelecendo, Dr. Irani e Dr. Paulo, para os senhores, que representam aqui o Ministério da Integração e a Agência Nacional de Águas respectivamente. E, obviamente, ouvir o Governo do Estado – vamos também ouvir o Presidente João Fernandes, que tem sido parceiro, que tem vindo a Brasília, que tem apresentado sugestões, que tem participado de audiências públicas aqui na nesta Comissão, na Comissão do São Francisco.

E temos ido a audiência na própria Agência Nacional de Águas, e que vem, também, fazendo a gestão no âmbito do Estado em sintonia com a gestão nacional, até porque o próprio principal manancial nosso é o manancial federal – de jurisdição federal. Mas a agência da ANA na Paraíba obviamente tem também o seu papel – e, aí, também as ações do Governo Federal têm sido em sintonia com o Governo do Estado.

Então, nesse sentido, eu quero estender também, obviamente, às prefeituras, porque tudo começa nos Municípios. Nós vivemos num federalismo só na teoria, mas na prática está concentrado na União e nos Estados. E os Municípios, praticamente, nessa realidade, precisam de uma intervenção em que os Municípios tenham também uma participação, tenham gestão e participem desse processo, porque a demanda maior acontece nos Municípios. Digo isso porque já fui vereador, sou municipalista e conheço a realidade dos Municípios.

Então, também, acho importante que essa gestão seja compartilhada com os Municípios. No caso, específico de Campina Grande, existe a Secretaria de Agricultura, que é o órgão que trabalha com essa política das águas da zona rural.

Então, sem maiores delongas, eu passo a palavra...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Pois não.

Com a palavra, para a minha honra – está aqui nos secretariando, se assim permitir, e também contribuindo com esta Comissão –, o Deputado Leonardo Monteiro, Deputado de Minas Gerais, um grande companheiro. Ele está preocupado. Então, concedo a palavra ao Deputado Leonardo Monteiro.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG) – Quero cumprimentar o Deputado Rômulo Gouveia, Deputado da Paraíba, que apresentou o requerimento que possibilitou esta audiência pública no sentido de se fazer essa discussão sobre o Estado da Paraíba e sobre Campina Grande – mais, especialmente, sobre o Açude de Boqueirão –, aqui com a participação de vários representantes do Governo do Estado, o Ministério da Integração e a ANA, e da comunidade aqui presente.

Portanto, eu quero parabenizá-lo e dizer também da nossa solidariedade, do nosso apoio à luta e à defesa – e somos testemunhas do que ele tem feito aqui no Congresso Nacional – do Estado da Paraíba, sobretudo quanto a essa questão do Semiárido, da dificuldade de água que nós estamos enfrentando hoje, não só mais no Semiárido, mas também inclusive na região leste e no Centro Oeste – somos testemunhas, também, pois estamos enfrentando desafios em Minas Gerais e até em São Paulo.

Mas eu queria pedir um aparte aqui, rapidamente, só para registrar, primeiro, a presença do Brasil na COP 21 – inclusive, vários Parlamentares aqui da nossa Comissão estão lá presentes. Mas sobretudo a participação do Brasil, uma participação destacada, com a atuação da Presidenta Dilma, que especificamente esteve na abertura da comissão.

E nós temos acompanhado permanentemente o contato que tem sido feito com vários presidentes – e o Presidente Obama comunicando com ela, inclusive – no sentido de se contribuir para que pudesse sair um acordo negociado entre os países, com um relatório que pudesse representar todos os resultados da COP 21.

Registro, inclusive, a participação da Ministra Izabella, que coordena um dos grupos de trabalho na comissão e que está, neste momento representando o Brasil, negociando um relatório que pudesse, de fato, representar esse esforço no sentido de se reduzir os efeitos de gases estufa e de se reduzir, sobretudo, o desmatamento. E o Brasil demonstrou exemplo disso apresentando proposta de redução do desmatamento, sobretudo no Amazonas e em outros Estados importantes do Norte do Brasil, bem como em Mato Grosso e em outros Estados.

Além disso, Deputado Rômulo, eu queria dizer, também, aqui, como V. Ex^a já até anunciou, que nós estamos apresentando um requerimento que eu já até aprovei na Comissão Externa que se constituirá na Câmara dos Deputados para acompanhar a questão do desastre de Mariana. Mas estou apresentando também – estou preparando para apresentar – aqui, na Comissão de Mudanças Climáticas, e na Comissão de Meio Ambiente lá da Câmara, para que nós pudéssemos fazer um esforço conjunto do Congresso Nacional no sentido de elaborarmos um projeto de recuperação da Bacia do Rio Doce, que é um rio em Minas Gerais que tem uma extensão de mais de 600km desde a nascente, na região de Ouro Preto e de Mariana, até a sua foz, lá no Espírito Santo.

E V. Ex^a tem visto que esse desastre que aconteceu em Mariana está se dirigindo inclusive para o Oceano Atlântico, para o mar. São várias extensões ao longo do mar em que a lama ainda não conseguiu misturar-se com água e está provocando a mancha enorme no oceano.

Portanto nós estamos apresentando um requerimento no sentido de que o Congresso Nacional, a nossa Comissão de Mudanças Climáticas também, tanto os Deputados quanto os Senadores, pudéssemos trabalhar. Porque há várias propostas, para a região, de recuperação da bacia. Nós temos a proposta do Instituto Sebastião Salgado, existe a proposta de várias universidades federais da região, dos institutos federais. Então, a nossa proposta é que a gente realizasse uma audiência pública no sentido de receber todas essas contribuições da sociedade, tanto das universidades federais, como do Instituto Sebastião Salgado, e de outras propostas que serão apresentados para a região, para que a gente pudesse, então, construir e instituir um projeto único no sentido de estar trabalhando então essa recuperação da Bacia do Rio Doce, compreendendo, além da limpeza do rio e da revitalização do rio, mas também que pudesse estar contemplando plantio de árvores, recuperação de nascentes.

Enfim, que a gente pudesse estudar e construir um projeto bem elaborado no sentido de recuperar a bacia, e determinar e cobrar dos responsáveis pelo desastre, no caso a Samarco, a Vale do Rio Doce, o seu devido compromisso com a Bacia do Rio Doce, até porque a Vale se chamava, até pouco tempo, Vale do Rio Doce, porque ela surgiu lá na região, ela nasceu na região, ela cresceu a partir do Vale do Rio Doce. Então, nós queremos que ela tenha essa responsabilidade de poder contribuir agora com a recuperação da Bacia do Rio Doce.

Queria aqui agradecer a oportunidade, dizer do Deputado Rômulo aqui o sucesso nesta audiência pública, e que nós pudéssemos aqui, então, realizar uma importante audiência pública, no sentido de estar discutindo essas questões relativas à Paraíba, a Campina Grande, e, sobretudo, ao Açude de Boqueirão.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Agradeço a V. Ex^a, Deputado Leonardo Monteiro, parabeno V. Ex^a pela proposta, e tão logo seja dado o número suficiente, colocaremos em apreciação o requerimento de V. Ex^a.

V. Ex^a colocou muito bem que o presidente desta Comissão, o Senador Fernando Bezerra, encontra-se com a comitiva de Parlamentares na COP 21, em Paris, e pediu que justificasse. Seu apoio a esta Comissão, que tem tido uma dinâmica muito grande sob a presidência do Senador Fernando Bezerra, que preside esta comissão.

Esta comissão é alternada, um período pelo Senado e outro período pela Câmara, já que é uma comissão mista, e, então, um grupo de Parlamentares se encontra participando da COP 21. Fico feliz de as palavras de V. Ex^a de que o Brasil está como protagonista, que está tendo um bom desempenho. Não poderia ser diferente, já que nós temos uma política nessa área, apesar de ser um País continental, com todo esse tamanho, mas temos um compromisso muito grande com a política do meio ambiente.

Então, fico feliz com a depoimento de V. Ex^a e acho que ouvi alguma declaração nesse sentido também hoje numa das TVs que transmitiam o informativo da COP 21, que se encerra na sexta-feira lá em Paris. Então, era o justificativo inicial.

E com a palavra, para, inicialmente, por dez minutos, mas, se houver necessidade, de prorrogação, a gente tem uma tolerância, o Sr. Irani Braga Ramos, assessor especial do Ministério da Integração Nacional, que, neste ato, representa o Ministro Gilberto Occhi, que, tenho sempre registrado, tem sido muito sensível e atencioso nas demandas que esta Comissão, que a Comissão do São Francisco, que temos encaminhado ao Ministério, não só o Ministro Gilberto Occhi, o Secretário Executivo Carlos Vieira, toda a equipe do Ministério tem sido extremamente sensível às demandas apresentadas por esta Comissão e pelos Parlamentares do Nordeste.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Boa tarde, Deputado Rômulo, Deputado Leonardo, em nome do Ministro Gilberto Occhi, da Integração Nacional, eu agradeço o convite da Comissão sobre Mudanças Climáticas, e vou fazer aqui uma apresentação breve, e cumprimento todo o público, os demais Deputados presentes e os colegas dos outros Ministérios e dos outros órgãos, e o representante do Governo da Paraíba, que, como disse o Deputado Rômulo, o Governo Federal faz coisa, mas o que ele faz tem mais e melhores consequências quando nós temos uma integração forte com Estados e Municípios, e ousar dizer que isso na Paraíba nós temos com bastante intensidade.

Apenas um rápido retrato, tenho certeza de que o Paulo Varella vai abordar isso melhor quando falar, mas a gente está de fato numa seca bastante extrema, que, em alguns lugares, ela vem de 2012, em alguns lugares do semiárido a gente já registra desde 2010, e que tem tido um agravamento, a sequência dos últimos anos dá para ela um caráter mais dramático.

Eu coloquei aqui um mapa de outubro, uma classificação de seca que a gente tem feito a respeito do Nordeste, uma ferramenta colaborativa, da qual, inclusive, a Paraíba participa com uma gradação do nível de seca.

Neste mês passado, no mês de outubro, nós tivemos 100% do território do Nordeste em situação de seca, e nós vemos, pelas cores mais quentes do mapa e da figura, que a situação de seca tem-se agravado. Na Paraíba não é diferente, nos últimos três meses nós temos seca na integralidade do território, na verdade houve uma pequena interrupção disso há três meses, mas a seca está brava.

Próximo, por favor.

E é um fenômeno frequente, tem sido frequente desde a década de 1980. Em nível mundial, a gente tem registrado secas de uma forma frequente, que nos tem feito aprimorar, inclusive, as ferramentas de monitoramento, como aquela que eu mostrei antes, e eu até botei um mapa pequenininho dos Estados Unidos ali apenas para mostrar que lá, em julho de 2012, eles estavam com 72% do território deles em seca, e, na verdade, essa situação mundial tem provocado, não só o Brasil, mas todos os países do mundo a se preocuparem mais e mais intensamente com a seca.

Próximo, por favor.

Os principais açudes da Paraíba, esses dados eu levantei hoje, a partir do site da própria Aesa, então, a gente tem lá Acauã com 13%, Epitácio Pessoa com 13%, Boqueirão. E vemos ali no gráfico debaixo, elaborado pela Agência Nacional de Águas, que os reservatórios equivalentes, quer dizer, a soma dos reservatórios acima de 10 milhões de metros cúbicos por Estado, representada ali naquele conjunto de barrinhas, então, primeiro, Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte, e, depois, no finalzinho, a média do Nordeste, com exceção da Bahia, temos registrado quedas expressivas nos níveis dos reservatórios equivalentes, ali a gente está comparando o mês de novembro de cada ano. Na Paraíba, ali o terceiro gráfico, a gente vê a situação dramática, vê inclusive que, de 2014 para 2015, nós tivemos um decréscimo maior, inclusive, do que de 2013 para 2014.

Próximo, por favor.

O que está sendo feito? Em ações emergenciais, em 2015, a partir de um esforço grande de coordenação do Governo Federal com os governos estaduais, houve a liberação de 159 milhões para os Estados do Nordeste, e, no acumulado 12 e 14, nesse conjunto de ações de carro-pipa estadual, adutoras emergenciais, ração animal e filtros, a gente somou 420 milhões. Então, foram 420 milhões em 2012 e 2014, 159 milhões em 2015. E mais temos atualmente 6.900 pipeiros no Semiárido que estão atendendo 3 milhões e 900 mil pessoas.

Na Paraíba, em particular, em 2015, nós tivemos ali o desdobramento daquele número de 18 milhões, que está na tabelinha de cima, que foram aprovados para Operação Carro-Pipa Estadual e para a adutoras de montagem rápida. Então, essas adutoras são as adutoras que tiveram a sua... Nem todas ainda tiveram a liberação, porque os documentos técnicos ainda estão em finalização, mas todos os 18 milhões estão aprovados, dos quais quase 12 milhões já foram liberados. E, em análise, um pedido recente que o Governo da Paraíba fez, nós estamos analisando um pedido de R\$63 milhões para perfuratrizes, adutoras de montagem rápida, adutoras emergenciais, dessalinizadores e Operação Carro-Pipa Estadual. Aí eu preciso dizer que nessa Operação Carro-Pipa Estadual, a gente tem focado que seja uma atenção para as sedes urbanas que estão entrando em colapso, porque, no atendimento rural, a gente tem procurado fazer um atendimento universal com Operação Carro-Pipa Federal.

Próximo, por favor.

Bom, a gente tem um conjunto de ações estruturantes que nós, Ministério da Integração, consideramos estruturantes, mesmo ela sendo de pequeno porte, que são para atendimento da população rural. Então, no âmbito do Programa Água para Todos nós temos lá já 888 mil cisternas que implantadas.

Aquele número de 888 mil refere-se apenas ao Semiárido – a gente vê ali que há outras regiões do Brasil que foram atendidas por cisternas, mas estão fora desse número – e 2,1 mil sistemas simplificados de abastecimento de água para as populações rurais. Esse, inclusive, num convênio que tem mantido a execução, apesar das dificuldades financeiras de 2015 com o Governo da Paraíba e, atualmente, um total de R\$2,8 bilhões que já foi desembolsado com o Programa Água para Todos.

Próximo, por favor.

Bom, em ações estruturantes de grande porte, para todo o Nordeste Setentrional, a gente tem um conjunto de ações estruturantes em andamento e em execução. Então, ali, em verde, no mapa, nós temos os dois Eixos da transposição, do Projeto de Integração e um conjunto de obras em vermelho, algumas em execução, como a Vertente Litorânea, na Paraíba, que se integram, cuja operação, mesmo que ela não tenha uma continuidade física com a transposição, do ponto de vista hidráulico e hídrico, se dá em conjunto com as obras da transposição.

Próximo, por favor.

Como estão as obras da transposição? Como disse o Deputado Rômulo, essa é uma obra estruturante. A segurança hídrica para a região da Borborema, de Campina Grande, em particular, vai ser alcançada com a obra da transposição. Então, nós temos que correr isso. Serão necessárias outras obras além daquelas que o Governo da Paraíba já está fazendo, com o apoio do Governo Federal ou sem o apoio do Governo Federal? Sim, serão necessárias, mas essa obra deve seguir e ela vem seguindo num ritmo forte.

(Soa a campanha.)

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Nós vemos lá que os dois Eixos, o Eixo Leste está com... Na média, nós temos 82% de execução, 79,2 no Eixo Leste, 82,2 no Eixo Norte.

Próximo, por favor.

Atualmente esse gráfico mostra a mobilização com a data de referência do mês, 30 de outubro, mas eu recebi hoje a informação de quantos funcionários estão mobilizados, quantos operários estão mobilizados com as obras. Então, hoje nós estamos com 10.583 pessoas, então, 10 mil e 500 pessoas trabalhando na obra.

Próximo.

E, em desembolso, acho que esse gráfico é importante para mostrar o esforço que nós temos feito. O Deputado Rômulo falou que sabemos que não há contingenciamento para essa obra, e vemos nesse gráfico que não há.

O ano passado, o ano de 2014, na última coluna, nós vemos a execução acumulada do ano. Nós vemos que a execução financeira do projeto foi de 1,347 bilhão em 2014 e esse número, em 2015, foi ultrapassado em setembro. Nós estamos indo num ritmo de desembolso e de execução física 30% superior ao ano passado, que foi até, então, o melhor ano do Pisf.

Por favor.

Aqui eu deixei dois esquemas, esse do Eixo Norte que atende à Paraíba, atende pelo Eixo Norte, na região de São José dos Piranhas, mas que está ainda num ritmo forte até a posição ali em que nós temos a EBI-2, nós

temos condição já de bombeamento, na verdade, já estamos tendo bombeamento para enchimento desses canais, desde um mês atrás.

Próximo, por favor.

E, no Eixo Leste, nós temos condição de bombeamento até o reservatório. Neste momento, o reservatório Braúnas está em enchimento, nós podemos encher até imediatamente antes da EBV-3, a próxima estrutura a ser inaugurada no Eixo Leste.

Aí eu vou pedir um segundinho, que eu vou dizer aqui no Eixo Leste, que é aquele que atende a Borborema e atende Campina Grande, que nós temos uma meta e estamos em ritmo para concluir o Eixo Leste. Concluir o Eixo Leste, aqui eu estou chamando ter água entregue no Eixo Leste, em dezembro de 2016.

Certamente, teremos alguns operários trabalhando depois em urbanismo e tudo o mais, mas trabalhando, água em condição de chegar, nós teremos em dezembro de 2016.

É importante, como disse o Deputado, que nós tenhamos um fôlego nesse nosso cronograma. Então, o Ministério da Integração tem trabalhado no sentido de ampliar a disponibilidade financeira e orçamentária para a obra do Pisf e conseguir imprimir um ritmo que nos dê uma margem de segurança, porque nós sabemos que a situação do abastecimento de água na região da Borborema é crítica e hoje o nosso caminho crítico – eu posso dizer – está no túnel, que está lá na divisa entre Pernambuco e Paraíba, na região de Monteiro, o túnel Giancarlo, que tem um ritmo de execução de seis metros por dia e na quantidade que falta – faltam 1.600 metros –, nós precisamos de mais 260 dias para concluir.

E essa é uma limitação técnica, ali não é um problema de dinheiro. Ali é o tempo que leva para escavar. Então, a não ser que a natureza tenha colaborado no passado e deixado um solo favorável lá, nós não conseguiremos acelerar esse túnel. É o nosso caminho crítico agora. Mas existem outras estruturas que dependem, para a gente conseguir aproveitar o mínimo de período do túnel Monteiro, nós precisamos acelerar as outras estruturas, por isso, o comentário do Deputado Rômulo vem bem ao encontro do que o Ministério deseja.

Próximo, por favor.

Aqui temos o mapa da Paraíba, com um conjunto de obras estruturantes que estão sendo feitas ou foram feitas lá. Eu chamo atenção aqui para a adutora do Pajeú, aquela que vem por Pernambuco e está adentrando ali na Paraíba, na região de Taperoá, e o projeto que o Governo da Paraíba vem fazendo da adutora da Borborema e aí eu percebo que, infelizmente, aqui o meu mapa...

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Em relação à adutora do Pajeú, eu recebi uma informação de que tanto a cidade de Desterro, Taperoá e Imaculada estava parado. Como está, já que está falando sobre Pajeú?

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Deputado, eu vou verificar, não tenho essa informação aqui, mas eu verifico para o senhor.

E o estudo da adutora da Borborema, que vai permitir uma interligação de sistemas e, eventualmente, até uma otimização do atendimento, inclusive, provavelmente com redução de custos de tratamento ao captar a água diretamente no ponto de entrega do Eixo Leste da transposição no açude de Poções.

Próximo, por favor.

Bom, aqui eu deixei um conjunto das obras estruturantes que estão sendo feitas na Paraíba, no âmbito do PAC, com seus respectivos valores aprovados e o total de desembolso. Chamo a atenção ali na tabelinha de baixo para a previsão de mais 80 milhões, de um total pago de 70 milhões, para 2015, para as duas obras da Vertente Litorânea e do Sistema Nova Camará, que também está ali na região.

Próximo, por favor.

E aí eu encerro aqui e, na sequência disso – talvez no momento em que nós tenhamos uma discussão acontecendo –, nós temos uma sequência de fotos da transposição que pode ficar circulando aí, se o senhor desejar.

Então, obrigado, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Agradeço a exposição do Dr. Irani, reforço a questão, me lembrei, já que ele tocou na questão da Adutora do Pajeú que, na verdade, vai ajudar também outra região do Estado.

Quero agradecer a presença do Vereador de Campina Grande, Secretário de Cultura, Lula Cabral que também já presidiu uma comissão de água lá da Câmara, inclusive, me entregou um documento que foi elaborado na época em que ele era presidente da comissão lá, o que vou submeter, inclusive, a esta Comissão.

Então, com a palavra o Dr. Paulo Lopes Varella Neto, Diretor da área de gestão da Agência Nacional de Águas, já agradecendo. Já mantivemos vários contatos com o Dr. Vicente, ele já há pouco mais de 15 dias esteve aqui nesta Comissão também. Sempre temos tratado dessa questão. Neste momento de crise, é muito importante a política de gestão, a questão do controle, a questão de irrigação, uma série de questões que te-

mos levantado. Muitas vezes é difícil porque contraria interesses. Mas é muito importante esse trabalho da Agência de Águas.

Passo a palavra Paulo Lopes Varella Neto, Diretor, representando a ANA e o seu Presidente, Dr. Vicente.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Deputado, são só 15 segundos. Eu me esqueci de complementar, porque o Deputado Leonardo está aqui presente, eu acho importante porque em Minas Gerais estão as cabeceiras do Rio São Francisco, é grande fonte hídrica da transposição.

E o Ministro Gilberto Occhi estabeleceu, junto da sua equipe, a partir de uma diretriz da Presidenta, que tenhamos uma prioridade crescente nos próximos anos para a revitalização de bacias de um modo geral, mas com um olhar atento para a Bacia do São Francisco.

Então, estamos agora trabalhando com vários órgãos do Governo Federal no pensamento de um plano de longo prazo com investimentos constantes para a revitalização da Bacia do São Francisco.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – É importante porque se matar o rio, não há água. Então, se não vai chegar água, não adianta transposição com rio morto. Tanto que estivemos em Pirapora, atendendo a requerimento da Deputada Raquel Muniz. Estivemos lá eu e o Ministro participando, fizemos um grande evento na cidade de Pirapora. E é importante demais esse investimento na nascente, em Pirapora, e também na foz, em Sergipe e Alagoas, que são regiões importantes. E é preciso ser feito todo esse processo.

Foi inclusive um compromisso do Governo na obra da transposição a revitalização. E nós que queremos a transposição queremos, sim, a revitalização. Foi muito bom o Dr. Irani ter colocado esse aspecto.

Dr. Paulo Varella, o senhor dispõe de 10 minutos, mas se houver necessidade, a Mesa prorroga o prazo.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Eu quero saudar o Deputado Leonardo, o Deputado Rômulo, abraçar aqui o Dr. Irani. A gente tem andado por aí de mesa em mesa, a qualquer momento a gente faz uma dupla maneira: Paulo e Irani, falando de diversos aspectos sobre a questão da crise no Brasil.

Quero aqui de forma especial dar um abraço no meu colega e amigo Dr. João Fernandes. A gente tem tido uma proximidade muito grande nesses últimos meses.

Eu estou pensando, João, em fazer um puxadinho, o que Deputado Rômulo falou é verdade, fazer um puxadinho ali na minha sala para você ficar com mais conforto quando você vier por aqui. Mas não é só ele vindo para cá não, nos últimos 45 dias, só na região de Patos, eu estive três vezes.

Enfim, é uma crise que a gente está acompanhando de perto.

Eu queria primeiro caracterizar aqui que o enfrentamento disso é feito por várias dimensões. E cabe à Agência Nacional de Águas, que não é um órgão de governo, embora assim pareça, é um órgão de Estado, claro que está dentro da estrutura do governo, mas é um órgão de Estado, e não cabe a ela fazer obras ou ter ações mais diretas. Claro, a gente vai sempre ouvindo isso, especialmente no interior e traz as cobranças para cá, mas o que cabe a ANA fazer é a gestão dessas águas, ver como a gente vai liberar água de um açude, de um rio. Enfim, fazer esse gerenciamento de onde é melhor trazer, quando não é, quando parar, etc. Isso por um lado. E apoiar a estruturação do sistema de gestão do País.

Eu vou procurar aqui me concentrar, e quero agradecer já ao Irani porque ele me tirou uma boa parte do que eu teria que colocar em termos de caracterização, pelo menos do ponto de vista climático.

Nós estamos vindo de quatro anos de seca seguidos, o que nos leva à pior situação em termos de chuva, somados os quatro anos, desde 1911. Então, a situação é grave, uma seca de impacto muito forte.

Mas vou me concentrar aqui onde me foi pedido falar especificamente, Deputado Rômulo, lá do Departamento da Borborema. Eu chamo atenção de vocês aqui para esse gráfico embaixo, de como evoluiu o nível do Açude de Boqueirão desde 2006 para cá. Então, vocês vêm que é um comportamento.

A gente usa a água. Ele chove, ele se recupera. A gente usa água, chove, ele se recupera. E vai naquela onda.

A dificuldade, e eu conversava com o amigo ali também nordestino, e tinha uma pergunta: será que a gente demorou a entrar? Como isso poderia ter sido evitado?

Eu queria chamar a atenção de vocês para o seguinte: normalmente chove, quando a gente entra num período de seca, nós temos que determinar exatamente o ponto exato fazendo a pergunta correta.

Porque, é claro, eu poderia ter entrado em qualquer momento desse. Eu poderia ter entrado mais cedo lá? Talvez pudesse e já ter colocado Campina Grande com 50% de água e deixar o pessoal passar... Talvez pudesse ter tirado os agricultores mais cedo e fazê-los padecer ainda mais do que já estão padecendo. Talvez pudesse. Mas essas são decisões difíceis e que a gente tem que fazer, como dizia, a pergunta muito correta para a gente não se perder no processo.

E a pergunta que fizemos e discutimos é que nós queríamos levar esse açude até janeiro de 2017. Isso a gente começou a pensar em 2013, que foi quando a gente começou efetivamente a atuar.

Então, nós temos ali, ao redor do Açude de Boqueirão, o sistema integrado de abastecimento de Campina Grande para 430 mil habitantes, que lá, em 2010, a gente estava operando com 1.170 litros por segundo.

E também há lá no Cariri para 53 mil pessoas. Naquela época, estavam projetados esses 23 litros por segundo, que depois não se concretizaram. E tínhamos lá uma área irrigada, potencial, de 1.250 hectares, mas isso varia porque, quando está com mais água, é mais, às vezes são 700 hectares, mas roda por aí. E foi nesse momento que a gente começou efetivamente a pensar como tinha que agir para isso, a partir de 2013, na direção das questões da gestão.

Há duas coisas numa crise dessa que temos que fazer: a gestão da oferta. E o Dr. Irani está falando aqui, e eu vou falar de algumas coisas alternativas depois, das obras mais pesadas. E a gestão da demanda. E é aqui que a ANA tem procurado atuar mais fortemente.

Próximo.

Para vocês terem a visão, aí está o açude. E depois a adutora do Cariri e a outra que vai a Campina Grande, mas vai passando por Santana, Queimadas, Pocinhos e assim por diante.

Próximo.

Aí é uma visão, mostrando só a que vai para Campina Grande, com os Municípios que são atendidos e as populações.

Eu vou deixar a apresentação com vocês e por isso não vou me deter aqui.

Próximo.

Aqui é a parte do Cariri também com os Municípios.

Próximo.

O que a gente fez? Será que começamos a agir ontem? Não. A gente vem acompanhando isso, a ANA acompanha 500 açudes no Nordeste. A partir de 2013, evidentemente, que a gente começou a ver que a questão ia se complicar. Mas, com todo o respeito, começamos a nos aproximar dos agricultores, fizemos um trabalho – na imagem não dá para ver –, mas todas as poligonais, todos os irrigantes que existiram naquela época foram feitos, através de fotografia, de satélite, etc. Também através da Companhia de Energia Elétrica, a gente começou a analisar realmente quem estava usando água para irrigar, etc.

E aí através de reuniões da ANA, Aesa, DNOCS, Ministério Público Estadual lá em Campina Grande, começamos a implementar regras graduais de restrição para irrigação, acordadas inclusive com a Associação dos Irrigantes.

Evidentemente, isso não é fácil. A gente falava ali também não dá para vilanizar o agricultor não. Eles estão pagando um preço muito grande para que as cidades possam continuar tendo água, sem, e aí é outra face dessa seca que não vou aqui abordar, a necessidade de crédito, a necessidade de algum defeso para essas pessoas que, de repente, estão perdendo a forma que tinham para trabalhar. Mas fomos fazendo isso de forma gradual. Seria, a não ser quando absolutamente necessário, a gente entrar e dizer: a partir de hoje não vai mais. Mas a gente sabia o que estava fazendo e sabia aonde queria chegar.

Começou junto com a Cagepa, e aqui eu quero louvar. A Cagepa tem sido uma parceira importante a trabalhar na área de desperdício de água. E a gente começou também a apontar que teria, na frente, fazer uma redução de abastecimento para a cidade.

Em 2013, nós realizamos uma batimetria, tiramos raios X do açude, a gente sabe exatamente como vai se comportar até mesmo o recuo da água, quanta água há, etc., porque fizemos uma batimetria nova.

Já havia uma em 2004, mas fizemos outra, que confirmou aquela, inclusive não houve assoreamento nesse meio tempo. Como eu disse, foi feito todo esse cadastramento ao redor do açude, e, aí, começou uma fiscalização forte, impondo a diminuição da irrigação gradualmente, até que ela foi, em julho de 2014, definitivamente suspensa.

Se vocês olharem aquele gráfico ali em cima, aquilo é o consumo de energia, e vocês vão vendo, efetivamente, que ela foi caindo, até que, naquela linha verde, ela chega no mínimo.

Próximo.

Bom, claro, na hora em que nós começamos a agir, nós acompanhamos isso pari passu, vocês veem que a pendente de deplecionamento do açude vai mudando. Ela tinha uma pendente muito mais forte, que, se nós deixássemos daquele jeito, o açude já teria secado. Nós entramos, tiramos a irrigação, ela começa a ficar mais inclinada. Depois, nós entramos com mais restrição, e a curva vai se adequando à nova realidade do que nós estamos procurando impor.

Então, esse açude hoje tem uma capacidade para 411 hm³. No projeto, falava-se em 513, mas a batimetria mostra quanto ele tem hoje. Eu não digo que isso foi nem totalmente assoreamento...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – ... ou quanto foi. Parte disso, evidentemente, pode ter sido questão de projeto.

Próximo.

Nós começamos a atuar mais fortemente nisso que eu estou falando, da gestão da demanda. Fizemos uma resolução conjunta nós e a Aesa – aqui eu quero saudar também o Estado da Paraíba, com quem nós temos trabalhado com absoluta harmonia, aliás, às vezes, só com a Paraíba e, numa outra bacia que é conjunta, com a Paraíba e Rio Grande do Norte, com resoluções com a tríplice.

Lá na sala do Dr. João, nós, então, fazíamos essas perguntas que eu disse aqui. Temos que levar até janeiro 2017, e vamos levar. Para isso, uma série de questões deveriam ser feitas. Era de 1.170 em 2010, já havia sido reduzida para 881 a liberação para Campina Grande. Naquele dia, lá na sala do Dr. João, com a Cagepa presente, eu, mais um outro diretor da ANA e a equipe técnica já apontávamos que, a partir de 31 de outubro, nós iríamos para 650, aliás, no dia 1º de novembro, nós iríamos para 650, e assim está sendo feito. É por isso que Campina Grande hoje está com, mais ou menos, 50% do tempo sendo abastecida. Aqui não há dúvidas. Com as ferramentas que nós temos, nós sabemos quanta água está entrando e quanta água está saindo, e está entrando zero. Nós continuamos pensando, embora torçamos que chova, que tudo isso que nós estamos falando aqui é na perspectiva de uma recarga zero. Com a irrigação suspensa, esse açude, em termos de quantidade, vai a fevereiro, finalzinho de janeiro de 2017, com 20 milhões de metros cúbicos. Isso foi também outra régua que nós passamos. Até a proposta, naquele dia na Paraíba, era para 10, mas a ANA preferiu trabalhar com uma questão de 20 por uma questão de qualidade, mas, se for o caso, ainda teremos alguma água, isso não quer dizer que o açude está seco.

Próximo.

Ali está a curva, se vocês olharem. Quanto a isso aí, não há dúvida, nós estamos acompanhando isso mês a mês. Está batendo, está ali seguindo a curva. Então, se vocês olharem, ela vai chegar naquela linha escura debaixo, que é a linha de 20 milhões, exatamente lá no final de janeiro de 2017, e ela vai descer exatamente como é que está posto aí. Aquela outra linha pontilhada, aquela mais cinza, é exatamente dos 52 milhões que nós imaginávamos que seria o volume morto, onde se captaria lá embaixo, e você precisaria colocar, então, uma flutuante para tirar essa água daí.

Está melhor do que nós imaginávamos. Nós imaginávamos que ele já deveria estar com 52 e, na verdade, ele está com 54,7, uma fração dessa natureza. Por quê? Porque nós estamos realmente conseguindo, junto com a Cagepa. Ali vocês vão olhar o que é que foi planejado e quanto é que está sendo tirado, para que nós possamos chegar lá conforme nós queremos.

Próximo.

Ali mostra o que nós combinamos com a Cagepa e o que é que está sendo praticado. Combinamos que, em agosto, tiraríamos 881, tiramos 822, quer dizer, ainda hoje, uma redução e assim por diante. Então, estamos cumprindo e, com isso, nós vamos conseguir chegar a um programa.

Próximo.

A Cagepa também, naquele dia, acertava conosco que, em outubro e novembro, ela estaria com uma captação flutuante pronta, para que essa água pudesse ser retirada e levada para Campina Grande, e isso está pronto. Portanto, na hora em que for necessário entrar, entrará.

O que nós temos acompanhar aqui é a qualidade da água, que, graças a Deus – esse era um temor que nós tínhamos –, continua se mantendo numa qualidade excelente, para as condições que nós imaginamos que ela pudesse chegar a ter.

Próximo.

Isso é o que nós temos. Agora, nós sabemos o que precisa ser feito? Sabemos, e o Dr. Irani colocou aqui a questão, porque a coisa é assim, gente, simples assim: dizem que o Egito era um presente do Nilo. Talvez não fosse muito diferente se eu dissesse aqui que o Semiárido brasileiro é um presente da açudagem. Tire os açudes, não tem como essa população ficar ali.

É nos açudes recebendo água quando chove que você pode depois fazer chover nos rios, se nós quisermos pegar uma imagem poética, e manter a água durante os meses em que não chove. Agora, quatro anos seguidos, do jeito como foi? O Dr. Irani deu uma pista, e eu vou aqui falar mais claramente: o El Niño está encravado, e a perspectiva é de outro ano seco. Então, há jeito, não há gestão que aguente isso, a não ser fazendo o que nós estamos fazendo. Então, não há mágica: precisamos recompor os açudes para as coisas voltarem ao normal. Ou chove, ou traz-se água de fora, porque, numa perspectiva de chuva que infelizmente, visto que o El Niño está, cada vez mais, enraizado, não é das melhores, nós temos que nos preparar para passar 2016, por isso que nós estamos indo lá para 2017.

Então, Campina Grande está equacionada. Nós temos outras equações que nós estamos fazendo, que são mais difíceis, por exemplo, lá no Piranhas-Açu. Eu não tenho tempo aqui agora, mas disponho-me aqui para – a qualquer hora em que vocês quiserem – falar. Portanto, aquele caso é isso.

Então, o que tem que chegar é a transposição, trazendo água de fora. Aqui, Deputados, o ministério está fazendo o que pode. Quanto à questão, daqui para frente, para acelerar – eu fiz uma conta aqui, Irani, em cima do que você falou –, você tem uma limitação física, independentemente de qualquer coisa, de 8 meses e meio. Então, você só pode chegar lá, do jeito que for, lá para julho, agosto, mas pode ser julho, agosto, imagino eu, se houver um aporte de recursos. Nós vimos que já houve 11 mil pessoas, agora são 10 mil, muito embora o dinheiro não esteja fazendo frente ao que estava programado. Evidentemente, se vier um terceiro turno, que vocês falaram, enfim, se acelerar, eu acho que é possível e seria muito bem-vindo se nós pudéssemos ter água nas cabeceiras do Paraíba e até mesmo lá no Piranhas-Açu, quanto mais rápido melhor, porque a situação, se não chover, é de deplecionamento.

Mais: pode-se fazer mais alguma coisa, fora essa gestão da demanda? Sim, pode. Aqui também foi falado rapidamente: nós podemos usar dessalinizadores – você tendo água, sempre pode melhorar –, furando poços no próprio cristalino – isso foi feito no Ceará, em escala bastante elevada. Os dessalinizadores estão relativamente baratos hoje, dependendo da escala, você tem, para pequenas comunidades, dessalinizadores com R\$30 mil, R\$40 mil, R\$20 mil, enfim, dependendo da quantidade de água que você quer tirar, ou mais caro, dependendo do tamanho, isso é interessante. Algumas adutoras de engate rápido – eu estou falando agora mais do Semiárido. Para aquela área especificamente, eu não sei se há alguma coisa que poderia ser feita especificamente, eu não vejo, de entrada. Reuso também, ou seja, novas tecnologias que, enquanto a água não chega, poderão ser usadas.

Eu termino dizendo que, numa crise dessa, não dá para nós entrarmos e sairmos dela da mesma forma. Nós temos que fazer uma reflexão sobre, inclusive, padrões de uso no nosso Semiárido: não dá para ter per capita de 250 não sei de quê, assim, assim, etc. Então, é preciso que, até que nós saíamos dessa crise, nós pensemos um pouco nisso, temos que começar a usar reuso, temos que começar a usar dessalinização, temos sim que cruzar aqui, porque eu falei que a água está no açude, mas do açude ela precisa andar, não só no rio, e essa quantidade de adutoras que estão sendo feitas realmente é o que tem ser feito: fazer a água andar dentro do território.

Então, sabemos onde estamos, sabemos o que tem que ser feito, está sendo feito. Eu diria mesmo que, daqui para frente, o plus tem que ser feito por vocês, que legitimamente representam o povo, são políticos e podem chegar para duas coisas: primeiro, para que não deixem cortar, porque a situação econômica – nós sabemos – está difícil, pode ser que, mais para frente, alguém tenha a ideia de querer cortar minimamente isso aí; segundo, poderiam acelerar, e, se acelerasse, seria muito bom.

Nós temos conversado com o Dr. Oswaldo, que é outro companheiro que está engajado nisso até a alma, fazendo o que é possível, mas precisa-se de recursos para fazer esse processo. Temos que ter água na cabeceira do Paraíba e temos que ter água na cabeceira do Piranhas-Açu até o final de 2016, começo de 2017, porque, se não chover, aí nós não teremos mais o que fazer, aí vai ser uma questão de transposição de gente.

Fico à disposição então para qualquer pergunta que vocês possam depois querer formular.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Eu vou ouvir o Presidente da Agência das Águas, João Fernandes, e aí, em seguida, já com a palavra pelos Parlamentares, o Deputado, Senador Marcondes Gadelha, que foi uma das primeiras vozes em relação à transposição. Se hoje nós temos a transposição, devemos muito a Marcondes Gadelha, porque alguns achavam até que era loucura, um louco falando em transposição e, na época, contrariando interesses, enfrentando. E Marcondes no Senado, na Câmara Federal, sempre foi uma voz muito ativa; se não fosse a sua luta, hoje nós estamos pedindo para antecipar meses, imagine se não tivéssemos essa obra. Então, na verdade, quero fazer essa justiça que sempre fiz aqui nesta Comissão e na comissão da transposição ao empenho do Deputado Marcondes Gadelha, que formou frente aqui, e comissão, enfim, tem uma larga experiência e ele vai daqui a pouco falar.

Passo a palavra ao Presidente da Agência das Águas da Paraíba, João Fernandes da Silva.

O SR. JOÃO FERNANDES DA SILVA – Sr. Presidente, Deputado Gouveia; Deputado Marcondes Gadelha, os dois companheiros meus de lutas na política paraibana em várias oportunidades; Dr. Irani Braga, que honradamente representa o Ministério da Integração; Dr. Paulo Lopes Varela, que representa o Ministério do Meio Ambiente, em consequência das suas funções na Agência Nacional de Águas; Vereador Lula Cabral, companheiro de Campina Grande e homem vinculado a essa preocupação, a crise hídrica daquela terra.

Eu não fiz uma apresentação porque só na segunda-feira, no final da tarde, é que eu soube que estava sendo convidado por Rômulo. A Paraíba na terça-feira estava de portas fechadas, e eu, mais do que isso, estava em Minas Gerais, então era bastante complicado, mas bastou o telefonema de Rômulo para confirmar a nossa participação. No entanto, devo dizer que quem fala depois tem a felicidade de, ou pegar o discurso dos outros, ou inspirar-se naquilo que foi protagonizado pelos anteriores. O Dr. Irani já tratou de questões que eu poderia, com certeza, colocar na nossa apresentação e na nossa palavra, e, mais do que isso, Paulo Varela, Diretor

da ANA, nós nos alimentamos da mesma fonte. A ANA, DNOCS e Aesa alimentam um banco de dados e esse banco de dados é utilizado fundamentalmente pela ANA e pelas demais instituições do Brasil. Quem trata de recursos hídricos neste País tem que beber na fonte, e a fonte primária é a Aesa, da Paraíba, o CAERN, do Rio Grande do Norte, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas, os trabalhos feitos pela própria ANA.

Por isso, eu devo dizer que da crise nossa na Paraíba, nós temos no Estado todo 15% da capacidade armazenada, lá no Semiárido nós temos apenas, eterno Senador Marcondes Gadelha, 13% aproximadamente; 13%; nós temos uns 630 milhões de metros cúbicos armazenados, e, destes, 490 estão no Semiárido – ainda bem que existem os açudes feitos pelo DNOCS e pelos governos estaduais –, e pouco mais de cento e poucos milhões no litoral paraibano, onde nós não temos problema d'água e onde chega a chover em média dois mil milímetros por ano.

Então, Campina Grande especificamente. Esta cidade, em que o sistema adutor de Campina e o sistema adutor do Cariri – porque eu não sei mais se posso dizer que é do Cariri, porque nós chegamos próximo do Rio Grande do Norte, nós chegamos próximo a Pedra Lavrada, que é próximo de Picuí, já no limite que é próximo de Picuí, já no limite com o Estado do Rio Grande do Norte.

Aliás, a água sai de Boqueirão e anda mais de 200 quilômetros na chamada adutora que, inicialmente, Cariri, e, depois, Curimataú paraibano, que é a bacia menos protegida pela natureza, a bacia do Ciridó e a do Curimataú paraibano.

A outra adutora é a que sai de Campina, da qual Paulo falou com propriedade, sai de Boqueirão até o Município de Queimadas, onde há uma tal de Estação de Tratamento de Gravatá, que é exatamente onde se faz o grande tratamento da água que vai para Campina Grande e outros Municípios ao redor de Campina Grande – já foram outros Municípios, mas foram desmamados, porque nós não temos condições de manter este volume de água que era requerido – e abastece outros Municípios na linha, na direção de Campina Grande.

A nossa situação é difícil? É. Mas, como o Paulo colocou com bastante propriedade, se a gente fizer uma retenção, fizer uma memorização, a trajetória que ele traçou foi aquela. Criticava-se a ANA, falava-se da Aesa, mas eu acho que tanto ANA quanto Aesa agiram no momento certo, porque, às vezes, as pessoas pedem-nos que proibamos o consumo da água pelos irrigantes, pelos trabalhadores na agricultura, mas as pessoas não entendem que, se eu deixar a água no manancial, nós perdemos mais água para a natureza através do processo de evaporação do que consumimos. Daí porque nós temos que usar a ciência, usar a academia, usar o conhecimento acumulado e ponderar esse negócio, temos que soltar tanto d'água por aqui, porque se a gente não soltar essa água, ela vai se evaporar e as pessoas serão sacrificadas.

E eu assisti, porque não estava na Aesa ainda da Paraíba, Senador Marcondes Gadelha, às vezes reclamarem violentamente contra o trabalho da ANA, mas a ANA estava certa, ela tinha que ponderar o negócio, manter uma irrigação, reduzir. E percebeu-se ali, em 2013 foi feita uma redução, em 2014 suspendeu-se a irrigação, agora aumentaram-se as restrições para a cidade de Campina Grande, que é a que mais sofre. Campina Grande, sem sombra de dúvida, é uma das cidades mais importantes do Nordeste brasileiro, e eu não tenho um pinga de dúvida, Marcondes Gadelha, de que se não fosse a crise que nós tivemos no passado em Campina Grande – e você incentivou a luta, pegou no bastão –, nós não teríamos transposição das águas do São Francisco. E eu até acho que hoje nós propagamos pouco, ou potencializamos pouco a gravidade do problema para Campina e para toda a região.

Por isso que os senhores têm razão, a transposição precisa chegar não é em janeiro de 2017, ela tem que ser antecipada, tem que ser feito um pacto pela antecipação da conclusão dessas obras. Todas as vezes que visitei o Deputado Rômulo Gouveia, vinha dele cobrar, cobrar diplomaticamente, mas dando o meu recado: “Rômulo, você tem que se envolver com essa questão, porque nós precisamos antecipar a transposição das águas do São Francisco.” Não me encontrei com o Deputado Marcondes Gadelha, que estava em outra missão, mas ao pegar a mão de Leonardo Gadelha, o ex-Deputado, eu disse: “Leonardo, eu sei que Marcondes está de volta, peça a Marcondes que se junte a Rômulo e a outras companheiros, ponha o peão na unha e force a barra para que a transposição seja antecipada.”

Já procurei Cássio Cunha Lima, o Senador da Paraíba; Raimundo Lira, na última vez em que aqui estive, fui ao gabinete dele, conversei com ele – ali está o assessor de Lira, que foi quem me disse que o Senador estava no gabinete –, eu não fiz de rogado para cobrar que os três Senadores da Paraíba, os três do Ceará, do Rio Grande do Norte, de Pernambuco e todos os Deputados Federais exijam. Esses Deputados têm tanta força, mas parece que não estão percebendo a importância que têm nesse processo. Se nós juntarmos cem Deputados Federais, 12 Senadores, se eles tiverem, efetivamente, compromisso com o Nordeste brasileiro, com a nossa região, primeiro, eles vão resolver o nosso problema, e o Governo, Dr. Irani, vai se redimir, porque isso é uma obra que está sendo feita, a gente reconhece a importância do processo de execução dela, mas é uma obra que está atrasada.

E não será R\$1 bilhão, R\$2 bilhões, R\$3 bilhões, R\$4 bilhões ou R\$5 bilhões que vão enterrar o Governo, mais ou menos. Porque quem deve R\$1,5 trilhão, R\$1,6 trilhão pode ficar devendo, com certeza, mais R\$4 bilhões, R\$5 bilhões ou R\$6 bilhões. E esta obra resolve o problema desses quatro Estados. Eu não sei quem está em situação pior, porque, às vezes, você tem um volume de água armazenado maior do que o meu, você tem 20%, e eu tenho 15%, só que o seu sistema de distribuição não é tão eficiente quanto o meu, e, por isso, está todo mundo em um saco só.

Com essas palavras, eu poderia analisar, por exemplo, item por item. Estou vendo que o Governo já fez um programa com o Governo da Paraíba e com outros Estados. Lá temos carros-pipa, temos um programa de adução de novas adutoras, e precisamos fazer muito mais adutoras.

Agora, há um problema: fazer adutora não é fácil. Embora se fale em adutora de engate rápido, ela tem as suas limitações da própria tecnologia e tem a limitação do tempo e do cacau, da quantidade de dinheiro no bolso do Governo Federal a ser transferido para os Governos estaduais.

O Dr. Irani falou e só se esqueceu – quando puder, responda – do eixo do ramal do Piancó. Porque, em se levando a transposição, a Paraíba será muito beneficiada, o Estado do Rio Grande do Norte também e o Ceará...

(Soa a campanha.)

O SR. JOÃO FERNANDES – ... mas nós precisamos do tal do ramal...

Vou concluir, Presidente!

... do Piancó. Por quê? Porque o Sistema Curema-Mãe D'Água, que abastece uns 25 Municípios na direção do Rio Grande do Norte, e uns 17 Municípios saindo do Piancó, Piranhas-Açu, para o Estado da Paraíba, não recebem diretamente as águas da transposição. Certo? O Curema-Mãe D'Água não recebe. Se vier pelo Rio Piancó, o Ramal do Piancó, ele vai receber água. Por isso que nós estamos agora, ANA e Aesa, montando um programa de gestão duríssimo nesse sistema para proteger as águas do Mãe D'Água, retirando mais do Curema. Mas com medo de protegê-la tanto, e a natureza levar pelo processo de evaporação.

Por isso, finalizo minhas palavras, parabenizando o Deputado Rômulo Gouveia e lhe agradecendo a oportunidade de, mais uma vez, estar aqui colocando as dificuldades que nós enfrentamos, ainda mais agora, com esse outro guerreiro, Marcondes Gadelha, engajado nesta luta. Acho que o Ministério está fazendo o seu trabalho, e a ANA tem sido uma grande parceira. A ANA não faz nada na Paraíba que não seja conversando com a Aesa. Eles estão gostando disso, e nós estamos achando melhor ainda, porque significa que estamos comprometidos com essa questão.

Portanto, com relação ao que fazer, Lula, Vereador Lula Cabral, nós estamos fazendo: cuidando da água que temos; estabelecendo restrições quando é preciso fazê-las; obrigando alguém a abrir a água para que todos tenham acesso a ela; quando precisamos, vamos ao Ministério Público. E semana retrasada, Deputado Rômulo Gouveia, fizemos uma reunião na cidade de Patos, com o Ministério Público da Paraíba. Pedimos ao Ministério Público que nos ouvisse, ouvisse os prefeitos, e mostramos a situação hídrica do Estado da Paraíba: tanto a ANA, com a sua leitura, quanto a Aesa com a sua leitura, da Paraíba. O Ministério Público me parece que saiu convencido de que estamos no caminho certo e disse, alto e bom som, que estava pronto para trabalhar em parceria com a Aesa e com a ANA e cuidar da água que nós temos, poupar essa água e fazer com que ela chegue, na maioria dos casos, a janeiro de 2017, que é o que vai acontecer com a cidade de Campina Grande. Daqui para lá, nós resolveremos o resto dos problemas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Queria registrar a presença de Ricardo Alexandre Araújo, Conselheiro do Orçamento Democrático Estadual da 3ª Região, que compreende Campina Grande e mais 38 cidades, também representa, na sociedade civil, o Conselho Popular de Campina Grande.

Agradeço-lhe.

E também registrar a presença de Herivelto Bronzeado, que está aqui, da equipe do Ministério da Integração. Não sei se é dos Bronzeados de Remígio, dos Bronzeados de Paizinho, ou de outros Bronzeados. Então, registrar a presença.

Antes de passar a palavra ao Deputado Marcondes Gadelha, o Vereador Lula Cabral, da cidade de Campina Grande, queria fazer uma intervenção.

Gostaria, então, de conceder a palavra a ele para, em seguida, ouvir a voz da experiência de alguém que deu uma grande contribuição à questão hídrica, o Deputado Marcondes Gadelha.

O SR. LULA CABRAL – Boa tarde a todos, especialmente a essa figura de livro, como dizia o Poeta Zé de Cazuza, Marcondes Gadelha, a quem, há 24 anos, Rômulo, assistimos, naquela brilhante sessão, na Câmara de Vereadores, em que eu e você estávamos presentes. Nós éramos vereadores juntos, e o nosso querido Deputado e eterno Senador fez uma belíssima exposição na Câmara de Vereadores.

Quero registrar que tudo isso que acontece hoje devemos a esse homem, esse grande paraibano.

E quero dizer que, depois de 20 anos, eu estou vendo uma reunião, Deputado Rômulo Gouveia, em que V. Ex^a está de parabéns. A Paraíba tem de se orgulhar de V. Ex^a pela sua articulação. Eu sou seu companheiro há mais de 20 anos como Vereador, mas nunca tinha assistido a uma reunião tão pragmática, tão objetiva, tão prática. E assisti, aqui, a dois expositores, falando a verdade, falando a essência do trabalho.

Eu tinha minhas críticas em relação à ANA e já disse isso ao Dr. Flecha. Eu o achava muito tranquilo e eu nervoso, porque eu moro lá e ele mora em Minas Gerais. Eu ficava muito nervoso. E isso, no Ministério Público, depois de umas 20 reuniões, eu disse: Dr. Flecha, essa sua calma é porque você é de Minas. Vamos trocar de lugar para ver se eu fico calmo desse jeito.

Mas, doutor, eu quero parabenizar os dois expositores e dizer que João Fernandes é o nosso companheiro que mais nos representa, que foi Prefeito de Boqueirão, lá da beira do açude. João é da beira do açude de Boqueirão.

Quero dizer apenas duas coisas.

Primeira. Existem duas possibilidades na exposição brilhante do Dr. Irani Braga. E quero dizer, doutor, que temos, em Campina Grande, um projeto aprovado pelo Vereador Lula Cabral, do reuso da água do Riacho Bodocongó, e a ANA e a Embrapa têm um projeto que está congelado lá dentro, já com os reatores todos lá, com a UFCG.

Deputado Marcondes, nós temos dez mil metros cúbicos de água no esgoto, das águas servidas, o que é uma possibilidade, já que os reatores estão lá, já que o investimento foi feito, já que a ANA acompanhou, já que a Embrapa, à época, era do convênio e está na UFCG. Talvez fosse necessário provocarmos esse estudo; essa continuidade, João Fernandes, desse estudo. Uma possibilidade seria mexer no problema de captação do reuso das águas do Riacho Bodocongó; e a outra, vou lhe dar só um exemplo, de captação de água de chuva, que foi outro projeto meu como Vereador. O Prefeito deveria fazer um projeto municipal de captação de água de chuva.

Dei esse exemplo a J. Anselmo, que é um companheiro nosso – Rômulo conhece; é amigo de Rômulo –, lá em Campina Grande, na indústria dele. Ele fez, Deputado Marcondes, a captação só da indústria dele, que tem 3,5 milhões de litros de água numa cisterna lá. Se aquele telhado da Coteminas, lá de Campina Grande, fizesse uma captação, teríamos mais de 30 milhões de litros.

Quer dizer, sugeri isso aos empresários do Partage Shopping que estavam lá e disse: façam a captação da impermeabilização daquele solo, daqueles estacionamento em que podemos fazer a captação de água de chuva e do telhado. E eles aceitaram a minha sugestão.

Quero dizer a vocês que estão de parabéns. E nós estamos lá para contribuir. Sou um soldado motivado por Marcondes Gadelha e por Rômulo Gouveia.

Porque, hoje, Rômulo, você, para mim, cresceu muito mais. Você é um paraibano para quem temos de tirar o chapéu.

Para você eu tiro o chapéu!

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Obrigado! Obrigado!

Temos a alegria já da presença do Senador Raimundo Lira, que fez uma brilhante exposição na audiência pública do Senado, e que dará, nesta audiência de hoje, Senador, continuidade àquela reunião. Só que, hoje, depois de ouvir o Deputado Marcondes Gadelha e V. Ex^a – e ainda vamos voltar para ouvir o Dr. Irani e o Dr. Paulo – queremos apresentar já as ações em relação à execução do plano de emergência para o Compartmento da Borborema.

Com a palavra o Deputado Marcondes Gadelha, que, como eu já disse, é um conhecedor desta matéria e um benfeitor da luta em relação à questão hídrica do Brasil.

O SR. MARCONDES GADELHA (Bloco/PSC - PB) – Sr. Presidente, Rômulo Gouveia, meu caro João Fernandes, Dr. Irani Braga, Dr. Paulo Lopes, Senador Raimundo Lira, Vereador Lula Cabral, meus senhores e minhas senhoras, não pude ouvir a exposição do Dr. Irani Braga, mas creio que o Dr. Paulo e o João Fernandes já chegaram ao fulcro da questão. Eu pouco teria a acrescentar ao que foi dito e, principalmente, às conclusões a que eles chegaram, que convergem em dois pontos: a antecipação da transposição de água do Rio São Francisco e a necessidade de resolver o problema da oferta de água aqui e agora ante o desabastecimento de que estamos sendo vítimas no Semiárido e na cidade de Campina Grande.

O que eu vou fazer aqui é um desabafo. Está na moda agora o desabafo e como não posso escrever cartas, não tenho a quem escrever cartas, uso o microfone para desabafar.

Essa transposição de água do São Francisco está atrasada. Estava prometida para 2008. Estamos com sete anos de atraso. Parece até que, no Semiárido, cada um de nós matou um gato e pegou sete anos de atraso.

Alega-se falta de recursos. Mas, na semana passada, nós homologamos aqui um déficit fiscal de R\$120 bilhões que ninguém sabe por qual ralo sumiram. Primeiro, é estranho que o Congresso sancione, homologue

como meta um déficit de R\$120 bilhões. Mas pior é não saber o que foi feito com esses recursos e, pior ainda, o que poderia ter sido feito. Porque com R\$120 bilhões dava para fazer 15 transposições de água do Rio São Francisco. E esse déficit foi consumado em apenas um ano de exercício fiscal.

Isso, para mim, é mais do que um paradoxo. É uma punhalada nas costas do povo nordestino, que sempre votou com os candidatos do sistema e sempre foi uma espécie de caça guardada do PT. Agora, nós somos apanhados no contrapé, numa situação onde a aflição daqui a pouco vai descambar para pânico generalizado. Estamos enfrentando a pior seca em um século: quatro anos. E o que foi dito aqui pelo Dr. Irani, se eu entendi bem, é que vamos ter mais um ano abaixo da média. Uma situação rigorosamente insuportável, impensável, inimaginável. E como disse o Dr. Paulo, vamos ter que fazer transposição de gente, vamos ter que mudar as pessoas... Não há possibilidade de convivência no Semiárido e, muito menos, de desenvolvimento econômico e de paz social diante dessa situação que nós estamos vivendo agora.

Imaginem os senhores que, em cima dessa situação, o Governo ainda resolve contingenciar e conta com o Ministério da Integração. Quer dizer, no momento em que era necessário aumentar esses recursos para fazer face à necessidade crescente, temos uma atitude no sentido contrário aos interesses ingentes, inadiáveis e sem trégua da população.

Como foi dito aqui, lutei 25 anos – são 25, Lula – pela transposição. E digo que comecei examinando um projeto da ditadura militar que era muito mais generoso que este que está aí.

Naquele tempo, propunha-se a transferência de 300 metros cúbicos por segundo de água. Essa era a proposta de Mário Andreazza, que foi elaborada pelo antigo DNOS, com financiamento do Banco Mundial, e previa a transposição de 300 metros cúbicos por segundo. Com Itamar Franco, isso caiu para 150 metros cúbicos por segundo. Depois, com Fernando Henrique, isso caiu para 70 metros cúbicos por segundo. Agora, nós estamos com 26 metros cúbicos por segundo. E não chega essa água – uma gota de água que chegasse já serviria de alento.

O pior é que a parte mais difícil da transposição já foi resolvida há muito tempo. A parte mais difícil da transposição era a parte política, era o enfrentamento da oposição sistemática e obstinada de Estados poderosos, como Minas Gerais e Bahia, e de Estados pequenos, que não entram com nada na formação do rio, como é o caso de Sergipe, por exemplo, que entra com 0,5% na formação do rio, sendo que 70% são formados em Minas Gerais, mas que, valente como um siri na lata, resistia. Todos formavam uma conjuntura adversa à transposição. Isso foi superado às custas de muita luta, até quase de esforço físico, mas nós chegamos a superar esse problema.

A segunda grande dificuldade era junto aos ambientalistas, aos ecologistas, às pessoas que entendiam que o rio iria secar e que nós íamos matar o Rio São Francisco. Eu não consigo entender. Diziam que o Rio Francisco estava morrendo, com o rio gerando 10 mil megawatts por hora – não sei que rio morto é esse que dá choque. Eles entendiam dessa maneira e conseguiram convencer um bispo a fazer greve de fome, greve de sede, sei lá. Eu acho que esse bispo, de noite, pescava um surubim no São Francisco, porque ele, depois de 11 dias de greve, apareceu gordo, corado, bonito e tal. De todo o jeito, ele comoveu a Nação.

Nós conseguimos vencer essa parte mais difícil. A parte mais fácil – acreditem: disparamente a mais fácil – é a parte de execução, a parte de engenharia civil. As nossas empresas de engenharia têm solução para isso que já aplicaram pelo mundo afora. Grandes projetos de transposição foram realizados por empresas brasileiras em outros países. No entanto, essa coisa se arrasta há 8 anos, uma situação rigorosamente inaceitável.

Eu acho que está na hora. E eu quero louvar o Deputado Rômulo Gouveia por essa iniciativa, que eu espero que seja só a primeira. Nós vamos ter que intensificar isso, vamos ter que formar uma força-tarefa e reunir, como foi dito aqui, o que houver de pensamento em favor do Nordeste para resolver essa situação. Antecipar a transposição – essa tem de ser a palavra de ordem. Não podemos mais ficar nesta atitude expectante: será que vem, quando é que vem? Nunca na história do mundo, nenhum povo conseguiu nada pedindo de joelhos, tem que lutar, tem que ir à guerra, tem que ir em frente e usar todo instrumento de que puder dispor, principalmente aqui, junto a este Poder que, certamente, vai ter uma influência crescente na vida institucional do País. Então, nós vamos exigir essa antecipação da transposição. Esse é um ponto fundamental que tem de ser atacado e deve ser a nossa linha de frente no tratamento do problema da insegurança hídrica do Semiárido.

Há um problema tão sério e tão agudo – ou mais agudo que esse – que é como resolver o problema da oferta de água aqui e agora. Campina Grande está com racionamento: a torneira fecha no sábado à tarde e abre na quarta-feira. Hoje, com um plano que o Dr. Paulo apresentou, é possível conviver, mas nós não sabemos, no ano que entra, o que vai acontecer. E o problema não é só Campina Grande, mas as outras cidades de todo o Estado da Paraíba. E imagino que o Nordeste setentrional todinho esteja nessa situação.

Na minha cidade, Sousa, o Manancial mais importante, que é o açude de São Gonçalo, está com 3% de água. Três por cento e nada é rigorosamente a mesma coisa.

O que podemos fazer neste momento? Essa é a questão. Os nossos técnicos devem nos ajudar, nos orientar, para sinalizar. Em administração, o técnico é o condicional e o político é o optativo. Os técnicos têm que nos dizer o que é possível fazer neste momento. Eu imagino que só há um caminho a fazer neste momento, que é buscar água do subsolo. Nós não temos água de superfície, porque não chove, e não temos rios perenes. Então, nós vamos ter que tentar buscar água do subsolo, para minorar a situação do abastecimento.

O prefeito de Sousa perfurou cem poços, um em cada bairro, mas não tem recursos para extrair a água. Conseguiu utilizar apenas 28 poços porque não tem como adquirir bombas, não tem como adquirir reservatórios etc.

É importante que se diga o que é que nós temos que fazer. Eu quero ouvir do Dr. Irani e do Dr. Paulo, o que é que se espera de nós, o que é que os políticos podem fazer, onde conseguir recursos para resolver esse problema do abastecimento imediatamente, agora. Se admitirmos que buscar a água do subsolo seja uma solução razoável, então como e onde obter esses recursos, e nós iremos tentar resolver essa situação.

Uma coisa eu posso dizer: nós estamos no mesmo barco e nós não vão morrer na beira d'água. Nós vamos tentar resolver isso, custe o que custar. Apesar de tudo, eu mantenho o meu otimismo. Acho que essa situação é prioridade para a administração geral do País, não apenas para o Ministério da Integração. Nós vamos ter, se for o caso, recorrer à Justiça, ir ao Ministério Público, invocar os direitos humanos. Nós vamos ao Supremo, mas vamos encontrar uma maneira de pressionar a administração a resolver essa questão do abastecimento. Não é aceitável que as pessoas assistam inermes a uma população inteira se acabando com sede, com falta de água, na iminência de ter que migrar para outras regiões, e não se fazer absolutamente nada, por mera atitude contemplativa diante dessas dificuldades.

Então, gostaria que nos dissessem de que maneira nós podemos prover as prefeituras. Eu cheguei a imaginar, Presidente Rômulo, e é uma ideia que ainda estou maturando. Nós temos um Fundo Constitucional do Nordeste, aplicado através do Banco do Nordeste para ações econômicas no Semiárido. Claro, esse dinheiro é sagrado, é orientado para isso, mas nós estamos numa situação emergencial. Vou fazer estudos nesse sentido – estou aqui apenas pensando em voz alta – para ver se consigo reorientar esses recursos do Fundo Constitucional do Nordeste, para as prefeituras adquirirem equipamentos para poços artesianos ou coisa dessa natureza, ou adutoras ou o que for possível se fazer neste momento. Se for o caso, forçar o Governo a utilizar reservas internacionais, porque vamos chegar a essa situação de absoluta insolvência na região. Estou vendo isso com uma clareza meridiana.

Quero que, neste momento, os nossos técnicos nos apontem soluções mais simples do que essas complicações a que estou me referindo aqui agora, para que nós possamos agir de forma mais consentânea. Caso contrário, nós vamos às últimas consequências, por caminhos heterodoxos, mas nós chegaremos lá e não vamos deixar o nosso povo morrer de sede.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Eu queria somente pedir ao Dr. Irani e ao Dr. Paulo que as sugestões também apresentadas pelo Vereador Lula Cabral e também pelo Deputado Marcondes Gadelha também fossem encaminhadas, porque também vamos ouvir outra experiência, a do Senador Raimundo Lira, que vem fazendo um grande trabalho, como Senador, pela Paraíba, representando muito bem o Estado e os paraibanos no Senado. Tenho a alegria de ser amigo do Senador Raimundo Lira. Agradeço ao Senador por estar presente nesta Comissão, pois, mesmo diante de uma agenda de hoje tão cheia, apesar de não ser titular desta Comissão, gentilmente atendendo ao autor do requerimento, veio prestigiar esta reunião.

Então, quero agradecer ao Senador Raimundo Lira e passo a palavra a S. Ex^a.

O SR. RAIMUNDO LIRA (Bloco/PMDB - PB) – Sr. Presidente, Deputado Rômulo Gouveia, meu amigo de muitos anos, a sua primeira campanha eleitoral para Vereador, em Campina Grande, teve como cabo eleitoral a minha esposa, Gitana. V. Ex^a tem uma carreira brilhante, que começou na base e chegou aqui, como Vice-Governador, Deputado Federal e agora, novamente, Deputado Federal, desempenhando a sua função com grande brilhantismo, muito esforço, trabalho e inteligência.

Quero aqui ressaltar que essa luta pela transposição do São Francisco foi assumida há muito anos pelo Deputado Marcondes Gadelha. Nos primeiros anos em que ele defendia essa transposição, era para muitos um sonho inalcançável, e ele terminou tendo a satisfação e a alegria de ver que esse grande objetivo está sendo alcançado, não da forma como ele imaginou, mas, de qualquer maneira, já será uma grande vitória, quando essas águas chegarem aos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará.

Indiscutivelmente, Deputado Marcondes Gadelha, o Estado mais beneficiado do Nordeste vai ser exatamente a Paraíba, com o maior número de Municípios, ele vai atender a 12 milhões de nordestinos, mas a Paraíba vai ser o Estado mais bem atendido por essa transposição, até porque o nosso Estado é o que tem a menor

reserva de recursos hídricos e a menor capacidade de acumulação de todo o nosso País. Então, realmente, ele merecia ser bem atendido.

Gostaria de fazer algumas pequenas considerações. Foi escolhido pelo Ministério da Integração Nacional, entre as 19 barragens que precisam ser recuperadas, porque são barragens já existentes, como os recursos deste Ministério são poucos, como V. Ex^a falou, mas, com muita luta, com muito diálogo, conseguimos que, dessas quatro barragens, que vão ser recuperadas inicialmente, três sejam da Paraíba. São elas: a Barragem de Engenheiro Ávidos, onde estive recentemente com o Ministro, sobrevoando aquela barragem, com aproximadamente 12% da sua capacidade de acumulação. Ela vai ser recuperada, porque há um defeito, e ela precisa ser revitalizada. Estamos perdendo de acumular, nos últimos anos, aproximadamente 60 a 70 metros milhões de metros cúbicos, em Engenheiro Ávidos, que estão fazendo falta agora; a Barragem de São Gonçalo, que tem a capacidade de 60 milhões de metros cúbicos, vai ser também uma das quatro barragens que vão ser revitalizadas, recuperadas; a Barragens de Poções, em Monteiro; e a quarta vai ser no Município de Brejo Santo, no Ceará.

Estamos trabalhando no Ministério da Integração Nacional, na condição de Presidente da Comissão de Acompanhamento da Transposição, aqui no Senado Federal, para construção do eixo Piancó, de 30km.

Serão somente 30km. Já está também em estudo. Esse eixo vai atender a todo o Vale do Piancó e levar água para atender as Barragens de Coremas - Mãe D'Água, que é o maior reservatório que temos, com capacidade inicial de 1,1 bilhões de metros cúbicos. O seu excesso vai perenizar o Rio Piranhas que, ao chegar ao Rio Grande do Norte, tem o nome de Piranhas-Açu e vai ter acumulação d'água da maior barragem do Rio Grande do Norte, que é Armando Ribeiro Monteiro, chamada Barragem do Açu, com capacidade para 2,4 bilhões de metros cúbicos.

Então, esse eixo vai ter um investimento pequeno, porque são apenas 30km de canal, e vai atender também o Estado do Rio Grande do Norte.

A previsão do Ministério da Integração Nacional, já deve ter sido dito aqui, vai ser de que, até o dia primeiro ou segundo trimestre de 2017, as águas vão chegar ao Boqueirão, porque elas vêm através da Barragem de Poções, em Monteiro, e vai chegar também a Cajazeiras e São José de Piranhas, na Barragem de Boa Vista.

Depois, através de canais naturais, da natureza, vai chegar à Barragem de Caiçara. Depois, enquanto for feito o Canal de 6km, entre a Barragem de Caiçara, em Cajazeiras e em Engenheiro Ávidos, ela também poderá ser utilizada, o seu percurso natural, até São Gonçalo.

Esses canais precisam ser feitos no futuro, porque o desperdício de água, através da circulação natural, é muito grande. O desperdício, através dos canais, é de apenas 2%. Como essa água é cara, por causa das estações elevatórias, que são necessárias, além do bombeamento das adutoras, também da eletricidade, de energia. Então, é preciso que o desperdício de água dessa transposição seja o menor possível.

Gostaria aqui, Sr. Presidente, Dr. Irani Ramos, Dr. Paulo Lopes Varella, Dr. João Fernandes, de dizer que, na semana passada, aprovamos, na Comissão da Agenda Brasil, um projeto, de minha autoria, de Projeto nº 429, de 2015, porque esta Comissão, criada aqui no Senado Federal, tem a finalidade exatamente de recolher, em todas as Comissões, todos os projetos que seriam mais importantes para o Brasil no momento.

Tive a felicidade de esse PLS nº 429 ter sido escolhido. Foi aprovado já em grau terminativo e está indo para a Câmara dos Deputados. Qual é o objetivo desse projeto? Criar as condições, para que a revitalização do rio São Francisco seja uma coisa permanente, com recursos permanentes e definitivos. Foi exatamente uma taxa de 3% sobre o faturamento bruto das empresas que utilizam a energia do Rio São Francisco. Desses 3%, será criado um fundo. A maior parte desse dinheiro irá para a Codevasf, que vai ficar com a responsabilidade de permanentemente fazer a revitalização do Rio São Francisco.

Atualmente, por exemplo, o Rio São Francisco está com apenas em torno de 4,3% da sua capacidade de circulação d'água. É com praticamente um filete d'água que o Rio São Francisco está no momento. Não adianta apenas fazermos a transposição, lutarmos por ela, sem que seja feita essa revitalização, porque, daqui a 20 ou 25 anos, poderemos não ter a água para abastecer os quatro Estados do Nordeste.

Este projeto teve por inspiração o processo de revitalização do Rio Mississippi nos Estados Unidos.

Essa revitalização do Mississippi começou em 1910. Há toda uma estrutura de revitalização, de limpeza do rio, de recomposição das matas ciliares, de recuperação dos seus afluentes. Isso é feito desde 1910 na segunda-feira, na terça-feira, na quarta-feira, na quinta-feira, na sexta-feira, no sábado, no domingo. Então, desde 1910, não houve um dia em que o processo de revitalização do Mississippi parasse por qualquer razão, por qualquer motivo.

Então, só existia uma forma de se garantir a revitalização do Rio São Francisco: criar recursos permanentes que não dependessem do Tesouro Nacional. Então, há essas empresas, principalmente a Chesf, que é a maior e que praticamente gera 80% da energia do Rio São Francisco. Então, vai se criar esse fundo que é permanente,

ano a ano, sem nenhum tipo de dificuldade por que, normalmente, o Tesouro Nacional passa. E não depende de aprovação, de crédito suplementar, de nada. É um recurso absolutamente permanente.

Eram essas as considerações que eu queria fazer aqui rapidamente.

Quero me desculpar pela minha saída, porque vou tratar da Agenda Brasil em outra Comissão, onde há projetos terminativos que precisam de quórum presencial de, no mínimo, 14 Senadores.

Quero parabenizar todos vocês, especialmente o Presidente Rômulo Gouveia.

Quero parabenizar novamente o Deputado Marcondes Gadelha, que, quando Senador, lutou de forma extraordinária – era como se fosse um sonho – para que essa transposição fosse feita. Temos, hoje, a satisfação de vê-lo novamente aqui, nesta cadeira de Deputado Federal.

A todos vocês, ao Dr. Irani, ao Dr. Paulo Lopes e ao Dr. João Fernandes, meus mais sinceros agradecimentos!

Parabéns pelo trabalho de todos vocês!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Quero só informar o Senador de que vamos encerrar agora esta reunião, apenas com as considerações finais do Dr. Irani Braga. Não poderia deixar o Dr. Irani de fazer suas considerações. Aqui, vou levantar alguns pontos. Se já for possível apresentá-los... Mas eu pediria, se isso não for possível, que o senhor comunicasse, por escrito, a esta Comissão tanto os pontos meus como os do Deputado Marcondes Gadelha e do Senador Raimundo Lira.

Por exemplo, em relação ao terceiro turno da transposição, o Ministro Jaques Wagner, a Presidente da República e o Ministro Gilberto Occhi têm um documento dos 12 Deputados Federais da Paraíba e dos três Senadores. Então, eu gostaria de, primeiro, em nome da Comissão, dizer que é importante tentar iniciar em janeiro esse terceiro turno. Obviamente, isso tem impacto financeiro. Como disse o Deputado Marcondes Gadelha, é preciso ver a forma e os meios. Até o Senador coloca uma solução extremamente importante, que são os recursos do Fundo da Sudene, se necessário for, que é vinculado ao Ministério da Integração.

É excelente a proposta do Deputado Marcondes Gadelha, mas esta Comissão apela, em nome da situação que estamos enfrentando e do quadro apresentado, para que, a partir de janeiro de 2016, seja iniciado o terceiro turno da transposição, para que, inclusive, se possível, sejam feitos estudos sobre o impacto, sobre quantos meses isso ganharia. Isso seria fundamental até para aliviar a nossa angústia. Mesmo, nessa previsão de dezembro de 2016 para janeiro de 2017, pode haver algum fator que possa... Talvez, isso pudesse ser até um termômetro para a gente superar essa questão.

Há outra questão que ressalto: é preciso apresentar qual a proposta e qual a condição de recursos em relação a adutoras de engate.

Obviamente, para haver adutora, tem de se identificar onde se vai buscar essa água. Na minha lógica – o João Fernandes pode ajudar –, há, por exemplo, dois mananciais na região de Campinas que podem aliviar: um deles é Galante – não sei exatamente qual a reserva; o João Fernandes pode colocar –, e o outro é Acauã, que é justamente o principal manancial das chamadas vertentes litorâneas e que está em execução. Acauã-Araçagi é uma obra hídrica muito importante que está sendo feita pelo Governo da Paraíba com o Governo Federal. É uma obra muito importante. Estou dizendo desses dois aspectos, mas, por exemplo, hoje, estamos indo buscar água de carro-pipa em Araçagi, estamos indo buscar água em Areia. Estudar a recuperação de Camará é muito importante também.

Então, eu pediria que o Ministério pudesse apresentar o que há de disponibilidade e se já vislumbra, juntamente com a gestão das águas da Paraíba, qual a alternativa de adutoras de engate que poderiam ser feitas para ontem! Na verdade, a execução de uma adutora de engate leva um tempo, três ou quatro meses, mesmo com todo o esforço e com todo o empenho.

Outra questão trata dos estudos sobre a perfuração de poços. Num esforço do Exército, que já tem experiência, o Agrupamento de Engenharia vem fazendo isso, mas houve uma parada. O próprio Governo do Estado, se der recursos, se der condição, através da CPRM, terá também perfuratrizes. A Prefeitura de Campina Grande adquiriu uma perfuratriz agora, mas precisa de apoio, porque não tem recursos. Mas está com esse equipamento lá moderníssimo.

É preciso buscar isso nas universidades. Como Lula colocou aqui, há experiências muito positivas. E aí já se podem aproveitar os estudos da Agência das Águas e do setor de meteorologia para fazer, na parte pública e em várias áreas, o aproveitamento, a captação, que são medidas emergenciais. Mas é preciso haver condições.

Então, vamos aproveitar já esses projetos. Isso também, Dr. Irani, infelizmente, é para ontem.

Coloco outra questão: só na zona rural de Campinas, há vários poços perfurados com água em quantidade, mas são águas salobras. Então, é preciso providenciar a dessalinização. Há pouco, fui procurado por um grupo italiano que tem equipamentos moderníssimos, inclusive móveis. Pode-se colocar esse equipamento. A uma região deve-se tentar levar isso, em vez de carro-pipa. Então, que o Ministério possa colocar como prio-

ridade a dessalinização. Cito o exemplo da zona rural de Campinas, porque o conheço, mas, obviamente, em várias outras zonas rurais do Compartimento da Borborema, da região, há essa realidade.

Há outra questão também: na visita da Presidente da República – e, nesta Comissão, ele reafirmou –, ela determinou ao Ministro de Minas e Energia que fossem agilizados os estudos sobre a água de subsolo, o que, há pouco, aqui, foi colocado pelo Deputado Marcondes Gadelha. Então, é preciso ver como isso anda. Estou falando da visita da Presidente Dilma a Campina Grande há quatro ou cinco meses. Ela recebeu vários manifestos e documentos da sociedade, da Câmara, da Assembleia – o Presidente da Assembleia é Adriano Galdino, e o Presidente da Câmara, Antônio Alves Pimentel –, da Associação Comercial. É preciso ver como é que está esse estudo do Ministério de Minas e Energia, já que tem de ser uma ação com tecnologia. Não é isso, Deputado Marcondes Gadelha?

Por último, como eu também já coloquei, quero reafirmar a necessidade de agilidade da Adutora do Pajeú. Parece-me que, agilizando a Adutora do Pajeú, nós vamos aliviar a região de Princesa Isabel, toda a região de Imaculada, de Matureia, de Juru, de Tavares, de Teixeira, de Desterro, chegando até Taperoá, passando por vários Municípios da Paraíba.

Então, são esses seis pontos que coloco. Falo dessa necessidade.

Obviamente, já que a obra, manter ou não o contingenciamento da obra, que vem sendo mantido, mas, ao mesmo tempo, vai precisar de um aporte, porque, no instante em que se colocar um terceiro turno, precisamos de mais recursos, mas não vejo como um grande impacto, porque, mesmo aos trancos e barrancos, as obras da Copa, os estádios não ficaram sem terminar.

O SR. LULA CABRAL – Quanto aos mananciais de Galante, de Bodocongó e de Açude Velho, eu mandei fazer uma análise das águas na Universidade Federal de Campina Grande com o Prof. Kepler, e eles são passíveis de serem utilizados como água bruta para a construção civil, que era uma forma de economizar água tratada.

Acho que essa é uma providência também. É uma sugestão que dou. Eu não sei o teor de reserva que tem. O João Fernandes foi quem deu as informações. Eu não tenho.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LULA CABRAL – Onze milhões de m³. Se for para fazer de uma forma que não cobrir, é melhor usá-la para a construção civil, João, porque os caminhões já tiram para a construção civil e se economiza água tratada. Passamos a usar água bruta para a construção civil. Já está dentro do relatório que passei para o Deputado.

O SR. JOÃO FERNANDES – Sr. Presidente, Vereador Cabral, era bom sugerir... *(Fora do microfone.)*

...que tome a iniciativa no sentido de determinar que certas águas devem ser usadas para certos usos, porque a competência é do Município, não apenas para cuidar do seu solo, disciplinar, mas também das águas.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Nesse momento, acho que tem que haver uma gestão integrada, Município, Estado e União, em função da população. Acho que tem que haver unificação; todos fazerem o mesmo discurso, falarem a mesma linguagem, unificar, e deve haver empenho do Poder Legislativo Municipal, do Poder Estadual e do Poder Legislativo Federal, Câmara e Senado, do Congresso como um todo, tanto que esta é uma Comissão Mista.

Então, são esses os pontos. Apresenta-se aqui o manancial de Galante, o Zé Rodrigues; apresenta-se o Bodocongó; o Açude Velho, que é o tradicional.

Temos que otimizar todas as gestões de água: o reuso, o aproveitamento da água das chuvas para termos, se Deus quiser, atravessar 2016.

Obviamente que ainda mais do que tudo isso, todos nós, nordestinos, temos algo que é muito importante: temos uma fé enorme. Em 99, eu, João Fernandes, Lula, vimos esse cenário do Açude Eptácio Pessoa até com capacidade menor do que essa, e, graças a Deus, em um trimestre, o açude sangrou, e essa fé eu ainda tenho muito grande, mas temos que fazer a nossa parte também, até porque a própria Escritura diz: “Fazei que eu te ajudarei.”

Com a palavra, para as considerações finais, o Dr. Irani Braga Ramos, já agradecendo e pedindo que esses pontos e os assuntos aqui tratados – o que for possível, obviamente – sejam respondidos. Espero, em nome da Presidência – eu não gostaria de dizer “determino”, mas peço, em nome da Presidência desta Comissão –, que esses pontos sejam enviados à Comissão, principalmente ao Presidente, Senador Fernando Bezerra.

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Deputado, tomei nota. Vamos encaminhar as respostas por escrito, na brevidade possível, o mais rápido possível.

Primeiro, não há jornada que não comece com o primeiro passo. Deputado Marcondes, sei que o primeiro passo foi antes do senhor, mas o seu foi um dos primeiros, e nós só estamos seguindo o caminho que o senhor começou a percorrer.

Devo começar dizendo que, na verdade, o projeto da transposição está projetado, a obra está projetada para uma vazão de 140m³/s, embora as condições de operação é que garantam uma vazão firme de 26m³/s. Então, quando tivermos condições de reserva adequada de água em Sobradinho, nós podemos bombear até 140m³/s.

Sobre os projetos que o Vereador Lula comentou, cuidar das águas na área urbana não é competência do Ministério da Integração Nacional, mas do Ministério das Cidades, mas nós acompanhamos e ficamos muito felizes, porque esse tipo de medida, como falou o João...

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Eu queria já dizer que, se for do Ministério das Cidades, eu já vou encaminhar, para ontem, ao Ministro Gilberto Kassab. (*Risos.*)

O SR. IRANI BRAGA RAMOS – Mas nós acompanhamos até porque esse tipo de medida otimiza o uso dos recursos hídricos, e sabemos que, no momento em que usamos a água da chuva, a água bruta, para a construção civil, no que for possível, quando se consegue reservar a própria água da chuva, nós minimizamos a necessidade ou otimizamos a possibilidade de utilizar água tratada e as águas dos nossos grandes reservatórios. Então, ficamos muito felizes.

Bom, o João pediu para eu falar a respeito do Ramal do Piancó. Eu não havia abordado o Ramal do Piancó porque estávamos focando na Borborema. Mas, quanto ao Ramal do Piancó, o Ministério da Integração recebeu proposta do Governo do Estado, analisou o estudo preliminar que o Governo do Estado fez, emitiu um parecer favorável no âmbito do Governo Federal, teve aprovado o Ramal do Piancó como ideia, por enquanto, para que se desenvolva o projeto no âmbito do PAC, está terminando de preparar o termo de referência e pretende contratar os estudos e projetos do Ramal do Piancó agora, no começo do ano.

Não fui eu, Deputado Marcondes, que disse que a previsão para o ano que vem era de seca, mas todos os especialistas têm dito isto, e eu acho que o cenário é esse mesmo. Talvez o Paulo possa dizer quem foi.

Terceiro turno da transposição.

De fato, o cronograma que temos para a obra agora está indo até dezembro de 2016; e ele é muito apertado com o nosso tempo de reserva hídrica no cenário que nós vemos hoje. Então, o Ministério tem a intenção de adiantar isso, percebe uma possibilidade técnica de adiantar alguns meses, quer adiantar, mas precisa de uma disponibilidade financeira e orçamentária maior para 2016. Por que isso? Porque não conseguimos abandonar todas as obras. Vou fazer um link aqui com a Adutora do Pajeú.

A Adutora do Pajeú, em 2015, recebeu R\$65 milhões pelos pagamentos efetuados para a execução da Adutora do Pajeú. Isso representa um terço do valor que está aprovado para essa etapa que está em andamento agora, contratada, com ordem de serviço, e representa quatro vezes mais o que foi executado em 2014. No entanto, de fato, ela teve uma redução de ritmo na Paraíba. Por quê? Não é uma questão financeira, mas uma questão técnica, porque, mesmo que a adutora fique pronta até a Paraíba agora, mesmo que ficasse pronta amanhã, nós não teríamos água, porque, para que aquele ramal que chega a Taperoá tenha disponibilidade de água em pressão adequada para ser bombeada pela adutora, é preciso que o Eixo Leste da transposição já tenha chegado até perto da divisa com a Paraíba, que é onde vai ser a captação.

Portanto, para otimizar os recursos que estão escassos, o recurso foi, de dentro da Adutora do Pajeú, direcionado para adiantar os trechos de Pernambuco, mas, assim que o ramal do Eixo Leste estiver mais próximo de dar funcionalidade para aquele trecho que chega à Paraíba, o recurso vai ser direcionado de novo para a Paraíba, para que aquela obra termine concatenada com a disponibilidade hídrica no Eixo Leste.

Bom, o senhor perguntou a respeito de adutoras, perfuração de poços e dessalinizadores.

Sobre adutora, perfuração de poços e dessalinizadores, como eu disse, há cerca de 15 dias, na última visita do Governador Ricardo Coutinho à Presidenta, ele apresentou uma nova demanda de R\$63 milhões para essa pauta. Eu não estou com ela detalhada aqui, mas posso encaminhá-la. E havia justamente com pedidos dessa natureza. E uma preocupação que o Ministério da Integração tem tido com bastante força é a respeito da sustentabilidade hídrica das adutoras que estamos apoiando. O Ceará, por exemplo, fez adutoras emergenciais de até 150km, mas a grande preocupação foi com a sustentabilidade hídrica delas a partir das captações novas que nós estamos fazendo, e essa é uma preocupação nossa.

Sobre os estudos do MME, eu não tenho a informação aqui, tenho que pesquisar.

Por último, Deputado, eu vou ler a sua pergunta desta forma: como o Congresso, como os Deputados podem nos ajudar a fim de adiantar o cronograma da transposição. Eu acho que a participação do Parlamento agora, na discussão do Orçamento, no direcionamento de recursos orçamentários e até mesmo nas conversas com os órgãos de planejamento e financeiros, como o Ministério da Fazenda e o Ministério do Planejamento, é fundamental no sentido de garantir a disponibilidade financeira e orçamentária de 2016 para essas obras que são essenciais. A força de vocês é infinitamente maior do que a nossa e é muito importante.

Portanto, eu agradeço e encerro. Se houver mais perguntas, eu respondo, mas, desde já, agradeço a oportunidade oferecida ao Ministério da Integração Nacional de comparecer a esta Comissão Mista. Estamos à disposição para voltar sempre que necessário.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Esta Presidência eventual da Comissão e o autor do requerimento é que agradecem a V. Sa. E vejo, da parte do Ministério e da sua parte, o maior esforço, a maior boa vontade e também conhecimento de causa. Nós podemos ver quando as pessoas não têm segurança nas informações. Sobre o que nós aqui apresentamos, nós esperamos o complemento das informações e, repito, de ações urgentes, principalmente em relação ao terceiro turno.

Para as considerações finais, com a palavra, o Dr. Paulo Lopes Varella Neto, da Agência Nacional de Águas.

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – O Dr. Irani já respondeu parte das perguntas, mas quero fazer aqui algumas reflexões para o Deputado Gadelha e também para o nosso vereador.

É verdade que a perspectiva queira Deus mude, mas institutos – fazemos parte do Conselho Mundial da Água, assim como os governadores, e voltamos agora da reunião em Marselha – de todos os países que estão medindo as águas dos oceanos apontam na direção de que o El Niño permanecerá e será um dos mais fortes. Pode mudar, mas a tendência é de que tenhamos um ano de chuva abaixo da média e, talvez, rigorosamente abaixo da média. Portanto, de tudo que apresentamos aqui, zero não vai ser, mas foi calculado em cima de uma recarga zero. E tende a ser um pouco melhor a situação com qualquer recarga que seja.

Eu diria, Deputado, que nós temos que, primeiro, tratar muito bem a água que temos. Isso nós estamos fazendo, com uma gestão de demanda e solicitando inclusive das cidades, até em respeito às pessoas do campo, que façam racionamento para poderem sobreviver até 2017. Essa é a primeira coisa a ser feita.

Agora mesmo, estamos fechando o Mãe d'Água, para protegê-lo, e tirando água de Coremas, até porque a adutora que vai para Sousa vai pelo canal, por exemplo, para lá. Mas, além disso – procurei dizer isto, mas fui rápido –, o que poderia ser feito? O senhor mencionou os poços. Isso é possível? Eu diria que há uma série de medidas que, somadas, podem ser paliativas.

Infelizmente, o nosso substrato, na média, pois há bolsões, é de embasamento cristalino. Os poços de cristalino têm a característica de oferecer água de qualidade pobre, em geral salobra e em quantidade limitada. Entretanto, em uma situação como essa, podem ser muito interessantes, e vamos ver aqui em duas dimensões. Para as propriedades rurais, podem ser a salvação, pois, quando não há mais nada, mesmo um poço de água salobra pode proporcionar água para o rebanho. Ele tem essa vocação. Eu diria que o poço de cristalino é mais vocacionado para a área rural. Mas, de forma diferente, neste momento, algumas experiências feitas no cristalino têm ajudado outras áreas. Se você está em uma comunidade em que não há água para dar descarga nos banheiros e existe água salobra, você pode diminuir o consumo da água que você vai guardar para beber.

O dessalinizador, em quantidades pequenas, não está caro. Está baixando a cada dia, é uma tecnologia conhecida e existe no mercado. Pode ajudar. Você poderia ter dessalinizadores para dessalinizar água em pequenas quantidades, poderia ter água menos nobre para outros usos. Eu diria que sim, como medida paliativa. Nós não vamos ter grandes vazões para resolver o problema das cidades, teremos que usar no máximo os açúdes que temos. Mas pode ajudar? Pode.

E há exemplos. O Dr. Francisco Teixeira, no Ceará, perfurou 100 poços em uma cidade. Claro que com um geólogo olhando, para ver a distância necessária. Também não pode ser algo feito ao léu. E conseguiu água, aproximadamente 80m³ cúbicos por hora, o que ajudou bastante.

Então, certamente, sim. Mas eu começaria dando uma sugestão, se eu puder. Já existe uma quantidade de poços, que pode ser medida em milhares, já perfurados e que sequer foram instalados. Em alguns casos, estão com as perfuratrizes, mas não há como furar. Eu começaria instalando os que já existem. E se forem canalizados recursos para os poços, na zona rural, essa pode ser uma solução até permanente, pois ajudará bastante essas propriedades.

Com relação aos engates rápidos, se olharmos regionalmente, eu diria que ainda há casos, sim, em que podem ser usados. No Rio Grande do Norte, por exemplo, eu cito as cidades de Acari e Currais Novos, que estão desabastecidas neste momento e há uma adutora em construção. A obra se arrasta, naturalmente por falta de recursos. O DNOCS está fazendo, mas já foi reprogramada várias vezes.

E ainda existem algumas fontes. Não se trata de imaginar que ainda existem fontes sobrando, precisamos pensar bem onde existem. Do ponto de vista regional, também é uma solução paliativa que pode ajudar bastante.

Eu diria a vocês que o Nordeste Setentrional está todo no mesmo barco. O senhor falou, e é isso mesmo. É um pelo outro e não quero volta. Às vezes, um tem mais água, mas o açude está lá na foz; outro tem menos, mas está em cima, dá para distribuir melhor. Realmente, é uma situação generalizada no Nordeste Setentrio-

nal. As soluções aqui apresentadas podem ter impacto imediato se os senhores atuarem para que sejam feitas as liberações de recursos. As outras demorarão um pouco mais para chegar.

A questão do reuso é fundamental, e não somente agora, mas mais perversamente agora, quando não se pode perder uma gota d'água, pois, além de estarmos perdendo água, essa água vai poluída para os rios, vai para os açudes, que já estão com pouca água, e nós temos um problema de qualidade.

Você tem razão. Em Campina Grande existe...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Tem. Nós ainda não podemos fazer reuso facilmente para produzir alface, mas podemos fazer para capim e para massa verde, sem poluir o rio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Seja para o que for, mas não pode ir para o rio ou para o açude. Então, existem, sim, e temos dito isto frequentemente.

Alguém disse que não importa o que você fala, mas o que os outros entendem. Eu tenho repetido isto até cansar, mas, quando termino, alguém diz: “Eu queria saber o que é que se deve fazer”. Olha, tem que fazer isso mesmo. Não são muitas coisas, é um conjunto de soluções, algumas paliativas, mas que podem, sim, ajudar.

Foi falada aqui outra coisa que talvez não seja a de maior atratividade, mas é de grande importância: a recuperação dessas barragens, que agora estão secas – algumas mostram, inclusive, fissuras –, até porque, em algum momento, pode chegar um inverno forte e trazer problemas. Também é preciso que façamos isso seletivamente. A ANA está responsável por essa questão da segurança das barragens e está fazendo um cadastro bastante amplo. Este também é um assunto que não podemos deixar de lado. Eu acho que é isso aí.

Na visão regional, neste momento, ainda há algumas... A adutora de engate rápido. Do ponto de vista mais pontual, mesmo sendo poço de cristalino, é a única solução que resta e, localmente, pode aliviar. “Ah, mas é salobra!” É salobra, mas vá ficar em casa sem ter como dar descarga no banheiro, sem ter como lavar uma louça ou qualquer coisa dessa natureza, não é verdade? E a solução para resolver isso, realmente, é a transposição do São Francisco.

E eu queria trazer um assunto que aqui não foi perguntado, mas tem sido levantado em outras horas. Evidentemente, numa seca desse tamanho, tudo foi afetado. São Paulo passou pelo que passou, Minas está passando, Espírito Santo etc., e também o Rio São Francisco. Claro que é preciso fazer a recuperação, a revitalização a longo prazo, mas, neste caso, ele está baixo como, de resto, estão baixos todos os outros rios. Agora, nós também estamos fazendo essa gestão. É possível, mesmo nas condições precárias que imaginamos que possam vir no ano que vem, mantermos o fluxo do São Francisco. Hoje, o Dr. Vicente está lá numa plenária do comitê. A ideia é baixar de 900m³ para 800m³ por segundo, mas o volume de 800m³ por segundo ainda manterá o fluxo do rio para todos os usos, inclusive para a transposição, até porque ela é pequena.

Deputado, quanto àquela questão que o senhor levantou, foi a outorga da ANA que disciplinou isso dessa forma, mas precisa ser entendida como o Irani explicou. Quer dizer, 26 em qualquer situação, mas pode chegar a 140, numa média de 70, tá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO LOPES VARELLA NETO – Não só vertendo, a partir de 80%, 90. Enfim, vamos vendo. Não vai ser 140, mas vai ser um volume que possa ser adequado. Mas quero tranquilizar dizendo que, mesmo nessa situação, Sobradinho vai manter um fluxo de, pelo menos, 800m³ por segundo durante o ano que vem, o que permitirá que mantenhamos... Neste momento, ele está só com 1%, mas está começando a chover.

O problema é o seguinte: o El Niño causa chuvas fortes no Sul, como está causando, causa seca para nós, no Nordeste Setentrional, mas há uma área que é uma área cinza. Ali, naquela área de Minas Gerais, nas cabeceiras do rio e em seus afluentes, não há um indicativo, mas esperamos, ainda nesta época chuvosa, que possa chover bastante, que Três Marias possa se recuperar e que a situação fique melhor. Isso está sendo acompanhado, digamos assim, no milímetro, para saber quanta água está vindo de Três Marias. Baixamos agora para 400. Enfim, isso tudo está sendo acompanhado nesse limite de usar bem as águas que nós já temos armazenadas.

Então, para terminar, Deputado, faço aqui uma retrospectiva.

Lembro que, quando eu estava Secretário de Estado lá no Rio Grande do Norte, lá pelos idos de 90 e qualquer coisa, naquela luta ainda para ver se tinha ou se não tinha com a turma ambiental, com Minas etc., a sua presença era constante em todas aquelas reuniões de que participávamos. Faço aqui esta referência ao seu trabalho pela transposição.

Quero dizer, por fim, já agradecendo, que me coloco à disposição. Se vocês tiverem mais perguntas, estamos à inteira disposição lá na ANA para qualquer conversa. Temos recebido Parlamentares e pessoas de todo o Nordeste para esta ou para qualquer outra discussão que se faça necessária. E também me coloco à disposição para voltar a esta Casa quando for necessário.

Hoje, nós pontuamos... Eu achei muito bom, Deputado Rômulo, que tenhamos focado um pouco. Eu estive no plenário do Senado há uma semana e, como sou muito disciplinado, pensei: é preciso apresentar a situação dos recursos hídricos no Brasil, mas, em 10 minutos, é meio complicado. Aqui, pudemos focar um pouco mais um assunto específico, o que permitiu que pudéssemos esclarecer melhor, deixar as coisas como elas são para que as pessoas possam melhor entendê-las.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rômulo Gouveia. Bloco/PSD - PB) – Eu quero agradecer a participação do Paulo e dizer da contribuição da ANA. Quando apresentei esse requerimento, a intenção era tentarmos massificar mais no micro, em vez de no macro, e tentarmos focar numa região que eu conheço.

Então, ao encerrar, quero agradecer mais uma vez ao Deputado Marcondes Gadelha e ao Senador Raimundo Lira, que foram os dois representantes da Paraíba que se somaram a esse requerimento e a esta audiência pública.

Agradeço também a toda a Comissão Mista de Mudanças Climáticas, ao Presidente João Fernandes, que sempre, quando é convidado, mesmo de última hora, participa.

Quero agradecer ao Ministério da Integração, ao Irani e a toda a equipe, e fazer o registro do empenho, da luta que tem travado o Ministério Público da Paraíba, de Campina Grande, pelo Promotor Eulâmpio Duarte e pelo Procurador Agnelo Amorim, aos professores da Universidade Federal de Campina Grande Dr. Janiro Rêgo, Dr. Kepler França e Edson Pereira, à Atecel, que pode dar uma grande contribuição, através do Dr. Nilson Feitosa, seu Presidente, e também à Federação das Indústrias... Eu falava hoje com o Francisco Benevides Gadelha, o nosso Buega. Recentemente, inclusive, houve um evento lá na Fiep em função da preocupação com essa questão.

Agradeço ainda à Associação Comercial de Campina Grande, ao Álvaro Barros, e à Fiep, porque uma coisa sobre a qual nem falamos em relação à questão hídrica foi sobre o abalo na economia da cidade de Campina. Na verdade, isso tem um reflexo na rede hoteleira, nos restaurantes, na indústria... Enfim, todos os setores sofrem um impacto muito grande.

No entanto, neste momento, nós não estamos preocupados com a economia, mas com as vidas, porque hoje estamos tratando aqui é de água para beber. É mesmo muito grave a situação que enfrentamos.

Então, agradeço e dou por encerrada a presente reunião.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 1 minuto.)

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS, DESTINADA À APRECIÇÃO DO RELATÓRIO ANUAL DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA COMISSÃO, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2015, ÀS 11H, NO PLENÁRIO Nº 13, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, DO SENADO FEDERAL.

Às onze horas e vinte e cinco minutos do dia dezesseis de dezembro de dois mil e quinze, no Plenário número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Fernando Bezerra Coelho, reúne-se a Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, com a presença dos Senadores Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Flexa Ribeiro, Sandra Braga, Roberto Rocha, Jorge Viana, Ronaldo Caiado, Vanessa Grazziotin, Douglas Cintra, e dos Deputados Sergio Souza, Eros Biondini, Ricardo Tripoli, João Paulo Papa, Daniel Vilela, e Sarney Filho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião, destinada à apreciação do Relatório Anual das atividades desenvolvidas pela Comissão, com base no artigo 9º, parágrafo único, da Resolução nº 4, de 2008-CN. O Presidente passa a palavra ao Relator, Deputado Sergio Souza, que faz a leitura do Relatório apresentado. Usam da palavra para discutir os seguintes parlamentares: Senador Jorge Viana, Senador Donizeti Nogueira, Senador Flexa Ribeiro, Senadora Vanessa Grazziotin, Deputado Ricardo Tripoli e Deputado Sarney Filho. O Deputado Sergio Souza complementa seu Relatório apresentado acatando as sugestões dos parlamentares. Sem mais quem queira discutir, a Presidência encerra a discussão e coloca em votação o Relatório apresentado pelo Deputado Sergio Souza, com as alterações propostas. É aprovado o Relatório Anual de 2015 da Comissão. A Presidência submete ao Plenário a aprovação as atas da 11ª, da 16ª, da 17ª, da 18ª e da presente reunião, que são aprovadas. Às doze horas e dez minutos assume a Presidência o Senador Jorge Viana. O Senador Jorge Viana comunica que apresentou no Plenário do Senado Federal um Requerimento de voto de aplauso, congratulações e louvor para a delegação brasileira negociadora do pacto firmado na COP 21, em Paris, o qual foi assinado por mais de 190 países a fim de conter o aquecimento global. O Requerimento foi apoiado pelos seguintes parlamentares: Senador Fernando Bezerra Coelho, Deputados João Paulo Papa, Deputado Ricardo Tripoli, Senador Flexa Ribeiro, Deputado Daniel Vilela, Senador Roberto Rocha, Senadora Vanessa Grazziotin e Senador Donizeti Nogueira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e um minutos, lavrando eu, Tiago Torres de Lima Brum, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Senador Fernando Bezerra Coelho
Presidente**

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Com base no art. 9º, parágrafo único, da Resolução nº 4, de 2008, do Congresso Nacional, a presente reunião destina-se à apreciação do relatório anual das atividades desenvolvidas pela Comissão.

Passo a palavra ao Relator, Deputado Sergio Souza, para que proceda à leitura do relatório.

Na sequência dessa apresentação do relatório de atividades da nossa Comissão durante este ano, também submeteremos à apreciação um relatório que fizemos, com o apoio da Consultora Karen, das atividades que diversos membros desta Comissão tiveram durante o transcorrer da realização da COP 21 em Paris.

Então cópias desse relatório serão encaminhadas aos membros da Comissão e serão também remetidas à Mesa Diretora do Senado Federal, para dar conta dos trabalhos e das iniciativas que tomamos durante o período de realização da COP 21.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PTB - MG) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Com a palavra...

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PTB - MG) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Pois não.

O SR. EROS BIONDINI (Bloco/PTB - MG) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, e nosso querido Relator, Deputado Sergio Souza.

Simplesmente, Sr. Presidente, para dizer aqui da minha satisfação em ter participado da comitiva que foi até a COP. Digo, Sr. Presidente, que tive a oportunidade de fazer algumas missões oficiais nesses anos de Parlamento e digo que essa foi a missão que considere mais profícua e exitosa.

Quero parabenizar V. Exª, porque realmente tivemos uma pauta e uma agenda impecável. E realmente protagonizamos, como Parlamentares do Brasil. Então gostaria de parabenizar V. Exª, bem como o Relator.

Nós não podemos realmente deixar de exaltar esta Comissão, que, com certeza, marcou presença na COP 21. E, por onde estou passando, no meu segmento em Minas Gerais, estamos sendo reconhecidos como aqueles que realmente foram e que participaram efetivamente das discussões dessa importante conferência sobre o clima.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Deputado. Com a palavra, o nosso Relator, o Deputado Sergio Souza.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra Coelho, caros colegas, Senadores e Deputados aqui presentes.

Na mesma linha do Deputado Eros, tive a oportunidade de estar na COP na primeira semana. Não encontrei todos, mas por exemplo, encontrei o Senador Jorge Viana, o Deputado Eros, e participamos de eventos juntos no Parlamento Europeu, no Senado, também na Embaixada brasileira, e alguns encontramos lá na COP, no Le Bourget. E inclusive a Ministra Izabella, por algumas vezes, em algumas reuniões em conjunto.

O relatório, Sr. Presidente, é bastante extenso, e eu vou fazer uma síntese, mas, desde já, consulto esta Comissão e V. Ex^a, se, na sequência, não podemos, por meio da Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional, fazer a encadernação e a distribuição, não só para os membros desta Comissão, mas para todos os Parlamentares, membros do Congresso Nacional, para que eles tomem conhecimento do quão profícuos foram os trabalhos desta Comissão durante o ano legislativo de 2015 e da importância que é a atenção que devemos ter para as mudanças climáticas no nosso Planeta, e claro, no nosso País.

Congresso Nacional. Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Relatório de Atividades de 2015.

Presidente: Senador Fernando Bezerra Coelho.

Vice-Presidente: Deputado Sarney Filho.

Relator: Deputado Sergio Souza.

Membros desta Comissão: como titulares, Senadores Otto Alencar, Sandra Braga, Roberto Rocha. Jorge Viana, Donizeti Nogueira, Cristovam Buarque, Gladson Cameli, Flexa Ribeiro, Maria do Carmo Alves, Fernando Bezerra Coelho, Douglas Cintra. Suplentes: Ivo Cassol. Aloysio Nunes Ferreira, Ronaldo Caiado e Vanessa Grazziotin.

Deputados: Eros Biondini, Daniel Vilela, Roberto Balestra, Sergio Souza, Jony Marcos, Angelim, Leônidas Cristino, Jaime Martins, Leonardo Monteiro, Ricardo Tripoli, Sarney Filho, Giovani Cherini. Suplentes Deputados: Carlos Henrique Gaguim, Luiz Carlos Busato, Valdir Colatto, Julio Lopes, Rômulo Gouveia, Alessandro Molon, Átila Lins, Ivan Valente, João Paulo Papa, Antonio Carlos Mendes Thame, Janete Capiberibe e Daniel Coelho.

Acho interessante, meu Presidente, fazer um breve relato dos pontos que entendemos ser os principais.

Primeiro, na legislação brasileira, o tema da mudança global do clima passou a fazer parte da agenda internacional desde a década de 1980, a partir do aumento da discussão por cientistas e formuladores de políticas sobre os riscos da mudança do clima induzida pelo homem.

Duas decisões importantes referentes ao tema foram adotadas no plano internacional. Uma delas foi a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima, o IPCC, com o propósito de avaliar as informações científicas, técnicas, socioeconômicas relevantes para compreender os riscos das mudanças climáticas induzidas pelo homem, seus impactos potenciais e as opções para adaptação e a mitigação. A segunda foi a adoção da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, aberta para assinaturas durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a chamada Rio 92. A Convenção entrou em vigor em 21 de março de 94 e conta com a adesão de cerca de 180 países, além da Comunidade Europeia. No Brasil, foi ratificada por meio do Decreto nº 1, de 1994.

O IPCC já apresentou cinco relatórios de avaliação. O último, em 2013, reafirma que o aquecimento do sistema climático é inequívoco, com o aumento de 0,78 graus Celsius na temperatura média da superfície terrestre, entre os períodos de 1850 a 1900 e 2003 a 2012.

Desde os anos de 1950, foram observadas mudanças que não têm precedentes nas décadas ou milênios. A atmosfera e o oceano se aqueceram. A quantidade de gelo e neve diminuiu. O nível do mar se elevou. E as concentrações de gases – Senador Flexa, seja bem-vindo –, de efeito estufa, o GEE, aumentaram.

Cada uma das últimas três décadas tem sido sucessivamente mais quente na superfície terrestre que qualquer década anterior, desde 1850.

No Hemisfério Norte, no período de 1983 a 2012, constituem provavelmente os 30 anos mais quentes dos últimos 1.400 anos.

Ainda conforme o IPCC, a mudança do clima ameaça tanto os sistemas naturais quanto os sociais e econômicos. Entre outros riscos, a mudança do clima pode provocar a extinção da espécie e afetar a disponibilidade

de água, a produção agrícola e a saúde humana, elevando o nível de subnutrição, de mortes, de doenças e de ferimentos devido a eventos climáticos extremos e ao recrudescimento de vetores e de doenças infecciosas.

Passando por essa primeira parte, em que entendemos a importância de observarmos, Senadora Vanessa Grazziotin, o clima como segurança de sobrevivência do planeta, tanto da fauna, quanto da flora, passamos a um segundo ponto que é a mudança do clima e a construção de um novo acordo global.

É certo que a terra tem passado, ao longo de toda a sua história geológica, por enormes variações climáticas. No entanto, há evidências científicas cada vez mais fortes de que as mudanças mais recentes não são variações naturais, mas estão relacionadas ao aumento da temperatura da terra, o aquecimento global causado por atividades antrópicas em especial pelo consumo de combustíveis fósseis como o carvão mineral, o petróleo e o gás natural, assim como pelos desmatamentos e queimadas.

O quinto relatório apresentado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima reafirma que o aquecimento do sistema climático é inequívoco. E, desde os anos de 1950, muitas das mudanças observadas não têm precedentes em milênios anteriores. A atmosfera e o oceano aqueceram. A quantidade do gelo diminuiu. E assim por diante. As emissões continuadas no GEE causaram mais aquecimento e alterações em todos os componentes do sistema climático, aumentando a probabilidade de impactos severos, invasivos e irreversíveis para as pessoas e para os ecossistemas.

O aquecimento global continuará para parte da biodiversidade, acelerando a taxa de extinção de espécies. Calcula-se que 16% das espécies animais estará ameaçada devido aos efeitos do aquecimento global caso as emissões de gases de efeito estufa continuem no ritmo atual. Isso foi o relatado pela Convenção de Durban, em 2015.

É importante falar um pouquinho sobre o nosso plano de trabalho. Na construção do novo acordo, agora em 2020, no âmbito da UNFCCC, estão em andamento negociações de um novo acordo sobre a convenção, a serem finalizadas em 2015 para entrada em vigor em 2020. Essas negociações ofereceram a oportunidade para inaugurar uma nova fase do regime internacional de mudança do clima, marcada por maior ambição em combater o problema em escala global. Para isso, é fundamental que todos os países contribuam para o objetivo comum.

E aqui quero fazer uma referência da importância da Convenção de Paris, em que mais de 150 chefes de estados estiveram presentes. Inclusive China e Japão passarão a ser signatários desse novo protocolo. Esses dois países são responsáveis por quase a metade da poluição global ou da emissão de gases. Vejam a importância desse evento de Paris. E esses dois países não eram signatários do Protocolo de Kyoto; por consequência, não tinham compromisso obrigatórios.

É importante destacar que, desde 2007, o Congresso Nacional intensificou o acompanhamento e o debate das questões que se referem ao cenário das mudanças climáticas divulgadas pelos relatórios dos painéis intergovernamentais de mudanças climáticas da Organização das Nações Unidas. Inicialmente, foi instituída a Comissão Especial sobre Mudanças do Clima e, depois, a Comissão Permanente do Congresso Nacional – só há duas comissões permanentes no Congresso Nacional, a do Orçamento e essa Comissão. Veja o tamanho da importância que o Brasil tem dado e o Parlamento brasileiro tem dado à questão das mudanças climáticas.

Nós, durante o ano, fizemos inúmeras audiências públicas como Diagnóstico da Crise Hídrica no Brasil, falamos sobre a COP 21 e quais seriam as possibilidades de negociações em torno de um novo acordo climático, a estrutura institucional para a gestão dos recursos hídricos. Também falamos, em audiências públicas, sobre cobenefícios da mitigação das mudanças climáticas para a saúde pública e o Painel do Setor Sucroenergético nesse processo.

Aqui é importante dizer que o Brasil tem uma grande oportunidade de ser, mais uma vez, protagonista nessa questão, Sr. Presidentes, da mitigação, da redução dos efeitos de mudança climática através da energia renovada. Já fez isso em dois momentos históricos: na sua base elétrica, o fato de a grande maioria ser hidroeleticidade, uma energia limpa, e na sua base de combustíveis, através do etanol.

Podemos ampliar isso, enormemente, para biomassa. Sabemos dos parques eólicos e também do nosso potencial de energia através de fotovoltaica, energia solar.

Fizemos um painel sobre desertificação e outro sobre implementações econômicas e sociais, cenários de Mitigação através de gases de efeito estufa até 2030. Falamos aqui também da Encíclica papal do Papa Francisco sobre o clima. Falamos sobre a proposta brasileira a ser apresentada na COP 21. Isso lá no começo de outubro, bem antes da convenção. Tivemos várias audiências públicas para tratar sobre a crise hídrica do São Francisco. E aqui, mais uma vez, quero parabenizar o Senador Fernando Bezerra pela insistência de fazer com que o Brasil todo entenda o problema hídrico do Nordeste, entenda a importância da transposição do São Francisco e a importância da água para dezenas de milhões de brasileiros. Falamos também sobre as matrizes energéticas brasileiras e a sua sustentação sobre os efeitos do clima, soluções emergenciais para o colapso hí-

drico da região do Vale São Francisco. E não foi diferente também para a região de São Paulo e Rio de Janeiro, da crise hídrica vivida, no início deste ano, pelo Município e pelo Estado de São Paulo. Tivemos outras tantas reuniões importantes nesta Comissão.

Para concluir a nossa exposição, Sr. Presidente, de maneira bem sucinta, é lógico – o relatório quase duas centenas de páginas, muito bem elaborado –, gostaria aqui de fazer uma referência à Consultoria e à Assessoria desta Comissão, pessoas de extrema competência. Uma delas, inclusive, com toda a vontade de entender essa questão do clima, se fez presente na COP 21, por suas escusas próprias, porque seus gastos não foram autorizados pelo Senado, pela Câmara, pelo Congresso, mas fez questão de, com a autorização do Presidente de se ausentar da Casa por esses períodos, se fazer presente e nos ajuda muito na elaboração do relatório.

Então, as nossas conclusões, deixando a parte do relatório das atividades que tivermos na COP 21, que farão parte em anexo ao nosso relatório, nós fazemos a conclusão no seguinte sentido: a participação dos membros da Comissão de Mudanças Climáticas na COP 21 resulta de um comprometimento em assegurar consistência na legislação nacional sobre mudanças climáticas. É muito importante a participação dos membros, porque nós acabamos assistindo e vendo o que os outros países estão fazendo, vendo outras soluções. E também levamos as nossas experiências para que o mundo perceba o que o Brasil está fazendo. A Convenção do Clima foi muito profícua para os membros desta Comissão e para o Parlamentar brasileiro, na oportunidade de debater, de conscientizar os Parlamentares a respeito da importância desse tema em um contexto de transição para uma economia de baixo carbono, bem como assegurar a implementação do INDC Brasil.

Além disso, há um comprometimento em acompanhar e agilizar a tramitação e enfatizar a importância da aprovação de projetos de lei na Câmara dos Deputados, de autoria de vários Deputados, e aqui no Senado Federal – um deles, inclusive, de autoria do Senador Jorge Viana, e outros tantos. Fizemos constar aqui do relatório dezenas e dezenas de projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional que dizem respeito ao nosso tema, que é de mudanças climáticas.

Ainda a participação dos Parlamentares na COP corroborou a opção de a Comissão de Mudanças Climáticas do Congresso Nacional focar os seus debates no sentido de privilegiar a ampliação das energias renováveis na nossa matriz energética, principalmente a eólica, a solar e a de biomassa, eis que a transição de uma matriz energética baseada em combustíveis fósseis ou no carvão para uma matriz limpa demanda políticas públicas, incentivos, legislação e investimentos.

Para concluir, definitivamente, Sr. Presidente, só fazer uma seguinte referência: todos nós estamos assistindo no Brasil, principalmente, Senador Jorge Viana, aqueles que vivem na Região Sul, os intempéries climáticos dos últimos meses. No sul, há cerca de 60 a 70 dias, chove sem parar, tempestades chegando ao caso de vendavais, tornados, como o que assolou a cidade de Marechal Cândido Rondon, do Paraná, meu Estado, nunca visto. Isso é o efeito do encontro das massas de ar quente que vêm do aquecimento do Pacífico – o fenômeno El Niño, conhecido e falado por muitos – com as massas polares, que se dá, inicialmente, em cima do Região Sul e vem subindo. E o Centro-Oeste também já está tendo alguns temporais.

Então, é fato! As mudanças climáticas são fato! Não podemos viver achando que, durante a nossa vida perante o Planeta Terra e perante Deus, não veremos desastres no Brasil, que é um país abençoado por Deus. É, sim, um país abençoado por Deus, mas já estamos vendo muitos desastres naturais que são ocasionados pelo efeito da mudança do clima, do aquecimento global.

Então, é esse o relatório, de forma sucinta, agradecendo, mais uma vez, a colaboração da Consultoria e a todos os membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Agradeço ao Deputado Sergio Souza. Coloco em discussão a matéria.

Já está inscrito o Senador Jorge Viana, que tinha solicitado. Na sequência, o Senador Donizeti, o Senador Flexa Ribeiro e a Senadora Vanessa Grazziotin.

Com a palavra, o Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT - AC) – Sr. Presidente, Fernando Bezerra, caro colega Senador e hoje Deputado Federal Sergio Souza, um bom amigo, colegas que estão aqui, Senadores Vanessa, Flexa e Donizeti. Ainda há pouco estávamos com o Deputado Eros Biondini, que cumpriu um papel também importante nessa viagem. Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Senador Fernando Bezerra, e o Deputado Sergio Souza, pelo relatório, e dizer que para mim foi uma honra. Eu participei de mais de 20 eventos durante o período da COP – mais de 20. Estou fazendo um relatório bem extenso de viagem, como nós fazemos ou temos que relatar em um discurso. Eu acho que nós vivemos um momento histórico importante.

Parece pouca coisa, mas eu acompanhei a emoção, no final, de lideranças do mundo inteiro, Senador Flexa, porque poucos são os momentos da história em que a humanidade se junta sobre uma causa, sobre um

tema. Houve na Segunda Guerra Mundial, na gripe espanhola, febre negra. Em alguns momentos, todo mundo se junta para tomar uma posição.

E essa decisão tomada é muito difícil, porque ela estabelece limite aos países. Ela é tomada agora para gerações futuras também. Aí os interesses nacionais têm que estar subordinados ao interesse da humanidade, ao interesse global. Daí a importância dessa conferência e desse acordo firmado. E ele é um acordo ousado. Ele envolve dinheiro, investimento de US\$100 bilhões por ano até 2025 dos países desenvolvidos, financiando os países em desenvolvimento. Esse é um divisor de água. Sem isso, não haveria acordo. Há coisas complexas. O Primeiro-Ministro indiano – ontem eu dava uma entrevista para a Rádio Senado sobre isso – chegou lá falando firme, dizendo: “Olha, as emissões dos Estados Unidos, no século XIX, eram iguais às emissões da Índia hoje, que tem mais de um bilhão de pessoas. E agora nós vamos ter cerceado?” Então, olha um paralelo.

E eu fui fazer um apanhado: as emissões do Brasil de hoje são parecidas com as emissões da Inglaterra do século XIX, ainda na época da Revolução Industrial. Então, vejam que deste tamanho, mas já fazia um estrago danado no Planeta. E fizeram isso durante o século.

Então, fechar um entendimento nesse sentido, envolvendo os países desenvolvidos com os países em desenvolvimento, não foi nada fácil.

Então, quero ajudar com algumas sugestões, para o nosso Relator, se possível, incorporar. Primeiro, em nome dos colegas, acho que podíamos fazer algo.

Acho que o papel do Brasil foi extraordinário: primeiro, a presença dos nossos colegas aqui, do Senado, da Câmara, desta Comissão, o ex-Ministro Zequinha, que esteve lá, foi muito importante. O Brasil foi um grande interlocutor, um grande mediador do acordo, reconhecido por todos, inclusive pelo Presidente Obama, que ligou para a Presidenta Dilma, elogiando o trabalho.

Tomei a iniciativa de falar com a Ministra Izabella, pegando o nome de todos os profissionais do Brasil que trabalharam na COP 21 – Ministério de Ciência e Tecnologia, Relações Exteriores, Meio Ambiente e Embrapa. Esse corpo de funcionários – são dezenas de pessoas trabalhando – deu sequência a um trabalho que começamos com a ECO 92. O Brasil foi sede das primeiras discussões sobre como cada país deve se comportar em relação a sua biodiversidade.

Depois, as COPs começaram, veio o Protocolo de Kyoto, veio a Rio+20 e, depois, o mundo ficou sem um documento, porque o de Kyoto era absolutamente incompleto, incompleto até nas assinaturas. Chegamos, agora, a um documento que é elogiado pelo movimento ambiental. Eu tenho lido que várias entidades não governamentais até, de alguma maneira, se surpreenderam positivamente, a imprensa especializada também.

Agora, o que quero é o seguinte. Apresentei no plenário uma Moção de Aplauso, com base no art. 222, e o fiz de maneira suprapartidária. Não estamos aqui falando nada em relação ao Governo brasileiro, foi o Estado brasileiro que esteve presente. Elenquei aqui todos os pontos do acordo, os mais importantes, fiz referência à ECO 92 e ao fato de o Brasil tê-la sediado, e estou citando aqui os que lideraram a delegação brasileira. Refiro-me especificamente à Ministra Izabella Teixeira; ao Embaixador Marcondes Carvalho, do Itamaraty; e ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, que é o nosso Embaixador em Washington, e o Governo determinou que ele ficasse o período todo lá, porque tinha a memória da Rio+20 e sempre foi um articulador nesse sentido.

E o que é que fiz aqui? Pedi oficialmente o nome de todos os funcionários do Ministério das Relações Exteriores. Aqui, aproveito para constar na Ata aqui, da nossa reunião, faço referência ao Embaixador José Antônio Marcondes Carvalho, ao Embaixador Luiz Alberto Figueiredo, ao Ministro Rafael Azevedo, ao Ministro Everton Lucena, ao Conselheiro Paulo Chiarelli, ao Secretário Felipe Ferreira, também a outros Secretários, Rafael Soler, Túlio Andrade, Guilherme Lima, Luiz Andrade. Esse era o time do Itamaraty, de profissionais competentes que trabalharam.

Ministério da Ciência e Tecnologia: Lidiane Melo, Moema Correia, André Araújo, Marcela Raposa, Marcos Cruz; e Ministério de Minas e Energia: José Migueis, Adriano Oliveira, Letícia Guimarães, Tiago Mendes, Aroldo Machado, o Secretário Carlos Klink, Secretário de Mudança Climática, Mário Mendes, Mariana Engle e Marcelo Rocha; e Embrapa: Jean Paulo Pelegriño e Gustavo Moser.

Chequei, inclusive com a Ministra Izabella, que era coordenadora da missão, esses são os nomes dos profissionais que se envolveram diretamente no suporte da presença brasileira, da posição brasileira. Se os colegas concordarem, podíamos pegar a assinatura de todos aqui e fazer constar no relatório essa Moção de Aplauso para o time brasileiro oficial, a delegação oficial do Brasil que nos ajudou a fazer com que o Brasil fosse um importante protagonista no encontro.

Essa é uma primeira sugestão que eu traria, já que, do ponto de vista do Plenário do Senado, peguei a assinatura da minha querida colega Vanessa, quando estava falando, mas podíamos assinar, todos os Deputados e Senadores, e constaria, então, do relatório, também, essa moção de reconhecimento a todos que oficialmente representaram o nosso País lá.

Por último, acho que o relatório está muito bem, aliás, feito no tempo certo, para que não percamos tempo. Antes de viajar, apresentei um PLS aqui, no Senado. O ex-Ministro Zequinha Sarney fez o mesmo na Câmara.

Nós conversamos sobre isso lá na Embaixada em uma das reuniões de que participamos, e meu PLS está aqui, eu pedi até ao Presidente da Comissão que possa ser o Relator, porque eu acho que é importante, e o mesmo, talvez, o Deputado Sérgio Souza tenha que fazer na Câmara, para que se encontrem. Depois vamos apensar esses dois projetos: o PLS do Senado e o PL da Câmara, do Deputado Zequinha, que têm o mesmo propósito. O meu é específico, eu estou alterando a Lei do Clima, que foi aprovada no Congresso, que fazia referência às metas que o Brasil se comprometeu a cumprir de redução de emissões. Só que o Brasil reformulou essas metas, ampliou essas metas para 37 de redução até 2025, e 43 até 2030, e eu estou, então, alterando o artigo da lei, fazendo uma adequação do artigo da lei aos novos compromissos que o Brasil assumiu.

Então, eu pediria, já está aqui na conclusão, o apoio da Comissão para que encampe esses dois projetos como matérias que precisam ser apreciadas e levadas ao plenário, para que a gente também, como participantes dessa COP, nós todos, que estivemos, na liderança do Presidente da Comissão, do Relator Sérgio Souza, concluído o nosso trabalho, transformando em lei os compromissos brasileiros. Uma das questões fundamentais desse acordo é exatamente que ele é vinculante de certa forma. Eu tenho convicção de alguns painéis de que eu participei com a comunidade científica do IPCC, e acho que pelo menos duas grandes vitórias da COP: eles inverteram os líderes, foi primeiro quem decide, deram um comando de que tinha que ter um acordo, que teria o acordo, e saíram, e deixaram o seu quadro técnico, o seu corpo técnico trabalhando. Foi assim com o Brasil.

Por isso que nós tivemos uma inversão, diferentemente das outras COP, em que eles chegavam no final, tentando fazer um acordo de última hora, nunca tinham conseguido. Dessa vez, eles foram, propuseram um acordo – eu estou falando de 180 líderes mundiais –, acertaram que haveria um acordo e ficou o time trabalhando a redação e os compromissos.

A segunda outra vitória é que, mesmo a COP não tendo realizado o acordo, já havia o compromisso de 184 países de reduzir emissões. Então, isso já é uma vitória, uma extraordinária vitória. Então, daí a chegar a um acordo e ter um documento não foi nada difícil.

Eu só queria, então, concluir, dizendo que, além da questão do dinheiro, o mais importante que eu ouvi foi que os compromissos assumidos pelos países não vão garantir a redução abaixo de 2°C. Eu estou trazendo essa informação, é um juízo que eu estou fazendo, tenho lido e ouvido muito sobre esse assunto: não alcançaremos a redução dos 2°C sem os compromissos que os países voluntariamente impuseram.

Então, como é que nós vamos alcançar e parar em 1,5°C como o documento prevê? É que as propostas vão ser revisadas a cada cinco anos e, mais, os países vão fazer uma adaptação nela. É essa pressão da sociedade, é esse movimento dos Parlamentos, é essa atividade que o mundo inteiro vai ter que fazer que pode garantir que o acordo se materialize. O acordo é a peça que tem que nos guiar para que a gente possa, realmente, pôr fim a essa insanidade que estava desequilibrando o clima no Planeta, pondo em risco a vida no Planeta e, agora, nós temos um instrumento poderoso que, quem sabe, possa reverter esse cenário.

Desculpa a demora.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Jorge Viana.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Sr. Presidente, a relatoria concorda com a inclusão de um adendo, sugerido pelo Senador Jorge Viana, desde que ouvido o Plenário. A relatoria concorda.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Eu vou pedir a compreensão dos senhores membros desta Comissão, aproveitando esse quórum já expressivo, mas nós estamos aqui espremidos pelo tempo, porque a Ordem do Dia do Congresso Nacional começa agora, ao meio-dia.

Eu vou submeter, se vocês concordarem, já, a deliberação e aprovação do relatório, e, na sequência, o Senador Donizeti, o Senador Flexa, a Senadora Vanessa, o Deputado Tripoli, que pediu a palavra, e o Senador Roberto Rocha também estão desejando falar.

Então, os que aprovam o relatório das atividades da Comissão de Mudança Climática durante esse ano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Claro, depois, poderá haver aditamentos, mas vamos já deliberar sobre o relatório que foi lido há pouco pelo Deputado Sérgio Souza.

Aqueles que aprovam o relatório permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

As sugestões do Senador Jorge Viana, da homenagem desta Comissão, do registro desta Comissão a todos aqueles que participaram da delegação brasileira, que teve, de fato, um protagonismo importante. Aqui reitero que a presença da Ministra Izabella Teixeira, do Embaixador Figueiredo, do Embaixador Marcondes durante o processo de negociação na COP 21 sublinhou a importância brasileira nesta importante agenda internacional.

Portanto, acho que a Comissão vai, por unanimidade, subscrever esta sugestão proposta pelo Senador Jorge Viana.

De fato, as conclusões a que chegamos aqui, no sentido de que agora temos de trabalhar pela implementação, então vamos agilizar o apoio aos projetos do Deputado Sarney Filho e do Senador Jorge Viana, para que esta Comissão possa dar esta contribuição na implementação da proposta brasileira.

Estou sendo alertado pela nossa assessoria, coloco em votação as Atas da 11ª, 16ª, 17ª, 18ª e já da presente reunião para deliberação da Comissão.

As Sras e os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as atas das reuniões anunciadas.

Com a palavra, o Senador Donizeti.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Sr. Presidente, Senador Fernando Bezerra, Sr. Relator, Deputado Sérgio Souza, primeiro, agradeço a acolhida que esta Comissão me deu, porque eu me incluí nela, estou plenamente realizado por tudo que vivi aqui neste período. Segundo, parabeno o trabalho feito pelo Deputado Sérgio Souza no seu relatório que nos trouxe aqui hoje e que, pelo que observamos, com muita completude. Então, temos um documento que certamente, pelo trabalho realizado pela Comissão, pelo que vivemos nesta Comissão e participamos, tem uma contribuição muito grande a dar ao País. Terceiro, Senador Fernando Bezerra, parabeno-o pela coordenação da nossa Comissão em Paris, porque fomos a Paris para trabalhar, uma agenda extremamente apertada. Além da agenda organizada por V. Exª, fomos demandados por outras agendas, como a reunião importante que fizemos com o Parlamento Europeu, aquela reunião também muito importante com a bancada da Alemanha. Foram reuniões muito importantes. E, para finalizar, a reunião que fizemos com parte da delegação brasileira, que foi muito participativa, com os diversos setores da delegação ali representados.

Então, penso que cumprimos nosso papel indo a Paris para ajudar a diplomacia brasileira, coordenada pelo Embaixador Marcondes, com a colaboração do Embaixador Figueiredo e com a coordenação de nossa delegação pela Ministra Izabella Teixeira. O Brasil foi a Paris para demarcar que está na vanguarda nesta luta pela defesa permanente do Planeta, combatendo as mudanças climáticas.

O documento que sai de lá tem uma diferença grande de outros momentos da nossa história. Não pode, de maneira nenhuma, ser comparado com a Segunda Guerra Mundial, porque ela dividiu o mundo em dois. Penso que esta conferência de Paris uniu o mundo, 185 países, pelo número que tenho, com um objetivo único e com uma consciência única que é preciso trabalhar para combater as mudanças climáticas. Essa consciência o mundo tomou a partir de Paris e acredito que isso está consolidado no conteúdo do documento.

Também quero destacar e agradecer, porque fui extremamente apoiado pela Evelyn, que é assessora da Comissão da Câmara, e pela Karen, que é nossa assessora do Senado, durante os dias que estivemos lá, sempre participando e colaborando conosco nas reuniões e em tudo que estávamos fazendo. Agradeço muito, Evelyn. Já agradeço a Karen, que hoje não está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Este registro é de todos que participaram da delegação parlamentar brasileira, do trabalho das consultoras.

O SR. DONIZETI NOGUEIRA (Bloco/PT - TO) – Foi muito importante. E a Evelyn que foi por conta e risco, porque é apaixonada pela pauta, o que ainda faz mais importante. Este destaque eu precisava dar.

Por fim, esta Comissão tem a responsabilidade; nós, Parlamentares, sobretudo aqueles que estiveram lá, de fazer com que este Congresso ajude no cumprimento do acordo firmado lá. Temos um papel muito importante.

Essas eram as minhas palavras. Estou plenamente realizado com a oportunidade que tive de trabalhar aqui, mais aprendi do que outra coisa, e de ter ido a Paris participar de um momento tão importante da história do mundo, que foi esta conferência que definiu o mundo que queremos construir para os próximos 80 anos. Definiu, inclusive, mecanismos para construir este mundo. Isso é extremamente positivo e importante para a humanidade.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Muito obrigado, Senador Donizeti.

Com a palavra, o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Presidente, sei da sessão Congresso, serei bastante rápido. Primeiro, parabeno V. Exª, pela condução da Comissão Mista sobre Mudanças Climáticas, e o Relator, nosso Deputado Sérgio Souza, pelo relatório.

Não tive possibilidade de ir à reunião do clima em Paris, mas o Congresso brasileiro foi muito bem representado pelos Senadores e pelos Deputados que lá estiveram. Acompanhei do Brasil as reuniões que ocorreram durante as duas semanas. O relatório do Deputado Sérgio Souza indica realmente todo o trabalho desenvolvido ao longo do ano pela Comissão.

O Senador Jorge Viana, com propriedade, colocou a necessidade de os países ricos de colocarem recursos para que os países em desenvolvimento possam ter condições de colaborar com as mudanças climáticas e principalmente com o aumento da temperatura. O Brasil parece que se comprometeu a um 1,5°C grau até 2030, se não me falha a memória.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – Senador Flexa, uma breve interrupção. Estou com um compromisso que tenho de atender. Vou pedir ao Senador Jorge Viana que assuma a Presidência da Comissão, para darmos sequencia àqueles que estão inscritos, já que esta é a última reunião da Comissão. Queria agradecer a todos que contribuíram ao longo deste ano com sua participação, suas sugestões, o debate e, de forma especial, ao nosso Relator, Deputado Sérgio Souza, que apresentou uma belíssima peça, traduzindo fielmente o esforço da Comissão e sobretudo este momento grande aqui já bem sublinhado pelo Senador Jorge Viana, pelo Senador Donizeti, e certamente outros Senadores e Deputados terão oportunidade de registrar, que foi a presença brasileira – o Senador Jorge foi feliz, não foi do Governo brasileiro, foi do Estado brasileiro –, que teve um papel de destaque nas negociações, para se chegar a este acordo do clima que o mundo celebra. Todo mundo está a celebrar, todos os países, todas as organizações, o setor privado, o setor da sociedade civil.

Vi a declaração quando do anúncio, o Ministro das Relações Exteriores da França quase ir a lágrimas, traduzindo aquela emoção, o que representava o desfecho daquele acordo construído por tantas mãos e com desejo de que possamos realmente estar ali demarcando um novo alvorecer para o desenvolvimento sustentável do nosso Planeta.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Havia tanta vontade que prorrogaram por um dia a conferência.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Bezerra Coelho. Bloco/PSB - PE) – É verdade.

Então, quero interrompendo, mas pedindo a V. Exª que dê sequência à sua manifestação, solicitar ao Senador Jorge Viana que possa assumir a Presidência da Comissão de Mudanças Climáticas.

Muito obrigado.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA) – Quero deixar os parabéns a V. Exª pelo trabalho desenvolvido ao longo do ano, na Presidência da Comissão Mista Permanente.

Continuando, Senador Jorge, V. Exª, amazônida como eu, tem consciência da importância que tem o Brasil – Deputado Sérgio –, em especial a Amazônia.

O Senador Jorge destacou a questão dos recursos com que os países ricos, que são aqueles que têm um grau de poluição maior, efetivamente possam contribuir para com os países em desenvolvimento, para que possamos tomar as medidas.

No meu Estado do Pará, nós, Deputado Tripoli, procuramos, com o Governador Jatene, fazer o dever de casa, para que possamos reduzir a zero o desmatamento. Essa é a intenção nossa. Não há necessidade mais de derrubar uma única árvore, mas sim de usar as áreas alteradas, com tecnologia, com inovação, para que se possa produzir mais nessas áreas que já existem.

Hoje fui surpreendido, Senador Jorge Viana, no Bom Dia Brasil, quanto ao relatório das queimadas. Aparece novamente a Amazônia, em especial o Pará, com o maior número de queimadas. Parece-me, se não me falha a memória, que 456 no Estado do Pará – no Brasil todo, não lembro o número.

Mas existe lá um programa do Governo do Estado chamado Município Verde, a que a maioria dos Municípios do Estado já aderiram, exatamente para que haja o desenvolvimento ambientalmente correto, sem que haja, como disse, a necessidade de fazer qualquer nova abertura.

Então, estamos imbuídos do mesmo princípio em que o mundo todo demonstrou estar, pela Conferência do Clima. Mas é importante que haja essa colaboração dos países ricos, porque as pessoas, os brasileiros que lá vivem também clamam por uma qualidade de vida que seja digna, que seja humana.

O Senador Jorge Viana, a Senadora Vanessa, que são da região, sabem as dificuldades desses brasileiros que estão nas regiões mais longínquas. Eles não têm água, esgoto, energia. É preciso que essas condições de vida cheguem.

Concluindo, quero novamente parabenizar o Deputado Sérgio Souza pelo relatório e dizer, como disse o Senador Jorge Viana, que o Estado brasileiro se fez representar na Conferência do Clima em Paris, de uma forma que colocou o nosso País numa posição de destaque nos compromissos assumidos.

Quer dizer, o Brasil, mesmo com as dificuldades por que passa, assume compromissos que são corajosos, mas necessários.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Muito bem.

Não sei se... Senadora Vanessa.

Antes, queria, inclusive, Deputado Sérgio, sugerir que também V. Exª pudesse incluir no seu relatório a assinatura do acordo, pelo Governo brasileiro, de prorrogação do Fundo da Amazônia, porque nós vamos ter um prazo maior e quase meio bilhão de dólares a mais.

E nós tínhamos assumido o compromisso também de fazer reuniões com o BNDES, porque há uma burocracia com a qual não se pode acessar adequadamente esses recursos. Nós tínhamos feito naquela reunião, então... Não sei se já estava incluído, mas pediria isso, se fosse possível, porque foi uma reunião de Parlamentares, inclusive com o Embaixador, em que fizemos o registro de que foi da maior importância a assinatura da renovação do Fundo da Amazônia.

Quer dizer, o Brasil assinou com a Noruega – a Ministra Izabella com a Ministra de Meio Ambiente da Noruega – e com outros países também doadores.

E faríamos, já no começo do ano que vem, uma audiência pública aqui, na Comissão, trazendo o BNDES, o Presidente Luciano Coutinho – no caso, quem opera o Fundo Amazônia –, para discutir por que tanta burocracia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB - PA. Fora do microfone.) – Mas comparado...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Mas o Brasil não conseguiu gastar o dinheiro que tinha, e uma das reclamações – que não é sem razão – é quanto à burocracia que temos, a ser vencida.

Então, talvez, com a renovação, fazermos constar no nosso relatório coisas bem objetivas também, para trabalharmos já no primeiro semestre do ano que vem.

Então, eu faria... Acho que é correto.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Então, será de bom...

É inteligente a proposição do Senador Jorge Viana. É, mais uma vez, um avanço para o Brasil, porque perder um recurso...

Na verdade, começamos a perceber que a burocracia não acontece só no Brasil, mas é global. Aqui parece que ela impera um pouco mais.

Mas é muito boa a sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Mas, com isso, é só pegar um pouco de detalhe do acordo que foi assinado.

Estou certo de que ele envolve um pouco mais de US\$500 bilhões. Também mudaram os prazos.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – US\$500 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Ia se encerrar agora...

Hã? US\$500 bilhões de dólares.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – US\$500 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – US\$500 milhões, desculpe-me, meio bilhão de dólares.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Isso. Que é o saldo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Exatamente.

E aí vamos ter também um tempo maior, mas devemos fazer uma reformulação...

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Que dão quase R\$2 bilhões, não é?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Exatamente.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Será aceito.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Senadora Vanessa, V. Exª tem a palavra.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Serei breve, mesmo porque concordo com o que foi dito. Então, não quero entrar muito no mérito, porque acho que trabalho melhor não poderia existir, Deputado Sergio Souza.

Quero cumprimentar V. Exª, o Presidente da Comissão, todos os membros.

Só tenho duas observações a fazer, que, na realidade, não são observações, são solicitações de inclusão, caso isso ainda não esteja, porque também não li com atenção todo o relatório, detalhadamente.

A primeira diz respeito a utilizarmos a delegação brasileira, que historicamente tem sido uma das maiores delegações presentes às COPs. Acho que o foi nessa e nas anteriores. Tem sido uma grande delegação.

Lá encontramos e participamos de eventos com professores, estudantes, pesquisadores...

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Foi a melhor, não é? Estava muito bom.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Com Vereadores, Deputados Estaduais, Deputados Federais, Senadores, grandes delegações.

Que o Brasil aproveitasse melhor esse espaço, que não é só o espaço da negociação: é o espaço da divulgação, é o espaço onde o mundo interage. E o nosso espaço lá era muito pequeno, escondido, nós não mostramos nada.

Então, acho que isso tem de estar no relatório.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Senadora Vanessa, concordo plenamente com V. Exª.

Observei isso também. Não havia nenhum espaço brasileiro. Depois, a Itaipu colocou um estande, a União Nacional dos Produtores de Álcool e Açúcar também colocou alguma coisa, mas algo muito tímido.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Tímido.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Enquanto nós víamos, por exemplo, a África, com uma enorme exposição, mostrando...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Aí o que aconteceu, Deputado Sergio? Para muitas atividades...

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Concordo. Vamos fazer constar do nosso relatório essa carência.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Para muitas atividades tínhamos de ir à Embaixada. E está errado, porque na Embaixada ficávamos fechados, distantes de tudo que estava acontecendo.

Não foi em um estande de país que entrei, mas em vários, porque estava havendo debates, nós passávamos e entrávamos.

Então, os nossos debates, as nossas reuniões, com exceção da reunião da Comissão de Mudanças Climáticas e de algumas outras, foram na Embaixada. E na Embaixada foi assinado um acordo.

A segunda proposta, Deputado Sergio, é para também fazer constar no relatório – desculpe-me se já estiver – outro evento importante, que foi o evento com Estado do Acre e o Estado do Mato Grosso, que lá assinaram, com a Ministra do Meio Ambiente, o protocolo para antecipar nesses Estados as metas.

Então, era importante que fizéssemos o registro dessas duas questões, porque o nosso relatório vai para o Poder Executivo. E a Comissão tem um objetivo: acompanhar a política brasileira de mudanças climáticas. Então, não é uma Comissão que só debate, mas que sugere e que propõe também.

Então, parabéns, Deputado Sergio, Senador Jorge, Deputado Zequinha, Deputado Tripoli, que aqui está. Acho que tivemos uma excelente presença lá na Conferência da COP 21.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Muito bem, eu acho que nós poderíamos então...

É importante que o relatório possa constar do evento realizado, também envolvendo dois Estados. O Acre foi protagonista nesse trabalho. Assumiram, formalizaram um compromisso com o Ministério do Meio Ambiente de trabalhar o fim do desmatamento ilegal até 2020.

Seria importante, no corpo do relatório, fazer referência a isso. O Estado do Acre fez o Dia do Acre, alugou um espaço.

Aliás, eu acho que também vale o registro de que o Brasil poderia valorizar mais a presença do Estado brasileiro. Eu me lembro bem de que o Deputado Zequinha, de maneira muito polida e educada. Ele falou internamente na Embaixada, mas foi recepcionada por todos a observação dele. Todos nós sentimos que o Brasil poderia estar melhor colocado, do ponto de vista do espaço físico. Todos os países estavam bem posicionado e o nosso País não estava. E eu queria solicitar que constasse no relatório o trabalho extraordinário que o Embaixador Paulo Campos e sua equipe fez.

Eu participei de pelo menos uns oito eventos na Embaixada de altíssima qualidade, porque lá há espaço... Havia dois eventos. O Estado de São Paulo apresentou algo, o Acre também teve eventos lá na Embaixada.

Então, eu queria fazer uma referência, porque ele supriu um pouco essa lacuna, mas nós deveríamos ter tido um espaço melhor, mais participativo.

E, é claro, um relatório...

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Uma exposição maior do Brasil no mundo.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Sem dúvida.

O Brasil que sediou a Eco-92, a Rio+20 e que foi um interlocutor, um ajudante importante no acordo da conferência não poderia ter a timidez daquele espaço, independente de qualquer coisa.

O Deputado Tripoli e, em seguida, o nosso Ministro Zequinha Sarney.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – A Relatoria concorda com V. Exª, Senador Jorge.

Realmente, a Embaixada brasileira foi de longe aquela que nos deu todo o apoio, infraestrutura e atenção.

Vamos fazer constar, sim, do nosso relatório a importância da Embaixada na presença da Comissão de Mudanças Climáticas na COP 21.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Deputado Zequinha, na conclusão do relatório já consta lá aquele compromisso de apoiarmos o seu projeto e o meu, para que eles possam ganhar celeridade.

Os que alteram a Lei do Clima e que incorporam as novas metas que o Brasil...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – E fizemos um debate aqui, e todo mundo acha que é da maior importância o Senador Fernando Bezerra e o nosso Relator ter incorporado.

Deputado Tripoli.

O SR. RICARDO TRIPOLI (PSDB - SP) – Presidente, eu serei extremamente breve, como o Ministro vai ser o que fecha e o Vice-Presidente da Comissão.

Bem rápido, eu queria cumprimentar o Deputado Sergio Souza pelo relatório. Ele é fiel exatamente ao que ocorreu. Concordo com o Senador Jorge Viana. Os Estados que participaram dos eventos paralelos na Embaixada, tanto o Acre, como São Paulo, Mato Grosso. Todos que participaram deveriam ter um registro nesse relatório, porque acho que houve um empenho dos Parlamentares desses Estados para que obviamente algo ocorresse lá. Seria importante.

Todos praticamente já falaram do evento em si e da importância do Brasil. Mas eu salientaria aqui algo que foi dito pelo Senador Jorge Viana, que é a questão do aspecto suprapartidário no que diz respeito à questão ambiental no Brasil. Isso é importantíssimo.

Agora que nós conseguimos um avanço enorme na COP 21, eu acho que o importante agora é a implementação dessas medidas no Brasil. O Brasil tem que ser protagonista, tem que sair na frente desse processo, tanto no que diz respeito à mudança na questão dos combustíveis fósseis como na questão da mudança do método de consumo.

Enfim, nós de buscar um modelo novo de desenvolvimento para o Brasil. Eu acho que esta Comissão é fundamental. A Comissão Mista de Mudanças Climáticas tem um viés importantíssimo no desenvolvimento acoplado à questão ambiental.

Nesse papel, com certeza, a Comissão, com membros do Senado e da Câmara Federal, e já alicerçada nos dois projetos de lei do Deputado Zequinha Sarney e do Senador Jorge Viana, pode ser exatamente o start, para que a gente possa diminuir aquelas diferenças que existem ainda hoje no Brasil, inclusive, sob o aspecto ideológico, político, porque o agronegócio todo momento culpa a questão ambiental; a questão ambiental culpa o agronegócio.

Eu acho que isso já é um tema ultrapassado no Brasil. Temos de olhar para frente, pensar o futuro no Brasil. Nós temos um caminho enorme a percorrer.

Portanto, eu queria finalizar cumprimentando todos que estiveram na COP 21.

Nós participamos de outras, mas esta foi com certeza foi uma COP diferenciada, não só pelos recursos aportados pelos países mais ricos, que disponibilizarão a partir de um certo momento US\$100 bilhões, 2020.

Enfim, nós teremos de estar preparados para recepcionar, inclusive, parte desses recursos. O Brasil, com certeza, e eu sugeriria no projeto de lei que ambos estão trabalhando, quem sabe, os institutos de pesquisa, na franja dos Estados amazônicos, possam trabalhar para que a gente possa gerar emprego, gerar recursos, gerar tecnologia, que é fundamental no Brasil hoje e, com isso, diminuirmos o desmatamento no Brasil ou encerrarmos esse ciclo de desmatamento no Brasil, utilizando também a questão das matrizes energéticas diferenciadas.

Portanto, cumprimento a todos aqui. Agradeço muito a oportunidade de participação nesta Comissão, o que fez com que nós estivéssemos lá em Paris, representando delegação dos Parlamentares brasileiros, no que eu senti um diferencial enorme.

Os Parlamentares europeus, norte-americanos, asiáticos sentiram a importância dessa nossa delegação com conteúdo, que levou a apresentar proposta. Foi o Brasil um indicador no respeito à discussão dos Parlamentares que ajudou no processo do trabalho de destravar esse nó, que já vinha desde a época de Copenhague sem uma solução.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Cumprimento V. Ex^a, Deputado Tripoli e passo a palavra para o ex-Ministro Zequinha Sarney.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Obrigado, Presidente.

Antes de propriamente entrar na matéria, no que serei muito breve, eu gostaria de fazer uma referência ao nosso Presidente o Senador Fernando Bezerra, que não está presente.

Eu não pude chegar no começo porque a gente sabe como é que é essa agenda da Câmara. Hoje havia dois projetos meus na Comissão de Meio Ambiente, e eu tinha uma reunião, como coordenador da Comissão Externa da Câmara sobre a tragédia de Mariana. Então, não deu tempo mesmo. Acabo de chegar, mas eu gostaria de reconhecer e enaltecer o trabalho do Senador Fernando Bezerra, que tão bem conduziu esta Comissão durante esse ano legislativo, pelas opções que tomou: a opção pela discussão sobre recursos hídricos; a maneira como também ele conduziu a nossa Comissão nesse processo da COP 21, desde a preparação, ouvindo sugestões de todos nós. Mas a Comissão se preparou para o desfecho, que foi muito bom.

Então, eu quero deixar registrada, primeiro, a minha alegria e cumprimentar o Presidente da Comissão, Senador Fernando Bezerra, que tão bem desempenhou as suas funções em um ano difícil, conturbado para que nós pudéssemos, como Comissão Mista do Congresso, a segunda criada, uma importante Comissão, pudéssemos ter uma atuação condizente com a sua importância.

E graças ao Senador Fernando Bezerra, com apoio do nosso Relator, Deputado Sergio Souza, nós conseguimos, efetivamente, fazer com que esta Comissão cumprisse com as suas obrigações e com aquilo para o que ela foi criada para fazer.

Dito isso, Presidente, eu gostaria de dizer que realmente a COP 21, como não poderíamos deixar de falar, por ser esta a Comissão de Mudanças Climáticas, ela foi um avanço, ela foi o início talvez de uma nova era. E a grande contribuição, a meu ver, já que ela é, na realidade, uma carta de intenções com uma grande força política mundial. Ela sinalizou ao mundo que a economia de baixo carbono, que os combustíveis fósseis não têm mais vez, não terão mais vez.

E foi sintomático que enquanto se discutiam na COP 21, em Paris, as metas, as questões relevantes para não alcançarmos os dois graus e, agora, não alcançarmos um grau e meio, as ações das petrolíferas, meu querido Deputado Tripoli, foram baixando, e o Secretário de Estado dos Estados Unidos, John Kerry, disse, basicamente, que foi um forte sinal às petroleiras de que a economia mundial iria mudar.

Eu acho que este é o ponto principal: valorar, economicamente, a economia de baixo carbono. Dentro dessa sinalização forte – não vinculante, porque nada foi vinculante –, mas com um apoio político significativo, já com a presença da China e dos Estados Unidos, uma grande novidade, é que podemos dizer que o Brasil será altamente beneficiado. O Brasil tem todas as condições, dentro de uma economia de baixo carbono, de ser um país líder mundial, de tirar proveito, para desenvolvermos mais a nossa sociedade.

Agora não se pode mais dissociar o social do ambiental, para que essa união vá em frente...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – E nem do econômico. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Socioambiental e econômico: é a economia de baixo carbono!

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA) – Eu estava falando de economia, por isso, falei: Dentro dessa economia, o socioambiental é indissociável.

Então, eu acho que foi um passo importante. O Brasil, como sempre, é importante dizer isto, teve um papel relevante. Nós temos um diferencial: temos uma meta absoluta e cumprimos o nosso dever de casa. Isso é importante e nos dá autoridade. Aqui eu posso dizer que mais da metade dessa meta já foi cumprida, porque nós pegamos o pico do desmatamento. Podemos ser mais ousados, teremos que ser e vamos ser! Mas o Brasil entrou lá com autoridade. Por isso, o Brasil foi importante. Nós temos grandes negociadores experientes, e a atuação do Brasil foi uma atuação importante.

Contudo, não poderíamos deixar de registrar duas coisas. Uma, já registrada, é que perdemos uma oportunidade. Nossa representação física era uma coisa vergonhosa, parecia até o local onde se guardavam as vassouras do evento, aqueles armários onde se guardam vassouras e material de limpeza, um depósitozinho. Era uma coisa tão insignificante, foi realmente vergonhoso. Mas isso não atrapalhou, de maneira nenhuma, a qualidade da nossa participação.

Outra coisa, Presidente, a respeito de que nós também devemos pensar é que a nossa atuação parlamentar... Ora, todos os tratados internacionais têm obrigação de se transformar em lei, têm que passar pela aprovação do Congresso. Uma representação do Congresso não pode ficar, por mais prestigiada que seja, fora das negociações. É um absurdo! Nós não podíamos nem entrar na sala dos Chefes de Estado!

Então, eu acho e hoje eu discuti isso, na Comissão de Meio Ambiente, com o Presidente, e vou levar essa questão, trouxe para cá, e vou levar para todos aqueles que foram representando a Câmara, para que façamos uma proposta conjunta de um projeto de lei, Senador Jorge Viana. Podemos fazer isso, conjuntamente, de forma bem elaborada, dizendo o seguinte: Em todo foro internacional que houver representação do Congresso, que pretender constituir tratado e obrigações internacionais que resultem na mudança da legislação, teremos participação oficial – dentro! –, nas negociações.

Devemos buscar uma fórmula, para que não fiquemos... Eu não diria que a nossa participação foi inócua. Não! Mas graças à nossa proatividade! Graças à sensibilidade do Embaixador! Porque, na realidade, se fôssemos para lá, o que faríamos? Eu me reunia com as ONGs, ficava lá, fazia protesto contra Mariana, fazia protesto ali contra a PEC 215, mas, oficialmente, todo fim de tarde, íamos lá: “O que há de novo? Como foi a negociação?” Aí, vinha um técnico de quinto escalão nos dizer o que tinha acontecido. Uma vez ou outra, a Ministra; uma vez ou outra, o Embaixador. Como não havia resultado final, ninguém sabia de nada. Diziam: “Olha, não há nada concluído ainda”. Então, ficávamos nos informando pela imprensa. Isso não pode ocorrer mais. Não pode ocorrer mais.

Nós já tínhamos nossa pauta pré-agendada, e a fizemos bem. Temos a nossa emenda ao projeto de lei, nossa emenda à Lei das Políticas Climáticas, então, para nós, não foi uma coisa... Mas isso não pode ocorrer

e não apenas na questão do clima, mas em qualquer tratado, em qualquer encontro internacional em que houver representação do Parlamento, o Parlamentar tem que estar dentro! Mesmo que não vá todo mundo, escolhe-se um, um Parlamentar. Temos que fazê-lo por força legal, senão nós não vamos nunca conseguir isso.

Feitas essas considerações, Presidente, também parablenizo V. Ex^a, que é um ambientalista, ex-Governador de um Estado que tem uma história de resistência contra desmatamento, contra o avanço da pecuária – não da pecuária correta, mas da pecuária predatória. Enfim, V. Ex^a também teve uma atuação muito destacada e foi importante para contribuir para a imagem do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Eu queria agradecer. São observações importantes, pela experiência do Deputado Zequinha Sarney, pelo compromisso que tem com essa causa, também já foi negociador de temas como esse. V. Ex^a traz observações importantes, que eu acho que poderiam constar, sim, do relatório. O Deputado Sergio Souza apresentou um relatório e se dispôs, mesmo com a aprovação dele, no momento do quórum, a incorporar as sugestões que virão.

Acho que é interessante. Nós mesmos, no Senado, estamos tentando vencer essa agenda dos tratados. Havia tratados de 20, 30 anos, assinados aos quais não estávamos dando eficácia, porque não tínhamos a apreciação do Congresso. Agora, fazendo essa vinculação de que aquilo que venha, obrigatoriamente, a gerar uma deliberação do Parlamento tenha um acompanhamento, de uma das Casas ou de ambas, fica mais fácil. Pode-se assim identificar quem é o representante oficial. Você vai em uma missão, mas sempre há um chefe da missão, que pode fazer a interlocução.

O SR. SARNEY FILHO (PV - MA. Fora do microfone.) – À noite, reúne o pessoal e dá ciência.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Eu acho que é importante, apesar de fazer o registro aqui de que o Governo brasileiro, a delegação brasileira fez várias audiências públicas, situando-nos sobre o que estava ocorrendo, dando a palavra para todos nós, fazendo um relato de como estavam avançado ou não as negociações. Entretanto, penso que é uma observação importante.

Antes de declarar encerrada, passo a palavra ao nosso Relator e, mais uma vez, cumprimento o Deputado Sergio Souza, pelo relatório, pelo trabalho, como já fiz com o Presidente desta Comissão, Fernando Bezerra, que tanto tem se empenhado. Faço o registro também aos funcionários, à equipe toda que nos ajudou, às consultoras que foram, todos merecem constar na Ata desta reunião, porque ela também é histórica. Trata-se do registro de um dos momentos mais importantes que o mundo viveu, esse acordo do clima de Paris.

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Senador Jorge, olhando essa bancada, e eu a frequento há uns quatro anos, são sempre as mesmas pessoas: o Deputado Tripoli; Zequinha; V. Ex^a; a Senadora Vanessa, que saiu; o Senador Flexa, que saiu; o Senador Fernando Bezerra, que, neste ano, chega ao Senado, mas que fez um trabalho diferenciado. Essas são pessoas que, realmente, preocupam-se com o socioeconômico e com o ambiental – o tripé da sustentabilidade.

Eu já fui Presidente desta Comissão, como o Deputado Zequinha – já fui Relator em outras oportunidades também – mas, por vezes, as audiências são muito profícuas, mas têm pouca assiduidade dos colegas Parlamentares. Então, quero fazer referência a esses que sempre estão aqui, porque se dedicam a uma causa que não é própria, é uma causa da sociedade.

É muito importante o que o Deputado Zequinha fez constar: essa participação constante do Parlamento brasileiro, mas toda constrangida. A primeira vez em que eu fui a um evento desses, a uma COP, eu não sabia por onde entrava ou por onde saía. Você descobre lá. A Embaixada sempre nos dá um bom apoio e nos situa, mas você não sabe o que fazer para conseguir uma credencial, para entrar em um lugar... Você não tem as condições. E se vai, de fato, passar por Parlamento, porque a diferença entre o público e o privado é muito clara, não é? Para ser público, tem que haver lei, tem que autorizar, e quem autoriza é a Casa da Representação Popular, a Casa da Representação da Federação – é o Congresso Nacional.

Então, deve-se fazer, sim, constar do relatório que a participação do Congresso brasileiro, em eventos onde será ouvido o Congresso na sequência, seja prévia e que seja da forma de lei, e essa lei, sugerida pelo Deputado Zequinha, que provavelmente vai apresentar.

No mais, agradecer a todos, mais uma vez, pelo trabalho desempenhado durante este ano na Comissão Mista de Mudanças Climáticas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT - AC) – Mais uma vez, cumprimento V. Ex^a, Deputado Sergio Souza.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado a todos.

(Iniciada às 11 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 41 minutos.)

ATA DA 2ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 5 DE MAIO DE 2015, ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e cinco minutos do dia cinco de maio de dois mil e quinze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Jô Moraes, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, e Marta Suplicy; e dos Deputados Luiz Carlos Hauly, e Heráclito Fortes. Deixam de comparecer os demais membros. Antes de iniciar os trabalhos, a Presidência informa que, conforme dispõe o art. 22 da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, a segunda reunião da CCAI iniciará pública e assim permanecerá durante as exposições do Ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, José Elito Carvalho Siqueira, e do Diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Wilson Roberto Trezza, tornando-se secreta posteriormente. Em seguida a Presidência declara aberta a segunda reunião da CCAI, destinada à Audiência dos convidados citados. Após audiência, às quinze horas e vinte e um minutos, a Presidente declara secreta a reunião e solicita as providências para a permanência no plenário apenas de pessoas credenciadas pela Presidência e os membros da Comissão; a interrupção da transmissão de som ou imagem; e o controle efetivo da Polícia Legislativa para organizar o acesso ao plenário. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinquenta e dois minutos, lavrando eu, Thiago Nascimento Castro Silva, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Jô Moraes, sendo esse documento secreto, nos termos do Art. 23 da Resolução nº 2 de 2013 – CN, sendo imediatamente após a aprovação lacrada e guardada pelo tempo legal.

Deputada JÔ MORAES
Presidente

(Texto com revisão.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Boa tarde a todos e a todas!

Havendo número regimento, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

A presente reunião tem como objetivo, em atendimento aos Requerimentos nºs 2, 3 e 6, de 2015, deste Colegiado, ouvir o Exmo Sr. General de Exército Sr. José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, e o Sr. Wilson Roberto Trezza, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência – Abin, que farão parte da mesa, atendendo integralmente ao Requerimento nº 2, de 2015.

Informo que, de acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinados com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o Sr. Ministro fará a sua exposição por até 30 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos.

A primeira parte será realizada em sessão aberta. A segunda parte, de questionamento dos Parlamentares inscritos, na medida da necessidade que se impõe, será feita sob a forma de reunião fechada. Evidentemente, parte desse processo incorpora a palavra dos requerentes.

Com a palavra o Exmo Sr. General de Exército Sr. José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Srª Presidente, apenas para me situar.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputado Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Na parte secreta ficarão na sala apenas os Senadores e os dois convidados?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – E os servidores, funcionários credenciados, conforme deliberação da primeira reunião, indicados pelas duas Presidências das Comissões e pelos membros desta Comissão, além, nesta reunião, dos servidores que acompanham o General José Elito.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Srª Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Tenho um assessor que pediu permissão para estar presente, mas eu não sei como será o procedimento.

Já foi enviado. Ele já pode entrar? Ou tem que votar aqui? Como funciona?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Segundo a Secretaria, já foi concedido. Pode entrar.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco Apoio Governo/PT - SP) – Está bem.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Esclarecidos os procedimentos, com a palavra o General José Elito, Ministro-Chefe do Gabinete do Segurança Institucional.

Desde já, agradeço a presteza com que o senhor se colocou para adequar a sua agenda à agenda que nós necessitávamos nesta Comissão.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Muito boa tarde a todos.

Srª Deputada Jô Moraes, Sr. Senador Aloysio, na pessoa de quem cumprimento os demais Senadores e Deputados que compõem a Comissão, é, realmente, uma oportunidade muito especial para todos nós, neste momento, particularmente porque todos nós sabemos que tanto o sistema como a própria CCAI têm 16 anos de existência, pois a lei foi aprovada em dezembro de 1999, como os senhores vão ver alguns detalhes.

Os senhores tiveram a sua regulamentação 15 anos depois, no ano passado, num ato muito importante para todos nós que aqui estivemos. Conversamos, na época, com a composição anterior da CCAI. E hoje, estamos aqui, depois da instalação da Comissão, na semana passada, numa excelente oportunidade para conversar, de forma estratégica, de forma absolutamente institucional, sobre essa responsabilidade que todos temos perante o País. Fico muito satisfeito por estar aqui.

Para aproveitarmos o tempo da melhor forma, nós propusemos à Presidente nos colocarmos, rapidamente, num pedestal fundamental de que precisamos, baseado na lei e no sistema. Sistema sendo sistema, estamos há quatro anos executando o Sistema de uma forma absolutamente contínua, 24 horas do dia, 365 dias no ano. Tivemos também a sorte de, ao longo desses três últimos anos, termos cerca de uma dezena de oportunidades em que o Sistema pôde atuar como sistema, em missões, em situações reais de vida, desde os Jogos Mundiais Militares, desde a Rio+20, desde a Jornada Mundial da Juventude, desde a Copa das Confederações, desde a Operação Hileia Pátria na Amazônia, com o Ministério do Meio Ambiente, o Ministério da Justiça e o Ministério da Defesa, desde as oito Ágatas que tivemos nas fronteiras ao longo desses três anos, ou

seja, com o Sistema todo integrado, como os senhores vão ver, com os 35 órgãos de 18 Ministérios atuando em proveito das melhores ações da Presidência da República, dos órgãos decisores, dos Srs. Ministros e também, particularmente nesses eventos, com o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça, na segurança pública e na defesa. Ou seja, nesse contexto de dinâmica de um sistema, apesar de ele ser muito novo na sua essência para uma nação, estamos indo numa situação, eu diria, bastante crescente de resultados e de integração, porque sozinho, claro, ninguém chegará a um resultado geometricamente positivo.

Então, é nesse contexto de tempo e competências que eu vou passar ao Trezza aqui uma exposição ilustrada para facilitar os entendimentos e atingirmos aqui os 30 minutos, para que, então, baseado e nivelando essas informações a todos, possamos, aí sim, ter perguntas, certamente, muito mais consistentes, o que pode ser de proveito não só do nosso Sistema, do GSI e da Abin, como, claro, para a própria CCAI.

Então, eu vou passar a palavra ao Dr. Trezza, nosso Diretor-Geral da Agência Brasileira, para ele conduzir, e complementamos, se necessário, com alguma outra observação.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Boa tarde a todos.

Exma Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão, Senador Aloysio Nunes, demais Parlamentares presentes, autoridades, senhoras e senhores.

Nós vamos fazer, então, como proposto pelo General Elito, uma mostra, um panorama, uma visão geral a respeito da inteligência brasileira, do Sistema Brasileiro de Inteligência, a Agência Brasileira de Inteligência e o nosso modo de operação na inteligência no Brasil, em todos os momentos, inclusive por ocasião dos grandes eventos.

Próximo, por favor.

Nós não viemos ao Congresso para falar sobre legislação, mesmo porque todas elas foram aprovadas por estas Casas do Congresso, mas para dizer que o Sistema foi criado em 1999, por uma lei que tramitou aqui, no Congresso, por 27 meses, e o primeiro artigo já define qual é o papel desse Sistema: a integração de todas as ações de planejamento e execução da atividade de inteligência de todo o País, e cumprir com o objetivo principal de oferecer subsídios ao Presidente da República, que é o principal cliente da inteligência de Estado, em todos os assuntos de interesse nacional.

No art. 2º da mesma lei o legislador definiu quais são os integrantes desse Sistema: basicamente, os órgãos que, direta ou indiretamente, possam produzir conhecimentos de interesse para a atividade de inteligência. Então, não, necessariamente, por serem órgãos que tenham estruturas de inteligência, que produzam inteligência, que sejam agências de inteligência, mas que, pelo papel que desempenham e pelas políticas setoriais, possam, de alguma maneira, contribuir para a produção de conhecimento de inteligência de interesse do processo decisório nacional. E, apesar de definir genericamente os participantes, ele caracteriza um grupo de órgãos e de representantes dos sistemas que são, como diríamos, aqueles que têm uma presença obrigatória. São eles os responsáveis pelos assuntos de defesa externa, segurança interna e relações exteriores.

Já no art. 3º foi criada a Agência Brasileira de Inteligência, que recebeu a incumbência, talvez o grande papel da Agência, de ser o articulador, o fomentador, o coordenador do Sistema Brasileiro de Inteligência. Ela é o órgão central do Sistema e cabe a ela, então, o planejamento, a execução, a coordenação, a supervisão e também o controle das atividades de inteligência do País. Logicamente, esse papel da Abin e do próprio Sisbin não acontece por vontade própria da Agência, mas ele é desenvolvido com base na política e nas diretrizes superiormente traçadas.

Ainda no art. 3º estão estabelecidas outras competências, além daquela macrocompetência, para a Agência Brasileira de Inteligência, no sentido do planejamento e da execução de ações, inclusive aquelas de caráter sigiloso, quando necessário, a obtenção e a análise de dados, a produção de conhecimentos de inteligência para subsidiar o processo decisório nacional, o assessoramento ao Presidente da República, que é o principal cliente, como eu disse, e a proteção dos conhecimentos sensíveis produzidos pelo Sistema ou pela Abin, ou não, relativos aos interesses e à segurança do Estado e da sociedade.

Próximo.

Ainda como competências da Abin: avaliação das ameaças internas e externas à ordem constitucional, desenvolvimento dos recursos humanos para a própria Agência e para todo o Sistema Brasileiro de Inteligência e o desenvolvimento e aprimoramento da doutrina de inteligência do País. Também realizamos estudos e pesquisas para o exercício e o aprimoramento da atividade de inteligência em todo o País, principalmente da Agência Brasileira de Inteligência.

Próximo.

Nós falamos aqui genericamente do sistema. Aqui é apenas um diagrama que mostra graficamente como ele é composto. Nós temos 35 órgãos representantes em 18 ministérios. Certamente, não estão os 18 aqui, pois é apenas uma representação. Podemos ver a pluralidade de órgãos que integram o Sistema, como eu disse,

mesmo aqueles que não tenham uma agência de inteligência ou não desenvolvam a atividade de inteligência classicamente, por sua importância da política setorial ou dos dados de que são custodiantes ou que produzem.

Como foi dito no início da lei, alguns órgãos do setor de defesa de segurança pública – defesa externa, segurança pública e relações exteriores – têm uma presença maior no Sistema, com um número maior de órgãos. Podemos verificar que o Ministério da Justiça está presente no sistema através da Secretaria Nacional de Segurança Pública, da Diretoria de Inteligência Policial, da Polícia Rodoviária Federal, do Departamento Penitenciário Nacional e do Departamento de Recuperação de Ativos. Também vemos o Ministério da Defesa, pelas características próprias, com suas áreas de inteligência. Eu destacaria ali o Centro de Inteligência do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, do Censipam, enfim, um conjunto de órgãos representativos da atividade de inteligência nas Forças Armadas. Vemos o Ministério das Relações Exteriores, através da Secretaria-Geral e da Coordenação de Combate a Ilícitos Transnacionais, o Ministério da Fazenda, com o Coaf, a Receita Federal do Brasil e o Banco Central, e o Ministério da Saúde, também com o Gabinete do Ministro e a Anvisa, além de outros órgãos, como a Secretaria de Aviação Civil, o Ministério do Trabalho e Emprego, o Ministério dos Transportes, com o DNIT, a Casa Civil da Presidência da República, que, aparentemente, não teriam, na sua estrutura e na sua competência, desenvolvimento de atividade de inteligência, mas que têm um papel importante e têm informações a oferecer para a produção de conhecimento de interesse do Estado e da sociedade.

Próximo, por gentileza.

Aqui está a presença da Abin no Território nacional. Na condição de agência e de órgão central do Sistema, ela tem uma representação, uma superintendência estadual em cada capital das unidades da Federação, 26 ao todo, com sede em Brasília, e alguma subunidades em Municípios considerados de interesse estratégico para a atividade.

Próximo.

No seu papel de agência de inteligência de Estado e também de órgão central do Sistema, temos uma relação, eu diria, razoavelmente intensa com os serviços de inteligência de outros países. Hoje, mantemos esse intercâmbio, essa troca de informações com cerca de 82 serviços de inteligência de outros países, sendo que 25 representantes desses serviços estão acreditados junto à Abin e atuam nas embaixadas dos seus respectivos países no Brasil.

A Abin, por sua vez, tem quatro representações no exterior, sendo três adidos de inteligência, um na Colômbia, um na Venezuela e um na Argentina, e um oficial de ligação no CICTE, que é o Comitê Interamericano de Combate ao Terrorismo, da Organização dos Estados Americanos. Então, temos lá um oficial de ligação da Abin.

Próximo.

Aqui, somente para que tenham uma ideia, essas relações, esse intercâmbio, essa troca de experiências e de boas práticas na área de inteligência acontece em todos os continentes. Aqui somente alguns exemplos de países com os quais nós temos esse intercâmbio. Logicamente, alguns têm uma relação mais intensa, uma troca mais intensa, são prioritários, mas temos condições de acessar, de receber e de fornecer dados para todos esses países.

Próximo.

Nós trabalhamos, dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência, na Abin, com acompanhamento não aleatório de questões. Nós trabalhamos com o que chamamos de cenários de segurança internacional. Os temas são classificados como cenários, são localizados em todas as unidades da Federação e são acompanhados pelas superintendências da Abin, juntamente com o Sistema Brasileiro, em cada unidade da Federação. Há uma reprodução desse grande sistema em cada unidade. E foram definidos, então, 638 cenários de segurança institucional.

São temas de importância para a produção de conhecimentos. Esses temas não são estáticos e, periodicamente, a cada três meses, distribuímos para todo o Sistema o que chamamos de mosaico, um caderno chamado “Mosaico de Segurança Institucional”. Nesse caderno, colocamos todos os itens, os objetos de acompanhamento. Há uma inter-relação com todos os integrantes do Sisbin no sentido de inclusão ou de exclusão de cenários desse caderno para efeito de acompanhamento.

Próximo.

Eles são canalizados, agrupados, direcionados para temas e subtemas. Aqueles 700 cenários são consolidados nesses subtemas e são, finalmente, orientados para seis temas: segurança internacional, segurança ambiental, da saúde, segurança da sociedade, segurança das estruturas estratégicas e segurança pública. Então, todos os assuntos tratados podem, perfeitamente, ser agrupados, ser canalizados para esse grupo de subtemas e temas.

Então, nós começamos com brasileiros no exterior, passamos por terrorismo, por sabotagem, espionagem, desastres ambientais, na área da saúde, humana, animal ou vegetal, pragas, endemias e chegamos até a

segurança das estruturas estratégicas e a área da segurança pública também, com crime organizado e sistema prisional de maneira geral.

Então, todo espectro de interesse, o radar da inteligência brasileira acompanha permanentemente esses cenários, que são agrupados ou em temas ou em subtemas. Como eu disse, eles não são estáticos, pois podem ser modificados, substituídos, acrescidos ou eliminados na medida em que os integrantes do Sistema como um todo entendam como prioridade ou não continuarmos a fazer esse acompanhamento.

Logicamente, a inteligência não se ocupa exclusivamente desses cenários. Podem surgir outros temas de interesse, outras necessidades de atuação da inteligência brasileira, mas, basicamente, todos são cobertos por esse espectro que estamos vendo neste momento.

Próximo.

Bem, visto o Sistema, visto como o Sistema trabalha e os temas que acompanhamos, como disse o Ministro, nós temos uma operacionalização desse Sistema. Cabe à Abin, então, fomentar, coordenar, orientar o trabalho do Sistema, e começamos a colocar em prática algumas experiências de trabalho conjunto através das grandes operações realizadas no Brasil a partir de 2010 e 2011. Tivemos a Operação Amparo, que aconteceu nos Estados do Amazonas, do Pará e de Rondônia, na Região Norte, a Operação Sinop, em Mato Grosso, em 2012, a Operação Tapajós, na região onde será construído o Complexo Hidrelétrico de Tapajós, em 2013, a Operação Hileia Pátria, realizada em 2011 e 2013, que atende aos interesses da área ambiental do País, principalmente ao Ministério do Meio Ambiente, e a Operação Ágata, que tem acontecido periodicamente – já realizamos oito edições da Operação Ágata.

Próximo, por favor.

Aqui, uma ideia das áreas cobertas por essa operação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Operação Ágata.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Sr. Presidente, apenas para que quem está nos acompanhando pela TV Senado possa saber o que é a Operação Ágata.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Senador Aloysio Nunes, para ser registrado nas notas taquigráficas.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – A Operação Ágata é uma operação desenvolvida pelo Ministério da Defesa, basicamente através do Exército Brasileiro, em conjunto com o Ministério da Justiça, principalmente, e dela participa, principalmente na área de inteligência, parte daqueles órgãos que mostramos que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Do ponto de vista de inteligência, paralelamente à operação, com todas essas a que nos referimos, há o momento anterior à operação, que é o momento da inteligência. Nós costumamos dizer que tudo começa na inteligência. Então, há um planejamento para atuação do Sistema Brasileiro visando a beneficiar, a planejar e a orientar a execução dessas operações. Nós montamos centros de inteligência regionais nas áreas de interesse para as operações, um centro de inteligência nacional, em Brasília, que funciona na sede da Abin, e bases operacionais que prospectam dados, que levantam os principais problemas, informam todos esses elementos coletados e objetos de busca para os organizadores das operações. Eles planejam sua operação e a executam. Também durante o período de execução, há o subsídio da inteligência fornecendo dados para orientar até o posicionamento das forças no terreno. E eles, basicamente, visam, principalmente na área de fronteira, ao combate ao crime transnacional, aos crimes ambientais, ao tráfico de armamento, de pessoas e de drogas, enfim, a tudo aquilo que é típico da criminalidade na área fronteira, com benefício para o Brasil e para os países que fazem divisa conosco em todas essas operações. Isso diminui a criminalidade e identifica a possibilidade de atuação das forças de segurança em todas essas áreas do País.

Fizemos uma Operação Ágata antes da Copa do Mundo que aconteceu, simultaneamente, do Oiapoque ao Chuí, principalmente com o patrulhamento das fronteiras, em benefício também da Copa do Mundo e da preservação da possibilidade de ingresso indevido no País.

Próximo.

Bem, nós falamos dos grandes eventos e de quando essas operações interagências, como nós costumamos dizer, acontecem com mais intensidade. E elas aconteceram desde os Jogos Pan-Americanos de 2007, nossa primeira experiência em termos de país com operações interagências e o emprego do Sistema Brasileiro de Inteligência, e passamos pelos Jogos Mundiais Militares e pela Conferência Rio+20, em 2012. Em 2013, houve dois grandes momentos: Copa das Confederações e Jornada Mundial da Juventude. Em 2014, Copa do Mundo. A Copa terminou no domingo e na terça-feira começou a reunião dos BRICS em Fortaleza. Então, a estrutura de

inteligência montada para a Copa naquela região não foi desmobilizada e, na sequência, continuamos a fazer a operação em benefício dos BRICS.

E temos agora, nosso próximo grande evento, os Jogos Olímpicos e Paralímpicos, em 2016. Logicamente, nós já estamos trabalhando há muito tempo para esses jogos, desde 2013, quando começamos a trabalhar para a Copa das Confederações, e já estamos levantando subsídios e produzindo avaliações de risco, que servirão também para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Eu costumo dizer – perdoem-me àqueles que já ouviram isto, porque eu não me canso de despertar para essa característica – que o Brasil teve a ousadia de sediar uma gama tão grande assim de grandes eventos. Talvez seja o único País do mundo que tenha tido essa disposição de assumir a responsabilidade por tantos eventos simultaneamente. Num período de sete ou oito anos nós realizamos todos esses eventos de grande magnitude e de grande interesse para a comunidade internacional.

Próximo, por favor.

Em termos de integração, nós colocamos grandes eventos aqui, mas a questão envolve todo o trabalho de inteligência em qualquer momento. A inteligência funciona com ou sem grande evento. Um grande evento é o momento mais propício, mas ela trabalha, e deve trabalhar e produzir, independente de grande evento.

Próximo, por favor.

Essa integração é muito importante, é fundamental na área de Inteligência, na área de defesa e na área de segurança pública.

Próximo, por favor.

Enfim, é absolutamente necessário, é fundamental, é a diferença entre o êxito e o fracasso que haja integração entre estes três setores de atividade do Estado brasileiro: Inteligência, segurança pública e defesa.

Colocamos a inteligência no ápice do triângulo não porque ela seja a mais importante, mas porque costumamos dizer que tudo começa na inteligência, mas, neste momento do grande evento, nenhum é mais protagonista ou menos protagonista, todos precisam trabalhar em perfeita harmonia, em perfeita cooperação. Só assim nós teremos um sistema brasileiro de inteligência eficiente e que responda às necessidades da sociedade e do País.

Próximo.

Bem, aqui temos uma foto – é apenas uma ideia – de um centro de inteligência nacional que funcionou nesses grandes eventos. Aqui é apenas um setor do Centro, é o Centro Nacional, que funcionou em Brasília.

Próximo.

Aqui, uma imagem de um centro de inteligência regional que foi utilizado na Copa do Mundo, na Copa das Confederações, na Jornada Mundial da Juventude, enfim, nas operações interagências e no exercício das atividades do Sistema Brasileiro de Inteligência.

Próximo.

Aqui, nós temos uma estrutura de coordenação nacional que é a que vai ser colocado agora em prática, por exemplo, na Olimpíada de 2016. Temos o Centro de Inteligência Nacional, em Brasília, que se liga, simultaneamente, automaticamente, on-line, inclusive com presença de representantes do Centro Integrado de Comando e Controle Nacional do Ministério da Justiça e do Centro de Operações Conjuntas do Ministério da Defesa, ao Centro de Inteligência dos Jogos, que funcionará no Rio de Janeiro e estará conectado permanentemente e alimentando com inteligência e com informações, antes e durante o evento, o Centro Integrado de Comando e Controle Regional e o Comando-Geral de Defesa de Área do Ministério da Defesa.

Temos um Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros, onde são reunidos os representantes dos serviços de inteligência com os quais temos relação. Principalmente em um evento como as Olimpíadas, em que a expectativa é que tenhamos mais de 200 países participando, todos os países têm interesse em colaborar, para garantir a segurança para as suas delegações durante o evento. Esse Centro se liga ao Centro de Inteligência dos Jogos.

E temos, embaixo, os centros de inteligência regionais, um em cada cidade onde acontecerão as competições de futebol, em cada Estado, em perfeita integração com o Comando e Controle Regional da Justiça e com o Coordenador de Defesa De Área do Ministério da Defesa.

Esse é o modelo, a estrutura da Coordenação Nacional de Inteligência para o grande evento.

Todo esse Centro Nacional e o Centro de Inteligência dos Jogos são coordenados pela Agência Brasileira de Inteligência, no papel de órgão central do Sistema.

Próximo.

Aqui, somente uma ilustração do que representa o Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros.

Durante a Copa do Mundo, tínhamos 32 países participando e recebemos 64 oficiais de inteligência de 31 países estrangeiros, que colaboraram conosco no intercâmbio de informações.

Próximo, por favor.

A expectativa para as Olimpíadas é que tenhamos mais de cem países, se todos, de fato, enviarem representantes. Foram os países que fizeram contanto com a Abin até este momento.

Nós devemos ter um centro com mais de cem representantes de serviços de inteligência de outros países colaborando com o Sistema Brasileiro de Inteligência para as Olimpíadas.

Próximo.

Acho que eram esses os dados que gostaríamos de trazer para nivelar o conhecimento, se é que V. Ex^{as} não têm exatamente essa percepção do que seja a inteligência brasileira em termos de Sistema e de Agência e de como temos trabalhado nesses anos todos.

Estamos à disposição para qualquer pergunta.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – General José Elito.

O SR. JOSÉ ELITO CARVALHO SIQUEIRA – Dentro do tempo.

Obrigado, Dr. Trezza. Foi ótimo.

Como falei inicialmente, isso é apenas um nivelamento, já que temos 12 Senadores e Deputados integrando a Comissão, começando os trabalhos após a instalação, mas gostaríamos de destacar, em cima desse conjunto que aqui foi mostrado, o aspecto da dinâmica do dia a dia, ou seja, grandes eventos para o Sistema têm que ser o dia a dia. Se praticarmos o grande evento diariamente, já que é um grande evento um país continental como este, com mais 700 cenários – é claro que pode haver dois mil, três mil, dependendo do foco –, se praticarmos só isso, só essa dinâmica imposta por este gigante Brasil, quando chegar um grande evento ocasional, como será o caso das Olimpíadas, como foi o caso da Copa do Mundo, apenas apertaremos o botão ou continuaremos o trabalho. Claro que será de uma forma mais ampliada, mas a rotina será absolutamente semelhante. Isso é fundamental. O trabalho do Sistema é muito mais importante no seu dia a dia, e é isto que exercitamos sempre.

Queria só complementar também que, de 2011 para cá... Os senhores viram que temos todo o Brasil e todas as superintendências. Fomos a todos os Estados da Federação, em um ano, para incluir – neste gigante, é impossível fazermos um sistema de inteligência integrado sem isto – os governos estaduais, e por isso os senhores veem ali os cenários por Estado. Para um problema de terra indígena no Amapá e de terra indígena na Bahia, as condicionantes são completamente diferentes, apesar de o tema ser o mesmo. Por isso, tem que ser por Estado da Federação. Então, fomos a todos os Estados, reunimos todos os representantes do Sisbin na área – Exército, Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Ibama, Anvisa, Trabalho e Emprego, Previdência, Infraero e Secretarias de Segurança Pública dos Estados – e fizemos um nivelamento em todo Território nacional, para que todos pudéssemos trabalhar na mesma ferramenta. Por isso, o mosaico, de que aqui o Dr. Trezza falou, hoje, com 700 cenários, é único, do Oiapoque ao Chuí, em todos os representantes do Sistema. E não é Brasília o Sistema; o Sistema é absolutamente todo o Território nacional, a capilaridade dele, porque as informações oportunas, competentes e corretas do Acre têm que ser do Acre para cá, e não nós aqui ficarmos aqui pensando nisso somente, ou do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, do Amapá. Então, eu queria destacar este aspecto.

Na semana passada mesmo estivemos... Nesses últimos dois meses, já estivemos – porque estamos rodando sempre – em Porto Velho, em Cuiabá, amanhã meu Secretário Executivo vai a Florianópolis fazer essa reunião sistêmica para que o Sistema trabalhe absolutamente focado e integrado, expressão bastante enfatizada pelo Dr. Trezza.

Então, era esse fecho que eu gostaria de falar a todos, porque o Sistema é absolutamente 24 por 7. Não há outra maneira de antecipar, fazer projeções, alertar, prevenir, antecipar e amenizar os efeitos que nós temos aqui, em todo este Território nacional, daqueles 700 cenários que os senhores viram.

Eu espero que, com essas observações, possamos ter dados que permitam alimentar inclusive outras perguntas que os senhores poderiam estar preparando para nós.

Então, agradecemos e nos colocamos à disposição para o novo passo da reunião.

A SR^a PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Com a palavra o Vice-Presidente desta Comissão, Senador Aloysio Nunes, autor do requerimento.

Informo que, conforme deliberado no início da reunião, a presente reunião, na fase de interpelação dos Parlamentares, respeitando o que dispõe o art. 22 da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional, será secreta.

Deste modo, solicito, logo em seguida às palavras do Senador, as seguintes providências: a permanência, no plenário, apenas de pessoas credenciadas por esta Presidência e dos membros da Comissão e a interrupção da transmissão de som e imagem.

Senador Aloysio Nunes, Vice-Presidente, autor do requerimento, com a palavra.

Logo em seguida, passaremos para as normas estabelecidas.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Apenas para um esclarecimento.

As perguntas serão feitas com a reunião aberta e a respostas serão dadas em reunião secreta ou perguntas e respostas...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Perguntas e respostas serão em reunião secreta.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Está bem.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Srª Presidente, senhores convidados...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Depois da fala do Senador Aloysio, Vice-Presidente e autor do requerimento... Ele tem direito a fala...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco Oposição/PSDB - SP) – Na minha fala haverá perguntas que o senhor... É uma fala introdutória que tem questionamentos, porque, simplesmente, eu não faria a minha introdução, meu prezado Ministro, apenas dizendo o quanto eu estimo reencontrá-lo depois de tantos anos de convivência na assessoria direta do Presidente Fernando Henrique Cardoso. O senhor trabalhava com uma figura extraordinária, que é o General Cardoso, meu amigo fraterno, e tivemos uma convivência muito voltada para o interesse do País naquele momento.

Quero agradecer também a presença do Diretor-Geral da Abin, agência criada por iniciativa do Presidente da República, mas mediante uma lei que foi aprovada por nós aqui. Os Parlamentares presentes nesta reunião, o Haully, a Marta Suplicy, o Heráclito Fortes e eu, éramos Deputados Federais à época.

A minha primeira consideração, meu caro Ministro e meu caro Diretor-Geral, diz respeito à implementação dessa lei, porque essa lei cria uma necessidade de termos um roteiro para atuação desse vasto sistema de inteligência, que é a Política Nacional de Inteligência. Esse documento está previsto no art. 5º da lei que nós aprovamos.

Esse documento foi apreciado por esta Comissão de Controle em 2010. Ele está à disposição do Presidente da República para ser implementado desde outubro de 2010, mas não o foi até agora.

Eu penso que essa lacuna é muito grave não apenas para a atividade dos órgãos de inteligência, que não dispõem de um mandato claro, de uma divisão precisa de tarefas, como também cria um enorme obstáculo para nós da Comissão de Controle, porque esse controle democrático de atividade de inteligência se faz, em grande parte, pelo cotejo entre o que está prescrito na Política Nacional de Inteligência e a atividade concreta dos órgãos voltados para isso. Na falta desse documento, falta-nos um trilho por onde percorrer.

Essa é uma questão que eu gostaria de colocar aos senhores porque me parece uma questão bastante grave não apenas para o funcionamento do Sistema como também para a atividade deste órgão do Congresso Nacional.

Não é apenas, General, o Executivo que está em mora. Eu penso que o Congresso Nacional também está em mora porque o Sr. Diretor-Geral da Abin se referiu, entre as atividades importantes da Agência, ao combate ao terrorismo, que é, inclusive, objeto de acordos de cooperação internacional. Eu pergunto: com base em que lei se combate o terrorismo no Brasil? A Constituição brasileira prevê, estipula que o crime de terrorismo é um crime hediondo. Onde está tipificado esse crime? Na antiga Lei de Segurança Nacional? Quem aplica essa lei?

Então, o Congresso está em mora. Eu mesmo tenho projeto de lei apresentado com o objetivo de tipificar o crime de terrorismo. Mas o Executivo, também nessa matéria, que dispõe de uma maioria ampla, não se interessou por esse assunto. É como se esse assunto não existisse. No entanto, ele é uma das preocupações grandes do mundo não apenas num momento de realização de um evento como este dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, mas também porque se tem notícia, por exemplo, de recrutamento de militantes para o Estado Islâmico dentro do Brasil. Então, as redes do terrorismo internacional poderiam estar presentes aqui também.

Com que base legal nós combatemos o terrorismo?

Esta é uma questão que me parece bastante sensível e bastante delicada.

Senhores convidados, diante do tamanho das atribuições da Abin e do Gabinete de Segurança Institucional, eu me pergunto – e gostaria de ter também a apreciação dos senhores – sobre as condições materiais de trabalho. Eu me referi à ausência do decreto que instituía a Política Nacional de Inteligência, eu me referi também à demora legislativa do Congresso em regulamentar a própria Constituição, mas eu queria também me referir aos problemas, digamos assim, operacionais, basicamente problema de pessoal. Quer dizer, nós sabemos que, para a execução de suas tarefas, a Abin necessita de quadros qualificados, e ela os tem.

Pergunto: a quantas anda a reposição desses quadros de alta qualificação de homens e mulheres que trabalham na Abin? Há concursos programados? Há quanto tempo não se faz concursos? Nós temos, hoje, pessoal suficiente para fazer face à imensidão das tarefas? Porque, se nós verificarmos o escopo da atividade do nosso sistema de inteligência, nós vamos verificar que temos operações específicas, como, aliás, as Operações

Ágata... E eu agradeceria se pudéssemos aqui na nossa Comissão receber relatórios do desempenho dessas operações, porque este é um assunto de grande interesse para a população brasileira. Nós somos permanentemente questionados sobre isso, sobre como é o tráfico de armas, como é o tráfico de drogas nas fronteiras. Isto já foi objeto de debate em duas ou três eleições presidenciais. É importante que tenhamos esse relatório.

Mas também a Lei nº 9.883, ao definir o Sistema Brasileiro de Inteligência, diz que ele tem a finalidade maior de fornecer subsídios ao Presidente da República nos assuntos de interesse nacional. Tema vasto. Agora, ao especificar quais são esses temas de interesse nacional, eu vejo o quadro apresentado pelo senhor, Dr. Wilson Trezza, e está lá o tema da corrupção. É o último item daquele quadrinho segurança da sociedade. A corrupção é um caruncho que mina as instituições, que mina a confiança dos brasileiros nas instituições, que destrói as regras do jogo da economia, que atinge a credibilidade de agentes políticos dos três Poderes, eu diria. Então, eu pergunto: a Abin tem condições de promover um acompanhamento do desenvolvimento desse câncer no organismo brasileiro? Eu apenas me refiro à Petrobras, aos casos da Operação Lava Jato. São anos de crime continuado. Não houve nenhum indício, nesse período, de que estaria acontecendo algo muito grave nessa grande empresa pública, cuja atividade é absolutamente essencial para a preservação dos próprios interesses nacionais? Houve ou não houve esse acompanhamento? Se não houve, por quê? Falta de condições? Falta de definição clara de foco? O problema está aí e está incluído nas competências da Abin.

Eu também gostaria de saber como os senhores percebem a preparação do Estado brasileiro hoje para fazer face às ações de espionagem internacional, não apenas a espionagem convencional, mas também a chamada inteligência de sinais, conduzida por entes estrangeiros. Hoje, nós temos capacidade para isso? Falta infraestrutura tecnológica? Falta gente? Enfim, qual é o estado das artes da nossa atividade de contraespionagem, especialmente nesses temas que exigem uma qualificação tecnológica mais aprofundada?

Apenas para iniciar, senhores convidados, eu faço estas perguntas, mas enfatizo que fico, assim como a Deputada Jô Moraes expressou, muito feliz por estar com os senhores aqui. Eu gostaria muito – e este é o pensamento da nossa Comissão – que estabelecêssemos uma relação de muita franqueza, de muita colaboração. Do nosso lado, exercemos com absoluto compromisso a nossa atividade de controle, que é uma atividade eminentemente garantidora de que a atividade de inteligência e do segredo se mantenha nos moldes do Estado democrático de direito.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nós voltamos, então, a insistir na interrupção da transmissão de som e imagem.

Parece-me que só permaneceram os credenciados.

Com a palavra...

(Interrupção do som.)

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião se torna secreta às 15 horas e 21 minutos.)

ATA DA 6ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO DIA 6 DE OUTUBRO DE 2015, NO PLENÁRIO Nº 3, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia seis de outubro de dois mil e quinze, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Jô Moraes, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Álvaro Dias e Marta Suplicy; e dos Deputados Benito Gama, Luiz Carlos Hauly. Deixam de comparecer os demais membros. Antes de iniciar os trabalhos, a Presidência coloca em votação requerimento para que a reunião seja pública, conforme dispõe o art. 22, §2º, da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional. Aprovado requerimento. Em seguida a Presidência declara aberta a sexta reunião da CCAI, destinada à aprovação dos RAI's nº 14 e 18. Por ser de autoria da Presidente, esta passa a presidência ao Vice-Presidente, Senador Aloysio Nunes Ferreira, para a votação do RAI nº 18, que foi aprovado. Voltando a Presidência para a Deputada Jô Moraes, é aprovado o RAI nº 14, após reiteração do pedido ao novo Ministro da Casa Civil, Jacques Wagner. Colocado em votação é aprovado, extra pauta, RAI nº 17 que solicita a inclusão de um representante do ministério da Justiça na Audiência Pública a ser realizada em treze de outubro, com a finalidade de debater as atividades de inteligência e contra inteligência nos grandes eventos. A Presidência informa aos membros que, em virtude de audiência pública ocorrida em 14 de julho de 2015, destinada a debater a reforma da Legislação Brasileira de Inteligência, foi enviado à CCAI pelo senhor Denilson Feitoza, participante da reunião, uma proposta de projeto de lei referente à atividade de inteligência. O documento será remetido aos senhores membros e colocado em votação, para que se torne matéria de autoria desse colegiado, em futura reunião. A Presidência comunica também que está aberto perante a comissão o prazo para apresentação de emendas ao PL 7/2015 (LOA) e que a reunião destinada a apreciar as emendas apresentadas ocorrerá no dia 13 de outubro de 2015. Usa da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Jô Moraes.

**Deputada JÔ MORAES
Presidente**

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Boa tarde a todos os presentes!

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, informo que há sobre a mesa requerimento solicitando que a presente reunião seja pública, nos termos do §2º, art. 22, da Resolução nº 2, de 2013, do Congresso Nacional.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação a matéria.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Passamos à apreciação de requerimentos constantes da pauta.

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 14, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com os arts. 3º e 6º, da Resolução nº 2, de 2013-CN (Regimento Interno da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – RICCAI), seja convidado o Ministro-Chefe da Casa Civil da Presidência da República para comparecer a esta Comissão com o objetivo de apresentar suas considerações sobre a demora na publicação da Política Nacional de Inteligência (PNI).

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Aprovado.

Com a palavra, o autor do requerimento que solicita informações ao Chefe da Casa Civil, Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Srª Presidente, esse requerimento promove apenas uma mudança do nome, uma vez que mudou o titular do Ministério da Casa Civil. Nós havíamos endereçado esse mesmo pedido ao Ministro Mercadante e agora o estamos endereçando ao Ministro Jacques Wagner, o novo titular da pasta.

Na nossa Comissão, desde o início dos nossos trabalhos, nós reputamos da mais absoluta necessidade a publicação dessa Política Nacional de Inteligência, já prevista na lei, que fornece um parâmetro para que a nossa Comissão possa exercer exatamente a sua atividade de controle das atividades de inteligência. Nós vamos ter um parâmetro, um modelo para ver se a atividade corresponde a esse modelo. Portanto, para nós, para efeito, digamos assim, do trabalho de fiscalização desta Comissão, que é a essência da sua atribuição, é muito importante a publicação.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Senador Aloysio Nunes, eu também considero que é bom atualizar e agora agilizar a vinda do Ministro, ao mesmo tempo em que eu acredito que, na próxima reunião, nós deveríamos fazer um requerimento que convide o Ministro Berzoini, responsável, pela reforma ministerial, por acompanhar a atividade de inteligência. Sem dúvida nenhuma, todos nós desta Comissão expressamos nossa discordância quanto ao rebaixamento institucional da atividade de inteligência, e acredito que ele terá muito a falar aqui sobre essa situação, com toda a certeza, na perspectiva de batalharmos para um novo patamar institucional para a atividade de inteligência.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Com toda a certeza.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Item 3.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA Nº 17, de 2015

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º, da Resolução nº 2, de 2013-CN (Regimento Interno da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI), e com o art. 90, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja incluído o nome do prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, no rol dos convidados para a AUDIÊNCIA PÚBLICA aprovada pelo Requerimento nº 09 de 2015, que tem como objetivo discutir o balanço da atuação da inteligência nos grandes eventos realizados no Brasil nos últimos anos, em especial os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo de Futebol; e o papel da inteligência na segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

Autoria: Senador Aloysio Nunes Ferreira

Relatório: Aprovado.

Em discussão o requerimento. *(Pausa.)*

Pela obviedade, não é necessário.

Os Srs. Parlamentares e as Srªs Parlamentares que aprovam a indicação do nome do prefeito permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Passo a presidência ao Senador Aloysio para eu poder encaminhar o requerimento, que é de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB - SP) – Presidente Jô Moraes, a senhora já tinha me adiantado o seu desejo, com o qual eu concordo – e tem o pleno assentimento da Comissão –, de termos aqui uma audiência pública com servidores do serviço de inteligência brasileiro, um dos dirigentes da Associação Nacional dos Oficiais de Inteligência e da Associação dos Servidores da Agência Brasileira de Inteligência.

Nós já tivemos o primeiro contato lá na Abin. Fizemos uma visita à sede da Abin e agora eles vão pagar a visita. Retribuirão a visita, para, inclusive, atualizarmos a nossa conversa com esses que constituem, evidentemente, o corpo e a alma da instituição.

A SRª JÔ MORAES (PCdoB - MG) – V. Exª já demonstrou a importância disso. Não precisa mais da minha justificativa.

O SR. PRESIDENTE (Aloysio Nunes Ferreira. Bloco/PSDB - SP) – Está em votação a matéria.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o requerimento permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nada mais havendo a tratar, antes de darmos por encerrada a reunião, lembramos duas questões. Nós vamos, pela primeira vez, apresentar emendas. Eu queria avisar aos membros desta Comissão que até o dia 20 nós poderemos construir... Nós aprovaremos as propostas de emenda no dia 13, quando haverá a audiência pública sobre terrorismo, e, antes do início da audiência, nós teremos oportunidade de aprovar essas propostas de emenda. E convidamos todos para a audiência pública sobre as Olimpíadas e a segurança de que precisamos para garantir um trabalho tranquilo para receber os atletas.

Nada mais havendo a tratar, dou por encerrada esta reunião.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 56 minutos.)

ATA DA 7ª. REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NOS DIAS 13 E 15 DE OUTUBRO DE 2015, NO PLENÁRIO Nº 7, DA ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, NO ANEXO II DO SENADO FEDERAL.

Às quatorze horas e quarenta e seis minutos do dia treze de outubro de dois mil e quinze, no Plenário número sete da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência da Senhora Deputada Jô Moraes, reúne-se a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), com a presença dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Marta Suplicy; e dos Deputados Soraya Santos, Benito Gama, Luiz Carlos Hauly e Heráclito Fortes. Deixam de comparecer os demais membros. A Presidência declara aberta a sétima reunião da CCAI, destinada à Audiência para debater o balanço da atuação da inteligência nos grandes eventos realizados no Brasil nos últimos anos, em especial os Jogos Mundiais Militares, a Copa Das Confederações, a Jornada Mundial Da Juventude e a Copa Do Mundo De Futebol; assim como o papel da inteligência na segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. São convidados para tomar assento à mesa os seguintes convidados: 1) Eduardo Paes - Prefeito da cidade do Rio de Janeiro; 2) Wilson Roberto Trezza - Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência; 3) William Marcel Murad - Diretor de Inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos; 4) Coronel Marcelo Silva Rodrigues - Coordenador da Seção de Contra-Inteligência da Subchefia de Inteligência Operacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Após as apresentações, a Presidente passa a palavra para os parlamentares inscritos. Usam da palavra os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Marta Suplicy; e os Deputados Luiz Carlos Hauly, Soraya Santos e Heráclito Fortes. Não membro da Comissão, usa da palavra também o Senador Wilder Moraes. Após as considerações finais, a Presidente suspende a reunião, convocando a reabertura para o dia quinze de outubro às quatorze horas e trinta minutos no plenário número sete da ala Senador Alexandre Costas. Às quatorze horas e cinquenta e três minutos do dia quinze de outubro de dois mil e quinze é reaberta a reunião. A Presidente da Comissão, na qualidade de coordenadora das emendas procede a leitura do relatório. Foram apresentadas vinte e sete emendas. A comissão, por unanimidade, aprovas as seguintes emendas de apropriação: Emenda nº 01-CCAI: Código da ação: 14SY - Apoio à Realização de Grandes Eventos (acréscimo) do Ministério da Defesa - Administração Direta de R\$ 30.000.000,00; Emenda nº 02-CCAI: Código da ação: 2866 - Ações de Caráter Sigiloso (acréscimo) do Comando da Marinha, no valor de R\$ 10.000.000,00, Emenda nº 03-CCAI: Código da ação: 20XJ - Desenvolvimento Tecnológico do Exército (acréscimo) do Comando do Exército, no valor de R\$ 20.000.000,00 e Emenda nº 04-CCAI: Código da ação: 2684 - Ações de Inteligência (acréscimo) da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN, no valor de R\$ 60.000.000,00. Colocada em votação, é aprovada a presente ata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e três minutos de quinze de outubro, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente, Deputada Jô Moraes, e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

**Deputada JÔ MORAES
Presidente**

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Boa tarde a todos os presentes!

Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, a Presidência presta a seguinte informação: a deliberação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária está prevista para a próxima reunião extraordinária, na terça-feira.

Passamos à segunda parte da reunião, que se destina à realização de audiência pública para debater o balanço da atuação da inteligência nos grandes eventos realizados no Brasil nos últimos anos, em especial os Jogos Mundiais Militares, a Copa das Confederações, A Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo de Futebol, assim como o papel da Inteligência na segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

Esta reunião será realizada em caráter interativo, ou seja, com a possibilidade de interação popular. Dessa forma, os cidadãos e as cidadãs que queiram encaminhar comentários ou perguntas podem fazê-lo por meio do Portal e-Cidadania, no endereço www.senado.leg.br/cidadania, ou ligando para o número 0800-612211.

A presente reunião tem como objetivo atender aos Requerimentos nºs 9, 15 e 17, de 2015, deste Colegiado.

É com muita satisfação que, desde já, agradecemos aos presentes e registramos que estão sentados à mesa Eduardo Paes, Prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Wilson Roberto Trezza, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, William Marcel Murad, Diretor de Inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, e o Coronel Marcelo Silva Rodrigues, Coordenador da Seção de Contrainteligência da Subchefia de Inteligência Operacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

Eu queria perguntar se o Senador Aloysio Nunes gostaria de usar da palavra para abrir.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nós passaremos, então, imediatamente, a palavra para os nossos convidados, com a sugestão de que usem em torno de 15 minutos para apresentar suas preocupações e informações.

Com a palavra o Prefeito Eduardo Paes.

Desde já, Prefeito, quero agradecer a V. Exª. Sei que V. Exª fez uma ginástica na sua agenda para garantir sua presença nesta Comissão Mista. Tanto o Senado como a Câmara agradecem a sua presença e as informações que V. Exª prestar.

O SR. EDUARDO PAES – Quero saudar todos e dizer que é um enorme prazer, que é uma enorme honra estar aqui. Quero cumprimentar os demais convidados, saudar a Deputada Jô Moraes, saudar o meu amigo Senador Aloysio Nunes Ferreira e saudar o Deputado Hauly, que nos acompanha.

Deputada, obviamente, as informações que trago aqui têm muito mais a ver com a preparação dos jogos – foi isto que falei ao Senador Aloysio Nunes Ferreira – do que com as atividades de inteligência propriamente ditas.

A gente sabe que essas atividades de inteligência e de segurança dos jogos estão essencialmente direcionadas para serem de responsabilidade do Governo Federal e do Governo do Estado, das forças tradicionais de segurança pública, cabendo ao Município um papel muito complementar, com a Guarda Municipal, mas, de novo, essencialmente complementar, e, obviamente, a grande tarefa da Prefeitura nos jogos olímpicos é de preparação dos jogos.

Vou fazer uma apresentação muito breve aqui. Elas, às vezes, é longa, mas vou tentar fazê-la de maneira mais breve.

Aqui mostra um pouco de como está a preparação para as Olimpíadas. A gente entende que tem sido uma enorme oportunidade de transformação para a cidade do Rio de Janeiro.

A gente sempre gosta de usar esse exemplo, Senador, porque mostra as cidades de que vencemos na disputa final: Madri, com seu Rei Juan Carlos, Tóquio – confesso que não me lembro o nome do japonês que representava Tóquio à época – e Chicago, cidade do Presidente Obama, que esteve pessoalmente em Copenhague para defender a candidatura de Chicago.

Nós não vencemos... O grande ativo que nos levou à vitória das Olimpíadas foi muito mais os nossos defeitos do que nossas qualidades. Chicago, Tóquio e Madri têm condições de infraestrutura infinitamente melhores do que as do Rio de Janeiro, mas o que nos levou a conquistar o voto dos eleitores do Comitê Olímpico Internacional foi justamente os desafios que a cidade do Rio de Janeiro enfrentava diante de si, desafios, aliás, muito comuns às grandes cidades brasileiras. E nós vimos, então, nesse período, transformando esses desafios em oportunidades.

Acho que vale a pena, Senadores e Deputados, entender um pouco essa diferença entre Copa e Olimpíada. Aqui estão alguns números que podem parecer assustadores, principalmente nessa atividade de segurança e de inteligência. A Copa do Mundo tinha 32 países; as Olimpíadas terão 206 países. A Copa do Mundo tinha um total de 723 atletas, a Copa do Mundo tem 15 mil atletas olímpicos e paralímpicos. Na Copa do Mundo, tínhamos, espalhados em 12 cidades brasileiras, 15 mil voluntários; na Olimpíada, teremos 70 mil voluntários só na cidade do Rio. A Copa do Mundo era um esporte, o futebol; nas Olimpíadas, são 65 campeonatos mundiais acontecendo em paralelo numa única cidade. No caso do Rio, a Copa do Mundo era num estádio, o Maracanã; no caso das Olimpíadas – e aí está um dos desafios do time da segurança –, estamos falando de 33 instalações espalhadas, literalmente, por toda a cidade. Nós falamos, no caso do Rio de Janeiro, que foi a cidade que mais recebeu jogos da Copa do Mundo, de sete jogos, contra 665 competições acontecendo em 30 dias seguidos, sendo que nove são provas de rua. Para quem conhece a geografia carioca, em um determinado dia, num tal ciclismo de estrada, são trezentos e tantos quilômetros dentro da cidade. Então, eles saem de Copacabana, vão até Guaratiba, voltam, dão duas voltas pela Floresta da Tijuca. Ou seja, é uma vantagem – isso é um ativo dos Jogos Olímpicos –, mas, ao mesmo tempo, é um problema, um desafio a ser enfrentado, não só na logística e operação da cidade, mas também do ponto de vista da segurança.

Só para trazer alguns conceitos, Senador Aloysio, sei que esse tema é de interesse, mas a gente buscou, desde o início, trabalhar com três mandamentos. Essa é uma apresentação da Olimpíada para que, depois, os senhores possam tratar mais dos aspectos de segurança. Desde o início, dissemos que esses seriam marcados como os jogos do legado – ou seja, nós queríamos uma Olimpíada que deixasse algo para a cidade –, que as coisas deveriam ser feitas com uma economia muito grande de recursos públicos – esses são dados que o Brasil conhece pouco ainda – e que não deveria haver nenhum “elefante branco”. Não queríamos deixar para a Olimpíada nada que não pudesse ser utilizado depois ou que significasse um abandono.

Para se ter uma ideia, Senador e Deputada Jô, para cada real que estamos gastando com instalações para os atletas, gastamos outros cinco em obras de legado. Esse é um contraste importante, inclusive com o evento, recentemente realizado, da Copa do Mundo.

Para se ter uma ideia, esse é um mapa da cidade e essa é a quantidade de intervenções de infraestrutura que acontecem hoje no Rio de Janeiro. Não vou detalhá-las, mas é um caso raro de promessas eleitorais limitadas a 17 projetos, sendo que, na prática, estamos entregando 27 projetos de legado à cidade do Rio de Janeiro.

Quero saudar aqui a Deputada Soraya.

Só para se ter uma ideia, e eu acho que este talvez seja o mais simbólico desse quadro de legado na cidade, esse é, de novo, o mapa da cidade com as linhas. Obviamente, é o mapa típico de uma rede de transportes de alta capacidade.

Esse era o quadro em 2009, quando o Rio venceu as Olimpíadas. Só 18% da população da cidade era transportada por transporte de alta capacidade.

E este é o quadro ao final de 2016: 63% das pessoas passam a ser transportadas em alta capacidade. Eu acho que esse quadro mostra bem a intervenção na geografia da cidade, e os investimentos têm sido feitos inspirados pelos jogos olímpicos. Boa parte deles, Senador Aloysio, não tem qualquer relação com as Olimpíadas, mas nós usamos muito as Olimpíadas como desculpa para que os investimentos que a cidade demandava há tanto tempo acontecessem. São 150km de BRT – vou acelerar muito aqui –, a Linha 4 do metrô, vinte e tantos quilômetros de metrô, e 26km de VLT no centro do Rio de Janeiro. Enfim, é um volume muito grande de investimentos.

Mudando isso, há projetos de infraestrutura e de urbanização, como o Porto Maravilha. Para quem conhece a geografia carioca, nós derrubamos aquele viaduto de 5km e construiremos três túneis, o museu do arquiteto espanhol Santiago Calatrava e revitalizaremos a Praça Mauá. Quer dizer, é um conjunto bastante importante. É uma PPP, a maior PPP do País hoje – estou passando muito rapidamente –, com dois equipamentos culturais.

Saneamento de áreas da cidade.

Esse é um bom exemplo, Deputada Jô, de como conseguimos usar as Olimpíadas para trazer as coisas. A senhora sabe que o Maracanã é localizado em uma área que, tradicionalmente, enche muito, a Praça da Bandeira. Desde que o Rio é Rio, aquilo ali enche. E havia um projeto de, aproximadamente, R\$500 milhões para construir os “piscinões”. Eu me lembro de que, quando a Presidente Dilma era Ministra-Chefe da Casa Civil do Presidente Lula, eles lançaram um PAC de drenagem – não sei como era o nome do PAC na época –, e eu, argumentando, disse: “Olha, vocês imaginem a final da Copa do Mundo ou a abertura das Olimpíadas com enchente no Maracanã e as pessoas não conseguindo chegar”. Obviamente, a então Ministra Dilma concordou imediatamente e liberou os R\$500 milhões. Ela só não sabia – eu omiti uma parte da informação – que em julho e em agosto não chove nem por decreto no Rio de Janeiro. Então, não haveria risco para os eventos. Mas eu acho que essa é uma forma jocosa de explicar como usamos esses grandes eventos para tentar deixar muito legado para a nossa cidade.

Esse é um dos ativos da Baía de Guanabara. Retiramos um lixão antigo que havia na Baía de Guanabara.

Esse é um aspecto importante, que, aliás, poucos conhecem. Os números são tão interessantes que geram até desconfiança, mas, nesse segundo mandamento, nós queríamos fazer umas Olimpíadas em que não se gastasse dinheiro público. Então, quando olhamos para o orçamento, ele tem que ser entendido de três formas: existe o orçamento do Comitê Organizador, que é responsável, por exemplo, pela comida e pela hospedagem dos atletas, pelo ônibus que vai levar os atletas; existe a matriz de responsabilidades, que é um segundo orçamento, que é tudo aquilo que nós não faríamos se não fossem as Olimpíadas, e aí estão as instalações olímpicas, como campo de golfe e quadra de tênis – nada disso um prefeito normal faria se não fossem as Olimpíadas –; e existe o legado propriamente dito, o nome já diz tudo.

Se somarmos esses três orçamentos, chegamos ao valor de R\$38,67 bilhões sendo gastos nas Olimpíadas. E vamos dizer: “Meu Deus do céu, num país com tantas necessidades, vai-se gastar R\$39 bilhões nas Olimpíadas!”.

Então, vamos começar a dissecar esses números, que são importantes. Em primeiro lugar, desse orçamento total, 57% é privado. Esse é um dado absolutamente diferente do que vimos no último grande evento que o Brasil patrocinou. E, dividindo, quase R\$25 bilhões, dos R\$39 bilhões, são de legado, e, mesmo assim, 43% são privados. O do Comitê Organizador, R\$7,4 bilhões, é 100% privado. E os estádios, o menor dos três, 64% é privado. Ou seja, nas Olimpíadas do Rio, pela primeira vez o parque olímpico é feito com uma PPP.

Para vocês terem uma ideia, o Estádio Olímpico de Londres, sozinho, custa mais do que todos os nossos equipamentos esportivos. Acho que esse é um dado interessante de se olhar. Às vezes, a imprensa relata o custo da Olimpíada como se fosse de R\$40 bilhões – seria, de fato, um absurdo gastar isso –, mas, na verdade, o que estamos gastando de dinheiro público é usado para fazer as instalações olímpicas, o que representa algo em torno de R\$2 bilhões, que é mais ou menos o preço de um ou dois dos estádios desses da Copa do Mundo,

mas para se fazer um evento muito maior. Então, essas são comparações que a gente gosta de fazer aqui para destacar esse papel.

Finalmente, vou para o terceiro mandamento nosso. Estou pulando muitas das apresentações. Vou para o terceiro encaminhamento nosso, para que eu possa concluir.

O tempo todo, nós decidimos que faríamos as Olimpíadas sem nenhum “elefante branco”. Ou seja, os equipamentos são bonitos, são muito arrumados, mas não queremos deixar nenhuma marca de estádio desnecessário.

Então, primeiro, a Olimpíada é muito espalhada pela cidade. Esse, de novo, é o parque. Esse é o mapa da cidade com os quatro *clusters* – eles chamam de *cluster* –, com as quatro áreas ou regiões olímpicas.

Estamos totalmente no prazo, Ministro Aloysio. Olimpíada tem de ser entendida, Senador Aloysio... Quanto a esses grandes eventos, se a gente ficar só pensando neles como eventos esportivos, essa é uma desnecessidade, não é útil trazê-los. Eles, na verdade, são movimentações geopolíticas. Os países que trouxeram esses eventos sempre os usaram de maneira a passar uma imagem diferente daquele senso comum.

Acho que não podemos só reforçar os ativos que temos de sermos um país hospitaleiro, com um povo alegre, onde se canta bem, onde se come bem, onde se bebe bem. Essa foi a imagem da Copa do Mundo. Inclusive, perdemos o ativo de saber jogar bola bem. Confirmamos alguns ativos, mas não recebemos outros ativos, como, por exemplo, o de saber fazer as coisas no prazo e no custo. Acho que a Copa do Mundo é cheia de histórias muito ruins a esse respeito.

Então, 85% dos equipamentos já estão executados, já estão prontos. Nesse fim de semana mesmo, nós tivemos um evento-teste.

Esse aí é o Parque Olímpico. Aí se dá uma ideia geral. Oitenta e nove por cento do Parque Olímpico principal já estão executados. Enfim, ali está cada equipamento dividido.

Esse é um vídeo rápido de como vai ficar o Parque Olímpico. Não vou aqui chateá-los com o vídeo, mas quero dizer que o campo de golfe é totalmente privado e que 98% dele já estão concluídos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Onde fica o campo de golfe?

O SR. EDUARDO PAES – O campo de golfe fica na Barra da Tijuca.

Essa é a Vila dos Atletas; 91% dela estão concluídos. É totalmente privada também, sem nenhum tostão, sem qualquer tipo de subsídio do Governo Federal, sem qualquer financiamento especial, sem nada disso. É importante destacar isto.

Esse é o Complexo Esportivo de Deodoro. Acho que, no ano passado, em abril, às vésperas da Copa do Mundo, nós tivemos uma pequena crise olímpica. Esse complexo esportivo era de responsabilidade do Governo Federal e passou para o estadual. A prefeitura o assumiu há um ano e meio. Já está no prazo. Já estamos fazendo os eventos-teste lá. Essa foi uma crise olímpica. E são compreensíveis essa crise e essa crítica, porque, se a gente for lembrar, em abril de 2014, faltando dois ou três meses para a Copa, o estádio da abertura não estava pronto – nem sabiam se ele ficaria pronto –, e as obras do Complexo Esportivo de Deodoro ainda não tinham começado. Mas ele já está totalmente no prazo.

Aqui, temos um estádio de canoagem *slalon*. São, literalmente, dois rios de 600m, com 85% de execução. Para se ter uma ideia, esse é um legado antecipado. Isso vai virar um parque público depois. Já nesse verão a população vai poder se utilizar desse lago e desse rio.

Temos uma arena lá.

O Centro Olímpico de BMX e a pista de *mountain bike* já foram inauguradas.

Estou passando muito rapidamente, para, enfim, só mostrar um pouco a história do não “elefante branco”.

Nos Jogos Olímpicos, o Parque Olímpico é esse. Esse é o mapa do Parque Olímpico. Como é que nós fizemos para não gastar dinheiro público aí? Aliás, esse é um dado importante, Senador Aloysio, Deputado Haully, Deputada Jô, Deputada Soraya. Há a sensação de que o Brasil está pagando a conta da Olimpíada no Rio. Não é verdade! Nesse Parque Olímpico, do seu custo total, boa parte é uma PPP viabilizada pelo Município do Rio de Janeiro. O Brasil está ajudando muito.

Quero cumprimentar aqui a Senadora Marta Suplicy, agora minha companheira partidária.

Boa parte desses gastos, Senador, é de recursos da municipalidade do Rio de Janeiro, é de recursos do Governo do Estado. É claro que há também uma aporte de recursos do Governo Federal, mas com esses valores levantados do meio privado, basicamente todos fruto de concessão e de ativos vendidos pela prefeitura.

Quando acabar a Olimpíada, vira isso. Você tem, na verdade, um Centro Olímpico de Treinamento, e as outras áreas viram lotes privados. Foi aí que a gente viabilizou uma parceria público-privada, pagando boa parte dessa conta do Parque Olímpico.

Isso é o que vai ficar de legado do Parque Olímpico. Uma pequena parte vira um Centro Olímpico de Treinamento, com projetos sociais.

Só para dar um exemplo concreto, essa é uma arena de dez mil lugares, onde, durante as Olimpíadas, vai haver *tae-kwon-do* e esgrima, e, durante os jogos paralímpicos, judô. A gente já construiu essa arena de forma tal que, depois da Olimpíadas, com uma pequena transformação, ele pode se transformado no que a gente chama de Ginásio Experimental Olímpico – a gente já tem vários desses na cidade –, com ensino em tempo integral, com mil alunos. É possível ver que as cadeiras são todas temporária, para que, com uma simples obra, a gente possa transformar o espaço numa superescola municipal.

E aqui outro bom exemplo que a gente apresenta, que a gente chama de arquitetura nômade, uma inovação olímpica: dois dos estádios são temporários, e nós os construímos como se fossem um lego. Então, a Arena do Futuro, onde se vai disputar o handebol, que tem 10 mil lugares, já foi construída para, depois, ser desmontada e transformada em quatro escolas municipais. E o Centro Aquático, que é um estádio de 18 mil lugares, Senadora Marta, depois também será desmontado – ele é todo de estrutura aparafusada – e transformado em dois centros aquáticos. Até a piscina é temporária, pode ser retirada depois. É uma piscina importada da Itália. A ideia é a gente levá-la para Municípios da Baixada Fluminense, para regiões mais pobres da cidade do Rio de Janeiro.

Então, foi um esforço muito grande.

Aí, por exemplo, o que a gente faz com essa piscina? Esse lago vira um parque... Para vocês terem uma ideia, olhem o tamanho do que a gente foi obrigado a construir. Quer dizer, a Olimpíada tem dessas loucuras, como, por exemplo, construir um rio de 600m² para eles descerem de canoa que virou um superlegado para a população. Essa é a área mais pobre da cidade do Rio, Senadora Marta. Comparando, seria a Zona Leste, salvo engano meu, de São Paulo. Ou seja, uma das áreas mais pobres, é bem o limite norte da cidade do Rio de Janeiro.

Enfim, em linhas gerais, o que eu queria fazer era uma apresentação – desculpem-me se me estendi no tempo – para passar essa tranquilidade a esta Comissão, ao Congresso Nacional, de que, no caso das Olimpíadas, as coisas estão caminhando muito bem, no prazo, no custo. Não vamos envergonhar o Brasil com “elefantes brancos”, vamos fazer com que aquilo que for construído tenha uma utilidade posterior. Vamos mostrar que, apesar dos pesares e das dificuldades que o Brasil enfrenta, de todos problemas que a gente vê, é possível, sim, fazer as coisas de maneira correta e adequada. E esse vai ser o esforço permanente dos Jogos Olímpicos.

Agradeço a oportunidade de estar aqui mais uma vez.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nós que agradecemos.

Sem dúvida nenhuma, a abertura, Prefeito, dá-nos a dimensão das responsabilidades que os demais terão que nos apresentar, como mostra a sua sustentação.

Nós queremos dizer que o Prefeito já havia feito ressalvas quanto à agenda, disse que teria sido mais adequada para ele se fosse amanhã, mas ele fez o esforço de mantê-la hoje.

O senhor, quando considerar necessário, pelos outros compromissos, está livre para sair.

Passamos agora a palavra para o Sr. Wilson Roberto Trezza, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, que terá até 15 minutos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Permite-me?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Apenas um breve comentário e um testemunho. Eu estive no gabinete do Prefeito com uma comitiva de Senadores. Não me lembro bem qual era o evento que o Rio de Janeiro estava se preparando para receber. Talvez tenha sido a...

O SR. EDUARDO PAES (*Fora do microfone.*) – Rio+20.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – ... Rio+20. Foi a ocasião até em que o Prefeito nos mostrou uma extraordinária ferramenta que ele tinha desenvolvido para acompanhar a vida da cidade, para ver onde ocorriam os acidentes, onde havia congestionamentos, para onde precisava enviar equipe de resgate...

O SR. EDUARDO PAES (*Fora do microfone.*) – Um centro de operações.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB - SP) – Era um centro de operações que me deixou muito bem impressionado.

Naquela reunião, o Prefeito Eduardo Paes, de certa maneira, já esboçou o que imaginava fazer para as Olimpíadas. E eu quero prestar aqui o testemunho de que aquilo que era um esboço, felizmente, está se tornando uma realidade, graças à maneira competente com que ele tem conduzido esse processo, o que, aliás, não me espanta. Conheço aqui sua passagem pelo Congresso, sua vida pública,...

O senhor está de parabéns!

O SR. EDUARDO PAES (*Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – Presidente Jô.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputado Hauly.

O SR. LUIZ CARLOS HAULY (PSDB - PR) – Também quero me somar aos cumprimentos.

São impressionantes os dados, os números. Espero que o legado realmente seja dessa forma, dessa natureza, e que a segurança, que é a maior preocupação desta Comissão, esteja dentro dos parâmetros que tivemos na visita do Papa, no Encontro Mundial da Juventude e nos dois outros grandes eventos esportivos. Realmente, é impressionante a parceria público-privada que a Prefeitura do Rio de Janeiro desenvolveu.

Meus parabéns!

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Eu também gostaria de fazer um comentário.

Eu ouvi parte do que foi dito no gabinete e vim para cá para ouvir o resto. Eu não esperava diferente, Prefeito, pelo seu dinamismo, mas também fiquei impactada, principalmente com... Creio que vai ser a primeira Olimpíada com essa reversibilidade...

O SR. EDUARDO PAES – De arquitetura nômade.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – É, mas eu não tinha visto isso.

O SR. EDUARDO PAES – É a primeira vez. É a primeira vez.

Se me permite interromper, Londres fez muitos estádios temporários, mas, ao final dos jogos, eles não sabiam o que fazer.

Para a senhora ter uma ideia, eu gostaria de citar um dado importante: o Estádio Olímpico de Londres era um estádio de 20 mil lugares definitivos e 60 mil lugares provisórios. No final eles mantiveram 80 mil lugares provisórios. E, desde o encerramento da Paralimpíada, em 2012, quando eu lá estive pegando a bandeira da Paralimpíada, o estádio nunca mais abriu. Deve abrir só no ano que vem. Depois de pronto, eles estão tendo que fazer umas reformas lá. E repito aqui: sem jogar com a libra ou com o dólar, que está subindo, o custo do Estádio Olímpico de Londres, sozinho, equivale a todos os estádios que estamos fazendo na nossa Olimpíada.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Foi exatamente essa percepção realista do Brasil – nem estávamos na condição em que estamos agora – que permitiu essa visão de perceber as coisas dessa forma, que, aliás, é bem sua, particular, e de trabalhar nessa direção.

Então, quero parabenizá-lo, porque realmente é muito impactante o que está sendo feito. Seria bom que pudéssemos...

Eu já vi vários programas sobre a Olimpíada e considero que está sendo muito bem feito pela sua gestão isso de colocar para a população que os gastos estão sendo feitos de acordo com a Olimpíada, mas são gastos realistas, gastos de bom senso. Não estamos jogando dinheiro fora.

Então, eu quero dizer que, como Senadora e cidadã, fico bem satisfeita com o rumo que está sendo tomado. Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputada Soraya Santos.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Deixei para o final porque eu talvez seja, neste momento, do Colegiado, a Deputada que acompanha mais de perto as obras e o impacto que estão acontecendo na cidade do Rio de Janeiro.

Quase que eu trouxe, Eduardo, aquela pedrinha, uma pedrinha da explosão do primeiro trecho daquela perimetral.

Há menos de dois anos, quando o Prefeito Eduardo Paes implodiu o primeiro pedaço, ele colocou uma pedrinha numa caixinha, no sentido Porto Maravilha, e mandou entregar para cada um dos gestores do Estado do Rio de Janeiro – eu era uma delas, Deputada Jô –, dizendo que, com coragem e audácia, traços da personalidade do nosso Prefeito Eduardo Paes, aquilo se transformaria em realidade e que, acima de tudo, essa obra do Rio de Janeiro seria o marco de um legado que se deixaria para a cidade e um marco que se deixaria para o País mostrando a capacidade de se entregar uma obra no seu tempo hábil e com menor custo.

E quero ratificar, meu Prefeito Eduardo Paes, o convite que lhe fiz, por se tratar do primeiro modelo de gestão tão diferente. Eu, que estou à frente da Comissão de Finanças e Tributação, quero compartilhar com os membros daquela Comissão todo esse modelo que fez com que, apesar de toda a crise deste País, o Rio de Janeiro não parasse.

E dou meu testemunho em termos de segurança. Hoje, nós tivemos um problema de excesso de pessoas para pegar táxi na saída do catamarã, Prefeito, para o aeroporto. Como eu não podia perder o meu avião, fui a pé do catamarã até o aeroporto, com segurança, já com a obra... Estava tranquila. Fui passeando com outras pessoas e fiz o trecho em sete minutos com total segurança.

Não é uma obra fácil. É preciso ter coragem para fazer essa transformação. E hoje já temos o prazer, Senadora Marta, de ver o Rio de Janeiro descortinando cada um dos seus pedaços, esperando vê-los em breve, como é o caso da ciclovia ligando a Barra ao Leblon, um legado espetacular, como se diz.

É lógico que a nossa Comissão se preocupa com o problema da segurança, mas, pelo pouco que já temos sentido, Prefeito – aqui é mais para dar o testemunho –, essa obra o senhor não deixará só para o Rio de Janeiro, mas para o Brasil, mostrando para o mundo que nós temos competência e compromisso para entregar uma obra com baixo custo e responsabilidade num modelo inovador que esperamos ver replicado nas outras cidades.

Era o que eu queria dizer, Deputada Jô.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada.

Eu também me somo, Prefeito. Eu também fiquei impactada com o pouco tempo entre a primeira explosão da pedra e o alcance da obra.

Acredito que é um bom dia para o senhor trazer boas notícias para nós.

Com a palavra o Dr. Trezza, da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Muito bem.

Deputada Jô Moraes, Presidente da Comissão, boa tarde!

Boa tarde, Senador Aloysio, demais Parlamentares presentes, senhoras e senhores!

O tema que me cabe é inteligência, inteligência de Estado, inteligência para os grandes eventos.

Nós vamos tentar cumprir o prazo que a senhora estabeleceu, embora, pela pouca oportunidade que nós temos, a tendência seja falar um pouquinho mais do que o previsto.

As nossas competências em relação à atividade de inteligência para os grandes eventos são basicamente essas, que são fruto de uma portaria fixada em 2012 para todos os órgãos de inteligência nos grandes eventos.

Nosso compromisso é o desenvolvimento das ações integradas com instituições federais, estaduais e municipais – estamos falando do Sistema Brasileiro de Inteligência –, com essa finalidade de produzir conhecimentos sobre os óbices, os antagonismos, as ameaças, ou seja, tudo aquilo que possa impactar de alguma maneira o grande evento, e, principalmente, oferecer subsídios para as tomadas de decisões tanto no momento do planejamento quanto no da execução das ações de segurança e de defesa para que o grande evento aconteça em um ambiente absolutamente seguro.

A nossa experiência... Na verdade, falamos muito de grande evento a partir da Rio+20, da Jornada Mundial da Juventude, da Copa das Confederações, da Copa do Mundo, mas essa experiência vem do início dos anos 2000, quando já realizávamos outros eventos, outros grandes eventos, e quando esse tema ainda não era consagrado e reconhecido pela sociedade e adaptado a um movimento, por exemplo, como a reunião dos BRICS e coisas dessa natureza, mas já vinham sendo executadas ações conjuntas no sentido da atividade de inteligência, provendo recursos para a segurança e defesa.

A grande experiência em um evento esportivo aconteceu na época da Rio+20, quando pudemos desenvolver atividades em conjunto com todo o Sistema Brasileiro de Inteligência e de defesa e segurança pública.

Houve também experiências na realização das reuniões do Mercosul no Brasil.

Tivemos as operações integradas, as chamadas operações interagências. Nós já estamos chegando na Operação Ágata 10, em que a inteligência esteve presente em todos os momentos.

Tivemos, então, a reunião Rio+20, no Rio de Janeiro, em 2012, e desenvolvemos, para a Copa do Mundo, a Copa das Confederações e a Jornada Mundial da Juventude, uma estrutura fruto dessa experiência que obtivemos nesse longo período, criando um centro de inteligência nacional em Brasília, quinze centros de inteligência regionais nas cidades onde houve competições de futebol e um centro de inteligência de serviços estrangeiros no Rio de Janeiro. *(Pausa.)*

Está avançando mais rápido. Nós estamos controlando por aqui ou pela mesa?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – O.k. Está bem, então.

Bom, chegamos ao que nos interessa basicamente: Copa do Mundo de 2014.

Os centros de inteligência tiveram uma atividade em tempo real, durante a realização dos eventos, e as atividades de integração de todo o Sistema Brasileiro de Inteligência. Mas, na verdade, nós costumamos dizer que tudo começa na inteligência. Então, as atividades de inteligência começam muito antes do evento, com a elaboração de uma série de atividades que nós vamos ver à frente.

As estruturas de inteligência para a Olimpíada envolveram 700 servidores da Abin, oficiais e agentes de inteligência, e 500 servidores dos órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência, todos trabalhando nos centros de inteligência, tanto no nacional quanto nos centros regionais.

Desenvolvemos estas atividades: 260 relatórios de avaliações de risco, e essas avaliações de risco começaram no ano de 2011, visando à Copa das Confederações e à Copa do Mundo.

As avaliações de risco se dedicavam à identificação, com a antecipação das possibilidades de algum risco, de algum tipo de interferência não desejada em tudo aquilo que envolvesse o evento. Por exemplo, fizemos

avaliações de risco em nossas redes hoteleiras, nas redes hospitalares, nas rotas de deslocamento dos atletas e das delegações, nos locais de eventos, nas infraestruturas do País, enfim, em tudo que interessava para o trabalho de segurança e defesa.

Realizamos pesquisas para credenciamento das pessoas interessadas em participar do evento. Fizemos uma pesquisa relativa a cerca de 450 mil nomes de pessoas, nacionais e estrangeiros, que desejavam participar, que estiveram presentes e, de alguma maneira, tiveram influência, envolvimento e interesse na Copa do Mundo.

Capacitamos 800 servidores da Agência Brasileira de Inteligência e de outros órgãos de inteligência visando às atividades de inteligência desenvolvidas nesses eventos, inclusive no nível municipal e estadual.

Produzimos 1.650 conhecimentos ou documentos de inteligência no período da Copa do Mundo de 2014.

Tivemos o monitoramento de cerca de 15 cenários ou situações que envolviam a possibilidade de pessoas vinculadas a atividades terroristas no Brasil.

E registramos 5.134 situações, que foram incluídas em um painel de grandes eventos, que nós desenvolvemos na Abin e foram colocados em todos os centros de inteligência de todos os órgãos participantes da estrutura de inteligência, de segurança e de defesa. Foram 5.134 situações que mereceram registro e deram origem àqueles relatórios de inteligência.

Também desenvolvemos, para o evento, ferramentas próprias da área de tecnologia da informação e das comunicações, como painel de grandes eventos, como o Projeto Arena, que é uma espécie de WhatsApp, seguro, com tecnologia, com criptografia própria, desenvolvida pela Abin. E todas essas ferramentas de proteção do conhecimento foram disponibilizadas para as áreas de segurança e defesa.

Qual foi a relevância da produção desses conhecimentos para esses grandes eventos, principalmente Copa do Mundo?

Nós pudemos antecipar, fizemos avaliações e acompanhamento das manifestações, por exemplo, manifestações de rua, que ameaçaram a realização da Copa das Confederações e não tivemos nenhum impacto na Copa do Mundo proveniente desse tipo de manifestação, e fizemos a identificação e o acompanhamento de indivíduos considerados extremistas, que são acompanhados para que se evite a realização de alguma ação indesejada no decorrer do evento, e das supostas ameaças à cerimônia de abertura.

Nós tivemos um episódio que acho que vale a pena, apesar do tempo curto, comentar. No dia da cerimônia, houve um almoço da Presidente da República com os Chefes de Estado que estiveram presentes na abertura da Copa. Naquele momento, ela recebeu uma informação do Primeiro Ministro da Croácia de que haveria um atentado no estádio, em São Paulo, no dia da abertura da Copa.

Recebi uma ligação do General Amaro, Chefe da Segurança da Presidente, que colocou essa situação e disse que a Presidente pedia, então, uma posição da Inteligência a respeito do assunto. Perguntei quanto tempo nós tínhamos e me deram 15 minutos para responder.

Bem, fizemos os contatos com toda a rede de inteligência, com serviço de inteligência de outros países, com a estrutura de inteligência do Exército, da Marinha, da Aeronáutica, da Polícia Federal, enfim, de todos os órgãos envolvidos na atividade de inteligência para o grande evento, fizemos contato com as fontes de informações e chegamos à conclusão... Além disso, paralelamente, levantamos todos os ingressos vendidos para estrangeiros para o dia da abertura e cruzamos as nacionalidades de todas as pessoas. Fizemos isso em 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI. *Fora do microfone.*) – Em 15 minutos?

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Em 15 minutos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI. *Fora do microfone.*) – E a venda no paralelo como ficou?

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Não, esse não esse não era o objetivo do atentado. Isso não era um problema de inteligência naquele momento.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI. *Fora do microfone.*) – Mas, se havia a possibilidade de um ataque, evidentemente, não era uma compra oficial.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Não. Todos esses procedimentos são procedimentos necessários para incorporarmos a decisão e fortalecermos a decisão que tomaríamos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI. *Fora do microfone.*) – O problema da Copa do Mundo, está provado agora, foi de venda no câmbio paralelo. Todo esse escândalo com o Presidente da FIFA foi motivado pelo paralelo.

A SR^a MARTA SUPPLY (Bloco/PMDB - SP. *Fora do microfone.*) – Heráclito, fizemos o que podíamos.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Esse trabalho, Deputado, foi conduzido pela área policial, pela secretaria de segurança, Polícia Federal e outros órgãos, não pela Inteligência de Estado.

Mas, voltando a esse episódio, informamos à Presidenta que não precisaríamos suspender a cerimônia de abertura, porque nós não tínhamos esse problema.

O que nós queremos mostrar com isso? Que a Inteligência funciona, que nós precisamos acreditar naquelas pessoas que trabalham conosco, que nós temos fontes adequadas e que podemos prestar um asses-

soramento compatível com o porte de um evento como esse. Seria uma tragédia cancelarmos a cerimônia de abertura na Copa. E, de fato, graças a Deus, nada aconteceu. As coisas caminharam bem.

Fizemos as avaliações de risco de todas as instalações, dos perímetros. Na época do encerramento da Copa, houve também o pedido de avaliação de risco sobre a localização da cerimônia de encerramento. Graças a essa avaliação de risco, o local de encerramento foi modificado, foi transferido para outra dependência.

Fizemos também pesquisas para credenciamento de voluntários na cerimônia de abertura da Copa. Caso não fosse feito esse levantamento, haveria a presença e a participação de pessoas ligadas a crime organizado, pessoas com mandado de segurança por homicídio. Retiramos da solenidade de abertura um número considerável de pessoas que tinham antecedentes criminais.

Relativamente aos jogos de 2016, Jogos Olímpicos e Jogos Paralímpicos, a atividade de inteligência, com base inclusive nesse acervo de conhecimentos que acumulamos desde o tempo dos Jogos Pan-Americanos e até de antes deles, elaboramos um plano estratégico de segurança integrada dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Esse é um trabalho conjunto do Ministério da Justiça, da Defesa e do então Gabinete de Segurança Institucional, envolvendo os três eixos fundamentais para a segurança do evento: Defesa, Segurança Pública e Inteligência. Esse documento foi publicado no *Diário Oficial* na semana passada e republicado nesta semana.

Esse eslaide mostrando que a atividade de inteligência de Estado perpassa as ações de governança do grande evento. Assessoramos a Casa Civil, o Ministério do Esporte, o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça, as atividades envolvidas no Main Operation Center, que é o principal centro do Comitê Olímpico, o Centro Integrado de Comando e Controle Regional e Nacional e a Coordenação de Defesa de Área do Ministério da Defesa.

A coordenação do Centro de Inteligência.

Nós teremos, centros de inteligência, o Centro Nacional, em Brasília, e centros nas cidades onde serão realizados os jogos de futebol: Amazonas, Salvador, Brasília, São Paulo e Minas Gerais. Cada uma contará com um Centro de Inteligência Regional.

Teremos que fazer, como aconteceu na Copa do Mundo, um Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros. Para que tenham ideia, na Copa do Mundo, tivemos 63 países participaram conosco desse Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros. Eram 32 países participando e 63 representantes de serviços de inteligência. Para as Olimpíadas, até o momento, caso todas as presenças se confirmem, nós teremos 103 representantes de serviços de inteligência e, na competição, 206 países participantes.

O trabalho do Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros é muito importante no trabalho de credenciamento, no levantamento de dados para credenciamento para o evento e também, principalmente, para as atividades de prevenção ao terrorismo e atos de extremismo no Território brasileiro.

As nossas avaliações de risco foram realizadas, como eu disse, desde 2011 e cobriram aspectos relacionados às infraestruturas de abastecimento, às infraestruturas de transporte, instalações esportivas, acomodações, trajetos de delegações, trajetos e locais de exposição da tocha olímpica, trajetos da competição de rua e centros de treinamentos e vilas olímpicas, além de outras atividades menos importantes para este momento.

Avaliações realizadas: relatórios de avaliação de risco da Marina da Glória, no contexto das quatro regiões olímpicas do Rio de Janeiro, relatórios de fontes de ameaça, relatórios das vulnerabilidades dos trajetos. Há participação do Viso e do Pisou na Marina da Glória, no Riocentro, na vila e nas acomodações da Barra da Tijuca. Realizamos também outras avaliações de risco. Quando falamos dessas avaliações, estamos falando de aspectos relacionados a crime organizado, à possibilidade de sabotagem dessas infraestruturas, à questão da possibilidade de uma ação extremista envolvendo todos esses locais de competição.

Temos um trabalho desenvolvido, também na área de inteligência, em coordenação com defesa e segurança pública, de coordenação de *spotters*, que são pessoas colocadas dentro das áreas de competição, pessoas descaracterizadas, pessoas que fazem o trabalho dentro das arenas, nos arredores, nas áreas no entorno desses locais, para coletar registro de transmissão de dados sobre fatos e situações que tenham alguma possibilidade de comprometer a realização do evento que estiver ocorrendo naquela dependência. Há também uma interação com torcedores com a finalidade de adquirir confiança e de facilitar a coleta de dados em benefício da segurança e da defesa.

Essa atividade de *spotters* foi uma experiência tão boa e tão proveitosa na Copa do Mundo, que, em alguns Estados, como, por exemplo, o Rio Grande do Sul, a atividade passou a ter caráter permanente e a ser desenvolvida em todos os eventos esportivos ou de outra natureza que acontecem no âmbito do Estado.

Quanto à prevenção ao terrorismo, temos desenvolvido um trabalho através de um grupo formado pela Secretaria Especial de Segurança para Grandes Eventos, pelo Departamento de Polícia Federal, pela Brigada de Operações Especiais do Exército e pela Agência Brasileira de Inteligência, através do Departamento de Contraterrorismo. Esse trabalho, principalmente, depende fundamentalmente da integração entre essas áreas de inteligência, de segurança pública e de defesa, cada uma na sua área de competência. O trabalho visa, princi-

palmente, à prevenção e, na impossibilidade da prevenção, à mitigação dos efeitos e à proteção de todos os que estejam envolvidos, cidadãos brasileiros e estrangeiros, delegações, esportistas, chefes de Estado, todos que estejam no País no momento da realização de um grande evento.

Temos realizado ações preventivas, além das atividades específicas de inteligência. Temos feito um trabalho com a sociedade civil. Trabalhamos, por exemplo, com pessoas que atuam na rede hoteleira, que atuam nas agências de viagem e nos aeroportos. Estamos fazendo pesquisas de credenciamento e capacitação dos parceiros da área das atividades de inteligência e de outras áreas nos três níveis, municipal, estadual e federal.

Há a cooperação com outras instituições nacionais, não somente com as de inteligência. Estamos fazendo o monitoramento das redes sociais no sentido de verificar que tipo de chamamento, que tipo de propaganda vem sendo feita, para verificar se há algo que possa ter uma inter-relação com o evento em si.

Há estudo no sentido de uma atividade preventiva de inteligência e há a articulação com o serviços de inteligência estrangeiros, o que, como eu disse, é fundamental. São mais de cem serviços de inteligência que cooperarão com o Brasil e que terão aqui suas autoridades, suas delegações. Todos nós, o Brasil e os países estrangeiros, temos interesse em que essa atividade no Brasil aconteça no clima mais seguro possível, num ambiente de segurança e de tranquilidade, em boas condições para a realização do evento, pois, como foi dito aqui pela Deputada, isso implica não somente a capacidade de organização e de segurança, mas também a projeção da imagem do Brasil no cenário internacional como um país capaz de assumir responsabilidades na realização desse que é um dos maiores eventos do mundo.

Sobre o credenciamento, como nós comentamos agora, recentemente, a estimativa é que se façam cerca de 12 mil consultas no momento do percurso da tocha olímpica pelo Brasil. Falamos em 45 mil voluntários, mas o Prefeito mencionou que há cerca de 70 mil voluntários. Então, é quase o dobro do que havia sido projetado inicialmente. Esse levantamento é feito através de consulta aos bancos de dados da Administração Pública na área de segurança pública e na área de inteligência sobre os antecedentes dessas pessoas que possam, de alguma maneira, recomendar que elas não são credenciadas para o evento. Mas é muito importante frisar que a Agência Brasileira de Inteligência não tem responsabilidade pela concessão, ou não, do credenciamento dessas pessoas. Nós apenas fazemos o levantamento de dados em conjunto com a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos e passamos as informações dos possíveis registros dos interessados, mas a decisão sobre o veto não é da Agência Brasileira de Inteligência. E contamos aqui muito, quando falamos em cidadãos de outras nacionalidades, com os registros existentes nos mais de cem serviços de inteligência estrangeiros que trabalharão conosco no decorrer da Olimpíada.

Então, nosso trabalho, fundamentalmente, é, antes do evento, durante o evento e depois do evento, fazer a prevenção e a antecipação de fatos que possam permitir que toda a estrutura, toda a segurança *lato sensu* e toda a atividade esportiva ocorram da maneira mais desejável possível.

Esse trabalho já começou. Como eu disse, tudo começa a partir da Inteligência. E a Inteligência começa a trabalhar muito antes do início do evento. Por exemplo, agora, no período de eventos-teste, no mês de agosto, o Centro de Inteligência dos Jogos funcionaram no Rio de Janeiro com o Sistema Brasileiro de Inteligência, assessorando a área de defesa e inteligência, 24 horas por dia, do período de 27 de julho a 25 de agosto.

Acho que os nossos resultados foram bastante importantes. O trabalho ajudou consideravelmente a ação de segurança e defesa e nós não tivemos nenhum evento considerável que prejudicasse a segurança dos eventos-teste.

Fizemos monitoramento, produzimos 33 sínteses de inteligência. Nós tivemos cerca de 180 situações que mereceram registro no painel dos grandes eventos. Realizamos análise de inteligência. Foram produzidas 21 análises de mídia nacional e internacional a respeito do que acontecia nos eventos-teste, com repercussão interna e internacional, 28 relatórios de inteligência e fizemos *briefings* diários com os oficiais envolvidos nos centros de comando e controle regionais, na Coordenação Geral de Defesa de Área do Ministério da Defesa, no Centro do Comitê Olímpico, na CO-Rio e no Centro Integrado de Segurança.

Para finalizar, eu gostaria de trazer um dado importante quando nós falamos no trabalho de segurança, de defesa e de inteligência. Nós produzimos, nesse período, 27 relatórios sobre, principalmente, esse conjunto de temas: aspectos da segurança pública nas regiões olímpicas, remoção das comunidades para construção de instalações olímpicas que geraram algum tipo de situação incômoda, dinâmicas sociais dos movimentos paredistas, dos movimentos grevistas, e sistema de proteção das instalações olímpicas. Fizemos todo o nosso trabalho e estamos projetando todas as nossas ações para as Olimpíadas com este orçamento.

O orçamento para a segurança é da ordem R\$1,170 bilhão, o orçamento do Ministério da Defesa é de R\$580 milhões e são R\$14 milhões para os trabalhos de inteligência de Estado da Agência Brasileira de Inteligência. Esse é um dado relevante e de interesse da Comissão de Controle da Atividade de Inteligência. Não

viemos aqui chorar pelo orçamento; viemos trazer dados que mostram a nossa realidade e em que situação trabalhamos.

Deputada, por enquanto, muito obrigado.

Os dados que eu tinha a apresentar eram esses.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Dr. Trezza.

Aqui temos que ser muito reais e concretos diante dos desafios. Diante de números, nós temos que responder com números.

Na excepcionalidade, com a palavra o Deputado Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Muito obrigado, Srª Presidente.

Eu queria apenas lembrar que esta é a Comissão de Controle das Atividades da Inteligência. Não é reunião de oba-oba. Não é o caso. Eu estou apenas querendo dizer que o objetivo desta Comissão, que é uma comissão mista, é fiscalizar.

Eu fico muito à vontade de ter neste cenário de convidados o Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes. Aliás, a única coisa boa que acontece no Brasil é a administração dele no Rio de Janeiro com a expectativa das Olimpíadas. Ele faz seu dever de casa diante de um caos geral que toma conta da Nação brasileira.

As coisas estão ocorrendo neste País com uma velocidade impressionante. Eu quero dizer, Dr. Trezza, que eu me assustei de não ver o General Elito aqui, na Mesa. Tirou-se o Comandante do GSI como se tira um servidor de cafezinho ou se tira um contínuo.

Eu quero lembrar que o General Elito tinha um gabinete ao lado do da Presidente da República e era responsável inclusive pela proteção de Sua Excelência. De repente, é tirado da função e vai recolocado, a função do Dr. Trezza, com o Dr. Berzoini, que entende tanto de segurança como eu entendo de fabricação de xarope. É um desrespeito este País! É uma brincadeira!

Eu vou esperar a Presidente terminar de atender a ligação para eu poder continuar. *(Pausa.)*

Muito obrigado, Presidente.

É um desrespeito! É um desrespeito, porque esse GSI não protege nem a Presidente do que acontece dentro do Palácio. E o senhor vem aqui, com toda a boa vontade, dar segurança e tranquilidade aos brasileiros sem ter sequer estrutura para isso. V. Exª é um tocador de ouvido. E eu faço louvações a isso. V. Exª não sabe o seu orçamento, não sabe se vai ser contingenciado... O Prefeito está aqui com um problema gravíssimo. A parte do Rio de Janeiro ele fez, mas a parte que depende do Governo Federal está por ser feita. Nós estamos a menos de um ano dessa Olimpíada, que é a única coisa que o Brasil ainda pode comemorar contra o desemprego, contra a insegurança...

Esta Comissão, minha cara Presidente, é para discutir isto. É para discutir por que o General Elito saiu. Se ele saiu e se a sua função não era relevante, por que ele ficou tanto tempo? A senhora se lembra que eu, aqui, perguntei a ele se era verdade o que se dizia aí envolvendo o filho de um ex-Presidente da República e que ele disse que não era obrigação ou dever...

Pois bem. Os jornais e a televisão mostram agora que se usou essa estrutura para se criar, através de uma medida provisória, um mecanismo cruel contra os Estados e os Municípios brasileiros, que é o da isenção do IPI. Tirou-se dos Municípios a arrecadação do IPI, meu caro Prefeito, para beneficiar as montadoras internacionais. Ora, multinacional, minha Presidente, quando tem lucro, manda para a matriz. E nós ouvimos, naquela época, dizer que os lucros da General Motors do Brasil foram para salvar a General Motors americana, que, por conta da bolha, estava dando prejuízo. E agora se viu aí o que acontece: o envolvimento de uma assessora da ex-Ministra da Casa Civil mandando para o escritório paralelo as suas ligações, e o Brasil pagando este preço. A Abin e o GSI, quem quer que seja, não tiveram a capacidade de identificar isso, ou, se tiveram, com medo dos gritos da Presidente, não tiveram coragem de alertá-la quanto a isso.

Eu estou dizendo isto aqui pelo momento grave que nós vivemos. E não vamos tapar o sol com a peneira. Talvez isso seja um alerta, Srª Presidente, para que nós redobremos as ações aqui com relação às Olimpíadas, porque, se essas Olimpíadas, Sr. Prefeito, fracassarem, não será um fracasso seu ou do Rio de Janeiro, não, mas do Brasil. A credibilidade é nacional.

De forma que eu acho que esta Comissão....Até fiquei satisfeito por ser uma comissão aberta, porque do que está sendo dito aqui o Brasil todo, se quiser, vai saber.

O senhor não tem culpa de nada, Dr. Trezza. A culpa é dessa estrutura irresponsável que comanda o Brasil hoje.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada.

Vamos retomar os trabalhos desta audiência.

Com a palavra o Sr. William Marcel Murad...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Srª Presidente, retomar os trabalhos não, continuar. Continuar os trabalhos.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Vamos retomar o tema para o qual foi convocada a audiência, retomando os trabalhos.

Com a palavra o Sr. William Marcel Murad, Diretor da Inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos.

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Obrigada, Deputada.

Boa tarde a todos!

Prefeito Eduardo Paes, colegas de Mesa, demais Parlamentares, senhoras e senhores presentes, seguindo aqui o que nos pautou nesse convite, eu gostaria de fazer um pequeno apanhado de como a segurança pública e, consequentemente, a inteligência relacionada à segurança pública vêm se preparando para os Jogos Olímpicos.

Antes, eu faria uma pequena correção nos dados do Dr. Trezza. Foi colocado ali que a segurança pública recebeu R\$1,17 bilhões para as Olimpíadas. Esse número está equivocado. Não há nem R\$300 milhões. Há cerca de R\$280 milhões. Não sei quem passou esses números aqui, mas eles estão errados.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – De fato, são para os grandes eventos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI. *Fora do microfone.*) – Srª Presidente, registra.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – O.k.

Retomando aqui.

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Mas, enfim, é só uma correção aqui.

Inicialmente, eu creio que seja importante, Deputada, contextualizar o papel da Secretaria de Segurança de Grandes Eventos no que diz respeito aos preparativos para os Jogos Olímpicos de 2016.

Essa Secretaria foi criada no âmbito do Ministério da Justiça com um objetivo bastante específico, que é o de coordenar e integrar, nos três níveis de governo, as ações relacionadas à segurança pública, na verdade, para os grandes eventos que já se passaram e para os Jogos do Rio de 2016.

É inegável que todo o trabalho que vem sendo feito é um aprimoramento da experiência que nós vivenciamos desde os jogos pan-americanos e outros eventos que o sucederam, principalmente a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude e a Copa do Mundo, que, sem dúvida alguma, nos ensinou muito.

Lá, no início – a Secretaria foi criada em 2011 –, percebeu-se que seria impossível coordenar esse planejamento sem que houvesse uma integração efetiva das instituições envolvidas com a segurança pública. E, embora pareça fácil falar de integração, quando nós começamos um planejamento, inicialmente, no âmbito do Governo Federal, nós fazemos reuniões e começamos a, efetivamente, colocar os dados na mesa... Conforme o Prefeito colocou aqui, os dados são realmente assustadores.

Faço também uma correção na apresentação do Prefeito Eduardo, que mencionou trinta e poucas instalações olímpicas. São cerca de 146 instalações olímpicas, não trinta instalações.

Então...

O SR. EDUARDO PAES – Falei de estádios.

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Ah, tá, de instalações físicas! O.k.

O SR. EDUARDO PAES – Estádios.

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – É porque usamos o termo “instalações” no Comitê como instalações de competição e instalações de não competição. Enfim, são mais de cem.

Quando começamos e sentamos à mesa para pensar nesse planejamento, rapidamente percebeu-se que seria impossível uma integração efetiva no âmbito da segurança pública de planejamentos impostos de cima para baixo ou construídos no âmbito de qualquer uma das esferas governamentais e impostos às outras.

Percebeu-se, então, a necessidade de que esses planejamentos de segurança pública e, consequentemente, de inteligência, que especificarei adiante, fossem construídos de forma efetivamente integrada.

Para tanto, a Secretaria de Grandes Eventos, juntamente com o Governo do Estado e o Governo do Município, criou uma Comissão Estadual no âmbito do Rio de Janeiro para, efetivamente, construir cada parte do planejamento de segurança pública e garantir que esse planejamento fosse legítimo, construído por aqueles que realmente operam, que conhecem a região.

Não se pode falar em planejamento de segurança pública sem considerar, por exemplo, como foi mencionado pelo Senador Aloysio Nunes aqui, o CO-Rio, que é o Centro de Operações do Rio de Janeiro. Não se pode falar em qualquer planejamento sem se consultar o Centro de Operações do Rio, que conhece a cidade, que conhece a mobilidade da cidade. Não se pode falar em planejamento sem se conhecer a atuação da Polícia Militar do Rio de Janeiro, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, da própria Guarda Municipal.

Então, o Governo Federal, por intermédio da Secretaria de Grandes Eventos, criou essa comissão no Rio de Janeiro, com um alinhamento com a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, com o próprio Município, para que esses assuntos fossem discutidos e realmente nascesse ali um planejamento legítimo. E assim tem sido feito.

A Coesrio, a Comissão Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que conta com a participação da Agência Brasileira de Inteligência, do Ministério da Defesa e de todos os envolvidos, vem construindo, com base em oficinas temáticas específicas para cada uma das áreas de interesse, um planejamento realmente sólido na área de inteligências.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Ele está perguntando...

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Desculpa.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – ... se V. Exª integra o Ministério da Justiça.

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Ministério da Justiça.

Então, essa comissão é um ambiente realmente importante e legítimo para que esse planejamento seja sólido e realmente efetivo.

No campo da inteligência, na área de segurança pública, o planejamento é o mesmo. De forma conjunta com a Abin, nós temos uma oficina específica de inteligência no âmbito dessa comissão, oficina essa que reúne todos os órgãos de segurança pública e onde constroem um plano específico não só órgãos de segurança pública, mas também outros interessados. Temos lá, por exemplo, o Metrô do Rio de Janeiro, porque nós entendemos que a inteligência é obtenção de informações específicas, e nada melhor, por exemplo, que o próprio Metrô do Rio de Janeiro para falar das suas vulnerabilidades e para guiar o planejamento para que as ameaças sejam neutralizadas e evitadas.

Enfim, o que eu queria registrar aqui, Deputada, e acho que a oportunidade é bastante importante, porque se abre uma caixa – a inteligência, muitas vezes, é tratada como algo muito fechado, como algo muito inalcançável... Nós temos aqui a oportunidade de dizer que essa comissão, com a participação efetiva de todas, garante um planejamento muito sólido, efetivo, em conjunto com, primeiro, todos os órgãos do Governo Federal, com os eixos que participam... Nós temos o eixo de segurança pública, o eixo de defesa, temos a inteligência de Estado permeando tudo isso e participando de tudo isso e temos, nos outros níveis governamentais, uma participação efetiva também de todos os agentes responsáveis por garantir a segurança pública para esses jogos, que têm uma estrutura extremamente complexa. É muito complexo.

O Prefeito Eduardo, aqui, fez um comparativo com a Copa do Mundo. Seria muito leviano nós comemorarmos, embora tenhamos aprendido muito com as lições da Copa no âmbito da inteligência, muito mesmo, pois foi possível antecipar muitas situações problemáticas, mas seria muito superficial acharmos que o jogo está ganhando porque conseguimos, pelo menos no âmbito da segurança pública, fazer um evento sem grandes problemas. Os jogos olímpicos são muito mais complexos. Os números colocados aqui demonstram claramente isso. E nós temos plena consciência dessa complexidade. E a preparação segue rigorosamente esse nível e essa complexidade aqui colocada.

Então, Deputada, basicamente o que me cabe falar é isto.

Eu gostaria só de trazer esse plano de maneira mais geral e de me colocar à disposição aqui para esclarecimentos subsequentes.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, William Marcel Murad.

Eu queria passar a palavra para...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Sim. Nós ainda temos o último inscrito, o Coronel Marcelo.

Eu queria lembrar ao Deputado Heráclito Fortes que nós deveremos tratar do tema que V. Exª levantou aqui na próxima reunião, quando discutiremos as emendas da CCAI, até mesmo em respeito aos convidados aqui chamados para fazer o debate sobre...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Srª Presidente, é um equívoco: eles não são convidados, são convocados. Esta Comissão é uma comissão de fiscalização. Está havendo um erro. A senhora precisa saber exatamente qual é o objetivo. Mas eu quero falar é sobre o tema.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputado...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Nós tivemos três números aqui...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – V. Exª será inscrito...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Não, é apenas para facilitar essa questão.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – V. Exª me permite conduzir...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Os números da prefeitura não batem com os números da Abin, que não batem com o número do Dr. Murad, e é porque nós estamos falando de segurança. Era só para dizer isto.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – O.k.

Com a palavra o Senador Wilder Moraes.

Em seguida, passaremos para o Coronel Marcelo e para os demais inscritos, que farão suas observações aos convidados que nos deram a honra de comparecer a esta audiência pública sobre segurança e o serviço de inteligência para as Olimpíadas.

Senador.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PP - GO) – Obrigado, Presidente.

Eu gostaria de ouvir o Coronel e usar da palavra depois.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Muito obrigada, Senador.

Coronel Marcelo, com a palavra.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Eu também gostaria de me inscrever.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Estão inscritos os três.

O SR. MARCELO SILVA RODRIGUES – Ex^{ma} Sr^a Deputada Jô Moraes, Presidente da CCAI, Ex^{ma} Sr^a Senadora Marta Suplicy, Ex^{ma} Sr^a Deputada Soraya Santos, nosso Deputado Heráclito Fortes e nosso Senador Wilder Moraes, Ex^{mo} Sr. Prefeito da cidade do Rio de Janeiro e distintos palestrantes que me antecederam.

Eu agradeço em nome da Defesa a oportunidade de falar em nome da Inteligência de Defesa. O trabalho ficou facilitado pela apresentação dos companheiros expositores que me antecederam.

Então, eu vou falar sobre o emprego da inteligência de defesa nos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

O meu objetivo é apresentar os principais aspectos do emprego da inteligência de defesa nos Jogos, até para que a Comissão possa conhecer como nós vamos atuar nos Jogos Olímpicos.

Eu vou seguir esse roteiro.

A ambientação dos Jogos, que é o item 2, é um tema que já foi bastante explorado pelos palestrantes que me antecederam.

Vou falar do Sistema de Inteligência de Defesa, que faz parte do Sisbin, de como as Forças Militares estarão organizadas para os Jogos Olímpicos, e, dessa forma, poder encaixar a estrutura de Inteligência por ocasião dos Jogos, e, por fim, uma rápida conclusão.

Bom, já foi dito que desde 2007 há grandes eventos: Rio 2007, Jogos Pan-americanos; Rio 2011, V Jogos Mundiais Militares, realizado no Rio de Janeiro também; Rio+20; a nossa Copa das Confederações; Jornada Mundial da Juventude; e a Copa do Mundo. Grandes eventos.

Eu poderia destacar como palavra chave do que ocorreu é que, a cada grande evento, houve, na área de Inteligência, uma maior integração. E sabermos do desafio das Olimpíadas Rio 2016. Estamos com mais experiência, sabemos dos desafios e esperamos, como o nosso Prefeito falou, transformar esses desafios em oportunidade.

Jogos Olímpicos. Os dados foram bastante explorados. Eu gostaria de deixar a ideia de que a Copa do Mundo, que já foi um grande evento, foi um campeonato, um esporte. Nós temos 65 esportes ocorrendo no Rio de Janeiro e em cidades sede do futebol.

Os dados já foram apresentados, assim como a sua complexidade. Eu vou citar um que achei que os nossos companheiros fossem citar anteriormente, mas aproveito para enfatizar que são os primeiros jogos da América do Sul, realizados no Brasil. Isso, para a Inteligência, tem um significado: o mundo inteiro estará observando o nosso País, até porque há um ineditismo. São os primeiros jogos a serem realizados na América do Sul.

Jogos Paralímpicos, muito importantes e também complexos.

Os setores olímpicos: Barra da Tijuca, Copacabana, Maracanã e Deodoro.

Deodoro, para a Defesa, tem um aspecto especial porque temos a Vila Militar em Deodoro, um grande número de organizações militares onde ocorrerão diversas competições: nove locais de competição em Deodoro.

Eu gostaria que todos guardassem essa imagem dos setores olímpicos porque, quando eu falar da organização das forças militares para o evento, essa figura será importante.

Temos também as cidades sede de futebol: Manaus, Brasília, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo.

Inteligência de Defesa. Desde a criação do Sistema Brasileiro de Inteligência, Sisbin, pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, o Ministério da Defesa está representado pela Subchefia de Inteligência de Defesa, pelo Centro de Inteligência da Marinha, pelo Centro de Inteligência do Exército, pelo Centro de Inteligência da Aeronáutica e pela Divisão de Inteligência Estratégica e Militar da Armada, da Marinha do Brasil. Então, a ideia força deste eslaide é que, desde o início da criação do Sistema Brasileiro de Inteligência, nós temos contribuído com inteligência amparados por lei.

Fazemos parte também – e ocupamos com os mesmos elementos do Sistema de Inteligência de Defesa – do Conselho Consultivo do Sisbin.

O que facilita o nosso trabalho junto aos órgãos de segurança pública é que também, pelo Decreto Presidencial nº 3.695, de 21 de dezembro de 2000, nós pertencemos também ao Subsistema de Inteligência de Segurança Pública. Nós ocupamos duas cadeiras nesse sistema e procuramos integrar os esforços na área de inteligência para cumprir todas as missões necessárias. O segredo é a integração. Por isso, as engrenagens funcionam.

Aqui, só para enfatizar, o órgão central do Sistema de Inteligência de Defesa é a Subchefia de Inteligência de Defesa do Ministério da Defesa.

Eu gostaria de dar alguns números para mostrar a importância desse sistema.

Somente no Exército nós somos 669 organizações militares espalhadas pelo Brasil. Então, nós temos uma capilaridade muito grande. A maioria absoluta dessas organizações militares possui pelo menos uma seção de inteligência classe C. A seção de inteligência classe C é aquela que capaz de fornecer dados e produzir informes para o sistema de inteligência.

Temos também, no campo externo, a presença dos nossos adidos de defesa, de que nós poderemos, se for necessário, solicitar, diplomaticamente, por meio dos nossos adidos de defesa, qualquer conhecimento necessário. São 57 adidâncias de defesa no exterior.

Organização das Forças Militares. Não é o foco da apresentação, mas vai dar suporte para eu mostrar aos Parlamentares aqui presentes como a Inteligência de Defesa vai trabalhar nos jogos.

Então, nós já temos uma diretriz ministerial, por meio da Portaria Normativa nº 232, de 30 de janeiro de 2015, que autorizou o início dos planejamentos e preparo das forças militares para atuar nos jogos. É claro que, para nós atuarmos, há necessidade de ser decretado o GLO. Mas, para fins de planejamento e de preparo, nós já estamos trabalhando com base na diretriz ministerial que eu apresentei. Já temos um plano estratégico de emprego conjunto das Forças Armadas e os planos dos comandos conjuntos estabelecidos. Já temos os planos operacionais e táticos concluídos. É claro que, até a realização dos jogos – esses são planos dinâmicos –, nós vamos fazer atualizações.

Essa é a estrutura. É uma estrutura consagrada pelos grandes eventos. É claro que foram inseridos alguns aperfeiçoamentos. Então, no Rio de Janeiro, que é o foco, que carrega a maior carga de atividades dos Jogos Olímpicos, nós teremos um coordenador geral de defesa de área, que será o próprio Comandante Militar do Leste, considerando a importância daquela cidade.

Teremos no Rio de Janeiro, subordinado ao Coordenador Geral de Defesa de Área, os coordenadores de Defesa Setoriais: Barra da Tijuca, Copacabana, Deodoro e Maracanã. Por isso que eu falei da importância daquele mapa com os setores e regiões olímpicas.

E nas sedes de futebol, nós teremos os coordenadores de Defesa de Área: Belo Horizonte, Brasília, Manaus, Salvador e São Paulo.

No Rio de Janeiro, o CDS Barra vai ficar com o oficial general, que está vindo de Caçapava com a sua brigada, poderá vir, caso seja decretado o GLO, para cumprir a missão naquele complexo, naquela região olímpica. O CDS Copacabana, com o Comando do 1º Distrito Naval; o CDS Deodoro, com o Comando da 1ª Divisão do Exército, na Vila Militar, e o CDS Maracanã, com o Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve (Montanha), que está sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais.

O CDS Belo Horizonte, com o Comando da 4ª Região Militar; Brasília, com o Comando Militar do Planalto; Manaus, o Comando Militar da Amazônia; Salvador, o Comando do 2º Distrito Naval e, São Paulo, o Comando da 1ª Divisão de Exército.

E agora, na sequência, os coordenadores de ações centralizadas. Para o terrorismo, o Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo, que está na mão do Comandante do Comando de Operações Especiais, em Goiânia – o Centro de Coordenação de Fiscalização de Explosivos. Na área de defesa cibernética, o Centro de Coordenação de Segurança e Defesa Cibernética; o Centro de Coordenação de Ações Aeroespaciais e Aeroportuárias, nas mãos da Força Aérea, e o Centro de Coordenação de Logística e Mobilização.

Para a Inteligência, cada estrutura dessa apresentada possui a sua seção de inteligência, que nós chamamos de D2. E são estruturas, que eu vou apresentar a partir de agora, conjuntas. Nós temos seções de pessoal, operações, planejamento, Com Soc, assuntos civis, logística, e temos a nossa Seção de Inteligência. E o ponto forte dessas seções de Inteligência são os Oficiais de Ligação.

Nós recebemos, poderemos receber Oficiais de Ligação tanto do Ministério da Justiça, quanto da Abin, como também nós forneceremos Oficiais de Ligação para os Centros de Inteligência dos Jogos (CIJ), os Centros de Inteligência Nacional. Dessa forma nós mantemos, conseguimos manter a integração dos assuntos de

inteligência. Aqui uma foto de uma Seção de Inteligência e as diversas carteiras, com o seu painel lá de acompanhamento de tudo o que ocorre.

Bom, encerrando a minha apresentação, eu gostaria de apontar algumas questões, alguns desafios que nós enfrentaremos, e que eu denominei de pontos de atenção, e que pode ser, caso a Abin julgue como risco para o evento, porque os riscos são de responsabilidade da Abin serem divulgados... Uma primeira aproximação já foi feita e agora nós estamos passando e expondo aqui as nossas preocupações, os nossos desafios que enfrentaremos: ações terroristas ou sabotagem de qualquer natureza é um desafio; criminalidade e violência urbana; comprometimento do sistema de mobilidade urbana; comprometimento da saúde pública; comprometimento dos serviços essenciais; ataques cibernéticos e fenômenos naturais.

Por isso, nós estamos norteadando o nosso planejamento como eu apresentei anteriormente.

Muito obrigado pela oportunidade. Eu estarei à disposição para os questionamentos no momento dos debates.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Coronel Marcelo, cumprimento-o pela precisão rigorosa do tempo.

Abrindo a parte dos debates, com a palavra o Senador Wilder Moraes; em seguida a Senadora Marta, o Deputado Heráclito e a Deputada Soraya.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PP - GO) – Obrigado Presidente.

Gostaria de parabenizar V. Exª por esta reunião da Comissão, ao fazer um balanço do Serviço de Inteligência deste grande evento, talvez um dos maiores eventos do mundo. Parabéns pela condução!

Eu gostaria de cumprimentar os colegas palestrantes, o nosso Prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes; William Marcel Murad, Diretor de Inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos; também Wilson Trezza, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência; o Coronel Marcelo; colegas Senadores e Deputados.

Gostaria de parabenizar o nosso Prefeito pela sua dedicação e seu trabalho. Com certeza, é um dos grandes gestores, que tem na sua mão a responsabilidade de fazer um grande evento. Tenho acompanhado o quanto V. Exª é dedicado e tem cuidado desse trabalho. Com certeza, eu posso dizer que a bola não cai do seu lado, porque você é muito dedicado. Eu, apesar de ser goiano, tenho ido muito ao Rio e tenho visto o seu trabalho. Parabéns, Prefeito! Com certeza, nós teremos um grande evento.

Também gostaria de parabenizar o Serviço de inteligência pelas palavras dos palestrantes, que demonstram conhecimento e que têm também uma história presente, que foi a nossa Copa do Mundo e que tirou de letra, também. Com certeza não será na Olimpíada que não vai fazê-lo.

Então ao parabenizar, eu queria dizer, Presidente, da importância desta Comissão, e de fazer este balanço, neste momento. Há tempo ainda de a gente corrigir o curso se, de repente, por algumas questões de investimento, como diz o nosso colega Deputado Heráclito Fortes, a questão da dedicação do Governo Federal, a compreensão deste momento – vamos dizer – político que estamos fazendo, e a questão deste momento, que não é questão simplesmente do Rio de Janeiro, mas sim do Brasil. Então, eu queria parabenizar esta Comissão e dizer que estou contente pela explanação que vi dos colegas.

Parabéns, Presidente!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Senador.

Com a palavra, a Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Foi bastante interessante a apresentação, principalmente a percepção de que tantos eventos que nós tivemos no Brasil nos últimos anos, lembrando em particular a Rio+20 e depois a Copa, os eventos recentes mais importantes, devem ter propiciado mesmo uma integração que nós não tínhamos antes no Serviço de Inteligência. Eu gostaria de saber um pouco mais sobre isso, o que foi realmente o maior benefício dessa integração e que áreas ainda necessitariam ter uma proximidade maior para que isso realmente pudesse passar a funcionar melhor, porque me parece que o grande segredo do êxito é nós termos todas as nossas instituições de inteligência trabalhando conjuntamente, o que é muito difícil conseguir. Parece que, talvez devido até à própria situação, a gente tenha dado um passo enorme.

Outra coisa que eu gostaria de colocar para todos: nós tivemos uma possibilidade de aprendizagem muito grande nesses anos todos. Eu gostaria que talvez pudessem dizer onde nós crescemos mais, em que aspectos nós poderíamos crescer mais também.

Faço uma pergunta para o Diretor-Geral da Agência Brasileira, o Sr. Wilson Trezza: naquele mapa que foi apresentado, eu notei que os Estados Unidos têm, se não me engano, três pontos de inteligência, e a América Central tem muitos mais. Eu fiquei com a questão: por que isso? Acho que são centros de inteligência que estão espalhados pelo mundo naquele mapa, e ficou meio incompreensível. Deve ter uma explicação. Eu fiquei curiosa.

E também o recurso. Eu achei o recurso para a Abin bastante baixo: R\$14 milhões, se não me engano. Estou errada? Para mim, parece que é bastante limitado para o que foi delineado, porque tem muito trabalho. Então, gostaria que falasse sobre isso.

O Prefeito é fora da curva. Então a gente tem sempre que dar parabéns, Eduardo. Mas eu gostaria de perguntar para o Eduardo que parece que existe um problema real até agora dos repasses federais para a Olimpíada. Como está sendo isso? Está atrapalhando seu trabalho? Quais são as possibilidades de superação, as garantias que você tem? O que vai ficar diminuído, atrapalhado com essa falta de recursos?

E, depois, uma pergunta de quem também já foi prefeita, é muito difícil preparar isso que você está conseguindo preparar, e eu acho que é o maior evento que o Brasil já teve nesse sentido. Na questão, são duas questões, uma é o planejamento, a outra execução. Não sei se teríamos o tempo, mas se você pudesse falar um pouco sobre as dificuldades encontradas no planejamento sobre algo desse porte, e as dificuldades na execução depois de um trabalho com todas as dificuldades, que são relativas também à nova condição do Brasil e todas as dificuldades, eu gostaria também de ter essa posição.

E, por fim, uma pergunta simples. Todo evento desse porte sempre pode acontecer o imponderável. Eu queria saber se vocês têm um gabinete de crise, uma equipe de crise e se isso está bem formado, bem formatado? Porque me parece que tudo pode estar superplanejado, mas se a gente não conseguir com o imponderável, que pode ser de todo tipo, o evento vai estar prejudicado, não importa nada mais.

Era isso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Senadora.

Com a palavra o Dep. Heráclito Fortes.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Sr. Presidente, senhores convocados, eu acho que a Comissão, pelo menos da minha parte, está procurando cumprir o seu papel. E acho mais, Presidente: nós temos que criar aqui uma comissão permanente, focada exclusivamente para essa questão, porque essa questão geograficamente é do Rio de Janeiro, mas ela é nacional. O que está em jogo é o País.

Deus quis que fosse o Prefeito Eduardo Paes que estivesse sob o comando do Rio de Janeiro neste momento.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deus é brasileiro.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Como?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deus é brasileiro, é bom o senhor se lembrar.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Com certeza. E nós temos agora o reforço do Papa, que é argentino. Então, está tudo aqui pertinho.

De forma que eu quero me congratular, mas eu quero, por dever de justiça, fazer uma referência muito especial ao nosso Coronel Marcelo Rodrigues. Seus primeiros cinco minutos foram de um nervosismo responsável, e eu fiquei prestando atenção. Eu tenho alguns anos nesta Casa e uma coisa que eu gosto é observar. E o nervosismo era pela responsabilidade do que estava afirmando. Eu quero dizer que o senhor cumpriu um papel fantástico. Eu fiquei aqui, eu me senti naquele *The Voice*, onde você fica ouvindo exatamente o comportamento do que se apresenta. O senhor fez exatamente isso. De repente, dominou, trouxe as informações sem nenhuma filigrana, porque o que nós precisamos aqui, gente, são de dados concretos, nós precisamos saber onde estamos pisando.

Eu não consigo entender, Presidente, como é que coloca a Abin nas mãos do Berzoini. Como é o nome do Ministério do Berzoini, esse novo aí?

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Secretaria de Governo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Secretaria de Governo. Por que não na Defesa? De repente o Berzoini assumiu o Posto Ipiranga, que foi entregue, durante um tempo, para o Michel Temer. Tudo resolvia lá no Posto do Michel, no Posto Ipiranga, no Posto Ipiranga. Agora passaram para o Berzoini. Como é que ele vai resolver questões de artesanato, questões de segurança? Não tem sentido, gente! É uma irresponsabilidade que se faz. E se politizar uma questão que não pode e não deve ser política. Segurança é coisa séria.

Tenho um respeito pessoal muito grande pelo Berzoini, mas acho que até ele aprender o que é segurança a Olimpíada vai passar. Ora, se nós temos o Ministério da Defesa, se nós temos canais naturais para isso, para quê essa inovação? Porque esse Ministério é do toma lá dá cá. Os Parlamentares que estão sendo chamados para lá, meu caro Prefeito, é para ser convidado para assumir cargos ou para indicar cargos. Imagine o absurdo se, amanhã, algum Parlamentar exótico resolve querer afrouxar com o Governo se tiver um cargo na Segurança?!

Então isso não pode acontecer, minha cara Presidente, e eu estou lhe dizendo isso porque V. Exª tem uma responsabilidade dobrada. O novo Ministro da Defesa, que saiu da Ciência e Tecnologia, é do seu Partido. Aliás, este Governo tem uma coisa fantástica. Eu era menino e me lembro daquele grande time que era o Santos; o Pelé, o Coutinho, mas havia uma figura excepcional chamado Lima, um crioulinho pequeno que jogava nas 11

posições, aliás, nas 10, menos no gol; qualquer buraco que tinha, era o Lima. O Lima era tão importante que se transformou em cunhado do Pelé, casou-se com a irmã da Rosemeri. E este Governo está cheio de Limas, com a facilidade com que se sai de um ministério para outro é uma coisa impressionante, mas não é o caso.

Eu quero, antes de terminar, pedir ao Coronel que passe para esta Comissão uma informação. O senhor disse que nós temos 57 ajudantes de defesa pelo mundo afora. Por gentileza, quais são os países? Quem ocupa as funções e o qual o salário que recebem? É importante o País saber disso; 57 ajudantes. Eu estou falando disso porque há outra quantidade de adidos culturais, adidos de defesa, e agora apareceu até um adido aí que é o marido da minha ex-querida colega Ideli Salvatti, que está ocupando uma função de destaque em Washington.

E quero dizer ao Senador Wilder que todos nós torcemos pelo Rio de Janeiro. A Coca-Cola patrocina as Olimpíadas, Prefeito?

O SR. EDUARDO PAES – Ela é patrocinadora do Comitê Olímpico Internacional.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – É. Daí por que Manaus entrou, como entrou na Copa, Manaus foi colocado. Por que não colocaram um time para jogar no Piauí? Como seria bom. E olha que o Piauí não tem fábrica da Coca-Cola, mas faz parte da regra do jogo, e eu quero apenas fazer o registro.

V. Exª tem uma responsabilidade com o Rio de Janeiro maior do que todos nós, porque o Rio tem um gigante adormecido, que é o velho Hotel Nacional, que é Goiás quem está querendo levantar. Seria tão bom, Sr. Prefeito, que esse Hotel Nacional – e Goiás que é o responsável, pelo que eu soube, é um grupo goiano que está à frente, V. Exª participa?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PP - GO) – Participo. Eu sou o líder do processo lá e, com certeza, vai estar pronto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Está vendo! Vai estar pronto?

O SR. WILDER MORAIS (Bloco/PP - GO) – Vai estar pronto. Nós vamos inaugurar ano que vem junto com a obra olímpica, junto com todo o evento que o Prefeito está fazendo; nós vamos fazer junto.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – É uma participação concreta que a iniciativa privada dá ao Rio de Janeiro que, por incrível que pareça, está carente de boas acomodações.

Dito isso, Srª Presidente, eu quero dizer que eu estou cumprindo aqui o meu papel. Esta Comissão é fiscalizadora, ela não é bajulatória, e essa deficiência, isso já vem de muito tempo. E por isso nós não temos tido, ao longo do tempo, a capacidade de, antecipadamente, questionarmos e resolvermos, talvez, algumas questões que passam ao largo e que nós poderíamos ter poupado, inclusive, a Presidente dos constrangimentos por que passa hoje.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada.

Com a palavra a Deputada Soraya Santos. E queria cumprimentar a Deputada Gorete Pereira aqui presente, é sempre uma alegria e satisfação.

Deputada Soraya Santos.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Muito obrigada, Presidente.

Eu queria, Deputada Jô, fazer algumas perguntas, algumas já foram feitas inclusive pela Senadora Marta, mas eu queria me ater, por exemplo, aos locais que o senhor, Coronel, citou, os quatro pontos de competição que estão diretamente na responsabilidade do Governo Federal. Nesses pontos, qual o número de homens envolvidos na proteção dos locais de competição? Essa é uma pergunta.

A outra pergunta é que um evento dessa natureza leva à necessidade de capacitação e treinamento de todos os agentes envolvidos, que têm que ter alta qualificação. E quando a gente encontra um dado que foi apresentado aqui, na ordem prevista de R\$ 1,2 bilhão, e, de repente, a gente fica sabendo que só se recebeu até agora R\$ 280 milhões, eu quero saber, na questão da capacitação, como é que está sendo aplicado o dinheiro em relação a esse quesito?

Porque o que a gente percebe é que o Prefeito Eduardo Paes está fazendo um esforço enorme, enorme, não só em cumprir no prazo – eu ousa até dizer que vai entregar antes do prazo tal o monitoramento. E tenho orgulho de estar, no Estado do Rio de Janeiro, especificamente na cidade do Rio de Janeiro, sob seus cuidados, Prefeito Eduardo Paes, e pelo Centro de Monitoramento. Mas quando a gente vê um contingenciamento no item segurança, a partir do momento que tem que ser feita uma ação compartilhada, onde está esse comprometimento? Até onde vai esse comprometimento?

Outra coisa é a questão de eventos que antecederam este que será, sem margem de dúvida, o maior evento dessa natureza que o País já enfrentou. Dos eventos passados, quais foram os avanços que geram uma segurança? Porque há questões que a gente não tem – apesar de serem preocupações de eventos como terrorismo –, o Brasil não tem, prática de terrorismo, mas nós temos experiências que vieram dos outros eventos. Quais foram os pontos mais positivos em que esses serviços de inteligência deram um passo a mais, avançaram, e quais ainda restam como dúvidas para um evento dessa natureza? Eu queria saber de cada um dos senhores

onde estão esses pontos e também de que forma essa questão dos repasses pode estar comprometendo os pontos em que a gente precisa avançar.

Eu queria, especificamente, meu Prefeito, perguntar se, quanto aos repasses federais – e eu queria ouvir do senhor –, esses repasses estão, primeiro, gerando algum tipo de preocupação na conclusão das obras – eu já sei a resposta, mas quero ouvir do senhor –, e, em relação à segurança, que é o item da pauta, se esses repasses que não estão sendo feitos e são devidos ainda à Prefeitura do Rio de Janeiro poderão gerar algum tipo de preocupação do senhor, que está à frente desse projeto, que não é da cidade do Rio de Janeiro, mas é o maior projeto brasileiro, como referência nacional.

Era isso que eu queria dizer.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Agradeço também.

Duas referências, para que os senhores possam responder.

Em primeiro lugar, Prefeito, eu queria sentir, como a cidade do Rio de Janeiro é o território do grande desafio das Olimpíadas, como os órgãos e a estrutura geral da Prefeitura estão integrados ou cumprindo determinada tarefa. Qual é a articulação que existe da administração com o órgão de coordenação, tanto da Inteligência como da Secretaria para Grandes Eventos?

E para os outros três, eu fiquei com dúvida quanto a exatamente quem é o comandante que dá a ordem unida. Existe o Sisbin, existe o Centro, mas eu fiquei muito insegura. E toda batalha, toda grande possibilidade depende da voz de comando, todos e todas aqui presentes sabemos.

Concedo a palavra ao Prefeito, na ordem subsequente, lembrando que V. Exª já ultrapassou um pouco o tempo da sua disponibilidade, o seu assessor veio aqui me reclamar e me cobrar.

O SR. EDUARDO PAES (*Fora do microfone.*) – Imagina!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – V. Exª está com a palavra.

O SR. EDUARDO PAES – Vou demitir o assessor que disse isso... (*Risos.*)

Imagina.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigação dele.

O SR. EDUARDO PAES – Tenho enorme respeito e admiração por esta Casa. Confesso que, às vezes, venho meu querido amigo Deputado Heráclito Fortes, sinto até saudade das boas polêmicas aqui na Casa. Esse corredor aqui é um corredor de muitas memórias. Mas deixe-me ficar na minha fase paz e amor, cuidando do balneário, não é isso, Senadora Marta Suplicy? (*Risos.*)

Que, aliás, em breve também estará cuidando da segunda mais fantástica cidade do Brasil, que é São Paulo... Mas deixe-me tentar aqui responder algumas das questões. Primeiro, o seguinte. Voltando ao tema da segurança, há, sim, um aprendizado imenso, fruto desses grandes eventos realizados no Rio de Janeiro. Então, enfim, todas as forças de segurança, de inteligência aqui presentes, seja a Secretaria de Grandes Eventos, a própria Abin e as Forças Armadas, têm um contato permanente com os órgãos da Prefeitura.

O que nós fizemos na Prefeitura, Deputada? Nós criamos uma empresa, com prazo para terminar, chamada Empresa Olímpica Municipal, que, na verdade, é a grande articuladora dentro do Município, que se dedica integralmente ao tema das Olimpíadas. Ali você tem uma espécie de diretoria de operações, que dialoga permanentemente com todas as forças aqui. E é óbvio que para cada caso você traz um determinado órgão da Prefeitura.

No caso de inteligência e segurança, trabalha a Secretaria de Ordem Pública, que tem como subordinada a si a Guarda Municipal. É aí que há uma interação maior. Mas é óbvio que, na parte de mobilidade toda, a segurança opina, veta, diz se isso pode, se não pode. Todas essas foram experiências vividas em outros eventos.

Chamamos a atenção, porque vale este registro, que sempre há o inusitado. Não sei se vocês se lembram, mas na visita do Papa erraram o caminho, e o Papa ficou em uma engarrafamento na Presidente Vargas. É porque resolveram colocar policiais rodoviários federais de Minas Gerais que não conheciam a cidade do Rio de Janeiro. Foi exatamente o que aconteceu. É a esse tipo de coisa que temos que ficar atentos, mas também há experiências e equívocos cometidos no passado que podem nos ajudar muito.

Portanto a integração é completa entre os órgãos de segurança e o Município, além do próprio Comitê Organizador. Aliás, diga-se de passagem, creio que os senhores se lembram de que a União tinha uma garantia no sentido de suprir eventuais déficits do Comitê Organizador dos Jogos. Nós entendemos por bem que essa não era uma boa medida. Recentemente o Congresso Nacional, a Câmara e o Senado, votaram a exclusão dessa garantia na Lei Olímpica.

O que nós fizemos na prática foi o seguinte: os Governos, para que não houvesse déficit no Comitê Organizador e para que não tivesse que haver qualquer repasse de recursos públicos para esse Comitê, resolvemos assumir algumas funções que seriam inicialmente do Comitê Organizador. Então, no caso da segurança, uma

parte ou boa parte da segura interna de várias dessas instalações esportivas e não esportivas – por isso às vezes a confusão nos números – serão de responsabilidade do Governo Federal, mais precisamente da Guarda Nacional. Isso mostra um pouco esse grau de entrosamento.

Quero destacar, quando faço esse comentário, que o Comitê Organizador também assumiu responsabilidades que não eram originalmente dele. Portanto, no campo das finanças as contas se encontraram bastante equilibradas.

E passo para o lado das finanças. Há uma indagação da Deputada Soraya e da Senadora Marta Suplicy em relação a essa questão dos repasses.

Vou voltar a afirmar algo que é muito positivo em relação à Olimpíada do Rio, e muitas vezes gerava um clima no Brasil de que está se dando tudo para o Rio de Janeiro por causa das Olimpíadas. É óbvio que é um evento nacional, mas com esse legado todo a cidade terá muitos ganhos. Mas a nossa sorte, diante de um cenário de restrição orçamentária como o que nós vemos hoje do Brasil, é que nós não temos tantos recursos assim do Orçamento Geral da União como se imaginava. É importante dizer isso, porque as pessoas tinham a impressão de que tudo estava sendo pago com recursos do Orçamento da União, o que não é verdade.

E aqui não há nenhum tipo de acusação ou de ingratidão pela ajuda dada pelo presidente Lula e agora pela Presidenta Dilma à organização dos Jogos Olímpicos. É uma parceria permanente que permitiu ao Rio de Janeiro realizar muitas coisas, mas de Orçamento Geral da União nós temos – vou falar de números redondos – algo em torno de R\$700 milhões a R\$800 milhões do parque de Deodoro, que é justamente essa área militar, que era de responsabilidade original da União, enfim, que a União entendeu por bem delegar ao Estado, que depois delegou ao Município. E naquele parque olímpico da Barra – estou aqui de novo arredondando números, falando de maneira geral, não quero parecer irresponsável – deve ser algo em torno de R\$1,8 bilhão. Desse R\$1,8 bilhão, quase R\$1 bilhão vem do privado, 300 vêm do Município do Rio e 500 vêm do Governo Federal. Então, na verdade, se se somar, de equipamentos esportivos, a União está entrando com R\$1,2 bilhão ou R\$1,3 bilhão. Em relação a esses recursos do Orçamento da União, que não são nada se comparados a R\$39 bilhões de orçamento das Olimpíadas. Nós mostramos que não há tanto recurso do Orçamento da União. De novo, não quero registrar que nós fizemos todo tipo de financiamento, facilidade para o endividamento. A Prefeitura organizou suas finanças para permitir isso. E não há dúvida alguma de que isso houve. Então não há aqui nenhum tipo de queixa, mas é importante destacar isso: não tem tanto orçamento da União, graças a Deus! Se dependesse de Orçamento da União hoje...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Desculpe-me, Prefeito, as grandes obras de infraestrutura são da União? São de quem?

O SR. EDUARDO PAES – Eu vou chegar lá.

Para esses equipamentos esportivos, justiça seja feita, desse um bilhão e pouco para equipamentos esportivos, os recursos estão liberados. O que dificulta a nossa vida, ex-prefeita Marta Suplicy, futura prefeita, Senadora Marta Suplicy, é a gincana que se estabeleceu para os administradores públicos do Brasil com essa história que a gente vai criando cada vez que surge um caso. E aqui me permito um pouco mais de ilações, de divagações políticas, afinal de contas, enfim, apesar de ocupar uma função no Executivo municipal, ainda pretendo ser um ator político, mas esse é um tema que é difícil discutir no Brasil. Cada vez que surge um escândalo de corrupção, e cada vez eles são mais abundantes e com maior frequência do que todos nós desejaríamos, se inventa uma nova forma de controle. E essas novas formas de controle, na verdade, acabam dificultando ainda mais e não resolvendo os desafios do combate à corrupção. Portanto, é literalmente uma gincana para pegar esse recurso. Então, justiça seja feita, os recursos estão disponíveis sim para essas obras de equipamentos esportivos no Orçamento Geral da União, não há qualquer contingenciamento, agora, neste momento, a Prefeitura tem, desses R\$1,2 bilhão, algo em torno de R\$250 a R\$300 milhões adiantados, porque, no dia em que você contrata a empresa, nenhuma empresa brasileira de engenharia está no momento de ficar esperando recurso, aquelas coisas que pagam com 90, 120 dias. Daí a Prefeitura emite a fatura, vai ao Ministério do Esporte, que certifica tudo, passa pela Caixa Econômica Federal, que certifica também, passa pela CGU, pelo TCU, enfim, pelos us todos do mundo e, nesse período, a gente fica financiando essas obras.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Se passar pelo Ibama, morreu.

O SR. EDUARDO PAES – Se passar pelo Ibama, graças a Deus, nesse caso, as licenças do Ibama já foram concedidas.

Mas esses órgãos de controle em excesso no Brasil, eu costumo dizer isso, outro dia nós listamos: nós temos 23 entidades monitorando e a Prefeitura executando noventa e tantos por cento das obras, enfim, é uma quantidade de gente enorme fiscalizando, monitorando, acompanhando, enfim, e muito pouca gente executando.

E a outra parte que tem recursos do Orçamento da União nas obras de infraestrutura, repito, a Prefeitura do Rio se financiou em PACs, investimento e financiamento, mas recursos do Orçamento da União, recursos

sem retorno, sem que o Município tenha que pagar, são R\$500 bilhões da PPP do VLT do centro do Rio, e essa está atrasada. Então, para se ter uma ideia, na matriz olímpica toda, daqueles R\$39,2 bilhões, de Orçamento da União, há R\$1,3 bi de equipamento esportivo e R\$500 milhões do VLT. É só isso.

Para a gente lembrar aqui, dos R\$30 bilhões das Olimpíadas, quase R\$18 bilhões foram viabilizados com recursos privados. Isso é patrimônio da população do Estado do Rio de Janeiro, porque é por certificado de potencial construtivo, é parâmetro construtivo que pertence à população da cidade. Portanto, é um investimento muito grande. E há sempre essa confusão em relação a esses números. De novo, fazendo justiça aqui com o Governo Federal, que tem sido muito parceiro da cidade do Rio de Janeiro, foi o presidente Lula e a Presidenta Dilma.

Só para terminar, divagando um pouco mais sobre o questionamento colocado pela Senadora Marta Suplicy, um evento desses, eu diria que, em tempos de paz, tirando uma situação de guerra, não há evento, não há acontecimento que exija uma operação logística tão grande. A Olimpíada, de longe, em tempos de paz, só uma guerra supera sob o ponto de vista de logística. Para que se tenha uma ideia, tudo o que nós tivemos na Copa do Mundo no Rio de Janeiro nós temos só no primeiro dia no Parque Olímpico da Barra, em um parque olímpico. Então, enfim, é absolutamente incomparável. As proporções são muito distintas.

Eu diria que a angústia das construções praticamente se acabou e hoje a angústia é a da operação – angústia no sentido de que as pessoas sempre perguntam para mim: “O que mais o preocupa hoje?” Eu falo que cada dia é uma preocupação diferente. A senhora, como já foi prefeita, sabe bem do que estou falando. São desafios permanentes, problemas que surgem todos os dias. Mas eu diria que, pela experiência acumulada, por aquilo que estou vendo até agora, pelos eventos-teste, a gente tem realizado eventos-teste, sou da tese de uma frase em inglês que diz: *no news is good news* – sem notícias são boas notícias. Eu acho que a gente conseguiu, com as boas notícias das Olimpíadas, não ter as Olimpíadas no noticiário. E é natural. A imprensa do mundo inteiro vai para a notícia negativa, mas a Olimpíada, a gente, graças a Deus, eu fico – e me jacto disso de certa maneira, porque quase 100% das obras são tocadas pela Prefeitura –, ninguém aqui ouviu falar de um superfaturamento, de um aditivo, de um prazo atrasado. Quer dizer, se houver aditivos são aqueles normais, previstos em lei, que permite aditivos de até 25%. Mas ninguém vai ver uma obra olímpica custando o dobro do que estava licitado inicialmente.

Então, eu acho que as coisas caminham bem. As dificuldades são muitas, são permanente, porque, infelizmente, o Brasil ainda tem uma estrutura feita para que as coisas não aconteçam. Se a gente puder fazer com que não aconteçam, nós, brasileiros, ficaremos mais felizes. Infelizmente, essa é a cultura, essa é a lógica que a gente segue.

Eu vou ter que pedir desculpas, se o Deputado Heráclito me permitir, se a Deputada Jô me permitir, porque eu tenho agora um compromisso marcado na Presidência da Caixa. Prefeito está sempre rodando por aí quando tem oportunidade de vir a Brasília.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Desfaça apenas uma curiosidade, embora não seja o tema aqui específico, mas é uma curiosidade nacional. Eu estive agora lá fora, Prefeito – fui conhecer o estrangeiro depois de tantos anos –, especificamente, à Itália, e lá fui perguntado por várias pessoas sobre a questão da poluição das nossas águas, sobretudo agora por ocasião das Olimpíadas. Eles realmente têm essa preocupação. Há um terrorismo – eu sei que há –, mas essa preocupação existe.

Se V. Exª pudesse me tranquilizar, eu apreciaria.

O SR. EDUARDO PAES – Deputado, para as Olimpíadas, não. E qual é a questão aí? Primeiro, a raia da Baía de Guanabara é realizada na entrada da Baía, na altura da Enseada do Botafogo, Parque do Flamengo, que é a área mais limpa da Baía de Guanabara.

Qual é a crítica que se faz? É um período que não chove; então você tem menos esgotos sendo jogados etc. Qual é a questão aqui? Vamos falar aqui do viaduto da Perimetral, dos cinco quilômetros de viadutos engarrafando a cidade há dois anos. A gente usou as Olimpíadas para fazer coisas, enfrentar desafios da cidade de muitos anos. Esses eventos têm que servir para isso: têm que servir como argumento.

Há cinco anos atrás começaram a explodir muitos bueiros no Rio. Isso só para voltarmos um pouco no tempo. E, num belo dia, eu vi lá uma senhora, no RJTV, o noticiário da Globo lá, na edição da noite, dizendo assim: “Imaginem nas Olimpíadas esses negócios explodindo!”. Eu disse: “Imaginem a gente aguentar até as Olimpíadas! Não vai haver mais ninguém aqui, porque, daqui a cinco anos, se esses negócios continuarem explodindo, já morreu todo mundo”. E, ali, eu percebi, Deputado, que a gente podia utilizar aquele evento para fazer coisas que pareciam impossíveis, e a demolição da Perimetral é um bom exemplo disso. Se eu não demolisse a Perimetral, não faria a menor diferença para as Olimpíadas. E a gente tinha cerca de 80% da população contra a demolição da Perimetral, mas o argumento que eu utilizei, correndo o risco da impopularidade – e, agora, os frutos estão vindo, com as pessoas começando a entender, de modo que, hoje, todos já são a favor –,

foi que aquilo era para as Olimpíadas. Na verdade, não era para as Olimpíadas, mas as Olimpíadas inspiraram o reencontro da cidade com a sua origem de ser que é a Baía de Guanabara.

Então, quando a gente faz a crítica à Baía de Guanabara, quando ela surge, é porque foi uma oportunidade perdida de limpar totalmente aquele ativo não só da cidade do Rio de Janeiro, mas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. É uma história antiga. Não é admissível que, numa cidade como o Rio de Janeiro ou numa Região Metropolitana como a do Rio de Janeiro, você tenha aquele ativo fantástico, que é a Baía de Guanabara, ainda com muitos pontos de poluição. Então, isso é mais para o fundo da Baía, nas áreas de outros Municípios, algumas áreas específicas.

Então, eu diria que as Olimpíadas não serviram... Apesar de ter avançado muito: nós saímos de 8% de esgoto tratado para chegarmos, no ano que vem, a 60% do esgoto tratado. Então, um avanço enorme. Já é um avanço enorme!

Agora, é óbvio que, se a gente parar para ver, esse é o problema das Olimpíadas – porque tem que ter um problema, alguma coisa tem que ter –, mas, de novo, a gente não encontra nenhuma obra superfaturada... Os problemas tradicionais do Brasil a gente não está encontrando nas Olimpíadas, e, se Deus quiser, permaneceremos invictos até lá nesse sentido. Então, de fato, essa poluição...

O caso da Lagoa Rodrigo de Freitas é uma besteira. A Lagoa Rodrigo de Freitas tem, em certos períodos, uma mortandade de peixes pelo excesso de peixes que lá existe, e não por despejo de esgoto. Há uma situação de troca com o mar e, em alguns períodos, aquilo tira a oxigenação da Lagoa Rodrigo de Freitas, que tem condições hídricas de balneabilidade excepcionais.

Então, o fato da Baía de Guanabara é esse. Eu acho que esse era o grande desafio da nossa cidade e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Eu lembro que, quando a gente tira a Perimetral, é porque a cidade havia construído um muro entre ela, cidade, e a sua razão de ser. O Rio é de janeiro porque a Baía de Guanabara foi descoberta em janeiro, e achavam que a baía era o rio.

Então, a razão de ser dessa cidade, a razão de ser daquela Região Metropolitana tão fantástica como é a do Rio de Janeiro é em razão daquela Baía de Guanabara.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Prefeito.

Boa sorte.

O SR. EDUARDO PAES – Peço perdão especialmente aos demais expositores aqui, mas tenho que ir. Tomara que eu arrume um dinheirinho!

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Boa sorte na Caixa Econômica Federal, porque sei que todo prefeito gosta disso.

Com a palavra para responder, Dr. Trezza.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Retomando, lembro que poderemos ter Ordem do Dia, então, temos uma certa referência de tempo.

Com a palavra, para responder, Dr. Trezza, Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Vou tentar ser breve e vou começar, pela ordem, com algumas indagações feitas pela Senadora Marta Suplicy.

Bem, a senhora comentou sobre a integração, sobre como tem sido essa integração, e o aprendizado que tivemos, entre outros aspectos.

A integração, certamente, evoluiu. Como disse, pegamos como marco temporal os Jogos Pan-Americanos de 2007 e vimos que evoluímos muito em termos de integração. Os Jogos Pan-Americanos foram o primeiro grande evento em que começamos a construir um modelo de inteligência para grandes eventos no País.

Tínhamos já um Sistema Brasileiro de Inteligência, criado em 1999, pela lei, mas, embora houvesse já desde aquele momento um intercâmbio de dados, trabalharmos juntos, no mesmo local, com todas as instituições, foi uma experiência nova para nós. De lá para cá, viemos acumulando essa experiência. Costumo dizer que acho que o Brasil teve a ousadia de ser o único País do mundo que assumiu tantos grandes eventos em um espaço tão curto de tempo como o Brasil fez. Se contarmos somente dos Jogos Pan-Americanos para cá, veremos que foram muitos grandes eventos em muito pouco tempo. Isso exigiu maturação muito rápida das nossas atividades. Então, houve, de fato, melhor integração no sentido de convivemos no mesmo espaço físico dentro dos centros de inteligência que foram criados para esses eventos.

Acerca do aprendizado, entre outros aspectos, a avaliação de risco foi uma inovação muito boa para o trabalho de inteligência. A avaliação de risco é feita com muito tempo de antecedência. A avaliação para a Copa do Mundo começou em 2011, para a senhora ter uma ideia. Desenvolvemos, no Brasil, uma metodologia própria. Existem metodologias internacionais que são apropriadas para grandes eventos, principalmente

no campo esportivo. Desenvolvemos uma nacional, elaborada pela Abin, chamada Arena – Análise de Risco com Ênfase na Ameaça –, que vem se aperfeiçoando. Hoje em dia, tanto na segurança pública quanto na segurança de maneira geral, como a defesa, os órgãos nos solicitam essas avaliações de risco para começarem os seus planejamentos. Portanto, o mapeamento de risco é feito através dessas avaliações que, por sua vez, para serem elaboradas, contam com a cooperação de todo o Sistema Brasileiro de Inteligência.

Evoluímos também no intercâmbio com outros países. Sempre houve troca de informações com serviços de inteligência estrangeiros, mas, no momento em que realizamos eventos em que vários países estão presentes conosco em Território brasileiro, todos também têm interesse em colaborar. Exemplo: hoje se fala muito, e é uma das grandes preocupações em grandes eventos, na possibilidade de um atentado terrorista ou de um ato de extremista, enfim, coisas dessa natureza. Trabalhamos com o imponderável sempre. A cooperação, a troca de informações a respeito dessas situações, de possibilidade de sabotagem, tem sido muito grande.

Outra experiência a mais é que começamos a sair do Brasil, todos nós (defesa, segurança pública e inteligência) para conhecermos as boas práticas e experiências de outros países. Então, tivemos oportunidade de estar presentes na Copa da Alemanha, nos Jogos Olímpicos na China, enfim, em outros países que realizaram grandes eventos, vendo *in loco* como é o modelo desenvolvido nesses países, trazendo para cá as boas práticas e, principalmente, disseminando essas práticas na área de inteligência. Certamente, nas outras áreas também, mas principalmente na área de inteligência.

A senhora me perguntou sobre se existe um gabinete de crise. Como fazer no momento em que alguma coisa fugiu um pouco ao controle? A partir do Plano Estratégico de Segurança Integrada, que mencionamos aqui, foi definido um modelo de gestão, um modelo de governança do grande evento, neste caso falando precisamente das Olimpíadas.

Esse modelo de gestão tem algumas decisões que estão em nível ministerial, e participam dessas decisões o, então, Gabinete de Segurança Institucional, agora, Secretaria de Governo, o Ministério da Justiça, o Ministério da Defesa, a Casa Civil e o Ministério dos Esportes. Existe um Comitê Executivo de Segurança Integrada, que é composto pelo Diretor-Geral da Abin, pelo titular da Secretaria Extraordinária de Segurança em Grandes Eventos e pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Esses três representantes dos três eixos da área de segurança estarão sempre juntos tomando decisões quando a necessidade ou a crise for sendo escalada.

Todavia, em nível regional, dentro do Estado do Rio de Janeiro e dos outros Estados onde nós teremos competições de futebol, nós teremos esse mesmo centro, só que no nível regional. Trata-se do Comitê Executivo de Segurança Integrada Regional, aí composto pelo Diretor do Departamento de Polícia Federal no Estado, pelo Comandante Militar de área, pelo Superintendente da Abin no local, pelo Secretário de Segurança Pública do Estado, que é o coordenador desse Comitê nesse nível de decisão, isto é, em âmbito estadual. E, logicamente, não sendo possível, nós vamos à Presidência da República. Mas, na Copa do Mundo, as coisas funcionaram bem e nada passou do nível de decisão do Comitê...

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – V. Exª me permite, Presidente?

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Não sei se estou assistindo a muitos filmes de ficção, mas é que estava pensando não apenas nas coisas que podem acontecer, que são graves, mas em coisas mais sérias. Sei lá, desde alguma coisa como ataques biológicos, com bactérias, ou alguns atos mais complicados. Digo isso porque, pelo que entendi, está muito disperso isso. E acho que deveria haver pontos... Talvez, eu esteja chovendo no molhado absolutamente. Por exemplo, o contato com certas universidades, com pessoas a quem pudéssemos recorrer dependendo do tipo de confusão que pode acontecer.

Enfim, eu estava pensando em cuidados dessa ordem, pois acredito que as três instituições que estão agrupadas... E me pareceu absolutamente adequado, pois são as maiores forças de inteligência, mas, hoje, com toda a comunicação, cada uma pode estar num canto e, ainda assim, podem se comunicar.

Mas eu gostaria que, talvez, se pensasse melhor sobre isso. Eu acho que ainda não se pensou... Nós estamos falando do maior evento do mundo, numa situação em que o mundo está absolutamente conturbado, turbulento, instável. Nós somos de um país que não tem nenhuma tradição de segurança no sentido da que os países que são permanentemente ameaçados desenvolvem.

O que estou dizendo é que, infelizmente, nós somos um pitêu para quem resolver fazer alguma confusão planetária. Nesse sentido, eu acho que nós nunca estivemos tão vulneráveis, não no sentido real de vulnerabilidade, mas na possibilidade de. É disso que eu estou... Eu acho, pelos rostos que estou vendo e pela preocupação, que vocês estão, mais ou menos, conscientes disso.

Era esse o comentário.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Retorno a palavra ao Dr. Trezza.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Srª Presidente...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Com a palavra a Deputada Soraya.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Srª Presidente, eu queria acrescentar um dado que me escapou num primeiro momento, mas que estava aqui registrado como uma preocupação enorme que eu tenho e a respeito da qual nenhum dos palestrantes fez referência. Refiro-me a preocupação sobre os ataques cibernéticos.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Sim; só o Coronel falou como um dos pontos; porém, eu não ouvi de nenhuma das pessoas aqui qual a estratégia que está sendo colocada, quem vai coordenar a defesa a esses ataques, que partem de um submundo que pouco se conhece, mesmo nos países que já têm tradição de ataques terroristas e de outros ataques.

O que nós estamos pensando para um evento dessa natureza quanto a ataques cibernéticos?

O Coronel foi o único que citou esse item; porém, nenhum dos palestrantes focou a respeito. E eu queria saber qual o pensamento deles sobre isso.

Eu acho que também vamos precisar, Srª Presidente, de alguns dados, a serem enviados para cada um de nós, em cima desses temas levantados, porque, obviamente, nós precisamos olhar esses números para que possamos promover, depois, uma continuidade desta reunião, talvez de uma forma mais fechada, para que possamos esgotar as nossas dúvidas.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Esta Presidência já acata a sugestão de V. Exª. Primeiramente, como não vai se esgotar aqui a análise do tema, pelo tempo de que dispomos, realizaremos uma reunião reservada para tratar de algumas questões que dizem respeito a áreas que requerem sigilo.

Quero lembrar que temos tido como prática, como bem lembrou o Deputado Heráclito Fortes, o debate aberto, quando se trata de questões mais gerais, desta Comissão que, regimentalmente, deve funcionar em reuniões fechadas. A proposta da Deputada, das informações que não são dadas inteiramente aqui até a reunião reservada para que tratemos de algumas questões, fica já como referência de realização.

Retorno a palavra ao Deputado Heráclito.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Permita-me, mas fui membro desta Comissão durante oito anos, como Senador. Não havia reunião aberta, até porque todos os assuntos da inteligência, da segurança, devem ser sigilosos e reservados. O Dr. Trezza participou, à época, de várias delas. Essas reunião aberta é uma inovação. Louvo V. Exª por esse gesto democrático, embora eu o considere perigoso, porque estamos tratando aqui de temas que nos levam a não abordá-los como deveriam ser abordados, ou a não termos respostas, porque eles próprios são impedidos de dar pelas circunstâncias.

Aliás, deveríamos fazer, tantas vezes quantas forem possíveis, audiências públicas com os mesmos personagens. Agora, reunião aberta... Temos que nos conscientizar de que somos os fiscalizadores das ações da Abin. É para cobrar, não é para louvar. Temos esse dever, temos constitucionalmente esse dever. E esta é uma comissão mista em que há revezamento do Presidente: um período é da Câmara dos Deputados e o outro período é do Senado Federal. Acho até que é uma das comissões mais importantes que esta Casa tem, tendo em vista a sua responsabilidade.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputado Heráclito, quando iniciamos, neste ano, o funcionamento desta Comissão, debatemos a dinâmica. Já houve uma audiência pública, que realizamos aberta em sua primeira parte e fechada em sua segunda parte. E só tratamos em reuniões abertas de questões que dizem respeito à informação à sociedade e a nós. Todos os temas – e discutimos com as autoridades presentes – que necessitem de sigilo o terão, porque os discutiremos em reuniões reservadas. Foi essa a dinâmica que usamos até hoje. Inclusive, discutimos esta reunião: se seria aberta ou fechada, pela importância, pela necessidade de dar tranquilidade à sociedade e pela confiança que temos nas autoridades presentes no sentido de que não vão falar abertamente sobre questões que dizem respeito ao sigilo nosso. Aprovamos como aberta, mas já sentimos a necessidade, bem lembrada pela Deputada Soraya, de, na próxima, para tratar dessas questões, fazer uma reunião reservada e tratarmos das informações necessárias.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – V. Exª quer saber de um caso concreto que a imprensa trouxe? Eu responsabilizo a Abin, exclusivamente a Abin, pelo noticiário que está aí envolvendo o filho de um ex-Presidente da República em uma medida provisória do IPI. Porque, se a Abin tivesse cumprido o seu papel, teria prevenido a prevaricação envolvendo a chefe de gabinete da Casa Civil, quando a Ministra da Casa Civil era a Presidente Dilma. E isso não foi feito. Qual foi o prejuízo que essa isenção de IPI deu ao País? Onde estava a Abin, que não identificou isso? Aí, você abre a *Veja* da semana passada e vê um picareta abraçado com o ex-Presidente Lula, na intimidade do Palácio, à frente de um quadro da Djanira, que sabemos onde fica localizado.

Onde estavam os órgãos de informação que não alertaram o presidente para isso? Esta Comissão é para cobrar esse tipo de coisa, não é para oba oba, Presidente..

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Deputado. V. Exª tratou dessa questão na nossa primeira reunião de audiência pública.

Vamos concluindo, porque daqui a pouco vamos ser chamados para a ordem do Dia, e o nosso Presidente não permite ausências.

Dr. Trezza.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Na sequência das informações decorrentes da pergunta da Senadora Marta e da Deputada, eu quero dizer que os aspectos que a senhora mencionou, todos eles, estão contemplados nesses colegiados que temos de gestão de crise ou não.

Nos centros criados pela Abin estão presentes não somente órgãos de inteligência; nós temos lá, por exemplo, Ministério da Saúde, Ministério dos Transportes, outras áreas que gerenciam informações importantes que possam contribuir para produção de inteligência. Temos todos esses que são convidados a participarem conosco.

Na questão da cibernética, eles são objetos das nossas avaliações de risco. O Exército tem um centro de defesa cibernética; a Abin tem um departamento de pesquisa e desenvolvimento tecnológico; e dentro desse centro, há um centro de pesquisa e desenvolvimento para a segurança da informação e das comunicações. Todos trabalham preocupados com essa questão da ameaça cibernética que é uma preocupação de todos nós, não somente na área de inteligência, mas na área de defesa e segurança pública também.

Todos esses aspectos estão contemplados nas avaliações de risco nos trabalhos de inteligência. Na área cibernética ou na área, por exemplo, da contaminação das nossas represas, uma contaminação da água no Rio de Janeiro ou disseminação de um vírus dentro da cidade do Rio de Janeiro, coisas do tipo. Nós temos laboratórios, inclusive, de avaliação antidopagem dos atletas e uma série de outras atividades que são paralelas à inteligência e que estão convidadas a cooperarem conosco.

Então, posso antecipar – se é que isso vale de referência – que nós tivemos, na Copa do Mundo em 2014 e na Copa das Confederações, uma preocupação muito grande com a segurança em função das manifestações. Eu digo que, na Copa do Mundo, não houve nenhuma ação que não tenha sido prevista antecipadamente pela inteligência. Nenhuma sequer. Nós não tivemos um evento de segurança que não tivesse sido mapeado e informado com antecedência.

O que nós temos é uma mudança no comportamento desses entes que possam desenvolver alguma atividade no Brasil, como, por exemplo, se comenta hoje muito sobre o tal lobo solitário. Nós trabalhamos com o imponderável e eu digo que nós vivemos num País com 204 milhões de habitantes e que é a 7ª economia do mundo. Com o lobo solitário temos 204 milhões de possíveis agentes de alguma ação desse tipo. Mas o que tem funcionado? Cooperação internacional, prevenção, acompanhamento e levantamento de dados de inteligência, nossos informantes, nossas fontes humanas. Assim, tem sido razoavelmente possível identificar essas situações.

Não há segurança perfeita, mas há uma capacidade muito boa de se prever situações dessa natureza, inclusive com acompanhamento do que acontece nas redes sociais, que hoje são muito usadas para disseminação, por exemplo, de ódio, de preconceitos religiosos e coisas dessa natureza. Isso ocorre muito nas redes. E nos dá uma possibilidade muito grande de prevenção. Mas, como eu disse, não há segurança perfeita. Mas há uma segurança muito boa e nós provamos isso na Copa do Mundo, quando nenhuma evento arranhou a imagem do País ou da Copa do Mundo causado por aspectos relacionados à segurança.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Dr. Trezza, desfaça uma curiosidade aqui. Vocês estão fazendo algum estudo, acompanhando de perto essa questão, que é gravíssima, que é a questão migratória?

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Sim, estamos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Nós estamos um problema...

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Estamos fazendo.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Sobre a questão migratória, Presidente Jô, nós criamos uma comissão específica para ver isso. Eu vim de um encontro na Itália que reuniu todos os países da América e do Caribe. Nós estamos recebendo compulsoriamente migrantes que estão vindo de regiões muitas delas pacíficas e outras nem tanto. E trazem tecnologias de outros aprendizados.

Temos a questão do Haiti, que já convivemos a duras penas, mas esse é um tema que tomou conta do mundo. E está preocupando o mundo inteiro. Vai servir para a Olimpíada, mas vai servir para o Brasil no futuro. É muito grave essa questão migratória no mundo e o Brasil não está fora do contexto.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – O senhor tem razão e nós trabalhamos com esse aspecto. O *start* foi dada pela migração irregular haitiana para o Brasil. Mas hoje temos cerca de 16 nacionalidades que estão

ingressando no Brasil também de maneira irregular. Irregular no sentido de não virem documentados, passam pela fronteira, pedem visto de refugiado e estão entrando no País. São mais de 16 nacionalidades. Mesmo que venham de locais do mundo onde a situação é pacífica isso continua sendo um problema. Mas nós estamos acompanhando e informando ao Governo.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Só para ilustrar a preocupação do Senador, esse fim de semana eu estive em algumas áreas bravas de periferia, em São Paulo, e bastante conturbadas, mas principalmente com muita pobreza. E eu fiquei surpresa porque não tinha ouvido ainda a questão vindo dessa forma sobre os haitianos, das pessoas muito indignadas de eles estarem competindo com ambulantes da cidade de São Paulo. Não no centro, onde é difícil, mas na periferia. E com muita raiva, muito preconceito, muito racismo, mas nós não tínhamos essa convivência nesse sentido. Pessoas que fossem de outras etnias e ambulantes nunca sofreram nada de diferente, a não ser o Poder Público tentando colocar ordem.

(Soa a campanha.)

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Mas vinda da própria população essa discriminação, eu acredito que vamos ter problema sim, dependendo da evolução da questão.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Em períodos de instabilidade...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Estamos com dois minutos. É para o senhor ir concluindo.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Em períodos de instabilidade econômica, problemas sociais, falta de emprego, esses problemas vão emergir. Nós já temos no Brasil, nos últimos cinco anos, somente haitianos cerca de 50 mil. E o destino preferencial é o Sul do País: São Paulo e alguns outros Estados no Sul do País.

Esse problema que nós vivemos hoje, da imigração, é o que os outros países viveram há muito tempo, inclusive em relação a brasileiros. Os decasségus foram para o Japão, os brasileiros foram para Portugal, Espanha, foram para outros países. A 7ª economia do mundo atrai pessoas em busca de melhores condições de vida. Esse é um fenômeno com o qual o Brasil vai ter que conviver. O que não podemos é trazer para o Brasil pessoas que venham ameaçar a segurança, a estabilidade social do País.

(Soa a campanha.)

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Mas, no mais, eu não vejo como ser diferente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Para deixar claro, acho que nós temos que ver que a riqueza brasileira vem exatamente da migração.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Exatamente.

A SRª MARTA SUPLICY (Bloco/PMDB - SP) – Não é disso que se trata. Aqui nós somos um povo construído com imigração e migração, não é? Principalmente a minha cidade e o meu Estado.

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – E só um último comentário, Presidente, em relação... O senhor mencionou sobre a Abin. Essa é a minha opinião, como Diretor da Abin, órgão central do Sistema Brasileiro de Inteligência, e já disse nesta Comissão e em outros lugares, e faço questão de frisar esse aspecto, que nós temos na Abin, como valores institucionais, sermos absolutamente apolíticos e apartidários. Então, acho que estando no ministério A, no ministério B, no ministério C, no nosso caso, internamente, não vamos mudar o nosso procedimento.

Eu não quero discutir questões das decisões que foram tomadas, onde colocar a Abin ou não, mas o senhor tenha certeza de que nós temos a competência para fazer o nosso trabalho. E a única coisa que diferencia a inteligência brasileira das melhores inteligências do mundo é: orçamento adequado, uma legislação que dê amparo à atividade de inteligência e acesso à tecnologia; e vamos cair de novo em orçamento, porque tecnologia é de uma celeridade muito grande, a obsolescência é rápida e custa caro.

Se nós temos um País com 204 milhões de habitantes, 7ª economia do mundo, com aspirações de ter um assento no Conselho Permanente de Segurança da ONU, nós precisamos reforçar a nossa estrutura de inteligência, defesa e segurança no País. E como eu costumo dizer, tudo começa pela inteligência. Se a inteligência trabalhar bem, segurança e defesa vão trabalhar menos e com melhores resultados.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Dr. Trezza. Desculpe...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Eu só quero dizer ao Dr. Trezza que quando levanto essa questão é porque quero que a Abin seja independente. Eu acho até que ela poderia ser ligada diretamente à Presidente da República.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Nós vamos fazer essa...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Porque a quem ela deve se reportar é à Presidente da República. A partir do momento que você coloca a Abin dependendo de um Ministro que toma conta dos secos e molhados, não vai evitar de, amanhã, até por ignorância de quem pede, alguém chegar ao Ministro e dizer: "Olha, diga lá

ao Dr. Trezza para não ficar mais futricando a vida de fulano”. E aí? Entendeu? Eu estou lhe dizendo apenas... Eu quero evitar esse constrangimento!

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Eu entendo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Deputado Heráclito, nós vamos debater esse tema inclusive na próxima reunião. Esta Presidência concorda com V. Exª. Se tem de criar uma agência ligada diretamente à Presidência. Mas eu queria que a gente concluísse esta Mesa, que os Deputados e Senadores já precisam sair.

Nosso Coordenador, Willian Morato, com aquela proposta da Deputada Soraya, da informação e de uma nova reunião sigilosa.

Desculpe-me, Dr. Trezza, Dr. Willian Murad.

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Obrigado, Presidente.

Vou tentar juntar alguns dos temas e algumas das perguntas colocadas aqui pela Senadora Marta e pela Deputada Soraya.

Senador, o primeiro ponto colocado foi a questão da integração, as dificuldades, os desafios, os pontos de melhoria, e eu faço uma conexão dessa pergunta com a pergunta da Deputada Soraya, em relação aos avanços dessa integração, aos avanços obtidos em relação aos últimos eventos.

A integração, como eu informei aqui, é muito difícil e tem que ser conquistada. Por parte do Governo Federal, por parte da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, foi concebido um sistema que possibilitasse a efetivação dessa integração. O que é esse sistema? É um sistema integrado de comando e controle, que vai desde o nível nacional, em que temos o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional, que, na Copa, funcionou aqui, em Brasília, até os centros regionais em cada uma das sedes.

Qual a dificuldade para a integração para o evento? O evento em si concorre com o dia a dia da segurança pública. Quando nós precisamos dos órgãos de segurança pública, de um planejamento específico integrado, ele tem de ser concebido de forma paralela e conjunta com o planejamento natural da cidade. Isso é muito difícil e é um dos desafios. No entanto, durante o evento – e eu trago aqui o exemplo da Copa do Mundo –, isso foi muito bem-sucedido, isso ocorreu efetivamente.

Qual então é o grande desafio se nós tivemos êxito em efetivar essa integração? O desafio para nós se confunde com maior o legado da segurança pública que entendemos – e não só da segurança pública, mas de todos os eixos, incluindo as Forças Armadas e a própria inteligência em sentido mais lato – que é a permanência dessa integração. Essa integração, realmente, deve ser efetivada de norte a sul do País entre todas as instituições que cuidam de segurança pública no dia a dia. Isso é um legado importante, é o legado que ultrapassa o legado dos investimentos, que foram significativos, mas essa busca... Quando foi colocado aqui: qual o maior desafio, eu colocaria isso como maior desafio e diria que a fórmula que vem sendo adotada vem trazendo alicerce para que consigamos obter êxito nisso.

E aí eu faço mais um ponto de contato com uma outra pergunta da Senadora Marta, que foi: se haverá um ambiente para cuidar de situações diversas e complexas. Por exemplo, o Centro Integrado de Comando e Controle Nacional tem a participação de mais de 40 órgãos de segurança pública e de outros como aviação civil; todos os órgãos que, de alguma forma, se relacionam ou têm algum impacto na segurança estão ali representados, seja de segurança pública, de defesa civil, e isso se replica nos Estados. Cada Centro Integrado de Segurança Pública congrega diversas instituições distintas que, na hora do evento, estarão ali juntas para o gerenciamento da operação de segurança e toda operação relacionada a isso.

Em relação a uma colocação da Deputada Soraya, vou destacar a questão da capacitação, Deputada. Para a Copa do Mundo foram capacitados, pela Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos – isso nos 12 Estados que sediaram a Copa do Mundo –, 24 mil profissionais de segurança pública. Foram investimentos significativos, e nós aprendemos com aquilo para verificar o que funcionava e o que não funcionava e, para os jogos olímpicos – é uma pena que o Prefeito Eduardo Paes não esteja aqui –, nós fizemos um investimento de estruturação ou reestruturação das academias das forças de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, da Guarda Municipal, da Polícia Militar, da Polícia Civil. Houve investimentos significativos para a reestruturação dessas academias e composição de cursos específicos para os grandes eventos. A expectativa de capacitação para os Jogos Olímpicos é de cerca de 34 mil agentes de segurança pública, podendo alcançar um número significativamente maior se obtivermos êxito na implementação de ensino a distância.

(Soa a campanha.)

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Eu vou finalizar aqui a questão, e aí, Deputado Heráclito, faço uma pequena correção quanto ao que foi mencionado aqui que a segurança pública estaria muito ligada ao Governo. Na verdade, o que está é a Abin como órgão central da Agência de Inteligência. A segurança pública ainda tem, no Governo Federal, o Ministério da Justiça como órgão central, e, dentro do Ministério da Justiça,

nós temos o subsistema de inteligência de segurança pública, que tem o órgão central na Senasp, Secretaria Nacional de Segurança Pública, e, para os grandes eventos, nós temos a Cesir, que foi especificamente criada para cuidar da inteligência de segurança pública para os grandes eventos.

Eu finalizo, Deputada Jô – acho que ainda tenho alguns segundos ainda –, respondendo a uma pergunta que a senhora colocou aqui, que é sobre a questão de governança, e o Dr. Trezza trouxe um pouco disso. Essa integração é muito complexa e vem sendo vencida agora por um documento mostrado aqui pela Abin, que é o Plano Estratégico Integrado de Segurança, segurança em sentido lato, que implica defesa e a inteligência. Nesse documento, nós temos divisões de tarefas, de trabalho, que mostra quem vai tomar a frente do quê em determinada situação. Um exemplo disso é o próprio terrorismo, em relação ao qual nós temos um grupo de trabalho presidido pela Polícia Federal, mas do qual participam a Defesa e a própria Abin, dentro do qual nós discutimos protocolos de atuação integrada, quem vai fazer o quê, como isso será feito e como uma determinada situação vai ser enfrentada.

Agradeço, ficaram algumas perguntas aqui, mas agradeço às perguntas muito apropriadas, e, Deputada, creio que o tema é muito mais complexo e realmente demanda novos debates para que pontos sejam realmente esclarecidos.

Deputada, em relação ao orçamento, quando a senhora falou em contingenciamento. Na verdade, não houve esse contingenciamento de 1,17 bilhões que o Dr. Trezza colocou aqui, esse foi investimento da Copa do Mundo, esse orçamento de 1,17 bilhões foi executado e, em relação ao orçamento agora para as Olimpíadas, cerca de 290 milhões, não houve esse corte desses valores. Acho que houve só um engano em relação a colocar orçamento de Olimpíadas como um orçamento que já foi executado na Copa do Mundo.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Coronel Marcel.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Presidente, só a título de registro, um momento. Não vou nem querer a resposta, porque vou ficar esperando as respostas em cima do tema que estamos aguardando, mas a preocupação que trouxe vale para que possa receber como informação: esse 1,17 bi eu já sabia que era em relação à Copa. Por outro lado, a capacitação foi totalmente voltada para um território descentralizado; vários Estados com regiões diferentes, onde você tem uma Olimpíada que está absolutamente concentrada em situações e um cenário bem diferentes, como a questão da Maré e outros pontos que a gente tem. Então, eu queria saber como resposta a ser enviada antes do próximo debate, Srª Presidente, se possível for: dessa experiência adquirida, fazendo uma comparação com esse território a ser desenvolvido, porque uma coisa é a competência e a capacitação quando eu estou lidando com outros Estados, com a realidade da Amazônia... Nós estamos falando somente do Rio de Janeiro, com uma geografia completamente diferente, uma geografia sociopolítica também diferente.

É por isso que fiz questão de fazer esse paralelo, achava, sim, que havia um erro, e me causou estranheza porque o número era igual, apenas foi apresentado numa página que nos levava a crer que era para Olimpíada, mas, essa capacitação, essa experiência, também precisa ser alinhada com uma situação de grande evento numa única cidade – e é um dado extremamente preocupante. E é essa a preocupação que eu trago para que vocês possam me responder. Vou ouvir o Coronel atentamente.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Coronel Marcel, parece que o Deputado Heráclito quer responder os seus questionamentos.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – O bom da Comissão é isto: discutir esses temas e não deixar dúvida.

Meu caro Dr. Murad, e aí vai uma questão muito diferente, eu não estou falando da falta de isenção do Ministro José Eduardo Cardozo, até porque sou amigo dele, fomos colegas na Câmara, tenho por ele admiração pessoal crescente, mas é que ele não tem isenção funcional para dirigir os destinos da Abin, como não tem o Ministério da Justiça. Num passado recente, o Ministério da Justiça teve um comportamento nada republicano com relação ao Sr. Cesare Battisti, e estamos pagando um preço altíssimo, internacionalmente, por essa questão, estamos tendo um troco invertido, agora, com a questão do Pizzolato. Mas esse mesmo Ministro aí, já vem o atual, não teve a injeção do Ministro da Justiça de se comportar adequadamente, agora na questão do julgamento das pedaladas do TCU e foi para a frente das câmeras colocar em dúvida a figura do Presidente de um Tribunal. Imagine-o indo ao Dr. Trezza dizer o que a Abin deve fazer. Volto a repetir: a Abin tem que ser independente, ou ela é independente, ou tem liberdade para investigar, para julgar, ou é melhor extingui-la.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Com a palavra Coronel Marcelo.

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Então, vou responder a Senadora, dizendo que a integração está tão grande que, hoje, nos conhecemos pelos nomes, e não no nível político estratégico, mas também operacional e tático. Já sentei diversas vezes com o Dr. Trezza, com o William e com o Dr. Afonso, o Dr. Salaberry, Dr. Afonso, do Ministério da Justiça, da Polícia Federal, Salaberry, da Abin, isso está acontecendo no nível tático também, o que é muito bom para a autoconfiança. Então, isso é que é integração, respondendo a sua pergunta.

Muito obrigado.

Respondendo ao senhor, o senhor foi bem direto, e tenho a resposta para a pergunta que o senhor fez. Eu gostaria de esclarecer que os adidos de defesa são assessores de alto nível para os assuntos de defesa nas embaixadas. Então, quem tem que falar de defesa é alguém que conheça de defesa, e isso tem repercussão em todos os campos do Poder, cito o próprio político, o econômico, daí pode vir um acordo bilateral de compra de armamento etc., e eles não são voltados para a inteligência. Citei que poderemos utilizar os adidos diplomaticamente para solicitar um conhecimento necessário, e vou citar, agora, os 57 adidos que temos, os países como o senhor solicitou: África do Sul...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Não precisa citar, mande-me.

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – O.k. Temos essas 57 adidâncias de defesa e, para otimizar, inclusive, os custos, algumas são feitas... Por exemplo, na Bélgica, o adido militar, o adido de defesa da França responde pela Bélgica. No Canadá, por exemplo, o adido de defesa dos Estados Unidos responde. Então, dessa forma...

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – É muito bom, Coronel, quando a gente tem a resposta pronta, mas...

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Isso.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – ...o senhor pode avançar e mandar para a gente.

O SR. WILLIAM MARCEL MURAD – Então, está respondida essa questão. A senhora, Deputada...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Tivemos, aqui, é minha curiosidade, uma crise que o Dr. Trezza acompanhou, um ex-Diretor da Abin e da Polícia Federal que foi mandado às pressas para Portugal para adido da defesa, não é isso, Dr. Trezza? Estou errado ou estou certo?

O SR. WILSON ROBERTO TREZZA – Ele foi ser adido da Polícia Federal em Portugal.

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Ah! criaram mais uma função: adido da Polícia Federal em Portugal, como se Portugal precisasse de um adido da Polícia Federal. Como era para resolver uma questão política, botaram lá esse cidadão, e não é o caso de vocês. Fui Presidente desta Comissão de Relações Exteriores e tenho uma curiosidade muito grande por essas questões.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Coronel Marcelo para as suas conclusões.

O SR. MARCELO SILVA RODRIGUES – Muito obrigado pela referência que o senhor fez à minha apresentação.

Deputada Soraya, a senhora perguntou números. Então, só na área do Rio de Janeiro, são 17.861 profissionais de defesa em condições de agir, caso seja decretado GLO. E, desde já, seguindo as nossas atribuições constitucionais, temos contribuído, na área de defesa, pelo que apresentei pelo sistema, os sistemas existentes.

E eu gostaria de falar um pouco, bem rápido, sobre a defesa cibernética. Temos um Centro de Excelência...

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Eu queria conhecer, Sr. Presidente.

O SR. CORONEL MARCELO SILVA RODRIGUES – É importante que se conheça. E tenho aqui a missão dele: coordenar e integrar as atividades de defesa cibernética, no âmbito do Ministério da Defesa, consoante com o dispositivo do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a estratégia nacional de defesa.

Então, ele assessora...

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Srª Presidente, eu queria que, se possível, pudesse sair uma delegação nossa para poder conhecer o Centro.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Já estava marcado. Remarcaremos.

O SR. MARCELO SILVA RODRIGUES – E está à disposição de todo o sistema de inteligência pelos órgãos já apresentados aqui, durante a minha exposição.

Muito obrigado pela participação.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Obrigada, Coronel Marcelo, pelo cumprimento do tempo. Já estava marcada a nossa visita ao Centro de Defesa do Ministério da Defesa, vamos adequar a situação.

Quero lembrar aos Deputados e Senadores que vamos prorrogar o prazo para protocolar as emendas. Pela primeira vez, esta Comissão terá direito a indicar no Orçamento da União as emendas. Estamos prorrogando até quinta-feira.

Declaro suspensa a presente reunião...

O SR. HERÁCLITO FORTES (PSB - PI) – Suspensa, não encerrada.

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Suspensa, Deputado, convocando a sua reabertura para o dia 15, às 14h30, para que seja aprovado o relatório de emendas e debatida a pauta que V. Exª, com veemência e com justeza, apresentou aqui qual é a posição da CCAI diante da mudança institucional ocorrida com o GSI.

Nada mais havendo a tratar, declaro suspensa a presente reunião, agradecendo a todos os presentes.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 25 minutos.)

A SRª PRESIDENTE (Jô Moraes. PCdoB - MG) – Boa tarde a todos e todas presentes.

Declaro reaberta a 7ª Reunião para deliberação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária.

A Presidência informa que no prazo entre 5 e 15 deste mês, foram apresentadas 27 emendas ao PL nº 7, de 2015, Lei de Orçamento, que se encontram disponíveis aos Srs. membros.

Passamos à análise das emendas apresentadas.

Da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI, sobre as propostas de que resultarão as emendas desta Comissão, a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016, Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, que “estima a Receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2016”.

Autor: Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência

Coordenadora: Deputada Jô Moraes

1. Relatório

Com fundamento nas disposições contidas na Resolução nº 1, de 2006-CN, que dispõe sobre a tramitação de matérias orçamentárias e dá outras providências, especialmente em seus arts. 43 a 45, esta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI – reúne-se para deliberar a respeito das propostas de que resultarão as emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária para 2016 (PLOA 2016), Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN.

As propostas apresentadas contemplam programações orçamentárias variadas conforme as competências regimentais da comissão. A CCAI pode apresentar até (oito) emendas, sendo 4 (quatro) de apropriação e 4 (quatro) de remanejamento.

Encontram-se sob a análise deste Plenário 27 (vinte e sete) propostas de emendas, sendo 26 (dezoito) de apropriação e 1 (uma) de texto, elaboradas pelos senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cristovam Buarque e pelos deputados federais Heráclito Fortes, Luiz Carlos Hauly e Jô Moraes.

Todas as propostas, na forma como foram apresentadas, estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, no qual se discriminam o número atribuído a cada proposta de emenda por esta comissão.

É o relatório.

2. Análise

Foram apresentadas emendas de apropriação em número que extrapola o limite máximo de quatro emendas desse tipo reservadas à CCAI. Dessa forma, devem ser feitas escolhas para se observar o limite máximo definido na regulamentação.

Assim, passou-se à análise dos fundamentos técnicos, colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente no que diz respeito à Constituição Federal e à área de competência da Comissão, tendo em vista as disposições constantes dos arts. 26 e 43 a 45 da Resolução nº. 1/2006-CN e do Relatório de Atividades do Comitê de Admissibilidade de Emendas.

Ademais, importa consignar que dois fundamentos nortearam o trabalho de análise feito por esta relatoria. O primeiro fundamento foi o de que as emendas exibissem caráter institucional, no sentido de manter estrita relação com as competências desta Comissão e com os trabalhos nela desenvolvidos. O outro fundamento foi o de que as propostas representassem interesse nacional. Os benefícios de toda e qualquer intervenção pública almejada deveriam desdobrar-se em plano nacional, jamais se limitando a uma região ou localidade específica.

Todas as emendas atenderam aos critérios legais de admissão, analisados por esta relatoria.

3. Voto

Podemos afirmar que as emendas exibiram grande mérito e apresentaram, no conjunto, aderência aos temas constantes da pauta de trabalhos desta Comissão ao longo do ano. Na impossibilidade de aprovarmos todas, optamos por recomendar programações de reconhecida relevância, atendendo a diversos órgãos. Ademais, buscamos aquelas ações para as quais convergiu a indicação do maior número de parlamentares.

Diante do exposto, votamos no sentido de que esta Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI – delibere pela apresentação de 4 emendas de apropriação (itens 1 a 4) ao Projeto de Lei nº 7, de 2015-CN, destinadas às seguintes ações e unidades orçamentárias:

1. “14SY - Apoio à Realização de Grandes Eventos” (acréscimo) do Ministério da Defesa - Administração Direta de R\$ 30.000.000,00;

2. “2866 - Ações de Caráter Sigiloso” (acréscimo) do Comando da Marinha, no valor de R\$ 10.000.000,00;

3. “20XJ - Desenvolvimento Tecnológico do Exército” (acréscimo) do Comando do Exército, no valor de R\$ 20.000.000,00.

4. “2684 - Ações de Inteligência” (acréscimo) da Agência Brasileira de Inteligência – Abin, no valor de R\$ 60.000.000,00; e”

Relembremos à Comissão que as emendas devem fazer-se acompanhar da ata desta reunião, na qual se especificará a decisão aqui tomada. Também sugerimos que a Secretaria da Comissão adote as providências

que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Sala da Comissão, em 15 de outubro de 2015.

Quero registrar aqui a importância e a relevância deste momento em que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência passa a ter direito a apresentar emendas de comissão. Isso não é secundário, é uma conquista dos diferentes membros integrantes da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, um esforço histórico desse período. Um período que incorpora o enorme esforço dos presidentes, vice-presidentes e integrantes desta comissão para fazer valer e dar consciência ao conjunto dos órgãos públicos e da sociedade da importância da atividade de inteligência, superando a fase em que havia uma visão preconceituosa da atividade de inteligência, em que se imaginava que isso se destinava muito mais a se investigar o caráter, atividades pessoais dos agentes públicos. E não disso que se trata. Por isso, sem dúvida nenhuma, este é um momento importante na história da construção da política de inteligência.

Temos, ainda, um enorme esforço de fazer publicizar aquilo que já passou por esta Comissão, enviado pelo Presidente Lula em 2009, que foi relatado pelo Presidente desta Comissão, o então Senador Eduardo Azeredo, que voltou à Presidência da República em 2010 e que nós estamos neste momento considerando como prioridade. Já estivemos com o Ministro Berzoini, dizendo a ele, em nome desta Comissão, que há uma prioridade fundamental na publicação da Política Nacional de Inteligência. Evidentemente, do nosso ponto de vista, na aprovação do projeto de emenda à Constituição que incorpora o conceito de inteligência à Constituição brasileira.

Por isso, neste momento, considero que devemos agradecer a todos e todas que incorporaram esse esforço, que marca na história do Congresso Nacional algo fundamental. Como diria um ex-Deputado que já se foi dentre nós, Deputado Sérgio Miranda, um especialista em orçamento da União: “Dize-me onde aplicas o dinheiro, que dir-te-ei a quem serves.”

Sem dúvida nenhuma, o orçamento do Brasil tem que incorporar com relevância a atividade de inteligência, na compreensão de que isso é essencial para a soberania nacional.

Em discussão o relatório apresentado.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas as emendas, que serão apresentadas à Comissão Mista de Orçamento.

Antes de encerrarmos os nossos trabalhos, proponho a aprovação da Ata desta reunião.

As Sras e Srs. Parlamentares que concordam queiram permanecer como se encontram.

(Pausa.)

Aprovada.

Quero agradecer a todos os assessores, coordenadores e consultores que estão inseridos num grande esforço, esse papel cada vez mais relevante da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, que contribuíram na construção das propostas de emenda, que foram consensuadas antes de serem trazidas aqui com os Deputados e Senadores que integram a Comissão, incluindo aí o Senador Cristovam Buarque indicado por esta Presidência para a relatoria, mas que, por razões de viagem, não pôde ficar até este momento, mas concordou com o conteúdo aqui apresentado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é suspensa às 17 horas e 25 minutos do dia 13 de outubro de 2015. Reiniciada às 14 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 3 minutos do dia 15 de outubro de 2015.)

Fale com o Senado
0800 61 2211

